



Relatório

PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE RODOVIÁRIA DA BR-280/SC TRECHO SÃO FRANCISCO DO SUL – JARAGUÁ DO SUL (KM 0,0 AO 71,5)

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – (EIA)

VOLUME V



EXÉRCITO
BRASILEIRO

DNIT

DEPARTAMENTO NACIONAL DE
INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

MARÇO/2009 – REVISÃO 01



Exército Brasileiro

DNIT

Departamento Nacional de
Infra-Estrutura de Transportes



MINISTÉRIO DA DEFESA, EXÉRCITO BRASILEIRO
DEC – DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
CENTRAN – CENTRO DE EXCELÊNCIA EM ENGENHARIA DE TRANSPORTES

PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE RODOVIÁRIA DA BR-280/SC
TRECHO SÃO FRANCISCO DO SUL – JARAGUÁ DO SUL (KM 0,0 AO 71,5)

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – (EIA)
VOLUME V

**ESTUDO DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL
DA DUPLICAÇÃO DA RODOVIA BR 280
TRECHO SÃO FRANCISCO DO SUL –
JARAGUÁ DO SUL
POPULAÇÃO INDÍGENA GUARANI**



Ilha de Santa Catarina, dezembro de 2008.

EQUIPE TÉCNICO-ACADÊMICA:

Maria Dorothea Post Darella

Flávia Cristina de Mello

Fabiana da Silva

Raoni Kriegel Kamayurá

Diogo de Oliveira

BOLSISTAS:

Aline Carmes Kruger

Luciane Zanenga Scherer

CONSULTORES:

Maria Inês Ladeira

Nivaldo Peroni

REVISORA TÉCNICA:

Silvia Maria de Oliveira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

INTRODUÇÃO 11

Aportes Metodológicos	11
I Plano de Trabalho do EISA e procedimentos decorrentes	11
II Trabalho de campo	12
III Procedimentos junto às aldeias guarani	13
IV Técnicas de coleta de dados	14
V Metodologia de coleta de dados ambientais	17
VI Sistematização dos dados.....	18
VII Elaboração do texto conclusivo – EISA.....	19
Considerações teóricas sobre as opções metodológicas antropológicas e ambientais.....	20

CAPÍTULO 1 – CARACTERIZAÇÃO SINTETIZADA DA MICRORREGIÃO DE JOINVILLE..... 27

CAPÍTULO 2 – EMBASAMENTOS PARA A ARGUMENTAÇÃO 39

2.1 Yvy Rupa, o Território de Ocupação e Mobilidade Tradicional Guarani.....	39
2.1.1 Região litoral norte catarinense	51
2.2 Ambiente Guarani no Litoral Catarinense.....	59
2.2.1 A rede hídrica	60
2.2.2 As florestas	61
2.2.3 Problemas de esfera ambiental nas aldeias guarani do litoral norte catarinense	67
2.3 A Especificidade Guarani. Considerações de Âmbito Geral.....	73
2.3.1 Agricultura.....	74
2.3.2 Economia.....	76
2.3.3 Atuação Institucional.....	77
2.3.4 Saúde Indígena	82
2.3.4.1 Breve perfil da saúde indígena nas aldeias.....	86
2.3.4.1.1 Tiaraju/Piraf	86
2.3.4.1.2 Yvy Ju/Reta	87
2.3.4.1.3 Yvapura e Jabuticabeira.....	87
2.3.4.1.4 Morro Alto.....	88

2.3.4.1.5	Tarumã	90
2.3.4.1.6	Pindoty	90
2.3.4.1.7	Yy Akã Porã	91
2.3.4.1.8	Conquista	92
2.3.5	Educação Escolar Guarani	93
2.3.5.1	Breve perfil da educação escolar nas aldeias	99
2.3.5.1.1	Tiaraju/Piraí	99
2.3.5.1.2	Yvy Ju/Reta	99
2.3.5.1.3	Jabuticabeira	100
2.3.5.1.4	Morro Alto/Laranjeiras	100
2.3.5.1.5	Yvapuru	100
2.3.5.1.6	Tarumã	101
2.3.5.1.7	Pindoty	101
2.3.5.1.8	Yy Akã Porã	102
2.3.5.1.9	Conquista	102
2.4	Projetos de Desenvolvimento e Povos Indígenas. Duplicação da Rodovia BR 280 e o Povo Guarani.....	103
2.4.1	Caminhos e índios Guarani	112
2.4.1.1	Terra Indígena Piraí - Araquari.....	119
2.4.1.2	Terra Indígena Morro Alto – São Francisco do Sul	122
2.4.1.3	Yvy Ju/Reta – São Francisco do Sul	123
2.4.2	O estudo de impacto socioambiental.....	128

CAPÍTULO 3 - DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL..... 133

3.1	Terra Indígena Piraí.....	133
3.1.1	Aldeia Tiaraju / Piraí	133
3.1.1.1	Histórico, Organização Sócio-Política e Contexto Atual.....	135
3.1.1.2	Caracterização ambiental.....	139
3.1.1.2.1	Descrição do componente florestal – tipologias ambientais	139
3.1.1.2.2	Descrição das águas, rios, nascentes e fozes	141
3.1.1.2.3	Descrição das atividades produtivas.....	142
3.1.1.2.3.1	Agricultura - Roças.....	142
3.1.1.2.3.2	Caça	143
3.1.1.2.3.3	Pesca	144
3.1.1.3	Problemas ambientais	144
3.1.1.4	Apontamentos efetivados em campo	145

3.1.1.4.1	Pronunciamentos e relatos.....	146
3.2	Terra Indígena Tarumã	151
3.2.1	Aldeia Tarumã	151
3.2.1.1	Histórico.....	152
3.2.1.2	Caracterização ambiental.....	158
3.2.1.2.1	Descrição do componente florestal – tipologias ambientais	158
3.2.1.2.2	Descrição das águas, rios, nascentes e fozes	160
3.2.1.2.3	Descrição das atividades produtivas.....	160
3.2.1.2.3.1	Agricultura - Roças.....	160
3.2.1.2.3.2	Caça	163
3.2.1.2.3.3	Pesca	163
3.2.1.3	Problemas ambientais	163
3.2.1.4	Apontamentos efetivados em campo	164
3.3	Terra Indígena Pindoty	168
3.3.1	TI Pindoty– Gleba A.....	171
3.3.1.1	Aldeia Pindoty.....	171
3.3.1.1.1	Histórico, Organização Sócio-Política e Contexto Atual	171
3.3.1.1.2	Caracterização ambiental.....	174
3.3.1.1.2.1	Descrição do componente florestal – tipologia ambiental	174
3.3.1.1.2.2	Descrição das águas, rios, nascentes e fozes	175
3.3.1.1.2.3	Descrição das atividades produtivas.....	175
3.3.1.1.2.3.1	Agricultura - Roças	175
3.3.1.1.2.3.2	Plantas manejadas	177
3.3.1.1.2.3.3	Caça e pesca	178
3.3.1.1.3	Problemas ambientais	178
3.3.1.1.4	Apontamentos efetivados em campo	179
3.3.1.1.4.1	Pronunciamentos e relatos.....	179
3.3.1.2	Aldeia Yvapurú	189
3.3.1.2.1	Histórico, Organização Sócio-Política e Contexto Atual.....	189
3.3.1.2.2	Caracterização ambiental.....	192
3.3.1.2.2.1	Descrição do componente florestal – tipologias ambientais	192
3.3.1.2.2.2	Descrição das águas, rios, nascentes e fozes	193
3.3.1.2.2.3	Descrição das atividades produtivas.....	194
3.3.1.2.2.3.1	Agricultura - Roças	194
3.3.1.2.2.3.2	Caça e pesca	195
3.3.1.2.3	Problemas ambientais.....	196

3.3.1.2.4	Apontamentos efetivados em campo	196
3.3.1.2.4.1	Pronunciamentos e relatos.....	196
3.3.1.3	Aldeia Jabuticabeira	201
3.3.1.3.1	Histórico, Organização Sócio-Política e Contexto Atual	202
3.3.1.3.2	Caracterização ambiental.....	203
3.3.1.3.2.1	Descrição do componente florestal - tipologias ambientais	203
3.3.1.3.2.2	Descrição das roças.....	204
3.3.1.3.3	Problemas ambientais.....	205
3.3.2	TI Pindoty – Gleba B.....	210
3.3.2.1	Aldeia Conquista	210
3.3.2.1.1	Histórico, Organização Sócio-Política e Contexto Atual	210
3.3.2.1.2	Caracterização ambiental.....	212
3.3.2.1.2.1	Descrição do componente florestal – tipologias ambientais	212
3.3.2.1.2.2	Descrição das águas, rios, nascentes e fozes	213
3.3.2.1.2.3	Descrição das atividades produtivas.....	214
3.3.2.1.2.3.1	Agricultura - Roças	214
3.3.2.1.2.3.2	Caça.....	215
3.3.2.1.2.3.3	Pesca	215
3.3.2.1.3	Problemas Ambientais	216
3.3.2.1.4	Anotações efetivadas em campo	217
3.3.2.1.4.1	Pronunciamentos e relatos.....	218
3.4	Terra Indígena Morro Alto.....	223
3.4.1	Aldeia Morro Alto / Laranjeiras	223
3.4.1.1	Histórico, Organização Sócio-Política e Contexto Atual.....	225
3.4.1.2	Caracterização ambiental.....	227
3.4.1.2.1	Descrição do componente florestal – tipologias ambientais	227
3.4.1.2.2	Descrição das águas, rios, nascentes e fozes	228
3.4.1.2.3	Descrição das atividades produtivas.....	229
3.4.1.2.3.1	Agricultura - Roças.....	229
3.4.1.2.3.2	Caça.....	231
3.4.1.3	Problemas ambientais	231
3.4.1.4	Anotações efetivadas em campo	233
3.4.1.4.1	Pronunciamentos e relatos.....	233
3.5	Área Indígena Yvy Ju / Reta.....	240
3.5.1	Histórico, Organização Sócio-Política e Contexto Atual.....	242
3.5.2	Caracterização ambiental.....	246

3.5.2.1	Descrição do componente florestal – tipologias ambientais.....	246
3.5.2.2	Descrição das águas, rios, nascentes e fozes	247
3.5.2.3	Descrição das atividades produtivas	247
3.5.2.3.1	Agricultura - Roças.....	247
3.5.2.3.2	Caça	248
3.5.2.3.3	Pesca	249
3.5.2.4	Problemas ambientais	249
3.5.2.5	Anotações efetivadas em campo	250
3.5.2.5.1	Pronunciamentos e relatos.....	251
3.6	Área Indígena Yy Akã Porã	257
3.6.1	Histórico e Organização Sócio-Política	257
3.6.2	Caracterização ambiental.....	263
3.6.2.1	Descrição do componente florestal – tipologias ambientais.....	263
3.6.2.2	Descrição das águas, rios, nascentes e fozes	264
3.6.2.3	Descrição das atividades produtivas	265
3.6.2.3.1	Agricultura - Roças.....	265
3.6.2.3.2	Caça	266
3.6.2.3.3	Pesca	267
3.6.2.4	Problemas Ambientais.....	267
3.6.2.5	Anotações efetivadas em campo	268
3.6.2.5.1	Pronunciamentos e relatos.....	268

CAPÍTULO 4 - DIAGNÓSTICO DOS IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS E PROPOSIÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS 277

4.1	Categorias para Avaliação de Impactos Socioambientais e Ferramentas Teóricas para seu Diagnóstico	278
4.2	Impactos Diagnosticados.....	280
4.3	Medidas Mitigadoras Gerais	2833
4.4	Medidas Compensatórias Gerais.....	2855
4.5	Passivos da Duplicação da Rodovia BR 101, Trecho Norte, de Acordo com o Convênio PG-122/97- 00 (DNER/FUNAI), de 28.08.97.....	286
4.6	Medidas quanto à Fase de Construção da Duplicação da BR 280	287
4.7	Recomendações	Erro! Indicador não definido.9
4.8	Matriz de Avaliação de Impactos	290

5 BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA E CONSULTADA.....	291
APÊNDICE.....	305
ANEXOS	382

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 – Genealogia da Família Extensa de Liberato da Silva e Macimiana Almeida	47
Gráfico 2 – Genealogia da Família Extensa de Benito de Oliveira e Etelvina Gonçalves	47
Gráfico 3 – Número de plantas de uso nas aldeias do litoral norte de Santa Catarina.....	63

Gráfico 4 – Número de plantas utilizadas por categoria de uso nas aldeias do litoral norte de Santa Catarina	63
Tabela 1 – Espécie botânica e freqüência indicada pelos Guarani nas aldeias do litoral norte de Santa Catarina	66
Tabela 2 - Aldeias e População Guarani no Litoral Norte de Santa Catarina	73
Tabela 3 – Professores Guarani da região litoral norte catarinense em formação e seus temas de pesquisa	98
Tabela 4 - Atropelamentos de Índios Guarani nas BRs 101 e 280 e na SC 301	126
Tabela 5 - Relação de Construções (Croqui) - TIARAJU / PIRÁÍ	150
Tabela 6- Relação de Construções (Croqui) - TARUMÃ	168
Tabela 7 - Relação de Construções (Croqui) - PINDOTY.....	188
Tabela 8 - Relação de Construções (Croqui) - Núcleo Rosana e Alcides	188
Tabela 9 - Movimento das famílias Guarani constantes do Relatório “Aldeias Guarani do litoral de Santa Catarina” (Ladeira, 1991) entre 1991 e 2003.....	191
Tabela 10 - Relação de Construções (Croqui) - YVAPURU	201
Tabela 11 - Relação de Construções (Croqui) - JABUTICABEIRA	209
Tabela 12 - Relação de Construções (Croqui) - CONQUISTA	222
Tabela 13 - Relação de Construções (Croqui) - MORRO ALTO	239
Tabela 14 - Relação de Construções (Croqui) - YVY JU / RETA	256
Tabela 15 - Relação de Construções (Croqui) - YY AKÃ PORÃ	276

APRESENTAÇÃO

Este Estudo de Impacto Socioambiental relativo ao projeto de duplicação da rodovia BR 280 e as comunidades indígenas Guarani situadas na região litoral norte de Santa Catarina, foi elaborado com base no Termo de Referência, elaborado pela

Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente da Fundação Nacional do Índio – Funai.

O EISA delinea-se da seguinte forma: a Introdução oferece substrato à compreensão dos aportes teórico-metodológicos. O Capítulo 1 traz, de forma breve, elementos sociais, históricos, econômicos e situa geograficamente o estudo. O segundo capítulo visa o embasamento argumentativo do trabalho e oferece suporte para o melhor entendimento do Capítulo 3, que concentra o diagnóstico socioambiental das nove aldeias guarani. No quarto capítulo são apontados os impactos decorrentes do empreendimento e as medidas mitigadoras, compensatórias e recomendações. A ele está integrada a matriz de avaliação de impactos socioambientais. Seguem-se bibliografia referenciada e consultada, apêndices e anexos, a compor e complementar o conteúdo constante dos capítulos antecedentes.

O capítulo que aporta o diagnóstico das terras e comunidades indígenas está redigido em formato que, muitas vezes, se aproxima a um relatório de campo.

Este estudo receberá complementação no próximo e último relatório, o programa básico socioambiental.

Neste trabalho a língua guarani se eleva ao patamar de língua nacional, devido à abundância de sua ocorrência sobretudo na toponímia regional (rios, lugares, municípios etc.) e na nomenclatura da fauna e da flora. Daí não estar grafada em itálico, com exceção às citações. Para a grafia, a equipe orientou-se pela indicação de alguns Guarani e pelos dicionários dos autores Robert Dooley, Leon Cadogan e Antonio Guasch.

INTRODUÇÃO

Aportes Metodológicos

I Plano de Trabalho do EISA e procedimentos decorrentes

O Plano de Trabalho data de dezembro de 2006 e contempla os itens apontados no Termo de Referência da Funai, intitulado *Estudos Sócio-Ambientais das Terras Indígenas e dos Grupos Indígenas situados na área de Influência direta e indireta da BR-280/Trecho São Francisco do Sul – Jaraguá do Sul* (anexo), que compõe o Processo Funai n. 1617/2006, de 09.08.06. Neste documento a Funai solicita diagnóstico socioambiental e apontamento de impactos e medidas mitigadoras. Esses itens dizem respeito a mapas sociais das aldeias (levantamento populacional e de rede de parentesco, levantamento das realidades econômicas, identificação de aspectos relacionados à educação escolar e ao atendimento de saúde), à caracterização da paisagem social e ambiental, à descrição das atividades produtivas, à territorialidade, às relações com a sociedade envolvente etc.

Para a construção do EISA a equipe buscou a conjunção de aspectos que relacionam a cosmovisão guarani e o projeto de duplicação da BR 280.

Desta forma efetivou:

- Trabalho de campo nas aldeias e áreas indígenas, visitas para contatos com lideranças e comunidades, viagens com índios Guarani, encontros ampliados e reuniões com lideranças e representantes das aldeias;¹
- Plotagem de locais de ocupação, cemitérios ou lugares de sepultamento e outros pontos de realce ao estudo de impacto;
- Croquis das aldeias;
- Solicitação de desenhos a crianças e jovens Guarani, externando sua percepção aldeia – entorno – rodovias;
- Campanha de reconhecimento nos trechos 01 e 02 da BR 280;²
- Contatos e visitas a órgãos governamentais municipais, estaduais e federais³ e a órgãos não-governamentais para captação de dados;

¹ O que inclui a participação em reunião do Conselho Local de Saúde Indígena do Litoral Norte de Santa Catarina Mbya Arandu Porã, em setembro de 2008.

² Em 18.04.08, com o engenheiro Paulo Galarça (Centran/Joinville).

- Reuniões com profissionais do Pólo-Base de Araquari;
- Reuniões e contatos com a Funai – CGPIMA e AER Curitiba;⁴
- Reuniões com o Centran – Florianópolis;
- Participação nas seis reuniões organizadas pelo Centran – Florianópolis, ocorridas em Joinville e Florianópolis.

Por sua abrangência e relevância apresenta-se, a seguir, a metodologia que integra o trabalho de campo realizado junto às comunidades Guarani.

II Trabalho de campo

Constitui-se em uma metodologia fundamental nas pesquisas socioambientais (neste caso somando saberes das áreas de Antropologia, Biologia, Agronomia), tratando-se de condição *sine qua non* igualmente para a elaboração de relatórios de estudos de impactos socioambientais. Ocorre de forma articulada com as pesquisas documental e bibliográfica. Neste caso, os relatórios circunstanciados de delimitação das Terras Indígenas Piraí, Tarumã, Pindoty e Morro Alto⁵ foram essenciais ao processo de conhecimento que entrelaça terras indígenas e projetos de crescimento econômico. Os resumos e delimitações das quatro TIs foram publicados no Diário Oficial da União em 12.05.08 (com retificações no DOU de 27.05.08) e no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 18.06.08.

A equipe consolidou o trabalho de campo intensivo nas nove aldeias guarani, situadas na região litoral norte de Santa Catarina, no período entre junho e setembro de 2008. São elas: Tarumã, Pindoty, Jabuticabeira, Yvapuru, Piraí no município de Araquari, Morro Alto, Yvy Ju/Reta, em São Francisco do Sul, Yakã Porã, em Garuva e Conquista, em Balneário Barra do Sul. Também visitou a família desaldeada em Guaramirim em agosto de 2008.

Essa etapa foi antecedida e precedida por viagens à região litoral norte, durante as quais a equipe realizou visitas às aldeias, reuniões com lideranças e instituições, encontros ampliados com os Guarani etc.

³ O que inclui o DNIT em Joinville.

⁴ Ocorridas na UFSC em 26.04.08, com Maria Janete Albuquerque de Carvalho e Vincenzo Lauriola, e em 17.06.08, com Glenio Alvarez e César Stein, respectivamente.

⁵ De autoria da antropóloga Maria Janete Albuquerque de Carvalho.

Encontros ampliados:⁶

- Tiaraju/Piraí: janeiro de 2008 (memória anexa)
- Morro dos Cavalos: abril de 2008 (memória anexa)
- Pindoty: maio de 2008 (memória anexa)
- Tarumã: junho de 2008 (memória anexa)
- Conquista: setembro de 2008 (memória anexa)

Reuniões com a Comissão Guarani⁷, integrada por Claudiomir Tibes (aldeia Yakã Porã), Adriano Morínico (aldeia Morro Alto) e Felipe Brizoela (aldeia Pindoty):

- Pindoty: junho de 2008 (memória anexa)
- Colégio Agrícola de Araquari: setembro de 2008 (memória anexa)
- Pólo-Base de Araquari: outubro de 2008 (memória anexa)
- Pólo-Base de Araquari: novembro de 2008 (memória anexa)

Tais eventos proporcionaram possibilidade de intercâmbio de informações, reflexões, avaliações, viabilizando oportunidades profícuas ao processo de conhecimento que envolve as comunidades Guarani, a equipe do EISA e os órgãos governamentais e não-governamentais envolvidos.

III Procedimentos junto às aldeias guarani

A equipe efetivou contatos telefônicos e visitou cada aldeia previamente, com o intuito de agendar o início da pesquisa de campo, sopesando as possibilidades de trabalho conjunto. Nas visitas iniciais verificaram-se conversas apenas com as lideranças ou com um coletivo, a critério dessas mesmas lideranças. Nesses encontros prévios anteciparam-se temas a serem trabalhados, posto que o termo de referência da Funai fora distribuído e examinado quando do encontro ampliado na aldeia Pindoty, em maio. Nessas ocasiões, igualmente, organizou-se uma lista de mantimentos

⁶ Por encontros ampliados entendem-se reuniões com lideranças e representantes das nove aldeias guarani, com duração de dois a três dias.

⁷ A Comissão Guarani, formada durante o encontro ampliado de Pindoty, tem a tarefa de acompanhar e assessorar a equipe do EISA em seus trabalhos.

(providenciados pela equipe), viabilizando refeições coletivas durante os dias de trabalho, unindo comunidade e equipe, o que se mostrou frutífero para o fluxo dos trabalhos.

Nas datas previamente marcadas iniciaram-se os trabalhos de campo, que duraram de dois a quatro dias, a depender da conjuntura e dimensão de cada aldeia. Ocorreram retornos às comunidades, por motivos variados, oportunizando aprofundamento e adequação de dados.

Recursos utilizados: fotografias, gravações, mapas e relatórios circunstanciados das terras indígenas Piraí, Tarumã, Morro Alto e Pindoty, imagens de satélite (Google Earth), imagens fornecidas pela Novaterra Geoprocessamento (RJ), cartas do IBGE, entre outros materiais.

IV Técnicas de coleta de dados

Registros audiovisuais

- **Gravação de depoimentos e reuniões ampliadas**

Em cada comunidade indígena a equipe registrou, em gravadores de voz, depoimentos de lideranças e de pessoas de significativa importância para seu grupo social. Os testemunhos referenciaram aspectos territoriais, econômicos, sociais, políticos e de relação interétnica, permitindo melhor compreensão sobre a conjuntura atual, cultura, formas de organização social, visão de mundo e a relação destes elementos no cenário da BR 280 e de seu projeto de duplicação. Uma significativa gama de depoimentos encontra-se em língua guarani, sendo que uma tradução abrangente foi anotada durante os eventos.

Nas reuniões e conversas foram acentuados pressupostos que correlacionam: existência guarani em tempos pretéritos, atuais e futuros ↔ território de ocupação e mobilidade tradicional ↔ região litoral norte de Santa Catarina ↔ mata/floresta (fauna, flora) ↔ recursos hídricos ↔ trilhas/estradas ↔ terras indígenas e aldeias ↔ projetos de crescimento econômico ↔ BR 280 e impactos decorrentes do empreendimento de duplicação. Registrou-se o acento dos Guarani quanto aos cuidados necessários à conservação ambiental da região, da responsabilidade de correta atuação no tempo

presente, visando o tempo futuro. Dos encontros ampliados participaram lideranças da Comissão Indígena Guarani Nhemonguetá.

- **Registro fotográfico das localidades e seus habitantes**

Concomitantemente às formas de coleta de dados anteriormente descritas, efetuou-se o registro fotográfico do ambiente e de pessoas de todas as comunidades pesquisadas, a fim de complementar e ilustrar com dados visuais os aspectos referidos anteriormente. O uso desta técnica, tomada como documentação, também oportunizou demonstrar visualmente como a rodovia encontra-se próxima de algumas das comunidades indígenas (em áreas ocupadas ou desocupadas), indicando a dimensão do impacto do empreendimento sobre elas.

Os cinco encontros ampliados, realizados nas aldeias Tiaraju/Piraí, morro dos Cavalos, Pindoty, Tarumã e Conquista, também foram registrados pela equipe, auxiliando inclusive na elaboração das respectivas memórias, constantes deste EISA.

A equipe utilizou-se de relatórios e laudos efetivados em anos anteriores, neles constando fotografias que instaram memórias, conversas, reflexões entre os Guarani e que se mostraram úteis para o a ampliação do entendimento dos contextos familiares, grupais, comunitários. Via-de-regra apresentou fotografias resultantes do trabalho do EISA nas aldeias, seja em álbuns ou telas (*laptop*, com ou sem projetor). A fotografia se mostra como possibilidade fértil tanto de registro/documentação quanto de diálogo e exercício sobre o território e sua ocupação pelos grupos Guarani.

- **Registro em forma de filmagem de curta duração**

A equipe documentou momentos de encontros ampliados, conversas nas aldeias, relatos, cantos, cultivos, confecção de armadilhas de caça etc., em forma de abreviados filmes.

- **Registro escrito de observações e testemunhos**

Outra importante técnica nos estudos socioambientais, que se verifica como imprescindível, consiste em descrever o que é verbalizado pelas pessoas das comunidades e o que é observado em campo pelo profissional. Esses dados possibilitam complementação do exame contextual. Assim, nos momentos em que a

equipe esteve nas comunidades foram apontadas, em cadernos e cadernetas de campo, observações feitas sobre relações sociais e de parentesco, economia dos grupos, os ambientes (fauna, flora, recursos hídricos, solo etc.), organização espacial, entorno e relações com indivíduos e instituições da sociedade envolvente, influência das rodovias federais BRs 280 e 101, das rodovias estaduais SC 301, 413, 415 e 495 e estradas municipais no seu cotidiano.

Registraram-se igualmente testemunhos de pessoas das comunidades que não foram alvo de gravações, especialmente mulheres e pessoas mais velhas que se expressam com maior facilidade na língua nativa, ou seja, o guarani. Nestas anotações priorizaram-se os aspectos relacionados às suas histórias de vida, seus deslocamentos, os usos das estradas, organização social, entendimento de mundo, entre outros. Especialmente através desta técnica coletaram-se os dados referentes ao censo, à genealogia e ao parentesco.

Tal forma de registro deu-se ainda quando das visitas a órgãos governamentais, visando à complementaridade de dados.

Caminhadas/caminhamentos, excursões, viagens de estudos com índios Guarani

Em todas as áreas guarani as caminhadas pelas aldeias e incursões nas matas das terras indígenas delimitadas, com utilização de trilhas existentes mostraram-se fundamentais. Tal procedimento, realizado com integrantes das comunidades, indubitavelmente proporcionou amplitude não apenas ao levantamento de dados socioambientais, mas à compreensão da visão dos Guarani no que tange as áreas de uso. De fato, as circulações reiteradamente efetivadas pelos Guarani viabilizam reconhecimento e avaliação permanentes a oportunizar definições quanto a novas ocupações e usos. Fortalecem um cabedal de conhecimentos em constante construção e troca.

Caminhadas ocorreram também em locais atualmente desocupados, o que oportunizou a compreensão de conjunturas passadas, que envolvem escolhas e possibilidades, expulsões, composições e dissensões familiares e grupais, avaliações dos Guarani quanto às características dos locais, constituições ambientais, singularidades da fauna e flora, do solo, dos recursos hídricos etc.

Índios Guarani mencionaram áreas conhecidas e que são de interesse para ocupação. Desta forma, consolidaram-se deslocamentos para Itapoá (em agosto) e para Campo Alegre, Botuverá, Corupá, Guabiruba, região da Serra Dona Francisca (em outubro, memória anexa). Trata-se de viagens de estudo, nas quais os Guarani efetivam análise da composição mata – água – solo em locais selecionados, visando indicação de áreas para regularização fundiária e ocupação futura.

Para além das viagens de estudos, a equipe organizou uma excursão de ônibus, ocorrida em 05.09.08, que antecedeu o encontro ampliado na aldeia Conquista. Contou-se com a participação⁸ de mais de quarenta índios Guarani das nove aldeias, entre homens, mulheres e crianças.

As paradas, para exame de locais, deram-se: a) na aldeia Conquista, b) nas proximidades do sítio arqueológico Guarani Poço Grande (Guaramirim), c) na localidade da Caixa d'Água (Guaramirim), d) às margens do rio Itapocu (referência: ponte da rodovia SC 413, Guaramirim) e e) na Tapera (São Francisco do Sul).

As caminhadas efervesceram idéias, aguçaram memórias, oportunizaram expansão de entendimento quanto às realidades e singularidades vivenciadas pelas pessoas, famílias, grupos, comunidades. Evocaram experiências, comparações. Substantivaram constatações. Consubstanciaram uma prerrogativa da visão de mundo dos Guarani: o ininterrupto movimento.

V Metodologia de coleta de dados ambientais

A metodologia ambiental utilizada no trabalho de campo ambiental, referente ao impacto da duplicação da BR 280, juntamente com a comunidade Guarani compõe:

- Observação participante, com interlocutores variados;
- Lista livre;
- Diário de campo e gravação dos dados;
- Turnê-guiada;

⁸ Desta excursão participaram: Dra. Dione Bandeira (arqueóloga, coordenadora da equipe de Arqueologia do EISA), Dra. Maria Inês Ladeira (antropóloga, consultora da equipe do EISA) e José Fernandes Soares (cacique da aldeia Jaraguá/SP), convidado pelas lideranças Guarani a participar do encontro ampliado em Conquista.

- Utilização do GPS.

VI Sistematização dos dados

Para a sistematização de dados, fase pós-pesquisa de campo, a equipe trabalhou nas seguintes etapas, tomadas de forma dinâmica e inter-relacionada:

1. Transcrição das gravações

Escrita dos depoimentos orais registrados por meio magnético.

2. Pesquisa documental

Levantamento, análise e sistematização de documentos relativos à legislação indígena, ambiental e de laudos e textos semelhantes relacionados a impactos socioambientais de projetos de crescimento econômico que afetem populações indígenas.

A pesquisa documental também contempla a coleta de dados a respeito da história de construção da BR 280, da ferrovia e sua relação com as populações indígenas. Tais elementos são importantes para a compreensão e avaliação da presença indígena nessa região nos períodos anteriores à implantação do leito original da rodovia, durante sua construção e após sua operação até a atualidade, dimensionando sua interferência no cotidiano destas populações. Esses dados contribuem ainda para analisar e levantar hipóteses consistentes quanto aos impactos de sua duplicação sobre as comunidades.

3. Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica precede e acompanha os trabalhos de campo, ocorrendo também posteriormente aos mesmos, servindo de substrato e fortalecimento ao processo de conhecimento. A bibliografia histórica, arqueológica, etnográfica, biológica, agrônoma articula e dialoga com os elementos obtidos em campo. Possibilita compreender e aprofundar a análise dos dados etnográficos e ambientais obtidos durante a pesquisa de campo, num exercício de contínuo entrelaçamento e enriquecimento.

Através da pesquisa bibliográfica, buscou-se obter informações de teoria antropológica atualizada a respeito de análises de laudos, perícias e estudos antropológicos de populações indígenas afetadas por grandes empreendimentos de caráter desenvolvimentista.

- a) A equipe procedeu à sistematização dos dados coletados em campo, cotejando gravações, anotações, fotografias, filmagens de curta duração, plotagem de distintos locais (ocupados, desocupados e de interesse para ocupação), apontamento em mapas, croquis etc. As genealogias são apresentadas em forma de gráficos, que se mostram férteis para visualização de redes de parentesco.
- b) Os quadros de moradores, por sua vez, foram elaborados com base em: a) dados de campo/2008; b) listagens populacionais de julho e agosto de 2008, fornecidas pelo Pólo-Base de Araquari; c) relatórios de autoria de Darella (1999 e 2001) e d) relatórios circunstanciados de Maria Janete Albuquerque Carvalho (2008a, 2008b, 2008c e 2008d).

A análise conjugou os dados etnográficos e ambientais de diferentes naturezas, somadas as pesquisas documental e bibliográfica. Efetuou-se a comparação de dados etnográficos, históricos, antropológicos e ambientais (obtidos em fontes bibliográficas). Por fim, relacionaram-se os dados de campo e os documentais e bibliográficos para a sistematização final.

VII Elaboração do texto conclusivo – EISA

A organização dos dados permitiu a elaboração do EISA do projeto de duplicação da BR 280 relativo às comunidades e terras indígenas Guarani, num conjunto composto por texto, mapas e imagens de satélite, figuras (fotografias, gráficos, tabelas, desenhos), quadros, gráficos, genealogias e croquis, considerando a abrangência do Termo de Referência da Funai. Os apêndices e anexos são compostos por dados de natureza complementar, elaborados e selecionados com o objetivo de auxiliar no entendimento do corpo do EISA. São considerados apêndices: a) transcrição e b) memórias dos encontros ampliados nas aldeias, das reuniões com a Comissão Indígena e da viagem de estudos ocorrida em outubro. Compõem anexos: a)

Termo de Referência da Funai; b) artigos jornalísticos da imprensa escrita de Santa Catarina e c) documentos correlatos.

Considerações teóricas sobre as opções metodológicas antropológicas e ambientais

Os aportes teóricos que norteiam este texto baseiam-se numa leitura multidisciplinar das teorias antropológicas e das ciências ambientais, buscando correlacionar a existência guarani em tempos pretéritos, atuais e futuros, o território de ocupação e mobilidade tradicional, a região litoral norte de Santa Catarina, suas matas ou florestas, a fauna e a flora, os recursos hídricos, o uso tradicional de trilhas, o uso das estradas, os projetos de crescimento econômico na região e a duplicação da rodovia BR 280, os impactos decorrentes do empreendimento para as aldeias indígenas.

Os dados sócio-culturais foram coletados e analisados de forma a compor um mapa social das aldeias, apontando a descrição dos grupos familiares e das correlações entre parentesco e organização social/ambiental/cosmológica. Os dados ambientais foram coletados segundo as metodologias descritas abaixo, buscando enfatizar os usos sociais e simbólicos do meio ambiente para a população Guarani.

Definimos a metodologia de coleta de dados partindo de um conhecimento específico anteriormente consolidado sobre as aldeias estudadas por parte da maioria dos componentes da equipe. Este conhecimento da realidade das aldeias e de configuração social e política de suas composições serviu de orientação à ênfase de aspectos-chave para dar conta dos itens solicitados pelo Termo de Referência da Funai.

A coleta de dados sócio-políticos e econômicos tomou a esfera dos estudos sobre parentesco como um dos focos centrais. O mapeamento das redes sociais e políticas que unem os componentes de determinado grupo social entre si foi feito em interrelação com metodologias da pesquisa ambiental. Os dados específicos sobre as famílias e as pessoas que a compõem foram analisados a partir do estudo das relações de parentesco, que embasam entendimentos da ordem sócio-política e territorial.

O estudo das relações de parentesco foi uma opção metodológica por ser uma ferramenta técnica para o entendimento de um grupo social. Um dos temas fundantes da antropologia, os estudos sobre parentesco forneceram conceitos importantes para os estudos Guarani e para vários povos indígenas da América do Sul (Viveiros de Castro, 1995). Elementos da esfera do parentesco estruturam a organização social e política de muitos grupos indígenas. O conceito de família extensa, regras de residência, como a matrilocidade e a uxorilocidade, a definição de linhagens e lateralidade, por exemplo, são temas recorrentes nestes estudos.

No caso Guarani, parentesco, organização social e territorialidade estão imbricados (Mello, 2006). Estudos sobre grupos Guarani comprovam este pressuposto. Bartolomé (1977, p.4), que estudou os Guarani Chiripá do Paraguai, define que este subgrupo Guarani ordena suas aldeias por associações de famílias extensas, com sistemas de patrilinearidade e circulação de mulheres. No caso dos Mbya e Chiripá de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a uxorilocidade como tendência mais frequente de residência para o casal, associada à matrilocidade das filhas casadas, parece ser a forma mais habitual de organização das famílias extensas (Mello, 2001). Ladeira (2007) define a “uxorilocidade temporária” como regra de residência para os Mbya de São Paulo. Schaden, em seu campo entre os Kaiowá e Nhandeva do Mato Grosso, na década de 1940, define a matrilocidade como a forma de estruturação das aldeias Kaiowá e observa que a “solidariedade do grupo parental” sobrepõe-se à da aldeia ou do grupo local (Schaden, 1974, p.72). Esta dinâmica social é uma das razões da intensa circulação de pessoas entre as diferentes aldeias. Estas regras de localidade e linearidade ou linhagem têm influência direta no deslocamento de pessoas e/ou famílias, entre as diferentes aldeias. Portanto, o entendimento de como uma família se distribui pelo território informa por onde ela circulará e o quanto ela utiliza os caminhos tradicionais e as rodovias.

Da mesma forma, buscamos mapear as imbricações entre organização social, parentesco e território, levando em consideração os usos sociais deste território e de seus recursos ambientais. Da perspectiva dos debates antropológicos, esta imbricação é central. Desde Morgan, “território” e “parentesco” são consideradas categorias-chave para a análise da estrutura social de um grupo. Uma das obras fundantes da antropologia inglesa, no final do século XIX, discorria sobre esta conexão em *A Sociedade Primitiva*. Nela Morgan divide as sociedades em dois tipos de estruturas

políticas: “societas”, governos organizados pelo parentesco, e “civitas”, constituídos em torno do território e da propriedade (Morgan, 1974). O modelo analítico desenvolvido na Inglaterra definia as sociedades tribais como “sociedades sem estado”, por organizar suas relações sociais e políticas através de laços de parentesco, atribuídos à esfera da natureza. Nas primeiras décadas do século XX, os estudos de parentesco e suas conexões com organização social, política e territorial permanecem no centro dos debates antropológicos. Fortes e Evans-Pritchard (1970) em *African Political Systems*, dividem as estruturas políticas africanas em dois tipos: “sociedades sem estado”, nas quais é o sistema de parentesco que regula as relações políticas entre os segmentos territoriais, e “estados primitivos”, nos quais o parentesco é substituído por uma “organização administrativa”. Os modelos utilizados para análise de sociedades africanas não demonstrava rendimento teórico para aplicação nas sociedades americanas, devido à especificidade e complexidade ideológica e simbólica da organização social ameríndia, mas os conceitos trabalhados pela antropologia inglesa traziam possibilidades de discussões e reflexões. Na metade do século XX os estudos sobre os povos indígenas americanos começam a ganhar relevo nas teorias internacionais. O trabalho de Claude Lévi-Strauss no período posterior a sua estada na USP trouxe novas questões aos estudos do parentesco e da antropologia como um todo. Em *Estruturas Elementares do Parentesco* (1982), o autor define novas premissas para os estudos da organização social e desloca o centro dos debates antropológicos para a América do Sul. Neste contexto, a pesquisa sobre os Guarani, que até então, privilegiava a análise dos textos jesuíticos e fixava-se nas temáticas ligadas ao período missioneiro e aos temas de religiosidade e sincretismo, passou a enfatizar as estruturas sociais autóctones. Em contraposição aos modelos ingleses, Pierre Clastres (1978), desenvolve o conceito de “sociedades contra o estado”, numa crítica ao evolucionismo que pensa a organização social a partir do conceito de estado. Clastres desloca a discussão do conceito de Estado para o de Poder, e define que as sociedades americanas constituem-se intrinsecamente por uma negação do poder. A estrutura política característica dos povos americanos seria baseada numa família extensa, uma comunidade politicamente autônoma, que coabita um território com vizinhos com os quais mantêm relações de reciprocidade positivas ou negativas. As sociedades Tupi-Guarani foram tomadas como modelo ideal desta teoria, e a busca da terra sem mal, a antropofagia ritual e a guerra poderiam ser pensados como expressões de uma força centrípeta, que a estrutura social aciona quando há uma

expansão da esfera política. As discussões de Pierre Clastres sobre os modelos de “família extensa” propostos por R. Lowie, no *Handbook of South American Indians*, enfatizam a questão demográfica das aldeias assim estruturadas. O modelo de organização social dos “povos da floresta”, baseados em uma família extensa, suas regras de residência, a existência ou não de sistemas de linhagem ou estruturas unilaterais, inspirou vários dos estudos sobre parentesco ameríndio.

Para elaboração de um roteiro que contemplasse os itens do Termo de Referência, foi definido um recorte metodológico que contemporiza diferentes modelos teóricos, para manter um olhar abrangente sobre os dados socioambientais. E como vimos no parágrafo anterior, diferentes modelos de apreensão sobre a realidade social de povos indígenas coexistem na antropologia. Os estudos sobre os povos ameríndios, em especial, consolidam-se teórica e metodologicamente na Antropologia Social e na Etnologia Indígena a partir da metade do século XX.

Na Europa, o funcional-estruturalismo inglês e o estruturalismo francês afinam seus estudos e estabelecem diálogos que permitem uma linguagem franca na disciplina. Nos Estados Unidos, a antropologia culturalista, fundada por Franz Boas no início do século XX, revê seus conceitos e linhas de pesquisa no período pós-segunda guerra. No Brasil, com o desenvolvimento de uma escola de antropologia na USP e no Museu Nacional, os estudos antropológicos sobre os povos indígenas ganham destaque internacional e passam a influenciar o desenvolvimento teórico e metodológico da disciplina. Num projeto realizado pela USP e Museu Nacional, em associação com pesquisadores americanos da Harvard University, denominado “Projeto Harvard Brasil Central”, as temáticas teóricas e metodológicas para o estudo dos povos indígenas são renovadas. Um dos coordenadores, Maybury-Lewis, indica em seu texto *Kinship, Ideology and Culture* que os povos americanos devem ser estudados a partir da imbricação entre estes elementos principais: parentesco e ideologia (ou cultura imaterial e material). Nos trabalhos de Florestan Fernandes, Darci Ribeiro e Eduardo Galvão, por exemplo, que inauguram os estudos teóricos antropológicos sobre os grupos indígenas do Brasil, utilizando ferramentas teóricas abstraídas das escolas vigentes nas discussões antropológicas internacionais das décadas de 1940 e 1950, as influências do funcional-estruturalismo de Radcliffe-Brown, Evans-Pritchard e o estruturalismo de Levi-Strauss em desenvolvimento na época, marcam a centralidade do registro de dados sobre parentesco, organização social,

onomástica etc. Fernandes traz elementos de sua formação sociológica para compor a obra que marca a escola paulista de etnologia indígena. Em *A Organização Social dos Tupinambá* (Fernandes, 1989), sociologia e ideologia são tratados como elementos de igual relevância para a compreensão do sistema social deste povo indígena extinto. Num trabalho mais voltado à etnografia, Darci Ribeiro e Eduardo Galvão dedicaram-se a estudos de campo entre os povos indígenas e consolidaram metodologias de trabalho de campo nas aldeias. De suas pesquisas, depreendem que o entendimento da disposição espacial das famílias, as genealogias dos grupos familiares, suas relações com a história e a organização social, descortinam inúmeros elementos importantes para análise de povos indígenas.⁹

Somada à complexidade destes modelos teóricos para análise da organização social, política e de relações de parentesco, a grande diversidade de povos indígenas propiciou elementos para o desenvolvimento das diversas linhas teóricas que revolucionaram a antropologia internacional. Na década de 1960, as teorias de aculturação ganharam força no Brasil, devido à grande influência que a escola culturalista americana passou a exercer nas teorias etnográficas no Brasil. Desta fase, destaca-se Egon Schaden, que se dedicou às teorias de aculturação e deu início a uma linha de estudos importantes sobre os Guarani. Esta linha culturalista é superada pela constatação que os povos indígenas têm na transformação social um componente histórico inerente e que estas mudanças não representam desestruturação ou empobrecimento cultural. Ao contrário, estas inovações são conseqüências naturais do contexto histórico e que grande parte das inovações são integradas ao sistema cultural pré-existente (Sahlins, 1990).

A retomada das técnicas de “observação participante”, desenvolvida por Malinowski no início do século XX, são reeditadas e renovam os métodos de pesquisa de campo, trazendo elementos vigorosos para o desenvolvimento da antropologia dialógica e à antropologia simbólica, que passa a ser conhecida, a partir das décadas de 1970 e 1980, como antropologia pós moderna. Clifford Geertz, em seu livro *A Interpretação das Culturas* (1989) dialoga com as teorias levistraussianas sobre aspectos metodológicos de interlocução com os povos nativos, abstraindo os modelos teóricos e propondo que a dinamicidade das culturas pressupõe a necessidade do

⁹ Ver Ribeiro, 1996 e Galvão, 1996.

entendimento metodológico de que em toda interação e pesquisa com o “outro” há sempre uma construção ideológica (Geertz, 1997a e 1997b). Nesta vertente teórica, Tedlock, define a antropologia dialógica como a busca da compreensão das diferenças entre dois mundos, do diálogo entre duas realidades distintas e não como uma observação neutra do um mundo exótico. Os valores culturais dos pesquisadores constroem seu entendimento da cultura analisada e é deste patamar que se pode abstrair a necessária neutralidade científica do pesquisador (Tedlock, 1985).

Para a análise da organização social e de parentesco, nos inspiramos nos elementos básicos dos autores acima apontados. No que diz respeito ao conceito de território, a etnologia brasileira tem se dedicado à explicitar as diferenças na concepção de território para as sociedades indígenas. A concepção “aberta” de território, baseada na cosmologia (Viveiros de Castro, 1986, p.135-6), que pressupõe a circularidade como forma de ocupação, e a coabitação de etnias em territórios não-exclusivos, têm causado equívocos e incompreensão a respeito dos direitos destes grupos sobre seus territórios. No caso Guarani, considerados como “nômades” por algumas instâncias dos órgãos fundiários governamentais, a forma circular de ocupação territorial não é reconhecida como tradicional e o direito a demarcações de terras vem sendo insistentemente postergado. O conceito de nomadismo é aplicado a grupos sociais que se transferem de lugar com frequência, sem criar vínculos definitivos com o local abandonado. As mudanças guarani não são abandono de lugares e sim a circulação por locais previamente conhecidos ou reconhecidos como fazendo parte do Yvy Rupa (território guarani). Considerando que “a compreensão de um território deve levar em conta o movimento interno de pequenos grupos como fator determinante da espacialidade e as formas de ocupação territorial desta população” (Amoroso, 1998, p.265), abordamos a territorialidade guarani como ponto fundamental para o entrelace dos dados sociológicos doravante apresentados.

Estas diferentes abordagens teórico-metodológicas de estudos de povos indígenas serviram como referências para a construção do roteiro de pesquisa de campo, utilizando elementos da antropologia dialógica para descortinar os aspectos da cultura imaterial que apreendemos da interação com os Guarani. Também nos baseamos na antropologia dialógica para coletar dados que dependem da interação com as pessoas das aldeias, como os dados quantitativos ambientais e os dados qualitativos das entrevistas. Para realizar tais registros, utilizamos técnicas audiovisuais

diversas: Para a geração dos mapas das nove aldeias foram coletados pontos no GPS, visando a localização de alguns locais que continham dados botânicos, hídricos, ocupações pretéritas e futuras. Para o georreferenciamento dos dados, utilizamos Moura (1997) e Anderson *et al.* (2005), que refletem sobre o uso do GPS como ferramenta imprescindível para tal.

Para a coleta dos dados ambientais, utilizamos as seguintes metodologias: Para identificação das tipologias ambientais e dos estágios de sucessão observados nas florestas da região foram seguidas as categorias científicas elaboradas por autores reconhecidos e obras consagradas na identificação de tipologias das florestas pluviais atlânticas brasileiras (Veloso, Rangel Filho & Lima, 1991) e especificamente das tipologias da Mata Atlântica catarinense (Klein, 1979 e 1980). As espécies apontadas como sendo de uso e conhecimento das comunidades foram reconhecidas com auxílio de manual para identificação em campo (Sobral *et al.*, 2006) e guia ilustrado de plantas medicinais no Brasil (Lorenzi e Matos, 2002).

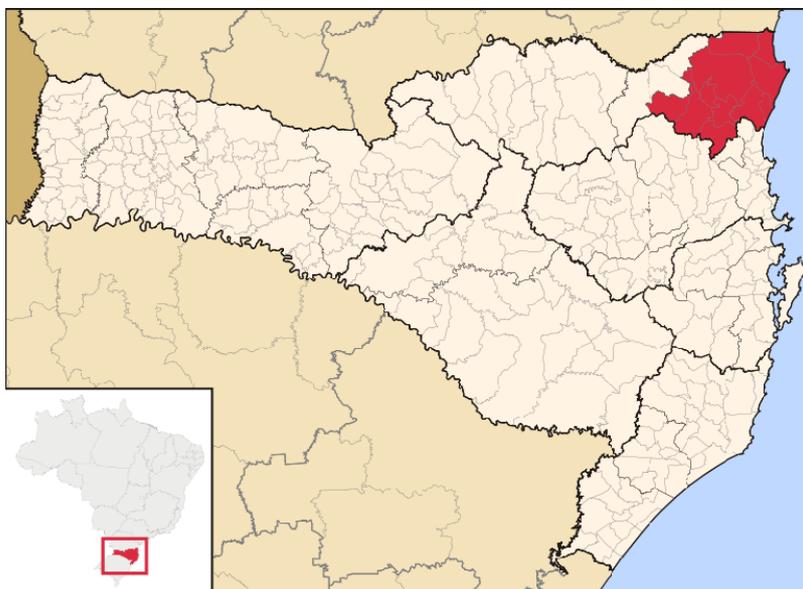
Além destes, foram observados os critérios estabelecidos pela Resolução do Conama nº 04/94 que aponta uma lista de espécies e condições ambientais a serem observadas para realizar diagnóstico ambiental no que tange os estágios de sucessão florestal em Mata Atlântica no estado de Santa Catarina. Sobre pesquisa de campo etnobotânica, nos baseamos em Costa (1887) e Albuquerque (2004), que indicam técnicas de interação com interlocutores locais.

A produção do Programa Básico Socioambiental (PBSA) resultará da análise detalhada do Estudo de Impacto Socioambiental (EISA) e complementação de seu teor, o que inclui impactos, medidas mitigadoras e recomendações.

CAPÍTULO 1 – CARACTERIZAÇÃO SINTETIZADA DA MICRORREGIÃO DE JOINVILLE

A microrregião de Joinville (mapa abaixo), que abarca o litoral norte catarinense, caracteriza-se por sua avantajada posição econômica, registrando-se pólos industriais, portos, retroportos, ferrovia, rodovias e outros projetos que viabilizam o crescimento econômico da região. É integrada pelos seguintes municípios:

- Araquari
- Balneário Barra do Sul
- Corupá
- Garuva
- Guaramirim
- Itapoá
- Jaraguá do Sul
- Joinville
- São Francisco do Sul



A região mencionada ainda é constituída por Massaranduba e Schroeder. Todavia, estes municípios não aparecem nos quadros abaixo, em razão de não serem objeto de estudo do EISA do projeto de duplicação da BR 280.

MUNICÍPIO DE ARAQUARI	
População	22.467 habitantes
Área da unidade territorial	401.831 km ²
Fundação da cidade	05 de abril de 1876
Colonização	Portuguesa
Mesorregião	Norte Catarinense
Microrregião	Joinville
Municípios limítrofes	Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Guaramirim, Joinville, Massaranduba, São Francisco do Sul, São João do Itaperiú
Hidrografia	Rios Itapocu, Parati, Una, Piraí
Densidade	54,7 habitantes/ km ²
Distância até a capital (Florianópolis)	182 km
Altitude	9 metros
Clima	Mesotérmico úmido, com verão quente.
Unidade de Conservação	Não há dados
Economia	A economia do município é centrada nas atividades agropecuárias, com destaque para a cultura do arroz, da banana e do maracujá, embora parte significativa de sua mão-de-obra produtiva trabalhe no setor industrial, em Joinville. Por essa proximidade, Araquari é conhecida como cidade-dormitório.
Histórico	A história de Araquari começa 40 anos depois do descobrimento do Brasil, quando da viagem do navegador espanhol Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca da foz do rio Itapocu (Barra Velha) à Assunção, em companhia de índios Guarani. Em 1658, os primeiros bandeirantes portugueses fixaram-se na região, habitada pelos Guarani. A fundação efetiva da vila aconteceu em 1848, quando uma nau portuguesa ali aportou e fundou uma pequena colônia. A emancipação política data de 5 de abril de 1876 e o nome definitivo de Araquari (que significa rio de refúgio dos pássaros, em tupi-guarani) veio apenas em 1943.

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL	
População	7.634 habitantes
Área da unidade territorial	110 km ²
Fundação da cidade	09 de janeiro de 1992
Colonização	Alemã, espanhola e italiana
Mesorregião	Norte Catarinense
Microrregião	Joinville
Municípios limítrofes	Araquari e São Francisco do Sul
Hidrografia	Rios Perequê, Ribeirão Cardoso, Pinheiro, Pernambuco, Areias Grandes, Vermelho, Teteqüera
Densidade	71,8 habitantes/ km ²
Distância até a capital (Florianópolis)	172 km
Altitude	8 metros
Clima	Subtropical
Unidades de Conservação	Não há dados
Economia	O mar é a principal fonte de renda de Balneário Barra do Sul, que tem na pesca, no turismo e em algumas indústrias a base da sua economia. O município conta também com número expressivo de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.
Histórico	O município está situado numa região habitada apenas por índios até o século XIX, época da chegada dos primeiros colonizadores. A partir da metade do século XX desenvolve-se com a implantação de diversas colônias de pescadores. A independência de Araquari adveio em 1992.

MUNICÍPIO DE CORUPÁ	
População	13.248
Área da unidade territorial	407 km ²
Fundação da cidade	07 de julho de 1897
Colonização	Suíça, alemã, polonesa e italiana
Mesorregião	Norte Catarinense
Microrregião	Joinville
Municípios limítrofes	São Bento do Sul, Rio dos Cedros, Jaraguá do Sul e Rio Negrinho
Hidrografia	Rios Novo, Rio Humboldt e Rio Pedra de Amolar
Densidade	27.14 habitantes / km ²
Distância até a capital (Florianópolis)	210 km
Altitude	62 metros
Clima	Subtropical úmido
Unidade de Conservação	Reserva Ecológica Emílio Ernesto Batistela (Rota das Cachoeiras)
Economia	<p>O município é considerado a capital catarinense da banana, das plantas ornamentais e das orquídeas.</p> <p>O comércio e a indústria são responsáveis por 60% da renda de Corupá, e os setores industriais se concentram na área têxtil e metal-mecânica.</p>
Histórico	<p>O município de Corupá, inicialmente chamado Hansa-Humboldt, em homenagem ao cientista Barão Alexandre Von Humboldt, recebeu os primeiros imigrantes em 1897, que desembarcaram em São Francisco do Sul oriundos da Alemanha.</p> <p>O fator decisivo para o desenvolvimento do local foi a construção da estrada de ferro que, iniciada em 1910, ligou o porto de São Francisco ao planalto de Santa Catarina. Em 1958, emancipou-se de Jaraguá do Sul, passando a se chamar Corupá, nome de origem tupi-guarani, que significa paradeiro dos seixos (lugar de muitas pedras).</p>

MUNICÍPIO DE GARUVA	
População	14.022 habitantes
Área da unidade territorial	501 km ²
Fundação da cidade	20 de dezembro de 1963
Colonização	Francesa e portuguesa
Mesorregião	Norte Catarinense
Microrregião	Joinville
Municípios limítrofes	Campo Alegre, Guaratuba (PR), Itapoá e Joinville
Hidrografia	Bacia Hidrográfica do Rio Palmital
Densidade	26,5 hab/ km ²
Distância até a capital (Florianópolis)	226 Km
Altitude	25 metros
Clima	Mesotérmico úmido, com verão quente.
Unidades de Conservação	APA Quiriri
Economia	Garuva é o maior produtor de bananas do estado. O município também se destaca na produção de arroz e mandioca. O turismo vem contribuindo para o crescimento econômico, com os seus parques aquáticos e pousadas.
Histórico	Em 1841 imigrantes franceses planejavam a formação de uma comunidade baseada no socialismo utópico. Esta proposição foi posta em prática em duas léguas de terra da antiga Península do Saí, às margens da baía de São Francisco, mas o sistema não vingou. A iniciativa de colonizar a região, contudo, originou o povoado de São João do Palmital, ligado a São Francisco do Sul. O desenvolvimento arrastou-se por décadas. A maioria dos moradores da colônia seguiu então para o norte do Estado à procura de trabalho e, próxima a BR-101, formou uma outra comunidade, onde hoje fica a sede do município. Somente a partir de 1914, com a chegada de portugueses, a localidade progrediu com mais rapidez. Emancipou-se de São Francisco do Sul em 1964.

MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM	
População	31.334 habitantes
Área da unidade territorial	268.119 Km ²
Fundação da cidade	28 de agosto de 1949
Colonização	Italiana, alemã e portuguesa
Mesorregião	Norte Catarinense
Microrregião	Joinville
Municípios limítrofes	Araquari, Jaraguá do Sul, Massaranduba, Schroeder
Hidrografia	Rios Itapocu, Itapocuzinho e Pirai
Densidade	113,7 habitantes/km ²
Distância até a capital (Florianópolis)	200 km
Altitude	30 metros
Clima	Mesotérmico úmido
Unidades de Conservação	Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Santuário Rã-bugio, segunda UC a ser criada na região do vale do rio Itapocu
Economia	Prevalecem a cultivo de arroz, banana e legumes. A partir de 1970, as indústrias moveleiras, de conservas, massas alimentícias, metalurgia, tintas e vernizes e do vestuário, surgiram como nova fonte de geração de renda do município. Guaramirim possui localização bastante estratégica, encontrando-se ao centro dos principais pólos industriais do estado (Joinville, Blumenau e Jaraguá do Sul), e próxima ao Porto de São Francisco do Sul, da BR 101 e das praias do litoral norte catarinense.
Histórico	Em 1855 chegaram os primeiros colonos alemães que se instalaram às margens do Rio Itapocuzinho. Posteriormente imigrantes italianos chegaram à mesma região, desmatando as margens do rio para preparar a terra. Até 1944 Guaramirim chamou-se Bananal, mas por decreto do então presidente Getúlio Vargas ganhou o nome atual, que significa garça pequena em tupi-guarani, devido a uma espécie de garça vermelha que vivia ali.

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	
População	11.251 habitantes
Área da unidade territorial	257 km ²
Fundação da cidade	26 de abril de 1989
Colonização	Francesa e portuguesa
Mesorregião	Norte Catarinense
Microrregião	Joinville
Municípios limítrofes	Garuva, Guaratuba (PR), Joinville, São Francisco do Sul
Hidrografia	Rios Saí-açu e Saí-mirim
Densidade	48,3 habitantes/km ²
Distância até a capital (Florianópolis)	223 km
Altitude	18 metros
Clima	Mesotérmico úmido
Unidade de Conservação	RPPN Volta Velha e RPPN Fazenda do Palmital
Economia	O turismo é a principal fonte econômica do município, seguido da pesca e da agricultura. Com o projeto de implantação do Porto de Itapoá será instalado no município o primeiro Terminal de Contêineres (Tecon) privado do país, fato que permitirá receber os maiores navios do mundo, gerando um novo desenvolvimento na região.
Histórico	Ita (pedra) e poa (ponta), de origem tupi-guarani. A pedra que deu nome ao município está localizada no Balneário Itapoá, próximo à sede do município. A pedra torna-se visível apenas quando dos períodos de maré baixa. Os primeiros habitantes destas terras ao nordeste de Santa Catarina foram os índios Guarani, que deixaram suas marcas através dos sambaquis que são encontrados em vários lugares no município. Itapoá pertencia ao município de Garuva, tornando-se independente em 1989.

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL	
População	136.282 habitantes
Área da unidade territorial	533 km ²
Fundação da cidade	25 de julho de 1876
Colonização	Alemã, italiana, húngara, negra e polonesa
Mesorregião	Norte Catarinense
Microrregião	Joinville
Municípios limítrofes	Blumenau, Campo Alegre, Corupá, Guaramirim, Joinville, Massaranduba, Rio dos Cedros, São Bento do Sul e Schroeder
Hidrografia	Rios Itapocu, Jaraguá, Itapocuzinho, da Luz, Jaraguazinho, Manso e do Cedro
Densidade	255,9 habitantes / km ²
Distância até a capital (Florianópolis)	182 km
Altitude	30 metros
Clima	Subtropical úmido
Unidades de Conservação	Parque Zoobotânico, ARIE do Morro da Boa Vista
Economia	Jaraguá do Sul é um dos principais parques fabris de Santa Catarina, com sólida economia baseada na indústria. Sua produção se resalta nas malhas, confecções, chapéus, gêneros alimentícios, motores elétricos, geradores, parapentes, máquinas e componentes eletroeletrônicos de informática.
Histórico	<p>Na época do descobrimento do Brasil, Jaraguá do Sul era um território tupi-guarani. Depois, por volta do século XVII, os índios Xokleng ocuparam a região.</p> <p>A história recente de Jaraguá do Sul inicia em 1864, quando a Princesa Isabel, herdeira do trono do Império do Brasil, casou-se com o Conde d'Eu. Parte de sua área integrava as terras dotais da Princesa, que foram demarcadas, em 1876. A colonização efetiva, no entanto, deu-se a partir de 1890, com alemães, italianos, húngaros. A Colônia Jaraguá emancipou-se de Joinville em 1934.</p>

MUNICÍPIO DE JOINVILLE	
População	492.101 habitantes
Área da unidade territorial	1.131 km ²
Fundação da cidade	09 de março de 1851
Colonização	Alemã, suíça e norueguesa
Mesorregião	Norte Catarinense
Microrregião	Joinville
Municípios limítrofes	Araquari, Campo Alegre, Garuva, Guaramirim, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul e Schroeder
Hidrografia	Rios Cubatão, Pirabeiraba, Itapocuzinho, Bracinho, do Júlio, Piraí, Jacu, Cachoeira do Itaum-Açú
Densidade	435,1 hab / km ²
Altitude	4 metros
Distância até a capital (Florianópolis)	180 km
Clima	Mesotérmico úmido, sem estação seca, com verões quentes.
Unidade de Conservação	APA Dona Francisca, RPPN Caetezal, Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin, Parque Ecológico das Caieiras, Parques Municipais Morro do Finder, Boa Vista, da Ilha do Amaral, Estação Ecológica do Bracinho, ARIE do Morro da Boa Vista
Economia	Joinville é o município mais populoso e industrializado de Santa Catarina, estado que detém o segundo PIB industrial per capita do país e ocupa o quinto lugar no ranking das exportações nacionais (dados de 1996). O município concentra grande parte da atividade econômica na indústria - com destaque para os setores metal-mecânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico. Responsável por quase um quinto de tudo que o Estado exporta, Joinville é sede de gigantes da indústria nacional, como Tigre, Brasmotor (Embraco e Cònsul), Döhler e Busscar, entre outros.

Histórico	<p>A história da cidade de Joinville inicia em 1843, com a celebração do casamento que uniu a família imperial brasileira e a realeza francesa. A terra onde hoje está a cidade foi doada ao Príncipe de Joinville como dote da princesa Francisca, irmã do imperador Dom Pedro II. Como o casal nunca chegou a ver essas terras, conhecidas como Colônia Dona Francisca, parte delas foi negociada com a Sociedade Colonizadora Hamburguesa. Em março de 1851 chegaram, então, os primeiros 118 imigrantes alemães e suíços, seguidos de um grupo de 74 noruegueses. Do ano da sua fundação até 1897 foram trazidos 28.000 imigrantes germânicos - operários, intelectuais, agricultores e profissionais liberais, que saíam da Europa em busca de oportunidades no Brasil.</p>
-----------	--

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	
População	39.341 habitantes
Área da unidade territorial	493 km ²
Fundação da cidade	25 de julho de 1876
Colonização	Portuguesa
Mesorregião	Norte Catarinense
Microrregião	Joinville
Municípios limítrofes	Araquari, Balneário Barra do Sul, Itapoá e Joinville
Hidrografia	Rios Monte de Trigo, Acaraí, Miranda, Morro da Palha, Tapera
Densidade	76,5 hab./km ²
Distância até a capital (Florianópolis)	194 km
Altitude	1 metro
Clima	Subtropical, temperado
Unidades de Conservação	Parque Estadual Acaraí, RPPN Morro da Palha. Reserva de Fauna da Bacia da Babitonga, em fase de criação.
Economia	A economia de São Francisco do Sul gira praticamente em torno do maior porto graneleiro do estado e movimenta aproximadamente 5,4 milhões de toneladas/ano. Os principais produtos exportados são: compressores, carrocerias de ônibus, madeira, papel, móveis, cerâmica, carne congelada, soja, milho, autopeças e têxteis. O pólo industrial, implantado recentemente, apresenta grande potencial de desenvolvimento.
Histórico	Região descoberta em 1504, São Francisco do Sul é a terceira cidade mais antiga do Brasil. Em 1553 chegaram os espanhóis, mas o povoamento efetivo da cidade só aconteceu a partir de 1658, com a vinda de portugueses e paulistas com uma leva de escravos. Em 1660 tornou-se vila e em 1847 foi elevada à categoria de cidade. O tombamento do centro histórico garantiu a preservação dos prédios e da riqueza arquitetônica da época colonial.

Nota:

Optou-se pela indicação, em todas as planilhas dos municípios aqui apresentados, dos dados estatísticos fornecidos pelo IBGE quanto à estimativa da população em 2008. Os dados referentes à densidade populacional, no entanto, referem-se ainda ao Censo de 2007.

Fonte:

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.sc.gov.br>

<http://pt.wikipedia.org>

<http://www.araquari.com.br/>

<http://www.prefeiturabarradosul.com.br>

<http://www.corupa.sc.gov.br>

<http://www.cidades.com.br>

<http://www.garuva.sc.gov.br>

<http://www.itapoa.sc.gov.br>

<http://portal.jaraguadosul.com.br>

<http://www.joinville.sc.gov.br>

<http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br>

AMUNESC em Revista (Ano 1, n. 01, Março/Abril de 2008).

CAPÍTULO 2 – EMBASAMENTOS PARA A ARGUMENTAÇÃO

2.1 Yvy Rupa, o Território de Ocupação e Mobilidade Tradicional Guarani¹⁰

Para mim eu nasci aqui no Brasil, eu nasci aqui no Paraguai. Mas para você eu nasci aqui no país Argentina. Para mim não, para mim não tem só um Paraguai, tudo isso aqui é mundo Paraguai. Tudo é Paraguai, porque nós índios Guarani não temos bandeira, não temos color [cor]. E para mim Deus deixou tudo livre, não tem outro país. Tem Paraná, tem quantas partes o Rio Grande. Do outro lado já é outro país, mas para mim não tem outro país, é só um país. Quando uma criança nasce aqui no Brasil, nasce lá no Paraguai. Quando nasce no Paraguai, ela nasce aqui mesmo também. Só um país. Para você eu nasci aqui na Argentina, mas para mim eu nasci aqui. É igual. Porque a água, por exemplo, esse rio é grande já [mostrando o rio Três Barras], mas só em cima está correndo, por baixo é o mesmo, a terra. Yvy rupa é tudo isso aqui, o mundo.

Pronunciadas por Roque Timóteo¹¹, as palavras indicam a concepção território-mundo, pensado e vivido pelos Guarani Mbya. A expressão yvy rupa, acompanhada por um gesto em que a mão espalmada quase alisa horizontalmente o solo, auxilia na compreensão do que ela designa: “nossa terra estendida”, que simboliza a morada terrena a se ampliar permanentemente através de pensamentos, sonhos, vivências, experiências. Morada existencial e concomitantemente simbólica. A base onde se assenta o mundo ou território, o espaço geográfico do mundo, o suporte da terra (Ladeira, 2008).¹²

Yvy rupa encarna a noção mítica de Yvy Pyau (Terra Nova), na qual a ação basilar é o movimento dos humanos Guarani. É a expressão a dialogar com a noção Território Guarani, mundo no qual se encontram as aldeias atuais, os lugares dos

¹⁰ Texto baseado em Darella (2004).

¹¹ Depoimento a Maria Dorothea Post Darella, quando vivia debaixo da ponte do rio Três Barras – Garuva/SC, em 2003.

¹² Para maior compreensão a respeito da expressão yvy rupa ver Cadogan (1950, 1992, 1997[1959]), Dooley (1982), Clastres (1990 [1974]), Litaiff (1999), Seminário sobre Territorialidade Guarani (2001), Ladeira (2008). Montoya, no século XVI, menciona a expressão tetãmã traduzida como “tierra patria” (1876 [1639], p.210) e ìbĩ opacatũ como “toda a terra” (1876 [1640], p.168), o que pode corresponder a território e morada terrena respectivamente.

antepassados, as áreas sonhadas, os espaços desocupados, os locais a serem apropriados, as trilhas e caminhos percorridos.

Composto por amplas extensões do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, o território tradicional guarani é concebido como um território aberto que substantiva o movimento guarani e é por ele substantivado. Explanando que esse mundo não é dividido para os Mbya como é para os “brancos”, Roque Timóteo reforça sua contrariedade às fronteiras nacionais.¹³ Quando expressa que os Mbya não têm fronteiras, refere-se ao posicionamento de negação das fronteiras dos estados-nação. Fundamenta, assim, uma “territorialidade contínua” (Wilde, s/d) e a liberdade dos Mbya no seu território, senão em termos de possibilidade de ocupação, mas de movimento. Está igualmente em consonância com o termo “território em expansão” (Garlet, 1997), numa “territorialidade aberta” “que compreende por limites apenas o mar e o rio Paraguai (limites geográficos concretos), [e] demonstra profundo conhecimento, de parte dos Mbyá, dos limites do território Guarani anteriores às fronteiras dos Estados Nacionais” (Venzon, 1990 -1993, p.169).

Trata-se de um território mítico-histórico-contemporâneo, espaço não-exclusivo¹⁴, plurisocietário e multilíngüe, porém não-fragmentado porque “os Guarani mantêm uma dinâmica sociocultural que se desenvolve em toda a sua dimensão territorial” (Ladeira, 2008, p.100). Para Ladeira, justamente, a noção de território “está associada à noção de mundo” que, por sua vez, está diretamente relacionada ao fator movimento, imbricado na definição de território guarani. Ladeira considera ser impossível caracterizar o território sem se remeter aos movimentos migratórios e à mobilidade decorrente da dinâmica social desse grupo. “... os movimentos fazem parte de sua noção de mundo, estando presentes desde a sua construção” (*idem*, p.102). “O

¹³ A 41ª edição do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro (novembro de 2008) mostra o documentário *Ñande Guarani (Nós Guarani)*, dirigido por André Luís da Cunha. O filme, idealizado pelo Ministério Público Federal, trata da integração de políticas públicas entre Brasil, Paraguai e Argentina para a população Guarani que vive nos três países. Expõe os esforços dos Guarani pelo reconhecimento e demarcação de suas terras e das dificuldades que encontram para a manutenção de sua identidade cultural, em razão de barreiras burocráticas que os impedem de circular livremente entre um país e outro, como é sua tradição. Conta com participações de lideranças Guarani dos três países: Alcides Weraty, Dionísio Duarte, Carlito Valiente, Amilton Lopes, Valdelice Veron, José Fernandes, Evandro Tupã Miri, Wera Tukumbo, Wera Miri, Simão Retavilalva, Tupã Nhangacu, Karai Tataendy, Leonardo Wera Tupã, Karai Tataendy, Jera Poty, bem como com a colaboração dos especialistas Maria Inês Ladeira e Antônio Brand (Brasil), Ana Maria Gorosito Kramer e Manuel Moreira (Argentina), Pe. Bartomeu Melià e Marilyn Rehnfeld (Paraguai).

¹⁴ Conforme Ladeira (2008), os Mbya ocupam e precisam conservar uma extensão territorial sobre a qual não detêm o uso exclusivo.

movimento é condição ontológica do modo de ser e se pensar mbya: movimento simbolizado na figura da caminhada, como um ser em construção, uma apreensão constante do vir a ser, um passado-presente em direção ao futuro” (Ciccarone, 2001, p.13).

Para os Guarani há um “sentido de unidade territorial” (Assis & Garlet, 1999, p.7.194). Esta concepção está baseada fundamentalmente na cosmologia, nos deslocamentos, na experiência e na rede de parentesco e alianças. O movimento dá forma e significação ao território. Vivência, interpretação e reelaboração de mundo formulam o território e por ele são formulados. A transformação do território descontínuo em uma continuidade comunicacional se dá pela instauração da unidade interna e externa das comunidades Guarani, através da construção das narrativas e do acordo coletivo, ou seja, o consenso do grupo a partir da contribuição de cada um (Litaiff, 1999, p.326).

Essa expressão-concepção *yvy rupa* encontra eco e comprovação. Segundo La Salvia & Brochado (1989), o território de ocupação guarani em época pré-colonial e colonial abrange extensas regiões do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, constituindo um espaço de aproximadamente 1.200.000 km², situado entre a costa Atlântica e as bacias hidrográficas dos rios Uruguai, Paraná e Paraguai, e entre o Trópico de Capricórnio e o Rio da Prata. De acordo com Monteiro (1992, p.476), “Do Chaco até o Atlântico, das capitâneas do Sul até o rio da Prata, a presença guarani abrangia, no século XVI, uma imensa área que hoje inclui os estados brasileiros de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, além de partes dos países vizinhos”. Noelli (2004) informa que nesse território foram identificados cerca de 3.000 sítios arqueológicos relacionados a ocupações guarani. Na atualidade existem no mínimo 360 locais ocupados, como cientificam Assis e Garlet (2004).

No litoral do Brasil, dados arqueológicos, históricos e lingüísticos registram a ocupação guarani entre o Rio Grande do Sul e São Paulo em período anterior ao século XVI. Há centenas de áreas ocupadas e desocupadas do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo, amalgamadas a uma extensa e complexa rede de parentesco, afinidade, intercâmbio, reciprocidade e solidariedade. O território, por conseguinte, não é um dado, mas uma construção, submetida “a um sem-número de possibilidades,

funções, formas e sentidos” (Meneses, 1991-1992, p.15), possui dimensões sócio-político-cosmológicas (Seeger & Viveiros de Castro, 1992) e significa um dos suportes simbólicos da vida social (Vietta, 1992).

Melià (1997) entende a categoria espacialidade “fundamental para la cultura guaraní”, pois que “ella asegura la libertad y la posibilidad de mantener la identidad étnica” (*idem*, p.105-6). Monteiro (1992, p.482) concorda com o exposto por Melià e percebe a confluência espacialidade – tradição como formadora de um dos grandes eixos do modo de ser guarani. Tomando essa confluência, note-se que no território tradicional ocorrem múltiplos sinais que são “lidos” e interpretados pelos Guarani. Além dos topônimos, os tape (caminhos), as táva e tava’i (ruínas de pedra), certas características geográficas e as afluições de determinadas espécies da flora, por exemplo, são para os Guarani sinais de que naqueles locais viveram os seus ascendentes. São “guias”, símbolos que “armazenam” significados¹⁵ (Geertz, 1989).

Os Guarani Mbya moldam o tamanho da terra-território, mantida, como afirmam, apenas enquanto nela existirem, sentindo grande encargo e dificuldade nessa conservação. A concepção territorial, por conseguinte, é permanente produção cultural efetivada pelas populações em determinada cartografia, fundamentando-se em bases vivenciais entrelaçadas às temporais, ambientais, cosmológicas, mitológicas, econômicas, históricas, políticas e sociais. Determinante marco histórico é o advento da colonização européia.

Advém do século XVI o registro dos primeiros contatos com os índios Guarani, também denominados Carijó, ocorrido na costa. A denominação Carijó, em si, é alvo de reflexão entre os Guarani. “O que significa Carijó?” Claudiomir Tibes¹⁶ versou sobre essa questão, relatando que os europeus chegaram na costa e encontraram as aldeias de seus antepassados. As mulheres Guarani, ao chamarem os homens (maridos, pais, avôs, irmãos, cunhados ou outros parentes) para o trato com os estrangeiros, diziam

¹⁵ “... os símbolos sagrados relacionam uma ontologia a uma cosmologia com uma estética e uma moralidade: seu poder peculiar provém de sua suposta capacidade de identificar o fato com o valor no seu nível mais fundamental, de dar um sentido normativo abrangente àquilo que, de outra forma, seria apenas real. O número desses símbolos sintetizadores é limitado em qualquer cultura e, embora em teoria se possa pensar que um povo poderia construir todo um sistema autônomo de valores, independentemente de qualquer referente metafísico, uma ética sem ontologia, na verdade ainda não encontramos tal povo. A tendência a sintetizar a visão de mundo e o *ethos* em algum nível, embora não necessária logicamente, é pelo menos empiricamente coercitiva; se não é justificada filosoficamente, ela é ao menos pragmaticamente universal” (Geertz, 1989, p.144).

¹⁶ Liderança da aldeia Yy Akã Porã, em junho de 2008.

“Karai ejo”, ou seja, “Karaí venha”, como é usual fazer ainda hoje quando da chegada de pessoas estranhas às aldeias. Ressalte-se que muitos homens Guarani são possuidores do nome próprio Karaí. Daí a corruptela Carijó.

O litoral, em si, convida a pensar sobre para guachu, o mar atlântico, localizado a leste do território e que possui posição de centralidade na mitologia e na cosmologia guarani, por simbolizar a possibilidade da transcendentalidade, a imortalidade do ser Guarani. Como elemento inspirador e caminho ao destino almejado, sua existência e visão inspiram alegria, saúde, fervor e vigor, situando-se, para além dele, Yvy Marã'eỹ (Terra sem Males¹⁷): a possibilidade de retorno ao status de divindade, inerente quando de Yvy Tenonde (a Primeira Terra).

O litoral é a “beirada” de Yvy Pyau (Terra Nova), a “beirada” do oceano, no expressar do Guarani Davi Martins da Silva (*in* Ladeira, 2007).

Nesse litoral que hoje vivemos, a gente está vendo que nossos avós vinham do Paraguai e da Argentina e disseram que esse litoral é muito importante para a gente, esse para guaçu que chamamos. Isso aí, para a gente viver no litoral que é muito importante para os Guarani. Só que tem que saber viver nesse litoral, porque aqui nesse litoral quando nossos avós vinham, era onde estudavam, muito importante, muita sabedoria através do estudo nesse litoral. A gente conversa com os mais velhos, qualquer pessoa que entende diz para estudar mais e até agradecer que está vivendo no litoral. Assim que eu conheço, eu vejo, eu vi. Para nós o litoral é muito importante. O litoral é onde tem a força, se estudasse bem mesmo.

¹⁷ Com o mesmo significado, ocorrem também as expressões yvy ju, yvy ju porã, yvy ju mirĩ, Ñanderu retã, dentre outras, bem como: terra sagrada, aldeia sagrada, eterna, áurea, resplandecente, prometida, paraíso. Terra sem Males é a imaginada terra onde há ka'aguy (mata), avaxi ete (milho verdadeiro), liberdade, nenhuma doença, provação, tristeza ou sofrimento. Nela inexistem os “brancos” e a morte. É o local alcançado por todos os Guarani que ficam encantados, segundo a mitologia. Vietta (1992) se refere à Terra sem Males como Yrovaiguá, mundo ao qual somente os Mbya têm acesso. Os Kaiowa utilizam a expressão Yvyaraguije (terra boa, tempo-espaço perfeito) em seus cantos e narrativas (Chamorro, 1998, p.153-4). Para Brand (1997) a Terra sem Males é o destino dos Kaiowá e Guarani – como são denominadas as duas parcialidades no MS, que não abandonam a prática de sua cultura. Em seu estudo sobre os Avá-Katú-Été do Paraguai, Bartolomé (1977), ao ponderar a Terra sem Males como uma noção mítica, alude sua localização sobre esta Terra, em direção Leste, devendo-se, para alcançá-la atravessar o grande mar originário.

A fala de Darci Gimenes¹⁸ ressalta não ser suficiente estar no litoral, importando, sobretudo o como estar e viver nele. Aponta para o exercício do estudo, em busca de arandu porã (sabedoria e o bom saber), referindo-se ao aprimoramento de cada um, à perseverança para desenvolver os conhecimentos apreendidos com as divindades e com os xamãs/rezadores/lideranças religiosas, transmitidos na opy (casa cerimonial, de rezas). O desenvolvimento pessoal ocorre no dia-a-dia, por intermédio dos mais velhos, dos sonhos - tomados como comunicações divinas, das experiências, dos intercâmbios. O aperfeiçoamento humano requer acertadas condutas no cotidiano e consideração aos ensinamentos e aos valores deixados pelos antepassados, embasados no nhande reko (cultura) e sua dinamicidade. A intenção maior é a consecução da plenitude, necessária para o alcance da superação da condição humana. A multifatorialidade, que soma fatores culturais e circunstâncias externas, constitui o substrato para a chegada e permanência de pessoas e grupos familiares na faixa costeira.

Índios Guarani que vivem no litoral sul-sudeste brasileiro acentuam o valor tanto do oceano quanto de lugares litorâneos para a ocupação. Leonardo da Silva Gonçalves assim o exprime: “Os mais velhos sempre falam que antigamente não havia necessidade de limites da terra para viver porque só existia um limite para todos os povos, para os Guarani também, que era o oceano, o mar, que sempre será na memória dos mais velhos, dos Guarani.” Disse que o mar é visto como o santo maior, não podendo ser tocado, mas sim ultrapassado através do que denomina encantamento, resultado de aguyje¹⁹ (leveza e perfeição do corpo e da alma). Segundo ele, avistar e contemplar o mar faz refletir e acalma. “A ligação entre floresta atlântica e mar significa religião para nós.”²⁰

O grande mar, para guachu, é, segundo Roque Timóteo²¹, a única cerca que ele conhece, “que botou Ñanderu para nós, é só o mar; esse sim vai atacar, mas se algum Mbyá agüentar seguir o sistema até o fim, sem perder aquela palavra antiga, vai

¹⁸ Liderança Guarani atualmente em Marangatu/SC, em depoimento a Maria Dorothea Post Darella, em 2002.

¹⁹ Montoya (1876 [1639]) registra aguïyè como vencer, ganhar, conquistar, acabar.

²⁰ Essas falas de Leonardo da Silva Gonçalves ocorreram em três oportunidades distintas. A primeira na aldeia Massiambu (em 2000), a segunda durante o *GT Memória e Imaginário Guarani: Mito, História e Territorialidade* (V Reunião de Antropologia do Mercosul, Ilha de Santa Catarina, em 2003) e a terceira quando em visita ao local onde foi formada a aldeia Vy'a Porã (área da TI Morro dos Cavalos, em 2004).

²¹ In Garlet (1997: Anexos).

conseguir cruzar até mesmo esse mar, do mesmo jeito que o Kechuíta”.²² “Na língua de antigo não se fala para guachu, mas para ñembou ei.”²³ Para ñembou ei significa o equivalente a mar criado ociosamente, sem motivo, porque sua única função parece ser a de separar a Terra com Males da Terra sem Males (Cadogan, 1992, p.130).

“O mar, no pensamento e cosmologia Guarani, ocupa um lugar ambíguo: ao mesmo tempo, obstáculo a transpor para se atingir o paraíso e ponto de chegada, pois é ali, nas suas proximidades, que o destino Guarani pode se realizar” (Ladeira & Azanha, 1988, p.20).

A cosmo-aqua-grafia referencial aos Guarani resulta do “diálogo” entre as águas doces e salgadas. As águas - rios e riachos (yy akã ou para mirĩ), cujas nascentes são essenciais e cujas fozes encontram ainda outros rios, lagoas, baías, canais, o oceano - ligam-se, circulam, formando vasto circuito em movimento, vinculação e articulação geográfica. A água ladeia, emerge e corre no mundo. “Os Guarani, modernos em quase tudo, instalados desde séculos no porvir, fizeram da água o lugar de sua origem, o centro de sua terra. (...) *Y Ete*, a água autêntica, a genuína, a verdadeira. A água, o centro da terra. Aí é onde começa a vida” (Melià, 2001b, p.112). Segundo Melià (*idem*), a água verdadeira remete a três questões: a do relato mítico de criação; a da preocupação dos Guarani quanto à exploração indiscriminada da água, sua crescente poluição e destruição de mananciais, buscando, além da *yvy marane'ÿ* (terra sem mal) a *y marane'ÿ* (água sem mal) e, por fim, a do Aqüífero Guarani.

Para além das matas e águas, é consensual na bibliografia guarani a importância do parentesco como eixo de transmissão e intercâmbio de conhecimento e memória, bem como de vivência cultural no território, na qual se inserem de forma privilegiada os deslocamentos e as ocupações. O território traduz uma constituição de “re-união” das aldeias. “O território reconhecido pelas pessoas em deslocamento como fazendo parte do território Guarani é a ‘terra de parentes’, a

²² Na literatura etnográfica a figura do Kechuíta (ou Kesuíta), Nhanderu Mirĩ, recebe interpretações e definições várias: divindade, personagem encantado, ser sobrenatural, herói civilizador que produz casas de pedra (as ruínas), mostra e caminha/levita sobre os antigos caminhos construídos pelos Guarani, é visível através dos relâmpagos, tendo alcançado a Terra sem Males. Ver Garlet (1997), Litaiff (1999, 2000), Basini (1999, 2003) e Ciccarone (2001).

²³ Palavras de Roque Timóteo. Depoimento ocorrido em agosto de 2003, quando vivia provisoriamente debaixo da ponte do rio Três Barras/SC (BR 101).

terra criada pelos deuses para ser habitada pelos Guarani. A característica fundamental desta 'terra de parentes' é ser ou ter sido habitada pelos Guarani", isto é, pelos "antigos avós" (Mello, 2001, p.18, 120). "A construção da categoria de 'parentes' muitas vezes supera o significado consangüíneo do termo, pois engloba desde parentes consangüíneos próximos, englobando a categoria dos parentes por afinidade, podendo significar inclusive, todas as pessoas pertencentes à etnia e até mesmo todos os Guarani" (*idem*, 2001, p.48). Assim como em todo o território, a categoria "terra de parentes" se mostra central no entendimento da ocupação guarani no litoral norte de Santa Catarina.²⁴ Tal aspecto pode ser constatado nos gráficos genealógicos, apresentados a seguir.

²⁴ Aos grupos familiares devem também ser considerados os possíveis agregados, como irmãos de cônjuges ou ainda parentes mais distantes e amigos. Entre os Guarani é usual a matrilocidade, embora ocorra a ambilocidade, em que pese o prestígio dos sogros, as alianças políticas e as relações sociais na decisão da moradia da família nuclear. A cunhadagem se insere nas relações de parentesco como aspecto fundamental a definir as alianças e decisões ocupacionais e de permanência.

Gráfico 1 – Genealogia da Família Extensa de Liberato da Silva e Macimiana Almeida

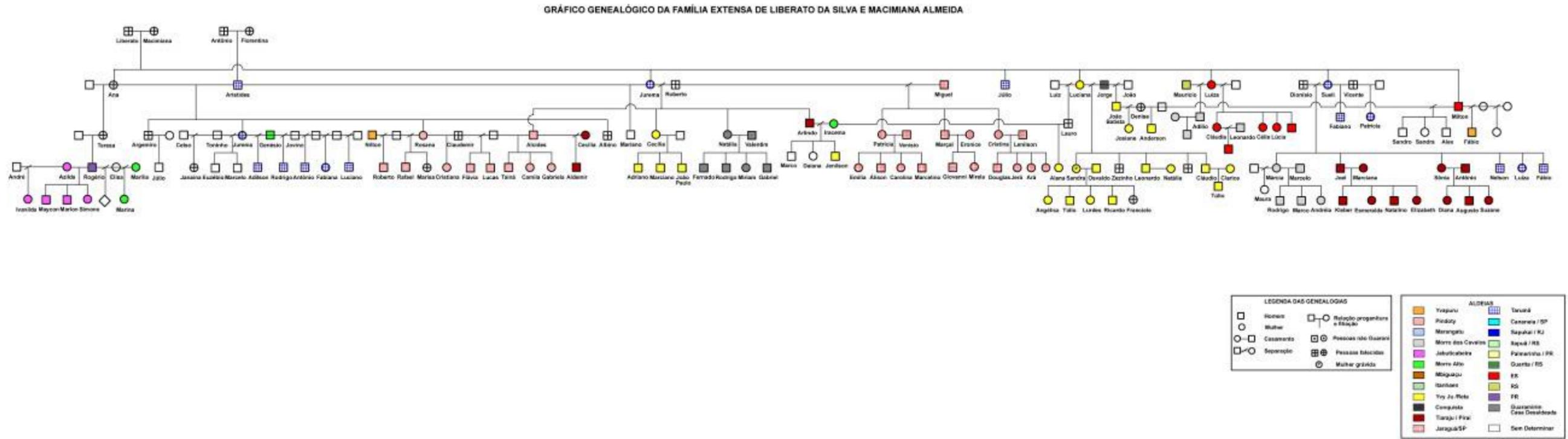
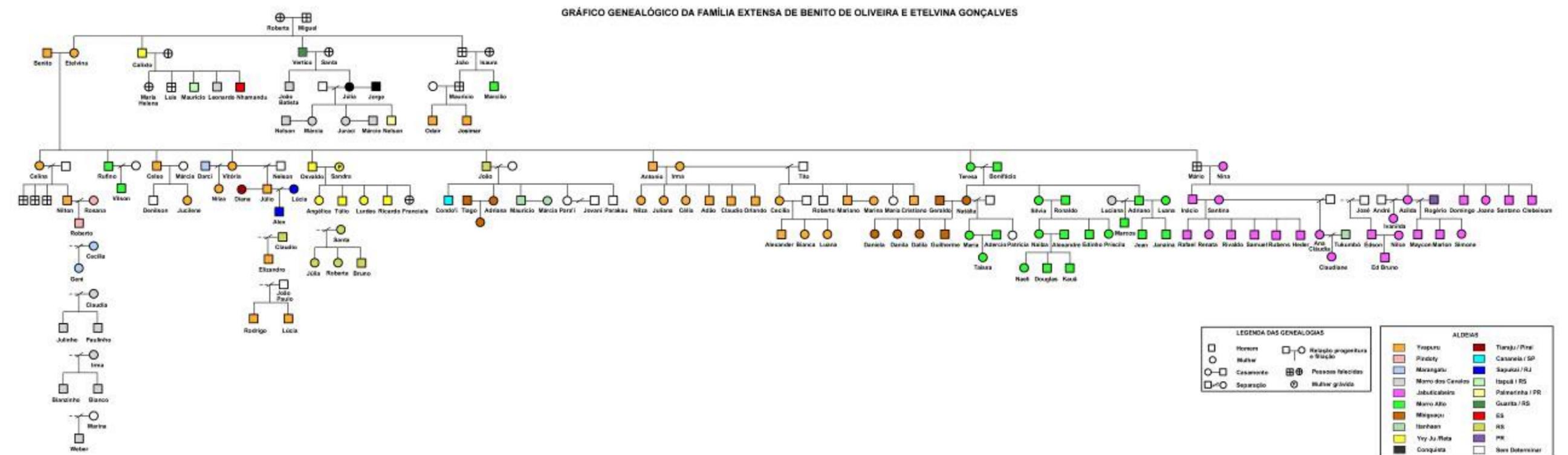


Gráfico 2 – Genealogia da Família Extensa de Benito de Oliveira e Etelvina Gonçalves



Para Gorosito Kramer (1982, p.158), o parentesco é um tipo de relação na qual se conjugam tanto elementos relacionados à consangüinidade e afinidade, como os que provêm da proximidade. Entende parentesco como um fenômeno complexo no qual a relação, constantemente atualizada, é um fator decisivo. Assim, a categoria parente não conjuga apenas conexões genealógicas, mas igualmente relações de solidariedade mútua, amizade e interesses, expressas na prática. Em larga medida é fator aglutinador e unificador (reunião de parentes, convivência, alianças políticas), podendo também se efetivar, por vezes, como desagregador e de evitação (incompatibilidades, rixas, brigas e até rompimentos definitivos).

O território de ocupação e mobilidade tradicional guarani consiste numa cartografia que traduz existência praticada e pensada heterogeneamente pelos indivíduos, famílias e grupos Guarani no espaço-tempo. Nele ocorrem as especificidades culturais, localizam-se as aldeias e os caminhos. É um território processual, relacional e transformado. Uma construção fundamentada em memória, conhecimento, palavra, sentimento, experiência, espiritualidade, combinando aspectos geográficos, históricos, sociais, econômicos e culturais. O território guarani é objetivado, conhecido e atualizado; arquitetado, analisado e idealizado individual e coletivamente; visualizado nos sonhos e experienciado de múltiplas formas. É uma formulação composta por subjetividades e objetividades, base de uma imensa rede substantivada em parentesco, intercâmbio, estratégias.

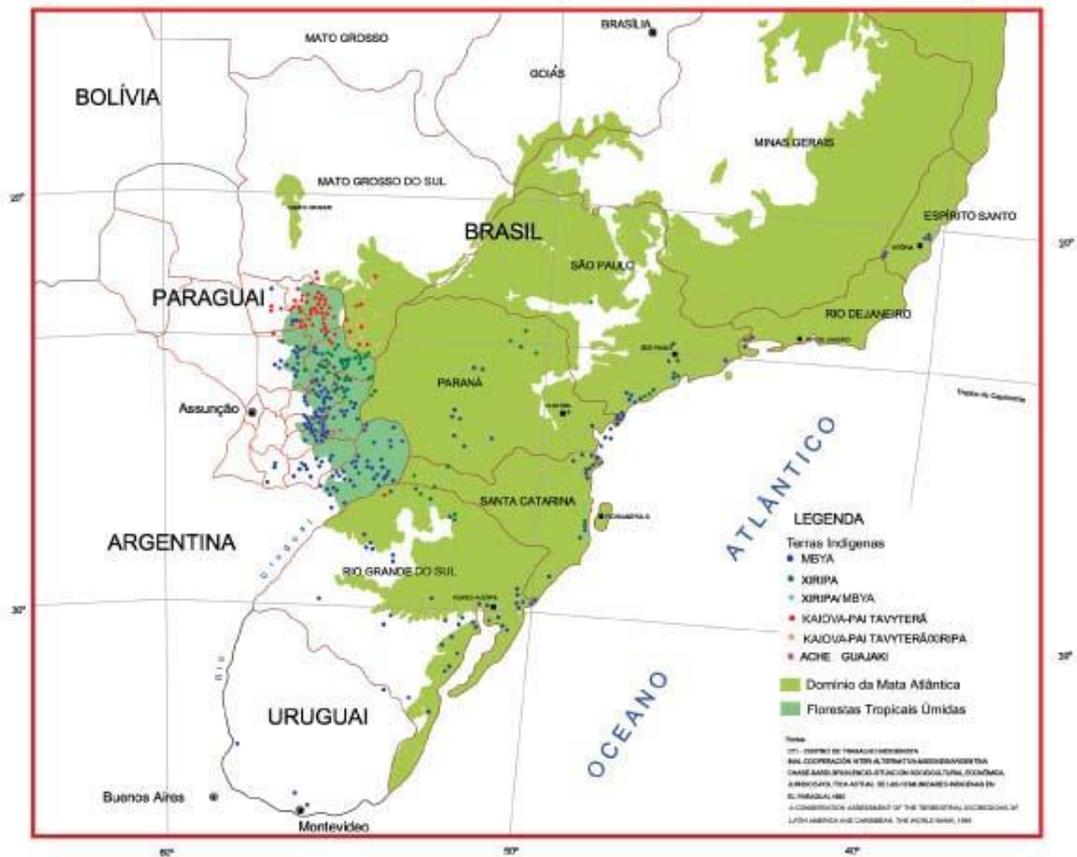
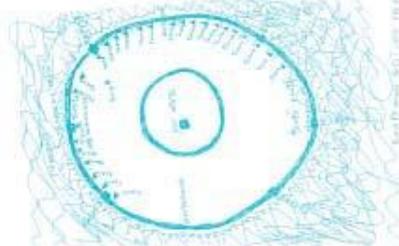
Esse território se consubstancia e se delinea em princípios míticos e cosmológicos, e em características e referências ecológicas e paisagísticas que se inter-relacionam. “Cosmologias e seus mitos associados são produtos e são meios da reflexão de um povo sobre sua vida, sua sociedade e sua história. Expressam concepções e experiências. Constróem-se e reconstróem-se ao longo do tempo, dialogando com as alterações trazidas pelo fluir do tempo, pelo circular em novos espaços, pelo contracenar com novos atores” (Silva, 1994, p.76).

O território Guarani resulta da imbricação de pautas sócio-culturais e intersocietárias, sendo resultado de migrações, ocupações, relações interétnicas, estratégias múltiplas de existência física e cultural. Cartografia enunciada, memorizada e desenhada com base na topografia, na geomorfologia, na pedologia, na hidrografia, na ecologia, na climatologia dos Guarani. Geografia nomeada com topônimos,

modificada com a presença guarani, idealizada com crenças, expectativas e esperanças. Mapeamento espacial de referência, orientação, vinculação, existência, identidade, bem como de ineditismos. O território Guarani se estrutura num *continuum* territorial-temporal em que movimento, dinâmica social e relações políticas internas e externas se efetivam numa incomensurável gama de formas, contextos e decisões diferenciadas.

Como já enfatizado, movimento e território estão intrinsecamente interligados, o que nos fornece elementos profícuos para compreender a noção de territorialidade reivindicada pelos Guarani. Faz pensar, na etnologia clássica e contemporânea sobre os Guarani, nas categorias: expansão, migração, dispersão, mobilidade geográfica, deslocamento territorial desde a época pré-colonial até o presente. O movimento territorial recria e conserva o mundo. É uma atividade de construção e reconstrução contínua, ou seja, uma modalidade de (re)composição, (re)elaboração e (re)atualização do mundo, das relações sociais, das pessoas e suas experiências.

TERRITÓRIO GUARANI



Elaborado por:
 André Luiz de Oliveira
 Maria Luiza Costa de Souza
 Instituto de Geografia

Quilômetro de 2000
 Modificado em setembro de 2004

Centro de Trabalho Indigenista



2.1.1 Região litoral norte catarinense

A região litoral norte catarinense não apenas compõe Yvy Rupa - o território tradicional guarani, como substantiva-o e adjectiva-o. A pesquisa de campo efetivada para fins de elaboração do EISA do projeto de duplicação da BR 280, em 2008, atualiza, confirma e consolida múltiplos elementos socioambientais e preceitos culturais dos Guarani, que se entrelaçam. Expomos alguns:

- ✓ A elaborada filosofia sobre o território, a efetividade de sua concepção de mundo e a complexidade da conjuntura atual que instiga a congregação da cosmovisão guarani, tempos e espaços-ambientes.
- ✓ A ênfase dada ao patrimônio material e imaterial, considerando inclusive a história e os conhecimentos geográficos, assim como a toponímia da região.
- ✓ A resignificação dos sambaquis no litoral em geral e dos localizados na Terra Indígena Pindoty – Gleba Conquista, em específico. A valoração da história oral e memória.
- ✓ A tônica ofertada à água e à conservação de nascentes, rios, córregos, cursos d'água em geral e a imprescindibilidade de acesso a rios e nascentes, para captação, pesca, banho, lazer e outros usos.
- ✓ O interesse em cuidar dos ambientes para a humanidade. A importância do resguardo de ka'aguy rupa - da mata, fauna e flora, o que inclui ervas medicinais. A efetividade da recomposição da mata após a ocupação guarani em Morro Alto e Yy Akã Porã, por exemplo.
- ✓ A centralidade do plantio, da conservação e melhoramento das sementes, da manutenção da caça, da pesca, da coleta e do manejo na cosmovisão guarani.
- ✓ O constante movimento/circulação e a importância da liberdade: procurar lugares, sinais das divindades e dos antepassados; conhecer e reconhecer lugares e caminhos; efetivar viagens e visitas a parentes e aliados/amigos; modificar locais de habitações, casas cerimoniais e demais construções nas aldeias. A ocorrência de novas ocupações ou reocupações.
- ✓ A convivencialidade instaurada entre pessoas/grupos familiares (conhecimentos/experiências, expectativas etc.), características da mata, do ambiente, calendário solar e lunar (tempo/época do ano), entre outros elementos.

- ✓ A importância dos mais velhos viverem com tranquilidade e do espaço vivido oferecer a possibilidade da escuta dos animais, da noite, da mata, da água.
- ✓ A efetividade da rede de parentesco e formação dos complexos sociais.

É possível verificar no transcorrer deste EISA que inúmeros Guarani, mulheres e homens, vivificaram o território tradicional através de suas memórias, experiências, conhecimentos, palavras. Falaram sobre movimentos, lembranças, sonhos e sinais indicativos de lugares para a formação de aldeias e do alcance de plenitude e perfeição. Apontaram prerrogativas culturais. Relataram sobre a passagem e a vida dos bisavós, dos avós, dos pais, dos antigos, nos tempos nos quais havia liberdade de movimento e ocupação. Acentuaram a importância da região litoral norte catarinense na concepção de mundo guarani. Francisco Timóteo Kirimaco explicou ser preciso procurar lugares “devagarzinho” e defendeu o direito de uso das áreas escolhidas a partir de pautas culturais. Benito de Oliveira sustentou a existência de táva e tava’i (ruínas de pedra) na região. Marta Benite mostrou locais de passagem dos Kechuíta. Marcílio Gonçalves relatou sobre caminhos dos Guarani para e pela Ilha de São Francisco do Sul, citando Miranda, Tapera, Morro Alto. Júlia Parapoty Gonçalves referiu andanças na região com seus bisavós. Arminda Ribeiro contou das lembranças de Gonçalina Gabriel quanto à mobilidade de sua família em São Francisco do Sul. Fernando da Silva lembrou do relato da falecida Aurora da Silva Carvalho²⁵ quanto à passagem de seu grupo familiar pela região. Carlos da Silva apontou espécies florísticas e sua relação com ocupações pregressas. Felipe Brizoela mencionou que os primeiros Guarani que vieram ao grande mar já sabiam onde deveriam ficar, procurando sinais. Adriano Morínico explicitou que os brancos não querem reconhecer serem os Guarani originários da região, com pertencimento à mesma família dos Carijó. Claudiomir Tibes relatou movimentos/caminhadas de pessoas mais velhas (ascendentes ou não) na região litoral norte há décadas.

O reconhecimento do território tradicional guarani vem ao encontro do que foi plasmado pela Convenção 169 da OIT Sobre os Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Brasil em 2004 e que fortalece o artigo 231 da Constituição Federal de 1988.

²⁵ Ciccarone (2001) narra a emblemática peregrinação da xamã Tatati Yva Rete do Paraguai ao Espírito Santo, onde, em 1979, fundou Tekoa Porã, evidenciando assim, a recriação e atualização do mundo por esse grupo migrante em busca da Terra sem Males. Aurora é filha desta xamã.

Artigo 13º

1. Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.

2. A utilização do termo "terras" nos Artigos 15 e 16 deverá incluir o conceito de territórios, o que abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma outra forma.

Artigo 14º

1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes.

2. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse.

3. Deverão ser instituídos procedimentos adequados no âmbito do sistema jurídico nacional para solucionar as reivindicações de terras formuladas pelos povos interessados.

O texto da Convenção 169 instiga a pensar a categoria territorialidade, aplicada para dar visibilidade ao pensamento, sentimento e ação de grupos sociais quanto à reivindicação e reconhecimento de seus direitos fundiários.

Os Guarani aldeados no litoral pensam e realizam uma construção territorial (conceitual, constitutiva, referencial) afirmativa, têm consciência espacial baseada em vivências/indicações oníricas, conhecimentos xamanísticos, eventos e estratégias. A territorialidade, pois, é esculpida no constructo têmporo-espacial e na virtualidade, composta, sentida e transmitida de um passado a um futuro, do ser ao devir, de movimentos entre o imaginário e a concretude, relacionados ou não ao mar-limite que territorializa infinitamente a Terra sem Males. A territorialidade, no plano da imanência, é pensada ou irradiada a partir dos centros-mundo (yvy mbyte – centro do mundo e tekoa, oo, opy, ete, ñe'ẽ – aldeia, habitação, casa de rezas, corpo, palavra/nome-alma),

do microcosmos ao macrocosmos, assentada nos elementos primordiais: terra, água, ar, fogo. Esses postulados são cantados nas aldeias e fora delas.

Resultado do pensar, interpretar, sonhar, falar, lembrar, ver, viver, a territorialidade é o sentimento advindo do pertencimento. “Não nasci aqui, mas pertenço”, como falou Adriano Morínico, em 2002²⁶, esclarecendo que existe pertencimento à terra e não da terra, e que é indiferente o local de nascimento para a consubstancialização do sentido do mundo guarani.

Para os Guarani o espaço-tempo continua se impondo ante a aproximação do cataclismo. “O mundo está ficando mais velho, estragado, castigado, precisando de muitos cuidados, assim como também os Mbya precisam se cuidar, vivendo seu sistema e permanecendo com saúde e força”, alertou Roque Timóteo. Mensurava a instabilidade do mundo e a ameaça de sua destruição. Em outras palavras, presentificava a cataclismologia inerente ao pensamento mbya, bastante referida na bibliografia.

Garlet (1997, p.152) aponta que assim como os Apapocúva do início do século XX, descritos por Curt Nimuendaju, “também os Mbyá contemporâneos constatarem com pesar o cansaço da terra. Este cansaço se manifesta tanto no baixo rendimento das colheitas, na pobreza dos recursos naturais, bem como no deterioramento das relações humanas.” Esse cansaço tem conexão com o cataclismo. “Os Mbyá, particularmente seus dirigentes religiosos, prestam muita atenção aos indicativos do *yvy opa/fim* do mundo. Calamidades *naturais* como enchentes, estiagens, incêndios, vendavais, períodos de intenso calor etc. são sempre interpretados como indícios de que o fim do mundo se precipitará” (*idem*, p.150. Grifos do autor). De acordo com Garlet, aos Mbya o fim do mundo está associado à atuação destruidora e gananciosa dos “brancos” e à própria falta de perseverança dos Mbya de viver *teko porã* (o bom modo de ser), e cujos sintomas são: a impossibilidade de obtenção de colheitas abundantes e a redução do número de Mbya que atingem a imortalidade. Desta forma, deriva *mba’e meguã* (destruição ou castigo), cujas ameaças “são um dos principais motivos da grande mobilidade nos dias atuais” (*idem*, p.155). A permanência deste mundo está relacionada à existência dos Mbya sobre ele, como relatou Tatati: “... se os filhos

²⁶ Atual cacique da aldeia Morro Alto – São Francisco do Sul/SC, referindo-se à aldeia situada na Ilha do Mel – Araquari/SC, onde residia em 2002.

caçulas [os Mbya] desaparecerem da Terra, (...), isso vai apressar a destruição do mundo. Nhanderu Tenonde [Nosso Pai Primeiro] falou assim.”²⁷

O direito de viver na terra, sobre a terra, em boa terra, acabou impulsionando muitas lideranças a expressar o seu direito de viver em áreas florestadas, materialização necessária para continuar sendo Guarani. Sob este prisma, é imprescindível a conexão território ⇔ territorialidade ⇔ territorialização (vivência/experiência ⇔ pensamento/teorização ⇔ intervenção e práxis política). Implica na crescente inscrição e visibilização da perspectiva política e o processo atual de definição e formalização de soluções administrativas, jurídicas e políticas afirmativas.

As noções de territorialidade (e as categorias território, terra, área), tradicionalidade (conhecimento, tradições, cultura) e temporalidade (envolvendo tempo-espço) dialogam e se transversalizam. Algumas categorias podem ser tomadas:

a) oguerojera, que consubstancia o movimento, o ser, o devir, mas também o estar, constituir;

b) ara, que significa a conjunção espaço-tempo;

c) arakuaa, que soma conhecimento a espaço-tempo;

d) arandu, que exprime sabedoria ou “sentir o tempo” e

e) yvyaraguyje (yvy = terra, ara = espaço-tempo e aguyje = perfeição). Tempo-espço que marca as cronologias individuais e coletivas, pois desde o nascimento até a morte o Guarani Mbya circulará, vivenciando a unidade indissolúvel entre o tempo e o espaço. O termo sintetiza tempo-espço perfeito, almejado constantemente.

Novas realidades, causadoras de embates forçam estratégias e respostas dos Guarani. Desafiados a lidar com uma conjuntura na qual áreas de mata possíveis de ocupação vão se tornando raridade, acabam precisando despender significativa energia na organização e defesa de seus interesses e necessidades territoriais. Em reuniões públicas passou a ser freqüente a ponderação dos Guarani de que no litoral viviam seus antepassados, uma vez que têm ciência das veladas ou explícitas

²⁷ Depoimento de Tatati a Maria Inês Ladeira em 1988, na aldeia Tekoa Porã/ES.

acusações de que sejam índios do Paraguai e da Argentina²⁸ e, portanto, não possuem direitos territoriais no Brasil.

Se a noção de territorialidade está aqui entendida como a percepção do território ecológico, cultural e político, como territorialidade simbólica²⁹, a territorialização corresponde à ação para consolidação de áreas no território. Movimentos, experiências, interpretações desencadeiam (re)articulação entre o extraordinário e o ordinário, a (re)modelação das atitudes entrelaçando o mítico-cosmológico e o cotidiano, a vida e as relações sociais. O ordinário está repleto de uma infinidade de circunstâncias que exigem posicionamentos, plasmados por preceitos internos e fatores externos à cultura.

A noção processo de territorialização, formulada em 1993 por João Pacheco de Oliveira³⁰, oferece substância ao entendimento das realidades vivenciadas pelos Guarani no sul. Segundo o autor, essa noção “é definida como um *processo de reorganização social* que implica: i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado” (1999, p.20. Grifo do autor). Pacheco de Oliveira esclarece que processo de territorialização “é precisamente o movimento pelo qual um objeto político-administrativo (...) vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que a relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso)” (*idem*, p.1-2). Para o autor, é fundamental analisar o contexto intersocietário e nele a intervenção indigenista e considerar os interesses e demandas dos índios.

Os Guarani têm se posicionado veementemente quanto aos direitos fundiários, posição espelhada na criação de instituições que atuam sobre a temática, como é o

²⁸ Como publicado na revista Veja, artigo “*Made in Paraguai*”, publicada na Edição 1999, de 14.03.07, p.56-58, de autoria do jornalista José Edward Lima.

²⁹ Conforme Barabas (2003).

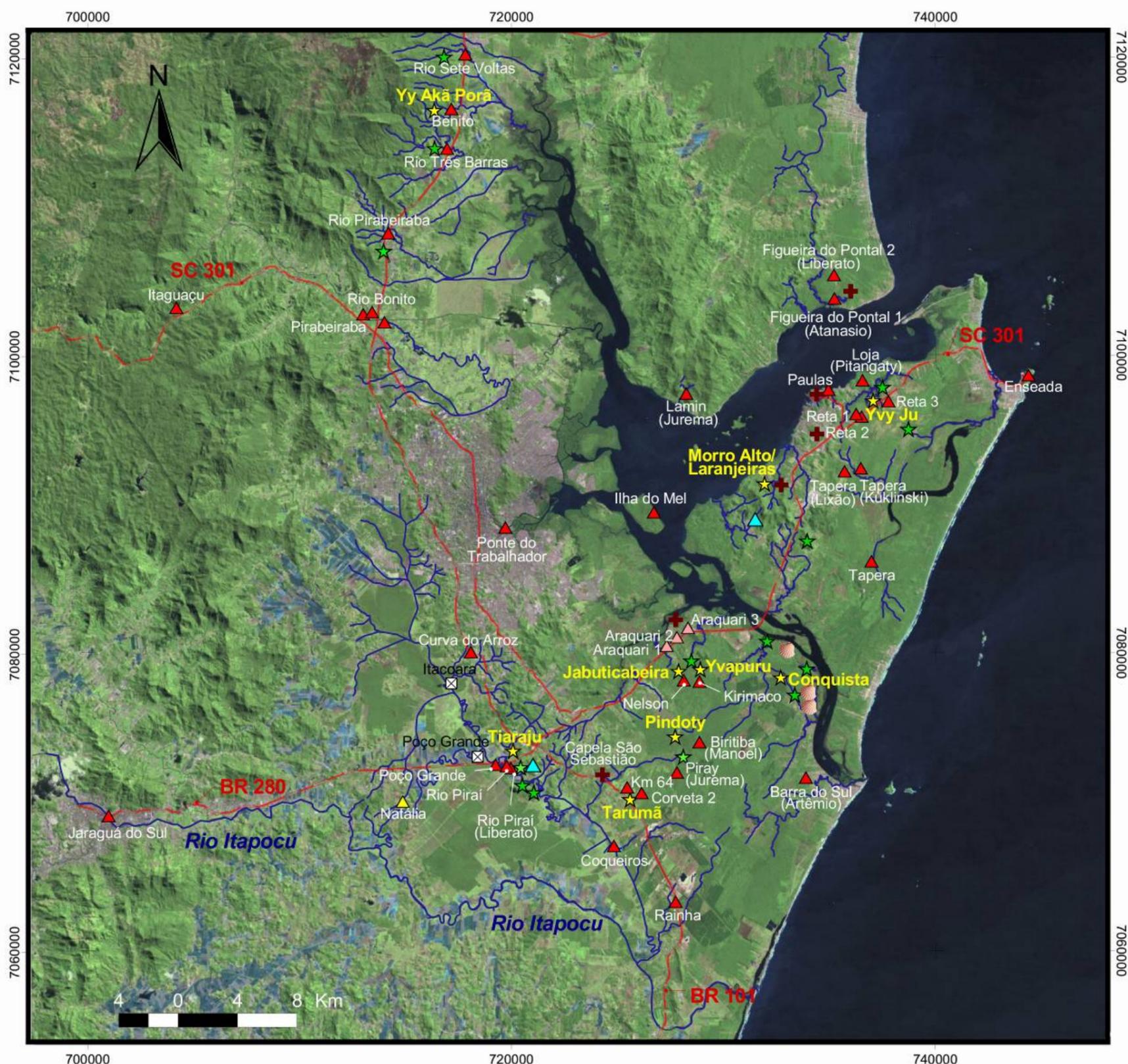
³⁰ “As sociedades indígenas e seus processos de territorialização”, apresentado na 3ª Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste (Belém/PA, 1993).

caso da Comissão de Terra Guarani do RS e da Comissão Guarani Nhemonguetá, em SC, assim como a Comissão Nacional Terra Guarani Yvy Rupa.³¹

É perceptível e compreensível a apreensão dos Guarani nos tempos e conjunturas atuais. Precisam ver reconhecidos seus direitos, a iniciar pela alteridade, o que se traduz em uma forma distinta de pensar e se posicionar no mundo, incluso ante projetos de desenvolvimento. Esse direito embasa os demais direitos.

³¹ Ver: *Direitos territoriais indígenas em debate no encontro da Comissão Nacional da Terra Guarani Yvy Rupa* (CTI/SP, 2006).

LOCAIS DE OCUPAÇÃO GUARANI



Fontes:

Imagem Landsat 7 - composição falsa-cor: R(banda 2), G(banda3), B(banda4)/setembro de 2002.

Limites das terras indígenas - FUNAI.

Dados vetoriais - Mapoteca Topográfica Digital de Santa Catarina Epagri/IBGE 2004. Escala 1:50.000, Projeção Universal Transversa de Mercator/ Datum SAD 69.

Sítios arqueológicos Guarani - Bandeira (2004).

Sambaquis - Atlas Ambiental da Região de Joinville: complexo hídrico da Baía da Babitonga. FATMA, 2003.

Elaboração: Elaine Zuchiwschi

LEGENDA

- ★ Ocupação atual
- ▲ Casa desaldeada
- ▲ Local desocupado
- ✚ Sepultamentos
- ▲ Local de futura aldeia
- ▲ Local de acampamento
- ★ Uso de recursos naturais
- ☒ Sítios arqueológicos Guarani
- Sambaqui
- Rodovias principais
- Rios

2.2 Ambiente Guarani no Litoral Catarinense

A região litoral norte catarinense, onde estão localizadas as nove aldeias indígenas guarani, foco deste estudo, foi composta originalmente por extensas Florestas Pluviais Atlânticas de Planície Quaternária, conforme o conceito elaborado por Klein (1979). As planícies da região estendem-se da Ilha de São Francisco do Sul às encostas da Serra do Mar, sendo a ocupação de populações indígenas identificadas desde a chegada dos primeiros navegadores franceses, conforme apontam Perrone-Moisés (1996) e Santos, Nacke e Reis (2006). Essas planícies são formadas por regressões marinhas, recortadas por morros recobertos de florestas, sendo que a vegetação forma um impressionante mosaico de formações florestais típicas de restinga, manguezais, planícies e encostas. Estas diferentes tipologias muitas vezes se sobrepõem e se mesclam na formação florestal da região.

Atualmente essas florestas encontram-se excessivamente fragmentadas devido à exploração madeireira, às práticas de agricultura extensiva e ao desenvolvimento urbano dos municípios da região, principalmente a partir da segunda metade do século XX. As florestas, em estágios variados de regeneração, encontram-se, em sua grande maioria, em estágio médio de sucessão secundária, conforme depreendido pela Resolução do CONAMA n° 04/94.

Os principais fragmentadores da paisagem são amplas áreas de reflorestamento com espécies exóticas (*Pinus* sp. e *Eucaliptus* sp.), empreendidas por empresas como a Comfloresta – Cia. Catarinense de Empreendimentos Florestais e a Karsten S.A., áreas de pastagens e monocultura. Registra-se igualmente o extrativismo de madeira, palha de palmeiras, cipó e samambaia, realizado pela população regional. Estas atividades são grandes ameaças à estabilidade em ambientes de Mata Atlântica (Kageyama & Gandara, 1994; Kageyama *et al.*, 1998).

A fragmentação florestal incorre na diminuição da área do habitat natural dos animais, fazendo com que numerosa quantidade deles venha sucessivamente desaparecendo das florestas da região, principalmente os de grande porte: predadores do topo da cadeia alimentar, como onças e bugios, que dependem de áreas extensas para sobreviver. A diminuição, ou mesmo ausência destes predadores, faz com que populações de animais de pequeno porte, como alguns marsupiais e roedores, estejam

umentando significativamente, ocupando a maioria dos nichos e excluindo considerável parte da diversidade faunística. Atualmente vem sendo publicados diversos trabalhos que demonstram a diminuição na riqueza de espécies animais em florestas tropicais, ocasionada tanto pela fragmentação florestal quanto pela redução do tamanho dos fragmentos. (Chapman & Chapman, 1993; Erlich, 1998; Reis *et al.*, 2003).

2.2.1 A rede hídrica

Os rios Cupim, Cubatão, Pirabeiraba, Piraí, Cachoeira, Parati, Itapocu, Acaraí, Monte de Trigo, entre outros, inserem-se na Região Hidrográfica 6 – Baixada Norte, uma das dez regiões hidrográficas de Santa Catarina, pertencente à vertente atlântica. A população Guarani do litoral norte vem ocupando locais às margens e nas proximidades desse mosaico hídrico, como pode ser depreendido no mapa *Ocupações Guarani e a Hidrografia da Região Litoral Norte de Santa Catarina*, dando continuidade ao modo de ocupação descrita na bibliografia arqueológica, histórica e etnográfica. Vários destes rios possuem topônimos imemoriais, oriundos da língua guarani, o que inevitavelmente remete à interpretação dos locais ocupados pelos seus antepassados. É de se ressaltar que a população não-indígena conservou esta toponímia.

A rede hídrica que percorre as florestas do litoral norte catarinense conta com rios de porte como o Palmital, o Cubatão, o Pirabeiraba, o Itapocu e o Piraí, cujas nascentes localizam-se nas serras, sendo ricos em afluentes que recortam toda esta região, como é o caso dos rios Cupim, Três Barras, Rio Bonito, Piraizinho, Una, Itapocuzinho, entre outros. A Ilha de São Francisco do Sul é banhada pelos rios Acaraí (atualmente protegido pela Fundação de Amparo ao Meio Ambiente - Fatma), Miranda, Monte de Trigo, Morro da Palha, entre outros, que somam diversos afluentes, entre os quais o rio Tapera. Além dos rios, a lagoa do Capivarú serve como importante fonte de recursos pesqueiros para a comunidade da aldeia Yvy Ju/Reta. Os principais rios da região alcançam o mar, sendo que uma parte deles deságua no Canal do Linguado e na Baía da Babitonga, sofrendo forte influência das enchentes marinhas e apresentando formações típicas de manguezais.

O complexo mosaico florestal existente nos morros e planícies do litoral norte catarinense é permeado por corpos hídricos, os quais são entendidos pelos Guarani

como ambientes sagrados, como parte dos elementos necessários à manutenção de sua integridade física, mental, espiritual e ao próprio modo de ser guarani. Desta forma, requerem locais onde possam banhar-se, pescar, apaziguar-se e coletar remédios nas *yy akã raimbé*, o “corte do rio” (matas ciliares), embora as ocupações apontem outras realidades. Em casos como os da aldeia Jabuticabeira, por exemplo, a ausência de cursos d’água com boa balneabilidade levou crianças a se banharem em valas abertas para o escoamento do excesso de água do terreno, contraindo infecções.

A pesca, fator apontado como intrínseco ao modo de ser guarani, uma forma de estar no mundo para além da segurança alimentar, é uma das bases da educação das crianças, atividade na qual é transmitida a cultura. A impossibilidade de muitos não poderem concretizar esse vínculo por intermédio da pesca é causa de profundo entristecimento, principalmente dos mais velhos. Os Guarani são exímios pescadores e possuidores de sofisticadas técnicas, como o uso do *ximbó y* (*Enterolobium contortisiliquum*) para a pesca em maior escala, assim como são detentores de um etnoconhecimento profundo relativo às variedades de peixes existentes nos corpos hídricos fluviais, lacunares e marinhos.

Os desmatamentos intensivos, as práticas agrícolas irresponsáveis e a urbanização não vêm respeitando os cursos hídricos e tampouco as suas matas ciliares. Fatores como a drenagem e a utilização de insumos químicos para a agricultura, o processo erosivo ocasionado pelo desmatamento e o despejo de dejetos residenciais e industriais vêm acelerando o assoreamento de muitos deles e aumentando significativamente as taxas de poluição, ameaçando a sustentabilidade da rede hídrica da região. Tais atividades, ademais de poluírem os rios, atingem também as águas subterrâneas e o lençol freático, ameaçando inclusive o fornecimento de água para o consumo das comunidades em geral. A falta de água de boa qualidade para suprir as necessidades básicas é uma dificuldade eminente em muitas aldeias, e apontada como um dos fatores de grande apreensão entre os Guarani.

2.2.2 As florestas

A população Guarani residente no litoral norte catarinense está ocupando os remanescentes florestais da região, procurando, na medida do possível, afastar-se da influência do crescente desenvolvimento urbano e das instalações não-indígenas. A

escassez de áreas florestadas contribui para ocupações em pequenos fragmentos de floresta, muitas vezes em áreas anteriormente desmatadas, mas que se apresentam em estágios intermediários ou avançados de sucessão, oferecendo recursos florestais mínimos à manutenção da cultura tradicional guarani, o que, entretanto, impõe a necessidade de adaptação do seu sistema a esta nova realidade.

As matas foram classificadas pelas comunidades indígenas como:

a) ka'aguy karape são as matas consecutivas de roçados recentes, ocupadas basicamente por espécies ruderais ou florestas há pouco recompostas, em estágio inicial de sucessão, sendo interpretadas como matas pobres e carentes de várias espécies importantes, embora com reconhecido potencial de regeneração;

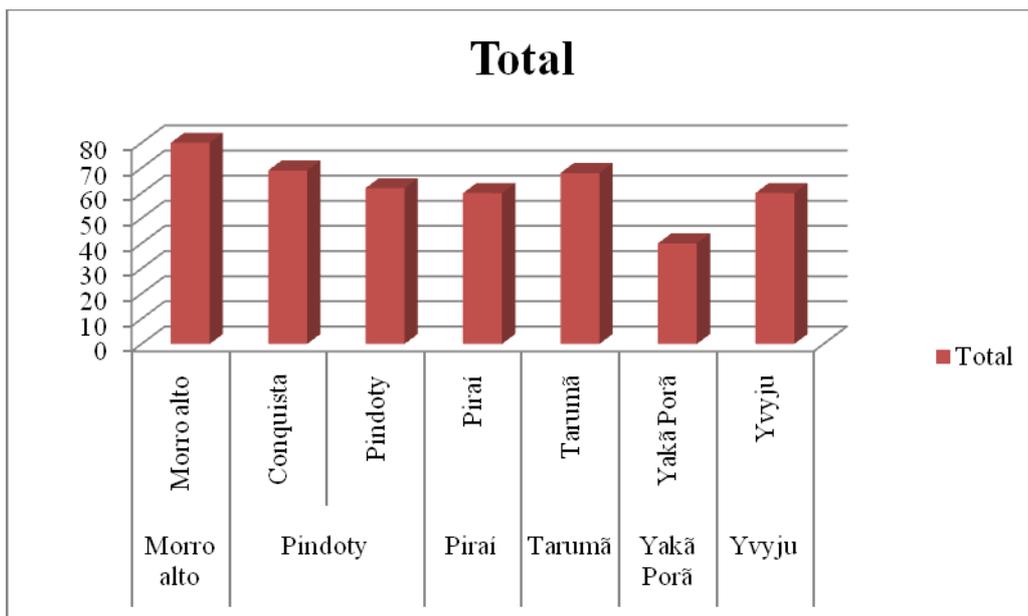
b) ka'aguy mbyte é literalmente o “meio da mata”. É uma expressão que incorre em duplo significado: o interior da mata ou uma mata que está em um estágio intermediário, não sendo ainda uma floresta completamente madura, mas que, no entanto, disponibiliza boa quantidade de espécies vegetais importantes, e ainda abriga animais de pequeno porte prestigiados para a caça e o uso medicinal;

c) ka'aguy ete são consideradas “matas verdadeiras”, ricas em caça e em espécies vegetais, disponibilizando uma boa quantidade de plantas de uso, principalmente plantas medicinais, elencadas pelos Guarani como as mais raras nas matas. Estas, no entanto, são encontradas somente em locais onde a floresta já esteja efetivamente recomposta, em locais onde estágios mais avançados de sucessão conferem à mata características aproximadas às de Mata Secundária, conforme o conceito criado por Klein (1980).

Devido à extensiva fragmentação e às características regionais, muitas vezes as formações florestais se sobrepõem, confundindo-se nos diversos recortes da paisagem. De forma geral, as matas consideradas “verdadeiras” necessitam de formações de encosta e áreas planas para agricultura, e oferecem todos os recursos necessários para a manutenção do nhande reko (modo de vida tradicional).

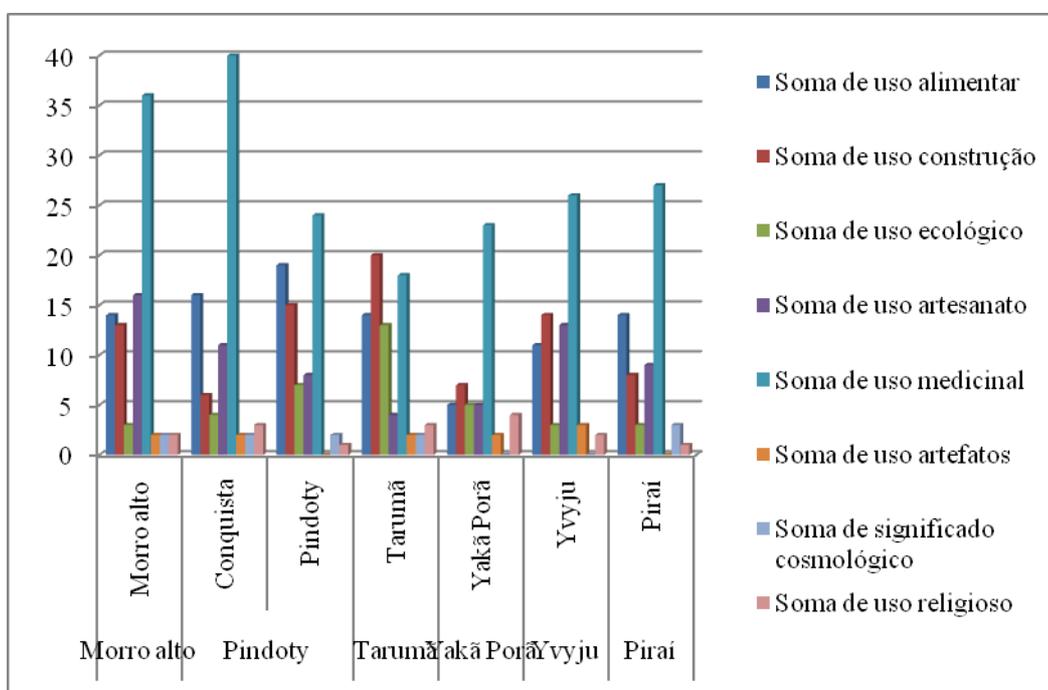
Nos trabalhos de campo, os Guarani da região litoral norte indicaram à equipe do EISA plantas de uso, num total de 180 espécies botânicas diferentes.

Gráfico 3 – Número de plantas de uso nas aldeias do litoral norte de Santa Catarina



Os dados das aldeias Jabuticabeira, Yvapurú e Pindoty, da Terra Indígena Pindoty (Gleba A), foram condensados em um único fator devido à sua proximidade e conseguinte continuidade ambiental.

Gráfico 4 – Número de plantas utilizadas por categoria de uso nas aldeias do litoral norte de Santa Catarina



Este gráfico representa o número de plantas utilizadas para diferentes finalidades em cada aldeia guarani do litoral norte catarinense.

Entre as plantas medicinais estão somente classificadas aquelas utilizadas para tratamento de doenças específicas na forma de chás ou emplastos, considerando-se que, indubitavelmente, algumas delas são utilizadas de uma forma mais generalizada pela comunidade e, de forma mais específica, pelas lideranças religiosas nas cerimônias. Dentre essas, é proeminente o uso de plantas da família das piperáceas, denominadas pelo etnogênero (Berlin, 1973 e 1992; Berlin *et al.*, 1966) *Jaorandi* e consideradas “remédio para tudo”, destacando o uso da espécie-chave (Garibaldi & Turner, 2004) *Piper marginatum*, que nomeia o etnogênero.

A categoria de uso religioso inclui as plantas utilizadas especificamente dentro da opy (casa de rezas), para uso ritual.

As plantas de significado cosmológico são aquelas reconhecidas pelos Guarani como sinais ambientais da ocupação dos seus antepassados, haja vista que todo o universo florístico compõe a cosmologia guarani, representada na concepção filosófica e ideológica de ka’aguy ete (mata verdadeira). Assim, toda planta é dotada de espírito e se vincula com as divindades. Carlos da Silva (Tiaraju/Pirai) fala que pindo ete (palmeira de jerivá), kuri’y (araucária), takuaruçu (taquara grande), yary (cedro) e yvapuru (jabuticabeira) são memória viva dos Guarani.³²

A categoria de uso ecológico representa plantas que servem à alimentação da fauna, de habitat para epífitas, para uso medicinal e para recomposição ou manutenção da vy’a (alegria) das matas sendo, por esse motivo, mantidas e cultivadas. Entre tais plantas destacam-se o guapoy (*Ficus guaranitica*), apontada em todas as aldeias como essencial.

As plantas de uso artefatos representam as espécies utilizadas para a produção de utensílios domésticos, como talheres e ferramentas, diferenciando-se daquelas para a confecção de artesanato, como cestos, pulseiras, colares, brincos, paus-de-chuva, bichos de madeira, bolsas, arcos e flechas etc., destinados principalmente ao comércio nas cidades próximas às aldeias.

A coleta de plantas necessárias muitas vezes é praticada por expressiva parte da comunidade e o material fica à disposição para uso comunitário. A extração de madeira, taquara, palha e cipó para a construção habitações e da casa cerimonial, é

³² Plantas referenciadas na bibliografia etnohistórica e etnográfica.

efetuada pela comunidade em mutirões maiores ou menores, de acordo com a necessidade. As coletas deste tipo de material costumam respeitar o calendário lunar, sendo priorizados os dias que vão desde o fim da lua cheia até a entrada da lua nova. A coleta do material para artesanato, como sementes e taquaras, muitas vezes é também realizado de forma coletiva.

A farmacopéia guarani advém de profundo conhecimento dos diferentes ambientes que compõem as florestas pluviais atlânticas, sendo utilizadas plantas, terrícolas, musgos, ervas, arbustos, árvores, cipós, lianas, plantas ribeirinhas, rupícolas e epífitas em geral, ocorrentes em restingas, florestas de planície e diferentes altitudes da encosta. Todo este conhecimento demonstra também a necessidade de áreas que apresentem distintos ambientes, para que os Guarani possam dispor da ampla variedade de plantas responsáveis pela manutenção da integralidade de sua saúde. O conhecimento aprofundado das plantas medicinais muitas vezes é restrito às pessoas mais velhas, rezadores e curandeiros de cada comunidade, que possuem suas especialidades. Todavia, parte desse conhecimento é compartilhado inclusive pelas crianças que conhecem, coletam e utilizam diversas plantas.

Há significativa diferença na disponibilidade de recursos nas matas. Algumas vezes os materiais necessários a uma determinada utilização estão disponíveis somente em uma das áreas e os indígenas costumam percorrer grandes extensões para obtê-los. É o caso do kurupikay (corticeira - *Erythrina falcata*), utilizado para a confecção dos bichos de madeira, existente somente em uma área restrita da Terra Indígena Tarumã, e utilizada por pessoas das aldeias Pindoty, Yvapura e Conquista.

Apesar da diversidade de conhecimento botânico existente nas aldeias, a indicação de algumas espécies converge nas diferentes áreas, demonstrando além da importância para a etnia sua ocorrência generalizada na região.

Tabela 1 – Espécie botânica e frequência indicada pelos Guarani nas aldeias do litoral norte de Santa Catarina

Planta	Frequência	Planta	Frequência
paraparay	100%	yvapuru	57%
ambay	100%	yvyra katu	57%
peguaao	100%	mandiory	57%
yary	100%	takua ete	57%
guapoy	100%	araxa mirim	57%
ingá guaxu	100%	jaorandi guaxu	57%
jaorandi	100%	mbokaja mirim	57%
pipi guaxu	86%	typyxa	43%
pindo'i	86%	ka'a	43%
kurupikay	86%	pakuri	43%
pindo ete	86%	kuri'y	43%
ryvadja embi'u	86%	takuaruxu	43%
mbokaja guaxu	86%	kurumuai	43%
yvyra rapoju	86%	ximbó y	43%
tembiaja	71%	amambai	43%
tarumã	71%	araxa guaxu	43%
araxicu	71%	guavira	43%
jakare ruguai	71%	takua ete'i	43%
tembetary	71%	guembera	43%
pipi	71%	kapi'i'a	43%
yvaro	71%	ichongy	43%
kajarana	71%	xaxim	43%
yxypto reaquã	71%	yvi	43%
guembe pi	71%	ambay ju	43%
pegue poã	71%	yvyra djypiro	43%

Na tabela foram incluídas somente espécies apontadas em mais de 40% das aldeias. Algumas das plantas levantadas são espécies botânicas diferentes, embora indicadas com o mesmo nome. Isso ocorre principalmente em função de algumas delas

terem sido classificadas por categorias de uso, outras por relações ecológicas entre as espécies. Embora obedeam a uma orientação cultural geral, estas categorias, de maneira alguma, são estáticas, podendo ocorrer interpretações distintas.

As variedades que compõe a tabela totalizam 50 plantas, demonstrando o amplo universo botânico retido pelos Guarani no litoral norte catarinense e a relativa homogeneidade ambiental da região. O grande número de espécies não indicadas por algumas comunidades aparenta refletir o fato de ocuparem áreas degradadas, em matas com menor disponibilidade de recursos florestais ou florestas de formações vegetacionais mais restritas.

2.2.3 Problemas de esfera ambiental nas aldeias guarani do litoral norte catarinense

Fatores como a redução dos fragmentos florestais, o extrativismo excessivo e o aumento da poluição, oriundos do crescimento urbano e industrial, acarretam problemas ambientais a toda região do litoral norte catarinense. Esses problemas afetam diretamente as comunidades Guarani, que encontram dificuldade de acesso a matas que forneçam materiais florestais, principalmente no que tange os medicamentos utilizados tradicionalmente. Além da falta de remédios são elencados outros problemas pelas comunidades, como:

1. a escassez de materiais para confecção de artesanato, como taquara e sementes;
2. a insuficiência de madeira para a construção de diferentes edificações, como a opy (casa de rezas) e habitações;
3. a ausência de animais apropriados à caça que além de servirem como alimento, oferecem matéria-prima para o preparo de diferentes medicamentos e
4. a carência de abelhas nativas para o fornecimento de ei (mel) e cera, necessários para curas, rituais, alimentação, artefatos etc.

Muitas áreas encontram-se atualmente com forte presença de árvores exóticas, ocasionada pelo plantio dessas espécies em longas extensões de terra, fazendo com que se disseminem e invadam áreas de mata nativa, a qual é suprimida com grande velocidade (Bourscheid *et al.*, 2003).

A agricultura extensiva, a utilização de grandes áreas para pastagem e a remoção da cobertura florestal em geral também provocaram um significativo empobrecimento do solo, em prejuízo da prática da agricultura tradicional guarani. A maioria das comunidades encontra dificuldades para estabelecer suas culturas agrícolas, em função das dificuldades impostas pelo terreno arenoso e pobre em nutrientes.

Outro fator de extrema apreensão para os Guarani é a instabilidade fundiária. A aldeia de Yvy Ju/Reta aguarda medida referente à regularização da área, com formação de grupo de trabalho pela Funai. Esta comunidade convive com a incerteza e a insegurança, devido a construção de cercas próximas. Essa preocupação é plausível se considerado o histórico de lastimáveis expulsões de áreas ocupadas de forma tradicional, conforme relatado por Ladeira (1991) e Darella (1999). Os próprios Guarani mencionam a multiplicação de cercas nas áreas utilizadas pelas comunidades, a derrubada de parcelas de mata e a intrusão por não-indígenas que praticam a caça e diversas atividades extrativistas irregulares como a retirada de madeira, palha (guaricana ou palmeirinha), palmito, cipó e samambaia.

Em algumas áreas, como é o caso da Gleba Conquista, na Terra Indígena Pindoty, além da extração de madeiras nativas protegidas por lei, acontece a construção de moradias e abrigos temporários para os extrativistas. Foi relatado também o saque de pertences utilizados na casa de rezas.

No caso da aldeia Laranjeiras, na Terra Indígena Morro Alto, as trilhas utilizadas pela comunidade, consideradas sagradas e tratadas com o devido respeito, são rotas de motociclistas “trilheiros” aos finais de semana. Percorrem os caminhos indígenas em considerável velocidade, colocando em perigo os transeuntes da aldeia, o que inclui as crianças.

Muitas dessas invasões têm sido recorrentemente denunciadas pelas diferentes comunidades, que solicitam providências cabíveis dos devidos órgãos de fiscalização das instâncias: municipal, estadual e federal.

Outra atividade é exploração de pedreira com maquinário pesado, inclusive em terra indígena atualmente delimitada por equipe técnica da Funai.

O desenvolvimento urbano, industrial e agrícola da região afeta diretamente uma outra questão interpretada como sagrada às comunidades Guarani: a água. É uníssona a percepção que o leito dos rios e as águas subterrâneas estão afetados e que há diminuição dos recursos pesqueiros na região. É igualmente ressaltado o desaparecimento de diversas variedades de peixes, anteriormente pescados. A drenagem de água para irrigação de monocultura agrícola, principalmente arrozais, o despejo de insumos químicos agrícolas, o desmatamento das matas ciliares, os resíduos industriais e os esgotos domésticos lançados nos rios da região e seus afluentes são os fatores indicados como causadores de tais extinções. Em algumas aldeias, como é o caso de Jabuticabeira e Yvapura, a água já não é considerada apropriada para consumo da comunidade, sendo mesmo assim utilizada por ser a única fonte existente.

O recorte da região por rodovias, estradas e ferrovia é também percebido pelas comunidades como um problema ambiental. A maioria das aldeias está instalada nas proximidades de estradas, rodovias e vias urbanas, como é o caso de Tiaraju/Piraí, Tarumã, Yy Akã Porã, Jabuticabeira, Pindoty e Yvy Ju/Reta. Tarumã e Tiaraju/Piraí, sobretudo, convivem diariamente com a poluição sonora e atmosférica advindas do tráfego de veículos automotores pelas rodovias BRs 101 e 280, respectivamente. Crianças e adultos utilizam as rodovias como acesso às aldeias, às áreas de uso e aos centros urbanos. Crianças e jovens de diversas aldeias atravessam rodovias diariamente para ter acesso à escola. Para Tarumã a construção de uma passarela foi elencada como medida mitigadora da duplicação da rodovia BR 101 no ano de 1996 e até o momento não foi efetivada. No caso de Piraí/Tiaraju, a única área de floresta disponível localiza-se do lado oposto da BR 280, obrigando a comunidade a atravessar a rodovia inúmeras vezes. Quanto à aldeia Laranjeiras/Morro Alto, em São Francisco do Sul, verifica-se a aspiração de acesso a recursos florestais no Morro da Palha, que compõe exuberante mata de encosta atlântica. Também neste caso a rodovia BR 280 se interpõe. A esses problemas, soma-se a falta de placas junto às rodovias sinalizando a existência de terras indígenas. Houve relatos sobre a entrada de andarilhos e pedintes que circulam pelas estradas e que acabaram por molestar pessoas da comunidade, que se sentem inseguras frente a essas abordagens e não sabem como lidar com tais situações.

Outro problema ambiental recorrente e relativamente recente à realidade indígena é a gestão de resíduos sólidos. Em algumas aldeias encontra-se lixo espalhado pelo pátio, em volta das casas, próximo às fontes de água e no meio das roças. Resíduos sanitários e rejeitos em geral, recipientes de produtos químicos e medicamentos, materiais recicláveis e orgânicos não passam por qualquer tipo de triagem. O lixo coletado acaba muitas vezes sendo enterrado na aldeia ou queimado³³, muitas vezes próximo às casas. Em aldeias como Pindoty, a coleta de lixo, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Araquari, sequer é realizada, apesar das solicitações da liderança. Em algumas aldeias, os agentes indígenas de saneamento (AISAN) não têm conseguido efetivar o gerenciamento dos resíduos, tornando o problema do lixo cada vez mais acentuado.

Questão preocupante refere-se ao uso de telhas, compostas por amianto, substância carcinogênica. O maior problema refere-se ao manuseio do pó ou da fibra de amianto, mas a simples exposição ao material igualmente pode acarretar conseqüências à saúde. Um exemplo: ao utilizar as telhas, precisa-se furá-las, cortá-las e até mesmo quebrá-las, o que produz um pó que passa a ser inalado por aqueles que estão próximos, em contato direto ou indireto. Isto sem mencionar o perigo da exposição contínua nas habitações com esta cobertura e do consumo de água armazenada em caixas de amianto.

Segundo Nascimento (2006), os problemas e sintomas de saúde advindos da exposição aos produtos que contém essa substância tóxica podem aparecer anos mais tarde, sendo o efeito retardatório um dos motivos que levam as pessoas a não se importarem com a utilização de telhas, caixas de água e outros materiais. Em países como Alemanha, Arábia Saudita, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Suécia, Suíça e República Checa foi proibido o uso do amianto, por se tratar de um produto inegavelmente nocivo à saúde.

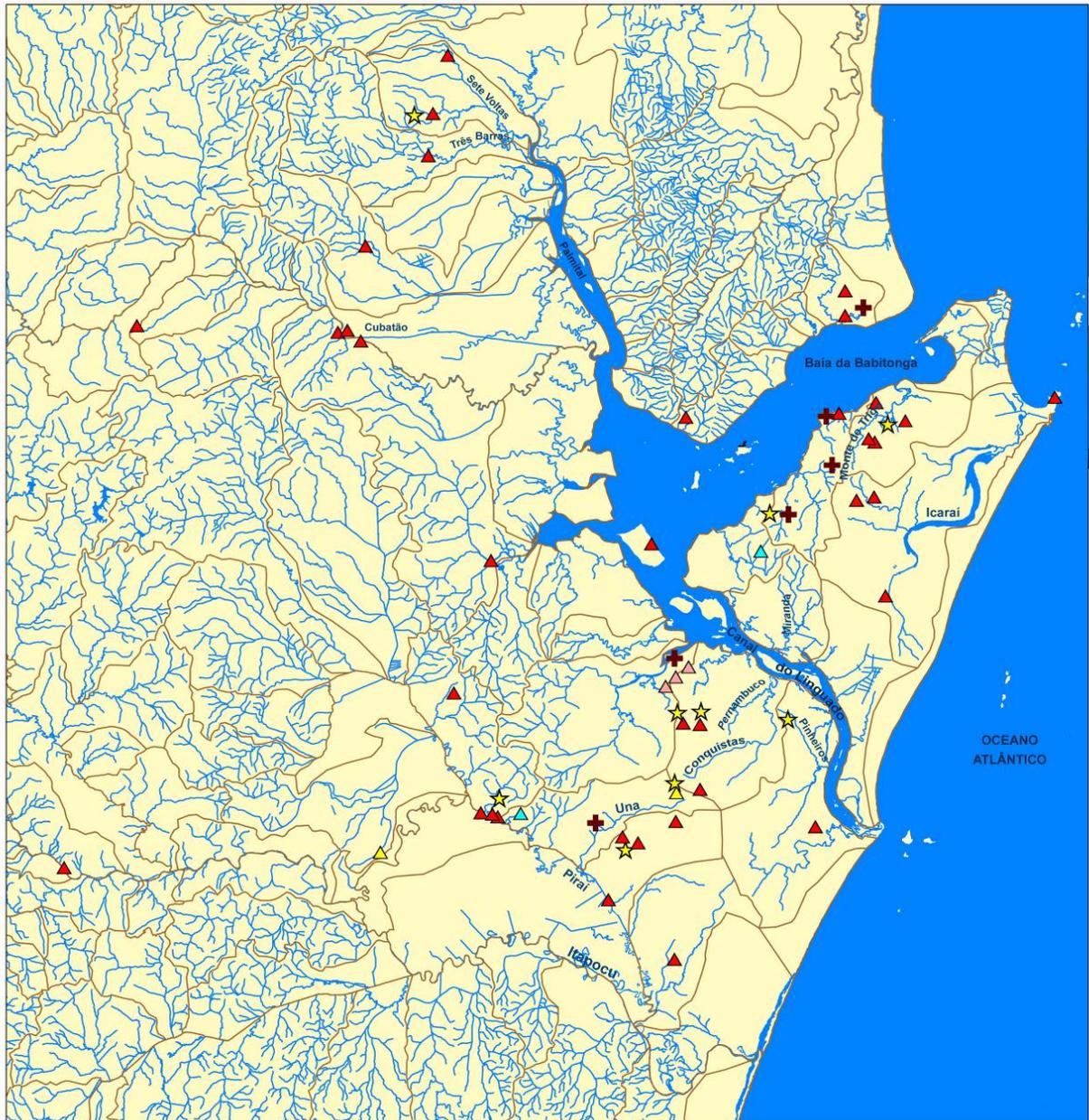
O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), também legislou sobre esta substância, destacando-se a Resolução nº 007/87 que determina que os fabricantes de produtos que contenham amianto devem imprimir em cada peça, os seguintes dizeres, com caracteres bem visíveis: “Cuidado! Este produto contém fibras de amianto. Evite a

³³ Evento presenciado nos trabalhos de campo da equipe, que pode evidenciar a toxicidade da fumaça inalada desta queima.

geração de poeira. Respirar poeira de Amianto pode prejudicar gravemente sua saúde. O perigo é maior para os fumantes. Caso não seja possível imprimir todos esses dizeres, segundo a Resolução nº 19/96, deve constar o seguinte: “Contém amianto. Ao cortar ou furar não respire a poeira gerada, pois pode prejudicar gravemente a saúde”. Há ainda a Resolução nº 348/2004 que considera como perigosos os resíduos “oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde, oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde”.

Dessa forma, pode-se ver que a população que continua tendo suas casas construídas com esse tipo de telha e/ou possui reservatórios de água de amianto está exposta a mais este risco à saúde. As comunidades indígenas Guarani do litoral norte catarinense fazem parte desse percentual. Inclusive, todos os módulos sanitários construídos pela Funasa possuem esse tipo de telha e das nove aldeias somente Tarumã não tem casas cobertas com esse material.

Ocupações Guarani e a hidrografia da região norte de Santa Catarina



LEGENDA

- ★ Ocupação atual
- ▲ Casa desaldeada
- ▲ Local desocupado
- ✝ Sepultamentos
- ▲ Local de futura aldeia
- ▲ Local de acampamento
- ∩ Rios
- ∩ Limites das microbacias

Fontes:

Dados vetoriais - Mapoteca Topográfica Digital de Santa Catarina Epagri/IBGE 2004. Escala 1:50.000, Projeção Universal Transversa de Mercator/ Datum SAD 69.

Microbacias - Mapa Digital das Unidades Hidrográficas do Estado de Santa Catarina / Epagri e Diretoria de Recursos Hídricos da Secretaria do Desenvolvimento Sustentável - Governo do Estado de Santa Catarina.

Elaboração: Elaine Zuchiwschi

2.3 A Especificidade Guarani. Considerações de Âmbito Geral

Este texto pretende subsidiar e potencializar o entendimento sobre aspectos referentes à dinâmica nas aldeias guarani, fornecendo e articulando elementos abstraídos das pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Sua composição trata do território de ocupação e mobilidade guarani, de subsídios socioambientais, de saúde e educação escolar indígena e ainda outros aspectos considerados relevantes para o processo de conhecimento relativo à especificidade cultural guarani na região litoral norte de Santa Catarina.

Tabela 2 - Aldeias e População Guarani no Litoral Norte de Santa Catarina

ALDEIA	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO 2006³⁴	POPULAÇÃO 2008
Tiaraju / Piraí	Araquari	67	74
Tarumã	Araquari	19	15
Pindoty	Araquari	36	24
Yvapuru	Araquari	06	31
Jabuticabeira	Araquari	23	32
Conquista	Balneário Barra do Sul	25	29
Yvy Ju / Reta	São Francisco do Sul	17	33
Morro Alto / Laranjeiras	São Francisco do Sul	78	95
Yy Akã Porã	Garuva	21	65
	TOTAL	292	398

Verifica-se na região de estudo um incremento populacional marcante. Em 2006 o registro aponta 292 pessoas, sendo que dois anos após somam-se 398 pessoas. Para além da necessidade à consideração quanto a nascimentos e movimentos inter-aldeias, o dado indica fortalecimento da ocupação e organização sócio-política Guarani na região litoral norte de Santa Catarina.

Esta região testemunha a presença de uma ampla rede de parentesco formada, sobretudo, por várias famílias nucleares e extensas, como: Silva, Brizola, Ramires, Brisuela, Oliveira, Morínico, Gonçalves, Acosta, Timóteo, Mariano, Escobar, Benite, Ortega, Gimenez, Palácio Garai. Essa rede se ramifica e estende a inúmeras aldeias no território de ocupação e mobilidade tradicional, Yvy Rupa, formando um continuum etno-geográfico.

³⁴ Dados extraídos do documento intitulado *Atenção à Saúde da População Indígena: Uma Proposta de Integração ao Sistema Único de Saúde em Santa Catarina*, de 2006.

Os levantamentos podem variar abruptamente, por razões variadas, o que inclui distensões sociais. Visitas e mudanças de grupos familiares também influem. Na região as aldeias mais populosas são: Morro Alto/Laranjeiras, Tiaraju/Piraí e Yy Akã Porã. Em Pindoty, Yvapura, Jabuticabeira, Yvy Ju/Reta e Conquista há uma certa equiparação populacional, com exceção de Tarumã, a aldeia menos populosa. Em Guaramirim encontra-se uma família desaldeada³⁵, a de Natália da Silva, filha de Jurema da Silva Tatamxi (Tarumã).

2.3.1 Agricultura

A bibliografia clássica e recente sobre o povo Guarani e suas parciaisidades Mbya, Xiripa e Kaiova é farta em assinalar a importância do plantio como componente intrínseco de seu modo de viver. Nas aldeias guarani estudadas é notória a presença e preservação de sementes consideradas verdadeiras, sagradas (como milho e tabaco, por exemplo), mesmo que em pequenas proporções. Estes cultivares, segundo os Guarani, advém geração a geração dos antepassados, e foram recebidos, por sua vez, das divindades. Devem ser reproduzidos enquanto os Guarani existirem, ou como eles próprios afirmam, enquanto o mundo existir.

A agricultura, portanto, integra a cosmovisão, a mitologia, a ontologia, simbolizando um elo entre passado e devir, humanidade e divindade. Segundo Ladeira (2008), a prática sistemática da agricultura é o eixo estruturante da sociedade guarani e envolve as esferas da vida coletiva: sociais, simbólicas e rituais. A plantação associa temporalidade (calendário anual e lunar, atividades cotidianas), tradicionalidade (transmissão do conhecimento agroecoflorestal, divisão do trabalho, rituais, preservação do germoplasma nativo, conservação da biodiversidade, economia de reciprocidade e solidariedade, organização social) e territorialidade (locais de ocupação e sua organização espacial: qualidade do solo e dimensão que permita a realização de pousio, circulação e intercâmbio de sementes). Sua prática comunga com os elementos terra, água, fogo, ar e se entrelaça à cultura material (pilão, mão-de-pilão, cestaria etc.) e à culinária (receitas, dietas e couvade³⁶).

³⁵ Esta família não consta do quadro populacional.

³⁶ Trata-se de restrições a serem seguidas quando de determinados acontecimentos no transcorrer da vida, do nascimento de filhos, que exige o resguardo paterno e materno a certas atividades, a itens que compõem a alimentação e maior zelo nas condutas.

A alimentação é embebida de sentido mítico-religioso e compõe um aspecto destacado na cosmovisão guarani, estando relacionada à leveza do corpo e perfeição do ser, à saúde, fortalecimento, qualidades idealizadas pelos Guarani. A dieta ideal compõe-se basicamente de produtos dos cultivos (milho, feijão, batata doce, melancia, abóbora, mandioca, amendoim etc.), coleta de frutas (butiá, guabiroba, jaracatiá, jabuticaba etc.), ei (mel), jeju (palmito) etc., somados a proteínas como ovo, peixe, carne de frango ou caça. Alguns desses itens são pilados, assados ou cozidos e preparados sem gordura ou sal, de acordo com as prescrições dos antigos.

Nas aldeias litorâneas os cultivos ocorrem atualmente em reduzida escala. Aspectos cerceadores dessa atividade vital estão relacionados à exigüidade de espaços, localização ou caracterização ambiental das áreas, acidez dos solos, gradativa perda de variedade de sementes e dificuldade de sua troca entre parentes. São considerados essenciais os cultivos avaxi (milho), kumanda (feijão), jety (batata doce), takuaree avaxi (sorgo sacarino/cana-de-açúcar), xãjau (melancia), andai (abóbora), mandio (mandioca), manduvi (amendoim), pakova (banana) e ka'a (erva-mate), ka'apia (lágrima-se-nossa-senhora), pety (tabaco), yakua (porunga) e yvaũ (semente preta, para os colares), cujos fins são alimentícios, medicinais, rituais, ornamentais, utilitários, produtivos (artesanato). Muitos desses cultivos ocorrem há séculos, o que comprova o zelo por sua preservação.

Nas aldeias da região perduram espécimes do germoplasma nativo. As roças não atendem mais a demanda alimentar, mas buscam preencher a sustentabilidade cultural, além de contribuir para a biodiversidade. São trabalhadas, em geral, pelas famílias nucleares, mas podem ocorrer na forma individual ou também coletiva.

O milho e o tabaco são plantas que imprimem valor acentuado à existência, à formação da pessoa, sociedade e cultura, sendo vínculo entre os humanos e os deuses, o que se verifica na literatura etnográfica e se confirma nas aldeias estudadas. De acordo com Schaden (1974, p.40, 42) “o cultivo do milho assume importância incomparavelmente superior à de qualquer outra espécie vegetal”, pois que “tudo o que diz respeito ao milho se associa ao mundo sobrenatural.” Assim, milho e ñemongarai (ritual de nomeação) estão imbricados. Neste ritual as crianças recebem seus nomes-alma através dos xamãs, como também são reafirmados os nomes-alma dos jovens e

adultos, sucedendo a renovação da pessoa. O ñemongarai ocorre costumeiramente entre janeiro-fevereiro, no ara pyau (tempo novo).

A despeito de inúmeras dificuldades de ocupação e plantio, os Guarani acentuam a importância de preservar as sementes verdadeiras, guardando-as e plantando-as a cada ano, desafiando as conturbadas circunstâncias das áreas. Buscam manter seu agroecossistema nos pátios familiares, nas roças e também nas matas, agregando espécies sazonais e perenes, sublinhando a importância do plantio de pindo (palmeira), yary (cedro), yvapura (jabuticabeira) e takua (taquara), entre outras espécies.

2.3.2 Economia

Se as roças não suprem a demanda alimentar, se a coleta, a caça e a pesca são atividades praticadas em diminuta escala nas áreas indígenas, de onde as famílias Guarani que vivem hoje na região norte catarinense tiram o seu sustento? O estudo de campo nas aldeias permitiu verificar que os grupos familiares, em geral, compõem sua subsistência na conjunção: agricultura, caça, pesca, coleta, criação de pequenos animais, provisão de gêneros alimentícios provenientes da Fundação Pauli-Madi Pró-Solidariedade e Vida³⁷, da Funai, de outras instituições laicas e religiosas e de voluntários em geral, merenda escolar e doações esporádicas de itens variados. Recursos financeiros provêm de venda assistemática de artesanato, palmeira real e frutas sazonais, de salários mensais de agentes indígenas de saúde (AIS), agentes indígenas de saneamento (AISAN) e de professores bilíngües, venda de mão-de-obra temporária a regionais, benefícios do INSS regulares ou específicos (como aposentadorias e auxílio maternidade, respectivamente), bolsas-escola³⁸. Os corais de Conquista, Tiaraju/Pirai, Morro Alto e Pindoty granjeiam, por vezes, pagamento e

³⁷ Essa provisão é destinada quinzenalmente à cozinha comunitária, nos casos das aldeias Tiaraju/Pirai, Jabuticabeira, Pindoty e mensalmente às famílias nucleares, no caso das aldeias Yvapura, Yy Akã Porã, Morro Alto, Yvy Ju/Reta e Conquista. A Fundação Pauli-Madi Pró-Solidariedade e Vida, sob responsabilidade do Padre Luiz Facchini – Joinville, desenvolve o projeto denominado Ocas – *Cozinhas Comunitárias*. Atende as nove aldeias da região litoral norte catarinense, segundo informa a página eletrônica: www.paulimadi.com.br. O projeto também fornece congeladores para a conservação de alimentos.

³⁸ O Programa Nacional Bolsa Escola, criado em 2001, visa à manutenção de crianças nas escolas. Todas as famílias com renda per capita mensal inferior a R\$ 90,00, cujas crianças de 6 a 15 anos estiverem freqüentando o Ensino Fundamental regular, podem ser beneficiadas, passando a receber R\$ 15,00 mensais, por aluno, até três crianças por família. O dinheiro é pago diretamente por meio de cartões magnéticos, em agências e postos de atendimento bancário e casas lotéricas.

doações quando de suas apresentações fora das aldeias. O coral de Morro Alto aguarda o término da produção do cd gravado para fins de comercialização.

Dos itens listados acima, a maioria compõe uma lógica e uma ética econômica de cunho sócio-cultural. Sobre o funcionamento da cozinha comunitária, conta Carlos da Silva (Tiaraju/Pirai): “Todo dia um casal se responsabiliza pelo preparo das refeições e toda a comunidade tem a liberdade de se servir.” Os salários e aposentadorias inserem-se na dinâmica familiar-comunitária, sendo fontes que viabilizam compras diversas a suprir necessidades das famílias e a mobilidade inter-aldeias.

A produção de artesanato é uma atividade praticada por todas as aldeias, com exceção de Tarumã. Destacam-se peças como mboy (colares), ajaka (cestaria), mbaraca mirim (chocalho), vixo ranga (animais esculpidos e pirografados de madeira), pau-de-chuva, arcos e flechas, zarabatanas, cachimbos e outras peças, decoradas ou não com penas e sementes. Sua comercialização mostra-se uma fonte de renda importante a vários grupos familiares e ocorre, sobretudo, nos municípios de Joinville, Jaraguá do Sul, Araquari, Balneário Barra do Sul, São Francisco do Sul, Balneário Camboriú, Garuva e inclusive Curitiba. A demanda intensifica-se durante a temporada de veraneio nos balneários, quando se dá um incremento mais substancial às dotações familiares.

Apesar da variedade de fontes, a depender das conjunturas específicas, a maior parte dos itens sofre intensidade variável no transcorrer do ano, não permitindo a segurança alimentar. De fato, a precariedade é incidente.

2.3.3 Atuação Institucional

Órgãos governamentais e não-governamentais como: a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Associação Estadual dos Rondonistas de Santa Catarina – Projeto Rondon (atual Rondon Brasil), a Fundação Nacional da Saúde (Funasa) através do Pólo-Base de Araquari, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (EPAGRI), a Universidade Federal de Santa Catarina (Museu Universitário), o Conselho de Missão junto com Povos Indígenas - COMIN, o Conselho Indigenista Missionário - CIMI, a Procuradoria da República inserem-se no rol dos órgãos que buscam compreender o valor do plantio para os Guarani e a necessidade

de apoio ao rocio. Sabem que existe intrínseca correlação entre roças, saúde, terras, qualidade de vida.

A Funai/AER Curitiba construiu depósitos em todas as aldeias e repassa sementes, insumos agrícolas, mudas e ferramentas. Prefeituras municipais são acionadas pelas lideranças para cessão de pequenos tratores para aragem da terra. A UFSC (Proextensão) efetivou dois projetos³⁹ pontuais, visando a potencialização do manejo agroflorestal e dos cultivares tradicionais. Capacitações foram realizadas na EPAGRI em Florianópolis e Joinville⁴⁰ com o fito de encorpar e qualificar o trabalho. O COMIN oferece apoio à concretização de horta nas aldeias Tiaraju/Piraí e Yy Akã Porã. O CIMI atua em prol dos processos demarcatórios, bem como de políticas públicas que assegurem os direitos culturais aos Guarani, dentre os quais o direito à agricultura.

Todavia, as lideranças Guarani têm externado a necessidade de atuação interinstitucional articulada no que se refere a projetos de sustentabilidade, com ênfase no desenvolvimento do sistema agrícola tradicional, que abarque as nove aldeias da região litoral norte catarinense. Debate e aprofundamento em torno da temática foram objetivos do *Seminário Regional de Comunidades Indígenas. Tema: Políticas Públicas para Comunidades Indígenas*⁴¹, ocorrido em 10.04.08, na aldeia Morro Alto. Este seminário acabou girando em torno da regularização fundiária e do andamento do projeto Microbacias 2. Com alocação limitada de recursos de custeio, nesta região o referido projeto atuou exclusivamente em Morro Alto, permitindo ações como a criação de vaca leiteira, galinhas e pintos, a formação de açude de alevinos, o plantio de mudas frutíferas e apicultura.

Adriano Morínico, cacique de Morro Alto, representa a comunidade na associação dos agricultores da Microbacia Miranda, mas sente-se sob tensão

³⁹Denominados *Aldeia Tarumã: trabalho antropológico e agrônômico de apoio ao manejo agroflorestal e à cultura guarani*, ocorrido em 2005 (Darella et al., 2005) e *Aldeia Yakã Porã (Garuva): Conjunção de trabalho antropológico e agrônômico para a potencialização do manejo agroflorestal guarani*, de 2006 (Darella et al., 2006).

⁴⁰ Com participação da UFSC, Funasa, Projeto Rondon, Pólo-Base de Araquari, nos anos 2004, 2005 e 2006.

⁴¹ Organizado pelo cacique Adriano Morínico e a comunidade de Morro Alto, EPAGRI e Projeto Microbacias 2. Ver convite, em Anexos. Do evento participaram representantes da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, EPAGRI, Funai, Pólo-Base de Araquari - Funasa, Microbacias 2, CIMI, Procuradoria da República em Santa Catarina, delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário, equipe do EISA da duplicação da BR 280 e PPGAS/UFRGS.

porquanto não existir política voltada aos Guarani⁴², por ser o único indígena a participar e por ter conhecimento de posicionamentos contrários ao processo demarcatório.

Ainda durante o seminário acima mencionado, representantes do Microbacias 2 assinalaram a impossibilidade legal de alocação de recursos nas áreas indígenas não demarcadas, estando Morro Alto e as demais oito comunidades nessa situação, razão pela qual a atuação integral se concretizar apenas nas áreas regularizadas Mbiguaçu (Biguaçu) e Marangatu (Imaruí). A interrogação que permeou o evento foi, portanto: a partir de qual etapa fundiária o Microbacias 2 tem autorização para atuar com indígenas? Como iniciou o Microbacias 2? Com a inclusão dos índios ou a regra do jogo foi mudada depois? “Como manter a semente tradicional enquanto não regulariza a área?”, indagou Adriano Morínico. “Os Guarani estão se sentindo enganados,” expressou com contundência Felipe Brizoela.

Os presentes foram informados que o projeto Microbacias 3 está sendo negociado para 2009 - 2011. Nesse cenário é premente a reversão do posicionamento do Banco Mundial, do governo do estado de Santa Catarina e dos demais envolvidos, visando o reconhecimento das ocupações indígenas em áreas demarcadas ou não.

A construção de embasamento socioambiental para atuações de sustentabilidade que reconheçam as especificidades dos contextos das aldeias guarani pode ser percebido no projeto *Fortalecimento da agrobiodiversidade guarani: Ações de intercâmbio de espécies vegetais entre as aldeias de Santa Catarina*,⁴³ sob a responsabilidade do Projeto Rondon.⁴⁴ Uma das ações concretizadas no segundo semestre de 2008 consistiu em viagem⁴⁵ a aldeias guarani situadas em SC, RS e Misiones/Argentina, com o fim de formar um banco de germoplasma nativo no litoral de

⁴² Informação confirmada por Rocha (2008), antropóloga responsável por elaborar diagnóstico avaliativo do Microbacias 2.

⁴³ Trata-se de projeto financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (Agricultura Familiar – PRONAF, Identidade Étnica e Patrimônio cultural dos Povos Indígenas), com vigência entre 28.12.07 a 31.12.08.

⁴⁴ Organização que atua na área da saúde indígena desde 1999, desenvolvendo ações dentro das aldeias.

⁴⁵ Desta viagem participaram Adélcio Natalício e Adriano Morínico (Morro Alto), Néilson Benite e Tiago Timóteo (Yy Akã Porã), Silvio Pereira e Carlos da Silva (Tiaraju/Piraí), além de representantes de outras aldeias de SC.

SC, a fortalecer inclusive a rede de trocas. Segundo indicado no próprio projeto, temos que

a parceria estabelecida em prol da saúde encadeou a instituição no conjunto da cultura, das necessidades e das reivindicações indígenas. Desta aproximação, uma das principais conclusões é a necessidade de produzir alimentos e preservar seus ambientes, buscando a sustentabilidade das terras onde vivem. A partir de 2001 o P. Rondon / SC passou a atuar em projetos na área de produção de alimentos em terras indígenas, com ênfase em alimentos tradicionais para os guarani do litoral catarinense.

Sustentabilidade e saúde se entrelaçam com segurança fundiária. Algo realçado pelos Guarani aos diversos órgãos quando das reuniões da Comissão Guarani Nhemonguetá. Por conseguinte, foram organizados encontros para planejamento do trabalho interinstitucional junto às aldeias da região do litoral norte de Santa Catarina, buscando recursos e forma de atuação integrada uma vez que a Fundação Pauli-Madi Pró-Solidariedade e Vida viu-se na situação de corte de provisões às aldeias. Este fato alarmou as lideranças e impulsionou o Conselho Local de Saúde Indígena do Litoral Norte de Santa Catarina Mbya Arandu Porã a solicitar cestas básicas à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em 07.11.08.

A apreensão quanto à insegurança alimentar não é nova nas aldeias. As mortes de crianças por desnutrição instigam propósitos de atuação interinstitucional que, insistentemente, tendem a cair no vácuo após algum tempo.

Ainda em 2005, após reunião no Pólo-Base de Araquari, foram redigidas Proposições de Trabalho e Ações⁴⁶, visando esforços para a parceria na promoção da autonomia e da autodeterminação dos Guarani da região litoral norte de Santa Catarina. Indicavam-se aspectos que se mostram atuais:

- a) Necessidade de efetivação de diagnóstico antropológico e etnoambiental das aldeias da região, objetivando a obtenção de um retrato consistente da situação e demandas de cada aldeia, permitindo que as ações conjuntas a serem construídas com os indígenas comunguem com suas particularidades e com as potencialidades

⁴⁶ Expediente à coordenação da FUNASA, em 24.11.05, redigido por componentes da equipe deste EISA.

ambientais das terras indígenas. Tal estudo explicitará os contextos e pontos de vista diferenciados nas aldeias Guarani;

b) Capacitação e interação periódica sobre a cultura e visão de mundo Guarani entre equipe multidisciplinar, agentes de saúde indígenas e técnicos em saúde que atuam nas aldeias;⁴⁷

c) Adequação das cestas básicas e da merenda escolar à dieta guarani;

d) Apoio à construção de opy (casas de reza) realçando a proeminência do sistema cosmológico e fortalecendo o sistema médico-curativo e ritualístico tradicional;

e) Potencialização de lavouras de subsistência com cultivares tradicionais (milho, feijão, mandioca, abóbora, batata doce, amendoim, melancia, cana etc.) por meio de bancos de sementes e propágulos, para conservação, multiplicação e circulação do material vegetal;

f) Construção de casas comunitárias nas aldeias, que intensifiquem o processamento e o consumo de pratos da culinária tradicional guarani e incentivem o resgate e a transmissão de conhecimentos alimentares entre as gerações;

g) Fornecimento de auxílio alimentar quando dos mutirões de roça, de construção de casas de reza, habitações e outras atividades coletivas;

h) Concretização de viveiros de mudas de árvores frutíferas, plantas medicinais e espécies da Mata Atlântica consideradas importantes na cultura Guarani, contribuindo para a conservação do solo, manutenção e incremento da biodiversidade local;

i) Incentivo à: criação de “galinha caipira” (carne e ovos); apicultura (mel e derivados, com fomento à criação de abelhas sem ferrão – Meliponinae) e caprinocultura (leite);

j) Elaboração de projeto de trabalho que enfoque o consumo excessivo de bebida alcoólica nas aldeias, somando-se aos esforços das lideranças religiosas.⁴⁸

Algumas destas questões foram abordadas por lideranças Guarani nos oito projetos apresentados ao Prêmio Culturas Indígenas 2007 – Edição Xicão Xucuru⁴⁹, do Ministério da Cultura, relacionados ao modo de ser e pensar guarani:

⁴⁷ A exemplo dos cursos de capacitação oferecidos aos agrônomos e técnicos agrícolas organizado pelo Projeto Microbacias 2/EPAGRI nos anos de 2005 e 2006.

⁴⁸ Nessa direção vale verificar o projeto Xondaro Marangatu, existente no Rio Grande do Sul, do qual foi participante Felipe Brizoela, da aldeia Pindoty.

⁴⁹ Nenhum dos projetos foi contemplado.

- Aristides da Silva (Tarumã) – projetos: “Opy Regua (Casa de Reza)”, “Agricultura Tradicional Guarani” e “Preservação das Variedades de Milho Guarani”.
- Ronaldo da Silva (Morro Alto) – projeto: “Karai Kuery Nhemboaty - Encontro das Lideranças Religiosas”.
- Claudiomir Tibes (Yy Akã Porã) – projetos: “Cantos Sagrados Tapé Ambá Porã Caminho Bonito” e “Fortalecimento do Artesanato”.
- Nilton de Oliveira (Yvapuru) – projeto: “Ampliação de Opy”.
- Osvaldo de Oliveira (Yvy Ju/Reta) – projeto: “Arandu Porã Tekoa Yvy Ju”.

2.3.4 Saúde Indígena

A responsabilidade quanto à Saúde Indígena foi transferida da Funai à Funasa em 1990, ano em que o Ministério da Saúde instituiu o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena enquanto componente do Sistema Único de Saúde (SUS), a considerar as realidades locais e as especificidades culturais dos povos indígenas. O referido subsistema tem como base os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI)⁵⁰.

A Coordenação Regional da Funasa em Santa Catarina (Core/SC) empreendeu convênio com o Rondon Brasil, entidade em grande medida responsável pela concretização da atenção à saúde da população indígena e pela contratação das equipes de saúde na atenção básica e encaminhamento dos pacientes para os serviços de média e alta complexidade. Esta conveniada, que angariou bom relacionamento com os Guarani, encerra seu contrato em dezembro de 2008. O governo abrirá nova concorrência para prestação de serviços e os Guarani acentuam a importância de continuidade do trabalho empreendido durante nove anos.

De acordo com a Funasa,⁵¹ as equipes de saúde contratadas para a prestação de serviços na atenção básica são compostas por auxiliares de enfermagem, técnicos de saneamento, engenheiros sanitários, auxiliares de consultório dentário, enfermeiros, médicos e odontólogos. Nas aldeias atuam índios contratados pela Funasa como agentes indígenas de saúde (AIS) e agentes indígenas de saneamento

⁵⁰ Atualmente atenta-se a novas definições governamentais quanto ao atendimento à saúde indígena no país.

⁵¹ Informações foram colhidas no documento *Atenção à Saúde da População Indígena: Uma proposta de integração ao Sistema Único de Saúde em Santa Catarina*. Florianópolis, 2006.

(AISAN), responsáveis por ações preventivas, educativas e de apoio às equipes de saúde. Além da atenção básica, o convênio prevê pagamento de despesas com medicamentos, consultas especializadas, exames complementares, alimentação, hospedagem e deslocamento para tratamento fora do domicílio, órteses e próteses. Os demais serviços especializados são encaminhados para a rede pública e a demanda do nível terciário é encaminhada para os hospitais e serviços de referência conforme suas especificidades.

Nessa estrutura, os Pólo-Base Indígenas são estabelecimentos de referência para as ações administrativas, de saúde e de saneamento em sua área geográfica de abrangência envolvendo os postos de saúde, as unidades de apoio e as aldeias. As demandas não resolvidas nos Pólos-Base devem ser encaminhadas à rede de serviços do SUS, devendo contar com uma estrutura de apoio em condições de: receber, alojar e alimentar os pacientes encaminhados e seus acompanhantes, prestar assistência de enfermagem 24 horas por dia, marcar consultas, exames complementares ou internação hospitalar, providenciar o acompanhamento dos pacientes e seu retorno à origem.

No caso da região litoral norte catarinense, os Guarani contam com o Pólo-Base de Araquari⁵² para distribuição de medicamentos, acompanhamento com equipe móvel de saúde, participação em grupos de trabalho multidisciplinares etc. O Pólo-Base é bastante procurado pelos Guarani, servindo também de local para reuniões, sendo considerado uma estrutura de apoio fundamental. Conta com a assessoria de Aparecido Geraldo da Costa, dentista, que hoje atua como interlocutor das comunidades no que tange vários aspectos inter-relacionados, como terra, ambiente, agricultura, saúde. O tratamento odontológico é efetivado por Delfina da Costa, profissional contratada, que procede aos atendimentos temporários em forma de rodízio nas aldeias ou fora dela. Sob a coordenação de Reniana Dilli Scarano, as visitas da equipe de enfermagem ocorrem nas aldeias para curativos, vacinação, coleta, acompanhamento e atualização de dados.

Atualmente nenhuma aldeia conta com posto de saúde em pleno funcionamento. O atendimento dos Guarani acontece nos postos de saúde dos municípios de Araquari,

⁵² Funcionamento diário: de segundas às sextas-feiras, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30.

Garuva, São Francisco do Sul e Balneário Barra do Sul. Os hospitais de referência situam-se em Joinville, podendo ocorrer encaminhamentos a outros municípios.

As doenças e agravos mais recorrentes na população indígena em geral são doenças de pele, parasitose, escabiose, infecções respiratórias, diarreia, tuberculose, hipertensão, DST (tricomoníase), neoplasias, anemia, desnutrição e alcoolismo.

Os agentes indígenas de saúde (AIS) e os agentes indígenas de saneamento (AISAN) participam periodicamente de cursos de capacitação, entretanto registra-se certa rotatividade entre os detentores destas funções nas aldeias. Dentre as atribuições dos AISs estão: atendimento de primeiros socorros, acompanhamento do desenvolvimento infantil, pacientes crônicos e gestantes, imunização, identificação dos casos suspeitos de doenças mais frequentes, ações de educação ambiental e em saúde, apoio à Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena (EMSI). Aos AISANs cabe a identificação dos aspectos políticos, econômicos, sociais e etno-culturais, com vistas às intervenções de saneamento; a colaboração na atualização do censo sanitário das aldeias; a manutenção dos sistemas de abastecimento de água; a análise de cloro residual e pH da água para o consumo humano; a participação na manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário e/ou orientação à construção e manutenção dos módulos sanitários individuais; a proposição de solução e participação na implantação das propostas de destinação adequada dos resíduos sólidos; a orientação à utilização adequada dos serviços de saneamento e à conservação dos equipamentos implantados e ações de educação ambiental e em saúde.

As comunidades organizaram o Conselho Local de Saúde Indígena do Litoral Norte de Santa Catarina Mbya Arandu Porã⁵³, que de acordo com seu regimento, tem a finalidade de “deliberar e fiscalizar assuntos e políticas relacionadas ao campo da saúde indígena, como também quaisquer ações e serviços de saúde, prestadas por instituições públicas, privadas e entidades não-governamentais aos povos indígenas residentes no Litoral Norte de Santa Catarina.” Em reunião ocorrida em setembro de 2008, foi solicitada à equipe de enfermagem do Pólo-Base: a) elaboração de cronograma de visitas nas aldeias; b) visitas domiciliares com permanência de tempo mais dilatado nas comunidades, permitindo melhor conhecimento das realidades ali

⁵³ Presidido por Felipe Brizoela (Pindoty) e vice-presidido por Silvio Pereira (Tiaraju/Pirai), o conselho é integrado por 16 membros, oito titulares e oito suplentes.

vividas e c) abordagem junto às mulheres, com o objetivo de colher suas impressões e expectativas. Solicitaram também a atuação do Pólo-Base junto a profissionais de saúde não-indígenas nos municípios de Araquari, Garuva, São Francisco do Sul e Balneário Barra do Sul no sentido de atentarem para a realidade dos Guarani, prestando-lhes melhor atendimento.

Todavia, um dos maiores desafios do conselho é potencializar o exercício da medicina tradicional, que visa à saúde física e espiritual dos Guarani. As teorias sobre antropologia da saúde e antropologia médica indicam que para “prover um sistema de assistência à saúde para sociedades indígenas que seja culturalmente adequado, torna-se necessário compreender as categorias tradicionais indígenas acerca das categorias de saúde e doença” (Santos, 1994). Em outras palavras, aos agentes não-indígenas é necessária uma percepção sobre o sentido cultural das doenças e das práticas de cura concretizadas em cada aldeia, tendo presente que a sociedade Guarani tem um complexo sistema de saberes em saúde que envolve especialistas curadores, rituais de cura, plantas e ervas medicinais, dietas e tabus alimentares. A não compreensão desta especificidade causa o descompasso entre saberes da medicina ocidental e guarani, com prejuízo aos tratamentos efetivados.

Para os Guarani, o exercício da medicina tradicional exige primordialmente a possibilidade de conjugação de aspectos, como:

- Construção e reforma de opy (casas cerimoniais) nas aldeias, consideradas locais adequados para os tratamentos. Como dizem os Guarani: “A saúde vem através da opy, da mensagem de Nhanderu, que abre a mente, dá energia. A opy é igreja, escola, universidade, hospital”.
- Incentivo às roças com germoplasma nativo, sobretudo avaxi ete (milho verdadeiro).
- Deslocamento dos karaikuery (curadores) e kunha karaikuery (curadoras) e dos pacientes para tratamentos diferenciados.
- Apoio aos tratamentos realizados pelos curadores, quanto a alojamento e alimentação.
- Encontros periódicos entre os karaikuery e kunha karaikuery.
- Garantia de áreas de uso com incidência de plantas medicinais.

Esses aspectos foram debatidos e reafirmados quando do I e II Encontros de Medicina Tradicional, realizados nos anos 2007 e 2008, no RS, a fortalecer as premissas para condutas e atividades tradicionais nos tempos atuais.

Os posicionamentos dos Guarani encontram vigor na Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais⁵⁴ que, em seu Artigo 25º, postula:

1. Os governos deverão zelar para que sejam colocados à disposição dos povos interessados serviços de saúde adequados ou proporcionar a esses povos os meios que lhes permitam organizar e prestar tais serviços sob a sua própria responsabilidade e controle, a fim de que possam gozar do nível máximo possível de saúde física e mental.
2. Os serviços de saúde deverão ser organizados, na medida do possível, em nível comunitário. Esses serviços deverão ser planejados e administrados em cooperação com os povos interessados e levar em conta as suas condições econômicas, geográficas, sociais e culturais, bem como os seus métodos de prevenção, práticas curativas e medicamentos tradicionais.

2.3.4.1 Breve perfil da saúde indígena nas aldeias

2.3.4.1.1 Tiaraju/Piraí

AIS: Claiton Félix Martines

AISAN: Rafael Gonçalves

A aldeia Tiaraju não possui uma estrutura física destinada ao funcionamento de posto de saúde. O atendimento dos Guarani é realizado no posto de saúde da Prefeitura Municipal de Araquari, ocorrendo encaminhamento a hospitais da região, quando necessário, como no caso de Odair dos Santos, cuja cirurgia se concretizou em Jaraguá do Sul.

A comunidade de Tiaraju/Piraí possui opy (casa cerimonial), onde ocorrem os ritos tradicionais, que incluem as curas.

A comunidade salienta sua preocupação com a coleta dos remédios tradicionais necessários para cuidar das doenças próprias e a importância dos jovens adquirirem os

⁵⁴ Ratificada pelo Brasil em 2004.

conhecimentos relacionados. Para além das espécies florísticas, espécies faunísticas são apontadas como de destacado valor ao preparo de diferentes medicamentos. Exemplos: a) o aguarai (cachorro-do-mato; *Canidae*) possui grande relevância, devido ao fato de sua gordura ser utilizada para o preparo de diferentes medicamentos e b) o urubu apuá (*Ciconiidae*) é utilizado na medicina preventiva, ou seja, seu consumo serve para o anteparo a doenças.

2.3.4.1.2 Yvy Ju/Reta

AIS: Osvaldo de Oliveira

A aldeia no momento não dispõe de AISAN.

A comunidade está desprovida de posto de saúde e seus moradores fazem uso da Unidade de Saúde São Francisco do Sul.

A medicina tradicional na comunidade é basal, o que acentua a necessidade de alcance de plantas medicinais nas matas da região, pois embora o morro adjunto à aldeia possua formação florestal bastante avançada, contendo grande quantidade de espécies florestais de estágios maduros, a mata ainda é considerada relativamente desprovida de remédios. Espécies como a guajuvira (*Patagonula americana*), pau-de-bugre (*Casearia silvestris*), pau-alecrim (*Holocalyx glaziovii*), angico (*Piptadenia* sp., *Parapiptadenia* sp. e *Anadenanthera colubrina*), pau-brasil (*Caesalpineia echinata*) e açoita-cavalo (*Luhea* sp.) são referidas como essenciais para a cura de doenças específicas.

O local denominado Loja (Pitangaty) está inserido em uma formação florestal de transição, entre restinga arbórea e floresta de planície. Nesse espaço ocorre significativa quantidade de plantas medicinais, não encontradas no morro próximo à aldeia. Pitangaty abrigou o grupo familiar de Luciana da Silva no final da década de 1980. Atualmente se insere em sua área de uso, oferecendo substrato às curas entre os Guarani.

2.3.4.1.3 Yvapuru e Jabuticabeira

AIS Yvapuru: Nilton de Oliveira

AIS Jabuticabeira: Inácio de Oliveira

AISAN de ambas as aldeias: Júlio da Silva

Estas aldeias não possuem posto de saúde e seus moradores se utilizam do posto de atendimento da Prefeitura Municipal de Araquari. Nilton de Oliveira fez o relato de uma consulta médica com seu avô, Benito, ali ocorrida e expôs que na ocasião a questão demarcatória fora externada pelo médico. Nilton disse que o profissional falara bravo, o que lhes causou temor, “porque a gente tem ouvido muita gente contra a demarcação da terra.” Expôs a extrema insegurança quanto ao atendimento médico nessa conjuntura.

O tratamento no âmbito da medicina tradicional ocorre sistematicamente na aldeia Yvapuru, quando necessário. Os principais conhecedores de plantas medicinais na aldeia são Benito de Oliveira e Etelvina Gonçalves. Ambos ressaltam a inexistência de grande parte de plantas medicinais na mata adjacente. Plantas para tratamento de doenças simples como dores e febres podem ser encontradas próximas aos núcleos residenciais, a exemplo do jaorandi (*Piper marginatum*) e do ambay guaxu (*Cecropia* sp.).

Sobre tratamentos tradicionais Nilton de Oliveira referiu-se aos medicamentos elaborados por sua mãe Celina e por Laurinda, proveniente da aldeia Itapuã/RS. Para o tratamento de Etelvina Gonçalves foi chamado o karai Samuel Jejokó, liderança religiosa da aldeia Rio Silveira/SP, em setembro de 2008. Isso denota saberes e atuações distintas nas curas, como relatado em Mello (2006).

2.3.4.1.4 Morro Alto

AIS: Ronaldo da Silva

AISAN: Adriano Morínico

O posto de saúde existente na aldeia encontra-se parcialmente desativado, nele ocorrendo somente o atendimento odontológico periódico à comunidade.

Morro Alto se destaca por ser a aldeia com maior quantidade de plantas de uso apontada nos trabalhos de campo. Além das plantas manejadas existentes nas roças e

nos pátios, as principais áreas de coleta de espécies botânicas florestais para uso da comunidade são os morros que envolvem a aldeia, em especial o Morro Alto situado na face sudoeste da TI. Segundo a comunidade, nos últimos dez anos a floresta que recobre este morro se desenvolveu muito, significando esta recuperação motivo de grande alegria. As lideranças expuseram que a comunidade reza freqüentemente pedindo às divindades tanto a recuperação das florestas quanto a presença de plantas medicinais, sendo estes pedidos prontamente atendidos.

O acesso às matas para coleta de medicamentos é realizado após orações, através das quais pedem licença aos espíritos protetores das florestas para adentrar sua morada. São coletadas cascas, folhas, flores, caules e raízes de plantas dos diferentes estratos florestais como cipós e lianas, pequenas ervas, arbustos e árvores do dossel da mata. Entre os cipós o *xyypo eakuã* (*Aristolochia* sp.) possui uso e significado especial para a comunidade. Entre as ervas, arbustos e árvores destacam-se o uso do pipi (*Petiveria tetrandia*), do jaorandi guaxu (*Piper arboreum*) e da raiz do pindo ete (*Syagrus romanzoffiana*). Além das plantas utilizadas na medicina, destaca-se a coleta e o uso de plantas nos rituais, a exemplo do yary (*Cedrela fissillis*).

A gordura de diferentes animais, entre eles o tedju (teiú; *Tupinambis merianae*), é utilizada na preparação de medicamentos componentes da medicina tradicional e alguns outros são usados em simpatias com diferentes finalidades. O fêmur da saracura, por exemplo, é amarrado no tornozelo da criança para que caminhe bem. O muçum confere qualidade de bom nadador à pessoa que o come cru ou deixa a pessoa “fina” quando se guarda o couro em um pote, comendo-o e esfregando-o no corpo durante a lua nova. A karumbe pety'i (um tipo de tartaruga), da qual é comido o coração cru e bebida água no casco, ajuda a escapar de emboscadas. As simpatias, portanto, integram o complexo mosaico do qual provém qualidade de vida, saúde física e mental.

Para consultas e tratamentos são recorrentemente chamados Benito de Oliveira (Yvapuru) e Alcindo Moreira (Mbiguaçu). O grave caso do bebê Kauã da Silva Acosta vincula internações no Hospital de Joinville e tratamentos de xamãs, dentre eles Benito de Oliveira, Alcindo Moreira e Mário Ribeiro, proveniente do PR. A dinamicidade e complexidade das realidades exigem constante avaliação dos casos pelos familiares, para ordenamento de intervenções de ordem cultural.

2.3.4.1.5 Tarumã

AIS: Néelson Ramires

A aldeia no momento não dispõe de AISAN.

Os cuidados básicos com a atenção à saúde, as curas, os partos e os processos preventivos são realizados na própria aldeia. Os especialistas curadores são o casal que encabeça a comunidade, Aristides e Jurema. Quando ocorrem casos mais graves, outro especialista Guarani é chamado, em geral Benito de Oliveira (Yvapuru).

Para casos de doenças respiratórias e fraturas graves ou outras emergências consideradas “doenças de branco”, é solicitado transporte ao Pólo-Base de Araquari, com atendimento no posto de Araquari e transferência a hospitais da região, de acordo com o encaminhamento.

Os remédios são provenientes da coleta e da caça. Nas proximidades das habitações e nas matas que envolvem a aldeia são cultivadas, mantidas e coletadas plantas medicinais variadas, empregadas no tratamento de doenças. Entre estas plantas pode-se destacar o guapoy (*Ficus guaranítica*), cujo látex é utilizado para curas diversas. Sua existência na mata é valorizada por servir de alimento para a fauna, bem como pela grande quantidade de epífitas importantes abrigadas por esta, destacando-se pëgue poã (*Euphorbia tirucalli*), utilizada em machucaduras diversas. A ausência de alguns tipos de ervas nas matas é apontada como uma das dificuldades geradas pelo estágio intermediário de sucessão em que se encontra a floresta, sendo que o avanço para estágios mais maduros, com maior disponibilidade de poã (remédios) e jatei ei (mel de abelhas nativas) - base de muitos medicamentos, é previsto pela comunidade. A jacutinga (*Pipile jacutinga*) e outros animais são referidos para alguns tipos de tratamentos de saúde.

2.3.4.1.6 Pindoty

AIS: Silvio Pereira (Tiaraju)

AISAN: Felipe Brizoela

A aldeia Pindoty possui uma estrutura física outrora destinada ao funcionamento do posto de saúde, o que incluía tratamento médico e odontológico. Conforme acordado recentemente pela Funasa, o posto será reformado, o que facilitará o atendimento às famílias Guarani. A atuação do AIS (Silvio Pereira) na aldeia é entendido como um elo de ligação entre o sistema medicinal indígena e a assistência à saúde fornecida pela Funasa.

A medicina ocidental é utilizada para o tratamento de doenças consideradas do “branco”. Para cura das doenças consideradas dos Guarani são utilizados os conhecimentos curativos de Mário Gimenez, o homem mais velho da aldeia. São utilizadas espécies botânicas medicinais presentes no interior da mata, nas clareiras e na beira de trilhas e da Estrada do Inferninho. A ausência de variedades botânicas utilizadas para as curas de enfermidades é amplamente relatada pelas pessoas da aldeia, que desejam que a mata se recupere também para tal fim. Considerado um importante remédio, o jatei ei (mel de abelhas nativas) não é encontrado na mata, carência associada à redução da diversidade de variedades florísticas apropriadas.

2.3.4.1.7 Yy Akã Porã

AIS: Juliana Mariano

A aldeia no momento não dispõe de AISAN.

Os moradores da aldeia procuram a Unidade Básica de Saúde da Família, situada a aproximadamente 1,2 km da aldeia, do outro lado da BR 101. Todavia, o acompanhamento é parte das tarefas do AIS. Como visto anteriormente, o AIS é pessoa de referência no atendimento às necessidades da comunidade. No caso desta aldeia, será relatada uma ocorrência e atuação específicas, ocorridas em julho/agosto de 2008. Ana Morínico, de 67 anos, caiu do pontilhão, necessitando de pronto atendimento médico. Juliana Mariano (AIS) chamou a ambulância de Garuva e o atendimento inicial foi efetivado na Unidade Básica de Saúde da Família. O fato foi imediatamente informado ao Pólo-Base de Araquari. Juliana acompanhou a paciente da aldeia à Unidade Básica, assim como ao Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, em Joinville, permanecendo junto a ela. O diagnóstico do ortopedista requereu internação e cirurgia da perna direita. Iniciaram-se os revezamentos da AIS e familiares no acompanhamento à paciente durante sua estadia no hospital. Quando do retorno de

Ana, a AIS Juliana aquilatou a possibilidade de sua estadia temporária na aldeia Tiaraju/Piraí, onde vive a família de Celso, um de seus filhos. Nessa avaliação, segundo a AIS, foi determinante o fato de Yy Akã Porã não dispor de módulos sanitários, o que dificulta o atendimento da paciente. Ana, porém, decidiu pela permanência em Yy Akã Porã, onde mora sua filha.

Os partos são realizados na aldeia ou no hospital, de acordo com a vontade da mãe ou necessidade apresentada durante o acompanhamento pré-natal.

Devido ao estágio avançado das matas que envolvem a aldeia, encontra-se disponível uma grande quantidade de plantas para o uso da comunidade, destacando-se a presença de ampla variedade de plantas medicinais, fato inclusive apontado em outras aldeias. São coletadas plantas para diversas finalidades, seja para tratamento de doenças físicas, como dores e machucaduras, bem como aquelas de cunho espiritual. Também estão disponíveis em boa quantidade plantas utilizadas nos rituais, a exemplo do yary (cedro; *Cedrela fissillis*).

Alimentar-se de carnes de caça significa objetivamente a manutenção da saúde, sendo que partes de vários animais são utilizados como poã (remédio). A gordura do quati, por exemplo, foi elencada como um medicamento essencial para a cura de fraturas e machucaduras em geral.

Como exemplo de tratamento no âmbito da medicina tradicional, aponta-se o de Lidia Timóteo, ocorrido na aldeia Marangatu (Imaruí) neste ano, com permanência de 50 dias. Para esse tratamento foi basal o acompanhamento dos parentes de Marangatu aos rituais de cura, tendo sido também chamada Pauliciana, *kunha karai*, proveniente da aldeia Cantagalo (RS).

2.3.4.1.8 Conquista

AIS: Regina da Silva

A aldeia no momento não dispõe de AISAN.

O volume de plantas medicinais utilizadas na aldeia Conquista é bastante expressivo, tendo sido levantadas 39 espécies florestais, coletadas e utilizadas na farmacopéia local. A maior parte das doenças cotidianas, como gripes, resfriados,

dores, febre e problemas estomacais, é tratada com plantas encontradas na área. Doenças mais severas, a depender da especificidade do mal acometido, são tratadas por curadores especializados que, ao procederem a formas diferenciadas de tratamento, valem-se muitas vezes de espécies florestais inexistentes nas regiões de planície semelhantes àquela onde se encontra atualmente a aldeia.

As plantas medicinais são coletadas nas matas nos arredores da aldeia. A formação florestal predominante de restinga arbórea não reúne todo o conjunto necessário à ampla farmacopéia florestal reconhecida e utilizada pelo povo Guarani. Mesmo nessas condições, o bom estado de conservação das florestas na região onde se encontra a aldeia e o conhecimento de plantas por parte da liderança Arminda Ribeiro, destaca a aldeia Conquista como sendo uma das que apontou maior quantidade de plantas medicinais utilizadas na comunidade. Animais como jakaninã (caninana; *Spilote pullatus*), tedju (teiú; *Tupinambis merianae*) e ka'apiva (*Hydrochoerus hydrochaeris*) são capturados conforme preceitos culturais e são utilizados como medicina ou simpatias para a manutenção da saúde das pessoas.

Há uma multiplicidade de fatores a atuar nos tratamentos. Há igualmente uma multiplicidade de efeitos causadores de doenças. Os Guarani sublinham que vy'a (alegria) é essencial à mbarete (força, vigor). Ambas são essenciais à saúde.

2.3.5 Educação Escolar Guarani

A educação escolar indígena era tratada no âmbito da Funai até 1991, ano no qual a responsabilidade passou ao Ministério da Educação. A partir de então se iniciaram diligências nos estados federativos para a sua viabilização.

No plano internacional, a Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais inscreve:

Artigo 26º

Deverão ser adotadas medidas para garantir aos membros dos povos interessados a possibilidade de adquirirem educação em todos os níveis, pelo menos em condições de igualdade com o restante da comunidade nacional.

Artigo 27º

1. Os programas e os serviços de educação destinados aos povos interessados deverão ser desenvolvidos e aplicados em cooperação com eles a fim de responder às suas necessidades particulares, e deverão abranger a sua história, seus conhecimentos e técnicas, seus sistemas de valores e todas suas demais aspirações sociais, econômicas e culturais.

2. A autoridade competente deverá assegurar a formação de membros destes povos e a sua participação na formulação e execução de programas de educação, com vistas a transferir progressivamente para esses povos a responsabilidade de realização desses programas, quando for adequado.

3. Além disso, os governos deverão reconhecer o direito desses povos de criarem suas próprias instituições e meios de educação, desde que tais instituições satisfaçam as normas mínimas estabelecidas pela autoridade competente em consulta com esses povos. Deverão ser facilitados para eles recursos apropriados para essa finalidade.

Artigo 28º

1. Sempre que for viável, dever-se-á ensinar às crianças dos povos interessados a ler e escrever na sua própria língua indígena ou na língua mais comumente falada no grupo a que pertençam. Quando isso não for viável, as autoridades competentes deverão efetuar consultas com esses povos com vistas a se adotar medidas que permitam atingir esse objetivo.

2. Deverão ser adotadas medidas adequadas para assegurar que esses povos tenham a oportunidade de chegarem a dominar a língua nacional ou uma das línguas oficiais do país.

3. Deverão ser adotadas disposições para se preservar as línguas indígenas dos povos interessados e promover o desenvolvimento e prática das mesmas.

E a Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU), de 2007, em seu artigo 14, assinala: “Todos os povos indígenas têm o direito em estabelecer e controlar seus sistemas e instituições docentes que compartilham educação em seus próprios idiomas, em consonância com seus métodos culturais de ensino-aprendizagem.”

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 210, parágrafo 2º, aponta: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.” A carta magna preconiza o direito à educação escolar e formação universitária diferenciadas, e dela emerge legislação específica, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a

Resolução 03/1999⁵⁵ e o Parecer 14/1999⁵⁶ (do Conselho Nacional de Educação), bem como o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001).

A partir de 1993, a Secretaria de Estado da Educação de SC (SED) assumiu a gestão educacional das escolas indígenas e criou a Comissão Estadual de Educação.⁵⁷ Em 1994 foi estruturado o Núcleo de Educação Indígena (NEI), com o compromisso de trabalhar diretrizes educacionais e executar ações calcadas nos princípios da especificidade, diferença e interculturalidade. Em 2005 o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina aprovou parecer que normatiza a educação indígena.

A criação da primeira escola guarani no estado, denominada Escola Indígena Ka'akupé, na aldeia Massiambu (Palhoça), deu-se em 1995. Em 1996 e 1998 foram formadas a Escola Indígena Itaty, na aldeia Morro dos Cavalos (Palhoça) e a Escola Indígena Yynn Moronti Wherá, posteriormente denominada Escola Indígena Wherá Tupã Poty Djá, situada na aldeia Mbiguaçu (Biguaçu).

Das quatorze escolas guarani existentes hoje em SC, seis delas encontram-se na região litoral norte, sob o encargo da Gerência Regional de Educação de Joinville.⁵⁸ Dessas encontra-se desativada a escola de Morro Alto. Na relação não consta a classe escolar com alunos da aldeia Yy Akã Porã, que funciona em sala cedida pela APAE, em Garuva. Na região há, portanto, três aldeias sem escola: Yvapura, Jabuticabeira e Tarumã.

Os Guarani, como os demais povos indígenas, possuem seu sistema próprio de educação, daí a importância de se utilizar a categoria educação escolar. Eles estão atentos às pautas educacionais, determinados a influir em definições e políticas públicas.

A Comissão Guarani Nhemonguetá, em 2007, organizou reunião com o tema "Escola nas Aldeias, Educação para Quem?", da qual participaram procuradores da república, representantes da Secretaria de Estado da Educação (Núcleo de Educação

⁵⁵ A Resolução CNE/CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999, fixa as Diretrizes Nacionais para o Funcionamento das Escolas Indígenas.

⁵⁶ O Parecer CNE/CEB nº 14/99 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena.

⁵⁷ Criada pela Portaria nº 16207/93.

⁵⁸ Conforme o quadro: *Dados Educação Escolar Indígena – 1998 a 2008*, da Diretoria de Educação Básica e Profissional da SED.

Indígena e Gerências Regionais de Educação de Florianópolis e Joinville). Segundo o documento produzido em 06.07.07:

Os consensos a que chegamos foram: as Escolas nas Aldeias não devem seguir o modelo de educação não-indígena, e para isso necessitam de urgentes reformas; o "sistema" que rege as escolas não-indígenas não pode servir de base e nem de regra para o funcionamento das Escolas Indígenas Guarani e é preciso, por parte dos administradores governamentais, uma urgente capacitação daqueles que lidam diretamente com os povos indígenas, para melhor atender as Aldeias e seguir sua organização tradicional, assim como respeitar as Leis, decretos e regulamentações que regem a Educação Escolar Indígena.

Para tanto, a Comissão se propôs a elaborar um Programa Geral de Educação Escolar Guarani que queremos, a ser elaborado primeiramente nas comunidades, pelos professores e lideranças, anciões, pais e mães; em segundo passo a Nhemonguetá reunirá as variadas propostas e elaborará um documento final, que contemple os anseios de todas as comunidades Guarani de Santa Catarina, e o apresentará aos órgãos competentes de educação para que sirva como Diretriz em sua atuação rumo à construção da Escola Guarani que queremos.

Deste modo, acreditamos poder construir uma Educação Escolar Guarani que assemelhe-se à Educação Tradicionalmente praticada ao longo dos milhares de anos nas Aldeias, respeitando o conhecimento tradicional, ouvindo as palavras dos mais velhos, buscando não formar cidadãos que saibam lidar com a sociedade envolvente no futuro, mas desde a infância preparar as crianças para a vida cotidiana na Aldeia, junto à família, que é sua sociedade dentro da comunidade, e para que possam sim, no futuro, vir a contribuir junto à sociedade envolvente na elaboração de um novo mundo, de uma nova forma de relação social.

A temática educação escolar passou a ser, de acordo com Wherá Tupã (Leonardo da Silva Gonçalves⁵⁹), um dos coordenadores da Comissão Nhemonguetá, o assunto a merecer maior destaque dos Guarani no momento. Sua avaliação partiu do patamar que outras demandas estão sendo encaminhadas com mais efetividade, como os processos demarcatórios e os projetos de sustentabilidade.

De acordo com os Guarani, a *opy* (casa cerimonial) é a sua escola e universidade. O *locus* onde é contada a sua história, ainda não registrada e reconhecida pelos não-índios. Local de valorização e preservação do conhecimento tradicional. Desta forma, a escola em aldeia guarani deve ser entendida como outra casa de conhecimento, devidamente adequada e complementar à casa cerimonial,

⁵⁹ Em março de 2008.

entrelaçando questões territoriais, econômicas, políticas, de saúde, ambientais e de relações interétnicas, qualificando professores e lideranças para debate, proposição e acompanhamento de políticas públicas favoráveis e imprescindíveis às comunidades Guarani. Trata-se, assim, de complementaridade de conhecimentos indígenas e não-indígenas.

Essa posição foi explicitada pelos Guarani quando do I Encontro de Educação Escolar Guarani da Região Litoral Sul⁶⁰, do qual provém documento final que solicita o respeito à decisão de cada comunidade quanto à criação ou não de escola em sua aldeia. O documento assinala outros posicionamentos, como: a) a alfabetização na língua materna e portuguesa; b) a pretensão de aprendizado da leitura e escrita, viabilizando o registro de sua própria história; c) a importância da cultura tradicional e da sobrevivência física e cultural do povo Guarani; d) a necessidade dos mais velhos atuarem como formadores/professores nas escolas e serem remunerados por este trabalho; e) a demanda por cursos de curta duração, profissionalizantes, visando à autonomia das comunidades; f) a necessidade de formação específica e diferenciada de professores Guarani; g) a imprescindibilidade de consulta às comunidades e h) a concessão de bolsa-escola para os alunos.

Com base neste encontro, deu-se início à construção do *Kuaa - Mbo'e – Conhecer – Ensinar. Programa de Formação Escolar Guarani na Região Sul e Sudeste do Brasil*⁶¹, cujo início data de 2003, com previsão de conclusão para 2009. Com alunos de aldeias situadas nos estados de SC, RS, PR, ES e RJ, sua premissa é abarcar o povo Guarani em seu território tradicional.

Desse programa participam professores atuantes nas escolas das aldeias situadas na região litoral norte, que optaram por focar distintos temas de pesquisa no transcorrer do curso, aprofundados junto aos mais velhos nos interstícios das etapas presenciais e capacitações estaduais.

⁶⁰ Ocorrido na Ilha de Santa Catarina, de 27 a 31.08.01, sob a organização da Comissão de Apoio aos Povos Indígenas (CAPI) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), com apoio do Museu Universitário/UFSC.

⁶¹ O programa é promovido pela SED/SC, em parceria com a Funai, o MEC e os estados: RS, PR, ES e RJ.

Tabela 3 – Professores Guarani da região litoral norte catarinense em formação e seus temas de pesquisa

Professor(a)	Aldeia	Tema de pesquisa
Adriano Morínico	Morro Alto	Instrumentos musicais Guarani
Cecília Brizola	Tiaraju / Piraí	Ervas medicinais
Felipe Brizoela	Pindoty	A educação tradicional do povo Guarani
Joel Ramires	Tiaraju / Piraí	Doenças mais freqüentes nas aldeias
Jovani Gonçalves Brisuela	Yy Akã Porã	Ervas medicinais
Marinês da Silva	Morro Alto	A criação do mundo na visão Guarani
Maurílio Euzébio	Tiaraju / Piraí	Alimentos tradicionais Guarani
Paulo de Oliveira	Yvy Ju / Reta	Ervas medicinais
Vanderlei da Silva	Conquista	Estudo comparativo entre o guarani antigo e o atual

Os variados temas, dentre uma série de outros elencados pelos demais alunos do curso de formação, demonstram o interesse na busca de maior conhecimento quanto à cosmogonia, cultura material, medicina tradicional, educação, alimentação e idioma. As decisões pelos temas *Ervas medicinais* e *Doenças mais freqüentes nas aldeias* revelam ser a saúde expressivo foco de interesse por parte dos docentes.

O Programa de Licenciaturas dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica - Guarani, Kaingáng e Xokleng⁶², cujo eixo norteador é Territórios Indígenas: Questão Fundiária e Ambiental no Bioma Mata Atlântica, procura justamente abranger temáticas oportunas aos contextos, elencadas em reuniões em áreas indígenas no ano de 2007. O programa está delineado para oportunizar quatro licenciaturas, quais sejam: Licenciatura da Infância, Licenciatura das Linguagens - Ênfase Línguas Indígenas, Licenciatura do Conhecimento do Homem - Ênfase Direitos Indígenas e Licenciatura do Conhecimento Ambiental - Ênfase Gestão Ambiental, com disciplinas como Direitos Indígenas; Direito Ambiental; Gestão, Controle e Monitoramento das Áreas Indígenas; Biodiversidade e Sociodiversidade; Patrimônio Material e Imaterial; Cartografia e Georeferenciamento dos Territórios Indígenas; Saberes Tradicionais no Bioma Mata Atlântica; Conservação e Regeneração das Formações Florestais; Projetos para Sustentabilidade; Gestão da Água; Saúde Indígena, entre outras.

⁶² Trata-se de um programa em elaboração, sob a responsabilidade da Comissão Interinstitucional para Educação Superior Indígena (CIESI), instituída em 2007 na UFSC, integrada por profissionais da UFSC, UDESC, Secretaria de Estado da Educação/SC, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão de Apoio aos Povos Indígenas (CAPI) e Conselho de Missão junto com Povos Indígenas (COMIN).

Concomitantemente, a política de ações afirmativas avança na UFSC, uma vez que em 2007 esta instituição de ensino superior criou o seu Programa de Ações Afirmativas⁶³, com o intuito, entre outros, de promover e ampliar o acesso de alunos indígenas aos seus mais diversos cursos de graduação. Alguns professores bilíngües Guarani de aldeias da Grande Florianópolis inscreveram-se para o Vestibular UFSC 2009, acentuando a inter-relação entre escolas e formação média e superior.

O sucinto panorama aqui esboçado permite a percepção da dinamicidade do processo envolvendo a educação escolar indígena guarani e seus novos horizontes. O desafio aos Guarani é a conjugação entre a educação tradicional e a educação escolar.

2.3.5.1 Breve perfil da educação escolar nas aldeias

2.3.5.1.1 Tiaraju/Pirai

Na aldeia funciona a Escola Indígena de Ensino Fundamental Cacique Werá Puku, cujas atividades iniciaram em 2000, com onze alunos. Nos anos seguintes fez o seguinte número de estudantes: 07 (2001), 14 (2002), 09 (2003), 05 (2004), 05 (2005), 07 (2006), 13 (2007) e 13 (2008).⁶⁴ A escola possui atualmente 18 alunos de 1ª a 4ª séries, no período matutino. As turmas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (EJA) contam com aproximadamente 25 alunos, no período noturno.

Quatro jovens estudam na E.E.B. Almirante Boiteux, no centro urbano de Araquari, transitando pela BR 280.

Professores bilíngües: Joel Ramires, Cecília Brizola (EJA) e Maurílio Euzébio (Jabuticabeira).

Professora não-indígena: Catarina Luchesi.

2.3.5.1.2 Yvy Ju/Reta

A Escola Indígena de Ensino Fundamental Amba'y'ju funciona em edificação construída pelos missionários da Obra Missionária Mensagem da Paz, com mobiliário

⁶³ Conforme Resolução Normativa n. 008/CUN/2007, de 10.07.07.

⁶⁴ Dados da Diretoria de Educação Básica e Profissional, da SED.

proveniente da SED. Iniciou suas atividades em 15.05.08 e conta com nove alunos, com atividade no período matutino.

Professor bilíngüe: Paulo de Oliveira.

Professora não-indígena: Maria José Batista Meire.

Merendeira Guarani: Sandra da Silva. O preparo e o consumo das refeições ocorrem em espaço construído para tal fim, em frente à escola. Não há crianças ou jovens estudando fora da aldeia.

2.3.5.1.3 Jabuticabeira

Não há escola. As crianças e jovens freqüentam a E.E.B. Almirante Boiteux, no centro de Araquari, sendo transportadas em van escolar que atravessa a BR 280. Um dos filhos de Nina de Oliveira, Domingo Hugo de Oliveira, estuda no Colégio Agrícola de Araquari/UFSC, em curso técnico de ensino médio.

Missionários da Obra Missionária Mensagem da Paz realizam aulas de reforço de língua portuguesa. Informaram que tencionam efetuar alfabetização em língua guarani.

2.3.5.1.4 Morro Alto/Laranjeiras

A Escola Indígena de Ensino Fundamental Laranjeiras, construída na aldeia, iniciou suas atividades em 2002, com seis alunos. Nos anos seguintes compôs o seguinte número de estudantes: 13 (2003), 31 (2004), 21 (2005), 20 (2006), 24 (2007) e 15 (2008)⁶⁵. Atualmente as aulas são ministradas para 17 alunos, em escola não-indígena, fora da aldeia, atuando como professora bilíngüe Marinês da Silva.

2.3.5.1.5 Yvapura

Não há escola. Seis crianças e Júlio da Silva (cacique) freqüentam a escola da aldeia Pindoty, as primeiras o ensino fundamental e Júlio as aulas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). As crianças são transportadas diariamente com van escolar (distância aproximada de 4,5 km entre as aldeias). Dois jovens freqüentam a E.E.B.

⁶⁵ Dados da Diretoria de Educação Básica e Profissional, da SED.

Almirante Boiteux, no centro de Araquari, sendo conduzidas em van escolar que atravessa a BR 280.

Missionários da Obra Missionária Mensagem da Paz atuam em aulas de reforço para jovens e crianças.

2.3.5.1.6 Tarumã

Nesta aldeia, por opção das lideranças, não há escola. “As crianças precisam aprender bem a língua e o modo de ser Guarani antes de aprender a língua e a forma de viver do não-índio”, diz o cacique de Tarumã. Outrossim, alguns de seus netos freqüentam escola não-indígena, visando atuação entre a aldeia e a sociedade não-índia.

2.3.5.1.7 Pindoty

A Escola Indígena de Ensino Fundamental Kiringue Nhemboa (Criança na Escola) iniciou suas atividades em 2002 com dez alunos. Seguiram-se: 15 alunos (2003), 14 alunos (2004), 16 alunos (2005), 14 alunos (2006), 22 alunos (2007) e 11 alunos (2008)⁶⁶. A escola hoje possui 15 alunos, nove oriundos de Pindoty e seis alunos provenientes de Yvapurú. O ensino regular é efetivado no período matutino, de segundas às sextas-feiras, dias nos quais os alunos almoçam na escola. O Ensino de Jovens e Adultos (EJA) ocorre no período vespertino, às segundas e quartas-feiras.

Professor bilíngüe: Felipe Brizoela

Professora não-indígena: Roselanea.

Merendeira não-indígena: Vania.

Verificam-se visitas a escolas não-indígenas da região (inclusive Guaramirim) e dessas na aldeia, oportunidades nas quais os alunos interagem em diversas atividades, no transcorrer do dia e almoçam em conjunto.

Na aldeia são enfatizados os processos de aprendizagem tradicionais, que acentuam a importância da transmissão de conhecimento inter-geracional dos mais

⁶⁶ Dados da Diretoria de Educação Básica e Profissional, da SED.

velhos aos mais jovens. Observa-se igualmente o valor dado às reflexões e conhecimentos dos mais novos.

2.3.5.1.8 Yy Akã Porã

A Escola Indígena de Ensino Fundamental Tarumã iniciou suas atividades em 2007. Como a aldeia não possui espaço físico para funcionamento da escola, as aulas acontecem em sala cedida pela APAE de Garuva e conta com nove alunos. A comunidade se mobilizou e iniciou uma construção de alvenaria, com material proveniente de doações, ainda inacabada, que desde julho/2008 serve de moradia para as famílias de João Acosta.

Professor bilíngüe: Jovani Gonçalves Brisuela, em substituição a Alberto Ortega, atropelado e morto na BR 101 (km 13) em 05.07.08, o que causou profunda consternação não somente nessa aldeia, como nas demais.

Professora não-indígena: Luciana Rizzo.

Quatro jovens estudam no centro urbano de Garuva, três no período matutino (condução da Prefeitura Municipal de Garuva) e um, o cacique Tiago, no noturno, fazendo muitas vezes uso da bicicleta para vencer uma distância aproximada de 6 km.

2.3.5.1.9 Conquista

A Escola Indígena de Educação Fundamental Jataity iniciou suas atividades em 15.05.08. Possui oito alunos de 1ª a 4ª séries, no período vespertino.

Professor bilíngüe: Vanderlei da Silva.

Professora não-indígena: Maria José Batista Meire.

Merendeira Guarani: Regina da Silva. O preparo das refeições ocorre em sua casa. Não há alunos em atividade escolar fora da aldeia.

2.4 Projetos de Desenvolvimento e Povos Indígenas. Duplicação da Rodovia BR 280 e o Povo Guarani

“O impacto ambiental acontece desde o começo da colonização, não é de agora.”⁶⁷

A questão relativa a projetos de desenvolvimento envolvendo populações indígenas no país solicita exame a respeito da definição de desenvolvimento, incluindo-se as indagações: desenvolvimento a partir de quais parâmetros e para quem? Que desenvolvimentos são desejáveis, a que preço e com que efeitos - sociais, culturais, ambientais? Em que bases estão calcadas a modernidade, quais as suas conseqüências, implicações econômicas e políticas? Quais são efetivamente as demandas e os parâmetros instaurados? E quem os instaura? Como, em última análise, pensar desenvolvimento e sociedades indígenas, tendo por base as noções de desenvolvimento, progresso e acumulação, próprias da sociedade ocidental, das sociedades urbano-industriais?

Um dos caminhos para encontrar respostas contextuais pode ser potencializado na esteira das categorias etnodesenvolvimento, segundo elaboração de Rodolfo Stavenhagen (1984), ecodesenvolvimento, a partir de Maurice Strong e Ignacy Sachs⁶⁸ (1986a e 1986b) e desenvolvimento sustentável, isto é, na busca do equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento sócio-econômico. A década de 1990 consolidou a mudança do paradigma mundial quanto às bases do desenvolvimento. O Convênio da Diversidade Biológica e a Agenda 21, documentos oriundos da ECO 92 (RJ), orientaram a reflexão voltada a um desenvolvimento que considere distintas visões e necessidades sociais. “O grande marco da época foi que pela primeira vez na história, se aludia à relação mútua entre biodiversidade e diversidade cultural, considerando que é precisamente a diversidade cultural que tem permitido ao ser humano povoar o planeta e fazer um uso intensivo e sustentável dos recursos naturais correspondentes a biodiversidade.” (Rocha, 2008, p. 19)

De acordo com Dominique Gallois (2001, p. 175) o desenvolvimento, mito fundador do Ocidente, assenta-se “numa perspectiva de temporalidade histórica própria do Ocidente, concebida como um processo linear, cumulativo, irreversível e finalizado”.

⁶⁷ Claudiomir Tibes, aldeia Yy Akã Porã, em agosto de 2008.

⁶⁸ De acordo com Ignacy Sachs, a idéia de ecodesenvolvimento foi lançada por Maurice Strong em 1973, em uma reunião do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Progresso e desenvolvimento são assim, mitos ocidentais que não representam parâmetros transculturais, ou seja, consensuais entre países e povos. Para Dominique Perrot (*apud* Gallois, 2001) desenvolvimento não é um espaço vazio a ser preenchido ao sabor das identidades culturais, mas sim um conjunto de práticas assentadas numa visão de mundo muito particular, ligada à história das nações industrializadas. Essas considerações podem ser somadas às de Antonio Carlos Diegues (1992), que pondera ser necessária a discussão não somente do adjetivo, mas do próprio conteúdo do desenvolvimento, lembrando haver uma consciência crescente de que o modelo de sociedade industrial ocidental não poderá se manter a longo prazo com padrões de produção e consumo baseados em energia não-renovável, degradação ambiental, marginalização social e política, dentre outros. Justamente nesse contexto, segundo Diegues, ganha sentido a idéia de não existir um único paradigma de sociedade do bem-estar a ser atingido.

Paula Colmegna (2005) igualmente chama a atenção para o fato de não haver uma única definição do conceito desenvolvimento e aponta para questões éticas e políticas na relação entre antropologia e desenvolvimento. Compreende desenvolvimento como um processo complexo e relacional, no qual participam diversos atores que apresentam entre si diferenças substanciais e diferentes graus de poder que são postos em jogo na relação. A autora assinala existirem diferenças entre as comunidades e os agentes de desenvolvimento, executores, organizações governamentais e não-governamentais, a formar um amplo espectro de atores com interesses e objetivos particulares e diferentes entre si.

Tratando-se, por conseguinte, de desenvolvimento, crescimento econômico, programas, projetos e seus impactos por um lado e de cosmovisões, povos indígenas e seus direitos à autodeterminação de outro, como articular visões de mundo e interesses muitas vezes discordantes ou mesmo conflitantes? Como pensar os povos indígenas nos contextos de mudança, considerando propriamente a sua cultura, as experiências anteriores, as negociações, os confrontos? Essas são questões atuais e presentes no país, difíceis de completa abrangência e articulação e, sobretudo, de definição e resolução.

O texto da Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificado pelo Brasil, oferta esclarecimento:

Artigo 6º

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:

a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;

b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes;

Artigo 7º

1. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente.

2. A melhoria das condições de vida e de trabalho e do nível de saúde e educação dos povos interessados, com a sua participação e cooperação, deverá ser prioritária nos planos de desenvolvimento econômico global das regiões onde eles moram. Os projetos especiais de desenvolvimento para essas regiões também deverão ser elaborados de forma a promoverem essa melhoria.

3. Os governos deverão zelar para que, sempre que for possível, sejam efetuados estudos junto aos povos interessados com o objetivo de se avaliar a incidência social, espiritual e cultural e sobre o meio ambiente que as atividades de desenvolvimento, previstas, possam ter sobre esses povos. Os resultados desses estudos deverão ser considerados como critérios fundamentais para a execução das atividades mencionadas.

4. Os governos deverão adotar medidas em cooperação com os povos interessados para proteger e preservar o meio ambiente dos territórios que eles habitam.

No horizonte alcançado pela Convenção 169 insere-se o princípio da proporcionalidade, que possui sua matriz na razoabilidade, como apontado por Marcelo

Beckhausen (2005). Segundo o autor, o direito à diversidade cultural adquiriu o status de direito fundamental após o advento da Constituição Federal de 1988.

* * *

A partir do século XIX sucederam profundas mudanças estruturais na parte meridional da América do Sul acarretando intensas e diferenciadas ressonâncias sociais, culturais, econômicas e políticas aos grupos Guarani. “Mesmo parecendo exagero, no sentido de desconsiderar a história progressa envolvendo as situações de contato, nota-se que foi a partir da metade do século XX que os Guarani sentiram o impacto mais duro do processo de relação com a sociedade englobante” (Assis & Garlet, 2004, p.47). Gradativamente os índios Guarani, assim como as demais sociedades indígenas, passaram a ser considerados empecilho ao desenvolvimento e, portanto, objeto de integração à sociedade nacional. Mas, dado que os Guarani eram tidos como índios mansos, pouco “visíveis” e nada “censitáveis” em razão dos seus deslocamentos, difíceis de compreender em seu hermetismo (lingüístico e cultural) e arredios aos órgãos indigenistas, foram postergados no que tange programas e providências governamentais. Tomados, por outro lado, como índios “aculturados”, insignificantes, não ensejavam maior preocupação ante os olhos do Estado, do poder político e financeiro. Essa situação tendeu a se modificar ao longo do tempo, quando então os Guarani começaram a tatear estratégias inusitadas frente às demandas territoriais, procurando soluções balizadas em sua visão de mundo, fazendo com que os governos se vissem na obrigação de envidar esforços e resultados aceitáveis ante sua presença que se tornara aparente, concreta.

A crescente expansão agrícola (monoculturas, latifúndios), madeireira e extrativista; a pecuária extensiva; a instalação de empresas nacionais e transnacionais e a implantação de projetos de desenvolvimento como as hidrelétricas de Yacyretá e Itaipu; as linhas de transmissão elétrica e a construção de ferrovias, rodovias e estradas exemplificam uma multiplicidade de causas que passaram a impactar e transformar gradativa, significativa e irreversivelmente o território guarani em termos ecológicos e paisagísticos, no qual agudizou-se nova e crescente colonização “branca” e exclusão indígena.

O crescimento econômico trouxe como consequência, dentre outros, a diminuição acelerada das florestas no Bioma Mata Atlântica, a degradação ambiental, a contaminação das águas, o crescimento e pressão demográfica das sociedades nacionais. A fragmentação e a desfiguração territorial impingiram novas “reduções” (ecológicas, sociais, políticas, econômicas e inclusive de perspectivas), ocasionando enorme gama de dificuldades (expulsões, intrusões, imposições, violências, constrangimentos), precariedades materiais e vulnerabilidades de diversas ordens, premendo os Guarani a redefinições e atuações concernentes ao território e, em consequência, a direitos territoriais. Referendando sempre de novo o apego à vida nos tempos passados, quando podiam se mover com liberdade e viver com autonomia em áreas de mata nas quais era possível praticar o *nhande reko* (nosso modo de viver, nosso sistema) distante dos não-índios, tempos nos quais não precisavam se ocupar com a garantia de áreas, as respostas e estratégias dos Guarani foram e permanecem sendo heterogêneas. Todavia, gradativamente contundentes.

A região litorânea sul-sudeste tem sido palco de projetos de desenvolvimento e de empreendimentos de várias naturezas e de diferentes portes, como unidades portuárias e parques industriais. Esses projetos requerem outros, como: novas rodovias e duplicação das existentes, ferrovias (ou mudança de bitola daquelas que estão em uso), contornos rodoviários e ferroviários, hidrelétricas, termelétricas, linhas de transmissão de energia elétrica, aeroportos, gasodutos etc. De uma forma ou de outra, todos acabam por causar intensificação de urbanização, especulação imobiliária, pressões fundiárias. Essas ocorrências incidem, em variados casos e de diferentes formas, nas áreas de ocupação indígena, trazendo implicações de diversas ordens para essas comunidades. O Porto Brasil, no litoral sul de São Paulo, é um exemplo consistente de projeto de desenvolvimento com marcadas consequências a grupos familiares Tupi-Guarani da Terra Indígena Piaçagüera.⁶⁹

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo Governo Federal em janeiro de 2007, prevê investimentos de R\$ 55,2 bilhões, até 2010, no setor de infra-estrutura de transportes. Na região Sul do país, os recursos alcançam R\$ 3,9 bilhões. Um dos principais objetivos do programa é superar os limites estruturais do

⁶⁹ A respeito deste assunto, ver a página eletrônica do Centro de Trabalho Indigenista (www.trabalhoindigenista.org.br) e as matérias correlatas ao Porto Brasil no município de Peruíbe na Folha de São Paulo, 30.03.08, caderno Cotidiano, p. C1, C4 e C5.

setor logístico e ampliar a cobertura geográfica da infra-estrutura de transportes, aumentando a eficiência produtiva em áreas consolidadas, induzindo o desenvolvimento em áreas de expansão da fronteira agrícola e mineral e reduzindo as desigualdades regionais.

A região litoral norte catarinense se configura como espaço geográfico de múltiplos projetos de desenvolvimento⁷⁰, entre eles alguns constantes do PAC, como é o caso da duplicação da BR 280, a interligar as áreas industriais e o porto de São Francisco do Sul. Outros projetos na região devem ser relacionados:

- a) a ampliação do porto de São Francisco do Sul e o terminal privado contíguo ao porto (TESC) – São Francisco do Sul;
- b) o Terminal Marítimo Mar Azul e seu retroporto⁷¹ – São Francisco do Sul;
- c) o porto de Laranjeiras – São Francisco do Sul;
- d) o porto de Itapoá (Itapoá Terminais Portuários S.A., que conta com terminal portuário, ponte de acesso, píer de atracação e retroporto) – Itapoá;
- e) a duplicação da BR 101;
- f) a continuidade da duplicação da BR 280, com intenção de ligação transoceânica entre Brasil/Chile;
- g) o Gasoduto Bolívia-Brasil e ramal em direção leste (canalização contígua a BR 280);
- h) a linha de transmissão de energia elétrica Joinville – São Francisco do Sul;
- i) os parques industriais;
- j) o terminal de regasificação de gás natural liquefeito (GNL), em estudo;
- k) a ferrovia São Francisco do Sul – Planalto Norte e os contornos ferroviários de São Francisco do Sul, Joinville-Araquari e Jaraguá do Sul;
- l) a Ferrovia Litorânea⁷², entre Imbituba e Araquari, em estudo;
- m) o programa “Roteiros de Encanto” ou “Costa do Encanto”, de fomento ao turismo, do governo catarinense.

⁷⁰ Projetos em distintos estágios: efetivados, em fase de estudo ou em concretização, o que envolve diferentes etapas do licenciamento ambiental.

⁷¹ Durante pesquisa de campo, a equipe registrou movimento de máquinas na estrada de Laranjeiras e BR 280, fato comentado na aldeia Morro Alto.

⁷² Consiste em projeto exposto no *Estudo de Viabilidade do Sistema Ferroviário no Estado de Santa Catarina*, da Secretaria de Estado de Infra-estrutura, conforme página eletrônica www.sie.sc.gov.br, acessada em 29.11.08.

Esse conjunto avança ainda para outros desdobramentos como termelétrica, hidrelétrica, aeroporto etc., quer no patamar de pretensões ou propriamente de estudos.

No que tange a duplicação BR 101 – trecho norte, o EIA⁷³ assinalou a presença Guarani em distintos locais ocupados e desocupados, situados nos municípios de Garuva, Joinville, Araquari, São Francisco do Sul, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, além de Navegantes, Itajaí, Guabiruba, Biguaçu e Palhoça. O parecer quanto ao projeto de construção da linha de transmissão de 230 kV – Joinville – São Francisco⁷⁴ igualmente informa uma dinâmica de ocupação territorial, que abrange fatores cosmológicos, sociais, econômicos e políticos, apontando a reocupação de áreas por grupos familiares Guarani na região.

O Gasoduto Bolívia-Brasil e posteriormente o ramal em direção leste, indica a necessidade do empreendedor considerar a existência de aldeias localizadas no litoral norte de Santa Catarina, uma vez que essas comunidades não constam do Convênio TBG/Funai, assinado em 28.08.98⁷⁵ e não foram contempladas com medidas mitigadoras por parte deste projeto.⁷⁶

Essas e demais questões sublinham a importância da recuperação de fatos pretéritos, da correlação entre os diversos projetos de desenvolvimento, bem como da coleta de dados mais aprofundados a respeito de projetos inseridos tanto nas políticas estatais quanto privadas de crescimento econômico, possibilitando melhor entendimento contextual. Todavia, pode-se adiantar que do ponto de vista do povo Guarani, todos esses projetos afetam e desfiguram irremediavelmente o seu território de ocupação tradicional, em termos ecológicos e paisagísticos, tomando aqui patrimônio material e imaterial.

Efetivamente há necessidade de refletir sobre a interligação envolvendo a categoria Yvy Rupa - território de ocupação e mobilidade tradicional Guarani e as questões referentes ao desenvolvimento. Como explanado neste EISA, o território

⁷³ Ladeira, Darella e Ferrareze (1996).

⁷⁴ Darella (2001).

⁷⁵ Embora Walter Coutinho Júnior, responsável pelo DEID/DAF da Funai, através do Parecer nº 110/DEID/98, de 03.08.98, tenha assinalado a necessidade do empreendedor considerar a existência de aldeias localizadas no litoral norte catarinense.

⁷⁶ Apontado em Darella (1999).

Guarani compreende a região de Misiones (Argentina), o leste do Paraguai, o norte do Uruguai, e as regiões sudeste, sul e centro-oeste do Brasil. A rede de parentesco e as relações de reciprocidade/solidariedade entre as várias comunidades Guarani são responsáveis pela comunicação e pelos intercâmbios materiais e simbólicos. O domínio desse amplo território Guarani, fragmentado em razão da ocupação e do modelo de desenvolvimento das diferentes sociedades nacionais incidentes, acontece através das dinâmicas sócio-políticas e dos movimentos (de migração, circulação, viagens-visita, intercâmbio etc.) registrados por cronistas e viajantes no século XVI e realizados até os dias de hoje. Desta forma, o entendimento interligando territorialidade e sociabilidade guarani é essencial.

As obras de desenvolvimento afetam global e cumulativamente as comunidades indígenas e suas terras. No caso de rodovias, em específico, há que se considerar conseqüências múltiplas, como a instalação de novos moradores em busca de oportunidades, o aumento do fluxo de veículos e caminhões, os atropelamentos, fatores a causar crescente e definitiva pressão territorial sobre as terras indígenas delimitadas e também sobre as áreas de interesse.

Se o início da construção das BRs 280 e 101 data da década de 1960, em tempo anterior à Resolução 01/86 do CONAMA, legislação a exigir o EIA/RIMA, hoje os Guarani são chamados a se posicionar em função de suas duplicações. São, portanto, solicitados a opinar ante os projetos de desenvolvimento que, na maioria das vezes, lhes parecem avassaladores, desproporcionais, a desfigurar a terra. Projetos que “sangram a Terra”, entendidos como causadores de conseqüências ambientais trágicas e irreversíveis, que castigam e machucam o ambiente e a paisagem. Machucam a história, a memória, a geo-aqua-grafia.

Como efetivar diálogo entre contextos e lógicas tão diferenciadas? Como dimensionar prejuízos que extrapolam meios físicos, adentrando em paisagens, lugares e denominações toponímicas que vão além de olhares sobre mapas, imagens de satélite ou fotos aéreas, pois carregam sentido mítico e cosmológico? Como delinear, calcular e inscrever os mais diversos impactos que já ocorreram, seguem ocorrendo e ainda ocorrerão? Qual seria o fator determinante que balizaria a classificação e mensuração dos impactos diretos e indiretos no que se refere à concepção territorial guarani?

Maria Inês Ladeira (2000), quando dos estudos do projeto de implantação da linha de transmissão de 750 KV e as comunidades Guarani de Morro da Saudade e Krukutu, localizadas no município de São Paulo, faz considerações oportunas para a análise de projetos de desenvolvimento e impactos decorrentes. Segundo a autora

A abordagem sobre a ocupação Guarani neste complexo, e os elementos de análise propiciados pelos próprios índios sobre questões relativas ao meio ambiente e à subsistência, comprovam que os impactos decorrentes de projetos de desenvolvimento, via de regra, trazem danos irreversíveis que atingem não só uma parcela mas o conjunto da sociedade indígena afetada. (...) Desse modo, se é possível determinar um recorte físico da área afetada por um empreendimento, não se pode medir o grau nem o alcance das interferências nos grupos indígenas e na natureza. A própria definição do termo 'impacto', que a meu ver se distingue dos termos interferência e influência, de utilização corrente nos relatórios ambientais e que dá nome aos EIA RIMA, indicam sempre um fato ou ato de 'choque', o que torna sem sentido a avaliação de serem eles indiretos. (2000, p. 7)

Princípios mitológicos e cosmológicos oferecem substrato a posicionamentos políticos dos Guarani quanto ao uso do território e aos seus direitos territoriais. A aproximação do fim do mundo, entendimento fundado na cataclismologia Guarani, e as efetivas limitações para sua existência nesta terra a partir da colonização e exemplificadas pela desfiguração ambiental do espaço litorâneo, desflorestamento, projetos de desenvolvimento, especulação imobiliária e ocupação desenfreada dos “brancos”, argumentam em prol de reivindicações e mobilizações mais incisivas, fundamentadas no modo de viver dos antepassados (língua, conhecimento da fauna e flora, agricultura, manejo agroflorestal, cultura material, rituais) e nos sinais das divindades e daqueles que teriam alcançado a sobre-humanidade. Embora os debates e posicionamentos relacionados a tempo e espaço estejam em processo de maturação entre as lideranças indígenas Guarani, o projeto de duplicação da rodovia serve para mostrar a inexorabilidade do poder dos “brancos”. Por outro lado, impulsiona à abertura de um canal político, visando a reflexão, mobilização, negociação e asseveração à garantia de áreas e permanência dos Guarani na costa atlântica. Júlio da Silva (Yvapuru) dizia que se fosse pelos Guarani a duplicação não seria aceita, mas que então fossem respeitados.

2.4.1 Caminhos e índios Guarani

A circulação no território tradicional, entre leste-oeste, norte-sul, era exercitada por caminhos e trilhas séculos antes da colonização. Essa prática persistiu, realizada por grupos familiares ou individualmente. Augusto dos Santos⁷⁷, por exemplo, conhecia e percorria os caminhos entre as aldeias do oeste e litoral de Santa Catarina e Paraná, utilizando-se constantemente das trilhas na mata, fazendo lembrar uma observação feita por Schaden: “o Guarani (Mbya) tem seu território nas pernas” (*apud* Ladeira, 1989, p. 60).

É sabido que no século XVI os Guarani mostraram os caminhos por eles utilizados aos estrangeiros. Posteriormente os estrangeiros fizeram seus caminhos - ferrovias e rodovias. Em contraposição aos *nhande rape* (nossos caminhos), as rodovias são denominadas *juruarape* (caminho do não-índio), *tape uĩ* (caminho preto), *mokoĩ tape* (dois caminhos), *irundy tape* (quatro caminhos⁷⁸), *taperupa* (caminho estendido). *Tape reegua* é expressão que significa: aquilo que corresponde ao caminho. Sobre o chão de Santa Catarina abriram-se as ferrovias, as rodovias federais (BRs 101, 470, 282, 116, 280, 480 e 153) e inúmeras rodovias estaduais. Em sua região litoral norte despontou a Ferrovia São Paulo – Rio Grande⁷⁹, as BRs 101 e 280, e as SCs 301, 413, 415 e 495. Posteriormente vieram os projetos de duplicação. Sobre essa ordem de acontecimentos fala Inácio de Oliveira (Jabuticabeira): “Antigamente podia andar no mato sem preocupação, depois veio a ferrovia, depois a BR e com a duplicação é mais movimento.”

As rodovias e seus entornos passaram a ser utilizados de diversas formas pelos Guarani: a) os acostamentos para constantes deslocamentos a pé e de bicicleta; b) as pistas para o transporte rodoviário (em veículos e transporte coletivo) e travessia; c) as pontes para moradia e d) as margens para moradia e venda de artesanato. Há registro de várias pontes das rodovias federais BR 101 e 280 que serviram de abrigo a grupos familiares Guarani. No litoral de Santa Catarina podem ser arroladas as dos rios Araranguá, Itajaí-mirim, Piraí, Pirabeiraba, Cubatão, Três Barras, Sete Voltas. Vários locais de domínio público, à beira das rodovias, serviram de espaço de ocupação nos municípios de Sombrio, Araranguá, Sangão, Palhoça, Biguaçu, Itajaí, Araquari,

⁷⁷ Atropelado e morto na BR 101 em 1997. Ver quadro de atropelamentos, adiante.

⁷⁸ Rodovia duplicada, entendida como uma via quádrupla.

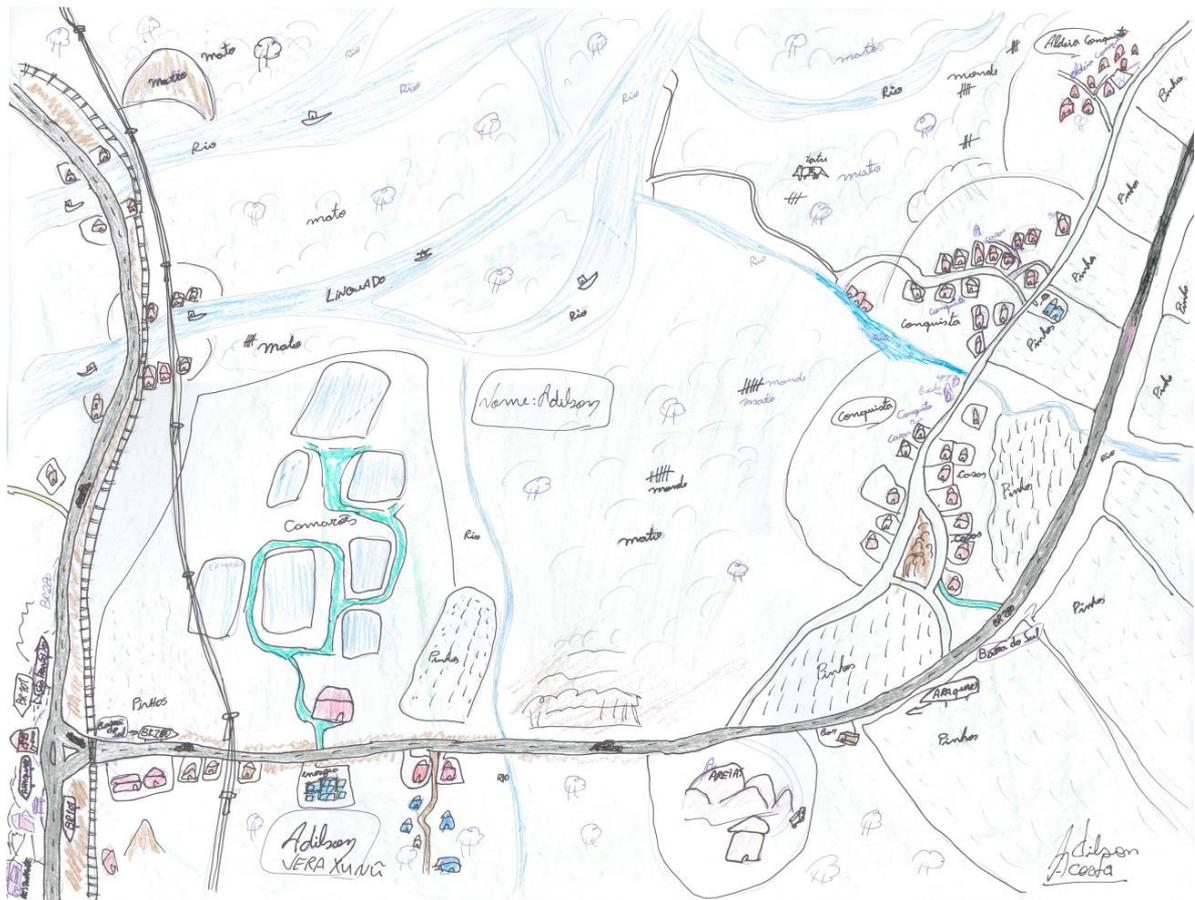
⁷⁹ O ramal ferroviário que liga São Francisco do Sul ao Planalto Norte foi aberto em 01.04.1913.

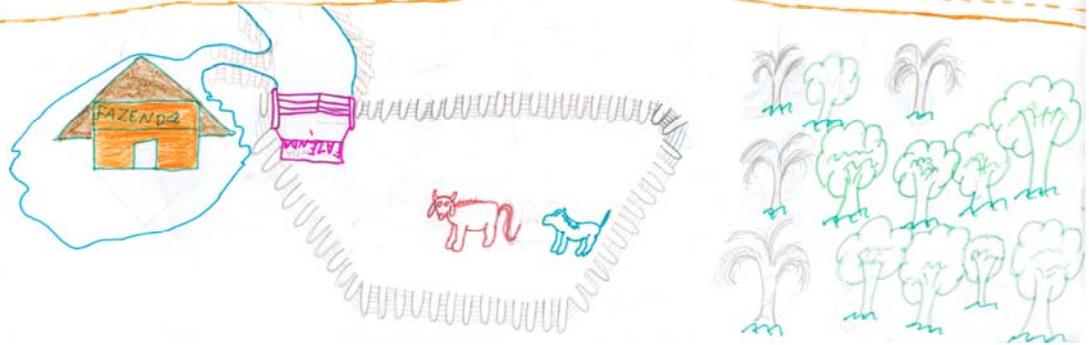
Guaramirim, Joinville e Garuva. Em diversos casos ocorreu a venda de artesanato e plantio de sementes tradicionais, “para não perder”, como dizem os Guarani. A partir dessas ocupações os Guarani perscrutaram áreas de uso, para provisão alimentar, medicinal e econômica.

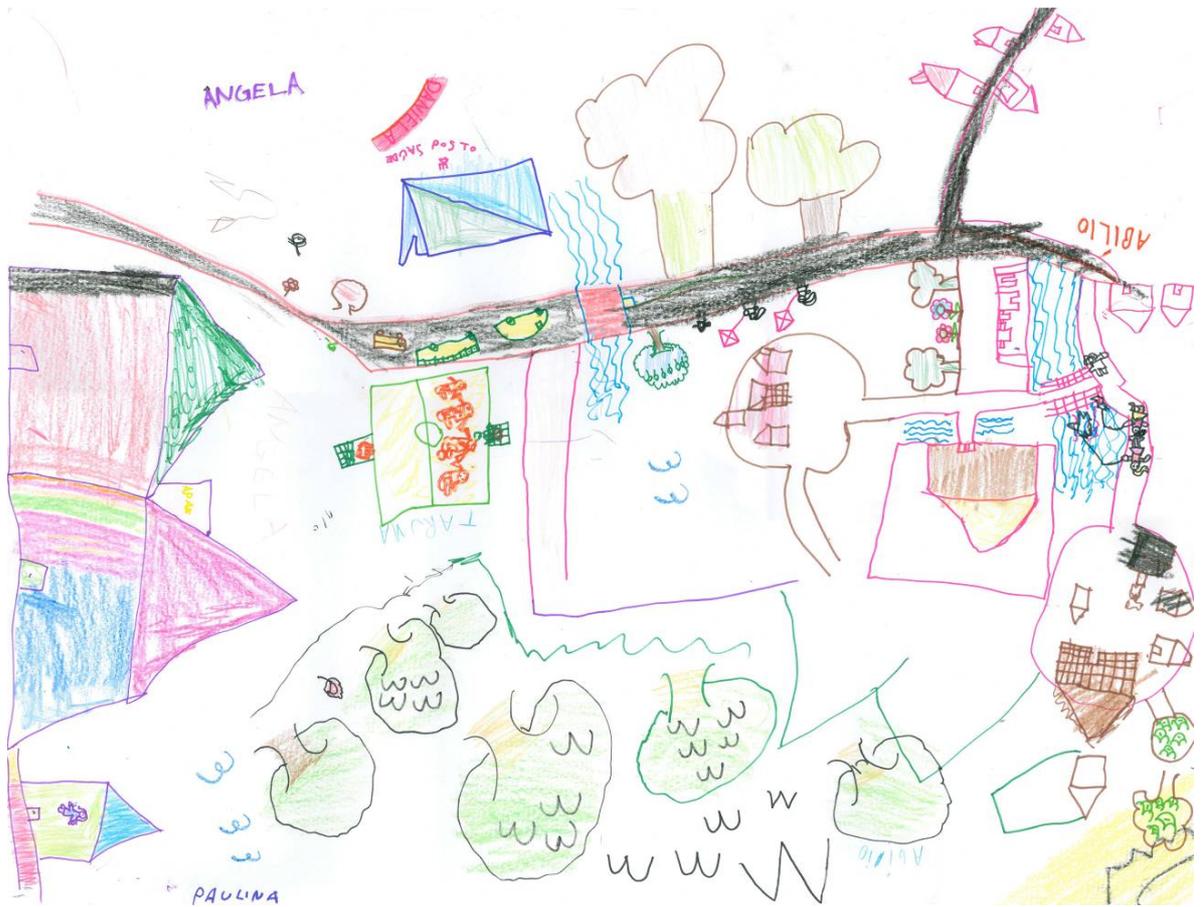
Também ao lado da ferrovia, em Araquari, há registro de locais de acampamento.

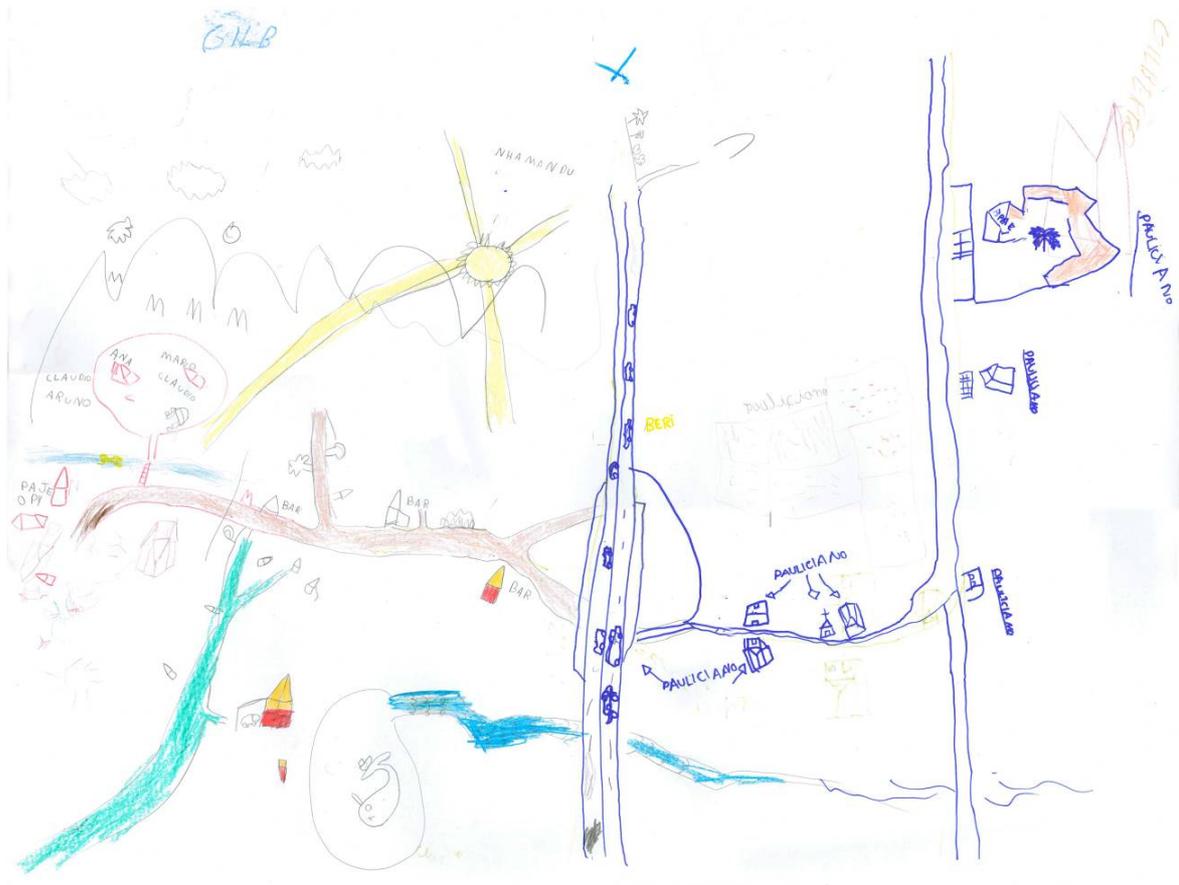
Deste modo, é certo que as rodovias passaram a ser utilizadas pelos Guarani, mas também é certo que acarretam múltiplas conseqüências, como a inexorável pressão territorial, a criar uma intensa e incomensurável tensão ao povo Guarani, incidindo negativamente em sua condição vivencial, existencial.

A realidade atual dos Guarani mostra justamente uma composição espacial incisiva. Desenhos de crianças, adolescentes e jovens Guarani, efetivados nas aldeias, falam de um conjunto experienciado, exercitado, que soma aldeias, áreas de uso, cursos d’água, entornos, estradas, rodovias e ferrovia, como é o caso dos elaborados nas aldeias Conquista, Yvapuru, Yvy Ju/Reta, Yy Akã Porã e TiarajuPiraí. A espacialidade vivenciada emerge na comunicação estética, como é possível verificar a seguir.



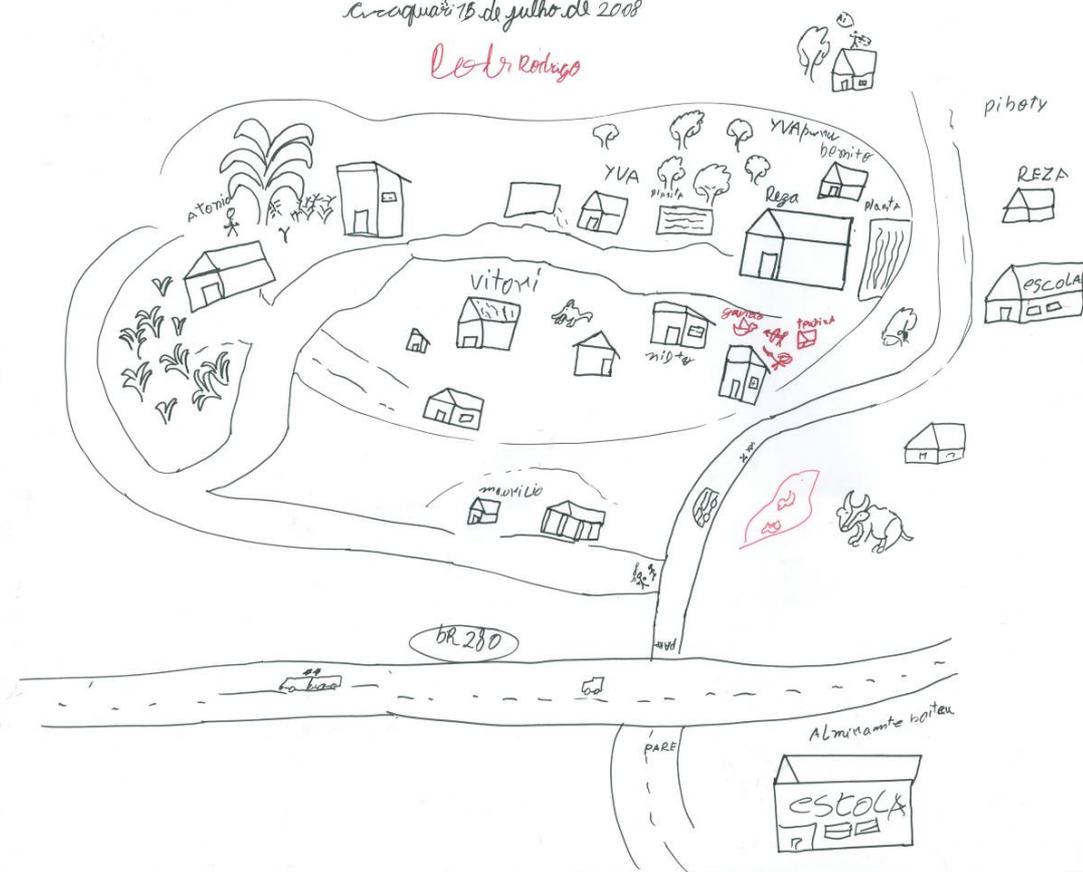


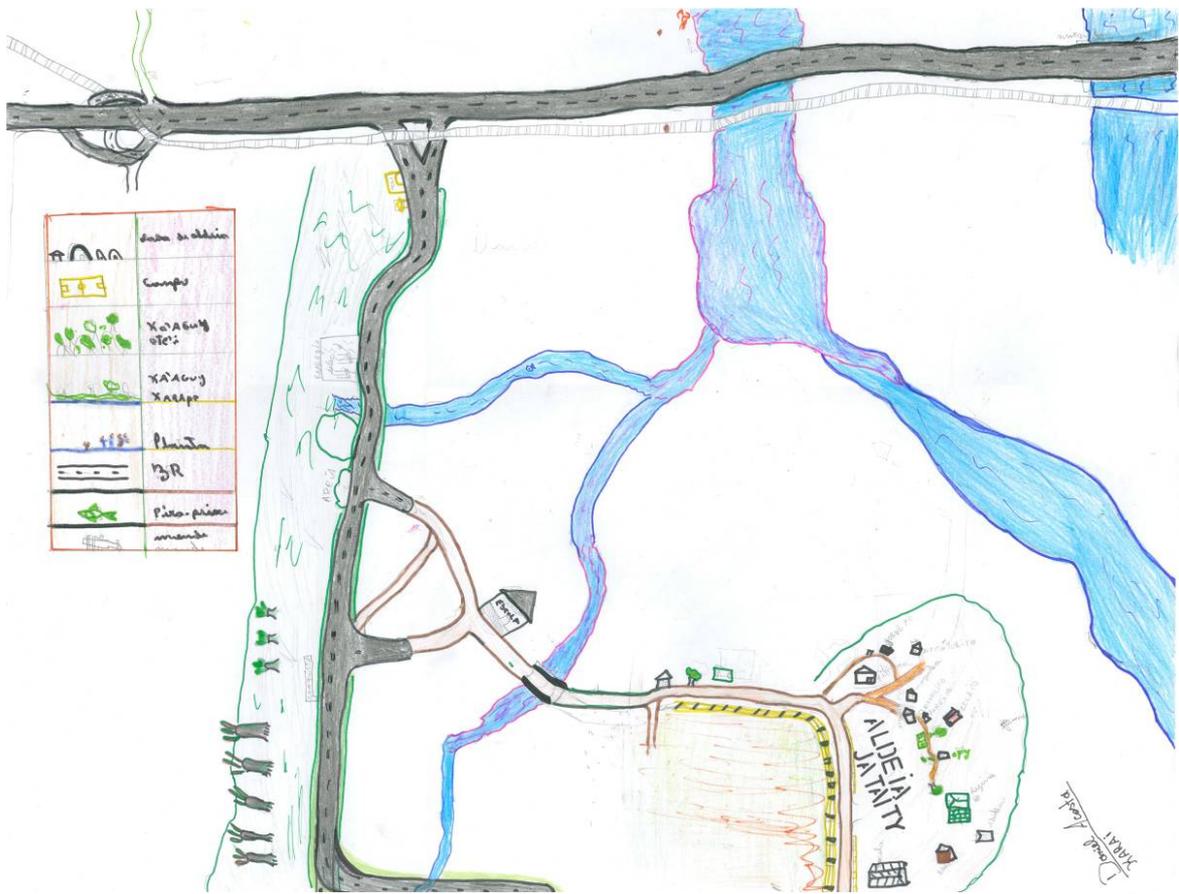




Cracuatã 15 de julho de 2008

Lesli Rodrigo





A BR 280, intensamente utilizada pelos Guarani, é um dos componentes no complexo mosaico da região litoral norte catarinense. Neste momento é fator crucial a chamar à reflexão e ao posicionamento das comunidades, através de seu projeto de duplicação.

A seguir, efetivam-se detalhamentos relacionados às Terras Indígenas Pirai e Morro Alto, bem como à área Yvy Ju/Reta, neste caso somado o contorno ferroviário de São Francisco do Sul:

2.4.1.1 Terra Indígena Pirai - Araquari

A Terra Indígena Pirai é cortada pelo leito original da BR 280, em seu trecho 02, km 36, tratando-se da área indígena mais afetada pela duplicação.⁸⁰

Os volumes *Relatório do Plano Funcional e Estudo de Tráfego e das Plantas do Plano Funcional*, integrantes do documento denominado *Elaboração do Plano Funcional e Projeto Executivo das Obras Prioritárias de Melhoria da Capacidade da BR 280/SC no Segmento entre o km 34,5 ao km 71,5. Relatório Parcial 01*, de responsabilidade do Consórcio Iguatemi-Sotepa, datados de 2004, fazem alusão à Terra Indígena Pirai, de conformidade com informações repassadas pela FUNAI AER Curitiba naquele ano, indicando a necessidade de uma passagem inferior de pedestres (Vol. 1 – p.12, 30, 39, 41 e Vol. 2 – p. 9).

Em 2005, o documento *Elaboração do Plano Funcional e Projeto Executivo das Obras Prioritárias de Melhoria da Capacidade da BR 280/SC no Segmento entre o km 34,5 ao km 71,5 Relatório Parcial 02* menciona a projeção de uma “passarela para atender a comunidade indígena instalada do lado direito da rodovia” (p. 192). Na página 268, da mesma forma, a empresa refere-se à passarela para pedestres no que diz respeito às Terras Indígenas do Pirai.

Vale ressaltar que, em geral, as comunidades indígenas mencionam passagens subterrâneas ao invés de passarelas, entendendo as primeiras de maior segurança para a população indígena. “A passarela também é perigo,” como disse Felipe Brizoela (Pindoty).

⁸⁰ Ocorre também a existência de tubulação de gás (SC-Gás) do lado esquerdo da rodovia.

Os membros da aldeia Tiaraju/Piraí reforçam com veemência a necessidade, em caráter de absoluta urgência, de ocupação de área ao lado sul da BR 280, no interior da delimitação da terra indígena, conforme indicado no mapa específico, constante do capítulo 3. As lideranças apontam a alteração de traçado da BR 280, visando aspectos como a segurança física e existencial da população, a unicidade e gestão territorial da TI Piraí, a recomposição florestal, a regeneração ambiental. Joel Ramires, cacique da aldeia expõe: “Nessa área sempre vai viver o Guarani. Estamos querendo que seja desviado [referindo-se à alteração do traçado da BR 280].”

No quesito segurança é preciso acentuar que: a) o uso cotidiano da rodovia, seja para locomoção ou travessia para coleta, caça e pesca, causa profunda e ininterrupta apreensão aos integrantes da comunidade (em razão dos atropelamentos fatais de Ana da Silva, em 2001 e Santana Gonçalves, em 2003)⁸¹ e b) a localização da aldeia nas proximidades da BR 280 acarreta perceptível vulnerabilidade da comunidade, dada a facilidade de entrada e circulação de pessoas forasteiras e indesejadas na aldeia. A ocorrência mais grave deu-se com o homicídio de Claudemir Brizola, sobrinho de Artêmio Brizola e genro de Aristides da Silva, em 11.05.98⁸².

Medida apontada e avaliada pela Funai:

- Alteração do traçado da duplicação no lote 2. Projeção e construção de novo traçado entre a BR 101 e o leito atual da BR 280 a oeste do rio Piraí, com confluência ao leito atual a partir dos km 38/39.

A medida foi informada pela equipe à CGPIMA/Funai em 22.09.08, via expediente, no qual solicita encaminhamento da questão ao DNIT. O órgão indigenista assim manifestou-se⁸³:

Apesar de seu caráter preliminar, as propostas foram analisadas e consideradas cabíveis enquanto medidas mitigadoras dos impactos que o empreendimento vai causar às Terras e comunidades indígenas citadas. Por esta razão gostaríamos que o DNIT avaliasse a possibilidade de integrá-las na reformulação do projeto, visando integrar tal mudança a

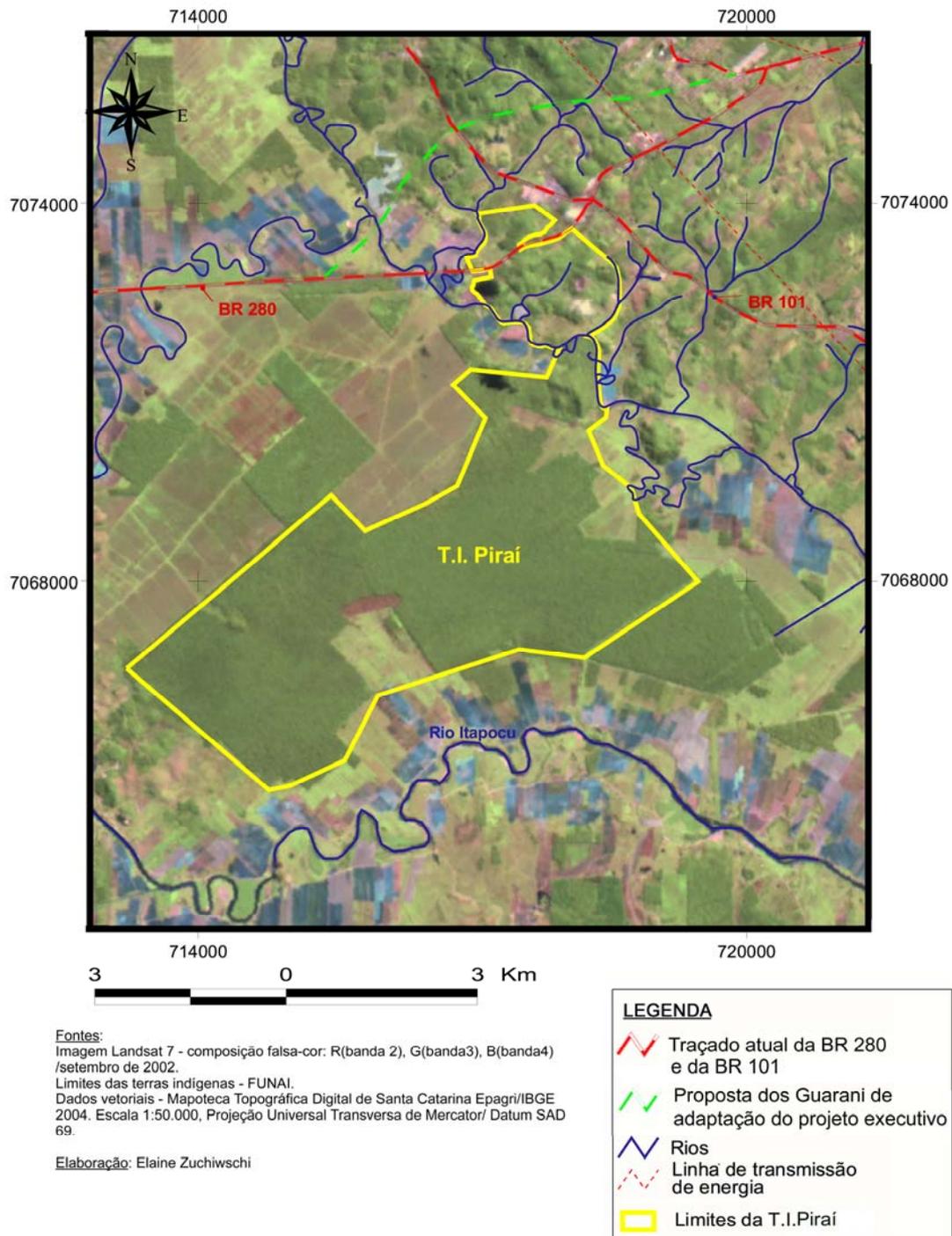
⁸¹ Ana era esposa de Aristides da Silva (Tarumã) e Santana era esposa de Pedro Timóteo (Tiaraju/Piraí).

⁸² O corpo foi encontrado no poço da aldeia e sepultado no cemitério da Capela São Sebastião, Araquari. Ver igualmente relato contido na memória de viagem dos Guarani, de 06 a 08.10.08, em Apêndices.

⁸³ Através de Ofício n. 620/CGPIMA/DAS/08, de 22.10.08, subscrito pelo Diretor de Assistência, Aloysio Guapindaia, encaminhado a Jair Sarmento, Coordenador Geral de Meio Ambiente do DNIT, em Brasília.

título de medida mitigadora prévia nos estudos atualmente em andamento, sem prejuízo de outras medidas mitigadoras e/ou compensatórias que forem averiguadas necessárias até sua conclusão.

Proposta Guarani de adaptação do Projeto Executivo das Obras de Melhoria da Capacidade da BR 280 na região da Terra Indígena Pirai



2.4.1.2 Terra Indígena Morro Alto – São Francisco do Sul

A TI encontra-se a cerca de 500 metros da BR 280 (lote 1), sendo que na altura do Morro da Palha essa distância se reduz, perfazendo aproximadamente 360 metros.

No documento intitulado *Elaboração do Plano Funcional e Projeto Executivo das Obras Prioritárias de Melhoria da Capacidade da BR 280/SC no Segmento entre o km 0,00 ao km 34,5. Relatório Parcial 02*, datado de 2005 e de autoria do Consórcio PROSUL/ARS (p. 49 a 51, Cap. 4), constata-se ter sido analisada a alternativa de instalação de uma pedreira no Morro da Palha, investigação não aprofundada pelo fato da área se encontrar no interior da Terra Indígena Morro Alto, conforme mapa apresentado pela Diretoria de Assuntos Fundiários da Funai. De fato, a figura 4.31 do citado plano funcional expõe a TI Morro Alto com 1.624 hectares (data: 23.03.04).⁸⁴ Consta no mapa a indicação: “Minuta sujeita a alteração”.

A dimensão publicada no DOU em 12.05.08 totaliza 893 hectares, excluído o Morro da Palha. Neste cenário devem ser enfatizados dois aspectos, reivindicados enquanto medidas mitigadoras: a) a revisão de limites da Terra Indígena, com inclusão do Morro da Palha e b) a alteração de traçado da BR 280, visando aspectos como a segurança, a unicidade e gestão territorial da TI Morro Alto.

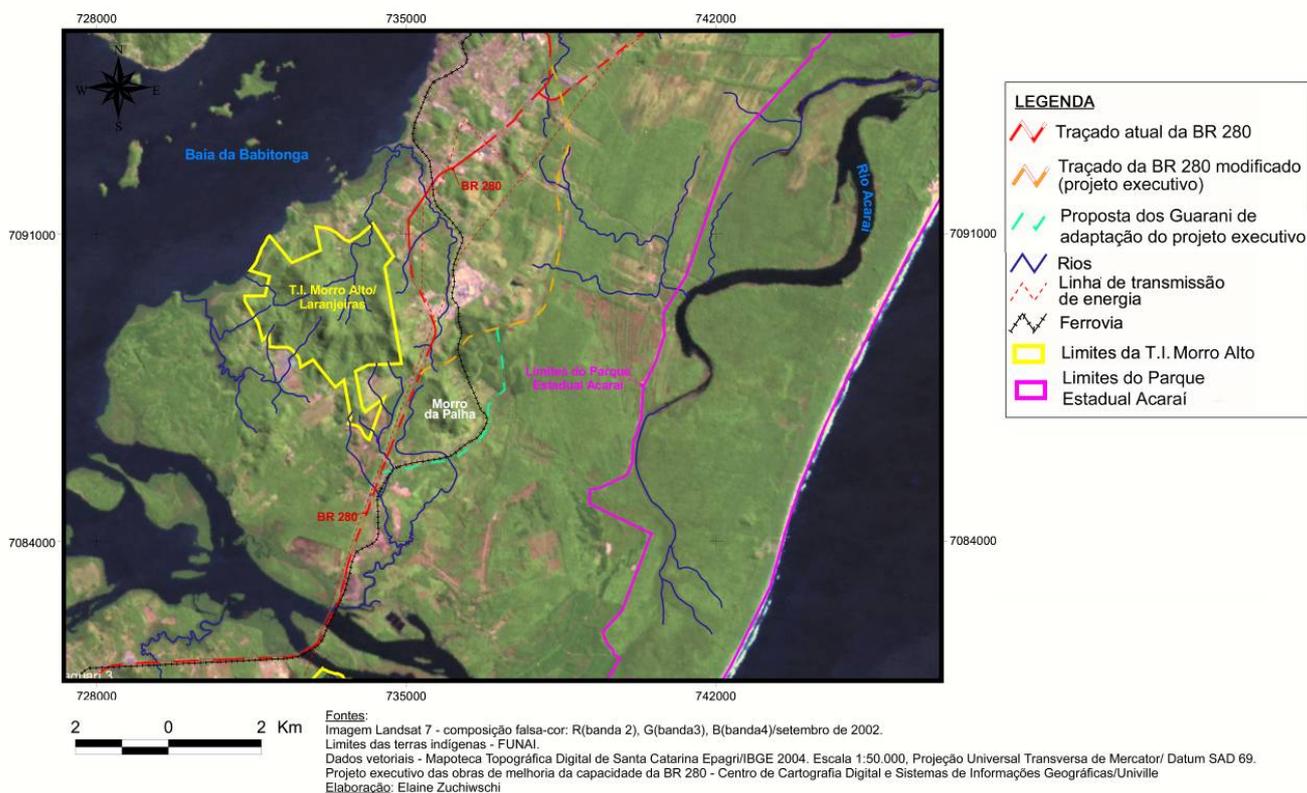
Explicitação da alteração de traçado, medida avalizada pela Funai:⁸⁵

- Alteração do traçado da duplicação no lote 1. Prosseguimento, por trás do Morro da Palha, do contorno ou alça projetada na Ilha de São Francisco do Sul, com conexão ao leito atual no km 14.

⁸⁴ Delimitação oriunda dos estudos do GT da Funai de 2003, posteriormente revisada.

⁸⁵ Através de Ofício n. 620/CGPIMA/DAS/08, de 22.10.08, subscrito pelo Diretor de Assistência, Aloysio Guapindaia, encaminhado a Jair Sarmento, Coordenador Geral de Meio Ambiente do DNIT, em Brasília.

Proposta Guarani de adaptação do Projeto Executivo das Obras de Melhoria da Capacidade da BR 280 na região da Terra Indígena Morro Alto



2.4.1.3 Yvy Ju/Reta – São Francisco do Sul

A entrada da aldeia Yvy Ju/Reta, situada na SC 301, dista 1,7 km do novo entroncamento a servir a dois projetos, quais sejam, a duplicação da BR 280 e o contorno ferroviário de São Francisco do Sul. Ocorre, no caso, a projeção de um viaduto rodoviário na conjunção com a SC 301. No que se refere ao Processo de Licenciamento Ambiental do contorno ferroviário de São Francisco do Sul, constatam-se ações como:

1. Proposição de Ação Civil Pública (ACP) do Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado de Santa Catarina no que tange os contornos ferroviários de São Francisco do Sul e de Joinville em 2007⁸⁶, a partir de Procedimentos Administrativos instaurados em 2006. A peça inicial da ACP, datada de 09.05.07, assinala: “Os documentos juntados permitiram constatar que os Estudos de Impacto Ambiental – EIAs que fundamentaram a concessão das licenças ambientais emitidas

⁸⁶ ACP n. 2007.72.01.001859-2 (SC).

pela FATMA foram extremamente superficiais e desrespeitaram importantes determinações contidas nas RESOLUÇÕES do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA.”

Em síntese, a petição aponta no que tange populações indígenas:

- ✓ afetação indireta de área indígena, a exigir indispensável participação da Funai para elaboração do EIA/RIMA;
- ✓ ausência de consulta à Funai e necessidade de complementação do EIA/RIMA do contorno ferroviário de São Francisco do Sul (elaborado pela DTA Engenharia, de SP, em 2005) que desconsidera a presença indígena;
- ✓ ausência de explanação acerca da existência de comunidades indígenas na região de Araquari-Joinville, ao se tratar de EIA/RIMA do contorno ferroviário de Joinville (elaborado pelo Consórcio Veja-Azimute, do PR, em 2004).

A Ação Civil Pública requer: a “imediata suspensão das licenças ambientais concedidas e a paralisação de todas as obras e trabalhos em curso (...) até que seja regularizado todo o procedimento de licenciamento ambiental”, tendo em vista, dentre outros, a necessidade de manifestação da Funai mediante cópias integrais dos EIAs/RIMAs elaborados.

2. Decisão da Justiça Federal, Seção Judiciária de Santa Catarina, em 18.12.07, que defere parcialmente a liminar requerida e determina a remessa de cópias integrais dos EIAs/RIMAs à Funai, visando a análise e manifestação do órgão sobre o empreendimento, indicando, para tal, o prazo de 90 dias.

3. Solicitação da Funai à Fatma e DNIT, em 16.05.08⁸⁷, para atendimento dos itens expostos a seguir:

- a) Que a Funai e as comunidades indígenas sejam informadas sobre os licenciamentos ambientais de empreendimentos da região;
- b) Que seja solicitada complementação aos estudos realizados, com enfoque específico para as comunidades indígenas residentes no município de São Francisco do Sul a partir de termo de referência elaborado pela Funai com a colaboração das comunidades

⁸⁷ Por intermédio do Ofício n. 132/PRES/08, de 16.05.08, encaminhado pelo presidente substituto do órgão indigenista, Aloysio Guapindaia, à Gerência de Licenciamento Ambiental da FATMA, em Florianópolis, e à Coordenação Geral de Meio Ambiente do DNIT, em Brasília.

- indígenas – com o objetivo de identificação de impactos e medidas de mitigação e compensação;
- c) Que seja apresentado cronograma relativo ao licenciamento, com previsão da obtenção das licenças e das obras.

Cabe ressaltar que a equipe do EISA da duplicação da BR 280 não acessou os mencionados EIAs/RIMAs dos contornos ferroviários e igualmente não possui conhecimento a respeito da elaboração do respectivo Termo de Referência da Funai. A equipe assinala, todavia, que tem abordado o tema com as comunidades Guarani, seja quando dos encontros ampliados, seja em trabalhos específicos nas aldeias. A comunidade de Yvy Ju/Reta mostra-se bastante apreensiva com o processo de licenciamento ambiental do contorno ferroviário, entendendo, tal como a equipe, a necessidade de concomitância dos debates a respeito do contorno e da duplicação da rodovia. Mostra-se igualmente apreensiva que seja acusada pela sociedade envolvente de impedir o desenvolvimento. Osvaldo de Oliveira, cacique da aldeia, externou: “No mercado falaram que um engenheiro da SAMAE comentou que a duplicação da BR 280 vai atrasar por causa dos índios.”

Essas questões mostram, entre outras, existir uma grande preocupação dos Guarani com o ambiente e com sua segurança vivencial. Advém igualmente a questão relacionada aos acidentes. Os Guarani referem os atropelamentos como um incomensurável impacto, a inscrever profunda tristeza e inconformidade, a marcar a sua vulnerabilidade.⁸⁸ Há, inclusive, de se refletir sobre a proporcionalidade numérica entre população indígena e atropelamentos, pois “... já somos tão pouquinhos,” no dizer de Felipe Brizoela.⁸⁹

O quadro seguinte permite visualizar alguns atropelamentos e sepultamentos conhecidos.

⁸⁸ A equipe registrou igualmente profundo pesar externado por índios Guarani após acidente ocorrido em Araquari, que causou a morte de uma criança não indígena.

⁸⁹ Aldeia Pindoty, em julho de 2008.

Tabela 4 - Atropelamentos de Índios Guarani nas BRs 101 e 280 e na SC 301
- Santa Catarina

Nome	Período da vida	Rodovia e Município do atropelamento	Data ou época	Consequência	Sepultamento
Vicente Pereira	Adulto	BR 101 – Joinville	Década 1970/80	Morte	-
Alcides da Silva Tatamxi	Criança (6 anos)	BR 101 – Barra Velha	1984	Hospitalização	-
Algemiro da Silva	Adulto	BR 101 – Palhoça	Década de 1980	Seqüelas e morte	-
Francisco da Silva	Adulto	BR 101 – Itajaí	24.05.95	Morte	-
Antonio (casado com Nadir Moreira)	Adulto	BR 101 – Biguaçu	25.11.96	Morte	-
Augusto dos Santos (Amadeus)	Adulto	BR 101 – Araquari	05.02.97	Morte	Cemitério São Sebastião – Araquari/SC
Fernando Benite	Criança	BR 101 – Palhoça	11.02.98	Morte	Cemitério de Enseada do Brito – Palhoça/SC
Maurício Gonçalves	Adulto	BR 101	1998	Morte	
Juan Fernandes	Adulto	BR 101 – Araquari	24.09.99	Morte	Cemitério São Sebastião – Araquari/SC
Elias Fontoura	Criança	BR 101 – Palhoça	23.01.00	Morte	Cemitério de Enseada do Brito – Palhoça/SC
Florentina Benite	Adulta	BR 101 – Palhoça	30.01.00	Morte	Cemitério de Enseada do Brito – Palhoça/SC
Janaína da Silva	Criança	BR 101 – Araquari	11.04.00	Morte	Cemitério São Sebastião – Araquari/SC
Ana da Silva	Adulta	BR 280 – Araquari	Dez. 2001	Morte	Cemitério São Sebastião – Araquari/SC
Teresa Tibes e Ronildo Silveira (neto)	Adulta Criança (1a11m)	BR 101 – Palhoça	Fev. 2002	Graves seqüelas Seqüelas	-
Afonso Cláudio (Karaí Tukumbo)	Adulto	BR 101 – Palhoça	2002	Face atingida	-
Santina Gonçalves	Adulta	BR 280 – Araquari	03.05.03	Morte	Aldeia Morro Alto/SC
Márcio Gonçalves	Adolescente	BR 101 – Palhoça	Ago. 2004	Perna atingida	-
Lauro da Silva	Adulto	SC 301 – São Francisco do Sul	2005	Morte	Cemitério Municipal de Araquari/SC
Alberto Ortega	Adulto	BR 101 – Garuva	05.07.08	Morte	Cemitério Municipal de Araquari/SC

Dos dezenove atropelamentos listados, a maioria de adultos, apenas cinco não foram fatais. Há famílias nas quais ocorreu mais de um acidente, como é o caso da de André Benite,⁹⁰ cujo filho Fernando Benite e a mãe Florentina Benite, foram atropelados em menos de dois anos. O atropelamento de Alberto Ortega (professor bilíngüe de Yy Akã Porã) por um caminhão e o estado do corpo chocou profundamente os Guarani.

Desafortunadamente essa não é uma realidade adstrita aos índios Guarani em Santa Catarina. A construção de rodovias trouxe conseqüências de diversas ordens para os mais diversos grupos familiares e ressonâncias para toda a sociedade Guarani, incluindo circulações, restrições e nova conjuntura ocupacional no território, alterações ambientais, paisagísticas e dramas sociais advindos de atropelamentos. Os projetos de duplicação das rodovias BR 101 e 280, em si, afloram reflexões e preocupações de diferentes ordens nas comunidades.

O documento intitulado *Manifesto Guarani à Duplicação da BR 101*, elaborado pelos Guarani da TI Morro dos Cavalos em 2004, expõe com clareza o posicionamento dos índios quanto às questões aqui abordadas.

MANIFESTO GUARANI À DUPLICAÇÃO DA BR 101

- 1** – Queremos saudar os membros da marcha pela duplicação da BR101 e queremos acreditar numa estrada menos violenta, mais humanizada e que todas as pessoas possam fazer nela o **Guatá Porã** (boa caminhada);
- 2** – Apoiamos o processo de duplicação e concordamos que esse é um jeito de tornar a estrada mais segura, mas ela precisa ser segura para todos – veículos e pedestres;
- 3** – Para nós Guarani o mais importante é a demarcação de nossas terras, para que possamos ter segurança e uma vida melhor em nossos espaços sagrados. Por isso, lutamos e queremos apoio de todos para a imediata demarcação de nossas terras;
- 4** – Alertamos que no Lote 22, que corta o Morro dos Cavalos, não tem projeto aprovado. O problema é a falta de legislação. Nosso povo nunca se posicionou contra a duplicação. Há muito tempo avisamos deputados e senadores desse problema, mas eles não tomaram providência. Sabemos que precisa regulamentar o § 6º do art. 231 da Constituição Federal.

⁹⁰ Atualmente em Tava'i, Canelinha/SC.

Estamos preocupados que ocorra a duplicação de toda a estrada menos aqui e novamente venham responsabilizar nossas comunidades da demora e das dificuldades como já aconteceu em 2001;

5 – Nossa única exigência é que precisa ser feito tudo dentro da lei. Estando resolvida esta questão queremos que a duplicação, aqui no Morro, aconteça toda em via subterrânea, assim não teremos nossa terra cortada pela estrada, poderemos plantar e reflorestar a área plana, estaremos livres do barulho e do perigo de atropelamento. Para os veículos isso vai significar menos morro e mais segurança. Nós já defendemos essa posição em outubro do ano 2000 e voltamos a falar dela em julho de 2001, estando tudo escrito;

6 – Para nosso povo a BR 101 já rasgou nosso território há tempos atrás, quando a estrada começou a ser construída nos anos de 1960. Naquele tempo muita coisa mudou, muitas famílias tiveram medo por causa das máquinas e algumas saíram. Não queremos que tudo isso se repita, já que várias famílias Guarani serão desalojadas. Por isso é urgente a demarcação de nossas terras;

7 – Nós sentimos tristeza pelas vítimas da estrada e por seus familiares, e queremos dizer que muitos dos nossos parentes também perderam a vida nessa estrada. Por isso é que nós entendemos que é preciso também educar os motoristas e punir os irresponsáveis, senão as mortes vão continuar.

Aldeia Indígena Morro dos Cavalos, 02 de Abril de 2004.

O manifesto testemunha a favor do pronunciado por Claudiomir Tibes (Yy Akã Porã): “Temos que continuar buscando, tentando dos dois lados, o indígena e o não-indígena. Hoje a gente está conseguindo encaixar desenvolvimento e nosso costume.”

2.4.2 O estudo de impacto socioambiental

Recai sobre os estudos de impacto socioambiental de projetos de desenvolvimento a possibilidade e o dever de serem instrumentos a ocasionar movimento, reflexão, debate, articulação, troca de informações. Como assinala Ricardo Cid Fernandes (2005), são estudos compreendidos como um processo de conhecimento. A reflexão extrapola o empreendimento analisado, em exercícios de comparação e prospecção, como comprovam algumas falas:

“Tape [rodovia] é um perigo que está à frente. Os Guarani têm experiência com a BR 101.” Felipe Brizoela (Pindoty).

“Além da duplicação da BR 280, escutamos que vai sair asfalto da estrada [do Inferninho]. Não queremos. Fica perigoso.” Inácio de Oliveira (Jabuticabeira).

O aspecto central a ser ressaltado e trabalhado no EISA do projeto de duplicação da BR 280 no que tange a população indígena, trata da conjugação entre a cosmovisão guarani, sua concepção territorial multidimensional e os seus direitos constitucionais (culturais e territoriais). A concretização de direitos territoriais, baseados na diversidade étnico-cultural, que se traduz em garantia de áreas florestadas no território tradicional, deve igualmente considerar a percepção guarani quanto aos tempos passado, presente e futuro. Em outras palavras: há que ser dada visibilidade, atenção e consolidação ao pensamento guarani em seu território de ocupação e mobilidade tradicional. Pensamento que vislumbra pressupostos como o da não-propriedade individual ou coletiva da terra, mas o de seu usufruto, sendo a mata entendida como riqueza e não obstáculo.

Os estudos devem demonstrar a necessidade e adequação da obra pública em contraste com os direitos violados. Caso a estrada seja de interesse público, desvantagens advindas do empreendimento deverão ser reparadas através de instrumentos indenizatórios, devendo estudos antropológicos, medidas indenizatórias e/ou reparatorias serem aptas a garantir os direitos fundamentais dos grupos étnicos envolvidos (Beckhausen, 2005). O primeiro passo, justamente, é mostrar tanto apreensões quanto efeitos abrangentes dos empreendimentos, como os externados por Claudiomir Tibes (Yy Akã Porã):

“O Guarani é um povo, tem que ter participação nos programas do governo do país. Para nós isso é importante.”

“Desenvolvimento não é ruim, pode estar fazendo bem, mas também não vai fazer bem para todos. O desmatamento é feito para as construções, as ferrovias, as estradas.”

“A duplicação vai fazer criar muita coisa como posto, hotel e precisa de água. A gente precisa preservar a nascente e a mata para toda a sociedade.”

“A população vai aumentar, vai precisar de mais água, de mata. A mata tem que ser protegida para que não falte. Temos que pensar daqui para frente.”

“O impacto da BR 280 vai também atingir nossa comunidade. Famílias que estão aqui hoje vão morar lá e vão ser atingidas. E também famílias de outros lugares que venham a morar ali. O Guarani vive dessa maneira.”

A posição dos Guarani quanto ao projeto de duplicação da rodovia federal BR 280 não é de contraposição à sua efetivação, embora tenham sido registradas falas contundentes:

“E se os Guarani dissessem não para a duplicação?” Maurílio Euzébio⁹¹ (Jabuticabeira).

“A gente queria ter uma condição de dizer não para a duplicação.” Felipe Brizoela (Pindoty).

“Se fosse por nós, Guarani, a gente não aceitaria a duplicação. Então queremos respeito.” Júlio da Silva (Yvapuru).

Vigora para os Guarani que o projeto de duplicação é importante para os não-indígenas, não para eles. Nas palavras de Inácio de Oliveira (Jabuticabeira):

“A duplicação vai prejudicar muito, vai afetar muito a comunidade. Às vezes a gente não entende bem se a duplicação vai sair logo ou não. (...) Com duplicação tem mais movimento, mais acidentes. Vai ser pior.”

No mesmo patamar encontra-se a ênfase à reivindicação ao reconhecimento de seus pontos de vista: cosmológico, ecológico, social, político. Ponderações de lideranças Guarani quanto a estradas e rodovias sinalizam apreensões e chamam para a necessidade de negociação, composição e equilíbrio com a sociedade regional e com os governos. Trata-se justamente de processo. Nele os Guarani não querem ser tomados como inconvenientes, como empecilhos ao progresso. Querem expor seus pontos de vista, debater e contribuir. Serem ouvidos e considerados.

⁹¹ Atropelado quando criança.

A conjuntura se mostra complexa aos Guarani, na qual ganham visibilidade e acentuam sua singularidade cultural. Essa conjuntura envolve território – região – matas – águas, trajetórias e memória, a experiência com a duplicação da BR 101, o projeto de duplicação da rodovia BR 280 e os demais projetos de desenvolvimento. Tal aspecto aponta a urgência de negociação envolvendo empreendedores e indígenas⁹², quanto ao conjunto de projetos em estudo e/ou licenciados na região litoral norte catarinense, a possibilitar definições e encaminhamentos que reconheçam, no âmago da diversidade socioambiental, essa singularidade sócio-cultural – a guarani, verdadeiro patrimônio da humanidade.

⁹² Lideranças, representantes, professores, coordenadores da Comissão Guarani Nhemonguetá, integrantes da Comissão Nacional Terra Guarani Yvy Rupa.

HISTÓRICO DA RODOVIA BR 280

A construção da BR 280 teve início na década de 1960. Esta rodovia atravessa duas diferentes microrregiões: Joinville e Planalto de Canoinhas. Com uma extensão estimada em 580 km, estende-se desde o Porto de São Francisco do Sul até o extremo oeste de Santa Catarina. Na região litorânea o traçado atinge diretamente as cidades de São Francisco do Sul, Araquari, Guaramirim, Jaraguá do Sul e Corupá, passando próximo a Joinville.

Além de atender às duas importantes microrregiões econômicas mencionadas, a rodovia interliga rodovias longitudinais, como é o caso das BRs 101 e 116, por exemplo, permitindo o intercâmbio de tráfego e dando acesso ao Porto de São Francisco do Sul.

O subtrecho São Francisco do Sul-Corupá, com extensão aproximada de 50 km, desenvolve-se no sentido leste/oeste, inserindo-se totalmente na microrregião de Joinville. O subtrecho São Francisco do Sul-BR 101, em articulação com as rodovias estaduais SC 413, SC 474 e SC 495, dá acesso a exportação e importação, pelo Porto de São Francisco, de significativo volume de cargas em direção a diversas regiões econômicas do Estado. Em particular, o subtrecho permite o escoamento da produção da região de influência direta, especialmente dos municípios de Jaraguá do Sul (importante centro industrial do estado), Guaramirim e Corupá.

Nessa área, o Sistema de Drenagem encontrado constitui a Bacia Hidrográfica do Rio Jaraguá, pertencente ao sistema da vertente atlântica. Os principais cursos d' água da região são os rios Itapocu, Itapocuzinho e Piraí.

Fonte: DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagem), atual DNIT.

CAPÍTULO 3 - DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL

3.1 Terra Indígena Pirai

A Terra Indígena Pirai localiza-se no município de Araquari e está dimensionada em 3.017 hectares. Sua delimitação foi publicada no DOU em 12.05.08 e no DOESC em 18.06.08, data a partir da qual decorreu o período do contraditório, de 90 dias, de acordo com o previsto no Decreto 1.775/1996.

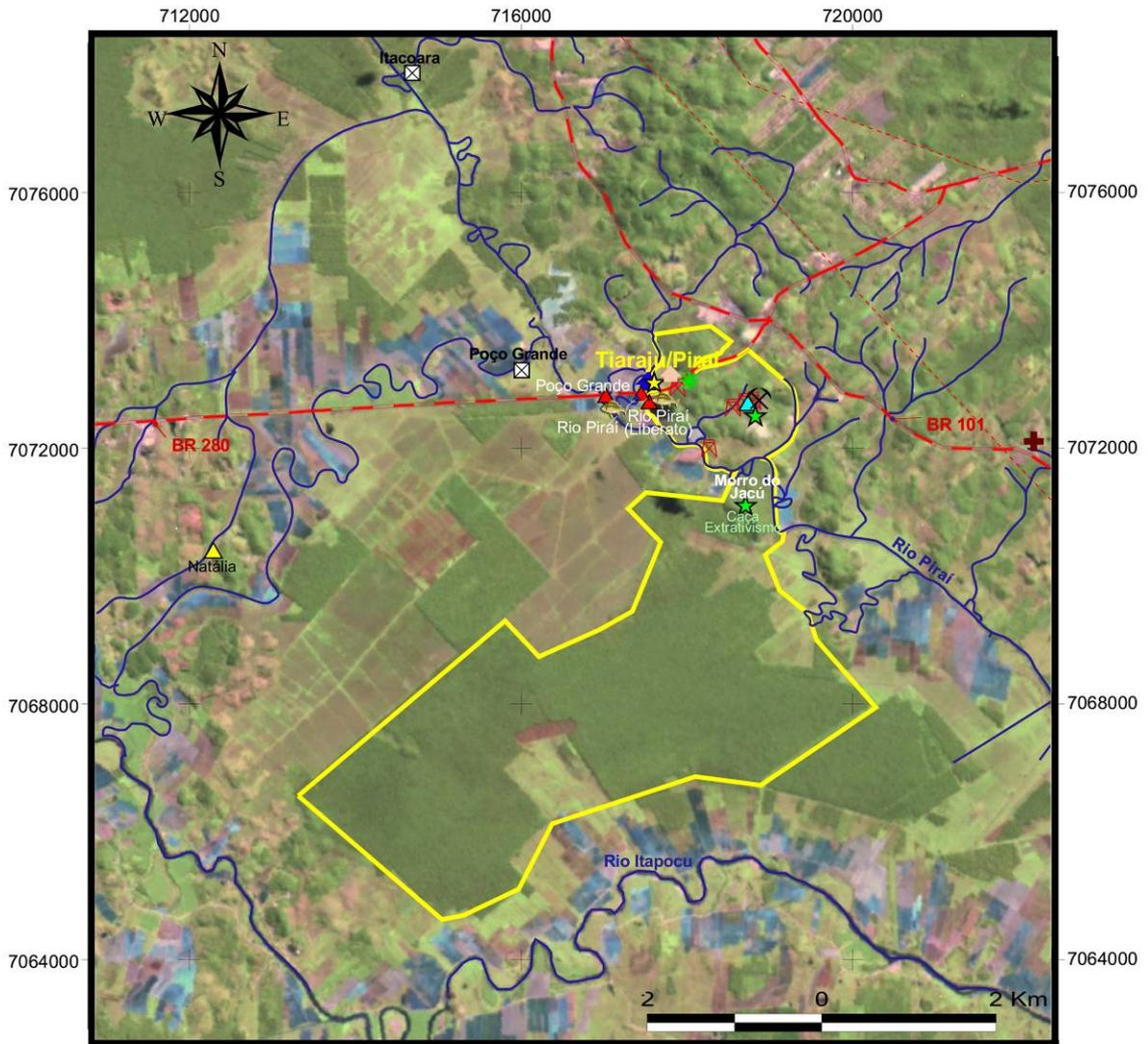
As contestações apresentadas à Funai até setembro de 2008 somam quatro: Franzner Representações e Participações Ltda., Associação dos Proprietários de Terras Ameaçadas pelos Índios (ASPI), Prefeitura Municipal de Araquari e Estado de Santa Catarina.

A Terra Indígena é literalmente cercada por campos agrícolas, como arrozais e propriedades particulares, com mineradoras, empresas que estão retirando aterro dentro da área delimitada e produtores de hortaliças que bombeiam água de afluentes do rio Pirai para irrigar as culturas, sendo que uma parte é absorvida pelo solo, outra escoar para o rio contaminando o lençol freático com defensivos agrícolas.

3.1.1 Aldeia Tiaraju / Pirai

Localização - no município de Araquari, km 36 da BR 280 (margem direita, direção leste-oeste). Tem como coordenadas geográficas: 26°26'50.40"S e 48°49'16.48"O.

Terra Indígena Piraí



Fontes:
 Imagem Landsat 7 - composição falsa-cor: R(banda 2), G(banda3), B(banda4)/setembro de 2002.
 Limites das terras indígenas - FUNAI.
 Dados vetoriais - Mapoteca Topográfica Digital de Santa Catarina Epagri/IBGE 2004. Escala 1:50.000, Projeção Universal Transversa de Mercator/ Datum SAD 69.
 Sítios arqueológicos Guarani - Bandeira (2004).
 Elaboração: Elaine Zuchiwschi

LEGENDA	
★ Aldeia	⊠ Cerca
▲ Local desocupado	⊗ Pedreira
⊕ Sepultamentos	⊠ Sítio arqueológico Guarani
▲ Local de futura aldeia	⚡ Rodovias
▲ Opy (casa cerimonial)	⚡ Rios
▲ Escola	⚡ Linha de transmissão de energia
★ Uso de recursos naturais	□ Limites da T.I. Piraí
★ Roça	
🐟 Pesca	

3.1.1.1 Histórico, Organização Sócio-Política e Contexto Atual⁹³

População em agosto de 2008: 74 pessoas falantes da língua guarani.⁹⁴

Cacique: Joel Ramires

Vice-cacique: Silvio Pereira

Em 1998, quando dos trabalhos do GT da Funai⁹⁵, a população de Piraí contava com 14 pessoas, relacionadas à família extensa de Artêmio Brizola e Marta Benite. No ano seguinte a aldeia reunia 28 pessoas, exatamente o dobro da população, por conta inclusive da presença de parte da família extensa Euzébio, proveniente da TI La Klãnõ (Alto Vale do Itajaí), que pretendia viver do lado oposto da rodovia. Em 2001 a população da aldeia perfazia 47 pessoas, somando famílias nucleares integrantes da família extensa de João Acosta (e suas esposas Rosalina de Oliveira e Juliana Ortega), irmão de Francisco Timóteo Kirimaco por parte de mãe, ambos atualmente em Yy Akã Porã.

Em 2003, na época dos trabalhos de campo do novo GT⁹⁶, foram registradas 45 pessoas. Francisco Timóteo Kirimaco encontra-se relacionado como um dos visitantes.

Está relatado e é reconhecido pelos Guarani que Francisco Timóteo Kirimaco e componentes de seu grupo familiar foram os primeiros a “entrar” no local no início da década de 1980⁹⁷, seguidos do grupo familiar dos avós maternos de Joel Ramires, época na qual havia muita mata, conforme mencionado em diversos pronunciamentos. A prática de reocupação de áreas pelos Guarani é aspecto assinalado na bibliografia arqueológica, histórica e etnográfica.

Note-se que vários outros grupos familiares ocuparam locais nessa área, incluso o denominado Poço Grande, por Artêmio Brizola e Marta Benite. Bandeira (2004) anota a ocorrência de sítios arqueológicos de Tradição Guarani, denominados Itacoara e Poço Grande, localizadas nas imediações do rio Piraí, que desemboca no rio Itapocu. A

⁹³ Dados gerais sobre a ocupação dessa área de ocupação mais abrangente e da aldeia estão relatados em Ladeira, Darella e Ferrareze (1996), Weber *et al.* (1996), Darella (1999, 2001 e 2004), Neves (2000), Bandeira (2004), Ladeira e Matta (2004), Carvalho (2008a).

⁹⁴ Ver quadro de moradores no Apêndice.

⁹⁵ Portaria 641/PRES, de 02 de julho de 1998.

⁹⁶ Portaria 428/PRES, de 15 de maio de 2003.

⁹⁷ Ver relato de Lidia Timóteo (Yy Akã Porã).

datação do sítio Poço Grande, obtida a partir da cerâmica, está estabelecida em 340 ± 35 anos AP (Bandeira, 2004, p. 199). Essa informação compõe igualmente o relatório arqueológico do EIA/RIMA de duplicação da BR 280, de autoria de Dione Bandeira e Maria Cristina Alves.

A última ocupação ininterrupta, não obstante, é a da família de Artêmio Brizola e Marta Benite, a partir de fevereiro de 1998. Trata-se, portanto, da família anfitriã, que seguia na liderança política em 2003, quando da atuação do GT da Funai. Em novembro daquele ano, todavia, o falecimento de Artêmio Brizola fragilizou estruturalmente a família extensa, uma vez que o casal reunia a liderança política e religiosa. A princípio assumiu como cacique Antonio Brizola, efetivando-se a continuidade da liderança política por parte de descendentes diretos do casal. Posteriormente o cargo foi assumido por Joel Ramires, cunhado de Antonio. No entanto, esse cenário sofreu significativa alteração ao assumir essa liderança a família extensa de João Acosta, na figura de Onírio Acosta, o que gradativamente colocou em patamar secundário a família extensa Benite-Brizola.

Em 15.06.08, um grave episódio modificou radicalmente a conjuntura sócio-política da aldeia. A agressão física de João Acosta a Odair dos Santos⁹⁸, em Tiaraju, resultando em urgente cirurgia de membro inferior, fez que integrantes das famílias Gonçalves (destacando-se a figura de Marcílio Gonçalves – Morro Alto, tio paterno de Odair) se mobilizassem e exigissem a expulsão de João Acosta. O caso foi tratado pelas lideranças das aldeias da região. A decisão final dessa família extensa reverteu substancialmente o quadro da organização sócio-política tanto de Tiaraju quanto de Yy Akã Porã, aldeia para a qual se deslocaram quase todas as famílias nucleares Acosta, somando mais de 30 pessoas, no início do mês de julho de 2008, durante os trabalhos de campo da equipe na região.

Ainda assim, em agosto de 2008, o censo da aldeia Tiaraju aponta para 74 pessoas. A liderança política da família anfitriã foi restabelecida e fortalecida, e Joel Ramires, genro de Artêmio Brizola e Marta Benite, reassumiu o cargo de cacique, num processo de profícuo debate interno. Joel viveu em vários locais dessa região quando

⁹⁸ Consta do censo de Yvapura, embora tenha sido encontrado também nas aldeias Morro Alto e Tiaraju/Pirai, posteriormente.

criança e jovem, tendo acompanhado seus avós maternos (Liberato da Silva e Macimiana Almeida), falecidos no início da década de 1990.

Para desempenho do cargo de vice-cacique, a comunidade nomeou Silvio Pereira, casado com Ilda Oliveira Acosta, filha de João Acosta. Essa família nuclear, que integra a aldeia desde agosto de 2004, decidira pela permanência em Tiaraju, posição que reafirma sua autonomia frente ao grupo familiar Acosta, uma vez que também anteriormente não o integrava assiduamente, como mostram inclusive os distintos locais de nascimento dos filhos do casal, que não se coadunam com os tempos e espaços de moradia de João Acosta.

Diante do exposto, o quadro censitário que aponta 14, 47, 45 e 74 pessoas nos anos 1998, 2001, 2003 e 2008, respectivamente, bem como a formação familiar-populacional, indicam a constância e o fortalecimento da família anfitriã e seus desígnios, quais sejam formar outra aldeia em local mais afastado e construir o cotidiano com maior autonomia.

A composição populacional básica de Tiaraju está assim dada:

- pela predominância da família extensa de Marta Benite (viúva). Todos os seus filhos vivos (Marciana, Cecília, Antonio, Valdir, Felipe, Helena e a partir de setembro de 2008, também o filho Paulinho, constante do censo de Conquista), bem como vários netos solteiros e casados, sublinham, com sua presença, a centralidade e importância da figura da mãe/avó/bisavó, imbuída de basilares conhecimentos tradicionais mbya, disposições e decisiva liderança espiritual;
- pela família extensa de Ramon Escobar (viúvo), há cerca de um ano no local, contando com as filhas Maria (casada com Claiton Félix Martines), Faustina (separada), Miriam (casada com Carlos da Silva) Rosana e Nanci (solteiras);
- pela família nuclear de Silvio Pereira e Ilda Oliveira Acosta (com seis filhos solteiros);
- pela família nuclear de Celso Timóteo (filho de Francisco Timóteo Kirimaco) e Alzira Gonçalves (com quatro filhos), provenientes de local ocupado nas proximidades da BR 101, em Balneário Piçarras, em julho/2008 e pela presença de Pedro Timóteo e Célio Timóteo, filho e sobrinho-neto de Francisco Timóteo Kirimaco;

- pelo casal Arlindo da Silva Tatamxi (primo materno de Joel Ramires) e Roberta Gonçalves Vilhalva (e seus filhos), há cerca de oito meses na aldeia;
- pelo casal Rafael Gonçalves (primo paterno de Odair dos Santos) e Sueli Bolantim, há aproximadamente dois e meio anos na aldeia.

Essa composição indica não apenas a permanência de definidos grupos familiares (e seus descendentes) na área, bem como o processo contínuo de constituição, articulação e atualização de laços de consangüinidade e afinidade. As famílias que permaneceram após o evento ocorrido em junho, acima referido (Odair dos Santos – João Acosta) sinalizam não apenas seu apoio à família anfitriã, mas também a intenção de robustecimento de uma organização sócio-política consensual, em andamento, cujo eixo é o diálogo, a contribuição de cada qual, a resolução conjunta de questões variadas e os trabalhos conjuntos, em forma de mutirões. Vale frisar que esse modelo não se baseia em democracia, mas na busca de consonância de pareceres e opiniões.

Das famílias constantes na área em 2003 (Carvalho, 2008a, p. 113-115) verifica-se a saída de Sueli da Silva e filhos (em Tarumã), João Acosta e famílias (em Yy Akã Porã), Onírio Acosta, Juliana Mariano e filhos (em Yy Akã Porã), Marcelino Gomes e Irma da Silva (em Conquista). Carlos de Lima, solteiro, morador contínuo de locais da região, como Corveta 2 (década de 1980), Tarumã, Piraí, Barra Velha, Coqueiros, mencionado em vários relatórios, encontrava-se em Tiaraju quando do encontro ampliado nessa aldeia, em janeiro de 2008. Todavia, variadas vezes comentava a respeito tanto de sua procedência quanto de suas irmãs, em aldeias situadas no litoral de São Paulo. Quando a equipe iniciou o trabalho de campo na aldeia, em agosto, recebeu a notícia de que uma delas havia visitado-o e o convidado a mudar para Ubatuba, ao que aquiescera.

Dentre as composições de parentesco, percebe-se a importância do casamento entre Miriam Escobar e Carlos da Silva. Ela irmã de Marcelo Escobar, casado com Arminda Ribeiro (Conquista), primeiro membro da família extensa de Ramon Escobar a viver nessa região e a consolidar o advento do restante da família, do RS. Ele, filho de Arminda Ribeiro. Outro laço de afinidade a ser notado é o de Júlio da Silva (Yvapuru) e Diana Martines (Tiaraju/Piraí), o que faz confluir o parentesco entre a família extensa de Benito de Oliveira (Yvapuru) e Ramon Escobar.

A aldeia possui 13 casas, uma opy (casa cerimonial), uma escola de alvenaria, uma construção utilizada como igreja, um depósito e módulos sanitários. O croqui mostra a distribuição das construções da aldeia, o que fornece possibilidade de análise quanto à organização sócio-espacial. Verifica-se, grosso modo, a nuclearização da família extensa Benite-Brizola ao lado mais sul da aldeia, a da família extensa Escobar na parte central da aldeia, nas proximidades da cozinha comunitária, e a moradia da família nuclear Acosta-Pereira na parte mais noroeste da aldeia.

Os materiais de uso da comunidade são oriundos de área localizada do lado oposto da rodovia BR 280, como madeira, taquara, taquara, palmeira, cipó imbé, remédios, entre outros materiais. Cecília Brizola recupera falas do seu pai [Artêmio Brizola, falecido em 2003, em Tiaraju], que ressaltava a importância dessa terra para a segurança, sobretudo das crianças. Expõe que após os trabalhos do GT da Funai, em 2003, foram construídas mais cercas e aumentaram as dificuldades: “Os jurua estão tirando a mata.” Os Guarani afirmam sentir medo, preocupação e insegurança ao usarem a área delimitada. Não obstante, garantem que permanecerão na Terra Indígena.

3.1.1.2 Caracterização ambiental

3.1.1.2.1 Descrição do componente florestal – tipologias ambientais

Toda a área da Terra Indígena Piraí está localizada sobre uma extensa planície arenosa que se estende desde a margem leste do Canal do Linguado até as encostas da Serra do Mar. A área delimitada pelo Grupo Técnico da Funai, em 2003, dispõe de pequenas elevações no terreno que alcançam em torno de 130 m de altitude. A aldeia Tiaraju/Piraí está situada sobre uma área elevada, com terreno argiloso de boa drenagem, envolvida por extensos arrozais que ocupam a planície úmida que envolve a ocupação habitacional atual.

A formação florestal original da maior parte da área é classificada por Klein (1980) como Floresta Pluvial Atlântica sobre Planície Quaternária e encontra-se extensivamente fragmentada, possuindo áreas em estágio avançado de regeneração, de acordo com a Resolução do CONAMA nº 04/94, com ocorrência de grande variedades de espécies no estrato arbóreo como *Miconia cinnamomifolia* (jacatirão-

açu), *Euterpe edulis* (palmiteiro), *Schizolobium parahyba* (garapuvu), *Bathiza australis* (macaqueiro), *Parapiptadenia gonoacantha* (pau-jacaré), *Hieronyma alchorneoides* (licurana), *Alchornea triplinervia* (tanheiro), *Talauma ovata* (baguaçu), *Chrysophyllum viride* (aguaí) e *Aspidosperma olivaceum* (peroba-vermelha), acompanhadas de indivíduos de espécies características de diferentes estratos florestais e diferentes estágios de sucessão da vegetação como *Ocotea pulchella* (canelinha-da-praia), *Schinus therebintifolius* (aroeira-mansa), *Piper sp.*, *Syagrus romanzoffiana* (jerivá), *Geonoma gamiova* (guaricana), *Bacctris settoza* (tucum), *Psidium cattleianum* (araçá), *Eugenia cauliflora* (pitanga), *Miconia cabucu* (cabuçu), *Coupanea vernalis* (tucaneiro) e *Clusia criuva*, entre outras espécies da flora nativa. Dentre as espécies elencadas pela legislação, grande parte delas foram apontadas pela comunidade como sendo plantas de relevância e utilização no cotidiano da aldeia.

Segundo a classificação de Veloso, Rangel Filho & Lima (1991) as áreas menos elevadas são classificadas como Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas, enquanto a formação vegetacional existente nos pequenos morros da TI é classificada como Floresta Ombrófila Densa Submontana.

O estado atual da floresta é de processo de fragmentação avançado, sendo que boa parte das áreas de florestas estão isoladas por extensas pastagens e/ou arrozais abandonados e ativos. Nas pequenas montanhas da TI a vegetação está em estágio médio-avançado de sucessão, sendo uma reserva de fauna e flora importante para a sobrevivência da comunidade. A comunidade afirmou não utilizar a mata com maior frequência, dada a insegurança ao acesso, todavia muitos dos animais prestigiados para a caça, como o koxi (*Tayassu tajacu*), xi'y (*Nasua nasua*) e jaixa (*Cuniculus paca*); plantas importantes como ximboy (*Enterolobium contortisiliquum*), utilizada na pesca, e algumas variedades de taquaras existem somente naquela área.

Além das florestas sobre os morros, existe uma grande área de floresta de planície preservada na TI, no entanto, não ocorrem caminhos para a conexão entre estes fragmentos devido ao isolamento causado pelos empreendimentos agrícolas da região.

Em um dos morros está instalada uma pedreira de grandes dimensões, que vem causando graves impactos ambientais na TI. Na ocasião de uma das caminhadas

durante as atividades de campo, durante fim de semana, as máquinas estavam paradas e não havia placas, responsáveis ou pessoas que pudessem informar qual empresa explora a área. Os indígenas afirmam que a pedreira está instalada há cerca de três anos e que os estragos causados pela atividade são incisivos, o que lhes é motivo de entristecimento. Durante a caminhada, passou-se também por espaço de significativo movimento de terra e conseqüente desmatamento, igualmente do lado oposto da rodovia, o que igualmente perturba a comunidade. No morro situado a leste da aldeia encontra-se um plantio de eucalipto bastante avançado, utilizado pela comunidade como fonte de lenha. Alguns Guarani informaram à equipe que Mário Vieira, arroteiro vizinho, oferta lenha de eucalipto para a comunidade.

A população indígena reconhece a área de mata da TI como ka'aguy ete, ou seja, uma mata verdadeira, em estágios avançados de regeneração ou até locais de florestas que não sofreram devastação. A área de uso da comunidade para extração de materiais de consumo como palha, cipó, taquara, caça e plantas medicinais constituem um local de sucessão florestal avançada, com maior diversidade nos estratos arbóreos, oferecendo grande quantidade de recursos significativos à comunidade, embora seja reconhecida a ausência de muitos materiais na mata, o que inclui plantas medicinais.

Além dos animais já referenciados como sendo necessários para a caça, muitos outros considerados pela comunidade como importantes na mata são encontrados na TI como ra'aviá (sabiá – *Turdus* sp.), djapó'í, akã'í, akã'ñeuin, sigaçu, mboroxá (joão-de-barro - *Furnarius rufus*), ka'i (macaco-prego - *Cebus apella*), karajá (bugio - *Alouatta guariba*) e mboi (serpentes em geral).

3.1.1.2.2 Descrição das águas, rios, nascentes e fozes

A Terra Indígena Piraí está situada entre os rios Piraí e Itapocu, sendo recortada por afluentes desses rios. Os rios da região vêm sendo, ao longo dos anos, drenados para irrigação dos arrozais extensivos. O rio Piraí vem assoreando gradativamente devido à pressão das atividades econômicas exercidas na região e a comunidade reclama das conseqüências ambientais de tais atividades, que prejudicam a pesca e a disponibilidade de água para consumo. Já o rio Itapocu recebe grande quantidade de afluentes após passar pelo município de Jaraguá do Sul, cidade que vem ampliando

significativamente seu parque industrial, deixando como consequência a poluição em razão de resíduos industriais e domésticos.

Vale ressaltar que a toponímia hídrica de tais rios e do próprio nome dos municípios da região está associada ao idioma guarani como pirai (peixe pequeno), una (preto), itapocu (pedra comprida), parati (garça-branca), guaramirim e jaraguá.

A captação de água para consumo das aldeias é feita por bombas elétricas que drenam água do lençol freático, fornecendo suprimento suficiente para todo o ano.

3.1.1.2.3 Descrição das atividades produtivas

3.1.1.2.3.1 Agricultura - Roças

A área disponível para a roça tradicional guarani é bastante reduzida, contanto com poucos metros quadrados, sendo que neste ano o terreno preparado se localiza em um barranco próximo ao pátio da aldeia. O solo de maior fertilidade advém das características em ser argiloso com cobertura relativamente boa de vegetação. Os plantios são feitos de forma familiar e coletiva, sendo orientados principalmente por D.Marta Benite. Em exígua área aos fundos da escola há uma roça com algumas culturas não-indígenas, como beterraba, cebola, alho, pepino, alface, tomate e repolho, de responsabilidade coletiva da aldeia.

Junto à família de Marta Benite foram identificadas as seguintes variedades consideradas componentes da roça tradicional guarani: sete variedades de avaxi ete (milho guarani) – avaxi ti, avaxi para, avaxi ju, avaxi takua, avaxi parakau, avaxi paragua e avaxi tupi (não-indígena), sendo plantados exclusivamente durante a lua crescente; quatro variedades de kumanda (feijão) – kumanda ka'apuerã, kumanda joperi, kumanda xain e kumanda un (não-indígena); uma variedade de mandio (mandioca) – mandio ju; quatro variedades de jety (batata-doce) – jety karaum, jety mandio, jety rope e jurua jety (não-indígena); quatro variedades de manduvi (amendoim) – manduvi guachu, manduvi'i, manduvi pytä, manduvi un; takuareë avaxi (caninha-de-milho-guarani); duas variedades de andai (abóbora) – andai, kuarapepe; pety un (fumo guarani), yakua guachu (porongo grande) e nhua (arroz sequeiro).

Os dados provenientes do GT da Funai de 2003 (Carvalho, 2008a) apontam que junto à família de Artêmio Brizola e Marta Benite foram identificados os cultivares e cultivos guarani: “Avaxí eteí (*Zea mays mays*) - milho guarani: cultivares avaxi yuyĩ ou avaxi mitaĩ; avaxi Parakau; avaxi xĩ; avaxi pytã; avaxy pony; avaxi takuá; avaxi ju guaxu; avaxi ju pony; avaxi pará; takuareë avaxi (*Sorghum bicolor*) - “cana” guarani; “yakuá” (*Lagenaria spp*) - cabaça/porunga rasteira; pety (*Nicotiana tabacum*) – fumo guarani; kapiá (*Coix lacrima*); kumandá xaĩ (feijão de corda); Jety eté (*Ipomoea batatas*) - batata-doce guarani: cultivares jety xĩ, jety kara ü, jety mandiô.”

Isso mostra que os cultivos foram mantidos pelo grupo familiar, embora tenha sido informado que Marta Benite, entristecida com a morte de seu marido, praticamente chegara a abandonar o plantio. Neste ano de 2008, Marta externou que recuperara mbarete (vigor) e o desejo de plantar, orientando pessoas da aldeia para o restabelecimento da roça, fato que fortalece o vínculo de parentesco, unifica a comunidade, guarda as relações com as divindades e auxilia na manutenção da saúde. Foi realizada cerimônia para preparar e auxiliar o plantio das roças, visando o restabelecimento do sistema agrícola na aldeia.

Muitas sementes são também provenientes de relações de amizade e parentesco, principalmente junto à família de Arminda Ribeiro (Conquista), procedentes da TI Manguairinha/PR. Registrou-se a existência de sementes de posse de Ramon Escobar, oriundo do RS e Misiones/Argentina.

3.1.1.2.3.2 Caça

A caça é realizada em reduzida escala nas matas situadas sobre as pequenas elevações no lado oposto da BR 280. A técnica utilizada prioritariamente é a de instalação de armadilhas, como monde, mondepi e nhua. Os principais animais elencados como existentes nas matas e preferidos para a caça são: tatu (tatu poju, tatu purum, tatu aí, tatu mirim e tatuí; *Dasyproctidae*), akuxi (cotia; *Dasyprocta aguti*), xi’y (quati; *Nasua nasua*), kaguare guachu e mirim (tamanduá; *Myrmecophagidae*), jaixa (paca; *Cuniculus paca*), koxi (cateto; *Tayassu tajacu*), kapi’iva (capivara; *Hydrochoerus hydrochaeris*), mborevi (anta; *Tapirus sp.*) e mbope (mão-pelada; *Procyon candrivorus*).

A ausência de variedade de jatei e guatia (abelhas nativas) e guachu (veado; *Cervidae*) na mata foi apontada como um problema para a comunidade. Entre as aves

caçadas para alimentação estão nhambu (inambu; *Crypturellus tataupa*), jeruti, apikaçu (pomba; *Columbidae*), tukã (tucano; *Ramphastidae*), aracu (saracura; *Aramides saracura*).

3.1.1.2.3.3 Pesca

A pesca é realizada majoritariamente no rio Piraí, sendo realizada com anzol e linha. Os principais peixes pescados são o piky (lambari; *Astyanax* sp.), saikang, jakare petyngua (cascudo; *Loricariidae*). A comunidade reclama que pontos outrora utilizados para a pesca estão completamente degradados, não mais sendo piscosos. Este fator é encarado com grande tristeza pela comunidade, que entende a atividade como fundamental ao modo tradicional de vida guarani. O motivo apontado como causador do desaparecimento dos peixes é a contaminação do rio com agrotóxicos oriundos da produção de arroz da região. Disse Carlos da Silva: “Parece que estão morrendo os rios e realmente estão morrendo.”

Nas palavras do cacique Joel Ramirez: “O riozinho aqui do lado da aldeia está cheirando a gasolina. O jurua [não-índio] não está respeitando. É meu sentimento. O rio cai no rio Piraí, passa no arrozeiro, que está envenenando e poluindo. Aquele rio antigamente era muito bonito e eu gostava de pescar nele. Agora o peixe não está igual. Nhanderu fez aquele rio para a nossa sobrevivência, mas não está acontecendo como a gente quer. Eu tenho preocupação muito grande com tudo isso.” Joel menciona igualmente a poluição do rio Itapocu.

3.1.1.3 Problemas ambientais

A Terra Indígena Tiaraju/Piraí está submersa em vários problemas ambientais graves, pois há uma grande fragmentação florestal, devido a presença de pastagens e/ou de arrozais abandonados e ativos, que isolam os fragmentos, impedindo a troca de material botânico e zoológico. Ocorre também florestamento de eucalipto.

Há destaque para a poluição dos rios Piraí e Itapocu, drenados pelos arrozais extensivos e contaminados pelos defensivos industriais agrícolas oriundos das plantações, comprometendo seriamente a vazão e a qualidade ambiental destes corpos de água. O rio Piraí está gradativamente sendo assoreado devido à pressão das atividades econômicas exercidas na região. Os efeitos sinistros à aldeia se fizeram

sentir com intensidade quando das intensas chuvas que se precipitaram sobre o litoral catarinense na última semana de novembro de 2008, causando: a) alagamento do arrozal situado na sua face norte, b) enchente na parte baixa de Tiaraju, c) desalojamento de famílias e d) perda de habitação e aves.

Os afluentes que desembocam no rio Itapocu, repletos de efluentes industriais e domésticos do município de Jaraguá do Sul, contribuem para o aumento da contaminação das águas por resíduos tóxicos e por coliformes fecais, acelerando processos biológicos naturais, como a eutrofização, desencadeando a proliferação das algas, por vezes tóxicas, não permitindo o consumo e afetando a vida dos peixes e demais animais aquáticos.

Os Guarani sinalizam a ausência de alguns animais de caça, a falta de variedade de abelhas nativas e a carência de algumas espécies de plantas medicinais. Denunciam a proliferação de cercas e o agravamento da degradação ambiental causada por extensa pedreira.

A estrada de acesso à aldeia está em más condições de conservação e apresenta desbarrancamentos. Em dias chuvosos torna-se perigoso trafegá-la, uma vez que não há vegetação para fixar a terra nesse local. Na última semana de novembro de 2008, ocorreu desmoronamento de maior intensidade.

3.1.1.4 Apontamentos efetivados em campo

Em Tiaraju ocorre a atuação de pastores da Igreja Assembléia de Deus, que edificou uma pequena construção para utilização quando dos cultos e encontros, e de missionários da Obra Missionária Mensagem da Paz. Disse Cecília Brizola: “O pastor [da Assembléia de Deus] também ajuda, mas temos que ficar [no culto] e escutar a palavra de Deus. (...) É bom conhecer [referindo-se às igrejas que atuam na aldeia]. Vocês [a equipe] também vão na opy e não mudam a crença.”

Das caminhadas realizadas participaram mulheres (com e sem crianças de colo), homens, jovens, crianças. Trata-se de uma atividade extremamente apreciada pelos Guarani que vão conversando, observando, comentando, analisando, trocando, mostrando, rindo, constatando, colhendo (frutos, folhas, sementes, cascas, raízes etc.), pitando, comendo, tirando fotografias com seus celulares, correndo, gritando avisos

diversos (como a existência de bando de macacos, novos desmates, trilhas de animais), revelando saberes, aguçando expectativas, ressaltando o sentimento de tristeza quando se trata de desmatamentos.

São organizados jogos de futebol entre os Guarani dessa aldeia e de outras aldeias, realizados em campo situado nas proximidades. São organizadas igualmente viagens para outras aldeias, para participação de campeonatos de futebol, tema de muita atração.

3.1.1.4.1 Pronunciamentos e relatos

Joel Ramirez

“Chegamos na minha casa de guri.” (local ao lado da ponte do rio Pirai).

Explica ter ouvido na rádio um comentário sobre o nome da cidade Guaramirim e que ficara refletindo a respeito. Opina que a origem do nome advenha de *guyra mirim*, pássaro pequeno. [no símbolo do município verifica-se um pássaro]

Claiton Félix Martines

“Os Guarani têm uma preocupação muito grande. Procuram a Terra sem Mal, mas é difícil, tem muito jurua.”

“Os Guarani são livres e vão seguir tranquilos pelas aldeias. Assim deixou Nhanderu para os Guarani.”

“Importante a palavra dos mais velhos, a língua, o costume. A palavra dos mais velhos é um livro.”

Arlindo da Silva Tatamxi

“Precisa mais mato, bastante caça, tatu, quati, porco do mato, jacu e outros bichos, rio bonito, bastante peixe e remédio.”





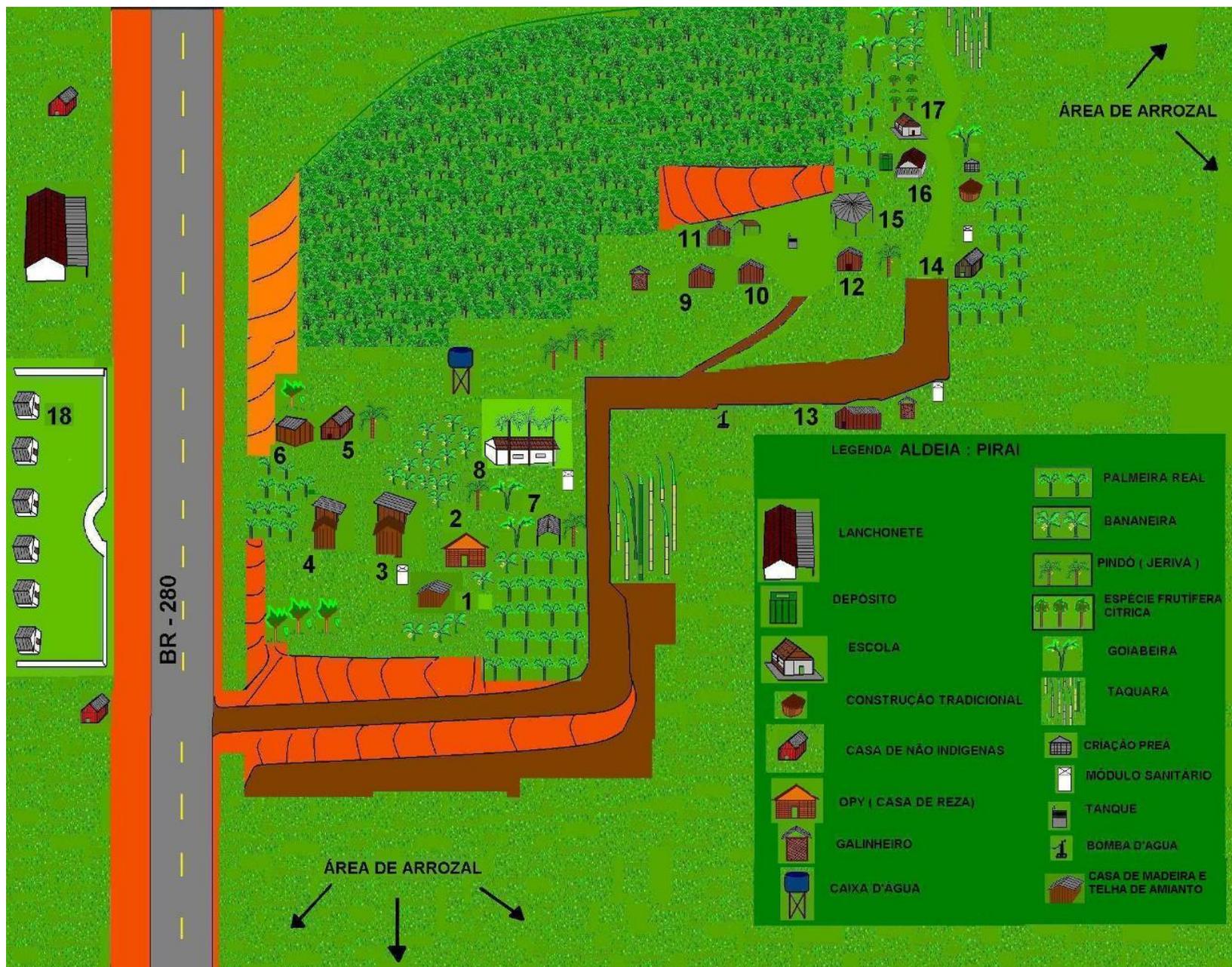


Tabela 5 - Relação de Construções (Croqui) - TIARAJU / PIRAI

Nº Croqui	DENOMINAÇÃO	PAREDE	COBERTURA	MEDIDA APROX.
1	Joel e família	Tábua de madeira	Amianto	3 x 2,5
2	Marta Benite e Opy	Taquara, barro, madeira, cipó	Palha de Guaricana e cipó	5 x 6
3	Cecília, Ilson e Eusébio	Tábua de madeira	Amianto	4 x 5
4	Antônio Brizola e família	Tábua de madeira	Amianto	6 x 3
5	Daniela e família	Tábua de madeira	Amianto	4 x 3
6	Arlindo, Roberta e família	Tábua de madeira	Amianto	4 x 3
7	Construção da nova casa de Joel e família	Madeira roliça	Amianto	6 x 3
8	Rafael	Construção de alvenaria	Barro	7 x 5
9	Faustina	Tábua de madeira	Amianto	3 x 5
10	Carlos e família	Tábua de madeira	Amianto	3 x 5
11	Ramon Escobar	Tábua de madeira	Amianto	3 x 4
12	Celso e família	Tábua de madeira	Amianto	3 x 4
13	Félix e família	Tábua de madeira	Amianto	3 x 5
14	Igreja	Tábua de madeira	Amianto	6 x 4
15	Cozinha comunitária	Sem paredes	Amianto	5 x 3
16	Silvio e família	Alvenaria	Barro	4 x 8
17	Escola	Alvenaria	Barro	4 x 6
18	Motel Tarumã (fora da aldeia)	Alvenaria	Barro	Sem medida

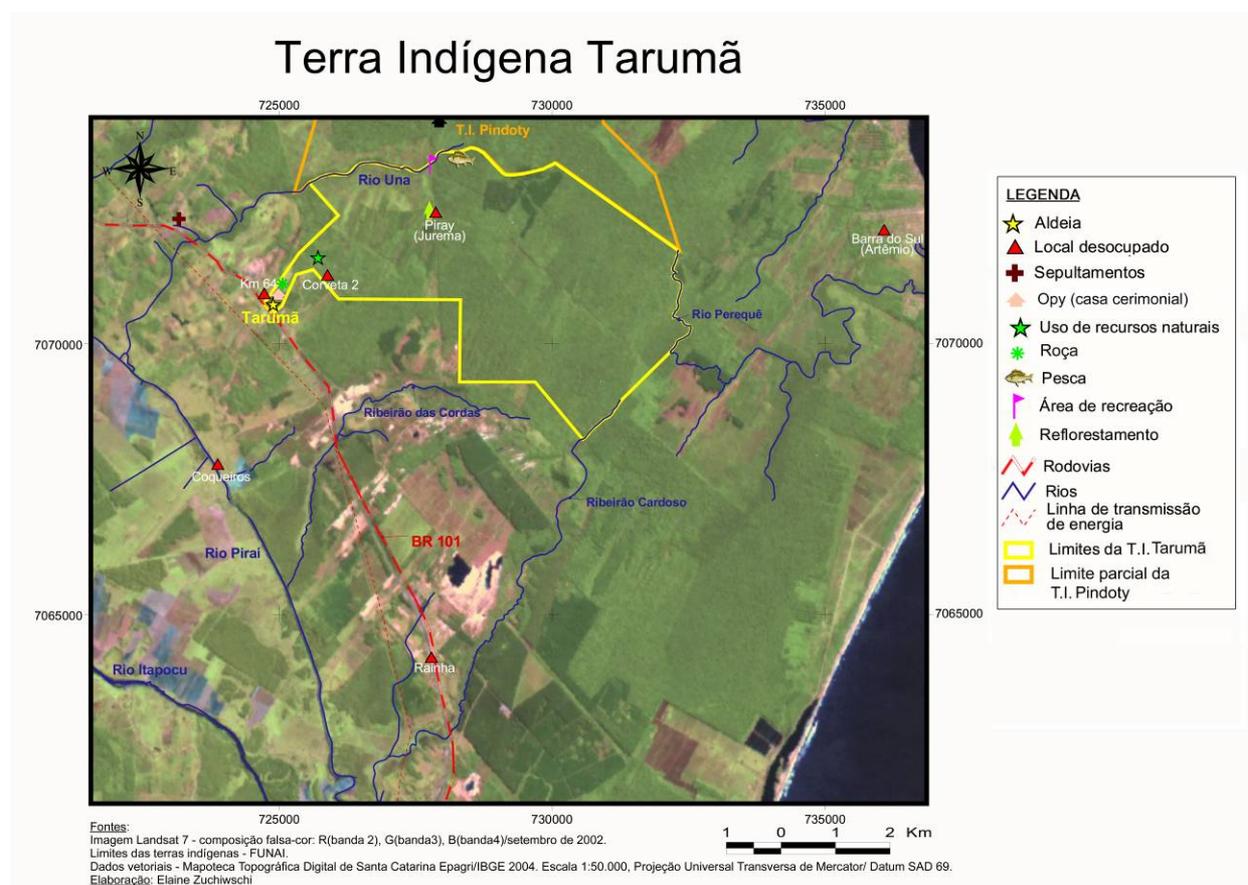
3.2 Terra Indígena Tarumã

A Terra Indígena Tarumã localiza-se entre nos municípios de Araquari e Balneário Barra do Sul, com dimensão de 2.172 hectares. Sua delimitação foi publicada no DOU em 12.05.08 (com retificação no que tange relação de ocupantes não-indígenas, publicada em 27.05.08) e no DOESC em 18.06.08, data a partir da qual decorreu o período do contraditório, de 90 dias, de acordo com o previsto no Decreto 1.775/1996. As contestações apresentadas à Funai nesse período são originárias de: Karsten S.A., Associação dos Proprietários de Terras Ameaçadas pelos Índios (ASPI), Prefeitura Municipal de Araquari e Estado de Santa Catarina.

O ponto mais setentrional da Terra Indígena Tarumã encontra-se a cerca de 4 km da BR 280.

3.2.1 Aldeia Tarumã

Localização – no município de Araquari, a cerca de 100 m da BR 101 (entre os quilômetros 64 e 65), podendo ser avistada da rodovia. A entrada para a aldeia, na BR 101, tem as coordenadas geográficas: S 26°28'40.28" e W 48°44'49.94"



3.2.1.1 Histórico⁹⁹

A ocupação do espaço hoje denominado Tarumã deu-se em 1994, após a família de Aristides da Silva e Ana da Silva ter vivido em dezoito locais no litoral dos estados do RS, PR e SC. Um deles ficou conhecido como Corveta 2, que hoje integra a delimitação da Terra Indígena Tarumã.

Sobre Corveta 2:

“Corveta 2 em realidade era Tekoa Kuri’y,¹⁰⁰ denominação de Liberato em razão da existência de um pinheiro (*Araucaria angustifolia*). (...) De Tekoa Kuri’y, Aparício e Ana seguiram novamente para a Ilha da Cotinga.¹⁰¹ Não estavam, portanto, em Tekoa Kuri’y em abril de 1989, local e época de atrocidades cometidas contra o grupo que ali vivia, que somava também a família de Artêmio Brizola, Carlos Lima e outras. No local ocorreram aliciamentos de mulheres, violências contra as pessoas, queima das casas e expulsão das famílias.¹⁰² De Barra do Sul, onde foram literalmente despejadas de caminhão, as famílias dispersaram-se para locais situados em São Francisco do Sul, Araquari, Joinville e outros, vivendo em condições de exacerbada precariedade. Corveta 2 foi o último local onde a família extensa se reuniu, após épocas de dispersão e confluência, um movimento em busca de sobrevivência e autonomia (o viver “separadinho”). Disse Aparício: ‘Aí depois já não parava mais certo, só parava um pouquinho, pouco tempo, um mês. E a gente nem sabendo estava, pensei que eles estavam bem, mas estavam sem terra, estavam sofrendo, puxa vida.’”

Sobre parte da trajetória e conjuntura vivida pelo grupo familiar:

⁹⁹ Dados de ocupação dessa aldeia e/ou região estão relatados em Ladeira (1991), Ladeira, Darella e Ferrareze (1996), Weber *et al.* (1996), Darella (1999, 2001 e 2004), Resende (2000), Pinheiro (2003), Ladeira e Matta (2004), Darella *et al.* (2005), Carvalho (2008d). Os trechos aqui citados, abstraídos de Darella (2004), guardam sua integralidade, o que inclui as devidas notas de rodapé.

¹⁰⁰ Kuri’y (pinheiro, pinhão-árvore). Kuriyty (Curitiba) é mencionada em narrativa como lugar fundado pelos Mbya e que se transformou em cidade (Ladeira, 1990 e 2007). A aldeia mbya atual situada na Grande Curitiba, denomina-se Karugua (município de Piraquara). Karugua Jy’y significa arco-íris (Cadogan, 1992, p.80).

¹⁰¹ Constam da genealogia elaborada por Ladeira (1990) quando de sua pesquisa nas aldeias do litoral do Paraná.

¹⁰² Darella (1999) e Pinheiro (2003) denunciam esse episódio. As agressões contra os Guarani foram causadas por escusos interesses imobiliários, acarretando sua expulsão e desestruturação social e econômica da família extensa de Liberato e Macimiana. Salvo melhor conduto, esse fato, de extrema gravidade, não teve a devida atenção dos órgãos competentes e ainda requer investigação e punição dos responsáveis.

“Os Guarani foram convidados a entrar na área de Corveta e nela estão há dez anos, ocupando-a tradicionalmente. Muitas vezes externaram suas inquietações face a esta situação de indefinição. Embora, por vezes, quisessem sair, não sabiam para onde. Sua permanência deve-se em grande parte ao processo demarcatório, no bojo do qual avistavam novos horizontes de garantia de área com dimensões e condições mais favoráveis à existência.

Não somente as rodovias, principalmente as BRs 101 e 280, pulsam na vida de Aparício [Aristides] nos últimos anos, mas também as relações intersocietárias (sociais, econômicas, políticas, jurídico-legais, administrativas), as intervenções de instituições governamentais e não-governamentais na área. Entre 1996 e 2003 avolumaram-se acontecimentos relacionados ao processo de regularização fundiária da área Corveta-Tarumã, um tempo de incertezas em que a perspectiva de garantia da área foi tomando mais e mais vigor e no qual Aparício e Ana e, posteriormente, Aparício e Jurema, se posicionaram numa gradação que vai de prudência a desempenho com afinco e vigor. Em 2003, durante o novo GT de identificação da Funai, indagado sobre a importância de demarcar a terra de Tarumã, respondeu: ‘É para deixar reservado. Tem que demarcar terra para não ficar com medo, tem que ser terra do Guarani mesmo, para entrar caçar, pescar, não precisar tirar licença com o dono. Por que é nosso, qualquer lugar entra. Para não ficar com medo tem que ser terra que fica demarcada para mim. Aí fica bom para mim. Tem parente. Vou ficar aqui.’ Indagado também sobre a razão de procurar o mar, falou: “Importante morar meio perto. (...) Dá pra dizer que é mais perto de Yvy Marã’eỹ, Yvy Porã, onde não acontece castigo.”

“Uma confluência de novas e decisivas questões marca a terceira década de Aparício no litoral, tempo em que vive numa única área: Tarumã. Mesmo não se tratando de um local “ideal”, mas “possível”, utilizando classificação de Garlet (1997a), definiu ali permanecer, expressando-o desde 1996, fortalecendo gradualmente sua postura em relação a essa aspiração. Aparício tem plena convicção que o que “sobrou” para o Guarani são áreas ruins. Antes mencionava que precisava “um pedacinho para ficar sossegado”, hoje ressalta que precisa de área grande, considerando a intenção de mais plantio e liberdade. Ao expor e defender seu ponto de vista, materializa exemplarmente o “empoderamento” desta família procurando superar, ao menos parcialmente, a situação vivida: a demarcação é necessária para mudar a *opy* (casa cerimonial) e as habitações, plantar num local mais distante da BR 101, para ter uma

área de mata e ter oportunidade de “chamar” o *koxi* (porco-do-mato-queixada),¹⁰³ para poder incrementar o convite a parentes para visitas e, em caso de boa convivência, para sua permanência no espaço, dentre outros aspectos. A demarcação, enfim, substantiva sua autonomia, lhe oferece mais tranquilidade para se centrar na vivência do *ñande reko* (“nosso sistema”) e alcance de *aguyje* (plenitude, perfeição, leveza).

O *koxi*, mencionado por Aparício, é animal de criação de *Kuaray* nesta Segunda Terra e, por conseguinte, tido como fundamental pelos Mbya.¹⁰⁴ Segundo Aparício, “tem que ter muito respeito porque *koxi* é do *Ñanderu*, não para comer com raiva, mas para ficar alegre.” Explica que o rezador pede para *Ñanderu* para encontrar o *koxi*, precisando fazer a armadilha. Então, ao meio-dia, o animal fica perto e cada pessoa da aldeia “tem que dar *aguyjevete*”,¹⁰⁵ isto é, saudar e agradecer ao “caçador”. O “encontro” com o *koxi* é bom sinal da divindade, pois que é o animal tido como enviado privilegiado, proveniente de *Yvy Ju* (terra dourada), e motivo de festa para os humanos, pois também é alimento físico. O *koxi* é para “comer assadinho, qualquer jeitinho que quer, dividido para cada um”, incluindo pessoas de outro *tekoa*. Os ossos são guardados no balaios e uma vez secos, são pilados e misturados, como antiplástico, na argila para confecção do *petyngua*, continuando assim a estar presente entre os Mbya nos rituais.

O pensamento sobre a estada em *Yvy Pyau* (Terra Nova) é envolvido de instabilidade e provisoriedade. Francisco Witt, indigenista da Funai, lembrando suas primeiras conversas com os Mbya no RS há mais de duas décadas, disse que eles afirmavam uma presença provisória na terra, tendo como objetivo principal chegar ao mar, razões pelas quais não queriam demarcação de áreas.¹⁰⁶ Como reiteradas vezes anunciado nas aldeias, o cataclismo não ocorreu no ano 2000 e as conjunturas externas continuaram a sofrer alterações, exigindo grande habilidade dos Mbya, o que Garlet (1997a) denominou de plasticidade e dinamicidade da cultura e do território de domínio. A postergação provisória do cataclismo e a situação de permanente vulnerabilidade neste mundo, fazem com que os Guarani tenham novas reflexões e estratégias nas aldeias, além das articulações entre aldeias e sociedades.

¹⁰³ *Tayassu albirostris*, Família Tayassuidae (Cimardi, 1996, p.78, 155, 223).

¹⁰⁴ A importância do *koxi* nas premissas culturais dos Mbya está descrita em Cadogan (1971, 1992) e Ladeira (1992, 2001a), dentre outros. (Essas referências constam hoje como Ladeira (2007 e 2008)).

¹⁰⁵ *Aguyjevete*, saudação de agradecimento, de satisfação (Cadogan, 1992:21).

¹⁰⁶ Quando do *GT Memória e Imaginário Guarani: Mito, História e Territorialidade*, V Reunião de Antropologia do Mercosul, Ilha de Santa Catarina, 30.11 a 03.12.03.

A terceira década de Aparício no litoral brasileiro congrega novos fatores e intervenções institucionais, dentre os quais o projeto de duplicação da BR 101 incrementa o processo de territorialização. O período entre a participação nos estudos para o EIA em 1996, o primeiro GT em 1998, o levantamento prévio da Funai em 2002 e finalmente o segundo GT em 2003 até o momento, no qual a vida segue em meio à precariedade material, sobressaindo-se a insegurança alimentar,¹⁰⁷ moldaram significativa experiência a Aparício e Ana – Aparício e Jurema, extensivo à família extensa e outros índios Mbya. Trajetória que vai de incerteza e amedrontamento iniciais ao robustecimento e afirmação de interesses e direitos culturais e políticos. Encontros e mobilização entre índios Guarani auxiliaram a promover essa afirmação em Aparício, como é o caso das reuniões ocorridas no ano de 1997, em Tarumã e Mbiguaçu, em relação à duplicação da BR 101, e em Ubatuba/SP¹⁰⁸, com troca de informações quanto a situações e estratégias das aldeias litorâneas entre RS e ES. De um status inicial de acampamento temporário, denominado Corveta, as pessoas e o lugar se constituíram de dentro para fora, agregando posições de fora para dentro. Corveta passou a ser Tekoa Tarumã, nomeação não apenas de um local, mas de um estado de espírito, de uma atitude frente à realidade vivida.

Nessa terceira década, Aparício reforça o posicionamento objetivando a demarcação de área.

Assim, a postura dos Mbyá quanto à garantia das terras tem sofrido uma grande mudança nos últimos anos. Se antes procuravam se desviar de qualquer processo de legitimação de espaços para si – por considerarem tanto a definição de espaços fixos, quanto o confronto com a sociedade englobante, aspectos contrários ao *Mbyá reko*, modo de ser Mbyá, diante do novo contexto, passam a reivindicar de forma sistemática e insistente a garantia e a legalização de espaços, cobrando dos organismos oficiais e dos poderes públicos o cumprimento de suas responsabilidades quanto a este quesito (Assis & Garlet, 2004, p.52).

De 1974 a 2004, de Cantagalo a Tarumã, Aparício empreendeu sua sobrevivência no litoral, de forma análoga a vários outros grupos e famílias. Pertence a um povo cuja cosmovisão é a de que este mundo não é seu lugar original e nem

¹⁰⁷ Matéria: *Índios tentam sobreviver à miséria (A Notícia, 23.04.97)*.

¹⁰⁸ *Encontro Guarani Mbya das aldeias da grande faixa litorânea da Mata Atlântica brasileira – ES – RJ – SP – PR – SC – RS*. Novembro de 1997, organizado pelo CTI/SP.

definitivo, mas que neste mundo necessita ver concretizados seus direitos territoriais, ou seja, o reconhecimento de uma territorialidade singular e a efetivação de uma territorialização igualmente singular. Chegou ao litoral brasileiro com três filhos pequenos, aqui tendo nascido outros dois e sendo hoje avô de quatorze netos, dentre eles duas netas falecidas. Não superou a condição humana, mas a cada dia busca bravamente superar a condição quase subumana em seu pequeno espaço, no litoral de Santa Catarina, no leste do território guarani. A demarcação de Tarumã, que deverá abranger área com espaço florestado, significa um passo importante para a obtenção de um anseio análogo à razão do deslocamento oeste-leste: o alcance da Terra sem Males. Acredita que as rezas e cantos entoados na *opy* farão suplantar os males e a tristeza, restaurando permanentemente a alegria do viver e a possibilidade do atingir, sentimentos que lhe são inerentes, por ser Mbya.”

Contexto atual

População em junho de 2008: 14 pessoas.¹⁰⁹

Cacique: Aristides da Silva

Aristides da Silva colaborou no EIA da duplicação da BR 101 – norte (1996), nos estudos do grupo técnico da Funai (1998), nos levantamentos socioambientais preliminares à linha de transmissão da Eletrosul (2001), nos estudos do grupo técnico da Funai (2003) e ora contribui para o EISA da duplicação da BR 280. Em todos esses anos reafirma ter esperança de garantia da área para os Guarani.

Os grupos familiares de Tarumã, pertencentes à família extensa de Liberato da Silva e Macimiana Almeida (ambos falecidos), ocupam a região de forma contínua há mais de duas décadas, com a criação de aldeias em distintos locais nos municípios de Araquari, Guaramirim, Joinville, Garuva, São Francisco do Sul, Balneário Barra do Sul, Itapoá e Barra Velha.¹¹⁰ No gráfico genealógico mais amplo pode ser percebida a continuidade dessa ocupação até os dias atuais, bem como seu espraiamento geracional, através de casamentos da segunda e terceira gerações com membros das

¹⁰⁹ Em 19.09.08 nasceu o filho de Jurema da Silva e Ricardo Ramires. Ver o quadro de moradores em Apêndice.

¹¹⁰ Dos filhos vivos de Liberato da Silva e Macimiana Almeida, nominados Júlio, Jurema, Luciana, Sueli, Luiza e Milton, apenas os dois últimos estão em aldeia no Espírito Santo, em local conhecido como Olho d'água, muito embora tenham vivido na região estudada em anos anteriores.

famílias extensas de Marta Benite e Artêmio Brizola (falecido), Benito de Oliveira e Etelvina Gonçalves, Marcílio Gonçalves e Juliana Euzébio, para citar as mais proeminentes em termos quantitativos. O entrelaçamento entre parentesco e território é substantivado.

A aldeia Tarumã conta com sete casas, construídas aos moldes tradicionais Guarani, com estrutura de madeira bruta extraída da mata, paredes feitas de madeira, trama de taquara e revestimento de barro. Os telhados são feitos com estrutura de madeira e cobertura de folhas de palmeira jerivá, guaricana ou sapé (em casos urgentes ou de escassez de material, verifica-se o uso de lonas plásticas). As sete casas dispõem-se afastadas umas das outras, de forma circular, em torno de um pátio central, onde localizam-se as seguintes edificações: a opy (casa de rezas), geminada à casa de Aristides e Jurema, uma área coberta, destinada à convivência e estar, uma casa de visitas e um banheiro. A caixa d'água, que abastece a aldeia, tem capacidade para 500 litros e é alimentada por uma ponteira, movida por bomba manual.

As casas e o pátio são envolvidos por roças consorciadas onde há diversas árvores frutíferas, variedades agrícolas tradicionais cultivadas pelos Guarani e espécies florestais mantidas por eles com diferentes finalidades. As espécies arbóreas cultivadas no pátio e nas roças estabelecem múltiplas relações ecológicas, interagindo com a mata que envolve a aldeia. Muitas árvores são conservadas próximas das habitações, fazendo com que a recuperação da vegetação nas áreas anteriormente cultivadas se acelere. O uso da mata está mais restrito às proximidades, existindo, entretanto, áreas de interesse mais distantes que foram elencadas para caça e coleta, não utilizadas por conta da fragilidade da situação fundiária.

Há três galinheiros (dois deles com patos), três construções utilizadas para armazenagem de ferramentas e utensílios diversos; dois viveiros de preás e ainda outros animais domesticados, como cachorro, saíras, sabiá preto e jacu.

Foram identificados alguns locais de uso e plantas manejadas, podendo ser destacada a importância do pindo ete (*Syagrus romanzoffiana*), palmeira reconhecida como uma planta que faz com que a floresta se recupere após o plantio das roças, trazendo alegria à mata e fazendo com que muitas plantas nasçam ao seu redor. Pôde ser observada também uma antiga habitação indígena, abandonada há cerca de cinco

anos e junto a ela, a ocorrência de uma roça antiga em processo de sucessão avançada, com incidência de arbustos e pequenas arboretas de cerca de 4m. Próximo dali, após as roças de cana de açúcar e mandioca, há um brotamento significativo de *Pinus* sp. (espécie exótica), contando atualmente somente com indivíduos jovens, porém já em estágio reprodutivo, começando uma expansão em direção à vegetação nativa.

3.2.1.2 Caracterização ambiental

3.2.1.2.1 Descrição do componente florestal – tipologias ambientais

A formação ambiental próxima às aldeias foi classificada pelos Guarani como ka'aguy mbyte, que significa literalmente “meio da mata”, um estágio intermediário da sucessão florestal. Nos limites da TI, em sua face sudeste, foi indicado um pequeno local próximo ao Ribeirão das Cordas que apresenta a formação classificada com ka'aguy ete. Esta área é utilizada inclusive por moradores da TI Pindoty para coleta de diferentes materiais, a exemplo do kurupikay (*Erythrina falcata*), madeira utilizada na fabricação dos vicho ranga (bichos).

A formação florestal que envolve a área habitada é constantemente úmida, passando por alagamentos periódicos. O aumento do nível da água chega a 1,5m e deixa parte do solo coberto de água nas estações mais chuvosas de primavera e verão. A mata apresenta espécies como olandi (*Calophyllum brasiliense*) e yvaro (figueira-de-folha-miúda; *Ficus organensis*), adjuy ipe (ipê-amarelo; pakuri (bacupari; *Tabebuia umbellata*), *Garcinia gardneriana*, jeju (palmitreiro; *Euterpe edulis*), mbokaja (tucum; *Bactris setosa*), tarumã¹¹¹ (*Vitex megapotamica*), pindo'i (guaricana; *Geonoma guamiova*), capororoca (*Myrcine umbellata*, *M. coriaceae*), entre outras espécies indicadoras de floresta pluvial atlântica sobre a Planície Quaternária. Muitas destas espécies são cultivadas ou mantidas pelos Guarani próximas às casas e nas matas com diversos fins, como o alimentar, medicinal, produção de sombra, bem como de abrigo e alimento para a fauna. A presença de árvores olandi que apresentam DAP (Diâmetro a Altura do Peito) que alcança os 40cm e com altura que algumas vezes ultrapassa 20m, além de toda a flora companheira bem desenvolvida, indica o bom

¹¹¹ Tarumã, árvore que nomeia a aldeia, tem importância cosmológica e medicinal para os Guarani. Sua ocorrência é de seis indivíduos de porte arbóreo nos arredores e um no centro do pátio da aldeia, com cerca de 5-6m de altura.

estado de conservação da mata, mesmo com anos consecutivos de ocupação. Essas formações são classificadas por Veloso, Rangel Filho & Lima (1991) como Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas, floresta pluvial atlântica.

Variadas espécies de aves foram observadas e apontadas nos trabalhos de campo como saíra (Thraupinae), tangara mirim (tangará-dançador; *Chiroxiphia caudate*), pekü (pica-pau; Picidae), urukurea (coruja; Stringiformes), taguato (gavião; Falconidae), marreca (Dendrocygnidae), chopim (Icteridae), mboroxa (joão-de-barro; *Furnarius rufus*), jacu (*Penelope ochrogaster*), importantes ao ecossistema e à cultura guarani, pois são indicadores das estações do ano e da conservação da mata, sendo sua existência um motivo de alegria para a comunidade.

Na oficina realizada em 26.06.08 foi apontada a existência na área de espécies botânicas florestais importantes como o yary (cedro; *Cedrela fissillis*), yvaro (*Ficus organensis*), ambay guaxu (*Cecropia* sp.), takuai (Heliconiaceae), pindo (*Syagrus romanzoffiana*), pindo'i (*Geonoma gamiova*), cangerana (*Cabralea canjerana*), adjuy (canela; Lauraceae), araçá (*Psidium cattleyanum*), goiaba (*Psidium guayaba*), jabuticaba (*Eugenia cauliflora*), yvyra rapoju (*Jodina rhombifolia* ou *Maytenus* sp.), pitanga (*Eugenia uniflora*), inga (*Inga* sp.), guembe (*Philodendron* sp.), guavira guaxu (Myrtaceae), entre outras. Nesta oficina também foram apontados diversos animais que podem ser encontrados nas matas e rios que integram a TI Tarumã, como por exemplo tatu (Dasypodidae), xi'y (quati; *Nasua nasua*), ka'i (macaco-prego; *Cebus apella*), akuxi (cotia; *Dasyprocta aguti*), kapi'iva (capivara; *Hydrochoerus hydrochaeris*), tedju (teiú; *Tupinambis merianae*), gambá (Didelphidae), kaguare'i (tamanduá-mirim; *Tamandua tetradactyla*), jaixa (*Cuniculus paca*), nhambu (*Crypturellus tataupa*), macuco (*Tinamus solitarius*), uruí (saracura; *Aramides saracura*), aracuã (*Ortalis guttata*), tukã (tucano; Ramphastidae), jacutinga (*Pipile jacutinga*), tarey (traíra; *Hoplias* sp.), nhu ji'a (jundiá; *Rhamdia* sp.), akara (cará; Characiformes), piky (lambari; *Astyanax* sp.), pikype (lambari; *Astyanax* sp.), pikyyrã'i (lambari-branco; *Astyanax bimaculatus*), karumbe (tartaruga; Testudines) e rovo'í (sem identificação). Na oportunidade também foi apontada a existência de ei'ropa, jateí, tapejua, mandori, ei'rapua e ei'mirĩ (abelhas nativas das tribos da trigoníneas e meliponíneas). A existência de abelhas na mata é muito importante para o povo Guarani, considerando-se que ei (mel de abelhas nativas) é a base de muitos medicamentos, sendo que elas

misturam diferentes floradas elaborando compostos medicinais sofisticados utilizados pelas comunidades.

3.2.1.2.2 Descrição das águas, rios, nascentes e fozes

O rio Una e seus pequenos afluentes são indicados como de maior relevância pesqueira. Atualmente o rio Una é relativamente pouco utilizado, dada sua distância da aldeia e a insegurança fundiária. O rio foi apontado como de uso para pesca e banho, inclusive quando o grupo familiar de Liberato da Silva e Macimiana Almeida vivia em Corveta 2. É o curso d'água que serve de delimitação entre as terras indígenas Tarumã e Pindoty.

Foi registrada a abertura de uma vala para escoamento de água das planícies da região, que envolve a área atual da aldeia e que a deixou relativamente ilhada de outras partes menos alagadas da região, pois ocorreu alagamento das trilhas utilizadas para acessar áreas mais afastadas. A vala forma um pequeno leito alagado que circunda parte da aldeia. Esses corpos d'água são utilizados pelos Guarani para atividades como lavagem de roupas e pesca. Entre a ictiofauna de importância existente na região foram indicados akara (cará; Characiformes), tarey (traíra; *Hoplias* sp.), nhu ji'a (jundiá; *Rhamdia* sp.) e piky'i (lambari; *Astyanax* sp.).

3.2.1.2.3 Descrição das atividades produtivas

3.2.1.2.3.1 Agricultura - Roças

As roças tradicionais guarani, denominadas *kokue*, em geral são pequenas e distribuídas na paisagem, com várias roças domésticas próximas às casas, manejadas pelos seus moradores e outros ajudantes. Foi aberta uma clareira para a roça coletiva deste ano. As variedades de milho são plantadas em distintos espaços da aldeia para a sua preservação. A aldeia possui avaxi ete (milho verdadeiro), além do milho "do branco" (avaxi tupi). Entre as variedades de milho guarani cultivadas na aldeia identificou-se o avaxi xi, avaxi ju, avaxi ovy, avaxi para, avaxi mitaĩ e avaxi mirim. O milho é plantado na lua minguante, em forma de mutirão, realizando-se rituais que visam a proteção das sementes e do plantio. Tais rituais são realizados mesmo no plantio do avaxi tupi, usado somente para a alimentação das galinhas. O primeiro plantio deu-se em 24.06.08, data assinalada também em outras aldeias como

fundamental. As sementes são originárias de distintas fontes que somam: preservação do germoplasma nativo pelo próprio grupo familiar há décadas, consecução na aldeia Marangatu¹¹² e aldeias de Misiones/Argentina¹¹³, entre outros intercâmbios ocorrentes entre os Guarani, parentes ou não.

As roças de mandioca são outro fator que merece destaque nesta aldeia, sendo esta aldeia a que apresentou o maior número de variedades cultivadas, além de ser apontada como fonte de variedades de mandioca para outras aldeias. Entre as variedades identificadas na aldeia Tarumã estão mandio xi, mandio ju, mandio ovy, mandio un e mandio ka'aguy. Estas roças também são plantadas separadamente, porém a proximidade entre as variedades é bem maior que a das roças de milho. Existem roças de mandioca plantadas há mais de dois anos, chamados muitas vezes de mandio ka'aguy (mata-de-mandioca), sendo consideradas uma variedade de mandioca. Constataram-se variedades de mandioca com tubérculos, além de indivíduos reprodutivos com flores e frutos, contribuindo para o incremento da diversidade agrícola.¹¹⁴ A mandioca e a melancia, diferentemente do milho, são plantadas exclusivamente durante a lua cheia, visando proteção das pragas.

Além do milho e da mandioca, foram identificados nas roças tradicionais da aldeia: kumanda (feijão: kumanda txai e kumanda un), jety (batata-doce: mbya jety – jety xi, jety karaü e jety mandio e jurua jety – não-indígena), andai (abóbora: andai e kuarapepe), manduvi (amendoim: manduvi pyta e manduvi mirim), takureë avaxi (caninha de milho), xãjau (melancia: xãjau para e xãjau ju), mero (melão), ka'apia (lágrima-de-nossa-senhora) e yakua (porunga).

A ausência de sementes de pety (tabaco: pety un e pety ju) era lamentada pelos moradores da aldeia. Segundo eles, as variedades existentes atualmente nasceram

¹¹² Através do projeto *Aldeia Tarumã: trabalho antropológico e agrônômico de apoio ao manejo agroflorestal e à cultura guarani*, ocorrido em 2005 (Proextensão/UFSC), relatado em Darella *et al.* (2005).

¹¹³ Em consonância com a comunidade de Yy Akã Porã, através do projeto *Aldeia Yakã Porã (Garuva): Conjunção de trabalho antropológico e agrônômico para a potencialização do manejo agroflorestal guarani*, efetivado em 2006 (Proextensão/UFSC), relatado em Darella *et al.* (2006).

¹¹⁴ A manutenção de indivíduos de mandioca em estágio reprodutivo é essencial para a geração de variabilidade na espécie. Conforme nos aponta Peroni (2004), os indivíduos reprodutivos de diferentes variedades de mandioca mantidos nas roças podem cruzar entre si e com indivíduos silvestres, gerando novas variedades com potencial agrícola e incrementando a diversidade na espécie. Este fenômeno originou o grande número de variedades de mandioca atualmente cultivadas no Brasil. Segundo Martins (2005), foram mapeadas, nas diferentes regiões do país, um total de 220 variedades, muitas delas originadas pelo manejo de corte e queima dado à planta por comunidades tradicionais.

sem influência humana, somente nos arredores da *opy* (casa cerimonial), sendo a existência delas considerada uma intervenção divina. No trabalho de campo a equipe pode observar o preparo e a secagem do fumo colhido.

Ao redor do pátio e das casas são cultivadas espécies arbóreas frutíferas nativas e exóticas (laranja, tangerina, banana, ingá, araticum, araçá, goiaba, pitanga etc.¹¹⁵) em consórcio com plantas de ciclo mais curto (milho, abóbora, feijão, mandioca). Essas plantas pertencem a um conjunto de espécies hoje tradicionalmente cultivadas. A associação das roças e áreas de manejo guarani, apesar de sua exigüidade, oferece uma boa quantidade e variedade de alimentos, repartido entre a comunidade.

Efetivam-se consórcios tradicionais nessa aldeia, como abóbora, milho e feijão; melancia, batata-doce e mandioca. Há também pequenas roças de batata doce em conjugação com porunga. Esses consórcios têm sido estudados nos últimos anos pelos agrônomos Felipim (2001b), Medeiros (2006) e Aguirre Neira (2008).

Para a produção de artefatos tradicionais, como os colares, faz-se essencial o cultivo de *ka'apia* (*Coix lacrima*). A existência desta planta em locais desconhecidos é interpretada como indicador de antigas ocupações guarani.

Além das roças tradicionais existem pequenos canteiros nos quais são plantados repolho, alface, cebola, cebolinha e outras variedades de plantas não tradicionais. As sementes são compradas ou fornecidas pela Funai, assim como a maior parte das ferramentas utilizadas na aldeia.

Em 2003, o grupo técnico da Funai identificou “os seguintes cultivos e cultivares Guarani mantidos pela família local: *avaxi ete* (*Zea mays mays*) - milho guarani: cultivares *avaxi yuyĩ* ou *avaxi mitaĩ* e *avaxi para; takuareẽ avaxi* (*Sorghum bicolor*) - “cana” guarani; “*y'akua*” (*Lagenaria spp*) - cabaça/porunga rasteira; *petỹ* (*Nicotiana tabacum*) – fumo guarani; *kapi'i'a* (*Coix lacrima*); *jety ete* (*Ipomoea batatas*) - batata-doce guarani: cultivares *jety xĩ*, *jety kara ü*, *jety mandio*.” (Carvalho, 2008b, p. 71)

¹¹⁵ Mudanças advindas da Funai, do Proextensão/UFSC (Darella *et al.*, 2005) e de outras origens.

3.2.1.2.3.2 Caça

A caça é realizada em pequena escala nas florestas da região e nas matas que circundam a aldeia com auxílio de armadilhas diferenciadas (monde, mondepi e nhua) para cada tipo de animal que se pretende caçar. As caças são realizadas prioritariamente no novilúnio e nos meses de outono e inverno, preservando a época reprodutiva dos animais. Existe uma área de ka'aguy ete (mata verdadeira) próxima ao Rio Una, na região onde se localizava a aldeia Corveta 2, com grande quantidade de caça. Esta área não é acessada devido à instabilidade fundiária vivida pela comunidade, que manifesta o desejo de acessá-la para caça, pesca e coleta.

As principais espécies de animais existentes na região próxima a aldeia indicadas como sendo prestigiadas para a caça são o guaxu (veado; Cervidae), caititu (*Tayassu pecari*), koxi (queixada; *tayassu tajacu*), tatu (Dasypodidae), mbope (mão-pelada; *Procyon candrivorus*), xivi (gato-do-mato; Felidae) e kapi'iva (capivara; *Hydrochoerus hydrochaeris*). Nas proximidades das casas existem alçapões utilizados para caça de pequenas aves como a jacutinga (*Pipile jacutinga*), cuja alimentação é indicada para alguns tipos de tratamentos de saúde.

3.2.1.2.3.3 Pesca

Atualmente a pesca é realizada principalmente nos valos abertos por não-indígenas para escoamento de água que nas épocas chuvosas acabam interligando os rios, banhados e demais corpos d'água existentes na região da TI Tarumã. O lugar considerado ideal para a pesca é o Rio Una, no entanto este local é acessado muito raramente na atualidade por conta da situação fundiária em que se encontra a área. As principais variedades apontadas como existentes nos rios e banhados da região são akara (cará; Characiformes), tarey (traíra; *Hoplias* sp.), nhu ji'a (jundiá; *Rhamdia* sp.) e piky (lambari; *Astyanax* sp.).

3.2.1.3 Problemas ambientais

A ocupação não-indígena do entorno caracteriza-se por algumas pequenas propriedades e empreendimentos industriais, como a Fibratec Indústria e Comércio de Fibras Ltda., Unidade Araquari. Há também granjas, pastagens, áreas de monocultivo, mineradoras e areieiras. Existe ainda uma porção da área utilizada para o plantio de

eucalipto, em regeneração, além de uma área extensa na qual se verifica plantio de *Pinus sp.* em estágio inicial. A retirada de taquaras de forma equivocada, a derrubada da mata para abertura de picadas e instalação de caixas de abelha, a presença de caçadores, o impedimento de acesso a algumas áreas são listados como problemas à aldeia Tarumã.

No que concerne a Fibratec, inaugurada em 1998 e situada em frente à entrada de Tarumã, no lado oposto da BR 101, considera-se a emissão de odores e seu respectivo tratamento. No caminho de entrada da aldeia há valas que visam a redução do acúmulo de água em época de chuvas. Foi notada conexão desta vala com o curso de água existente ao lado da fábrica de resina, contaminado com resíduos a água submersa e a superficial, uma vez que a água que é usada pelos Guarani é de ponteira com bomba manual.

O incessante ruído proveniente do trânsito da BR 101 incomoda os Guarani de Tarumã. O mesmo ruído espanta os animais, segundo eles.

A duplicação da BR 280 acelerará a extinção de palmito e a instalação de fábricas sem compromisso ambiental, como a fábrica de resina, de granjas, o aumento da poluição da água, da terra e do ar, das enchentes, da especulação imobiliária, de comércios e das fazendas e também o aumento da insegurança.

3.2.1.4 Apontamentos efetivados em campo

A língua falada na aldeia é o guarani. O português é usado como segunda língua apenas quando em interações com pessoas não indígenas. As mulheres desta aldeia preferem não falar a língua portuguesa nem mesmo nestes momentos.

A cultura material encontrada na aldeia Tarumã é tradicional em vários aspectos, como materiais e forma de construção das casas, disposição dos espaços de habitação e uso, artefatos, ferramentas e utensílios utilizados.

Aristides relata que quer construir uma nova opy (casa de rezas) em 2009, mais afastada e sem interferência do ininterrupto ruído de tráfego proveniente da BR 101. Diz que os passarinhos vão mudar junto. Alinha a direção frontal da opy com o caminho de Kuaray¹¹⁶. “Kuaray anota, chora. Tupã¹¹⁷ é mais forte.” Enfatiza que os Mbya devem

¹¹⁶ A divindade solar, cuja moradia se situa a leste.

entender direito o que as divindades estão indicando para que possam acertar em suas ações no mundo.



¹¹⁷ A divindade relacionada às águas, cuja moradia se situa a oeste.



Tabela 6- Relação de Construções (Croqui) - TARUMÃ

Nº Croqui	DENOMINAÇÃO	PAREDE	COBERTURA	MEDIDA APROX.
1	Jurema e filhos	Madeira roliça	Palha de Guaricana e cipó	3 x 4
2	Júlio	Taquara, barro, madeira, cipó	Palha de Guaricana e cipó	3 x 4
3	Casa de visita	Tábua de madeira	Palha de Guaricana	3x 3
4	Casa de visita	Tábua de madeira	Palha de Guaricana	3 x 4
5	Cobertura	Tábua de madeira	Palha de Guaricana	3 x 4
6	Opy	Taquara, barro, madeira, cipó	Palha de Guaricana	3 x 7
7	Aristides e Jurema	Taquara, barro, madeira, cipó	Palha de Guaricana	3 x 4
8	Nélson	Tábua de madeira	Palha de Guaricana	3 x 5
9	Sem morador	Tábua de madeira	Palha de Guaricana	2,5 x 4
10	Sueli e filhos	Tábua de madeira	Palha de Guaricana	3 x 4

3.3 Terra Indígena Pindoty

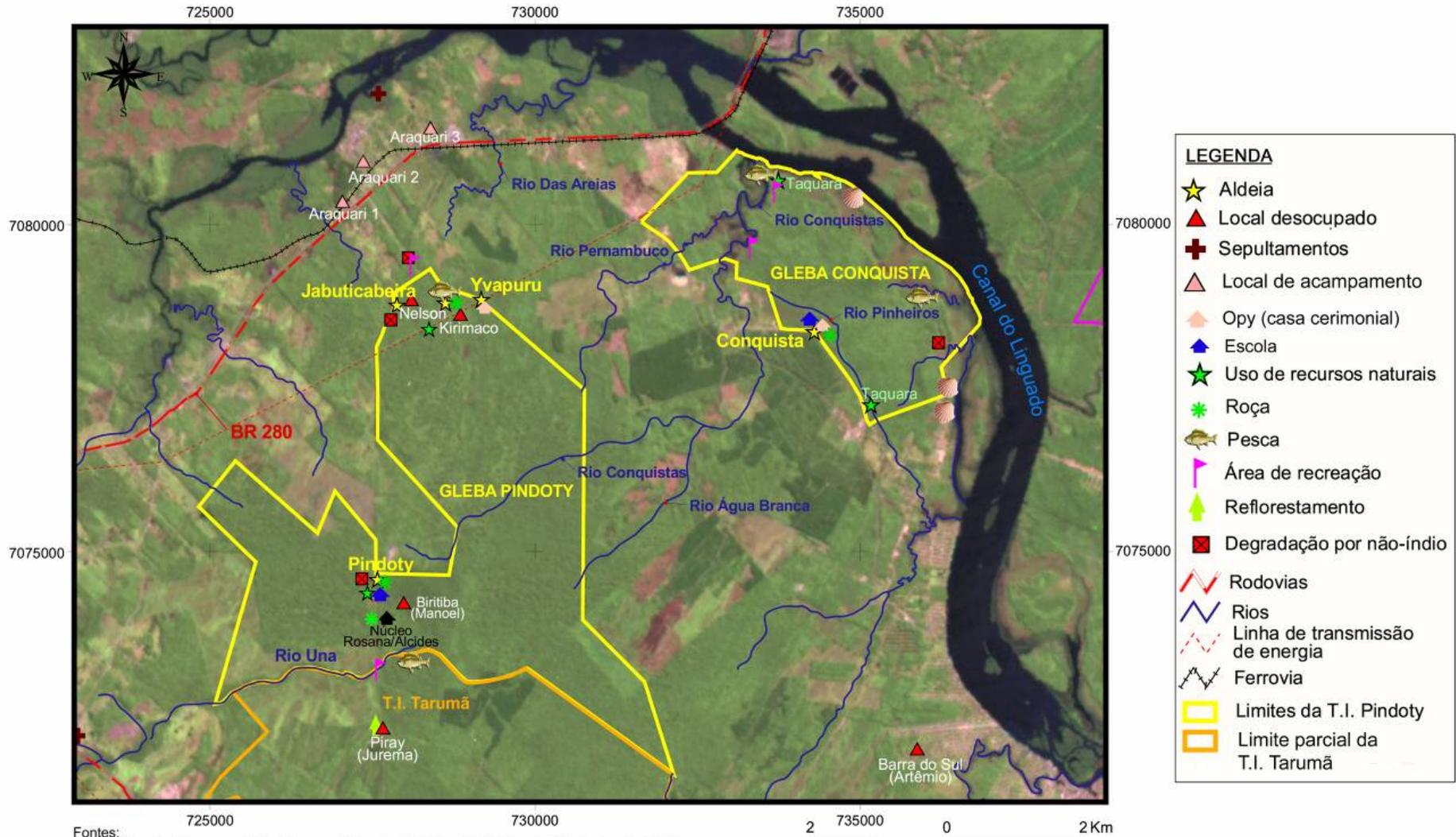
A Terra Indígena Pindoty localiza-se nos municípios de Araquari e Balneário Barra do Sul. Sua dimensão totaliza 3.294 hectares. A Gleba A possui 2.267 hectares e nela situam-se as aldeias Pindoty, Jabuticabeira e Yvapuru. A Gleba B, com 1.023 hectares, acolhe a aldeia Conquista. A delimitação da TI foi publicada no DOU em 12.05.08 (com retificação no que tange a relação de ocupantes não-indígenas, publicada em 27.05.08) e no DOESC em 18.06.08, data a partir da qual decorreu o período do contraditório, de 90 dias, de acordo com o previsto no Decreto 1.775/1996.

As contestações apresentadas à Funai até setembro de 2008 são oriundas de: Karsten S.A., Associação dos Proprietários de Terras Ameaçadas pelos Índios (ASPI), Prefeitura Municipal de Araquari e Estado de Santa Catarina.

Em 1998, quando dos estudos do GT da Funai coordenado pela antropóloga Iane Andrade Neves, essas aldeias não estavam constituídas. Em 2003 o GT da Funai, coordenado pela antropóloga Maria Janete Albuquerque de Carvalho, registrou 70 pessoas no total. A população das aldeias Pindoty, Yvapuru, Jabuticabeira (Gleba A) e Conquista (Gleba B) em julho/agosto de 2008 somava 115 pessoas.

A Terra Indígena Pindoty encontra-se, em sua Gleba A, a cerca de 1 km da BR 280. No que se refere à Gleba B, a distância diminui para aproximadamente 570 m. Os moradores das aldeias da TI Pindoty fazem uso da rodovia BR 280, seja caminhando ou utilizando-se de bicicleta e veículos automotores (carro, van, ônibus). As distâncias entre as aldeias Yvapura e Jabuticabeira e o centro de Araquari são reiteradas vezes vencidas a pé ou com uso de bicicleta, o que exige a travessia da BR 280 na altura da Rua João Luiz Filho (Estrada do Inferninho), o que expõe os Guarani a riscos constantes.

Terra Indígena Pindoty



Fontes:
 Imagem Landsat 7 - composição falsa-cor: R(banda 2), G(banda3), B(banda4)/setembro de 2002.
 Limites das terras indígenas - FUNAI.
 Dados vetoriais - Mapoteca Topográfica Digital de Santa Catarina Epagri/IBGE 2004. Escala 1:50.000, Projeção Universal Transversa de Mercator/ Datum SAD 69.
 Sambaquis - Atlas Ambiental da Região de Joinville: complexo hídrico da Baía da Babitonga. FATMA, 2003.
 Elaboração: Elaine Zuchiwschi

3.3.1 TI Pindoty– Gleba A

3.3.1.1 Aldeia Pindoty

Localização - no município de Araquari, a 6 km da BR 280, seguindo pela estrada municipal conhecida como Estrada do Inferninho, que se estende até a BR 101, alcançando as proximidades do Posto Sinuelo. Essa estrada possui trafegabilidade regular a boa, a depender das condições climáticas/índice pluviométrico, passando a péssima, após a ponte sobre o rio Una, adiante da entrada da aldeia. Situa-se nas coordenadas geográficas: 26°25'51.84"S e 48°43'50.03"O.

3.3.1.1.1 Histórico, Organização Sócio-Política e Contexto Atual¹¹⁸

População em julho de 2008: 24 pessoas falantes da língua guarani.

Cacique: Felipe Brizoela

A aldeia denominada Pindoty¹¹⁹ foi formada em outubro de 1998 por Benito de Oliveira e Etelvina Gonçalves, acompanhados por parte do seu grupo familiar, procedente do local denominado Tapera, situado nas proximidades do antigo lixão, em São Francisco do Sul, no qual se encontrava quando dos trabalhos de campo do GT da Funai, em meses imediatamente anteriores. Desde então, essa aldeia está ocupada ininterruptamente e registra composições familiares diferenciadas.

Embora houvesse intencionalidade de ocupação de alguns locais na área conhecida como Inferninho, a decisão dos Mbya na época resultou da atuação do GT da Funai de 1998 e do entendimento de se tratar de uma área pública, ou seja, da RFFSA.

No ano seguinte, em 1999, Pindoty contava com 22 pessoas. A família de Vitória de Oliveira e João Paulo Mariano (filha e genro do casal fundador), somando sete pessoas, “abriu” novo local de moradia, em 11.07.99, onde hoje se situa Yvapuru. Assim denominaram o local por conta da existência de várias jabuticabeiras, árvore

¹¹⁸ Dados sobre essa aldeia estão relatados em Darella (1999 e 2001), Neves (2002a), Ladeira e Matta (2004), Carvalho (2008c).

¹¹⁹ Pindo, palmeira e ty, aglomeração, o que significa palmeiral.

muito apreciada pelos Guarani. Posteriormente Benito e Etelvina ocuparam outro local, na Ilha do Mel (Araquari/SC), sempre acompanhados da filha Celina.

A família extensa de Mário de Oliveira e Nina de Oliveira (filho e nora do casal fundador) - ele falecido em 1999, posteriormente agrupou-se aos parentes, em Yvapuru, passando finalmente a organizar a aldeia Jabuticabeira que, em síntese, não apenas é próxima, mas possui estreito vínculo com Yvapuru, dado o parentesco, e em termos sócio-político-econômicos.

Na aldeia Pindoty vive desde janeiro de 2004 o grupo familiar de Felipe Brizoela, advindo do RS. A aldeia era liderada por Félix Brisuela, tio paterno de Felipe Brizoela, igualmente procedente do RS, tendo vivido por curto período nas aldeias Marangatu (Imaruí/SC) e Morro dos Cavalos (Palhoça/SC). Félix Brisuela e Catarina Gonçalves Vilhalva lideravam a aldeia quando do GT da Funai de 2003. No início de 2006 sua família seguiu para o litoral de SP, onde se encontra até o presente momento. Todavia, Jovani, um dos filhos do casal, permaneceu na região, tem uma filha com Celina da Silva (Conquista) e atua como professor bilíngüe na aldeia Yy Akã Porã. Isolda Gonçalves Brisuela, neta de Félix e Catarina, é casada com Vanderlei da Silva (Conquista).

A permanência da família de Felipe Brizoela e Bernardina Gimenez motivou o advento da família dos sogros de Felipe, Mário Gimenez e Carmen Fernandes, no início de 2008, igualmente procedente do RS (Pacheca, Campo Molhado e Granja Vargas). De todo modo, a presença de alguns integrantes da família Gimenez-Fernandes havia sido anotada pelo GT da Funai, em 2003 (Carvalho, 2008c, p. 126), ocorrendo, portanto, extensão do seu movimento RS-SC a posteriori. Mário Gimenez assinala seu parentesco com os irmãos Darci Gimenes (Marangatu/SC), Avelino Gimenez (Osório/RS) e Carlinhos Gimenez.

Note-se também a presença da família de Roberta Gonçalves Vilhalva, em 2003 (Carvalho, 2008c, p. 125), irmã de Catarina, que permaneceu em Pindoty e passou a ocupar o local onde vivia a família de Félix e Catarina. Atualmente Roberta está casada com Arlindo da Silva Tatamxi. Ambos, juntamente com os filhos de Roberta, integram a composição da aldeia Tiaraju/Piraí. Uma das filhas de Roberta, Márcia, está casada

com Marcelo Gimenez, um dos filhos de Mário Gimenez e Carmen Fernandes. Ambos, juntamente com o filho, vivem na aldeia Pindoty.

A família de Rosana da Silva e Alcides Tiaraju Tatamxi vive em Pindoty desde janeiro de 2007, advinda de Tarumã. Posteriormente mudou-se para o local que abrigou Félix-Catarina e a seguir Roberta Gonçalves Vilhalva. A equipe do EISA tratou a aldeia Pindoty dividida em dois núcleos: o de Felipe-Bernardina e o de Alcides-Rosana, distantes cerca de 200m.

Adiante desse local, viveu a família nuclear de Manuel da Silva Wherá e Arminda Marcelino, conforme anotado em Darella (2001, p. 14). Manuel, reconhecida liderança política Guarani, enfatizava, na época, sua preocupação quanto à TI Pindoty, denunciando a retirada de madeira, palha, folhas de palmeira e samambaia por não-índios, principalmente nos finais de semana. De 2001 a 2008 a retirada não cessou e as denúncias são constantemente verbalizadas por Felipe Brizoela.

Na TI Pindoty viveram Arminda Ribeiro e Marcelo Escobar (Conquista), Francisco Timóteo Kirimaco (Yy Akã Porã), sua mãe Maria Cristina (Sambaqui/PR), Jurema da Silva Tatamxi (Tarumã), Julito Fernandes (falecido) e Mariano da Silva, entre outras pessoas/famílias. A família nuclear de Néelson Ortega e Lidia Mariano havia mudado para Yvy Ju/Reta na semana anterior ao início dos trabalhos de campo da equipe do EISA.

A aldeia Pindoty divide-se em dois núcleos familiares, quais sejam o de Felipe e Bernardina e o de Alcides e Rosana.

O núcleo familiar de Felipe e Bernardina conta com cinco casas para moradia, uma escola e um posto de saúde desativado. Além dessas construções há uma oguyjere¹²⁰ (construção tradicional para usos múltiplos) no centro do pátio uma cozinha comunitária, bem como a estação de tratamento de água, projeto Funasa/Rondon.

Existe ainda uma vegetação em estágio médio avançado de regeneração atrás das áreas destinadas às roças futuras de milho e de feijão, de onde é retirada lenha e uma parte do material florestal utilizado na aldeia. Nas proximidades das casas podem

¹²⁰ Serve à convivencialidade na aldeia, onde se entoam cantos guarani, acontecem conversas e são relatadas histórias.

ser encontradas árvores frutíferas, como laranja, limão, lima, tangerina, butiá, goiaba, jabuticaba, pitanga, assim como jerivá, mate-silvestre, cinamomo, palmeira-real e mamona. Existe um campo de futebol e no pátio ocorre a criação de cavalo, porco, galinha, pato, coelho, pombo, preá, cachorro e gato.

O núcleo familiar de Alcides e Rosana agrupa uma única família nuclear. Conta com uma casa de tábuas de madeira coberta com amianto, com duas varandas cobertas de palha de guaricana, um módulo sanitário de alvenaria, instalado pela Funasa. A trilha que segue além da casa leva a um local desocupado, denominado Biritiba (família de Manoel e Arminda), próxima a dois taquarais com duas qualidades diferentes: takaruçu, utilizado na construção das casas, e o takua ovy, para a fabricação de ajaka (cesto). Aos fundos do taquaral está um diminuto riacho onde as crianças tomam banho e pescam pequenos piky (lambari). Ao longo da trilha existem vários indivíduos de erva-mate de idade avançada.

3.3.1.1.2 Caracterização ambiental

3.3.1.1.2.1 Descrição do componente florestal – tipologia ambiental

A Terra Indígena Pindoty está localizada sobre uma extensa planície arenosa que se estende desde a margem leste do Canal do Linguado até as encostas da Serra do Mar. As matas que circundam a aldeia Pindoty são classificadas pelos Guarani como ka'aguy pyau, seguindo critérios supracitados. De acordo com a classificação de Veloso, Rangel Filho & Lima (1991), a formação florestal original é classificada como Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas, apresentando espécies típicas de formações florestais sobre Planície Quaternária (Klein, 1980). A sucessão secundária se apresenta em estágio médio de sucessão, de acordo com o enquadramento da Resolução do CONAMA nº 04/96. Conforme vem sendo discutido em publicações recentes (Siminski *et al.*, 2001), esta classificação não permite uma avaliação real da sucessão, sendo classificações como a de Klein (1980) mais apropriadas para a avaliação da floresta. Considerando esta perspectiva, percebe-se a presença de indivíduos da espécie *Miconia cinamomifolia* com mais de 6m de altura, interpretando-se a partir deste dado uma transição para um estágio florestal mais avançado, pretendido pelos Guarani.

Apesar do reconhecimento pela comunidade do estágio imaturo da mata, foi indicada a presença de inúmeras espécies animais de grande importância para a etnia como a ave meróiy (não-identificada; símbolo de felicidade para o grupo), corujas, araçaris, saracuras (*Aramides saracura*), gaviões (que às vezes atacam as criações), além de diferentes mamíferos como gato-do-mato, cachorro-do-mato, quati, cotia, tatu, bugio e mão-pelada.

3.3.1.1.2.2 Descrição das águas, rios, nascentes e fozes

O principal rio no entorno da aldeia é o Una, que faz a divisa entre a TI Pindoty e a TI Tarumã. O rio é utilizado para a pesca recreativa e educativa das crianças, sendo um motivo de alegria que reforça as relações de sociabilidade entre as gerações. A principal queixa é a inexistência de peixes próprios para a alimentação. A perspectiva futura da comunidade a respeito é de que a qualidade ambiental do rio e das matas ciliares advenha com a demarcação das Terras Indígenas, proporcionando o repovoamento do rio com populações da ictiofauna apropriadas à alimentação. A visita à nascente do rio foi relatada como uma forma de passeio e reconhecimento da mata, sendo este um lugar procurado para pensar e refletir sobre questões importantes da vida individual e comunitária na aldeia.

O caminhar junto ao curso dos rios é interpretado como um momento de reflexão e relaxamento essencial ao bem-estar humano.

A água utilizada para consumo da aldeia é originada de um poço artesiano e bombeada com bomba elétrica, passando por tratamento químico fornecido pela Funasa e gerenciado pelo AISAN.

3.3.1.1.2.3 Descrição das atividades produtivas

3.3.1.1.2.3.1 Agricultura - Roças

- Núcleo Bernardina - Felipe:

As roças são plantadas nos arredores das casas em sistema agroflorestal. Há consórcio de milho, feijão e abóbora em algumas áreas, bem como mandioca, melão,

melancia, batatas e tabaco em outras. As roças das diferentes variedades de milho e mandioca são plantadas em regiões afastadas uma das outras. Os plantios são realizados durante a lua cheia e o principal sistema de adubação e defensivo agrícola é a utilização de cinza das fogueiras. Para abertura das covas é utilizado um bastão de madeira chamado yvy raqua (madeira pontiaguda). Existe na área um pequeno cultivo de palmeira-real destinada à comercialização.

Na aldeia são cultivadas quatro variedades de avaxi ete (milho verdadeiro): avaxi para, avaxi ovy, avaxi ti e avaxi ju ou mitã, plantados em sistema consorciado com kumanda para'i (feijão guarani) e andai (abóbora). Além de milho e feijão guarani são cultivadas na aldeia duas variedades de jety (batata-doce) - jety pyta'i e jety karaum; uma de yakua (porunga); duas de pety (tabaco) - pety ovy e pety mirim ou ju; duas de xãnjau (melancia) - xãnjau para e xãnjau ju; uma de mero (melão); duas de ka'apia (lágrima-de-nossa-senhora) - ka'apia kreïve e ka'apia tuixavëva e duas de mandio (mandioca) - mandio pytä e mandio ti. A maior parte destas variedades, com exceção das mandiocas, são provenientes do casal Mario Gimenez – Carmen Fernandes. Segundo Mario, elas foram conservadas ao longo de sua caminhada, procedendo boa parte da Granja Vargas/RS e outras de Misiones/Argentina, mantidas por ele há cerca de 12 anos. Além das variedades tradicionais, são cultivadas duas variedades de pakova (banana) - pakova guaxu e pakova karape, hortaliças como cebola, tomate e repolho, avaxi tupi (milho híbrido) e kumanda un (feijão-preto não indígena).

A produtividade das roças não é suficiente para assegurar a alimentação da população da aldeia, sendo a finalidade principal dos cultivares agrícolas a de manter o germoplasma nativo e a de proporcionar alegria e educação às crianças. O rocio é veículo de transmissão da cultura. As atividades associadas à roça são exercidas pelos integrantes do grupo familiar, proporcionando encontros entre as três gerações presentes na aldeia.

- Núcleo Rosana - Alcides:

Existe neste núcleo uma plantação de palmeira-real. São mantidas no pátio espécies medicinais como paraparay (caroba). São encontradas variedades agrícolas distintas daquelas encontradas no núcleo da aldeia Pindoty. Para esta família, a roça representa contribuição mais substancial à alimentação da família, sendo cultivado

avaxi xi e mandio un (milho e mandioca), variedades tradicionais guarani provenientes da aldeia Tarumã. Segundo o casal, há pretensão de buscar mais variedades e ampliar a roça familiar. É também cultivado milho híbrido (avaxi tupi), além de abacaxi e árvores frutíferas como goiaba, amora, araçá e pitanga.

3.3.1.1.2.3.2 Plantas manejadas

Apesar da imaturidade da mata reiteradas vezes apontada pela comunidade Guarani da aldeia Pindoty, são manejadas grande quantidade de espécies florestais coletadas nas áreas ao redor da aldeia. As árvores são utilizadas com diferentes finalidades, como a construção de casas, produção de artesanato, preparo de armadilhas para caça, lenha, além de ampla utilização de espécies medicinais. As formações florestais que envolvem a aldeia são chamadas de ka'aguy pyau (mata nova), sendo inexistentes inúmeras espécies importantes para a etnia, como o cedro-rosa (*Cedrela fissillis*), a canjerana (*Cabralea canjerana*) e a guajuvira (*Patagonula americana*), ausência causada devido à imaturidade da mata. A comunidade pretende o desenvolvimento e o amadurecimento da mata, que dentro de alguns anos poderá se tornar ka'aguy rupa (mata estendida, ampliada), servindo como elo de maior contato entre a existência terrena e as divindades.

O jatei ei (mel de abelhas nativas) é considerado um importante remédio, mas há queixa da ausência dessas abelhas na mata, carência associada à redução na floresta da diversidade variedades florísticas apropriadas. São mantidas e cultivadas no pátio e nas roças diferentes espécies botânicas arbóreas nativas, com o intuito de proporcionar o repovoamento de abelhas nativas, como ipês (*Tabebuia* sp.), butiá (*Butia* sp.) e pitanga (*Eugenia uniflora*). A mistura de floradas silvestres é considerada uma forma natural das abelhas produzirem medicamentos polivalentes que, além de serem utilizados para processos de cura, são entendidos como um veículo de prevenção de doenças e manutenção da saúde.

São cultivadas diferentes espécies frutíferas nativas e exóticas, mantidas para servir de alimento à comunidade e à fauna.

3.3.1.1.2.3.3 Caça e pesca

Os mundéus são preparados nos arredores da aldeia junto a trilhas de animais. São utilizados três tipos de armadilhas instaladas em regiões diferentes da mata: o monde (para mamíferos de pequeno porte), o mondepi (para aves terrestres e pequenos mamíferos) e o nhua (laço de cipó para pegar mamíferos de porte mais avantajado). O ensino da técnica de preparo do monde para as crianças faz parte das atividades da escola.

A caça é realizada esporadicamente com monde instalados pelas trilhas que recortam a TI. A maior parte dessas trilhas é aberta por caçadores e extratores não-índios que se utilizam de cães e espingardas para a caça. Muitas vezes o barulho dos caçadores é ouvido na aldeia, durante a noite. Não é uma atividade realizada essencialmente para a alimentação do grupo, embora a carne de caça seja bastante apreciada pela comunidade.

A atividade é veículo de transmissão cultural, sendo ensinada às crianças pelo xeramõi (avô, homem mais velho da aldeia) com técnicas de preparo das armadilhas, somadas a elementos simbólicos relacionados a calendário solar e lunar de caça e consumo, a utilização de algumas caças como remédio, restrições alimentares e mitos sobre as diferentes espécies e suas ligações com o mundo humano.

A pesca é realizada em pequena quantidade, predominando a educação e o lazer das crianças como seu objetivo maior. São pescados em geral pequenos piky'i (lambaris; *Astyanax* sp.) e a principal técnica empregada é linha, anzol com evo'i (minhoca).

3.3.1.1.3 Problemas ambientais

Os Guarani da aldeia Pindoty vêm passando por grandes dificuldades relacionadas à extração ilegal de gêneros florestais realizada por não-índios, utilizados para exploração econômica, como madeira, palha de guaricana, cipó, palmito e xaxim. Os indígenas denunciam a retirada constante desses materiais do interior da TI, transportados em caminhões. Segundo eles, as denúncias não são devidamente investigadas e inibidas, e a degradação tem se acelerado com a publicação das delimitações da área. Espécies como o palmiteiro são consideradas praticamente

extintas da área pelos Guarani, além de encontrarem grandes dificuldades para encontrar a guaricana utilizada para a cobertura das casas. Durante a presença em campo da equipe foi constatada a destruição completa de um bambuzal utilizado pela comunidade. O ato não indicava motivos outros que a intimidação da comunidade e a coibição de sua presença na região.

Outra grande dificuldade enfrentada pela aldeia Pindoty é a escassez de terras apropriadas à agricultura. O terreno é arenoso e silicoso, dificultando a produção agrícola das espécies tradicionais, ressaltando-se aqui a dificuldade na produção do milho guarani.

Com a duplicação da BR 280 acentuar-se-á a pressão para a instalação do parque industrial de Araquari, a especulação imobiliária, o aumento do fluxo de veículos na Estrada do Inferninho, a degradação ambiental. Acrescente-se a depauperação da flora e da fauna local, majorando o cerceamento dos exemplares botânicos e zoológicos de grande magnitude ao povo Guarani, a poluição dos rios, a escassez das nascentes, que abastecem a região da TI Pindoty.

A aldeia se encontra também com acúmulo de resíduos, sendo o gerenciamento deste material dificultado pela ausência de coleta. Segundo o cacique, foram realizados três pedidos formais de coleta à Prefeitura Municipal de Araquari, sem resultado.

3.3.1.1.4 Apontamentos efetivados em campo

3.3.1.1.4.1 Pronunciamentos e relatos

Felipe Brizoela

“O Mbya abre o lugar, faz roça, espera a chuva. Em oito dias, se nasce a planta do Guarani, o lugar é do Guarani.”

“Os ensinamentos que os mais velhos receberam, não podem fazer diferente. Já os mais novos, se tiverem interesse, podem.”

Diz que o lugar tem que ter flores para poder ter mel. O lugar tem que ter flores diferentes para ter mel de tipos diferentes, como remédio, xarope.

Os xeramõi (avós) fazem planos, mas esperam para confirmá-los com Nhamandu (divindade solar), no outro dia pela manhã.

Explica que os Guarani, ao levantarem pela manhã, alimentam-se primeiro do amanhecer, depois do fogo, a seguir de Nhamandu (divindade solar) e então, por último, da comida.

“Aqui [em Pindoty] a gente consegue escutar a noite, acompanhar jaxy [o lua]. Ver e ouvir Nhamandu [o sol] é importante para a gente.”

“Os mais velhos devem poder viver sem preocupação, com tranquilidade.”

“Nós temos que escutar o kiringue [criançada] e pensar pelo kiringue.”

“Xeramõi [meu avô] dizia que se a gente faz as coisas bem, Nhanderu fica mais moço.”

“O que é que o Guarani quer? Terra, mata. Branco tem que saber o que o Guarani quer. Não é nossa terra, é terra de Nhanderu, é mata de Nhanderu.”

Diz que os Guarani observam e querem proteger as áreas, mas não há respaldo contra as invasões. Há pessoas entrando com moto-serras. “Os Guarani acabam não tendo mais interesse pela área. Precisa haver respeito. A mata precisa crescer, precisa de mais de 30 anos. Assim a gente perde a esperança.” Diz que o seu sogro [Mário Gimenez] não sabe se ficará em Pindoty por conta da conjuntura atual.

Durante os trabalhos de campo em Pindoty, Felipe enfatizou sua esperança da mata da TI poder se recompor. Para tanto os jurua não devem mais explorar.

“A luta não surge somente na necessidade. A terra, a água, a mata são sagradas. A gente vive com elas. Não há só vida e interesse pessoal, mas sim de Nhanderu.” (durante encontro ampliado em Tiaraju/Piraí, janeiro de 2008)

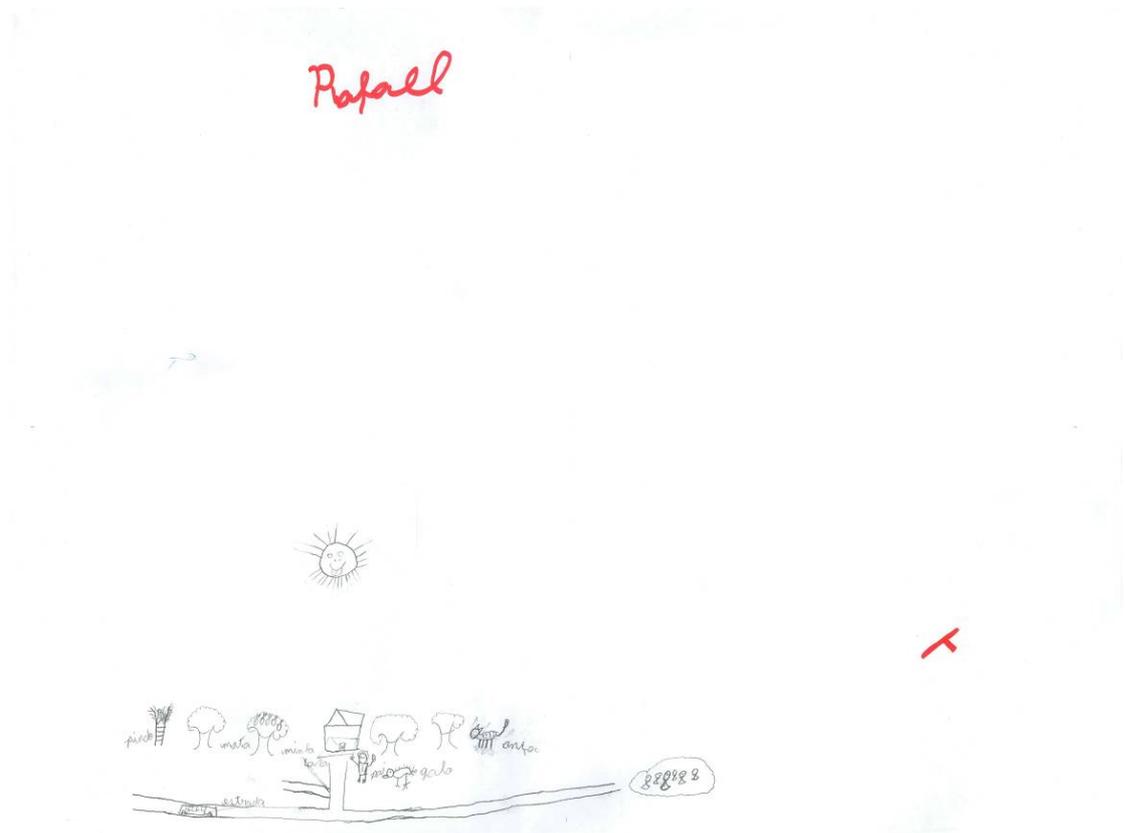
Sublinha a importância dos Guarani manterem vivo o nhandereko [nossa cultura]. Recorda a centralidade da água, da mata, dos animais, da saúde, da terra para a vida. Fala que a vida e o futuro do Guarani não é dinheiro ou ferramenta e que há trabalhos e projetos que não entendem os Guarani. Frisa a necessidade de

demarcação das áreas (fala durante encontro ampliado em Tiaraju/Piraí, janeiro de 2008).

Acentua que a música traz alegria, despreocupação, concentração.

Rafael da Silva (filho de Rosana da Silva)

Em uma das caminhadas com a equipe do EISA, contou ter avistado um filhote de onça ao estar na mata, em local distante de casa (ver desenho abaixo).

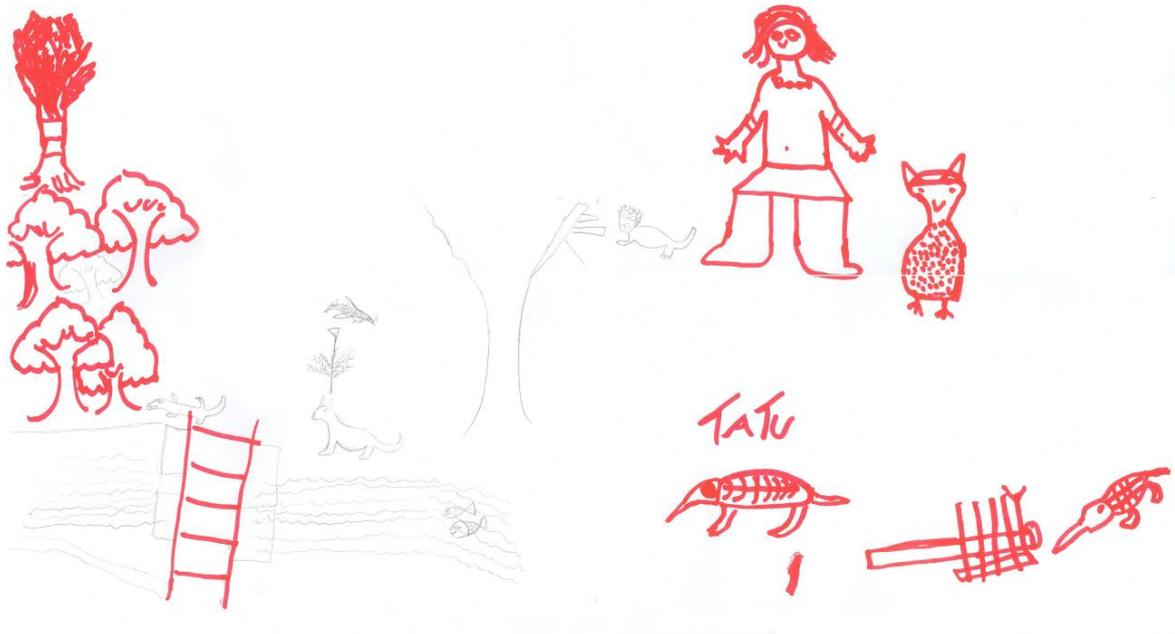




José

MAURICIO

MAURICIO



TATU

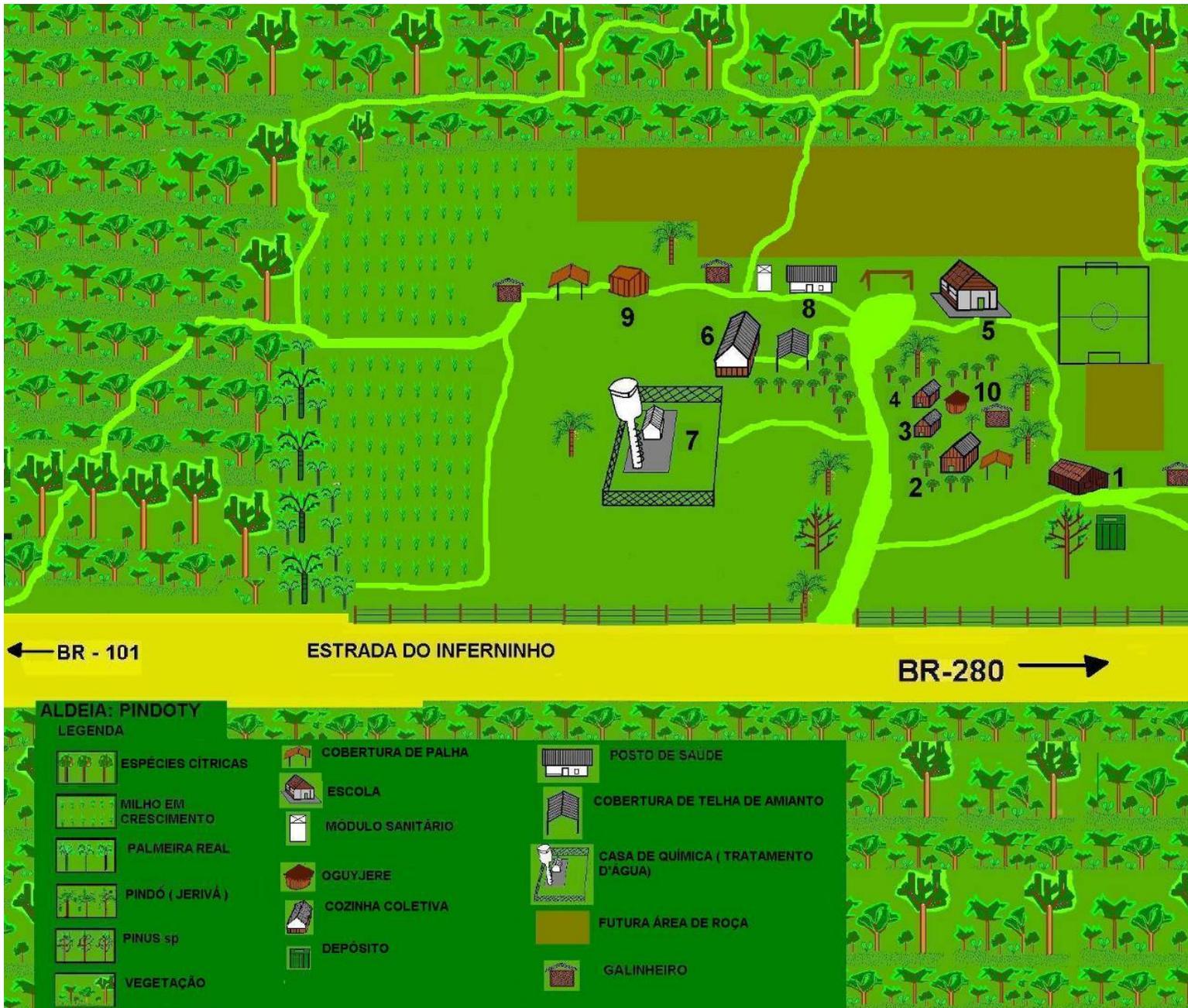
NÚCLEO BERNARDINA – FELIPE





NÚCLEO ROSANA - ALCIDES





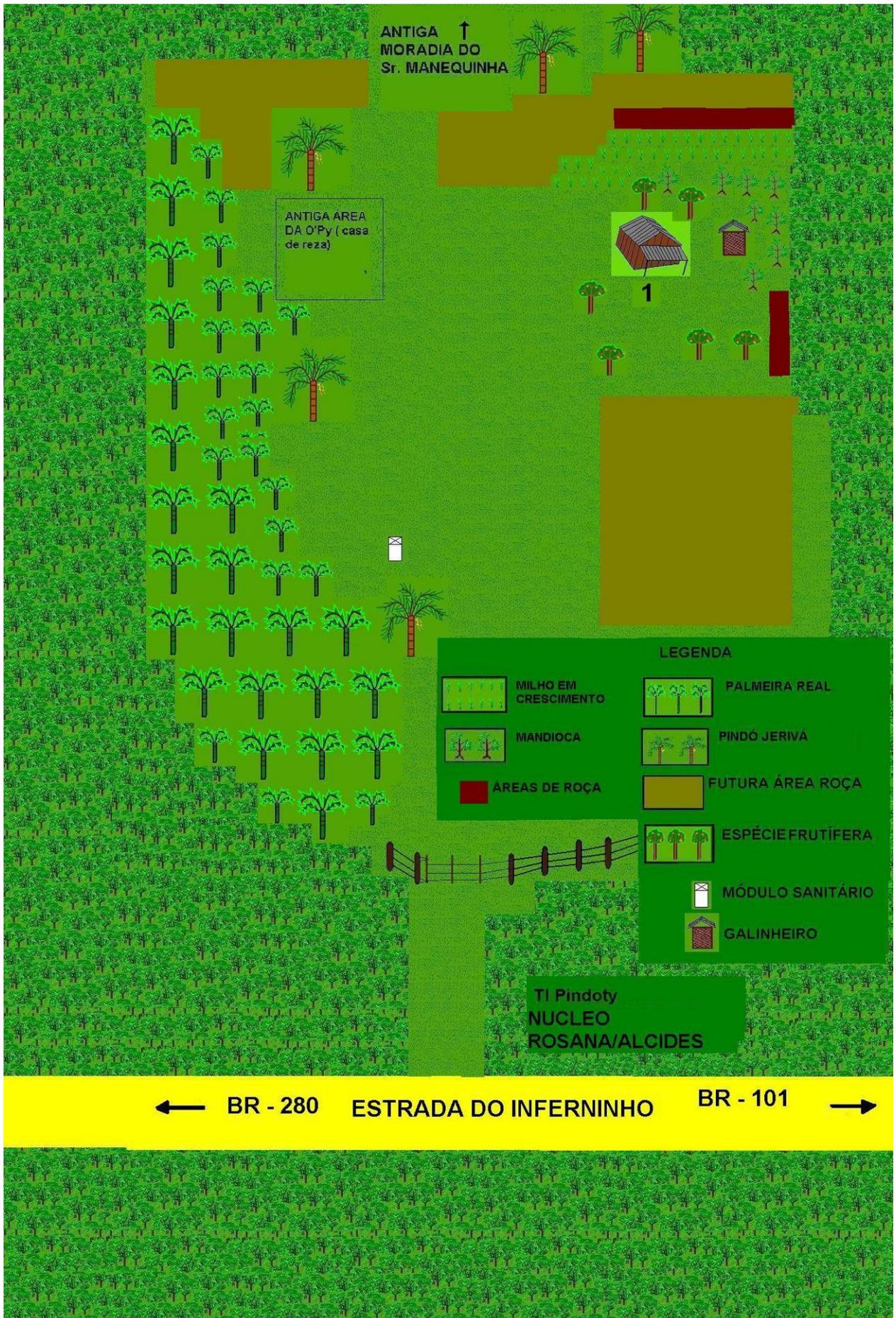


Tabela 7 - Relação de Construções (Croqui) - PINDOTY

Nº Croqui	DENOMINAÇÃO	PAREDE	COBERTURA	MEDIDA APROX.
1	Sem morador	Tábua de madeira	Barro	5 x 7
2	Mário Gimenez e família Marcelo e família	Tábua de madeira	Amianto	7 x 5
3	Felipe e família	Tábua de madeira	Amianto	7 x 5
4	Felipe e família	Tábua de madeira	Amianto	7 x 5
5	Escola	Tábua de madeira	Barro	6 x 4
6	Cozinha comunitária	Tábua de madeira	Amianto	4 x 6
7	Casa de química (Funasa)	Alvenaria	Amianto	6 x 3
8	Posto de saúde	Alvenaria	Amianto	4 x 7
9	Casa de visitas (construção tradicional)	Madeira roliça	Palha de Guaricana e cipó	3 x 4
10	Oguyjere (construção tradicional)	Madeira roliça	Palha de Guaricana e cipó	redonda

Tabela 8 - Relação de Construções (Croqui) - Núcleo Rosana e Alcides

Nº Croqui	DENOMINAÇÃO	PAREDE	COBERTURA	MEDIDA APROX.
1	Rosana, Alcides e família	Tábua de madeira	Amianto	3 x 4

3.3.1.2 Aldeia Yvapura

Localização - no município de Araquari a cerca de 3 km da BR 280, seguindo pela estrada municipal conhecida como Estrada do Inferninho (Rua João Luiz Filho) e pelo caminho entre Jabuticabeira e Yvapura. Tem como coordenadas geográficas: 26°23'34.11"S e 48°42'29.68"O.

3.3.1.2.1 Histórico, Organização Sócio-Política e Contexto Atual¹²¹

População em julho de 2008: 30 pessoas falantes da língua guarani.

Cacique: Júlio da Silva (integrante da Comissão Guarani Nhemonguetá)

Vice-cacique: Nilton de Oliveira

Yvapura foi formada em 1999, a partir da construção da casa de Vitória e João Paulo Mariano, em local onde atualmente está localizada a moradia de Antonio de Oliveira, irmão de Vitória. Essa “família fundadora” vivera em Pindoty, advinda do local Tapera (antigo lixão), em São Francisco do Sul.

Em 2001, Jabuticabeira constava com dois núcleos (Darella, 2001, p. 14), entre os quais fora erigida a casa cerimonial. No presente estudo, esses núcleos são apresentados como duas aldeias – Yvapura e Jabuticabeira (palavras com o mesmo significado), destacando-se a preponderância da família extensa de Benito de Oliveira e Etelvina Gonçalves. Em 2001 somavam 22 pessoas. Em 2003, o estudo do GT da Funai (Carvalho, 2008c) toma como uma a aldeia denominada Jabuticabeiras, anotando a presença de 26 moradores. Em agosto de 2008 ambas somavam 62 pessoas. A distância entre Yvapura e Jabuticabeira é de cerca de 800 m.

Em Yvapura vivem atualmente quatro filhos do casal Benito de Oliveira e Etelvina Gonçalves (Vitória, Celina, Antonio e Celso). Tereza, embora apontada no censo de Morro Alto, visita e permanece com os pais constantemente. Outros dois filhos do casal, Osvaldo e Rufino, vivem atualmente nas aldeias Yvy Ju e Morro Alto, respectivamente.

¹²¹ Dados gerais sobre essa aldeia estão relatados em Darella (1999 e 2001), Neves (2000), Ladeira e Matta (2004), Carvalho (2008c). Ver quadro de moradores em Apêndice.

Antonio de Oliveira e sua família viveram em Tiaraju/Pirai em 2006, mudaram para Yvy Ju/Reta e posteriormente ocuparam Yvapuru. Irma Benite, mulher de Antonio, é irmã de Marta Benite (Tiaraju/Pirai). Ambas são irmãs de Agostinha Ferreira que, juntamente com sua família, formou a aldeia Itaguaçu, entre Joinville e São Bento do Sul, em 2004. Todavia, essa ocupação durou apenas poucos dias, por conta de denúncias efetivadas à Polícia Ambiental.

Jabuticabeira foi formada posteriormente pela família extensa de Nina de Oliveira, viúva de Mário de Oliveira (filho de Benito de Oliveira e Etelvina Gonçalves). Seu filho Inácio assumiu, desde então, a liderança política da aldeia. Nina, em variadas oportunidades, sublinha a caminhada de seus pais (falecidos) na região, tendo ocupado alguns locais, dentre eles Pontal (Itapoá). Sublinha igualmente a intenção de viver em área de boa mata e água.

O casal Benito de Oliveira e Etelvina Gonçalves possui largo e significativo histórico de movimento e ocupação na região foco deste estudo e ainda outras. Seus descendentes, pertencentes a quatro gerações, espraíram-se para além de Yvapuru e Jabuticabeira, vivendo também em Morro Alto, Yvy Ju/Reta, Mbiguaçu, Itanhaén, Amâncio, em SC, além de aldeias situadas nos estados do RS, PR, SP, RJ.

Reproduzimos aqui o quadro intitulado *Movimento das famílias Guarani constantes do Relatório “Aldeias Guarani do litoral de Santa Catarina” (Ladeira, 1991) entre 1991 e 2003* (Darella, 2004, p. 151), com o objetivo de evidenciar dados sobre deslocamentos.

Tabela 9 - Movimento das famílias Guarani constantes do Relatório “Aldeias Guarani do litoral de Santa Catarina” (Ladeira, 1991) entre 1991 e 2003

Local ocupado em outubro de 1991 no litoral de SC	Famílias	Deslocamentos	Local ocupado em outubro de 2003
Guabiruba [Brusque]	Benito de Oliveira/ Etelvina Gonçalves	Ilha da Cotinga/PR→Ilha das Peças/PR→Ilha da Cotinga/PR→Barra do Arapirã→Cananéia/SP→Rio Branquinho/SP→Cananéia/SP→Araçá/SC (1996)→Tapera (Kuklinski)/SC (1996)→Reta/SC→Mbiguaçu/SC→Tapera (prox. lição)/SC→Pindoty/SC→Jaboticabeira/SC→	Ilha do Mel/SC (desde 2001)
Espinheirinho [Pinheiro]	Artêmio Brizola/ Marta Benite	TI <i>La Klãnõ</i> /SC→Mafra/SC→Curva do Arroz/SC→Poço Grande/SC→Rio Sete Voltas/SC→Rio Pirabeiraba/SC→Rio do Meio/SC→Morro dos Cavalos/SC (1996)→Reta/SC→Tarumã/SC→	Piraí (desde 1998)
Espinheirinho [Pinheiro]	Dionísio Brisuela/ Júlia Campos	Litoral do PR→Cananéia/SP→Ilha do Cardoso/SP→Cananéia/SP→Juréia/SP→Sete Barras/SP→Morro dos Cavalos/SC→Tekoa Vy'a Porã→	SC Mbiguaçu (desde 2003)
Rio do Meio	Marcílio/Liria	Região lagunar-estuarina (PR-SP) →	Ilha do Cardoso/SP (desde 1992)
Mbiguaçu	Alcindo Moreira/ Rosa Pereira	→	Mbiguaçu/SC (desde 1987)
Mbiguaçu	Milton Moreira/ Roseli Moreira	Mbiguaçu/SC (1996)→Cantagalo/RS→Campo Bonito/RS→	Piçarras (em 2003)
Morro dos Cavalos	Rosalina Moreira	→	Praia de Fora/SC (desde 1994)
Terra Fraca [Palhoça]	Ana (tia materna de Etelvina Fontoura)	Cambirela (onde Ana faleceu em 1994)	Cambirela/SC (desde 1996 - Etelvina)

Grande parte dos locais de ocupação está assinalada no mapa *Locais de Ocupação Guarani* (Capítulo 2). Das famílias anotadas no quadro acima, somente a de Marcílio e Liria não vivia no litoral de Santa Catarina em 2003, situação que persiste em 2008. Marcílio, vale registrar, é irmão de Nina de Oliveira (Jaboticabeira), nora do casal Benito e Etelvina.

A aldeia é formada por famílias nucleares que compõem a família extensa de Benito de Oliveira e Etelvina Gonçalves. A casa de Antoninho e família encontra-se na entrada da aldeia, próxima à plantação de palmeira-real, do galinheiro e de uma roça

de milho. Mais adiante, está em construção a casa de química (projeto da Funasa), para tratamento da água, uma vez que a ora consumida é captada por ponteira. O local possui energia elétrica. As casas são de madeira industrializada e madeiras roliças. Não há casas de alvenaria. O pátio agrega criação de quati, cachorros e galinhas.

Seguem-se demais casas e a opy (casa de rezas) que, como nas demais aldeias, apresenta-se como construção tradicional, construída com barro, taquara e cipó. Benito e Etelvina, lideranças religiosas, o casal mais velho da aldeia e primeiro morador da TI Pindoty, mantém as condutas tradicionais mbya, evidenciadas em suas falas, no plantio, nos rituais, dos quais participam igualmente familiares de Jabuticabeira.

Há trilhas que seguem para além das roças, adentrando as matas e passando por locais desocupados, como é o caso do utilizado por Francisco Timóteo Kirimaco. Por uma das trilhas alcança-se a aldeia de Conquista (Gleba B). Sua existência, em si, traduz importância aos Guarani, afinando possibilidades de movimentos.

3.3.1.2.2 Caracterização ambiental

3.3.1.2.2.1 Descrição do componente florestal – tipologias ambientais

A aldeia Yvapura está situada sobre uma área elevada, com terreno de boa drenagem, próxima a um pequeno curso d'água. A formação florestal original é classificada por Klein (1980) como Floresta Pluvial Atlântica de Planície Quaternária e encontra-se atualmente em estágio médio de regeneração, de acordo com a Resolução do CONAMA nº 04/96, com a predominância de capororocas (*Myrcine* sp.) no estrato arbóreo, acompanhadas de indivíduos de espécies características de diferentes estratos florestais e estágios de sucessão da vegetação como *Ocotea pulchela* (canelinha-da-praia), *Schinus therebintifolius* (aroeira-mansa), *Piper* sp., *Syagrus romanzoffiana* (jerivá), *Geonoma gamiova* (guaricana), *Bacctris settoza* (tucum), *Psidium cattleianum* (araçá), *Eugenia cauliflora* (jabuticaba), *Miconia cabucu* (cabucu), *Coupanea vernalis* (tucaneiro), *Clusia criuva* e *Alchornea* sp. (tanheiro), entre outras espécies da flora nativa reconhecida pelo grupo. Segundo a classificação de Veloso, Rangel Filho & Lima (1991), esta área é classificada como Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas.

A população indígena reconhece a área como ka'aguy karape, mata em estágios iniciais ou intermediários de regeneração. A área de uso da comunidade para extração de materiais como palha, cipó, taquara, caça e remédios, constitui um local de sucessão vegetacional mais avançada, com maior diversidade nos estratos arbóreos, oferecendo recursos à comunidade. É reconhecida a imaturidade da mata, principalmente devido à ausência de diversidade de plantas medicinais.

O nome da aldeia se deve a majestosas jabuticabeiras localizadas na mata, a leste da área habitacional. Na trilha que conduz às jabuticabeiras e taquarais cruza-se a linha de transmissão de energia elétrica da Eletrosul e uma ampla área descampada, em cuja margem viveu Francisco Timóteo Kirimaco (Yy Akã Porã). Nessa área existem plantas de ka'á mirim (erva-mate-silvestre) e ka'apia (lágrima-de-nossa-senhora), revelando sinais da referência ambiental como memória da ocupação guarani.

3.3.1.2.2 Descrição das águas, rios, nascentes e fozes

A Terra Indígena Pindoty está situada na área de influência do rio Una, sendo que este compõe a microbacia do Rio Piraí. Trata-se de um rio estreito, com cerca de 10m de largura, rasa profundidade e de água bastante escura devido ao acúmulo de matéria orgânica das florestas que o envolvem e da canalização de água dos terrenos alagados e brejosos da região. Em áreas mais profundas possui cerca de 3m. Sua piscosidade, a depender do local, é relativamente baixa, inexistindo espécies maiores, de valor nutricional mais elevado. O principal peixe existente na região é o piky (lambari, com duas variedades – piky ün e piky'i).

A área delimitada conta com as nascentes dos rios Una e Água Branca, além de ser recortada por rios menores. A distribuição geográfica de ilhas/tabuleiros em terrenos elevados por entre baixadas úmidas, faz com que os rios se comuniquem por meio do alagamento periódico de algumas áreas da região. As matas ciliares desses rios permanecem relativamente bem preservadas, sendo esse elemento de grande valor para a comunidade. A toponímia hídrica da região muitas vezes é remetida ao idioma guarani como piraí (peixe pequeno), una (ün – preto), itapocu (pedra comprida), parati (garça-branca).

A captação de água para consumo das aldeias é feita por bombas manuais, que drenam água do lençol freático, fornecendo suprimento suficiente para todo o ano. A instalação de uma bomba elétrica e uma pequena estação de tratamento está sendo providenciada pela Funasa, órgão responsável igualmente pela instalação dos módulos sanitários.

3.3.1.2.2.3 Descrição das atividades produtivas

3.3.1.2.2.3.1 Agricultura - Roças

A maior parte das roças existentes na aldeia é fruto do casal Benito – Etelvina, que oferece atenção especial ao avaxi ete (milho verdadeiro). O plantio na aldeia se concretiza em sistema coletivo e familiar. Na aldeia foram registradas sete variedades de milho guarani: avaxi ju, avaxi un, avaxi takua, avaxi mirim, avaxi parakau, avaxi mitã'i e avaxi xi. Este último é utilizado para preparar o angua, um tipo de canjica-branca bastante apreciada pela comunidade. O cuidado prestado pelo casal ao cultivo do avaxi ete faz com que esta aldeia seja fonte de fornecimento de sementes e de conhecimento agrícola à rede de parentesco na região. As atividades de plantio de milho são realizadas de acordo com o calendário solar, no ara pyau (ano novo – no início da primavera), exclusivamente durante a lua minguante, seguindo o calendário agrícola lunar tradicional do povo Guarani. Além do milho guarani, é cultivado o avaxi tupi (milho não-indígena), apropriado para ração das criações.

São também cultivadas seis variedades guarani de jety (batata-doce) que, segundo Etelvina, chama-se realmente de arajura'i. São elas: jety mandio, jety rope, jety iju'i, jety karaum'i, jety andai e jety byau. Além destas, também é cultivada a batata-doce não-indígena. A roça da aldeia Yvapura conta ainda com duas variedades de kumanda (feijão) – kumanda un e kumanda txai; duas variedades de xãnjau (melancia) – xãnjau para e xãnjau ju; uma variedade de mero (melão); uma variedade de andai (abóbora); uma variedade de mandio (mandioca) - mandio xi; uma variedade de manduvi (amendoim) – manduvi'i; uma variedade de pety (tabaco) - pety un; uma variedade de karagua'a (abacaxi); uma variedade de takuarëë avaxi (caninha-de-milho); uma variedade de yakua (porunga) e duas variedades de kapii'a (lágrima-de-nossa-senhora) - kreive e kapii'a guaxu, utilizadas para a fabricação de artesanato. Estas plantas são consideradas variedades tradicionais manejadas pelo povo Guarani. Em consórcio com estas são plantados cana-de-açúcar, duas variedades de pakova

(banana) - pakova poai e pakova poku, laranja, mexerica, limão, jabuticaba, araçá, goiaba e palmeira-real. Além da roça tradicional, a aldeia possui uma pequena horta de culturas não-indígenas como alface, repolho e tomate.

As plantas são cultivadas de forma consorciada, sendo os principais consórcios os de milho e feijão, mandioca e batata-doce e amendoim com melancia.

Rodrigo, um dos filhos adolescentes de Vitória, neto do casal anfitrião, tem afinidade na lida da terra. Prepara-a, planta e colhe, como é o caso de mandio xi (mandioca branca).

As plantas mais comumente manejadas são cipó-imbé, guaricana e bambu, além das usadas na alimentação.

3.3.1.2.2.3.2 Caça e pesca

Verifica-se caça de pequena monta, realizada nas trilhas que recortam as matas da região, com a instalação de monde e mondepi (armadilhas) e nhua (laços). Na maioria das vezes o milho é utilizado como isca. Os principais animais caçados são xivi'i (gato-do-mato), tiy (quati; *Nasua nasua*), acoxi (cotia; *Dasyprocta aguti*), tatu (*Dasypodidae*), mbopé (mão-pelada; *Procyon candrivorus*), nhambu (*Crypturellus tataupa*), aracu (saracura; *Aramides saracura*), jacu (*Penelope ochrogaster*).

A caça guarani segue significados cosmológicos e obedece ao calendário lunar e solar, respeitando períodos de reprodução e a disponibilidade fática de cada espécie. Muitos animais carregam significados cosmológicos, servindo como medicamento ou simpatia para conseguir diferentes objetivos, a exemplo de aracu (saracura), ave da qual a criança deve comer somente os membros inferiores, após o que deve-se lhe amarrar o osso maior no tornozelo para que caminhe bem.

O caminhar junto ao curso dos rios é interpretado como um momento de reflexão e relaxamento essencial ao bem-estar humano. A pesca é realizada em pequena quantidade, predominando a educação e o lazer das crianças como objetivo da atividade. São pescados em geral piky'í (pequenos lambaris; *Astyanax* sp.) e a principal técnica empregada faz uso de linha, anzol e evo'i (minhoca).

3.3.1.2.3 Problemas ambientais

A aldeia Yvapuru também enfrenta a problemática do desmatamento e do extrativismo desenfreado, o que afeta a coleta, como as plantas medicinais, e a caça tradicional. Nos fragmentos de floresta existentes no interior da Terra Indígena Pindoty, ocorrem diversas trilhas abertas por não-índios que extraem palmito, samambaia, palha, madeira e cipó, materiais retirados de caminhão ou carroça, e caçam com arma de fogo. As matas das áreas de uso de Jabuticabeira e Yvapuru trocam materiais biológicos, sendo ambas saqueadas pelos invasores não-indígenas, fato que acarreta desconforto, insegurança e precariedade aos Guarani.

Dentro da Terra Indígena encontra-se a linha de transmissão de energia elétrica da Eletrosul, cuja construção (e manutenção) exigiu um corredor com supressão de vegetação nativa. Segundo os Guarani, o avanço das cercas é notório, denúncia recorrente nas nove aldeias.

3.3.1.2.4 Apontamentos efetivados em campo

3.3.1.2.4.1 Pronunciamentos e relatos

Júlio da Silva

“O xondaro é importante para a saúde. O suor tira o sal do corpo e fica melhor, mais alegre. É uma capoeira guarani.”

Benito de Oliveira

Relata que trabalhou cortando erva mate no RS. Caminhou sempre por ser o movimento um princípio do sistema mbya. Conta que sua avó caminhava por essa região [litoral norte de SC]: “Veio do Paraguai, veio com Nhanderu Mirĩ.” Reafirma a existência de ruínas no Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil. “Ruínas têm em Paranaguá, Ilha Bela, Parati Mirim, Bracuí, Angra dos Reis. Chamam táva. Em São Francisco [do Sul] também tem.”¹²²

“Não quero que compre terra para mim. Onde tem ruína de Nhanderu Mirĩ, ele reserva para o índio viver.”

¹²² As ruínas são sinais da passagem dos Nhanderu Mirĩ e considerados sagradas. São locais indicados para ocupação dos Mbya.

“Tenho que caminhar mais para achar lugarzinho.”

“Estou dizendo pro Nhanderu, estou com esperança. Não pode derrubar o mato. Pode só para fazer rocinha, para plantar.”

“Tenho esperança em Nhanderu. A terra é muito ruim, muita areia, falta o rio. Não quero casa, escola, farmácia. Vitória [filha] também não. Eu sei os remédios.”

“O sistema do Guarani eu sei. Em alguma parte ainda tem mato para viver o sistema e eu penso só isso.”

Reafirma a importância de viver o sistema no mato, assim como a preservação do mato, o movimento, as ruínas, a plantação (sobretudo de avaxi), os remédios tradicionais, a taquara, o barro, a opy, o guembepi, os animais.

Nilton de Oliveira

“Jurua não preserva o mato. Nós queremos preservar.”

“Aqui os jurua são muito espertos, tem um problema danado. Não tem como segurar.”

“Os jurua acabaram com o palmito e outras coisas valiosas.”

“Para nós é ouro o bichinho, a planta de medicina, o palmito.”

“Só para o sul tem direito de compra [de áreas]. As famílias com área comprada já não têm briga com jurua. A gente tem dois pensamentos: a compra e a demarcação.”

Lembra que há muitas pessoas contrárias à demarcação, há indústrias com interesse de instalação na área. Diz que os Guarani não querem brigar por causa de terra. Realça a importância de viver de forma sossegada, sem brigas com os não-índios.





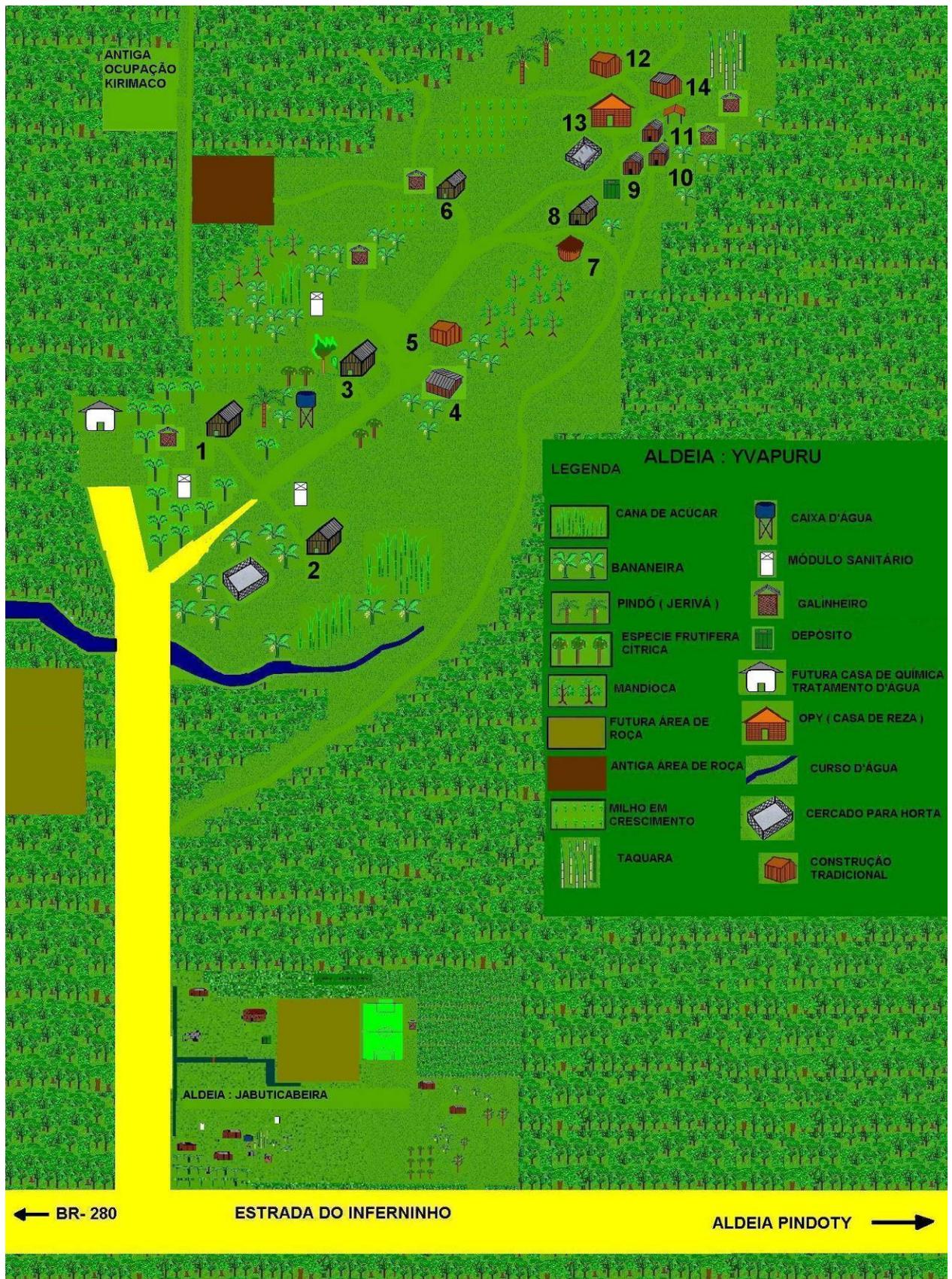


Tabela 10 - Relação de Construções (Croqui) - YVAPURU

Nº Croqui	DENOMINAÇÃO	PAREDE	COBERTURA	MEDIDA APROX.
1	Antônio e família	Tábua de madeira	Amianto	3 x 4
2	Maria e Mariano	Tábua de madeira	Amianto	3 x 4
3	Júlio	Tábua de madeira	Amianto	3 x 5
4	Cozinha	Tábua de madeira	Amianto	3 x 5
5	Vitória e filhos	Taquara, barro, madeira, cipó	Palha de Guaricana	2 x 3
6	Célia de Oliveira	Tábua de madeira	Amianto	2 x 3
7	Nilton (depósito)	Madeira roliça	Palha de Guaricana	4 x 4
8	Nilton (casa)	Tábua de madeira	Amianto	3 x 5
9	Mariano de Oliveira	Tábua de madeira	Amianto	2 x 3
10	Tereza	Tábua de madeira	Amianto	2 x 3
11	Celina	Tábua de madeira	Amianto	3 x 5
12	Benito	Taquara, madeira roliça	Palha de Guaricana	2 x 3
13	Opy	Taquara, barro, madeira, cipó	Palha de Guaricana	3 x 7
14	Casa vazia	Madeira roliça	Palha de Eternit	2 x 4

3.3.1.3 Aldeia Jabuticabeira

Localização - no município de Araquari, cerca de 2 km da BR 280, à esquerda da rodovia municipal conhecida como Estrada do Inferninho (Rua João Luiz Filho). Tem como coordenadas geográficas: 26°23'27.27"S e 48°42'59.16"O. A área de ocupação ocorre no entroncamento entre a Estrada do Inferninho e a passagem que dá acesso à aldeia Yvapuru.

3.3.1.3.1 Histórico, Organização Sócio-Política e Contexto Atual

População: 32 pessoas falantes de língua guarani.¹²³

Cacique: Inácio de Oliveira

A aldeia Jabuticabeira foi criada a partir de Yvapuru¹²⁴, mantendo ambas estreita relação sócio-política. O grupo familiar predominante é o de Nina de Oliveira, viúva de Mário de Oliveira (filho do casal Benito de Oliveira e Etelvina Gonçalves).

Logo na entrada da aldeia situa-se a casa de Nina de Oliveira, mãe do cacique Inácio. Ali também está localizada a ponteira que capta a água para toda a comunidade, via poço artesiano. À direita, próxima à rodovia, encontra-se uma plantação de palmeira-real, oriunda de projeto da Funai. No centro da área de ocupação, há uma cozinha comunitária sem paredes e com cobertura de Amianto, com fogão à lenha, mesas e cadeiras coletivas. Alguns metros atrás desse espaço foi recentemente erigida uma construção de madeira, da Obra Missionária Mensagem da Paz, local onde ocorrem cultos. Nela são encontradas bíblias em língua guarani e livretos com canções, nos quais se lê: Igreja do Cristianismo Decidido Guarani / Nhande py Japoraia – Cancioneiro Guarani. Os encontros ocorrem às quartas-feiras, sextas-feiras e domingos. “A Bíblia é o fumo e a erva para a minha mãe”, diz Inácio que, apesar de batizado nessa igreja, não deixa de freqüentar a opy (casa de reza) em Yvapuru.

À esquerda da cozinha, encontra-se a casa de Maurílio (professor na aldeia Tiaraju/Pirai) e sua família. A casa de Inácio localiza-se aos fundos da aldeia, muito próxima da Estrada do Inferninho, composta por madeira e cobertura de Amianto. O pátio abriga preás, galinhas, cachorros e gatos.

Quanto ao material botânico coletado com maior freqüência, foi citado: takua'i, takua ovy (taquara - *Merostacys multiramea*) para a confecção de mbaracá mirim (chocalho) e ajaka (cesto); o cafezeiro-do-mato (*Casearia silvestris*, para remédio e construção de guyrapa (arco); o guembepi (cipó imbé - *Philodendron bipinnatifidum*),

¹²³ Ver quadro de moradores em Apêndice.

¹²⁴ Dados gerais sobre essa aldeia estão relatados em Darella (2001) e Carvalho (2008c).

embora difícil de conseguir, para a construção de casas e *ajaka* (cesto); o mandio rã (pau-mandioquinha - *Shefflera morototoni*) para a confecção de vixo ranga (bicho esculpido e pirografado em madeira) e bromélias, vendidas esporadicamente.

A comunidade de Jabuticabeira também enfrenta uma grave limitação ambiental: a falta de rios e água boa para pesca, banho e entretenimento. Na beirada da mata, mas já fora da aldeia, existe um fio de água utilizado pelas crianças para banho e recreação, principalmente na época de verão, período mais pluvial. Inácio revelou que as crianças costumavam tomar banho em um bueiro próximo da aldeia, contíguo à Estrada do Inferninho, até a ocorrência de contaminação de uma criança, cujo quadro deflagrou pneumonia infecciosa.

Inúmeras vezes foram manifestadas a vontade de adquirir ou de estar em uma área produtiva, que apresente condições propícias para a reprodução e manutenção de roças tradicionais e a cultura guarani. Inácio diz “minha mãe segura a área e tem esperança em viver num lugar com mata, água. Um dia vai ter lugar bom”.

3.3.1.3.2 Caracterização ambiental

3.3.1.3.2.1 Descrição do componente florestal - tipologias ambientais

Jabuticabeira, assim como Yvapuru, está localizada sobre uma extensa planície arenosa que se estende desde a margem leste do Canal do Linguado até as encostas da Serra do Mar.

A mata encontra-se em estágio médio de regeneração, de acordo com a Resolução do CONAMA nº 04/96, com predominância de capororocas (*Myrcine* sp.) no estrato arbóreo, acompanhadas de indivíduos de espécies características de diferentes estratos florestais e diferentes estágios de sucessão da vegetação, como *Ocotea pulchela* (canelinha-da-praia), *Schinus therebintifolius* (aroeira-mansa), *Piper* sp., *Syagrus romanzoffiana* (jerivá), *Geonoma gamiova* (guaricana), *Bacctris settoza* (tucum), *Psidium cattleianum* (araçá), *Eugenia cauliflora* (jabuticaba), *Miconia cabucu* (cabucu), *Coupanea vernalis* (tucaneiro), *Clusia criuva* e *Alchornea* sp. (tanheiro).

Segundo a classificação de Veloso, Rangel Filho & Lima (1991), a área é classificada como Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas.

A realidade da vegetação, mesmo que em estágio médio de regeneração, pois os grupos Guarani da TI Pindoty continuam conservando-a, mostra que algumas espécies estão desaparecendo, segundo o cacique Inácio. Isso devido à severa extração de jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), guaricana (*Geonoma gamiova*) cedro (*Credela fissilis*), cipó-imbé (*Philodendrum bipinnatifidum*), sambambaia-preta (*Rumohra adantiformis*), entre outras espécies vegetais e inclusive animais, como o jacu (*Penelope ochrogaster*), xi'y (quati; *Nasua nasua*) e ka'i (macaco-prego; *Cebus apella*). Isso devido à falta de critérios para extração, o que permite a severa retirada pelos não-indígenas de jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), cedro (*Credela fissilis*), cipó-imbé (*Philodendrum sp*), sambambaia-preta (*Rumohra adantiformis*), entre outras espécies vegetais.

A caça é realizada em pequena quantidade nas trilhas existentes no interior da mata próxima às habitações. É utilizada armadilha (monde) para a caça de tatus, quatis e outros animais de pequeno porte, ainda existentes no local. Segundo os moradores, a região é demasiadamente alagada, inviabilizando a existência de grande quantidade de animais. Nas atividades de campo foram apontadas diversas vezes pegadas de aracu (saracura; *Aramides saracura*), ave prestigiada para a caça.

Não há condições de pesca nas proximidades, apenas nas imediações de Yvavuru ou em outras áreas da região.

3.3.1.3.2.2 Descrição das roças

A aldeia não possui roça coletiva. O motivo apontado para tal fato é o solo arenoso e alagado, impróprio à agricultura, existindo apenas pequenas "ilhas" de terras férteis em áreas não alagadas onde é possível a cultivo em escala pouco significativa. Entretanto, foi relatado que Nina efetivamente planta na aldeia Yvavuru, por apresentar melhores condições para a realização de atividades agrícolas, sendo ela a liderança e a orientadora das lides agrícolas, além de detentora e conservadora das variedades agrícolas. Mesmo com as dificuldades para o plantio, são mantidas três variedades de

milho guarani (avaxi ti, avaxi para`i e avaxi un), sendo plantado milho híbrido não-indígena (avaxi tupi); além do milho guarani, a comunidade conserva o kumanda un (feijão-preto), mandio ti (mandioca-branca) e jety karaun (batata-doce); todas consideradas pela comunidade como variedades tradicionais guarani. Um dos filhos de Nina de Oliveira, Domingos Hugo Oliveira, ingressou no início deste ano de 2008 no curso técnico pós-ensino médio em agropecuária do Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira, no município de Araquari. Quando dos trabalhos de campo, foi observado o início da lide de Domingos no auxílio no plantio das roças da comunidade no que tange a utilização de adubos e a correção da acidez do solo com uso de calcário.

Mesmo com os esforços para o plantio das roças, os alimentos produzidos não são suficientes para assegurar o sustento da comunidade (criando um vínculo de dependência desta a doações advindas da Funai, igrejas e entidades apoiadoras), além de o milho produzido não ser suficiente para efetivação das cerimônias religiosas.

Inúmeras vezes foi manifestada a vontade de adquirir ou de estar em uma área produtiva, que apresente condições propícias para a reprodução e manutenção de roças tradicionais e a cultura guarani.

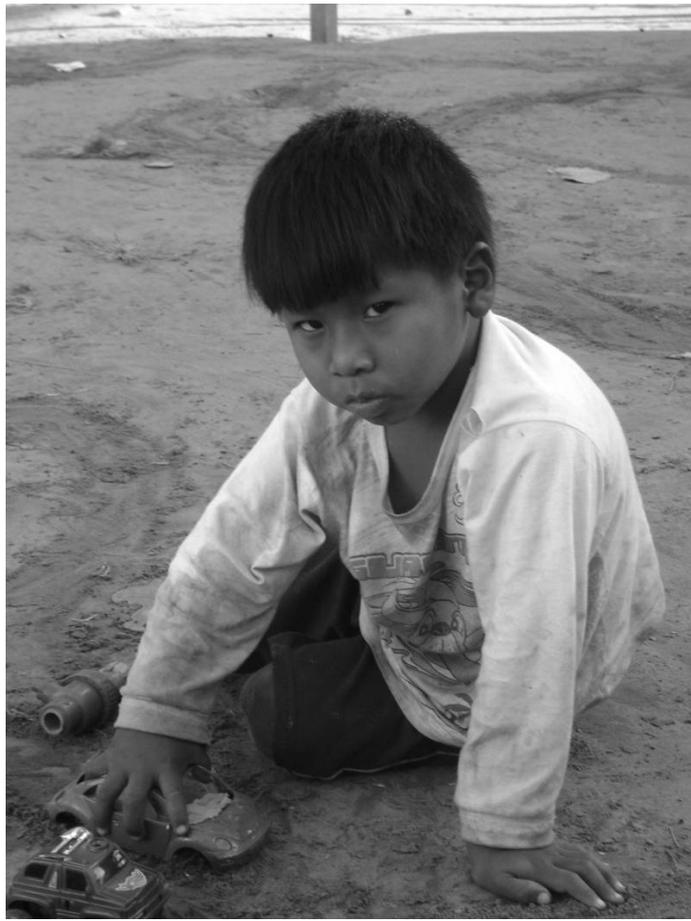
Logo na entrada da aldeia está a pequena área onde foi feito plantio da palmeira-real, destinada à comercialização. No pátio da aldeia e próximo a algumas casas existem plantas de cana-de-açúcar e bananeiras, além de algumas jabuticabeiras e goiabeiras. Ao lado da “igreja” há uma área com futuras pretensões para o plantio de um pomar de laranjas.

3.3.1.3.3 Problemas ambientais

Jabuticabeira, de acordo com o cacique, não apresenta condições ambientais apropriadas para a realização das atividades tradicionais da cultura guarani. Além disso, a aldeia fica próxima a moradores não-indígenas, cujas casas se encontram paralelas à Estrada do Inferninho. “Em oito anos aumentou muito a ocupação dos jurua”, relata Inácio.

Há trechos que estão sendo muito desmatados, supostamente pela vizinhança, e também há cercas no interior da mata. Ocorre significativa extração de cipó, palmito, samambaia, guaricana ainda pequena, madeira e outros exemplares botânicos.

Na caminhada pela mata, juntamente com o cacique Inácio, percebeu-se desmatamento recente, além de uma cerca também atual. Os Guarani sentem-se acuados, pois não querem se indispor com os vizinhos não-índios. Percebem a supressão da vegetação, principalmente das espécies botânicas importantes ao povo Guarani, como o cedro, a canjerana, o jerivá, a erva-mate e outras. Conseqüentemente, sofrem com a subtração dos animais silvestres. Inácio pondera que raramente encontram pindó e plantas medicinais, essenciais à manutenção da saúde da comunidade indígena de Jabuticabeira.





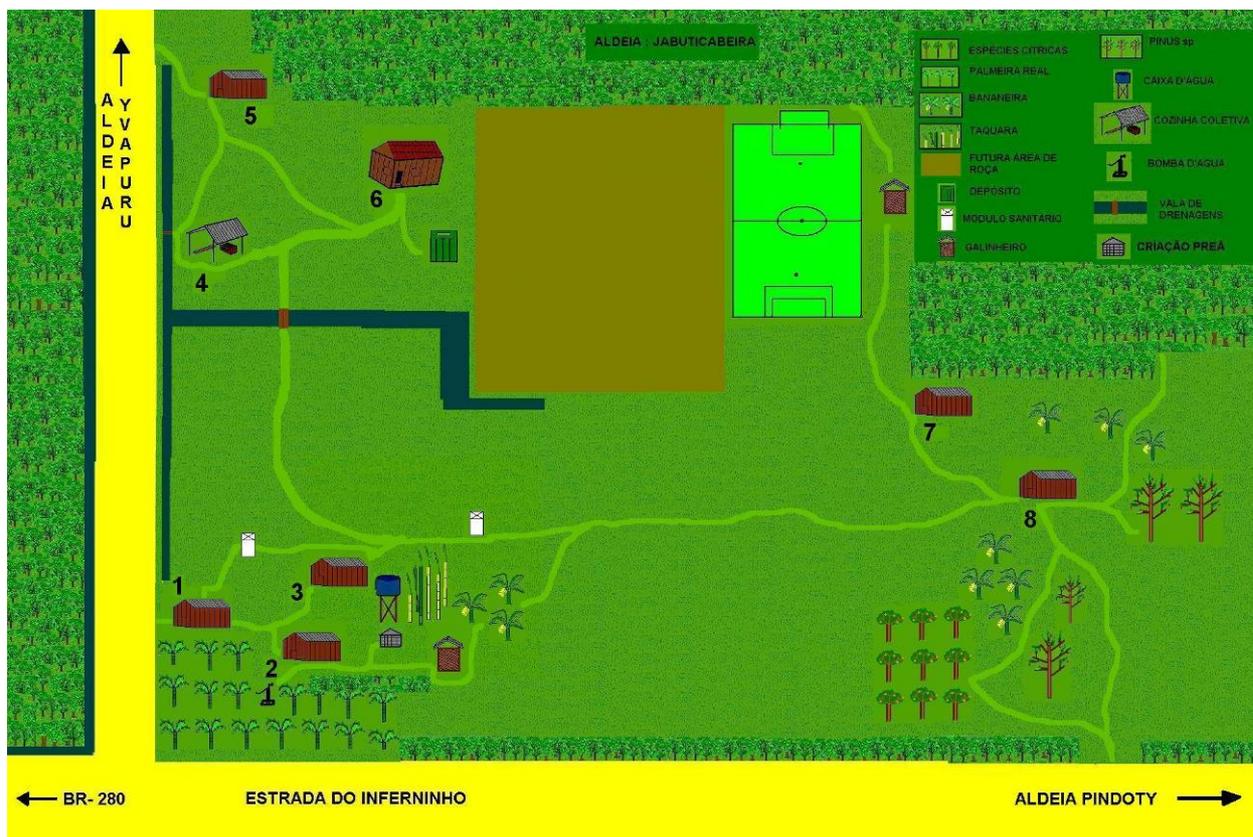


Tabela 11 - Relação de Construções (Croqui) - JABUTICABEIRA

Nº Croqui	DENOMINAÇÃO	PAREDE	COBERTURA	MEDIDA APROX.
1	Nina e filhos	Tábua de madeira	Amianto	4 x 5
2	Azilda e filhos	Tábua de madeira	Amianto	4 x 5
3	Édson e família	Tábua de madeira	Amianto	3 x 5
4	Cozinha comunitária	Tábua de madeira	Amianto	4 x 7
5	Maurílio e família	Tábua de madeira	Amianto	3 x 4
6	Igreja	Tábua de madeira	Barro	4 x 6
7	Ana Cláudia	Madeira roliça	Palha de Guaricana	4 x 7
8	Inácio e família	Tábua de madeira	Amianto	3 x 4

3.3.2 TI Pindoty – Gleba B

3.3.2.1 Aldeia Conquista

Localização - a aldeia Conquista, também denominada Jataity¹²⁵, localiza-se em localidade homônima, no município Balneário Barra do Sul, a 5,4 km da BR 280, seguindo 3,9 km pela SC 495 e 1,5 km por estrada vicinal. Tem as coordenadas geográficas: 26°23'44.95"S e 48°52'17.04"O.

3.3.2.1.1 Histórico, Organização Sócio-Política e Contexto Atual¹²⁶

O grupo familiar de Arminda Ribeiro inscreveu sua trajetória a partir da TI Mangueirinha/PR, alcançou a TI Laklãnõ (Alto Vale do Itajaí/SC), onde permaneceu por vários anos. Deslocou-se então ao litoral catarinense. Registrou sua presença inicialmente em Itajaí, na localidade Espinheirinho. Durante os anos de 1991 e 1992 viveram em Planície Alta, município de Guabiruba, retornando à Itajaí em 1992, passando a ocupar Rio do Meio, à beira da BR 101, onde foi atropelado/morto Francisco da Silva, marido de Arminda Ribeiro, em 1995. No mesmo ano, a Funai transportou esse grupo familiar para Morro dos Cavalos, juntamente com os de Artêmio Brizola e Marta Benite, e de Artur Benite e Maria Campos. Entre 1996 e 2002, Arminda Ribeiro e sua família extensa ocuparam local em Gravatá/Navegantes, viveram em Tiaraju/Piraí e Pindoty. Justamente a partir de Pindoty avaliaram as condições ambientais e fundiárias da área Conquista, e decidiram pela ocupação em 2002.

Em 2003, a população da aldeia somava 18 pessoas, contando Regina, Fernando, Ronaldo, Celina, João Batista e Marisa, filhos do casamento Arminda Ribeiro - Francisco da Silva, além de Bruno e Letícia, filhos do casamento atual, com Marcelo Escobar (Carvalho, 2008c, p. 122-123). Atualmente todos os filhos de Arminda vivem em Conquista, incluídos, portanto, Vanderlei e Irma. Segundo Arminda Ribeiro, sua família extensa pretende permanecer na área e sente-se mais fortalecida com o processo demarcatório em andamento.

População em agosto de 2008: 29 pessoas falantes da língua guarani.

¹²⁵ Jataity quer significar butiazal.

¹²⁶ Dados gerais sobre a aldeia são encontrados em Muzy (2006), Carvalho (2008c), Bloemer e Mendes (no prelo). Os autores Bloemer e Mendes cederam as transcrições das entrevistas efetivadas em 2007 com índios e não-índios.

Cacique: Arminda Ribeiro

Composição da aldeia em agosto de 2008:¹²⁷

a) integrantes da família nuclear e extensa de Arminda Ribeiro, família anfitriã;

b) parentes de Arminda Ribeiro, provenientes recentemente da TI Mangueirinha/PR e

c) casal Jorge de Oliveira e Júlia Parapoty Gonçalves, a cerca de um ano em Conquista.¹²⁸

Famílias que viveram em Conquista: Milton Moreira¹²⁹ e Roseli Moreira, Nélon Ortega e Lidia Mariano, e Claiton Félix Martines e Maria Escobar (Tiaraju/Pirai).

Conquista é a única área guarani da região de estudo em cujo interior conhecidamente existem sambaquis. A Gleba B da TI Pindoty alcança e margeia o Canal do Linguado e contém múltiplas áreas de uso em seu interior, seja para banho, pesca, caça e retirada de bens naturais (plantas). O solo é arenoso.

A aldeia tem uma ocupação física alongada. Na entrada há uma casa de alvenaria e telhas de barro, inacabada, que serviu de residência a Carlos e Miriam (Tiaraju/Pirai) e hoje abriga Fernando. Existe um caminho que segue em direção a outras casas, permeado de árvores típicas de restinga de grande porte. Posteriormente ocorre um grande pátio, em torno do qual se verificam as habitações de Arminda-Marcelo, Celina, Vanderlei-Isolda, Ronaldo. Registra-se a existência de um campo de futebol, onde acontecem jogos entre os Guarani da aldeia, entre os Guarani dessa e outras aldeias e entre os Guarani e os jurua. Entre a parte anterior da aldeia e a final, localiza-se a opy (casa de rezas), construída recentemente, em substituição à anterior. Iniciam, então, as roças guarani, junto com os muitos *jataí* (butiá). A plantação segue até nas proximidades das casas de Regina, Adilson e da escola, numa área de cerca de um hectare.

¹²⁷ Ver quadro de moradores em Apêndice.

¹²⁸ O casal mudou para Yvy Ju/Reta em setembro de 2008. Jorge é pai de Sandra, Leonardo e Cláudio, que já viviam nessa aldeia. Júlia é sobrinha paterna de Etelvina Gonçalves (Yvapuru) e Calixto Gonçalves (Yvy Ju/Reta). Opostamente, em outubro de 2008 ocorreu o retorno da família de Nélon Ortega e Lidia Mariano para Conquista, proveniente de Yvy Ju/Reta.

¹²⁹ Milton desempenhou o cargo de vice-cacique em Conquista e nessa época a aldeia era frequentemente visitada por professores e alunos da Univali, Campus Itajaí/SC.

Na aldeia existem quatro módulos sanitários, resultado de projetos e atuações da Funasa. Há também um galinheiro, uma horta e um depósito construído pela Funai. O pátio abriga criações de galinhas, cachorros e gatos.

3.3.2.1.2 Caracterização ambiental

3.3.2.1.2.1 Descrição do componente florestal – tipologias ambientais

A aldeia Conquista está localizada em porção oeste do Canal do Linguado, sobre uma vasta planície arenosa que se estende até as encostas da Serra do Mar. Tal área é recortada por rios com influência marinha de alta produtividade, apresentando formações de manguezais. A planície alterna áreas mais elevadas, banhados com formações florestais e campinas. A aldeia Conquista está situada sobre uma área elevada, com terreno arenoso de boa drenagem, envolvida por florestas que ocupam a planície.

A formação florestal original de tal área é classificada por Klein (1980) como Floresta Pluvial Atlântica de Planície Quaternária, com forte influência de vegetação típica de restinga arbórea. A maior parte da área se encontra atualmente em estágio avançado de regeneração, apresentando diversas espécies características deste estágio como *Miconia cinnamomifolia* (jacatirão-açu), *Euterpe edulis* (palmitreiro), *Schizolobium parahyba* (Guapuruvu), *Bathiza australis* (Macaqueiro), *Piptadenia gonoacantha* (pau-jacaré), *Hieronyma alchorneoides* (Licurana), *Alchornea triplinervia* (Tanheiro), *Talauma ovata* (Baguaçu), *Chrysophyllum viride* (Aguai), *Psidium catleyanum* (Araçá) e *Butia* sp. (Butiá). Grande parte dessas espécies foi apontada pela comunidade como sendo de relevância e utilização no cotidiano da aldeia. O estágio atual da formação florestal do local foi classificado como ka'aguy ete (mata verdadeira). Segundo a classificação de Veloso, Rangel Filho & Lima (1991), essas áreas de planície são classificadas como Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas.

A área de utilização da comunidade para extração de materiais de uso, como palha, cipó, taquara, e plantas medicinais, constitui um local de sucessão florestal avançada, com maior diversidade nos estratos arbóreos, oferecendo grande quantidade de recursos interessantes à comunidade, embora seja reconhecida a ausência de muitos materiais na mata, principalmente de remédios. Entre os materiais

ausentes na região, os Mbya destacam o yapo (barro), utilizado para a confecção do petyngua (cachimbo) e para a construção da opy (casa de reza). Essa ausência é destacada pela comunidade.

Além dos animais já referenciados, importantes para a caça, existem outros (principalmente aves) de significativa importância, reconhecida pela comunidade. Entre eles estão o ra'avía (sabiá), kyky'i (tico-tico), taguató ti e taguató un (gaviões), maino'i (beija-flor), myró'ó'i, xurukua, yrywadja (araçari), urukurea (coruja) nhuum uai (canarinho), além de mboi (serpentes em geral). As matas em bom estado de preservação permitem a existência de variedade de jatei (abelhas nativas), extremamente valorizadas pela comunidade, pois produtoras de mel e cera, de alto valor medicamentoso.

3.3.2.1.2 Descrição das águas, rios, nascentes e fozes

A Gleba Conquista é cortada por quatro rios principais e alguns afluentes: Pernambuco, Conquistas ou Areias Grandes, Pinheiros e Perequê, que nascem na região de planície e deságuam no Canal do Linguado. Sofrem influência marinha e apresentam formações de manguezais às suas margens. Estes rios estão em bom estado de conservação devido à baixa densidade de ocupação populacional e à ausência de despejo de dejetos industriais na região. Em geral, são rios em torno de 10 a 15m de largura, com profundidade acentuada, água escura, rica em matéria orgânica, e alta produtividade devido a influência do ambiente marinho.

Os rios são interpretados como lugares sagrados, servindo como referência topográfica para orientação e localização da comunidade dentro da terra indígena. Os rios acima mencionados possuem boa balneabilidade, sendo freqüentemente procurados pelo grupo Guarani, principalmente pelas crianças e jovens, para banho, recreação e também pesca. Durante as atividades de campo, a equipe acompanhou alguns indígenas ao local de banho, vivenciando a experiência de apreciar a beleza cênica e paisagística dos rios que cortam a planície. Foram ouvidos os anseios da comunidade em ocupar áreas mais próximas ao rio Pernambuco, além da grande preocupação relacionada à crescente onda de ocupações ilegais e desmatamentos das margens dos rios que vêm ocorrendo nos últimos anos. Além da balneabilidade, a

piscosidade do rio é bastante acentuada, proporcionando grande diversidade de espécies de alto valor alimentar para a comunidade.

A captação de água para consumo da aldeia é feita por bombas elétricas que drenam água do lençol freático, fornecendo suprimento suficiente para todo o ano. As instalações sanitárias foram providenciadas pela Funasa com a instalação de quatro módulos sanitários, média de dois por residência.

3.3.2.1.2.3 Descrição das atividades produtivas

3.3.2.1.2.3.1 Agricultura - Roças

A área utilizada para a roça tradicional guarani é relativamente ampla, apresentando possibilidade para rotação de culturas. É cultivada uma roça coletiva de cerca de um hectare, mais algumas pequenas áreas de roças familiares próximas às casas. Nos espaços entre as casas e diferentes construções existe um recorte entre áreas ocupadas para roça em anos anteriores e a roça em atividade neste ano. O solo é predominantemente arenoso necessitando de adubação para garantia da produtividade. As roças são manejadas com culturas consorciadas de variedades tradicionais guarani.

Em 2007 a aragem da terra foi realizada com auxílio de um trator fornecido pela Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul, sendo que neste ano a comunidade vem solicitando novo provimento do trator. No período das atividades de campo a máquina ainda não havia sido disponibilizada, causando apreensão à comunidade devido à época ideal para o plantio no início de ara pyau (ano novo), em agosto, de acordo com o calendário solar Guarani.

Os plantios das roças maiores são feitos de forma coletiva, com a participação de toda a comunidade, sendo os mesmos orientados por Arminda Ribeiro. Foram identificadas as seguintes variedades, consideradas componentes da roça tradicional guarani: quatro variedades de avaxi ete (milho guarani) – avaxi ti, avaxi ju, avaxi para e avaxi parakau, plantados exclusivamente durante a lua minguante (também é plantado o avaxi tupi não-indígena); duas variedades de kumanda (feijão) – kumanda txain e kumanda un (não-indígena); três variedades de mandio (mandioca) – mandio ju, mandio ti e mandio carapé; duas variedades de jety (batata-doce) – jety caraum e jurua

jety (não-indígena); uma de takuareë avaxi (caninha-de-milho-guarani); duas de andai (abóbora) – andai e kuaray pepë; uma de pety (tabaco) – pety un, que por ter nascido sem a intervenção humana, foi considerado dádiva divina; uma variedade de manduvi (amendoim) – jurua manduvi; quatro variedades de xãjau (melancia) – xãjau ju, xãjau pyta, xãjau pororó’í e jurua xãjau (não-indígena); cinco variedades de yakua (porunga) – yakua pokuí, yakua japua’ive, yakua ijua’ive, yakua ijapua’ive, yakua kiri’ive. Sementes de avaxi ju’i são provenientes de parentes de Mangueirinha/PR.

Em área próxima à antiga casa cerimonial podem ser observadas roças desativadas de milho e aipim e plantio de banana caturra.

3.3.2.1.2.3.2 Caça

A caça é realizada nas matas situadas sobre a grande planície onde se localiza a aldeia. A técnica utilizada prioritariamente é a de confecção e instalação de armadilhas (monde, mondepi e nhua). Os principais animais elencados como existentes na mata e preferidos para a caça são: tatu, xi’y (quati; *Nasua nasua*), akuxi (cotia; *Dasyprocta aguti*), kapi’iva (capivara; *Hydrochoerus hydrochaeris*), amborevi (anta; *Tapirus* sp.), jaixa (paca; *Cuniculus paca*), kaguare mirim (tamanduá-mirim; *Tamandua tetradactyla*), xivi’i (gato-do-mato), aguarai (cachorro-do-mato) e mbope (mão-pelada; *Procyon candrivorus*). Alguns animais apontados como importantes, como ka’i (macaco-prego; *Cebus apella*), guaxu (veado; Cervidae) e taitetu (caititu; *Tayassu pecari*), estão ausentes na mata, sendo que a comunidade espera que com o respeito aos limites da demarcação os animais se “recriem”.

Entre as aves caçadas para alimentação está o nhambu (*Crypturellus tataupa*), akaë ovy (gralha-azul; *Cyanocorax caeruleus*), akaë mirim (araponga; *Procnias* sp.), aracu (saracura; *Aramides saracura*). As aves muitas vezes são capturadas com arapucas, utilizando-se milho com isca atrativa.

3.3.2.1.2.3.3 Pesca

A pesca é realizada em todos os rios da área, sendo utilizado principalmente o rio Pernambuco, devido sua proximidade ao núcleo habitacional atual e sua grande produtividade, proporcionando espécies marinhas, além das espécies típicas de água doce. Este rio é chamado pela comunidade de yy akã guachu por ser o maior rio da

área. Os demais rios existentes na área também são utilizados para a pesca, embora com menor frequência.

As principais variedades pescadas nestes rios são: nhu ji`a (jundiá; *Rhamdia* sp.), bagre (*Bagre* sp.) e akara (cará; Characiformes), pescados com linha de mão; e a tainhota (*Mugil* sp.), o parati (*Mugil curema*), o pirajaty (sororoca; *Scomberomorus brasiliensis*) e o robalo (*Centropomus* sp.), pescados com rede. A pesca é uma importante fonte alimentar para a aldeia, sendo uma atividade praticada coletivamente, o que propicia concomitantemente educação e recreação das crianças. A comunidade afirma necessitar de uma rede nova para aumentar o volume de pesca.

3.3.2.1.3 Problemas Ambientais

A aldeia Conquista possui um ambiente de magnificência beleza e riqueza de recursos naturais, salve a ausência de algumas plantas medicinais e alguns animais, conforme apontado pela comunidade. Alguns recursos são alvo de exploração pelos não-indígenas, como a extração de cipós e madeiras nativas para a comercialização, fato que foi comentado com apreensão, pois não pretendem tomar medidas enquanto a TI não estiver declarada pelo Ministro da Justiça. Além disso, enfrentam a incursão freqüente de pessoas estranhas na aldeia, com ocorrência de pilhagem de instrumentos musicais da casa de rezas.

Outra questão que também afeta ambientalmente a TI Pindoty - Gleba B é o reflorestamento de pinus e eucalipto, do mesmo modo que atinge negativamente outras aldeias que apresentam o mesmo problema ambiental.

No período de trabalho de campo foi corroborada a ocupação de não-indígenas nas margens dos rios, fato que colabora para a presença de resíduos sólidos na mata. Registram-se diversas cercas, que atrelam os Guarani ao sentimento de insegurança e de receio de se indispor com a vizinhança.

A fragmentação da mata, a perda de muitos exemplares botânicos e zoológicos tanto da superfície superior do solo como do subsolo, e de algumas plantas e animais até endêmicas será incomensurável quando acontecer a duplicação da BR 280, segundo Carlos da Silva. Expõe a preocupação com a construção de ponte sobre o Canal do Linguado, com a possibilidade de sua abertura, inundando as margens do

canal, aumentando o volume e poluição dos rios utilizados para banho e pesca e suprimindo recursos naturais dos quais necessitam.

3.3.2.1.4 Anotações efetivadas em campo

A opy (casa cerimonial) precedente, construída em local mais afastado das habitações, foi saqueada e dela foram roubados os instrumentos musicais. Tal fato fez com que a comunidade construísse uma nova onde ora ocorrem os ritos tradicionais. Nélsion Ortega, quando morou na aldeia, atribuiu nome guarani a crianças no ritual denominado nhemongarai, fartamente relatado na bibliografia etnográfica. Algumas foram nomeadas nas aldeias Jaraguá/SP e Sete Barras/SP. Não existe barro apropriado para a construção da casa cerimonial na área, devido às características do solo, no caso, arenoso. Neste caso, o material foi transportado.

Na aldeia existe um pilão, usado por Arminda quando há avaxi (milho) para elaboração de bebida e pratos tradicionais, como ka'aguíjy, mbojape, mbaipy, urumbaipy etc.

Arminda Ribeiro possui estreito parentesco com a família anfitriã da aldeia Karuguá/PR.

Os integrantes da aldeia são falantes da língua guarani. A família extensa de Arminda Ribeiro é apreciadora da música guarani e constituiu seu coral, formado por crianças e jovens, que realiza apresentações na língua materna tanto na aldeia quanto fora dela, a pedido. Esse coral gravou fitas k-7 e um cd, com apoio de estudantes da Unisul, Campus de Itajaí. Atualmente o coral está impedido de continuar os ensaios, devido ao furto dos instrumentos musicais, realidade que lhes causa tristeza. O grupo sonha em adquirir novamente parte dos instrumentos, o que lhes possibilitará manter ativo o coral, motivo de alegria.

Foram realizadas quatro caminhadas na área, observando-se a existência de taquara, jabuticabeira, pindo (palmeira), remédios. Para além de pessoas da comunidade, em duas contou-se também com a participação de Carlos da Silva e

Miriam Escobar (com seu filho de colo Carlinhos da Silva), Marta Benite¹³⁰ e Ramon Escobar, integrantes da aldeia Tiaraju/Pirai. Nessa aldeia a equipe utilizou-se de uma batera para locomoção no Canal do Linguado e no Rio Pernambuco, o que permitiu visão e percepção singulares da TI Pindoty – Gleba Conquista. Das caminhadas fazem parte o uso do petyngua (cachimbo); a observação; o comentário; a coleta de mudas, plantas medicinais (folhas, cascas, raízes), mel e sementes; o canto; o riso; a descontração e também a preocupação com sucessivas ações dos jurua (cercas, desmatamentos etc.).

Quando do encontro ampliado em Conquista (setembro de 2008) aconteceu caminhada conjunta a dois sambaquis, com a participação de mais de 40 Guarani, entre mulheres, homens, crianças e jovens. Tanto no primeiro quanto no segundo externaram-se revelações de histórias verdadeiras dos e para os Guarani.

3.3.2.1.4.1 Pronunciamentos e relatos

Arminda Ribeiro

Relata que visitou a aldeia Jaraguá/SP em meados de 2007. Em conversas lhe perguntaram onde Arminda morava. Após informar sobre a localização de Conquista, Gonçalves Gabriel, senhora bem idosa proveniente do PR, contou que antigamente caminhava com sua família por São Francisco do Sul e Barra do Sul. “Os índios caminhavam, ficavam 2, 3, 4 anos e caminhavam.”

Arminda, em pronunciamento no sambaqui localizado na TI Pindoty, Gleba Conquista, após caminhada, aborda a história de Santa Catarina vista pelo prisma dos mais velhos.

Fernando da Silva

“Os avós mais antigos sabem tudo. Os mais velhos sabem reconhecer os lugares onde moravam os mais antigos. Os mais novos não sabem.”

¹³⁰ Arminda Ribeiro e Marta Benite (Tiaraju/Pirai) conheceram-se em Espinheirinho, quando da chegada de Arminda do Alto Vale do Itajaí, ocorrida há dezoito anos. A amizade entre ambas consolidou-se no transcorrer dos anos.

Relata que quando foi, anos atrás, numa reunião dos Guarani na aldeia Rio Branco/SP, uma velhinha chamada Aurora [filha de da conhecida líder religiosa Tataĩ, falecida no Tekoa Porã/ES] contou que passaram por São Francisco do Sul e Barra do Sul, vindos do sul.¹³¹

“No Paraná, no Sambaqui, tem onde morava o Carijó.”

Carlos da Silva

“Antes a gente dependia de outras pessoas. A gente não se sentia no próprio território. Agora é diferente. Estamos tranquilos aqui. Temos mais apoio. Nós sabemos como nos proteger mais. Quando éramos crianças os mais velhos mudavam, a gente mudava também.”

¹³¹ A migração desse grupo familiar está relatada em Ciccarone (2001).







Tabela 12 - Relação de Construções (Croqui) - CONQUISTA

Nº Croqui	DENOMINAÇÃO	PAREDE	COBERTURA	MEDIDA APROX.
1	Fernando	Alvenaria	Barro	4 x 6
2	Jorge e Júlia	Tábua de madeira	Amianto	3 x 6
3	Arminda, Marcelo e filhos	Madeira roliça	Amianto	3 x 6
4	Cozinha Arminda	Madeira roliça	Amianto	4 x 6
5	Celina	Tábua de madeira	Amianto	3 x 4
6	Ronaldo	Madeira: tábua	Amianto	3 x 6
7	Cozinha de Vanderlei e família	Madeira roliça	Amianto	3 x 4
8	Casa de Vanderlei e família	Tábua de madeira	Amianto	3 x 5
9	Opy	Taquara, barro, madeira, cipó	Palha de Guaricana	3 x 4
10	Casa (solteiros) e cozinha	Tábua de madeira	Amianto	4 x 6
11	Regina	Tábua de madeira e roliça	Amianto	2 x 3
12	Escola	Tábua de madeira	Amianto	4 x 7

3.4 Terra Indígena Morro Alto

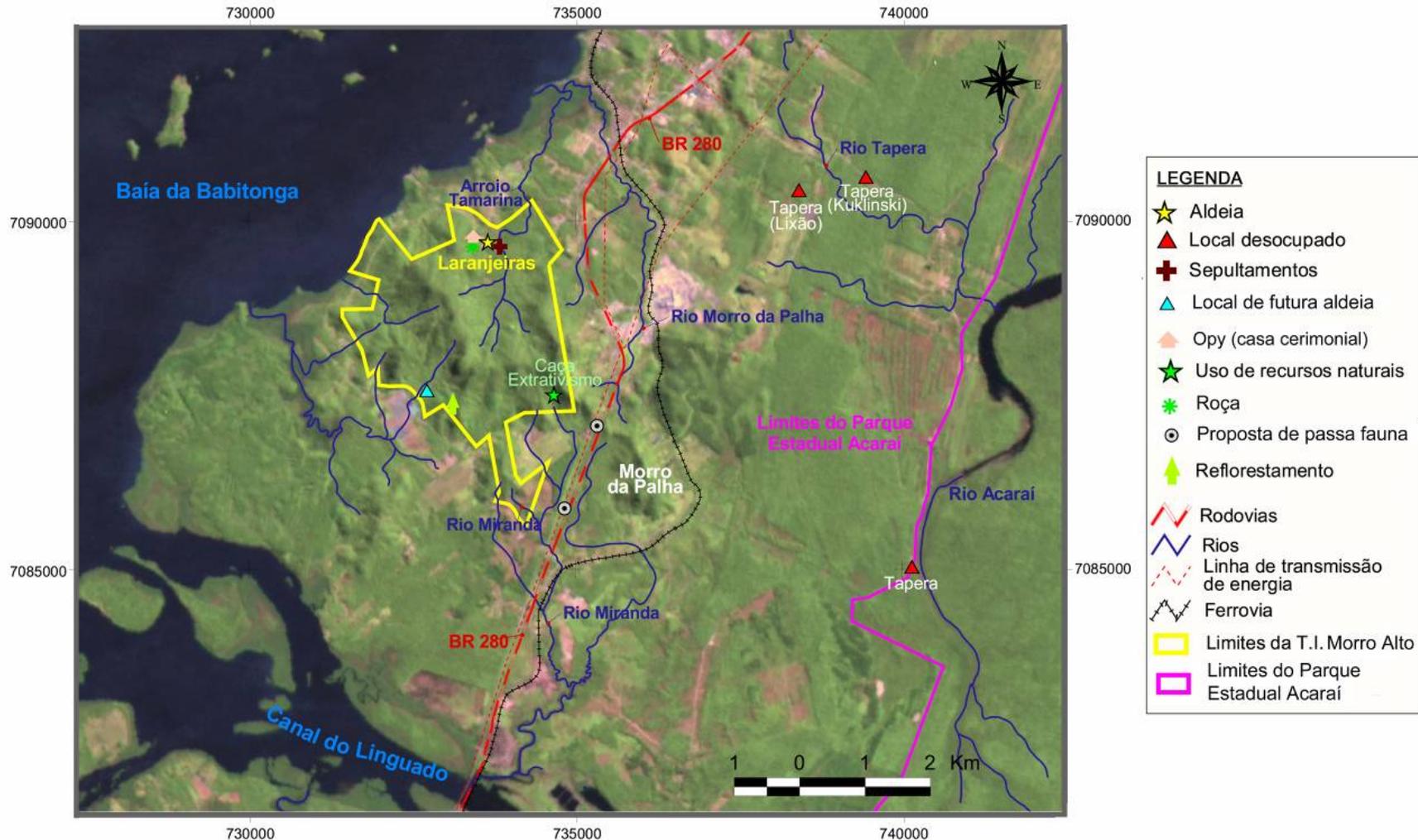
A TI Morro Alto localiza-se no município de São Francisco do Sul. Sua dimensão soma 893 hectares. Possui delimitação publicada no DOU em 12.05.08 e no DOESC em 18.06.08, data a partir da qual decorreu o período do contraditório, de 90 dias, de acordo com o previsto no Decreto 1.775/1996.

Contestações apresentadas à Funai até setembro de 2008, oriundas de: Celso Westphalen Sobrinho, Helena Anita Eisterer, Agnes Settle Addison Momesso e outros, Maria Angelina Camargo O'Neil Addilson e outros, Associação dos Proprietários de Terras Ameaçadas pelos Índios (ASPI) e Estado de Santa Catarina.

3.4.1 Aldeia Morro Alto / Laranjeiras

Localização - no município de São Francisco do Sul, a cerca de 3 km da BR 280, alcançável pela estrada municipal de Laranjeiras, com trafegabilidade boa a regular. Tem como coordenadas geográficas: 26°17'6.63"S e 48°39'38.94"O.

Terra Indígena Morro Alto



Fontes:
 Imagem Landsat 7 - composição falsa-cor: R(banda 2), G(banda3), B(banda4)/setembro de 2002.
 Limites das terras indígenas - FUNAI.
 Dados vetoriais - Mapoteca Topográfica Digital de Santa Catarina Epagri/IBGE 2004. Escala 1:50.000, Projeção Universal Transversa de Mercator/ Datum SAD 69.
 Elaboração: Elaine Zuchiwschi

3.4.1.1 Histórico, Organização Sócio-Política e Contexto Atual¹³²

População em agosto de 2008: 95 pessoas falantes da língua guarani.¹³³

Cacique: Adriano Morínico (integrante da Comissão Guarani Nhemonguetá)

A aldeia foi formada em 1999, a partir de Tapera (proximidades do antigo lixão), de onde igualmente havia saído parte do grupo familiar de Benito de Oliveira e Etelvina Gonçalves no ano anterior. Esse local permanece desocupado desde então. Quando dos trabalhos do GT da Funai de 1999¹³⁴, sua população reunia 45 pessoas, lideradas pelo cacique Ronaldo da Silva, genro de Tereza de Oliveira, filha do casal Benito-Etelvina. Esse conjunto era integrado pelos grupos familiares de Luciana da Silva e filhos (atualmente em Yvy Ju/Reta) e de Marcílio Gonçalves - Juliana da Silva Euzébio e filhos, que seguem na aldeia, advindos da TI La Klãnõ/SC – Rio Piraí /SC (1998) – Mbiguaçu/SC (1998-1999). Odair dos Santos, sobrinho de Marcílio Gonçalves, está relacionado nessa aldeia em 2003.

Em 2001 a população somava cerca de 50 pessoas e quando do GT da Funai de 2003, a aldeia perfazia 36 pessoas, já não mais contando com o grupo familiar de Luciana da Silva, que perdera a nora Denise da Silva, enterrada no pequeno cemitério da aldeia. Aos grupos familiares anteriormente presentes, de Ronaldo da Silva - Silvia Morínico e Marcílio Gonçalves - Juliana da Silva Euzébio, somava-se o de Dionísio Palácio Garai e Luciana Domingues Pereira, procedente de Varzinha/RS → Massiambu/SC → Marangatu/SC → Amâncio/SC → Ilha do Mel/SC. Essa família está relacionada no censo da aldeia Massiambu/SC do EISA da BR 101 – trecho sul.

Em 2008, na época dos trabalhos de campo da equipe do EISA do projeto de duplicação BR 280, a aldeia Morro Alto contava com 95 pessoas, com liderança política de Adriano Morínico, cunhado de Ronaldo da Silva, cacique de 1999 a 2005. Trata-se da aldeia mais populosa da região de estudo.

¹³² Dados gerais sobre essa aldeia e grupos familiares que vieram a compô-la estão relatados em Darella (1999 e 2001), Darella, Garlet e Assis (2000), Neves (2002b), Ladeira e Matta (2004), Carvalho (2008d), Rocha (2008).

¹³³ Ver quadro de moradores, em Apêndice.

¹³⁴ Constituído pelas portarias 990/PRES, de 26.10.99 e 1.139/PRES, de 08.12.99. GT coordenado pela antropóloga Iane Andrade Neves.

Adriano, neto de Benito e Etelvina, é proveniente do RS e vivia na aldeia Mbiguaçu em 1998¹³⁵, quando do GT da Funai, mudando posteriormente para as aldeias de Morro Alto, Ilha do Mel (2002) e novamente Morro Alto, vindo a assumir o cargo de cacique em 2005, em substituição ao cunhado Ronaldo da Silva que já se concentrava no estudo e preparo xamanístico.

Maria Palácio e parte de sua família extensa vivia em Varzinha-Aguapé/RS em 2000, estando relacionada no EISA da BR 101 – trecho sul. Posteriormente ocupou a aldeia Passo Grande/RS, deslocando-se então para Morro Alto, onde já vivia Dionísio Garai, um dos dez filhos de Maria Palácio.

A organização sócio-política dessa aldeia mostra que três grupos familiares são sobressalentes, quais sejam Morínico - Silva, Euzébio - Gonçalves e Palácio - Garai, como pode ser verificado no quadro censitário. Trata-se, em realidade, de três núcleos sociais a ocupar espaços distintos na aldeia. Morro Alto/Laranjeiras possui duas casas de reza: uma no espaço habitacional Morínico – Silva e outra no local de moradia de Maria Palácio.

A aldeia está constituída por três núcleos familiares distintos que se organizam num total de 25 casas, sem contar as construções de módulos sanitários e pequenas construções sem paredes. Nela se verificam uma escola erigida com material misto (madeira e alvenaria) e telhado de barro, e um posto de saúde, construído em alvenaria e telhado de amianto. Conta também com uma plantação de palmeira real (mudas provenientes da Funai).

No início da aldeia localiza-se o núcleo do atual cacique Adriano, que conta com casas de madeira e telhado de amianto, duas habitações tradicionais, uma opy (casa de rezas) de barro e cobertura de guaricana, dois módulos sanitários de alvenaria e um diminuto espaço coberto que serve às refeições e recepções aos visitantes. Nas proximidades há um campo de futebol.

O percurso no caminho mais utilizado na aldeia permitiu a observação de: quantidade de bananeiras próximas às casas, destinação de quatro espaços para futuras roças, existência de sete galinheiros. Esse caminho leva ao núcleo familiar de Marcílio-Juliana e posteriormente se bifurca. A trilha à esquerda segue em direção à

¹³⁵ Aldeia na qual vive sua irmã Natália Morínico.

mata e posteriormente possibilita o alcance do núcleo familiar de Maria Palácio, cuja casa serve também à opy (casa cerimonial).

À direita da aldeia estão localizadas casas de não-indígenas, o que não oferece transtorno aos Guarani.

Morro Alto é a única das nove aldeias que possui um cemitério, onde estão sepultadas cinco pessoas: três crianças, filhos de Marília Gonçalves, de Adriano Morínico e de Osvaldo de Oliveira, e duas mulheres adultas, Denise (mulher de João Batista da Silva) e Santina (filha de Marcílio Gonçalves). De acordo com Adriano Morínico, é importante que os sepultamentos de crianças se dêem na aldeia para que seus espíritos ali permaneçam.

Nos pátios ocorre a presença de cachorros e gatos, e são perceptíveis criações galinhas e patos.

3.4.1.2 Caracterização ambiental

3.4.1.2.1 Descrição do componente florestal – tipologias ambientais

A Terra Indígena Morro Alto está localizada numa região próxima a Baía da Babitonga, sendo um de seus trechos limítrofe com essa baía. É composta por pequenos morros que atingem em torno de 300 m de altitude. A aldeia Morro Alto, também conhecida como Laranjeiras, denominação da localidade e estrada, está situada em um pequeno vale entre tais elevações, estendendo-se em parte pelas encostas desses morros. A formação florestal original da maior parte da área é classificada por Klein (1980) como Mata Pluvial de Encosta Atlântica e encontra-se em estágio avançado de regeneração de acordo com a Resolução do CONAMA nº 04/94, com ocorrência de grande variedades de espécies no estrato arbóreo como *Miconia cinnamomifolia* (jacatirão-açu), *Euterpe edulis* (palmitero), *Schizolobium parahyba* (garapuvu), *Bathiza australis* (Macuqueiro), *Piptadenia gonoacantha* (pau-jacaré), *Hieronyma alchorneoides* (licurana), *Alchornea triplinervia* (tanheiro), *Talauma ovata* (baguaçu), *Chrysophyllum viride* (aguai) e *Aspidosperma olivaceum* (peroba-vermelha), acompanhadas de indivíduos de espécies características de diferentes estratos florestais e estágios de sucessão da vegetação, como: *Ocotea pulchella* (canelinha-da-praia), *Schinus therebintifolius* (aroeira-mansa), *Piper sp.*, *Syagrus romanzoffiana*

(jerivá), *Geonoma gamiova* (guaricana), *Bacctris settoza* (tucum), *Psidium cattleianum* (araçá), *Eugenia cauliflora* (jabuticaba), *Miconia cabucu* (cabuçu), *Coupanea vernalis* (camboatá-vermelho) e *Clusia criuva*, entre outras espécies da flora nativa. Para a comunidade é perceptível a recomposição da floresta durante a ocupação indígena atual da área, ocorrida nos últimos nove anos e reconhece a mata como *ka'aguy eté*, ou seja, mata verdadeira, em estágios avançados de regeneração ou até mesmo locais de florestas nunca antes devastadas. Segundo a classificação de Veloso, Rangel Filho & Lima (1991) a formação vegetacional existente nos morros da TI é classificada como Floresta Ombrófila Densa Submontana e Montana.

A área de uso da mata está principalmente localizada nos morros, sendo uma fonte de matérias-primas utilizada pela população de outras aldeias, principalmente para coleta de plantas medicinais. Além dessas, ocorre grande quantidade de animais na área que servem para a dispersão de sementes e para a manutenção das relações ecológicas da mata. Marcílio Gonçalves, em depoimento, refere-se à área quando de suas inserções em décadas passadas.

No morro situado na face oeste da aldeia ocorre plantio de eucalipto em estado avançado, com árvores de seguramente mais de 20 anos. A comunidade não tem condições nem autonomia para utilizar a madeira destes eucaliptos como matéria-prima. Teme também pela retirada das árvores, pelos supostos donos, porque a remoção com maquinário pesado das toras de eucalipto causará sérios danos à vegetação nativa existente no local.

Além dos animais já referenciados como importantes para a caça, muitos outros considerados pela comunidade como necessários à mata são encontrados na TI, como: ra'avía (sabiá; *Turdus* sp.), parakau (papagaio; Psittacidae), arapaxa, aracu (aracuã; *Ortalis guttata*), taguató (gavião; Falconidae), yvyra'í (tangará-dançador; *Chiroxiphia caudata*), ypecum (pica-pau; Picidae), mboroxa (joão-de-barro; *Furnarius rufus*), karaja (bugio; *Alouatta fusca*), mboi (serpentes em geral), entre outros.

3.4.1.2.2 Descrição das águas, rios, nascentes e fozes

A Terra Indígena Morro Alto é recortada por pequenos rios, com nascentes nos morros que envolvem a aldeia. Estes morros formam pequenos córregos de água

cristalina, que passam pelas terras da aldeia e formam uma região alagada na baixada próxima às casas e à área de roça. Apesar da água de excelente qualidade, os rios da aldeia não são apropriados à pesca por serem rasos e estreitos. Estes rios deságuam no rio Tapera, que por sua vez alcança o rio Acaraí, principal rio da Ilha de São Francisco do Sul, cuja foz encontra o mar.

A captação de água do lençol freático para consumo da aldeia, via bomba elétrica, fornecendo suprimento suficiente para todo o ano e as instalações sanitárias foram providenciadas pela Funasa.

3.4.1.2.3 Descrição das atividades produtivas

3.4.1.2.3.1 Agricultura - Roças

A disposição dos espaços de roça tradicional guarani é bastante ampla na área da aldeia, sendo ocupadas as baixadas úmidas e planas, arredores das casas, bem como o início das pequenas encostas, próximas das áreas habitadas. O plantio é exercido de forma coletiva, sendo que existe uma nucleação em torno de três grupos familiares no que tange as variedades agrícolas, a organização e o cuidado com as roças. O intercâmbio de variedades agrícolas entre as famílias é uma prática bastante comum dentro da organização da própria aldeia.

Os solos da região apresentam boa fertilidade, com predominância de solos argilosos e ricos em matéria orgânica nas áreas baixas da encosta. Nas áreas mais baixas a predominância é de solos arenosos também ricos em matéria orgânica, devido a cobertura florestal das planícies baixas. O solo apresenta disponibilidade para prática de agricultura tradicional, valendo-se a comunidade da técnica de corte e queima da vegetação em regeneração. As roças são orientadas pelas pessoas mais velhas de cada grupo familiar, com utilização de áreas distintas aos plantios.

O sistema agrícola se vale do consórcio de milho e feijão, com cultivo de plantas rasteiras como abóbora, batata e melancia junto às roças de mandioca. A adubação é feita exclusivamente com as cinzas provenientes da queima da vegetação, não sendo utilizados adubos externos. Em algumas áreas ocorre o plantio de palmeira-real, que serve como fonte de renda para a comunidade.

Junto ao grupo familiar de Marcílio e Juliana foram identificadas as seguintes variedades agrícolas, consideradas componentes da roça tradicional guarani: três variedades de avaxi ete (milho guarani) – avaxi ti, avaxi pará, avaxi ju e uma variedade não-indígena - avaxi tupi, sendo plantados exclusivamente durante a lua crescente; duas variedades de kumanda (feijão guarani) – kumanda txain, kumanda pytã e uma variedade não-indígena - kumanda un; três variedades de mandio (mandioca) – mandio ti, mandio ovy e mandio ju; seis variedades de jety (batata-doce guarani) – jety juí, jety guachu, jety pytã, jety'í, jety mandio, jety rope e uma variedade não-indígena - jurua jety; quatro variedades de manduvi (amendoim) - manduvi guachu, manduvi juí, manduvi ti e manduvi mirim; takuareë avaxi (caninha-de-milho-guarani); duas variedades de andai (abóbora) – andaí, kuarapepe; duas variedades de xãjau (melancia) – xãjau pororó e xãjau jurua. Faltam sementes de variedades de fumo guarani que serão buscadas junto a outras famílias para integrar as roças do núcleo familiar.

Junto à família de Maria Palácio foram identificadas as seguintes variedades agrícolas, entendidas como elementares na roça tradicional guarani: duas variedades de avaxi ete (milho guarani) – avaxi ti e avaxi para; uma variedade de kumanda (feijão) – kumanda un (não-indígena); três variedades de mandio (mandioca) – mandio ti, mandio pytã e mandio ju; quatro variedades de jety (batata-doce) – jety caraum, jety ti, jety pytã, jety'í e jety andaí; três variedades de manduvi (amendoim) - manduvi guachu tuichá, manduvi pytã e manduvi mirim; duas variedades de andai (abóbora) – andaí, sapaju; duas variedades de xãjau (melancia) – xãjau pará e xãjau ju e duas variedades de pety (fumo guarani), não informadas.

Neste ano o núcleo familiar Morínico-Silva tem buscado resgatar as técnicas de plantio e cultivos da roça tradicional liderado pelo casal Ronaldo da Silva e Silvia Morínico que, por sua vez, tem resgatado as técnicas e as variedades agrícolas junto ao *xeramõi* (avô) Marcílio Gonçalves. Esta revitalização das técnicas agrícolas tem sido favorecida pelos avanços no processo demarcatório da área, garantindo acesso à terra para estas práticas, proporcionado a busca de variedades agrícolas junto aos familiares na região para o estabelecimento da roça familiar.

3.4.1.2.3.2 Caça

A caça é realizada nas matas situadas sobre os morros que circundam a aldeia, valendo-se os Guarani da técnica de instalação de armadilhas (*monde*, *mondepi* e *nhua*) nas trilhas dos animais. As matas da região estão em bom estado de preservação, existindo grande variedade de animais. Da fauna valorizada para a caça, destaca-se: jaixa (paca; *Cuniculus paca*), katetu (caititu; *Tayassu pecari*), acoxi (cotia; *Dasyprocta aguti*), xi'y (quati; *Nasua nasua*), tatu'í (dasypodidae), tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), cabure (*Tamandua tetradactyla*), xivi'i (jaguaririca; *Leopardus pardalis*), uru'í (saracura; *Aramides saracura*), nhambu (*Crypturellus tataupa*) e tukã (tucano; Ramphastidae).

A entrada na casa cerimonial e a reza pela proteção na caçada são condutas específicas que necessitam ser efetivadas antes do preparo das armadilhas. Cada animal é caçado em época correta de acordo com os calendários solar e lunar, sendo que animais voadores ficam mais próximos ao solo durante a lua cheia e outros se escondem na mata durante a lua minguante. Os Guarani respeitam épocas específicas de reprodução e certos animais, como a cotia, devem ser caçados em casal, pois são considerados animais monogâmicos, “ancestrais” do ser humano. Desta forma, o caçador não deve deixar apenas um animal do casal vivo, pois esse ficaria triste, sentimento a afetar o próprio caçador. Por outro lado, a captura de certos animais como urukurea (coruja; Strigiformes) é entendida como bom agouro, trazendo adjou (boa sorte) sem a necessidade de matar o animal.

A presença de jateí (abelha nativa) foi mencionada pela comunidade, embora sua ocorrência ainda seja pequena, requisitando grande esforço para encontrar seus ninhos na mata.

3.4.1.3 Problemas ambientais

Os integrantes da comunidade relatam que não têm muitos problemas de extração de espécies vegetais e de caças pelos não-índios, no entanto, as trilhas utilizadas pela comunidade, consideradas sagradas e tratadas com o devido respeito, são aos finais de semana rota de motociclistas “trilheiros”, que passam pelos caminhos indígenas em velocidade inconveniente, colocando em perigo os transeuntes da aldeia,

o que inclui as crianças que brincam na trilha. Utilizam-se também de trilhas no interior da mata e próximas dos rios, sem solicitar permissão ou mesmo comunicar os moradores. Este fato está importunando todos os indígenas. A soma de barulho e velocidade das motos compromete a qualidade de vida da população local, no que se refere à apreensão com a segurança das crianças e dos animais. Segundo os Guarani, não houve pedido de permissão ao trânsito, o que solicita urgência quanto à tomada de providências pelos órgãos responsáveis.

O fato supracitado não afeta apenas a segurança das pessoas, mas viola a sacralidade das matas e compromete a qualidade de todo o ecossistema envolvido, espantando a fauna local, aniquilando parte da vida encontrada no solo e subsolo, aumentando a quantidade de lixo no local e, concomitantemente, afetando a qualidade do ar, com a emissão de gases tóxicos.

Segundo os indígenas desta TI, não há muitas ocorrências de extração de espécies vegetais e de caça pelos não-índios, no entanto, a presença de motoqueiros nas trilhas, no meio da mata, na aldeia é freqüente e, mais do que incomoda, preocupa todos os seus moradores.

Questão ambiental de relevante acuidade é o plantio de eucalipto bastante avançado no morro situado na face oeste da aldeia, com árvores de seguramente mais de 20 anos. A comunidade não tem condições nem autonomia para utilizar a madeira destes eucaliptos como matéria-prima. Receiam a retirada das árvores, pelos supostos donos, porque causarão sérios danos às demais vegetações existentes no local, além dos danos naturais que este tipo de planta causa ao ambiente em que está arraigada.

A duplicação da BR 280 também afetará a saúde das matas, dos rios, do subsolo do entorno da TI Morro Alto, e conseqüentemente, da população, porque haverá cerceamento da vegetação e dos recursos naturais envolvidos, aumento da população temporária, que trabalhará na duplicação, aumentando também os resíduos sólidos e líquidos em lugares inapropriados, e a posteriori, o aumento da instalação de empresas agroquímicas e de outras categorias, que muitas vezes não têm comprometimento ambiental.

3.4.1.4 Anotações efetivadas em campo

Também em Morro Alto efetivaram-se caminhadas pela aldeia e seus núcleos habitacionais e familiares, assim como pela mata. Ao iniciar a primeira delas, Ronaldo da Silva, com uso do petyngua (cachimbo), pediu permissão a Nhanderu e aos espíritos protetores para a entrada do grupo na mata, de acordo com o ensinamento dos mais velhos. Durante a caminhada, os Guarani sublinharam que em Morro Alto é perceptível a recomposição da mata, desde a sua entrada em 1999. Acentuaram igualmente a existência de yary (cedro) em quantidade.

3.4.1.4.1 Pronunciamentos e relatos

Adriano Morínico

“A gente está confirmando a história, a geografia.”

Reafirma o objetivo dos Guarani segurarem as áreas, lembrando que havia famílias que moravam na região há 400, 500 anos, famílias que abriram caminho, fizeram tava, tava'i. “Hoje tem que garantir onde os parentes já pisavam.”

“O mais importante é a mata, depois a opy.”

“Antes se contava a história na opy. Essa história não está registrada e não está reconhecida.”

“Só posso falar em qualidade de vida depois da demarcação.”

Menciona a instabilidade de união/casamento entre os jovens que vão a muitos lugares, têm filhos. Comenta sobre a dificuldade das mulheres criarem seus filhos sem os pais.

Ronaldo da Silva

“O fogo é sagrado, é alimento.”

“Os mais velhos dizem que antigamente os brancos matavam com armas. Hoje matam com papel.”

“A indenização da duplicação dura um tempo, mas a estrada é para sempre.”

Conta que enquanto Adriano esteve na Funai em Brasília (início do mês de julho), alguns jurua estiveram na aldeia e falaram de outra área para ocupação dos Guarani de Morro Alto. Ronaldo afirmou-lhes a permanência, asseverando a delimitação.

Marcílio Gonçalves

Relata que esteve pela primeira vez em São Francisco do Sul em 1954.

“No [Canal do] Linguado passava de carroça. Caminhão vinha até ali e de lá puxava de carroça. Só passava trem.”

“No tempo de Getúlio Vargas a gente [os Guarani] viajava muito.”

“No tempo de Nereu Ramos pedimos uns trocados e ele deu três contos.”

“Hoje em dia parece que os índios estão na gaiola.”

“Índio não tem porteira.”

Relata que seus pais, João Gonçalves e Isaura, estiveram em São Francisco quando ele era criança. Outras famílias de parentes também fizeram o mesmo. Lembra que Benito e Etelvina andaram por São Francisco do Sul quando Celina e Tereza eram pequenas [Celina nasceu em 1942 e Tereza em 1945].

“A estrada que vai para São Francisco é a mesma estrada, BR é a mesma estrada velha e tinha uma vez que nós passamos, que eu lembro. Além do Miranda tem uma entrada de estrada de carro, passava a trote. Ali no Miranda tinha uma estrada antes que passa na Tapera, a estrada saía ali perto, adiante, agora se chama Rua Caraípe, na Tapera. Ali saía a estrada, aí depois tinha a estradinha que passava gente a pé no Morro da Palha. Eu me lembro ainda pra cá da estrada de Ferro, de trem mesmo, aquele trem. Lá tem um depósito de mercadoria de carro, muito grande. Caminhão grande não passava, balsa diz que não dava pra ter porque talvez seca aquele rio, não dá, então fazia ponte de madeira assim. Só passava com a carroça, só carregava mercadoria daquele carro e levava pro carro de lá, carregava no caminhão e vamos embora e vinha pra cá. Eles carregavam ali só de carrocinha, carroça, até me lembro bem. Naquele tempo era só pasto em São Francisco, aí na estrada não tinha

ninguém, só o mato, cidade mesmo era só ali, agora é sempre, pra tudo. Só ali que tinha cidade.”

“Naquele tempo, lá na Tapera, tinha um caboclo, um velho de oitenta anos, mais ou menos, e tinha uma estrada, um caminho a pé que atravessava a estrada. Ali passavam todos os índios. Ele me mostrou que passavam ali. Diz que ali na Tapera, um matão ainda, ali os índios paravam, bem dizer. Naquele tempo não tinha, era pra ser reserva ali, mas agora os branco tão comendo tudo. Era um carreiro no fundo e atravessava lá e saía lá na estrada. Só que a estrada ia lá pro mar, aí ia pescar, caçar e o lugar dos índios é lá na Tapera. Era assim de pindo [palmeira], todos os índios passavam a pé, aí diziam que esse aí era carreiro dos índios.”

“Eu sei que nós viemos caçar neste matão. Diz que tinha muito quati aqui e caçamos três. Eu sei que matamos pra lá de onde tem aqueles caras [mostra o lugar, em Morro Alto]. Naquele tempo não tinha nem barraco, só pescador, casa de pescador, mas aquilo já foi, era assim quando era novo, já faz mais de quarenta anos. Naquele tempo palmito não se comprava, tinha muito palmito, ninguém tinha que comprar. (...) Depois uma vez nós resolvemos ir pra Paranaguá, aí passamos o bote aqui [refere-se à balsa?], saímos lá em Itapoã, passava pela praia e saía lá em Guaratuba. Eu conheço tudo. Pra Paranaguá eu ia a pé, até agora se tu quiser ir eu te levo, até Paranaguá.”

“Tinha guarani uma semana no lugar, e ia até Florianópolis, São Francisco, isso tudo, só que reserva não tinha naquele tempo, mas ia a indiada e parava uma semana, dois dias, e ia pra outro lugar.”

“Ali na Tapera, ali antigamente morava muito índio.”

“O pai morou em Mangueirinha [PR], dez anos ele morou, depois veio pra Ibirama. Em Ibirama ele morou uns quinze anos e ali mesmo morreu. Quer dizer que guaranizada era do Rio das Cobras [PR], tem familiares, são tudo parentes. Queriam que eu fosse de novo, faz três anos atrás que eu tive lá, mas não me acostumo ir. Aquilo no meu tempo era só mato, mato, pinheiral, caça e agora estive lá, está tudo aberto, está tudo limpo, não me acostumei mais.”







Tabela 13 - Relação de Construções (Croqui) - MORRO ALTO

Nº Croqui	DENOMINAÇÃO	PAREDE	COBERTURA	MEDIDA APROX.
1	Dionísio Garai, Luciana Domingues Pereira e filhos	Tábua de madeira	Amianto	3 x 5
2	Galpão	Tábua de madeira	Amianto	2,5 x 5
3	Vazia	Madeira roliça	Amianto	3 x 5
4	Nailza (alugada para pedreiros)	Tábua de madeira	Amianto	2,5 x 6
5	Adélcio e Maria	Madeira roliça	Amianto	2 x 4
6	Rufino e Vilson	Tábua de madeira	Amianto	3 x 5
7	Depósito	Madeira roliça	Palha Pindó	3 x 5
8	Opy e residência Nailza e Alexandre	Madeira roliça, barro e cipó	Palha de Pindó	3 x 5
9	Adriano, Luana e filhos	Madeira roliça, barro e cipó	Palha de Pindó	3 x 5
10	Sílvia, Ronaldo e filhos	Tábua de madeira	Amianto	4 x 6
11	Escola	Tábua de madeira	Barro	3 x 7
12	Posto de saúde	Alvenaria	Amianto	3,5 x 5
13	Maria Inês e Valdemar	Tábua de madeira	Amianto	3 x 5
14	Rafael	Tábua de madeira	Amianto	2,5 x 4
15	Marcílio e Juliana	Tábua de madeira	Barro	2,5 x 4
16	Adelar	Alvenaria	Amianto	3 x 5
17	Marília e Mário	Alvenaria	Amianto	3 x 5
18	Levino	Tábua de madeira	Amianto	3 x 5
19	Bonifácio Morínico	Tábua de madeira	Amianto	3 x 5
20	Pedro	Tábua de madeira	Barro	3 x 6
21	Maurício Benite e Iracema Mariano	Madeira roliça	Barro	3 x 5
22	Roberto Garai, Cristina Ramires e filhos	Madeira roliça	Amianto	3 x 5
23	Depósito	Madeira roliça	Amianto	2 x 5
24	Opy	Madeira roliça, barro e cipó	Pindó	3 x 5
25	Maria Palácio e filhos	Madeira roliça	Pindó	2 x 4

3.5 Área Indígena Yvy Ju / Reta

Localização - no município de São Francisco do Sul, a 2,7 km da BR 280 (trevo BR 280 – SC 301) e a 150 m da SC 301. A distância da aldeia ao contorno ferroviário/novo traçado da BR 280 compreende aproximadamente 2,2 km. Situa-se nas coordenadas geográficas: 26°14'21.49"S e 48°35'49.01"O.

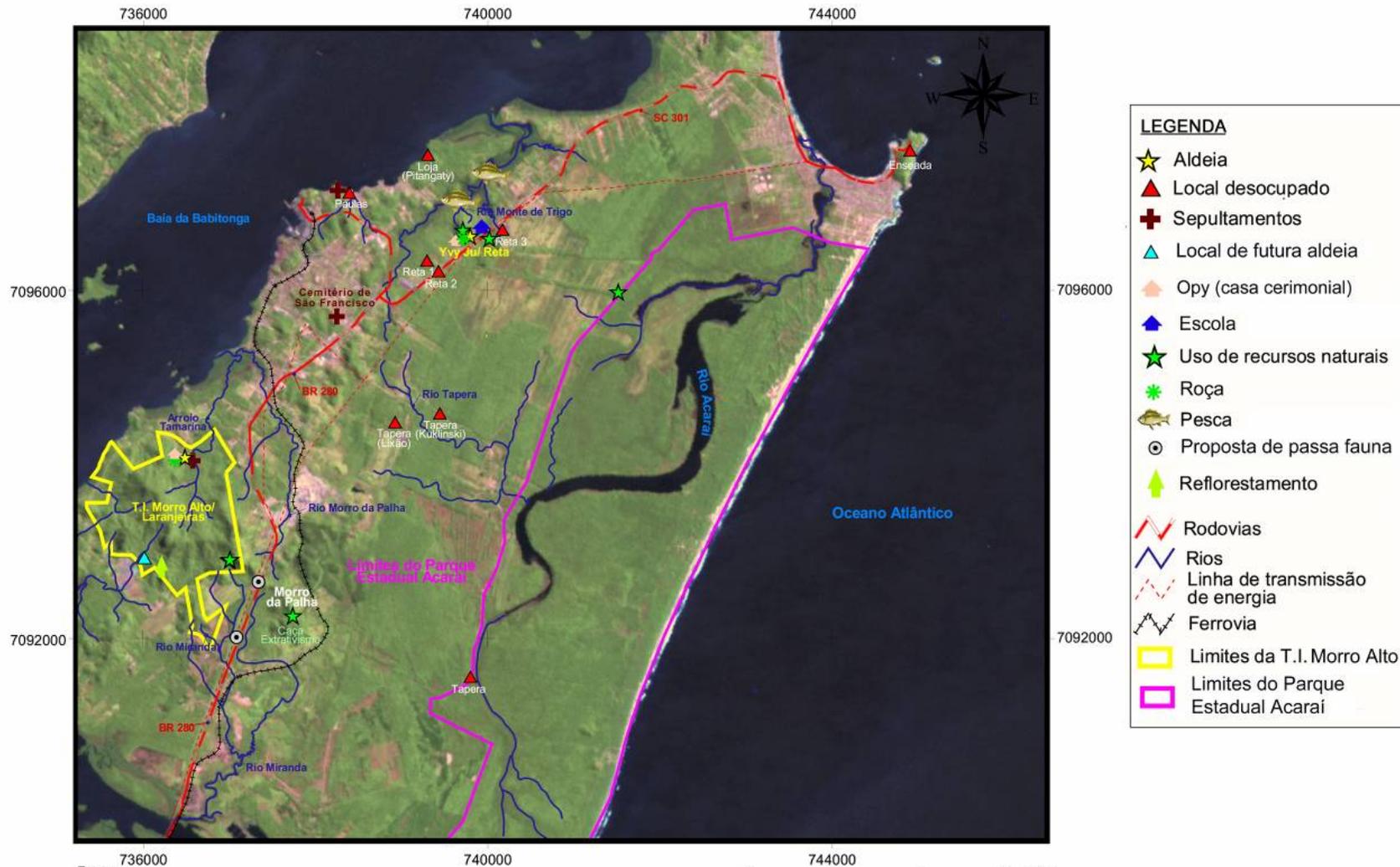
A entrada da aldeia dista 1,7 km do novo entroncamento de dois projetos, o contorno ferroviário de São Francisco do Sul e a duplicação da BR 280, que necessitam ser analisados de forma conjugada. Há projeção de um viaduto rodoviário para a SC 301, sobre travessia de trecho ferroviário em projeto. Referência ao Processo de Licenciamento Ambiental do contorno ferroviário de São Francisco do Sul consta de texto específico neste EISA, intitulado *Projetos de Desenvolvimento e Povos Indígenas. Duplicação da Rodovia BR 280 e o Povo Guarani*.

O exíguo local onde a comunidade vive no momento situa-se em uma região de larga extensão, que inclui as áreas de moradia assinaladas como Reta 1, Reta 2, Reta 3 (Iperoba¹³⁶), Enseada, Tapera, Paulas e Loja (Pitangaty) atualmente desocupadas, bem como áreas de uso, assinaladas no mapa *Locais de Ocupação Guarani* (Capítulo 2).

O Convênio DNER/Funai PG-122/97-00, de 28.08.97, resultante do EIA da duplicação da BR 101 – trecho norte, previa a definição fundiária também de Reta. Todavia, na época dos trabalhos de campo do GT da Funai, em 1998, o local referencial (Reta 1) estava temporariamente desocupado, assim como Garuva e Rio Bonito, fato que posicionou o DEID/Funai contrariamente à efetivação de estudos de delimitação. A definição não espelhava a singularidade da dinâmica ocupacional dos grupos familiares Guarani, podendo ser constatado seu descabimento.

¹³⁶ Local assinalado como Iperoba em Ladeira (1991) e Ladeira, Darella e Ferrareze (1996). Em 1996 o local já estava desmatado e havia sido transformado em estacionamento de contêineres.

Área Indígena Yvy Ju



Fontes:
 Imagem Landsat 7 - composição falsa-cor: R(banda 2), G(banda3), B(banda4)/setembro de 2002.
 Limites das terras indígenas - FUNAI.
 Dados vetoriais - Mapoteca Topográfica Digital de Santa Catarina Epagri/IBGE 2004. Escala 1:50.000, Projeção Universal Transversa de Mercator/ Datum SAD 69.
 Elaboração: Elaine Zuchiwschi

3.5.1 Histórico, Organização Sócio-Política e Contexto Atual¹³⁷

População em agosto de 2008: 33 pessoas falantes da língua guarani.¹³⁸

Cacique: Osvaldo de Oliveira

Vice-cacique: João Batista da Silva

A família extensa de Liberato da Silva e Macimiana Almeida¹³⁹, após a expulsão do local conhecido como Corveta 2, situado no interior da TI Tarumã, no final da década de 1980¹⁴⁰, foi “despejada” em exíguo espaço de loteamento em Balneário Barra do Sul, ali permanecendo durante poucos meses. Deslocou-se, a seguir, para São Francisco do Sul, ocupando os locais apontados como Paulas, Loja (Pitangaty), Tapera e Reta 3 (Iperoba). Em Reta 3 nasceu Marçal Veríssimo¹⁴¹ e foi edificada uma casa de rezas.

Posteriormente o grupo atravessou a Baía da Babitonga e ocupou a localidade de Figueira do Pontal 2, em Itapoá¹⁴², passando então à Ilha da Cotinga/PR, onde faleceu Liberato da Silva. O grupo familiar retornou à região de estudo do EISA. Macimiana Almeida veio a falecer em Reta 1 e a ser enterrada no cemitério municipal de São Francisco do Sul. Em Figueira do Pontal 1, Itapoá, vivera igualmente a família de Atanásio e Maria de Oliveira, pais de Nina de Oliveira (Jabuticabeira) e morrera/fora enterrada uma mulher Guarani.¹⁴³

Luciana da Silva, uma das filhas do casal Silva-Almeida, viveu em múltiplos locais na região de estudo, desde a década de 1980, com breve intervalo durante o qual permaneceu na Ilha da Cotinga/PR no início da década de 1990. Sua família

¹³⁷ Dados de ocupação dessa região de São Francisco do Sul estão relatados em Ladeira (1991), Ladeira, Darella e Ferrareze (1996), Weber *et al.* (1996), Darella (1997, 1999, 2001 e 2004), Ladeira e Matta (2004), Carvalho (2008d).

¹³⁸ Ver quadro de moradores, em Apêndice.

¹³⁹ Acompanhavam o casal os filhos: Luciana (Yvy Ju), Sueli, Jurema, Júlio (Tarumã) e Ana (falecida em 2001).

¹⁴⁰ Evento relatado em Darella (1999). Juntamente estavam a família extensa de Artêmio Brizola e Marta Benite, bem como Carlos de Lima (ver aldeia Tiaraju/Pirai).

¹⁴¹ Filho de Jurema da Silva Tatamxi (Tarumã) e Miguel Veríssimo (Jaraguá/SP), Marçal é sobrinho de Luciana da Silva.

¹⁴² De acordo com João Batista da Silva, a família viveu cerca de quatro meses nesse local.

¹⁴³ A equipe não conseguiu levantar esse nome, embora várias pessoas referenciem o fato, informando ter sido mulher de um Guarani chamado Alcides.

nuclear acompanhou permanentemente os pais/sogros/avós. Após a morte de seus pais, Luciana viveu também na aldeia Massiambu/SC por curto período de tempo.

Em 1996 esse grupo familiar vivia em Reta 1¹⁴⁴ e em 1997 na Reta 2¹⁴⁵. Em 1998, à época dos trabalhos de campo do GT da Funai, compunha a comunidade de Tarumã, dado o laço de parentesco direto. No ano de 1999 integrava a aldeia Morro Alto, onde veio a falecer e ser sepultada Denise, nora de Luciana. Em 2001 ocupavam o local Tapera, onde em 2002 foram recebidos os grupos familiares de Luiza da Silva e Milton da Silva, irmãos de Luciana, provenientes da ocupação em Amâncio (Biguaçu), com passagem pela Ilha do Mel (Araquari) e atualmente na localidade Olho d'Água/ES. Em 2003 Luciana ali persistia, quando dos trabalhos de campo do GT da Funai. Esse local consta como Figueira em Ladeira, Darella e Ferrareze (1996) e como Araçá/Figueira em Darella (2001).

Oswaldo de Oliveira, genro de Luciana, vivia com Sandra e sua filha Angélica na Tapera (proximidades do antigo lixão) em 1998. Em 2003 sua família nuclear integrava o grupo que ocupava Tapera, então liderado por Lauro, filho primogênito de Luciana. Na época, a decisão informada ao GT da Funai foi pelo alheamento ao processo demarcatório da TI Morro Alto, em curso¹⁴⁶. Contudo, o interesse pela área por parte dos Guarani é notório, conforme verbalizado em diferentes ocasiões por diversos índios, posição reafirmada quando da excursão em 05.09.08.

Luciana e sua família extensa retornaram à localidade de Reta no ano 2003. Em 2005 ocorreu o atropelamento e morte de Lauro, na SC 301, praticamente à entrada da aldeia. Essa tragédia impeliu Oswaldo de Oliveira a assumir a liderança política do grupo familiar, com orientação de Luciana. Transcorrido o tempo, verificou-se o gradual fortalecimento da família extensa de Luciana. Os seus filhos vivos, João Batista, Sandra, Leonardo e Cláudio vivem na área. Cláudio e sua família nuclear, provenientes da aldeia Jaraguá/SP, juntaram-se à família extensa no final do mês de agosto de

¹⁴⁴ Local com várias jaboticabeiras e taquarais. Conforme menção de alguns Guarani em 1996, trata-se de um imóvel de propriedade particular, o qual tiveram permissão de ocupar.

¹⁴⁵ Casa frente à rodovia SC 301, hoje demolida.

¹⁴⁶ “Hoje em dia ainda existe a ocupação de Tapera, com a família de Lauro e de Oswaldo (filho de Benito). Ressalto que, devido a medo da pressão e ameaças dos vizinhos *Juruá* (não-índios), e apesar dos convites dos habitantes de Morro Alto, a aldeia Tapera ficou de fora dos estudos de identificação e delimitação realizados em 2003, uma vez que fomos alertados que iniciados os trabalhos de identificação na área, os índios saíam, deixando assim a terra vazia.” (Carvalho, 2008d, sem paginação).

2008. Luciana expôs a pretensão de permanência nessa região de ocupação histórica onde, inclusive, sua mãe está sepultada.

O local, incluso o morro adjunto, recebeu a nomeação Yvy Ju (Terra Áurea), dada a expressa importância e significação cosmológica para esse grupo Mbya. Foram mencionados relatos da ocorrência de cânticos em língua guarani, possíveis de serem ouvidos na gruta de pedra no alto do morro, no mês de janeiro. Reiteradas vezes o cacique Osvaldo de Oliveira referiu-se à importância da área para o grupo.

À equipe fica evidenciada a urgência de estudos de identificação e delimitação de área abrangente. Em reunião organizada pela CGID/DAF/Funai em setembro de 2007, intitulada *Reunião de Planejamento dos Estudos para Identificação e Delimitação das Terras Indígenas nas Regiões Sul e Sudeste do País – O Contexto Guarani e Tupi-Guarani*, Reta foi arrolada como área para procedimentos demarcatórios, caso houvesse concordância do grupo. Essa aprovação ocorreu em janeiro de 2008, com posterior elaboração do devido plano operacional, remetido à CGID. A formação do GT e a integralidade do processo demarcatório da área consta hoje como medida mitigadora do projeto de duplicação da BR 280, sendo que o estudo ora apresentado pode vir a ser utilizado para seu embasamento. Concomitantemente, a comunidade requer a aquisição da área atualmente ocupada, entendendo-a medida absolutamente emergencial e segura para reverter o quadro de instabilidade e insegurança fundiária que a amedronta diariamente, inscrito inclusive com a recente edificação de uma cerca ao lado norte, por vizinhos. A edificação de mais e mais cercas é fato registrado reiteradas vezes nas áreas indígenas da região em estudo. A comunidade de Yvy Ju percebe a aquisição como possibilidade de sua sustentação nessa área para, inclusive, poder atuar com segurança nos trabalhos de identificação e delimitação da terra indígena.

A composição atual da comunidade mostra a consonância da rede de parentesco e está assim dada:

- Integrantes da família extensa de Luciana da Silva (filhos vivos: João Batista, Sandra, Leonardo e Cláudio) – família anfitriã;
- Cecília Benite (sobrinha materna de Luciana) e filhos, provenientes do RS e Tarumã;

- Calixto Gonçalves, irmão de Etelvina Gonçalves (Yvapuru), tio materno de Osvaldo. Viveu em Ibirama (TI La Klãnõ) antes de seguir para SP. Em Mboi Mirim nasceu Leonardo [da Silva Gonçalves, coordenador da Comissão Guarani Nhemonguetá], seu filho. Embaixo de ponte em Santo Amaro/SP nasceu Maurício [da Silva Gonçalves, coordenador da Comissão Terra Guarani do RS], outro filho. Morou na aldeia Rio Branco/SP, conheceu as aldeias no RJ e permaneceu seis anos no ES, onde nasceu o filho Nhamandu. Filhos falecidos: Luiz e Maria Helena. A partir de 1998 viveu em Gravatá/Navegantes, Mbiguaçu, Yy Akã Porã, Morro Alto, Reta, Tapera, Piraí, Conquista, Tarumã, Jabuticabeira e Yvapuru;
- Família extensa de Néelson Ortega e Lidia Mariano que, na região de estudo, viveu em Yy Akã Porã, Conquista e Pindoty, antes de sua mudança para Yvy Ju/Reta;
- Paulo de Oliveira e
- Jorge de Oliveira e Júlia Parapoty Gonçalves (provenientes de Conquista no início de setembro/2008, constantes do quadro de moradores daquela aldeia).

A comunidade vive em exíguo local que, segundo o cacique Osvaldo de Oliveira, é de propriedade de um vizinho, de nome Mário¹⁴⁷, conhecido há vários anos. Possui inclinação aproximada de 30 graus, ao lado do morro, do qual origina-se a água captada pela comunidade. Há mata somente nesse morro. Verifica-se cerca recém construída do lado norte, fato que reflete insegurança à comunidade e compromete a qualidade de vida.

As casas distribuem-se próximas umas das outras, o que igualmente ocorre com as construções de uso coletivo, a opy (casa cerimonial), a escola e a cozinha. A maioria das habitações é de madeira com cobertura de amianto, sendo que há também algumas construídas com madeiras roliças e cobertura de palha, tal como ocorre com a casa cerimonial. Verifica-se pouco espaço físico para a função de pátio, local de sociabilidade e de brincadeiras infantis. Há três banheiros e outros dois módulos sanitários de alvenaria em construção, resultado de projetos e atuação da Funasa.

¹⁴⁷ O pretense proprietário foi procurado pela equipe, juntamente com o cacique, a pedido do mesmo, não sendo encontrado.

Os Guarani espraíam sua área de uso para as matas que ocorrem no morro contíguo às construções e em espaços do outro lado da rodovia SC 301, como versado adiante. Num raio de alguns quilômetros procedem à pesca, coleta e caça.

3.5.2 Caracterização ambiental

3.5.2.1 Descrição do componente florestal – tipologias ambientais

A comunidade de Yvy Ju/Reta utiliza uma variedade grande de ambientes. Atualmente a aldeia está situada no sopé de uma encosta com cerca de 200m de altitude. Neste morro a formação florestal é tradicionalmente uma formação de Floresta Pluvial de Encosta Atlântica, seguindo a fisionomia descrita por Klein (1961). Esta mata encontra-se em bom estado de conservação, sendo que boa parte dela deve ser floresta primária, nunca completamente derrubada, mas com intensa extração de palmito-juçara e algumas espécies de valor econômico. A comunidade entende tal mata como ka'aguy ete, mata verdadeira, sagrada, com sinais da ocupação dos antepassados.

Mais próximos da Baía da Babitonga e do mar, na área de influência do rio Monte de Trigo, estão os montes do bairro de Paulas, região na qual as pequenas elevações formam um ambiente de transição entre as formações de restinga arbórea e arbustiva, floresta de planície quaternária e formações submontanas, oferecendo uma grande diversidade de espécies freqüentemente procuradas pela comunidade. Além disso, o rio Monte de Trigo sofre influência marinha, apresentando em suas margens e em algumas áreas alagadas adjacentes, formações típicas de manguezal, áreas utilizadas pela comunidade para pesca e coleta.

Finalmente, existe a região da Tapera, situada nas proximidades do rio homônimo e do rio Acaraí, limite do Parque Estadual Acaraí. Esta região é uma grande floresta de Planície Quaternária em estado relativamente bem conservado, com influência de formações florestais de restinga arbórea, de ocorrência no interior da citada unidade de conservação. Tapera foi ocupada reiteradas vezes, em diferentes tempos, por diversos grupos familiares Guarani, sendo atualmente utilizada para coleta de embira, para caça e pesca.

Essa ampla variedade de ambientes percorridos e utilizados pela comunidade de Yvy Ju/Reta é reveladora da presença histórica de índios Guarani na Ilha de São Francisco do Sul, sua mobilidade dentro do território, a falta dos recursos necessários nas áreas ocupadas atualmente e a necessidade de ambientes diversificados para a manutenção do seu modo de viver.

3.5.2.2 Descrição das águas, rios, nascentes e fozes

A aldeia Yvy Ju/Reta está localizada entre as áreas de influência dos rios Monte de Trigo, Tapera e Acaraí. As nascentes destes três rios e seus afluentes estão localizadas na Ilha de São Francisco do Sul, desaguando o primeiro na Baía da Babitonga e o rio Acaraí no Oceano Atlântico, tendo em conta ser o rio Tapera seu afluente. Pela proximidade com o mar, ambos os rios têm alta salinidade e incisiva influência marinha. No caso dos rios Acaraí e Monte de Trigo, a entrada da água salgada forma pequenas extensões de manguezais nos arredores de suas regiões mais próximas à costa, fazendo com que a produtividade destes rios seja bastante alta, disponibilizando grande quantidade de peixes para a população da ilha.

Em 2005 foi criado o Parque Estadual Acaraí, que visa a preservação da qualidade ambiental do rio Acaraí, desde sua nascente até a foz, bem como boa parte de seus afluentes.

3.5.2.3 Descrição das atividades produtivas

3.5.2.3.1 Agricultura - Roças

A área disponível para a roça tradicional guarani é bastante reduzida. A plantação ocorre entre as casas e uma roça coletiva foi preparada próxima ao início da trilha que conduz ao topo do morro. Esta região possui predominância de solo argiloso com uma cobertura relativamente boa de vegetação, o que propicia o estabelecimento de solo com boa quantidade de matéria orgânica, proporcionando maior fertilidade para o plantio das roças. Os plantios são feitos de forma coletiva, com a participação de toda a comunidade, orientados principalmente por Luciana da Silva, liderança anfitriã da aldeia e por Néelson Ortega, liderança religiosa.

Junto às famílias de Luciana da Silva e Nélon Ortega foram identificadas as seguintes variedades não indígenas, em consórcio com aquelas componentes da roça tradicional guarani, transmitidas na rede de parentesco: quatro variedades de avaxi ete (milho verdadeiro) – avaxi ti, avaxi ju, avaxi pytã e avaxi para, sendo plantados exclusivamente durante a lua cheia; duas variedades de kumanda (feijão) – kumanda txain e kumanda un (não-indígena); duas variedades de mandio (mandioca) – mandio ju e mandio ti; uma variedade de jety (batata-doce) – jurua jety (não-indígena); takuareë avaxi (caninha-de-milho-guarani); duas variedades de andai (abóbora) – andai, kuarapepê; duas variedades de yakua (porunga) - yakua guachu e yakua mirim. Encontrou-se uma variedade de xãjau (melancia) – jurua xãjau (não-indígena) e uma de abacaxi – karaguata'í. Na aldeia existe uma variedade tradicional de fumo (pety un) que, segundo foi informado, germinou no pátio, no centro de convívio da comunidade, sem a lide humana, fato considerado uma intervenção divina. Constata-se, para além das espécies citadas, a existência de banana, laranja, cebola, batata inglesa, repolho, tomate, alface e alho.

Perguntado sobre a origem das sementes de milho, Nélon Ortega respondeu: “A semente veio desde o Paraguai até hoje.”

A comunidade evidencia grande aflição causada tanto pela insegurança fundiária como pela exigüidade de terras apropriadas para o plantio. Os alimentos tradicionais são entendidos como fonte de boa saúde pela comunidade.

Os rituais necessários ao plantio da roça tradicional são realizados por Nélon Ortega que afirma que o plantio do milho guarani supre somente a demanda das cerimônias religiosas relacionadas com a colheita do milho.

3.5.2.3.2 Caça

A caça é realizada nas matas situadas sobre os pequenos morros no lado oposto da SC 301, área igualmente indicada como de propriedade do Sr. Mário, que permite espontaneamente o acesso a suas terras para atividades de caça, pesca e coleta de recursos naturais.

A técnica utilizada prioritariamente é a de instalação de armadilhas monde, mondepi e nhua, constantes da bibliografia etnográfica. A caça configura uma atividade

norteada pelos calendários solar e lunar. Ocorre prioritariamente no período abril – julho, durante ara yma, ano velho, época em que os animais não se encontram em estágio reprodutivo. Quanto ao calendário lunar, cada animal é enquadrado num período entendido como correto para sua caça, a exemplo da paca. Durante a lua cheia esse animal é caçado próximo ao leito do rio, enquanto na lua nova no interior da mata. Os principais animais elencados como existentes na área e preferidos para a caça são: tatu, akuxi (cotia), xi'y (quati), jaixa (anta), koxi (cateto), kapi'iva (capivara), ka'i (macaco-prego), mborevi (paca) e mbope (mão pelada). A ausência de variedade de guachu (veado) na mata foi apontada como um problema para a comunidade. Entre as aves caçadas para alimentação estão o nhambu, arapaxa (maritaca), tukã, aracu (saracura), nhambu guachu (macuco) e uruí (galinha do mato).

A caça é apontada como atividade essencial para a diversidade de alimentos necessários para a manutenção da boa saúde da população da aldeia.

3.5.2.3.3 Pesca

A pesca é realizada com anzol e linha principalmente no rio Monte de Trigo e na Lagoa Capivaru (Y'ynó'ó), onde são pescados piky'i (lambari), piky rã'i (lambari-branco), tarey'i (traíra), akarai (cará), nhu ji`a (jundiá), pira nhe'e rupigua (tainha) e xeiri (siri). Para acessar as áreas de pesca a comunidade precisa cruzar a rodovia SC 301 e adentrar em outras propriedades privadas, para além da pertencente ao Sr. Mário, sendo por vezes coagidos neste caminho. As crianças costumam caminhar até o rio para pescar como passatempo e diversão. A falta de um rio piscoso nas proximidades é uma queixa recorrente de toda população da aldeia.

3.5.2.4 Problemas ambientais

O grupo Guarani de Yvy Ju/Reta está enfrentando sério problema atrelado à insegurança e instabilidade fundiária, acarretando problemas ambientais, sociais, alimentares e econômicos. A área exígua compromete a produção de alimentos em quantidade suficiente de alimentos para suprir as necessidades das famílias e não permite a recuperação do solo após a técnica de coivara, porquanto não possuem outras áreas disponíveis para desenvolver a agricultura tradicional. Instala-se certa dependência das instituições externas para a manutenção da aldeia.

Atrelado as questões supracitadas, está o problema que o crescimento econômico acelerado da região está causando ao ambiente, principalmente no entorno da aldeia em questão. O espaço ocupado por este grupo fica ainda mais reduzido, por causa das novas cercas. Ocorre extração exagerada da flora nativa, de importância para os Guarani, como o pindo (jerivá), espécies de valor medicinal, plantas utilizadas para a confecção de artesanato, espécies botânicas de valor econômico, como por exemplo, o palmito juçara, dentre outras. Os vizinhos proibiram a comunidade Guarani de retirar recursos provenientes do pindo.

Com a duplicação da BR 280 e o contorno ferroviário, esta degradação ambiental e social aumentará, porque se instalarão mais indústrias, comércios, haverá aumento da especulação imobiliária, aumento do barulho, da falta de segurança, do desmatamento, diminuição da fauna, supressão de nascentes, poluição dos mananciais de água, e também, da dificuldade ao acesso às florestas e aos rios aonde acessam. Isso ocorrerá não somente próximo à rodovia em questão, mas também em toda região que é influenciada por essa, inclusive a SC 301.

A comunidade sente temor ante a pressão territorial e ocupacional. Diz Osvaldo de Oliveira: “Aqui é muito pequeno. Vamos perdendo a cultura. (...) Daqui a dez anos não vai ter mato aqui. Vamos mudar para outro lugar de mato e o Ibama não vai deixar usar. (...) Nós não temos coragem de enfrentar os empresários. Nós temos medo de morrer.”

3.5.2.5 Anotações efetivadas em campo

A comunidade possui uma opy (casa cerimonial), onde ocorrem os ritos tradicionais. Existe barro apropriado para a sua construção.

Foram realizadas caminhadas com membros da comunidade (mulheres, homens, crianças e jovens) para:

- Morro contíguo à área de ocupação das famílias, de onde a equipe teve ampla visão de São Francisco do Sul, Baía da Babitonga, Oceano Atlântico etc., oportunizando a ampliação da concepção de uma terra indígena a ser demarcada;
- Local conhecido como Loja (Pitangaty), ocupado no final da década de 1980;

- Reta 1 e Reta 2;
- Áreas situadas no lado oeste da SC 301 (entre Yvy Ju e Tapera), anotando-se a existência de placas da Comfloresta Cia. Catarinense de Empreendimentos Florestais, que informam a existência dos projetos Capivarú e Gravatá;
- Tapera.

Realizaram-se também visitas a outros locais desocupados: Paulas, Enseada, Figueira do Pontal 1 e 2. Esses locais foram registrados com a colaboração de João Batista da Silva, um dos filhos de Luciana da Silva, reconhecido como interlocutor de grande importância, por conhecer a localização de vários locais de ocupação pretérita de diversos grupos familiares. Dispôs-se a ser guia em 1996, quando dos trabalhos de campo para elaboração do EIA do projeto de duplicação da BR 101 – trecho norte e segue oportunizando ampliação da compreensão da ocupação Guarani na região.

A igreja Assembléia de Deus se faz presente na aldeia, via Padre Luiz, que entrega frutas e doces à comunidade.

3.5.2.5.1 Pronunciamentos e relatos

Oswaldo de Oliveira

“Às vezes fico com medo de ficar aqui, mas Mário [vizinho que os Guarani mencionam como proprietário da área ocupada] diz que qualquer coisa é para ir lá falar com ele.”

Oswaldo menciona diversas vezes o Sr. Mário e seu pai, e que ambos conheceram os pais de Luciana desde a época da ocupação no local Loja (final da década de 1980). Segundo Oswaldo, Sr. Mário e seu pai dizem que permitem o uso dos Guarani, pois se Deus abrir as torneiras e alagar tudo, ficarão sem terra, de nada tendo adiantado ter a propriedade.

Expõe o interesse em aquisição do local ocupado no momento, uma vez que, a exemplo das aquisições de áreas efetivadas como medida mitigadora da duplicação da

BR 101 – trecho sul¹⁴⁸, o processo é mais rápido e não ocorrem conflitos com a vizinhança.

Nélson Ortega

“A Funai perguntou o que estou procurando. Estou procurando mato, gosto de caçar, de pescar. Vim de Xapecó [aldeia Limeira - TI Xapecó], mas lá tem problemas com os Kaingang.”

“Eu queria só mato para achar remédio. Mas mato mesmo. Trabalho há doze anos para fazer cura. Em Ibirama [TI La Klãnõ] tem muita coisa para fazer remédio e também em Palmeirinha [PR]. No Pindoty caminhei muito e não tem nada. Eu queria pau-brasil, nunca achei, em Ibirama tem. Angico é remédio, pau-alecrim também é.”

Relata seu movimento no território, entre Misiones/Argentina, RS e Paraguai. Lembra que uma vez andaram por 45 dias. Em Cacique Dobre/RS trabalhou com um italiano, quando tinha sete anos. Trabalhou mais de dez anos para os brancos. Casou com 35 anos, com Lidia Mariano, em Limeira [TI Xapecó], aldeia na qual morou a maior parte de sua vida. Tem oito filhos. Viveu também em Rio Silveira/SP, Rio Branco/SP, Paranaguá. Sua mãe, Vicenta Ortega, “índia do Paraguai” e três irmãs faleceram em Sapukai/RJ. Seu pai, Paulo Ortega, espanhol, morreu “pra lá de Erechim [RS]”. Não possui irmãos vivos. “Os irmãos e pais morreram. Quero morar sossegadinho.” “Aqui no chão estou sozinho, mas o Deus sempre tem.”

Calixto Gonçalves

“Melhor mato que já morei foi em Rio Branco [SP], aldeia antiga. Tem tudo: anta, quati, onça, tatu, guachu (veado), macaco, jacu. Fiquei muito tempo.”

“Agora quero ficar onde tem caça. Setenta e quatro anos que vou fazer esse ano e não posso andar pela rua. Tem que fazer monde, nhua. Não posso ficar correndo para lá e para cá.”

¹⁴⁸ Até o momento foram adquiridas as áreas Tava'í (Canelinha/SC), Itanhaen e Kuri'y (Biguaçu/SC).

João Batista da Silva

Relata que quando o grupo familiar, advindo de Balneário Barra do Sul e Paulas, ocupou o local denominado Loja, Dionísio Ramires (então marido de Sueli da Silva, mãe de Joel Ramires, cacique de Tiaraju/Pirafí) fez o primeiro contato com o Sr. Mário, que os conduziu posteriormente ao local denominado Reta 3.

Leonardo da Silva

“Importante é ter terra boa para plantio. Não era para mim, era para minha mãe [Luciana].”

Relata que estavam na Tapera quando construíram a adutora da Petrobrás. Nessa época caçavam muito e pescavam traíra grande no rio Acaraí.





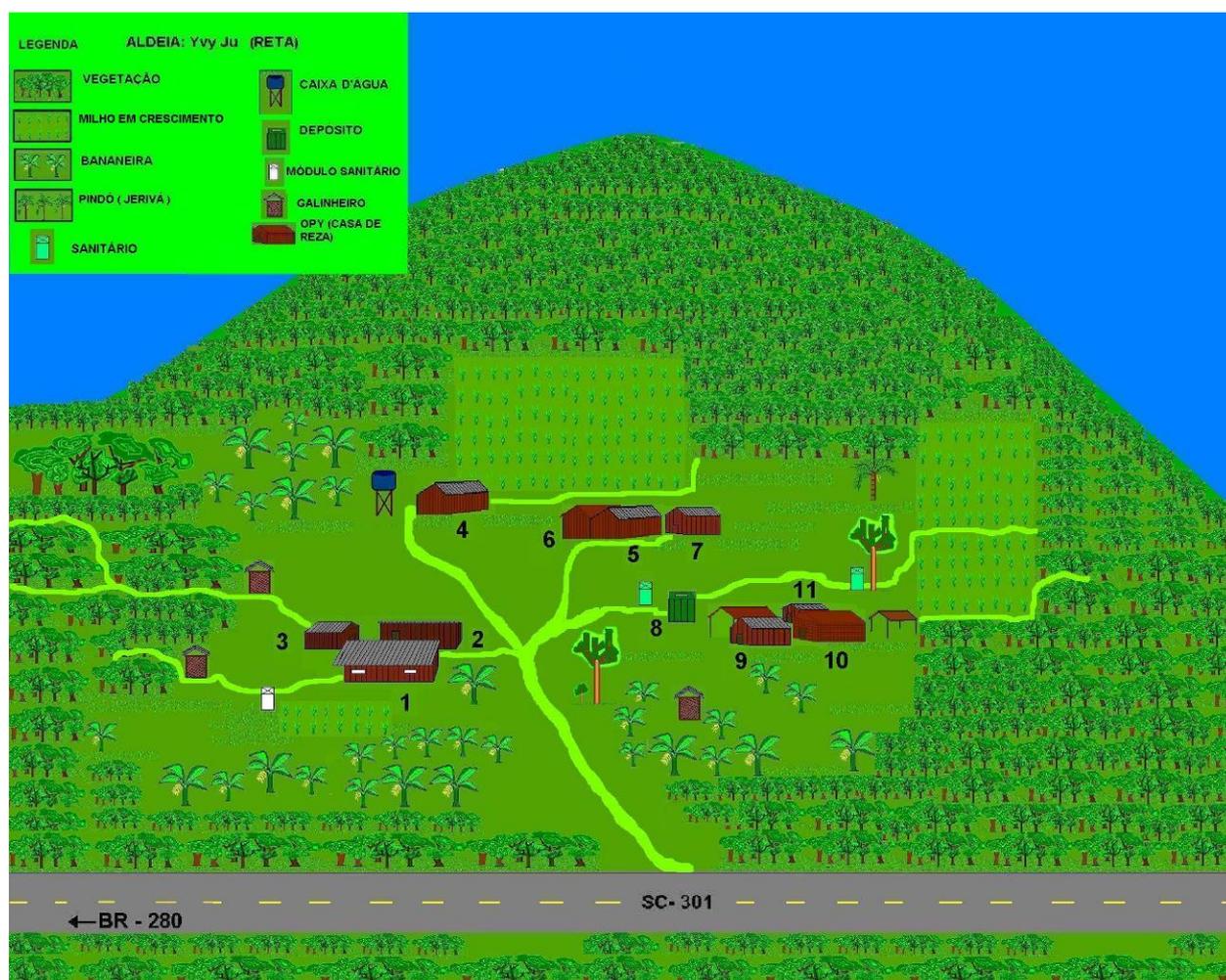
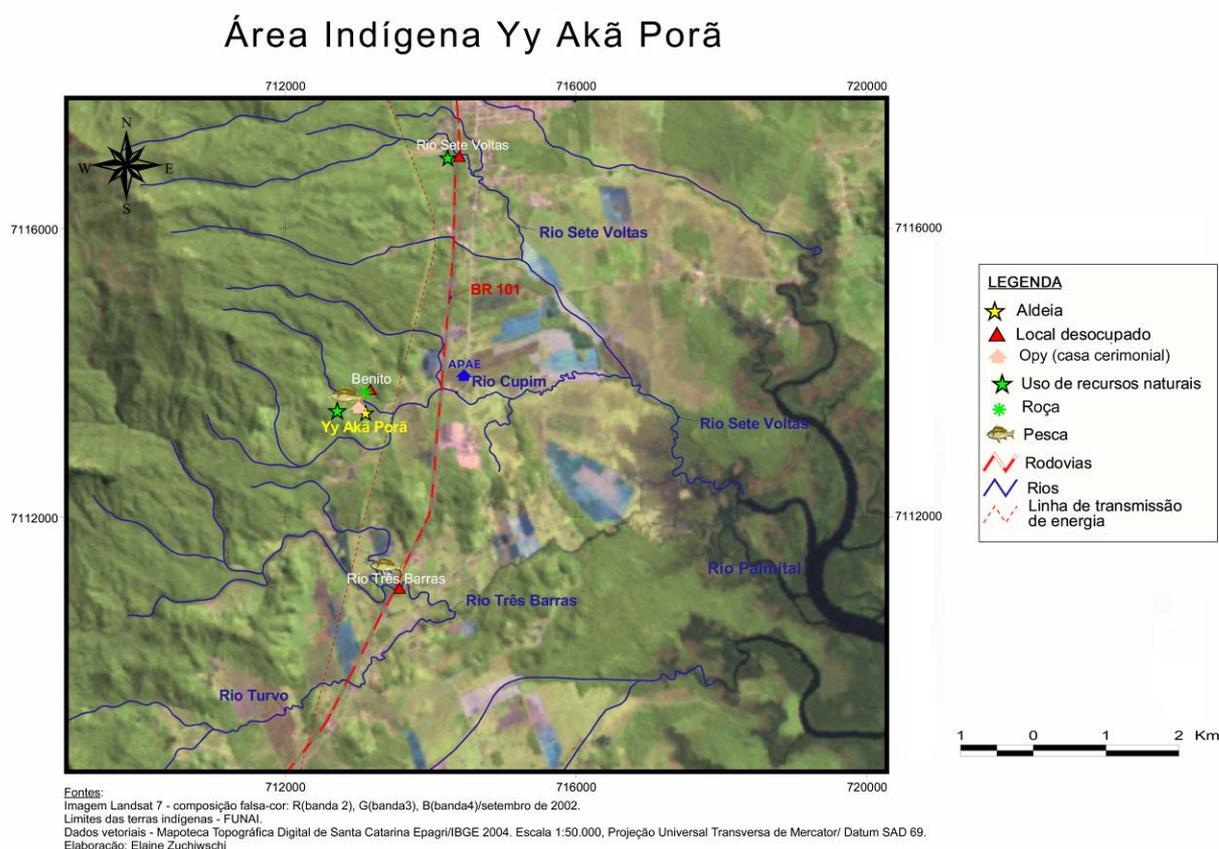


Tabela 14 - Relação de Construções (Croqui) - YVY JU / RETA

Nº Croqui	DENOMINAÇÃO	PAREDE	COBERTURA	MEDIDA APROX.
1	Escola	Tábua de madeira	Amianto	3 x 5
2	Cozinha	Tábua de madeira	Amianto	3 x 5
3	Osvaldo e família	Tábua de madeira	Amianto	3 x 5
4	Luciana e filhos	Tábua de madeira	Amianto	4 x 6
5	Paulo	Madeira roliça	Amianto	3 x 5
6	Futura casa de Paulo	Madeira roliça	Palha de Guaricana e cipó	3 x 5
7	Cecília e filhos	Tábua de madeira	Amianto	3 x 5
8	Depósito Padrão Funai	Tábua de madeira	Amianto	2 x 3
9	Nélson Ortega e família	Tábua de madeira	Amianto	3 x 4
10	Opy	Madeira roliça, barro, cipó	Pindó	3 x 5
11	Calixto	Tábua de madeira	Amianto	3 x 4

3.6 Área Indígena Yy Akã Porã

Localização - Yy Akã Porã¹⁴⁹ localiza-se na localidade de Urubuquara, município de Garuva, a 1,1 km da BR 101 (entrada no km 13, após a ponte do rio Cupim, sentido sul-norte) e a 45 km da BR 280. Tem as coordenadas geográficas: 26°04'28.85"S e 48°52'17.04"O.



3.6.1 Histórico e Organização Sócio-Política¹⁵⁰

A formação de Yy Akã Porã deu-se em 19.09.03, por grupo composto por Francisco Timóteo Kirimaco, sua mãe Maria Cristina e a família de Claudiomir Tibes e Adriana Fernandes (sobrinha-neta de dos irmãos Francisco e Roque Timóteo), família essa que vivia embaixo da ponte do rio Três Barras¹⁵¹, junto com Roque Timóteo. Essa ponte já havia lhes servido de moradia na década de 1990. A “entrada” em Urubuquara coincidiu com o término dos trabalhos do GT da Funai na região litoral norte de Santa

¹⁴⁹ Yy (água, rio), akã (cabeceira), porã (bonito, belo).

¹⁵⁰ Dados gerais sobre essa aldeia e ocupação guarani na região estão relatados em Ladeira, Darella e Ferrareze (1996), Darella (1999, 2001 e 2004), Medeiros (2006), Darella *et al.* (2006).

¹⁵¹ A ponte desse rio localiza-se cerca de 2 km ao sul da ponte do rio Cupim, na BR 101 – Garuva.

Catarina, coordenado pela antropóloga Maria Janete Albuquerque de Carvalho. Segundo Claudiomir Tibes (também conhecido como Neguinho), que assumiu a liderança política do grupo, o espaço era ocupado há anos por uma outra família indígena (ele Kaingang, ela Guarani) que mencionou o retorno ao oeste do estado.

A área ocupada pelas famílias Guarani é de domínio da Prefeitura Municipal de Joinville, órgão que ajuizou imediatamente ação de reintegração de posse contra Claudiomir Tibes e Nélon Benite, representantes da comunidade. Sua dimensão perfaz 32,5 hectares. Posteriormente o processo passou à esfera federal, como é de direito, e em 20.03.07, o juiz federal Roberto Fernandes Junior, após realizar inspeção judicial, decidiu que “a solução adequada para o litígio é preservar a ocupação indígena na área litigiosa até o deslinde administrativo do processo de demarcação da área litigiosa...” A sentença significou um lenitivo aos ocupantes indígenas, que tinha no casal Lidia Timóteo (sogra de Claudiomir) e Nélon Benite a liderança espiritual, central quanto à orientação de condutas, atividades como plantio, coleta, rituais etc.

Benito de Oliveira esteve prestes a ocupar parte da área de Yy Akã Porã, desistindo do intento devido a pressões da comunidade rural existentes à época em relação à ocupação guarani. Benito teve sua casa incendiada e destruída em agosto de 2004, em local assinalado no mapa *Locais de Ocupação Guarani*.

No início de 2005 a população de Yy Akã Porã somava 33 pessoas e em janeiro do ano seguinte, 15 pessoas, conforme Medeiros (2006). Em junho de 2008 Tiago Timóteo, cunhado de Claudiomir, assumiu o cargo de cacique e, a seguir, em julho, deu-se a chegada das famílias Acosta, provenientes de Tiaraju/Piraí, conforme relato sobre aquela aldeia, ocorrendo uma nova configuração sócio-política que, em si, é desafiadora ao grupo anfitrião, mesmo se considerados os laços de parentesco.

Yy Akã Porã possui estreita relação com a aldeia Sambaqui/PR para a qual se dirigiu a mãe de Francisco e Roque Timóteo, Maria Cristina, em agosto de 2008.

Yy Akã Porã situa-se em um amplo espaço, entre Joinville e Garuva, no qual habitaram diversos grupos familiares Guarani, de sobrenome Timóteo, Benite, Silva, Brizola, Oliveira, Acosta, Campos, Garcia. Cabe, assim, destacar as ocupações anteriores efetivadas na BR 101, seja embaixo das pontes dos rios Sete Voltas, Pirabeiraba, Cubatão, Três Barras ou à beira da rodovia, em locais denominados Rio

Bonito, Curva do Arroz, Rio Cubatão, espaços a partir dos quais os Guarani adentravam nas matas próximas, para caça e coleta. Está referenciada também a área de uso situada no km 22 da mesma rodovia (a oeste, sentido sul-norte). De acordo com os Guarani, a região com suas serras, matas e águas conforma grande importância cultural e ambiental.

Vale lembrar que o Convênio DNER/Funai PG-122/97-00, de 28.08.97, resultante do EIA da duplicação da BR 101 – trecho norte, previa, em sua cláusula segunda, “estudos e levantamentos necessários à definição das áreas indígenas Corveta I e II, Rio do Meio, Garuva, Rio Bonito e Reta”. Porém, na época dos trabalhos de campo do GT da Funai, em 1998, os locais Garuva e Rio Bonito (assim como Rio do Meio e Reta) encontravam-se desocupados, fato que posicionou o DEID/Funai contrariamente à efetivação de estudos de delimitação. A definição não espelhava a singularidade da dinâmica ocupacional dos grupos familiares Guarani, podendo ser constatado seu descabimento.

Em dezembro de 2003 a comunidade solicitou à Funai, por escrito, a criação de GT de identificação e delimitação da área. Essa definição adveio apenas durante a reunião organizada pela CGID/DAF/Funai em setembro de 2007, intitulada *Reunião de Planejamento dos Estudos para Identificação e Delimitação das Terras Indígenas nas Regiões Sul e Sudeste do País – O Contexto Guarani e Tupi-Guarani*, na qual lideranças Guarani, Funai, antropólogos e historiadores debateram a concepção de mundo dos Guarani e medidas efetivas para os processos de regularização fundiária. Em 2008 foi elaborado o plano operacional para formação do GT de Yy Akã Porã, remetido à CGID. A formação do GT e a integralidade do processo demarcatório da área, bem como estudos sobre a região e a conseqüente regularização fundiária das áreas indicadas nesse processo, constam como medidas mitigadoras do projeto de duplicação da BR 280. Essa medida tem substrato no bojo da alegação apontada em expediente à Procuradoria da República em Joinville¹⁵², após a formação da aldeia Itaguaçu, entre Joinville e São Bento do Sul, na APA Dona Francisca. A aldeia foi

¹⁵² Datado de 06.07.04 e subscrito pelo Museu Universitário/UFSC, Comissão de Apoio aos Povos Indígenas e Conselho Indigenista Missionário.

desfeita a partir de denúncias de moradores, relatório da Polícia Ambiental e solicitação da PR-Joinville de retirada dos índios pela Funai.¹⁵³

“Argumentação:

A região nordeste do Estado de Santa Catarina foi e é palco de índios Guarani quanto a ocupações passadas e atuais. Não se trata de imaginário, mas de entendimentos e leituras que são feitas através de sua visão de mundo, atualizando a toponímia, formações florísticas, ruínas de pedra, caminhos antigos, dentre outros sinais que lhes evidenciam a passagem dos antigos.

A inter-relação de estudos arqueológicos, históricos e etnográficos tem sido profícua no entendimento da ocupação indígena pretérita e contemporânea. Em 1990, por exemplo, equipe de arqueologia do Museu Universitário da UFSC, procedeu a estudos de impacto ambiental na Bacia do Rio Cubatão, tendo em vista o projeto UHE Cubatão. Tanto o relatório quanto o mapa elaborados abarcam o registro de evidências arqueológicas (sítios arqueológicos caracterizados como abrigo sob rocha, aterro, estrutura subterrânea, lítico, assim como notícias sobre ponta de flecha, crânio humano, estrutura subterrânea e cerâmica). Nesse documento há ainda episódios relatados por moradores que evidenciam a presença de indígenas na região. Ressalta também a expedição de Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, no século XVI, entre o litoral de Santa Catarina e Assunção, utilizando-se do ramal e caminho de Peabiru, conhecido caminho utilizado pelos Guarani e que passa por Campo Alegre, subindo ao Paraná e seguindo em direção oeste. Aqui faz-se necessário acentuar que o caminho era utilizado em razão de uma alastrada rede de ocupação Guarani entre o leste e o oeste, ocupação registrada pelo próprio Cabeza de Vaca. Outros viajantes trilharam pelo Peabiru, mencionando os Guarani, como Aleixo Garcia, João Salazar e integrantes da expedição de Hans Staden.

As conexões entre as ocupações Guarani de outrora e as atuais devem advir dos próprios Guarani. Há, pois, que lhes ser dada oportunidade de expressar os relatos dos antigos (que não mais vivem), dos mais velhos (que ainda vivem), bem como suas experiências e interpretações a respeito da região em questão.

Durante as pesquisas para a elaboração do estudo de impacto ambiental do projeto de duplicação da rodovia BR 101, em 1996, muitas famílias Guarani mencionaram Garuva, Joinville, Guaramirim, Araquari, São

¹⁵³ “De acordo com o Relatório de Serviço da Polícia Ambiental, de 23.06.04, foi constatada a presença de um grupo de índios Guarani na APA Dona Francisca, em vista do que a Procuradoria da República do Município de Joinville solicitou à Funai Curitiba seu traslado para local apropriado, como verificado no Ofício n. 570/2004, de 25.06.04.

Em 25.06.04 o jornal A Notícia veiculou matéria intitulada “Montada aldeia na serra Dona Francisca”, de autoria de Marco Aurélio Braga, dando notícia de “uma verdadeira aldeia”, em local de mata de difícil acesso.

O grupo foi deslocado à aldeia Pindoty (Araquari) em 29.06.04, após consulta da Funai à liderança Félix Brisuela, recebendo então quatro cestas básicas.” (informações constantes do expediente citado, anexo).

Francisco do Sul, dentre outros municípios, como de ocupação Guarani. No transcorrer dos trabalhos de campo do Grupo Técnico da Funai no litoral norte no ano de 1998, foram ouvidas narrativas sobre locais na Floresta Atlântica (um dos fundamentos da cultura Guarani).

Proposição:

Considerando o acima exposto e lembrando ser este o ano do incremento da regularização fundiária relativa aos Guarani, de acordo com o pronunciamento do Presidente da Funai em 2003, as entidades abaixo relacionadas, em consonância com as ponderações dos Guarani, reivindicam a urgente **FORMAÇÃO DE UM GRUPO TÉCNICO INTERDISCIPLINAR PARA ESTUDOS DA REGIÃO NORDESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA NO QUE CONCERNE A OCUPAÇÃO GUARANI PRETÉRITA E PRESENTE**, indicando, em conjunto com os Guarani, áreas que deverão ser imediatamente demarcadas garantindo o futuro desta população.” (grifo no original)

A proposição não galgou concretude nesses quatro anos e, neste momento, subsidia medidas mitigadoras apontadas no presente EISA.

Contexto atual

População em agosto de 2008: 65 pessoas falantes da língua guarani.¹⁵⁴

Cacique: Tiago Timóteo

Composição populacional básica da aldeia (ver quadro de moradores):

- a) Francisco Timóteo Kirimaco e familiares;
- b) Família extensa de Lidia Timóteo e Néelson Benite;
- c) Ana Morínico e grupo familiar;
- d) Família extensa de João Acosta;
- e) João Mariano e Rosalina Rodrigues (separados) e filhos;¹⁵⁵
- f) Matilde Pires de Lima e filhos, provenientes da aldeia Pinhal/PR.

O local está circundado por diversas casas de regionais, situadas na estrada Brüstlein, pela qual também pode ser alcançado o Monte Crista, bastante comentado pelos Guarani. Na entrada do caminho que leva à aldeia estão localizadas duas casas de moradores não-indígenas e à esquerda constata-se uma roça de bananeiras que não pertence aos Guarani. Quanto ao ambiente de ocupação física, notam-se pedras

¹⁵⁴ Ver quadro de moradores em Apêndice.

¹⁵⁵ O casal residia em Jabuticabeira em 2003. Posteriormente viveu em Tiaraju/Piraf, onde se separou.

cortadas, pois na área existia uma pedreira, desativada há mais de 20 anos. A vegetação encontra-se em fase de regeneração. Em imóvel contíguo ao ocupado pelos Guarani, funciona outra pedreira. Nela verifica-se plantação de palmeira real.

Ao se chegar à ocupação física de Yy Akã Porã, do lado esquerdo está localizada a casa de Claudimir Tibes, Adriana Fernandes e seus filhos. A seguir existe uma construção inacabada, de alvenaria, originalmente destinada à escola. No momento a edificação está servindo de moradia às famílias de João Acosta. Na parte mais central da aldeia situam-se a casa coletiva, onde há televisão, e a cozinha. Nas proximidades, à borda do pátio, há outras habitações.

A opy (casa cerimonial) ergue-se no pátio central da aldeia, após a existência de uma construção aberta, com cobertura de palha, utilizada para receber visitantes. É intenção construir nova opy ainda em 2008, com cerca à volta, em espaço mais acima do pátio e, portanto, mais reservado. A cerca remonta a um hábito tradicional dos mbya, podendo ser de cedro, por exemplo. De acordo com Claudimir, a cerca permanece como uma marca para outros Guarani, no futuro, identificarem a existência pretérita de um tekoo.¹⁵⁶

À direita verifica-se o principal curso de água da aldeia, que a nomeia: Yy Akã Porã – Rio Bonito. Toda a área de uso é cortada por pequenos riachos, com água potável, onde, em determinados pontos são lavadas roupas e utensílios domésticos. Do lado oposto está localizada a horta coletiva, com cobertura de Eternit e mais algumas casas que já existiam ou que foram construídas por familiares de João Acosta. Adentrando nas áreas ocupadas por vegetação, chega-se às habitações mais afastadas, numa das quais vive Francisco Timóteo Kirimaco e noutra Marta Timóteo e sua família.

As casas da aldeia são em sua grande maioria construídas com madeira e taquara, retiradas da mata que, além destes, disponibiliza boa quantidade de folhas de palmeira e cipós para a construção. Entre as espécies prestigiadas para a construção da casa está o yvatay (camboatá-vermelho; *Coupanea vernalis*) e as capororocas (*Myrcine* sp.).

¹⁵⁶ Tekoo – lugar onde é possível viver a cultura, que soma aldeia, mata, cursos d'água.

É perceptível a demanda por habitações na aldeia com o advento das famílias oriundas de Tiaraju/Piraí.

A comunidade de Yy Akã Porã possui uma casa cerimonial (*opy*), na qual ocorrem cotidianamente os ritos tradicionais *mbya*. Nela são encontrados os instrumentos musicais e objetos cerimoniais amplamente relatados na bibliografia etnográfica, como: *popygua*, *mbaraka*, *rave*, *takuapu*, *petyngua*. Francisco Timóteo Kirimaco, rezador, em ritual estava adornado com seus *tetymakua*, com o *jeguakáva* e colares de sementes. Os rituais não ocorrem sem a presença do elemento fogo (que tem seu assento, denominado *tataypy*), de *pety* (tabaco) e *ka'a* (mate bebido em forma de chimarrão). Existe na área material apropriado para a sua construção, como barro, taquara, cipó imbé, pindo etc.

Os integrantes da aldeia são falantes da língua guarani e possuem um coral, formado por crianças e jovens, que realiza apresentações na aldeia e fora dela, a pedido, como em Itapoá, na igreja central da Assembléia de Deus, em Joinville (Missões Siloé) etc., oportunidades nas quais os integrantes da comunidade recebem uma contrapartida, como cestas básicas.

Em Yy Akã Porã ocorre a atuação do pastor Luiz, da Igreja Assembléia de Deus, que leva frutas e verduras, quando há disponibilidade. A comunidade recebe também visitas eventuais do Pastor Geraldo, missionário da Obra Missionária Mensagem da Paz.

3.6.2 Caracterização ambiental

3.6.2.1 Descrição do componente florestal – tipologias ambientais

A aldeia Yy Akã Porã está localizada em uma região baixa da encosta da Serra do Mar, em torno dos 100 m de altitude, ao pé do Monte Crista. A área atualmente ocupada é coberta por vistosas florestas e está localizada às margens do rio Bonito, afluente do rio Cupim, cursos d'água que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Palmital. A floresta atualmente se encontra em estágio de capoeirão, apresentando uma grande diversidade de espécies florestais em avançado estágio de desenvolvimento, o que aponta para o provável estabelecimento de uma Mata

Secundária, segundo conceito de Klein (1980), com grande estabilidade e capacidade de manutenção de sua estrutura ecológica compondo uma floresta climática.

Segundo Veloso, Rangel Filho & Lima (1991), as matas localizadas nesta região são classificadas como Floresta Ombrófila Densa Submontana e Montana, sendo que, devido seu estágio bastante avançado de desenvolvimento, a população Guarani as classifica como ka'aguy ete (mata verdadeira), com boa disponibilidade de águas, caça, medicamentos e espécies florestais de importante significado para a etnia, como guapoy (figueira), pindo (palmeira jerivá), tarumã e ajuy (canela), entre outras. O Código Florestal Brasileiro (Decreto nº 23.793/ 1934) e a Resolução do CONAMA nº 04/94 enquadram toda esta área como Área de Preservação Permanente, requisitando estudo aprofundado da maneira com que deve ser explorada a região.

A região do Monte Crista é chamada pela população da aldeia de Nhanderu Ka'aguy (mata de nosso pai - divindade suprema), com diversos sinais ambientais da ocupação dos antepassados, como plantios de ka'a (erva-mate silvestre), sinais nas pedras e na paisagem, sendo um lugar visitado para coleta de materiais e remédios, para alegria da comunidade, para rezas e para fortalecimento dos vínculos com os antepassados. Muitos dos recursos considerados essenciais para a comunidade, como algumas variedades de taquaras, cipós e medicamentos, são encontrados somente ao longo da trilha que leva ao topo da montanha.

3.6.2.2 Descrição das águas, rios, nascentes e fozes

Como mencionado, Yy Akã Porã está situada às margens do rio Bonito, afluente do rio Cupim, integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio Palmital. Outros rios dessa bacia serviram de referência para ocupação guarani nas últimas décadas, como é o caso do Pirabeiraba, Cubatão, Cachoeira, Três Barras e Sete Voltas. O rio Bonito, de importância mais eminente à comunidade, é um rio estreito (cerca de 3 m), cristalino e rochoso, com fluxo acelerado, em bom estado de preservação, servindo de abastecimento geral para a aldeia. A comunidade afirma ter elegido este local como moradia justamente por conta da beleza do rio, que nomeia a aldeia. Apesar do bom estado de conservação, o rio Bonito apresenta uma piscosidade baixa, não fornecendo peixes de significativo valor alimentar. De acordo com Claudiomir Tibes, quando as famílias ocuparam a área pescavam, o que hoje já não mais ocorre.

A captação de água para consumo da aldeia é feita por uma bomba elétrica instalada recentemente pela Funasa, que drena água do lençol freático, fornecendo suprimento suficiente para todo o ano. Não há instalações sanitárias na aldeia.

3.6.2.3 Descrição das atividades produtivas

3.6.2.3.1 Agricultura - Roças

A área ocupada para a roça tradicional guarani situa-se à margem leste do rio que atravessa a aldeia, em duas clareiras abertas na mata totalizando cerca de um hectare cada uma. Essas áreas vêm sendo manejadas com culturas consorciadas de variedades tradicionais guarani ao longo dos últimos quatro anos. A implementação e manejo dessas roças foram descritos e acompanhados por Medeiros (2006) e Darella *et al.* (2006). No corrente ano foi aberta na mata uma nova área para o plantio de milho.

A região possui solo fértil, com cobertura florestal bastante desenvolvida, proporcionando solo com grande quantidade de matéria orgânica e forte aptidão para a prática de agricultura tradicional. Próximo ao núcleo populacional existe uma horta com diversas variedades de culturas não-indígenas, como: repolho roxo, cebola, rabanete, cebolinha, ervilha, alface crespa, couve-manteiga, manjericão, tomate, rúcula, salsinha, cenoura, abóbora, moranga, mexerica, mamica-de-cadela e leiteira.

Os plantios das roças maiores são feitos de forma coletiva, com a participação da comunidade e a orientação do casal Lidia Timóteo e Néilson Benite. Cada família possui sementes de variedades particulares, plantadas em pequenas roças particulares próximas às suas residências. A adubação é realizada com adubos orgânicos fornecidos pela Funai que, mediante solicitação da comunidade, substituiu a prática de fornecimento de adubos químicos por esta medida mais harmônica, dada a localização da comunidade junto aos mananciais e a necessidade de preservação do bom estado de saúde da população. A comunidade expressou interesse em ocupar uma nova área de roça com a finalidade de produzir mandioca para o comércio. Entre os Guarani os alimentos tradicionais são entendidos como fonte de boa saúde.

Junto à família de Lidia Timóteo e Néilson Benite foram identificadas as seguintes variedades, consideradas componentes da roça tradicional guarani: duas

variedades de avaxi ete (milho guarani) – avaxi ti e avaxi mirim, plantadas exclusivamente durante a lua minguante; uma variedade de kumanda (feijão) – kumanda txain; uma variedade de mandio (mandioca) – mandio ju; duas variedades de jety (batata-doce) – jety karaum e jety ti; takuareë avaxi (caninha-de-milho-guarani); duas variedades de andai (abóbora) – andai, kuarapepe; duas variedades de manduvi (amendoim) – manduvi guachu e manduvi mirim, e uma variedade de karaguata'i (abacaxi).

As variedades cultivadas procedem da rede de parentesco da família anfitriã, sendo algumas delas oriundas de aldeias situadas em Misiones/Argentina, conseguidas com apoio do projeto de extensão da UFSC, realizado em 2006. Parte das sementes deste plantio encontra-se hoje na aldeia Itanhaen (Biguaçu), com os pais de Néilson Benite, Albino e Vitorina Benite.

Próximo ao núcleo habitacional existe uma pequena horta com culturas não-indígenas como repolho roxo, cebola, rabanete, cebolinha, ervilha, alface crespa, couve-manteiga, manjeriço, tomate, rúcula, salsinha e cenoura. As sementes para as hortas são fornecidas pelo projeto Microbacias 2, vinculado à Epagri. Além das roças e da horta, são cultivadas algumas plantas frutíferas, como banana, laranja, goiaba e pitanga, próximos as casas, no pátio e nas roças.

3.6.2.3.2 Caça

A caça é realizada nas matas da região, sendo utilizadas áreas mais elevadas no interior da floresta, onde esta se encontra em melhor estágio de conservação. É consenso entre as comunidades Guarani do litoral norte de Santa Catarina que as matas onde se situa a aldeia Yy Akã Porã são as mais ricas no que tange a disponibilidade de recursos florestais, sendo que a abundância de caça é proeminente na região.

A caça obedece preceitos étnicos que priorizam a atividade nos meses de outono e inverno, quando os animais não estão em reprodução e é realizada principalmente na lua nova. A técnica utilizada prioritariamente é a de instalação de (monde, mondepi e nhua) armadilhas ao longo da trilha dos animais que são localizadas na mata pelos seus vestígios. Os principais animais elencados como

existentes na matas e preferidos para a caça são: tatu, akuxi (cotia), xi'y (quati), kaguare (tamanduá), jaixa (paca), koxi (cateto), kapi'iva (capivara), mborevi (anta), mbope (mão pelada) e guachu (veado). Entre as aves caçadas para alimentação estão: o nhambu, o nhambu guachu (aracuã), o tukã (tucano) e o aracu (saracura). Alimentar-se de carnes de caça significa objetivamente a manutenção da saúde, sendo que partes de vários animais são utilizados como remédio. A gordura da xi'y, por exemplo, foi elencada como um medicamento essencial para a cura de fraturas e machucaduras em geral.

A carne de animais criados pelos não-índios é apontada como uma fonte de doenças para a população.

3.6.2.3.3 Pesca

O principal rio utilizado para a pesca é o rio Três Barras, situado cerca de 2,5 Km ao sul do núcleo habitacional. O acesso ao rio é realizado a pé, seguindo pelas estradas existentes na região. Os principais peixes nele pescados são piky (lambari) e tarey'i (traíra), com ajuda de vara, linha e anzol. Essa é uma atividade considerada fundamental para a comunidade, praticada freqüentemente por várias pessoas do sexo masculino e feminino, de acordo com a disponibilidade de tempo.

3.6.2.4 Problemas Ambientais

Acima do núcleo habitacional está instalada uma pedreira, cuja área é considerada de importância para a comunidade, para a qual as rochas possuem espiritualidade influente ao ser humano. O acesso a esta área é restrito aos finais de semana, quando não há trabalhadores no local, pois os indígenas se dizem intimidados pelos operários e principalmente pelo proprietário da pedreira. A pedreira compromete também a qualidade ambiental como um todo, com a supressão da flora e conseqüentemente da fauna. Produz barulho que perturba os moradores, bem como os animais locais.

Transeuntes que circulam pelas trilhas e nas proximidades da pedreira depositam resíduos em solo e nos cursos d'água, o que acarreta poluição dos rios e diminuição dos peixes.

Ocorre plantio e extração de palmito-juçara silvestre.

A presente aldeia não está próxima da BR 280, no entanto, também sofrerá com os impactos causados pela duplicação da mesma, pois utilizam a rodovia para chegarem às demais aldeias e ao Pólo-Base de Araquari. No dizer de Claudiomir Tibes, ex-cacique, “meus filhos irão crescer, irão se casar e poderão morar nas outras aldeias e também serão diretamente afetados com os impactos socioambientais que a duplicação causará nos ambientes próximos dessas, não tem nada que pague a saúde da Terra”.

3.6.2.5 Anotações efetivadas em campo

3.6.2.5.1 Pronunciamentos e relatos

Tiago Timóteo¹⁵⁷

“O trabalho [da equipe do EISA] é difícil de entender. (...) Não tinha conseguido entender a duplicação. Estou entendendo melhor.”

“Eu nasci em Guaraqueçaba. Aí quando eu tinha uns três anos a gente morou ali em Paranaguá. Foi em Guaraqueçaba que o Nelson [Benite, seu pai] e minha mãe [Lidia Timóteo] se casaram e aí quando eu nasci a gente foi para Paranaguá. De lá a gente veio ali em Rio Bonito [Joinville]. A gente morou embaixo da ponte uns três, quatro anos. Depois uma mulher deu um terreno para nós, só que era pequeno. O terreno nem dava para plantar alguma coisa, mas mesmo assim a gente morou ali. Daí eu comecei a estudar ali na escola. De lá, como a mulher ia vender de novo o terreno, a gente decidiu, a gente não tinha dinheiro, família grande e a gente foi a pé, a gente foi caminhando. A minha sobrinha, a Gabriela [filha de Claudiomir e Adriana], tinha uns quatro anos e a gente tinha um carrinho. Daí eu levava ela e colocava alguma coisa, colocava uma madeira embaixo para fazer bichinhos e foi indo. A gente parou primeiro foi lá debaixo da ponte de Tijucas [rio Tijucas]. A gente morou lá. A gente passava muita dificuldade para fazer artesanato, vender, essas coisas, daí de lá a gente decidiu ir procurar uma aldeia que fosse melhor para nós. A gente foi lá para Mbiguaçu, a gente morou lá uns cinco anos. Daí lá nasceu o meu irmão Zezinho. De lá a gente foi lá

¹⁵⁷ A transcrição completa encontra-se em Apêndice.

pro Morro dos Cavalos, a gente morou lá. Lá eu também estudei e de lá a gente voltou para Paranaguá. Eu comecei a estudar. Aí a minha mãe e meu pai vieram ali no Sambaqui [Pontal/PR], vieram morar ali e eu fiquei em Paranaguá, fiquei estudando. (...)

Depois fui morar ali no Sambaqui [PR]. Quando peguei férias a gente morou mais um ano ali. De lá o Claudimir [Tibes] e o seu Roque [Timóteo] vieram na terra para cá. Daí eles começaram a morar ali em Três Barras [debaixo da ponte do rio Três Barras – Garuva]. Depois eles falaram que tinham encontrado um lugarzinho. Aí minha mãe e meu pai vieram para cá. Eu fiquei no Sambaqui ainda. Eles vieram e acharam esse lugar e a gente arrumou as coisas e viemos pra cá. (...)

A primeira coisa que eu senti quando eu cheguei aqui [Yy Akã Porã] foi que eu nunca tive uma aldeia minha. Daí quando cheguei aqui fiquei muito feliz porque já era a minha aldeia, a primeira aldeia minha e eu fiquei muito contente. O lugar pra mim quase não falta nada, tem rio, tem tudo, tem um monte de pedra, mas dá pra plantar alguma coisa. A gente já teve plantio. Quem é o responsável pelo plantio já é o meu pai [Nélson Benite], ele trabalha muito na roça.”

“Gostava muito de participar de reunião, mas não falava muito. Fui aprendendo com os mais velhos. Quem me ensina a falar com os mais velhos e com os jurua é minha mãe [Lidia Timóteo] e Kirimaco. Aquilo o que eu posso fazer e o que eu não posso fazer.”

Lidia Timóteo

Conta que desde pequena foi criada junto com Francisco Timóteo Kirimaco, seu tio materno, um líder da família. A mãe, Kerechu, estava junto. Passaram por Puerto Xavier, Santa Rosa e próximo a Cruz Alta, no RS. Moraram na Pacheca, Cantagalo, Mato Castelhana e outros lugares, também no RS. Relata que posteriormente morou em Sangão, Guatá - Lauro Müller [SC], onde trabalharam no fumo. Viveram num lugar chamado Paciência, depois de morarem debaixo da ponte do rio Itajaí-mirim, em Itajaí. Naquele tempo nem Adriana tinha nascido. Em Paciência ficaram cerca de dois anos, plantaram avaxi, mandoi. Anos mais tarde, quando moravam debaixo da Ponte do Trabalhador [Joinville], encontraram o Padre Facchini no centro da cidade, oportunidade na qual ele mencionou Piraf. Conta que quando o grupo familiar chegou a

Piraí, Verônica não era nascida ainda [sua filha nasceu em junho de 1983]. Viveram ali Kirimaco e Ana [Morínico], quando ainda eram casados, Maria Cristina [mãe de Kirimaco], Tereza [filha mais velha de Kirimaco]. Ficaram dois anos. Roque também estava. Adriana era bem pequena. Naquele tempo o arrozal era mato ainda. Depois moraram Liberato e Macimiana¹⁵⁸. De Piraí, Kirimaco queria ir para Itariri/SP. Viajou uma turma de ônibus. Depois foram para Rio Silveira, Paranaguá, Guaraqueçaba.

Claudiomir Tibes

Relata que representava a Comissão Guarani Nhemboaty Guaçu e assim participou da ECO-92, no Rio de Janeiro, como representante de Ibirama [TI La Klãnõ]. Nesse trabalho da comissão conheceu Clovis, Marina, Maria Inês, Maurício e Leonardo¹⁵⁹. Ficou responsável por SC e PR. Participou, então, de uma reunião em Paranaguá, em 1990, quando conheceu Adriana [sua mulher, filha de Lidia]. Casaram em 1992. Diz que Kirimaco, na época, estava com a vizinha [Maria Cristina] na Ilha da Pescada [PR] e Roque no Uruguai. Morou no RJ e em Ubatuba/SP, onde participou de um curso para formação de monitores bilíngües, junto com João Mariano [Yy Akã Porã], que trabalhou cinco anos na Ilha da Cotinga/PR. Afirma ter muito respeito pela família Timóteo e que sente orgulho.

“A vizinha [Maria Cristina, mãe de Francisco Timóteo Kirimaco, Roque Timóteo, João Acosta] sonhava e falava dos lugares. Ela sonhava, falava desta região como importante para fazer aldeia. Confirmou aqui. Francisco já falava que poderia não ter muito pindo e outros alimentos dos Guarani, mas que a região era importante. A gente acredita.” “A vó Maria Cristina confirmou que precisava entrar aqui. Kirimaco concretizou.”

“‘Por que vocês não páram?’ perguntei ao Francisco [Timóteo Kirimaco]. Ele disse: ‘Não é que a gente não pára, mas nossos avós passaram e essas são as

¹⁵⁸ Ver o texto sobre as aldeias Tarumã, Piraí e Yvy Ju.

¹⁵⁹ Clovis A. Brighenti e Osmarina de Oliveira (CIMI), Maria Inês Ladeira (CTI), Maurício e Leonardo da Silva Gonçalves (filhos de Calixto Gonçalves – Yvy Ju/Reta), atualmente coordenadores da Comissão de Terra Guarani do RS e da Comissão Guarani Nhemonguetá, respectivamente, bem como integrantes da Comissão Nacional Terra Guarani Yvy Rupa.

marcas para dizer que os Guarani existiam. Os pontos principais são os da saída para morada com Nhanderu.”¹⁶⁰

“O Guarani é um povo, tem que ter participação nos programas do governo do país. Para nós isso é importante.”

“Desenvolvimento não é ruim, pode estar fazendo bem, mas também não vai fazer bem para todos. O desmatamento é feito para as construções, as ferrovias, as estradas. (...) O bom ar faz parte da mata e os bichos são seres vivos que fazem parte da vida.”

“Temos que continuar buscando, tentando dos dois lados, o indígena e o não-indígena. Hoje a gente está conseguindo encaixar desenvolvimento e nosso costume.”

“O impacto [dos projetos, das rodovias] sempre continua. A indenização acaba. O impacto e a poluição vão continuar sempre.”

“As autoridades vêm reconhecendo que os Guarani têm direito nos projetos, nas questões que vão estar atingindo a cultura, as comunidades.”

“O impacto da BR 280 vai também atingir nossa comunidade. Famílias que estão aqui hoje vão morar lá e vão ser atingidas. E também famílias de outros lugares que venham a morar ali. O Guarani vive dessa maneira.”

“O pensamento, o conhecimento guarani não é dividido. A natureza não é separada. Mata, água e terra não estão separados. Para ter vida precisa ter saúde, água, mata, terra.”

“Aqui tem muita nascente que tem que ser mantida.”

“A população vai aumentar, vai precisar de mais água, de mata. A mata tem que ser protegida para que não falte. Temos que pensar daqui pra frente.”

“A duplicação vai fazer criar muita coisa: posto, hotel e precisa de água. A gente precisa preservar a nascente e a mata para toda a sociedade.”

¹⁶⁰ Trata-se de uma clara referência à consecução do estado de aguyje (perfeição, plenitude) e superação da condição humana.

“Os parques estaduais e federais são importantes. O governo tem essa visão e conhecimento ambiental. Só que não tem alguém que cuide. Sempre tem caçador, palmiteiro, pessoa explorando. Eles não têm pessoas suficientes para cuidar. É importante cuidar para a humanidade.”

“Aqui entravam e exploravam. Depois que a gente entrou, diminuiu. A mata está se criando mais.”

“O impacto ambiental acontece desde o começo da colonização, não é de agora.”

“O que significa Carijó?” Claudiomir versou sobre essa questão, relatando que os europeus chegaram na costa e encontraram aldeias e seus antepassados. As mulheres Guarani, ao chamarem os homens (maridos, pais, avôs, irmãos, cunhados ou outros parentes) para o trato com os estrangeiros, diziam “*Karai ejo*”, ou seja, “Karaí venha”, como é usual fazer ainda hoje quando da chegada de pessoas estranhas às aldeias. Ressalte-se que muitos homens Guarani são possuidores do nome próprio *Karaí*. Daí a corruptela Carijó.

Claudiomir fala sobre Joaquim dos Santos, parente de Maurício Gonçalves (falecido) e Marcílio Gonçalves (Morro Alto) e de suas caminhadas e acampamentos na região de estudo. Relata que seu avô ia a São Francisco do Sul de trem, na época que não havia estrada.

Francisco Timóteo Kirimaco

Relata sobre a vida dos avós, dos pais, dos antigos Mbya. Fala dos bichos nas matas. Explica ser preciso procurar lugares devagarzinho e que o Ibama não pode não deixar ficar. Ressalta: “É lugar do Mbya.” Tem direito de usar a terra. Apesar da idade e cegueira, sublinha ser um gurizinho, de estar vigoroso.







Tabela 15 - Relação de Construções (Croqui) - YY AKÃ PORÃ

Nº Croqui	DENOMINAÇÃO	PAREDE	COBERTURA	MEDIDA APROX.
1	Claudiomir Tibes e família	Tábua de madeira	Amianto	3 x 4
2	Claudiomir Tibes e família	Taquara, barro, madeira, cipó	Guaricana e cipó	4 x 5
3	João Acosta e famílias	Alvenaria	Barro	3 x 6
4	Nélson, Lidia e Zézinho	Taquara, barro, madeira, cipó	Guaricana e cipó	3 x 5
5	Silvio, Nicanor e Paulistiano	Tábua de madeira	Amianto	3 x 5
6	Verônica e família	Taquara, barro, Madeira, cipó	Palha de Guaricana e cipó	4 x 3
7	Cobertura no pátio	Sem parede	Palha de Guaricana e cipó	3 x 5
8	Coletiva	Tábua de madeira	Amianto	4 x 5
9	Cozinha coletiva	Tábua de madeira	Amianto	4 x 6
10	Opy	Taquara, barro, madeira, cipó	Palha de Guaricana e cipó	3 x 5
11	Tiago Timóteo	Tábua de madeira	Amianto	4 x 6
12	Desmanchada	Madeira roliça	Palha de Guaricana e cipó	3 x 5
13	Mário Benite e família	Taquara, barro, madeira, cipó	Palha de Guaricana e cipó	4 x 6
14	Lídio Acosta e família	Tábua de madeira	Amianto	3 x 6
15	Onírio Acosta e família Matilde Lima e filhos	Madeira roliça	Amianto	3 x 6
16	Valderi, Rosalina	Madeira roliça	Amianto	3 x 5
17	Francisco Timóteo Kirimaco	Madeira roliça	Palha de Guaricana e cipó	3 x 5
18	Paulo Martins e Marta Timóteo	Taquara, barro, madeira, cipó	Palha de Guaricana e cipó	4 x 6
19	Cobertura e horta	Madeira roliça	Amianto	3 x 7

CAPÍTULO 4

DIAGNÓSTICO DOS IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS PROPOSIÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS E RECOMENDAÇÕES

O apontamento de impactos socioambientais, medidas mitigadoras e compensatórias e recomendações no contexto do Estudo de Impacto Socioambiental do Projeto de Duplicação da Rodovia BR 280 relativo à população Guarani na região litoral norte, advém do trabalho efetivado no transcorrer de 2008 junto às comunidades Guarani. Embora dinâmico, trata-se de um exercício ainda incompleto, dada a impossibilidade de efetivação do último encontro ampliado com os representantes das nove aldeias, fator **essencial** para complementações e definições das comunidades quanto ao projeto.

Esse evento foi marcado para os dias 01 e 02.12.08, na aldeia Tiaraju/Piraí (Araquari), no entanto as condições climatológicas e intempéries que fustigaram o litoral de Santa Catarina na última semana de novembro de 2008 exigiram seu cancelamento.

Diante do exposto, impactos, medidas mitigadoras e compensatórias e recomendações apresentadas neste EISA devem necessariamente ser tomadas como processuais, em especial as medidas mitigadoras específicas de cada aldeia guarani. Os complementos e, por conseguinte, as conclusões exaradas do encontro ampliado a ocorrer, constarão do Programa Básico Socioambiental. De todo modo, as medidas aqui apresentadas devem ser consideradas condição *sine qua non* para a obtenção da licença prévia do empreendimento.

É fundamental realçar que os Guarani não estão alheios ao processo. Apreensivos, participam, refletem, opinam. Entendem ser necessário explicitar sua visão de mundo, acreditando na efetividade de suas ponderações quanto ao licenciamento ambiental do empreendimento em questão, situado na região litoral norte catarinense, parte integrante de Yvy Rupa - o território de ocupação e mobilidade tradicional.

4.1 Categorias para Avaliação de Impactos Socioambientais e Ferramentas Teóricas para seu Diagnóstico

As categorias basais que servem de substrato para a avaliação dos impactos socioambientais ao povo Guarani, decorrentes da duplicação da rodovia BR 280, são “impacto global” e “impacto cumulativo”, dada a conjunção entre a cosmovisão e a perspectiva deste povo sobre o desenvolvimento.

Impacto global incorpora uma realidade que não é exclusivamente material, como por exemplo, a expectativa e o estresse gerados por um grande projeto, desde o início dos estudos do inventário ambiental e social (Helm, 1999, p.2).

Tomando o enunciado pelo IPARJ (1989, p.33-4), compreende-se por impacto global que empreendimentos como hidrelétricas, rodovias, projetos de desenvolvimento regional causam danos globais, isto é, influência, em geral deletéria, em todos os setores da vida de um povo indígena, num espectro que abarca as condições materiais de sua sobrevivência e de suas visões de mundo. Esses danos atingem um povo como um todo, uma etnia, uma cultura integrada. Assim, considera-se irrelevante a classificação usual que divide os impactos em diretos e indiretos, visto que ambos provocam impacto global e, muitas vezes, aquilo que é considerado impacto indireto chega a causar danos em graus mais profundos e permanentes do que propriamente um chamado impacto direto.

Como impacto global entende-se aquele que afeta tanto aspectos materiais quanto imateriais, tais como aqueles que desestruturam a ordem social, promovem o rompimento de relações simbólicas com o ambiente, a alteração no relacionamento com a sociedade regional, entre outros. A noção de impacto global permite abarcar aspectos culturais de povos indígenas, não-mensuráveis a partir das definições de impactos diretos e indiretos.

Justamente por sua especificidade legal, Terras Indígenas¹⁶¹ e comunidades indígenas exigem estudos de impacto baseados em critérios singulares, distintos dos empregados para avaliação de impactos ambientais para a flora e fauna, ou mesmo para outros grupos antrópicos.

¹⁶¹ Categoria jurídica que denomina áreas demarcadas para usufruto exclusivo dos povos indígenas, de propriedade da União.

Como “impacto cumulativo” entende-se a repercussão passada e futura na avaliação de conseqüências de empreendimentos para um povo indígena, tomando duração e reversibilidade como constantes na equação desta avaliação.

A partir de impactos globais e cumulativos é possível sopesar a duração da influência dos impactos para o grupo indígena em questão, tomada sua forma tradicional de vida. Pode-se também fazer uma prospecção quanto às alterações temporárias e permanentes no ambiente. Estes aspectos devem ser analisados historicamente. Independentemente do tipo de empreendimento ou empreendedor em questão, da perspectiva dos povos indígenas os efeitos não podem ser entendidos como sendo dissociados.

Assim, os projetos de crescimento econômico na região de estudo precisam ser analisados em seu conjunto, pois as conseqüências prejudiciais para as comunidades indígenas devem ser conhecidas pelos empreendedores para que seja possível, a partir de suas especificidades sócio-culturais, a construção de responsabilidade social sobre os danos decorrentes do desenvolvimento àquele povo indígena, considerando os impactos que interferem ou já interferiram no seu modo de vida.

A definição de medidas mitigadoras está pautada nas conseqüências do empreendimento, portanto, a análise de impactos ao território tradicional guarani extrapola a área de influência direta e indireta da rodovia, uma vez que da perspectiva indígena, a duplicação da BR 280 insere-se num contexto de impactos globais e cumulativos ao povo Guarani, que sucedem há séculos. A antiga estrada de terra, por exemplo, que deu origem à BR 280, está na memória de índios Guarani mais velhos, bem como a ferrovia. Em algumas poucas décadas pode-se verificar várias conseqüências danosas relacionadas à existência da rodovia dentro do território de uso e circulação dos Guarani.

De todo modo, a duplicação da BR 280 causa impacto, pois a Terra Indígena Pirai é cortada pela rodovia e as demais TIs estão próximas das pistas. É um impacto que reduz a possibilidade de circulação segura das pessoas entre as aldeias, o que é fundamental para as práticas sociais de reciprocidade, afinidade e economia. É um impacto permanente, de grande magnitude, por abranger todas as aldeias que compõem a rede de parentesco dos grupos familiares. É um impacto cumulativo, pois a BR 280 adiciona apreensões aos indígenas numa conjuntura que envolve vários

projetos de desenvolvimento, com destaque à BR 101 e sua duplicação e ao Gasoduto Bolívia-Brasil e seu ramal leste.

Da perspectiva indígena Guarani, portanto, a duplicação da rodovia BR 280 insere-se num contexto de impactos globais e cumulativos no âmbito de todo o seu território (regiões do sul e sudeste do Brasil, do nordeste da Argentina, do leste do Paraguai). De tal forma, não é aplicável a idéia de área de influência direta (AID) ou indireta (AII) para impactos que alteraram as condições físicas do território tradicional guarani – degradação das florestas, supressão de espécies nativas animais e vegetais, destruição de caminhos e de trilhas de ligação entre aldeias e áreas de coleta e caça – ocasionando a impossibilidade de permanência dos Guarani em antigas aldeias e confinando sua população em limites exíguos. Para os Guarani, que concebem a Terra como uma totalidade formada por um sistema integrado, qualquer alteração ambiental ocasiona marcas indelévels em sua superfície e compromete gradativamente sua sociabilidade e seus espaços de uso. Ao se avaliar impactos para a população Guarani há, portanto, que ser observada a amplitude das transformações em seu território em geral e nas áreas indígenas, em particular.

Para além dos impactos acumulados no passado, há uma preocupação marcante com “cuidar o futuro”. E, por falta de alternativas, por não serem consultados acerca de projetos econômicos, procuram garantir as áreas que ocupam atualmente e outras que possam propiciar porvir às novas gerações. De acordo com os Guarani, a indenização acaba e a duplicação da rodovia e seus impactos permanecem. Daí, a necessidade de medidas de mitigação e compensação que sejam duradouras.

4.2 Impactos Diagnosticados

Considerando a complexidade que envolve a concepção de mundo dos Guarani, os contextos socioambientais, as características da região e seu processo de crescimento econômico (inseridos os projetos de rodovias, contornos ferroviários, portos, retroportos, linhas de transmissão, parques industriais etc.) percebe-se que os impactos da duplicação da rodovia BR 280 sobre a realidade das aldeias já foram sentidos antes mesmo de iniciados os estudos, acarretando inseguranças múltiplas, explicitadas em blocos de impactos, a seguir:

Impactos Sociais e Ambientais

a) Insegurança física:

Os Guarani apontam que duplicar a rodovia, na verdade, é multiplicar o risco. “Com a duplicação, as crianças, os velhos e mesmo os adultos, vão enfrentar quatro vezes o perigo ao atravessar a estrada”.

Sobre insegurança física, alguns impactos se sobressaem:

- Atropelamentos: A insegurança física das pessoas manifesta-se inicialmente no risco de atropelamentos, expressiva preocupação para as comunidades, inclusive com incidência de casos fatais. Como afirmam os Guarani: “... já somos tão pouquinhos.”
- Redução de circulação dos indígenas entre as aldeias: Existe insegurança com relação ao transitar pela rodovia e seus entornos, o que tolhe uma série de práticas sociais, políticas e econômicas na região. Os depoimentos sobre as interferências da estrada nas atividades cotidianas remetem sucessivamente ao tempo em que os grupos familiares utilizavam unicamente trilhas na mata, circulando entre as diferentes aldeias. Alguns Guarani falaram do tempo em que havia apenas a linha férrea e o Caminho do Peabiru.¹⁶² Reconhecem como impacto das rodovias a inexorável redução do uso de caminhos transitáveis a pé, assim como a própria destruição destes caminhos. Paradoxalmente os deslocamentos passaram a depender quase que exclusivamente das rodovias.
- Geração de novos postos de trabalho nas obras de duplicação: A significativa criação de postos de trabalho durante a construção da duplicação causará o

¹⁶² Sabe-se que os viajantes Aleixo Garcia e Álvaro Núñez Cabeza de Vaca já na primeira metade do século XVI testemunharam a amplitude do território guarani a partir da zona costeira de Santa Catarina, tendo o primeiro chegado à Cordilheira dos Andes e o segundo a Assunção (Paraguai). Acompanhados por índios Guarani, a passagem por diversos aldeamentos guarani durante as respectivas trajetórias possibilitou-lhes perceber o modo de vida dessa população e a existência de uma consistente rede de comunicação e intercâmbio inter-aldeias, facilitada pela trilha pavimentada que passou a ser conhecida como Caminho de Peabiru. O alemão Ulrich Schmidl empreendeu a viagem de Assunção a São Vicente/SP entre 1552 e 1553, utilizando esse caminho, considerado como a mais importante trilha pré-colonial “ligando o litoral brasileiro com a mesopotâmia paraguaia” (Gonçalves, 1998, p.4). O mapa elaborado por Reinhard Maack (*apud* Gonçalves, 1998, p.16), a partir do relato de Schmidl, mostra a ramificação do caminho para o sul, desembocando no rio Itapocu, cuja foz deságua no mar, no município de Barra Velha (SC).

aumento de pessoas na região, afluxo com tendência a alterar a dinâmica social das comunidades indígenas.

- Intrusões nas áreas indígenas: O incremento da ocupação causará pressão territorial e acarretará intrusões, desmatamentos e ocupações ilegais no interior das Terras Indígenas, como já vem acontecendo em algumas aldeias.
- Estresse psicossocial nas comunidades Guarani: Para além da insegurança, sucede a inquietação quanto ao futuro, sentimentos causados por múltiplas conseqüências que advirão da duplicação da rodovia BR 280, entre elas:

. Desinformação quanto ao processo de licenciamento ambiental, desde o projeto de engenharia.

. Rumores de que na região há delineado um complexo de projetos de desenvolvimento, o qual perturbará o equilíbrio ambiental.

. Exigências quanto a definições relacionadas ao projeto de duplicação da BR 280 que pressionam a temporalidade das comunidades guarani.

. Apreensão dos Guarani quanto à alusão de serem os responsáveis pelos atrasos das obras da duplicação da BR 280 e quanto à presumível imputação, em caso de adiamento, de sua inviabilização no PAC, devido à necessidade de definição e acordo quanto à garantia de integralidade da Terra Indígena Piraí (Araquari), no que tange ao traçado da duplicação no lote 2, e Terra Indígena Morro Alto e revisão de limites (São Francisco do Sul), no que se refere ao lote 1.

. Alteração física da região concomitante ao tempo no qual os Guarani procedem ao reconhecimento de sinais de locais de ocupação dos antepassados, como as táva e tava'i (ruínas de pedra), composições florísticas etc. e à localização de espaços indicados pelas divindades.

. Restrição de usos sociais e simbólicos da flora e fauna.

b) Insegurança social e fundiária:

- Aumento das preocupações dos Guarani com relação ao processo demarcatório e à degradação ambiental, como afetação de nascentes e cursos d'água.
- Acirramento nos processos de desmatamento.
- Degradação da fauna e flora em decorrência da duplicação da rodovia BR 280.

- Incremento de investimentos econômicos e a ampliação do uso industrial, habitacional e outros, que desencadeiam a utilização intensiva dos recursos naturais, a poluição dos corpos d'água e o avanço da supressão da vegetação.

c) Insegurança ambiental:

- Poluição e secagem dos corpos hídricos.
- Prejuízos à qualidade da água e do ar.
- Poluição sonora.
- Desmatamentos.
- Acúmulo de lixo e dejetos de produtos industrializados nas terras e nos rios das aldeias.

Diante dos impactos acima considerados, apresentam-se as seguintes medidas:

4.3 Medidas Mitigadoras Gerais

- Construção de passagens subterrâneas (localização a ser detalhada no Programa Básico Socioambiental).
- Cercamento de áreas de acesso à rodovia, nas adjacências das passagens subterrâneas.
- Instalação de redutores de velocidade próximos das áreas de travessia das comunidades indígenas (localização a ser detalhada no Programa Básico Socioambiental).
- Cooperação Técnica entre Funai e DNIT, via convênio, para efetivação do processo administrativo demarcatório de terras indígenas, cabendo ao órgão indigenista a responsabilidade desse processo e ao empreendedor a viabilização de recursos para:
 - a) Regularização da área onde se localiza a aldeia Yvy Ju / Reta (São Francisco do Sul), visando à segurança da comunidade.
 - b) Deflagração do processo demarcatório das áreas indígenas Yvy Ju / Reta (São Francisco do Sul) e Yy Akã Porã (Garuva), e área de uso tradicional contígua à Terra Indígena Morro Alto, o que inclui o Morro da Palha, cujo passo inicial é a criação do(s) Grupo(s) Técnico(s) nomeado(s) pela Funai, coordenado(s) por antropólogo de reconhecida qualificação, com a finalidade de

realização de estudos de natureza etnohistórica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e de levantamento fundiário necessários à regularização das Terras Indígenas, conforme normas e prazos definidos nos termos do Decreto nº 1.775/96.

c) Realização de viagens de representantes Guarani, com o objetivo de estudar, mapear e definir áreas com cobertura vegetal no Bioma Mata Atlântica, compreendendo o seu território de ocupação tradicional, a serem garantidas ao povo Guarani.

- Cooperação Técnica entre Funai e DNIT, via convênio, para efetivação de programas ambientais, cabendo ao órgão indigenista a responsabilidade desse processo e ao empreendedor a viabilização de recursos para:

- a) Monitoramento, controle e conservação ambiental das Terras Indígenas Tarumã, Pindoty, Morro Alto e Piraí, dadas as constantes denúncias dos Guarani de desmatamentos e retirada de recursos naturais diversos praticados por terceiros (a ser detalhado no Programa Básico Socioambiental).

- b) Restauração e proteção integral dos recursos naturais no interior e entorno das Terras Indígenas Tarumã, Pindoty, Morro Alto e Piraí (a ser detalhado no Programa Básico Socioambiental).

- Instalação imediata de placas nas divisas das Terras Indígenas Tarumã, Pindoty, Morro Alto e Piraí nas quais deverá constar a proibição da entrada de pessoas estranhas, com a indicação de que cabe aos índios “o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes” (Constituição Federal, art. 231, § 2).

- Cercamento dos limites das áreas indígenas nas proximidades de zonas de obras, no período de construção da rodovia, e de zonas de movimento intenso, no período de funcionamento.

- Plantio em linha de árvores nativas formando “paredes de vegetação”, como proteção ao ruído, à poluição do ar e dificultando o trânsito de pessoas estranhas às comunidades indígenas no interior das Terras Indígenas.

- Definição, a ser acordada entre Funai, DNIT e comunidades Guarani, quanto à garantia de integridade da Terra Indígena Piraí (Araquari) no que tange ao traçado da

duplicação no lote 2, visando a segurança dos Guarani, o uso e a preservação ambiental da área.

- Definição, a ser acordada entre Funai, DNIT e comunidades Guarani, quanto à garantia de integridade da Terra Indígena Morro Alto (São Francisco do Sul), no que tange ao traçado da duplicação no lote 1, visando a segurança dos Guarani, o uso e a preservação ambiental de área contínua com inserção do Morro da Palha.

4.4 Medidas Compensatórias Gerais

- Cooperação Técnica entre Funai e DNIT, via convênio, para conclusão do processo demarcatório das Terras Indígenas Tarumã, Pindoty, Morro Alto e Piraí, o que inclui a desintrusão dos não-indígenas.
- Criação de um fundo permanente para as comunidades Guarani do litoral norte de Santa Catarina, para a realização de: mutirões de construção de habitações e opy (casas cerimoniais) e plantações; viagens inter-aldeias; encontros de anciãos (xeramõi e xejariy), de lideranças religiosas (karaikuery e kunha karaikuery), da Comissão Guarani Nhemonguetá, da Comissão Nacional Terra Guarani Yvy Rupa; cursos de formação e aperfeiçoamento, entre outros. A gestão desse fundo será de responsabilidade das nove aldeias Guarani localizadas na região de estudo.
- Elaboração e implantação do projeto Casa da Cultura Guarani (a ser detalhado no Programa Básico Socioambiental).
- Fomento de programa de sustentabilidade (agricultura, meliponicultura, avicultura, manejo florestal etc.) a ser elaborado e desenvolvido pelas comunidades indígenas, com apoio técnico definido pelas próprias comunidades (a ser detalhado no Programa Básico Socioambiental).
- Estudo entre DNIT, FUNAI e lideranças Guarani para a viabilização de “passagem livre” no sistema de transporte viário aos índios Guarani, trecho São Francisco do Sul – Jaraguá do Sul e Araquari – Garuva. A passagem livre consta igualmente dos estudos de impacto ambiental da BR 101, trechos norte e sul, abarcando segmentos mais extensos.

4.5 Medidas quanto à Fase de Construção da Duplicação da BR 280

- Informação, acompanhamento e orientação às comunidades indígenas antes, durante e após as obras de duplicação da rodovia, visando análise conjunta e avaliação periódica dos impactos e de novas situações emergentes.
- Elaboração de materiais pedagógicos com conteúdos básicos contendo informações antropológicas a respeito do povo Guarani e das legislações indigenista e ambiental, direcionado aos profissionais que trabalharão nas obras.

Obs.: Esse material deverá servir de orientação para adoção de procedimentos e comportamentos a serem seguidos em eventual contato e relacionamento com as comunidades existentes na região. Isso envolve o postulado no Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/73) que no seu artigo 58 proíbe:

§ 1: escarnecer de cerimônia, rito, uso, costume ou tradição cultural indígena, vilipendiar ou perturbar a sua prática;

§ 2: utilizar o índio como objeto de propaganda turística ou de exibição para fins lucrativos;

§ 3: vender, fornecer ou disseminar bebidas alcoólicas aos índios.

- Efetivação de palestras e encontros com os profissionais que trabalharão na duplicação, objetivando explicitação e debate sobre questões ligadas às comunidades e às Terras Indígenas na região.
- Proibição de trânsito e estacionamento de máquinas e veículos nas áreas indígenas.
- Construção de canteiros de obras/acampamentos a uma distância mínima de 3 km das áreas indígenas.
- Não-construção de caixas de empréstimo sem autorização das comunidades Guarani, da Funai, dos órgãos ambientais e do IPHAN, em razão da possível existência de sítios arqueológicos.
- Instalação de placas de sinalização e redutores de velocidade nos dois sentidos da rodovia, nas proximidades das áreas indígenas.

4.6 Recomendações à União, DNIT, Funai, IBAMA, Fatma, Prefeituras Municipais e demais órgãos afeitos

- Implementação de projetos de restauração e proteção integral dos recursos naturais imprescindíveis à sociedade indígena Guarani, que abranja a proteção dos diversos rios e mananciais da região, a restauração de matas ciliares e áreas degradadas, além da instalação de corredores ecológicos entre os fragmentos florestais, conectando as áreas ocupadas pelos grupos Guarani e aquelas nas quais demonstram interesse para ocupação, observada a continuidade ambiental no litoral norte catarinense.
- Concretização de ações voltadas para a recuperação do rio Piraí, comprometido pela poluição, supressão da mata ciliar, extração de areia e assoreamento.
- Aquisição ou desapropriação de áreas no entorno das Terras Indígenas Tarumã, Pindoty, Morro Alto e Piraí que poderão ser foco de especulação imobiliária.
- Não-pavimentação asfáltica da Estrada do Inferninho (Araquari), tendo em vista a segurança física das comunidades Guarani.
- Elaboração de programas interinstitucionais de saúde, com assessorias especializadas nas áreas de antropologia e saúde, para a população Guarani das nove aldeias da região.
- Cotejamento dos planos diretores de Araquari e São Francisco do Sul (mapas do macrozoneamento e zoneamento), visando provável constatação de sobreposições e proximidade de zonas industriais e residenciais, corredores agroindustriais e Terras Indígenas já delimitadas e as que serão objeto de delimitação, no sentido de preservação das áreas indígenas.
- Incremento da participação de lideranças Guarani nos Comitês das Bacias Hidrográficas da região litoral norte catarinense.
- Criação de comissão formada por lideranças Guarani das nove aldeias da região para o monitoramento e o registro da efetivação das medidas mitigadoras e compensatórias, e das recomendações, com respectiva infraestrutura para as atividades (equipamentos, deslocamentos e capacitação das lideranças, entre outros).
- Formação de um grupo de estudo e trabalho, integrado por distintos empreendedores e representantes Guarani, para viabilização de um processo de

análise, tratamento e informação articulada relacionada à região litoral norte catarinense, no que tange aos projetos de crescimento econômico (em operação - caso do Gasoduto Bolívia-Brasil e seu ramal, em fase de estudo e em procedimento de licenciamento ambiental), considerando a importância ambiental da região e a concepção territorial da população indígena Guarani (que extrapola as terras delimitadas, alcançando as áreas ou lugares de importância simbólica, cultural e econômica para a sua reprodução física e cultural).

- Articulação entre o DNIT, o IPHAN, a Funai e as lideranças indígenas Guarani, para a criação de um Programa de Proteção do Patrimônio Arqueológico, com ações de monitoramento e resgate, assim como definição dos termos de salvaguarda de material porventura encontrado durante a instalação do empreendimento.
- Consolidação de visitas às aldeias por técnicos da Funai e do DNIT para apresentação e debate dos empreendimentos duplicação da BR 280 e contornos ferroviários de São Francisco do Sul e Joinville-Araquari, suas etapas e procedimentos de licenciamento ambiental. Essa apresentação deve se efetivar em linguagem clara e compreensível, em função das diferenças lingüísticas.
- Implantação de ciclovia, uma vez que os Guarani fazem uso de bicicletas, o que busca incentivar políticas de transporte sustentável, não-poluidor e promotor da saúde para a população em geral (extensão a ser detalhada no Programa Básico Socioambiental).
- Viabilização da participação de lideranças e representantes Guarani (num total de dezoito) das nove aldeias situadas na região de estudo nas audiências públicas a serem organizadas pelo IBAMA.
- Estudo, com os Guarani, do projeto de abertura do Canal do Linguado (em trâmite judicial) e as possíveis conseqüências para a Terra Indígena Pindoty – Gleba B. Avaliação da conjunção dos projetos duplicação da BR 280 e abertura do Canal do Linguado, visando medidas de prevenção e limitação de efeitos ambientais nefastos.
- Definições, a serem acordadas pela Fatma, Funai e lideranças Guarani, quanto ao Parque Estadual Acaraí e Ilha de São Francisco do Sul, no que se refere a direitos fundiários dos Guarani.

4.7 Passivos da Duplicação da Rodovia BR 101, Trecho Norte, de acordo com o Convênio PG-122/97- 00 (DNER/FUNAI), de 28.08.97

- Elaboração e implantação de um Programa de Organização Sócio-Econômico e Ambiental.
- Instalação de placas nas áreas indígenas nas quais deverá constar a proibição da entrada de pessoas estranhas, com a indicação de que cabe aos índios “o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes” (Constituição Federal, art. 231, § 2).
- Formação de GT da Funai de identificação e delimitação das áreas denominadas Rio Bonito (Joinville) e Rio do Meio (Itajaí), atualmente desocupadas, bem como as de Reta e Garuva, ocupadas.

Obs.: Os GTs para Reta e Garuva integram medida relativa à concretização do processo demarcatório das áreas indígenas Yvy Ju / Reta (São Francisco do Sul) e Yy Akã Porã (Garuva), mencionada anteriormente.

- Construção de passagem subterrânea próxima à Terra Indígena Tarumã (anteriormente denominada Corveta 1).
- Viabilização de “passagem livre” no sistema de transporte viário aos índios Guarani, entre Curitiba/PR e Florianópolis/SC, na fase de operação da rodovia. No EIA foi apontada como medida mitigadora a “passagem livre” no trecho Osório/RS – Vitória/ES.

4.8 Matriz de Avaliação de Impactos

Impactos e interferências da duplicação da BR280 nas aldeias e Terras indígenas	Pré-implantação						Construção						Operação														
	E	D	R	A	O	T	C	I	M	E	D	R	A	O	T	C	I	M	E	D	R	A	O	T	C	I	M
a. Insegurança física	N	P	I	R	D	L	S	M	M	N	P	I	R	D	L	S	G	G	N	P	I	R	D	L	S	G	G
a.1. Atropelamentos	N	P	I	R	D	L	S	M	M	N	P	R	R	D	L	S	M	M	N	P	R	R	D	L	S	G	G
a.2. Redução de circulação dos indígenas entre as aldeias:	N	P	I	R	D	L	S	M	M	N	P	I	R	D	L	S	G	G	N	P	I	R	D	L	S	G	G
a.3. Geração de novos postos de trabalho nas obras de duplicação	N	T	R	R	D	M	S	B	B	N	T	R	R	D	L	S	G	M	N	P	I	R	D	L	S	G	G
a.4. Intrusões nas áreas indígenas	N	P	R	R	D	L	S	M	M	N	P	I	R	D	L	S	G	G	N	P	I	R	D	L	S	G	G
a.5. Estresse psicossocial nas comunidades Guarani	N	P	I	R	D	L	S	M	M	N	P	I	L	D	L	S	G	G	N	P	I	L	D	L	S	G	G
b. Insegurança social e fundiária	N	P	R	R	D	L	S	M	M	N	T	R	R	D	L	S	G	G	N	T	R	R	D	L	S	G	G
b.1 Acirramento nos processos de desmatamentos	N	P	R	R	D	L	S	M	M	N	T	R	R	D	L	S	G	G	N	T	R	R	D	L	S	G	G
b.2 Degradação da fauna e flora decorrente da duplicação da rodovia BR 280	N	P	I	R	D	L	S	M	M	N	T	I	R	D	L	S	G	G	N	T	I	R	D	L	S	G	G
b.3 Incremento de investimentos econômicos e a ampliação do uso espacial industrial, habitacional e outros (que por sua vez, desencadeiam o uso intensivo dos recursos naturais, causando impactos ambientais na região, principalmente os abaixo)	N	P	I	R	D	L	S	G	G	N	P	I	R	D	L	S	G	G	N	P	I	R	D	L	S	G	G
b.4 Poluição dos corpos d'água	N	P	I	R	D	L	S	M	M	N	T	R	R	D	L	S	M	M	N	T	R	R	D	L	S	G	G
b.5 Avanço da supressão da vegetação	N	P	I	R	D	L	S	M	M	N	T	R	R	D	L	S	G	G	N	T	R	R	D	L	S	G	G
b.6 Diminuição paulatina de possibilidade de circulação dos indígenas entre as aldeias	N	P	I	R	D	L	S	M	M	N	P	I	R	D	L	S	G	G	N	P	I	R	D	L	S	G	G
c. Insegurança ambiental	N	P	I	R	D	L	S	M	M	N	P	I	R	D	L	S	G	G	N	P	I	R	D	L	S	G	G
c.1 Poluição e secagem dos corpos hídricos	N	P	I	R	D	L	S	M	M	N	P	I	R	D	L	S	G	G	N	P	I	R	D	L	S	G	G
c.2 Prejuízos à qualidade da água e do ar	N	P	I	R	D	L	S	M	M	N	P	I	R	D	L	S	G	G	N	P	I	R	D	L	S	G	G
c.3 Poluição sonora	N	P	I	L	D	L	S	M	B	N	P	I	L	D	L	S	M	B	N	P	I	L	D	L	S	G	M
c.4 Restrição de usos sociais e simbólicos da flora e fauna	N	P	I	R	D	L	S	M	M	N	P	I	R	D	L	S	G	G	N	P	I	R	D	L	S	G	G
c.5 Acúmulo de lixo e detritos de produtos industrializados nas terras e nos rios das aldeias	N	P	R	R	D	L	S	M	M	N	P	R	R	D	L	S	G	G	N	P	I	R	D	L	S	G	M

E	Expressão (Negativo, Positivo, Indeterminado)
D	Duração (Temporário, Permanente)
R	Reversibilidade (Reversível, Irreversível)
A	Abrangência (Local, linear, municipal, regional)
O	Origem (Direto ou Indireto)
T	Temporalidade (Imediato, Médio Prazo, Longo Prazo)
C	Cumulatividade (sim, não)
I	Intensidade (baixa, média, grande)
M	Magnitude (baixa, média, grande)

5 BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA E CONSULTADA

AGUIRRE NEIRA, J.C. *Ocupação e gestão territorial de indígenas Mbyá-Guarani: Análise a partir da formação da Aldeia Itanhaen em Santa Catarina – Brasil*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas/UFSC, 2008.

ALBUQUERQUE, U.P. *Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobotânica*. Recife: NUPEEA, 2004.

ALMEIDA, M. W. B: “Dilemas da razão prática: Simbolismo, Tecnologia e Ecologia na Floresta Amazônica”. *Anuário Antropológico* 86, 1986. p.213-226.

AMOROSO, Marta R. Território do medo: notas sobre a utilização da crônica setecentista como fonte da etnografia Mura. In NIEMEYER e GODOI (Orgs.). *Além dos Territórios*. Campinas, Mercado de Letras, 1998.

ANDERSON, L.O.; SHIMABUKURO, Y.E.; LATORRE, M.L. & JASINSKY, E. *Coleta de dados para Estudos de Cobertura Arbórea, Mapeamento da Cobertura da Terra e Avaliação de Unidades de Conservação/Territórios Indígenas: Metodologias de Trabalhos de Campo*. São José dos Campos: INPE, 2005.

ANDRADE, J.C.S.; DIAS, C.C. & QUINTELLA, R.H.A. Dimensão Político-Institucional das Estratégias Sócio-Ambientais: O Jogo Aracruz Celulose S.A. – Índios Tupiniquim e Guarani. *Ambiente & Sociedade*, Ano IV, n.9, 2001.

APINA & APIWATA. *Documento do Conselho das Aldeias Wajãpi – APINA e Associação dos Povos Indígenas Wajãpi do Triângulo do Amapari – APIWATA. Como é nosso jeito de viver e como planejamos nosso futuro*. Macapá, 2005.

_____. *Documento do Conselho das Aldeias Wajãpi – APINA e Associação dos Povos Indígenas Wajãpi do Triângulo do Amapari – APIWATA. Prioridade dos Wajãpi para 2006*. Macapá, 2006.

ARRUDA, R.S.V. *Imagens do índio: signos da intolerância*. In: GRUPIONI, L.D.B., VIDAL, L. & FISCHMANN, R. (Orgs.) *Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo: Edusp, 2001. p.43-61.

_____. *Territórios indígenas no Brasil: aspectos jurídicos e socioculturais*. In: LIMA, A.C.S. & BARROSO-HOFFMANN, M. (org.) *Etnodesenvolvimento e políticas públicas. Bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002, p.131-150.

ASSIS, V.S. de & GARLET, I.J. *Levantamento antropológico sobre as áreas indígenas no trecho Camaquã-Guaíba/RS (BR 116) e o Impacto do Empreendimento Gasoduto Cruzeiro do Sul*. São Leopoldo. Relatório, 1999.

_____. Análise sobre as populações Guarani contemporâneas: demografia, espacialidade e questões fundiárias. *Revista de Indias*, Madrid, vol. LXIV, (230):35-54, ene./abr. 2004.

AZZAN JUNIOR, C. *Antropologia e Interpretação: Explicação e Compreensão nas Antropologias de Lévi-Strauss e Geertz*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

BANDEIRA, D.R. *Ceramistas pré-coloniais da Baía da Babitonga – Arqueologia e Etnicidade*. Tese de doutorado em Arqueologia. Campinas, IFCH/Unicamp, 2004.

BARABAS, A.M. Introducción: Una mirada etnográfica sobre los territorios simbólicos indígenas. In BARABAS, Alicia M. (Coord.) *Diálogos con el territorio. Simbolización sobre el espacio en las culturas indígenas de México*. Vol. I. México D.F., INAH, 2003. p.15-36.

BARTOLOMÉ, M.A. *Shamanismo y Religion entre los Ava-Katu-Ete del Paraguay*. México, D.F., Instituto Indigenista Interamericano, 1977.

BASINI RODRIGUEZ, J.E. *Estratégias econômicas, políticas e religiosas na mito-práxis mbyá-guarani*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre, PPGAS/UFRGS, 1999.

_____. *Práxis, mito e processo civilizatório na narrativa dos mbyá guarani atuais*. Trabalho apresentado na V RAM, Florianópolis/SC, 30.11 a 03.12.03. 2003.

BASINI, J., FARIAS, I. (coord.). *Estudo de Impacto Ambiental e Relatório Ambiental sobre reconstrução e repavimentação da rodovia BR 319 no trecho Porto Velho - Manaus*. Manaus, 2008.

BECKHAUSEN, M.V. Aplicação do princípio da proporcionalidade: conflitos entre diversidade e desenvolvimento. In LEITE, I.B. (Org.) *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: NUER/ABA, 2005. p.207-212.

BERLIN, B. Folk Systematics in relation with biological classification and nomenclature. *Ann. Rev. Ecol. Sys*, Palo Alto, V. 4, p. 259-271, Nov. 1973.

_____. *Ethnobiological classification: principles of categorization of plants and animals in traditional societies*. Princeton, USA: Princeton University Press, 1992.

BERLIN, B.; BREEDLOVE, D.E.; RAVEN, P.H. Folk taxonomies and biological classification. *Science*, Washington, v. 154, n. 3746, p. 273-275, Oct. 1966.

BLOEMER, N.M.S. & MENDES, I.L.C. *Os Guarani da Aldeia Conquista (SC): Representações e práticas sociais em relação ao poder local e ao processo político eleitoral brasileiro*. Itajaí: Univali (no prelo).

BOURSCHEID, K.; JUCÁ, H.C.L.; REIS, A. *Re-infestação de Pinus sp. em área sujeita à restauração ambiental no Parque Florestal do Rio Vermelho, Florianópolis, SC*. Seminário Nacional de Degradação e Recuperação Ambiental "Perspectiva Social". Foz do Iguaçu, PR. (no prelo), 2003.

BRASIL. *Constituição da República*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRAND, A. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: Os difíceis caminhos da palavra*. Tese de doutoramento em História. Porto Alegre, PUC-RS, 1997.

BRANDÃO, Carlos R. Os Guarani: índios do sul, religião, resistência e adaptação. *Estudos Avançados*, USP, vol.4, n.10:53-90, 1990.

CABEZA DE VACA, Á.N. *Naufrações e Comentários*. São Paulo: L&PM, 1987.

CADOGAN, L. La encarnación y la concepción; la muerte y la resurrección en la poesía sagrada “esotérica” de los Jeguaka-va Tenondé Porã-guê (Mbyá-Guaraní) del Guairá, Paraguay. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, 1950, vol. IV.

_____. *Diccionario Mbya-Guarani – Castellano*. Asunción: CEADUC-CEPAG., 1992.

_____. *Ayvu Rapyta. Textos míticos de los Mbyá-Guarani del Guairá*. Asunción: CEADUC-CEPAG., 1997[1959].

CARVALHO, M.J.A. *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Piraí – Santa Catarina*. Funai, 2008a.

_____. *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tarumã – Santa Catarina*. Funai, 2008b.

_____. *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Pindoty – Santa Catarina*. Funai, 2008c.

_____. *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Morro Alto – Santa Catarina*. Funai, 2008d.

CAVALCANTI, Marilda C. Interação Guarani/Não Guarani: Etnocentrismo Naturalizado na Questão do Silêncio Inter-Turnos, *Trab. Ling. Apl.*, Campinas, (18):101-109, IEL/Unicamp, Jul/Dez, 1991.

CHAMORRO, G. *A espiritualidade guarani: uma teologia ameríndia da palavra*. São Leopoldo: Sinodal, 1998.

CHAPMAN, C.A. & CHAPMAN, L.J. Survival without dispersers: Seedling Recruitment under parents. *Conservation Biology*. 675-678, Volume 9, No. 3, June, 1993.

CICCARONE, C. *Drama e sensibilidade. Migração, xamanismo e mulheres Mbya Guarani*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. São Paulo, PUC-SP, 2001.

CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Francisco Alves, 1978.

_____. *A fala sagrada: mitos e cantos sagrados dos índios Guarani*. Campinas: Papyrus, 1990 [1974].

COLMEGNA, P. Reflexiones acerca del papel del/la antropólogo/a en proyectos de desarrollo. In LEITE, I.B. (Org.) *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: NUER/ABA, 2005. p.171-189.

COSTA, A. F. A Pesquisa de Terreno em Sociologia. In SILVA, A. S. e PINTO, J. M. (Eds.) *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento, 1987. p. 129 – 48.

CRAPANZANO, Vicent. Diálogo. *Anuário Antropológico/88*, Ed. Universidade de Brasília, p.59-81, 1991.

CTI. *Direitos Territorias Indígenas em Debate no Encontro da Comissão Nacional da Terra Guarani Yvy Rupa*. São Paulo, 2006.

CUNHA, M.C. Critérios de indianidade ou lições de antropofagia. In *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987. pp. 109-119.

DALY, H.E. Crescimento sustentável? Não, obrigado. *Ambiente & Sociedade*. Vol. VII, n.2, jul./dez. 2004. p.197-201.

DANTAS, F.A.C. *O Direito diferenciado: Pessoas, sociedades e direitos indígenas no Brasil*. Tese de doutorado em Direito, UFPR, 2003.

DARELLA, M.D.P. *Aldeias, terras e índios Guarani no litoral centro-norte de Santa Catarina e a BR 101 (GTs Portarias 641/PRES – 699/PRES e 922/PRES/1998. Relatório Final*. Florianópolis, 1999.

_____. *Parecer antropológico relativo às comunidades Guarani da região litoral norte de Santa Catarina e o projeto de construção da linha de transmissão de energia elétrica da subestação de Joinville a São Francisco do Sul (230 kV)*. Florianópolis, Texto, 2001.

_____. *Ore roipotã Yvy Porã. Nós queremos terra boa. Territorialização Guarani no litoral de Santa Catarina – Brasil*. Tese de doutorado do PEPGCS/PUC-SP, 2004.

DARELLA, M.D.P. et al. *Tekoa Vy'a Porã. TI Morro dos Cavalos – Palhoça/SC. Laudo antropológico. Laudo agrônomo*. Florianópolis, 2004.

DARELLA, M.D.P. et al. *Aldeia Tarumã: trabalho antropológico e agrônomo de apoio ao manejo agroflorestal e à cultura guarani*. UFSC, Relatório Final, 2005.

DARELLA, M.D.P. et al. *Aldeia Yakã Porã (Garuva): Conjunção de trabalho antropológico e agrônomo para a potencialização do manejo agroflorestal guarani*. UFSC, Relatório Final, 2006.

DARELLA, M.D.P., GARLET, I.J. & ASSIS, V.S. de. *Estudo de Impacto: As populações indígenas e a duplicação da BR 101, trecho Palhoça/SC – Osório/RS*. Florianópolis – São Leopoldo, 2000.

_____. *Programa Básico Socioambiental: As populações indígenas e a duplicação da BR 101, trecho Palhoça/SC – Osório/RS*. Florianópolis – São Leopoldo, 2001.

DARELLA, M.D.P. & MELLO, F.C. *Parecer Antropológico sobre a ocupação da Terra Indígena Cambirela*. Ministério Público Federal, Florianópolis, 2006.

_____. *Laudos Antropológicos e sua contribuição ao Direito*. In COLAÇO, Thais L. *Elementos de Antropologia Jurídica*. Florianópolis: Ed. Conceito, 2008.

- DIEGUES, A.C. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis. Da crítica dos modelos aos novos paradigmas. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 6, 1992.
- DOOLEY, R.A. *Vocabulário do Guarani*. Brasília: Summer Institut of Linguistics, 1992.
- ERLICH, P.R. A perda da biodiversidade – Causas e Conseqüências. In E.O. Wilson (Ed.). *Biodiversidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.27-35.
- FAUSTO, C. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FELIPIIM, A.P. *Caracterização ambiental da Terra Indígena Guarani de Ribeirão Silveira*. São Paulo, 2001a.
- _____. *O sistema agrícola Guarani Mbyá e seus cultivares de milho: um estudo de caso na aldeia Guarani da Ilha do Cardoso, Município de Cananéia, SP*. Dissertação de mestrado em Ciências Florestais. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo Piracicaba/SP, USP, 2001b.
- FERNANDES, F. *A Organização Social dos Tupinambá*. Brasília, Hucitec/UnB, 1989.
- FERNANDES, R.C. Produto e Processo: Desafios para o antropólogo na elaboração de laudos de impacto ambiental. In LEITE, I.B. (Org.) *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: NUER/ABA, 2005. p.191-206.
- FLORENZANO, T.G. *Imagens de Satélite para estudos ambientais*. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.
- FOLADORI, G. & TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. *Mana* 10(2): 323-348, 2004.
- FORTES, M. e EVANS-PRITCHARD, E. *African Political Systems*. London: Oxford University Press, 1970.
- FRANK, B. *Avaliação de impactos ambientais. Conceitos e caracterização*. Texto, s/d.
- FREITAS, A.E. et al. *Estudos complementares ao EIA/RIMA referentes ao componente indígena voltado ao processo de Licenciamento Ambiental do Sistema de Reforço Eletroenergético à Ilha de Santa Catarina e Litoral Catarinense*. Porto Alegre, Empresa Neocorp Ltda., 2006.
- FUNAI. *Conferência Regional dos Povos Indígenas da Região Sul. Documento Final*. Florianópolis, 06 a 10.06.05.
- FUNAI. Índios Guarani Mbyá recebem compensação pela Br-101. *Brasil Indígena*, Brasília, Ano II (8):29-31, jan./fev. 2002.
- GALLOIS, D.T. Sociedades Indígenas e Desenvolvimento: Discursos e Práticas, para Pensar a Tolerância. In: GRUPIONI, L.D.B.; VIDAL, L. & FISCHMANN, R. (Orgs.). *Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo: Edusp, 2001, p.167-188.

- GALVÃO, E. *Diários de campo entre os Tenetehara, Kaioá e índios do Xingú*. In GONÇALVES, M.A. (Org.). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Museu do Índio-FUNAI, 1996.
- GARIBALDI, A. & TURNER, N. Cultural Keystone Species: Implications for Ecological Conservation and Restoration. *Ecology and Society*. 9(3):1, 2004. [online] URL: <http://www.ecologyandsociety.org/vol9/iss3/art1>
- GARLET, I.J. *Mobilidade Mbyá: História e significação*. Dissertação de mestrado em História Ibero-Americana. Porto Alegre, PUC-RS. 1997.
- GASPAR, M.D. *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- _____. *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes, 1997a.
- _____. *El Antropólogo como autor*. Barcelona: Paidós, 1997b.
- _____. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- GEILFUS, F. *80 Herramientas para el Desarrollo Participativo*. IICA. Costa Rica, 1997.
- GELLNER, E. Relativism and Universalism. In HOLLIS, M. e LUKES, S. *Racionality e Relativism*. MIT Press, 1994.
- GONÇALVES, D. I. O Peabirú: uma trilha indígena cruzando São Paulo. *Cadernos de Pesquisa do LAP*, São Paulo, n.24, mar./abr., 1998.
- GOROSITO KRAMER, A.M. *Encuentros y desencuentros. Relaciones interétnicas y representaciones en Misiones, Argentina*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Brasília, UnB, 1982.
- GUASCH, A. *Diccionario básico guaraní - castellano – castellano - guaraní*. Asunción: CEPAG, 2003.
- HELM, C.M.V. *Povos indígenas da Bacia do Rio Tibagi, Usinas Hidrelétricas e Impactos*. Palestra apresentada na mesa redonda "Projetos de Desenvolvimento e suas conseqüências sociais", UFSC, 1999.
- IPARJ. *Diretrizes para o relacionamento do setor elétrico com os povos indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro, 1989.
- KAGEYAMA, P. & GANDARA, F.B.; *Dinâmica de populações de espécies arbóreas: implicações para o manejo e a conservação*. III Simpósio da Costa Brasileira – subsídios a um gerenciamento ambiental; Vol. II – Mata Atlântica e ecossistemas marinhos, São Paulo, 1994.
- KAGEYAMA, P.; GANDARA, F.B.; SOUZA, M.I.S. Conseqüências Genéticas da Fragmentação sobre populações de espécies arbóreas. In *Memória do II Simpósio sobre Ecologia e Manejo de Fragmentos Florestais*. Série Técnica IPEF. Piracicaba, 1998.

KLEIN, R. M. *Mapa fitogeográfico do estado de Santa Catarina*. Itajaí: SUDESUL, FATMA, HBR, 1978. (Flora Ilustrada Catarinense; 5).

_____. *Ecologia da flora e vegetação do vale do Itajaí*. *Sellowia: Anais Botânicos do Herbário Barbosa Rodrigues*. n. 31, Itajaí, dez. 1979.

_____. *Ecologia da flora e vegetação do vale do Itajaí (Continuação)*. *Sellowia: Anais Botânicos do Herbário Barbosa Rodrigues*. n. 32, Itajaí, Nov. 1980.

LA SALVIA, F. & BROCHADO, J.P. *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

LADEIRA, M.I. *Mbya Tekoa O nosso lugar*. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 3 (4):56-61, out./dez, 1989.

_____. *Yy Paũ ou Yva Paũ. Espaço mbya entre as águas ou o caminho aos céus. Os índios Guarani e as ilhas do Paraná*. São Paulo: CTI, 1990.

_____. *Aldeias Guarani do litoral de Santa Catarina*. São Paulo: CTI, 1991.

_____. *Comunidades Guarani da Barragem e do Krukutu e a linha de transmissão de 750 kV Itaberá – Tijuco Preto III*. São Paulo. Relatório, 2000.

_____. *São Paulo na Terra dos Índios. Povos Indígenas no Brasil 2001/2005*. RICARDO, B. & RICARDO, F. (Edits.). São Paulo, Instituto Socioambiental, 2006. p.831-832.

_____. *O caminhar sob a luz: Território Mbya à beira do oceano*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

_____. *Espaço geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso*. Maringá/PR: EDUEM; São Paulo: EDUSP, 2008.

LADEIRA, M.I. *et al. Estudo etnoecológico da TI Araribá na Área de Influência da LT 525 kV Londrina – Araraquara*. Rio de Janeiro, Biodinâmica Engenharia e Meio Ambiente Ltda., 2006.

LADEIRA, M. I. & AZANHA, G. *Os índios da Serra do Mar. A presença Mbyá-Guarani em São Paulo*. São Paulo: Nova Stella, 1988.

LADEIRA, M.I.; DARELLA, M.D.P. & FERRAREZE, J.A. *Relatório sobre as áreas e comunidades Guarani afetadas pelas obras de duplicação da BR 101 no Estado de Santa Catarina, trecho Garuva - Palhoça*. Agosto, 1996.

LADEIRA, M.I. & MATTA, P. (org.). *Terras Guarani no Litoral. Ka'agüy oreramoi kuéry ojou rive vaekue ÿ. As matas que foram reveladas aos nossos antigos avós*. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 2004.

LADEIRA, M.I. & WERA TUPÃ, L. *Condições ambientais do território guarani: implicações no modo de vida*. *Revista Tellus, Campo Grande/MS*, 4 (6):51-63, abril, 2004.

LADEIRA, M.I. & FELIPIM, A.P. *Teko Mbaraeterã. Fortalecendo nosso verdadeiro Modo de Ser*. São Paulo, CTI, 2005.

LANGDON, E.J.M. e ROJAS, B.G. “Saúde: Um fator ignorado numa situação de mudança rápida – A situação da Área Indígena Ibirama, SC”, In *A barragem de Ibirama e as populações atingidas na Área Indígena*. Boletim de Ciências Sociais A 51/52, 1991.

LEÃO, A. C. de S.; AZANHA, G. & MARETTO, L.C. *Estudo Socioeconômico sobre as terras e povos indígenas situados na área de influência dos empreendimentos do Rio Madeira (UHE Jirau e Santo Antonio). Diagnóstico final e avaliação de impactos nas terras indígenas Karitiana, Karipuna, Lage, Ribeirão e Uru-Eu-Wauwau*. Brasília, 2004.

Lei da Mata Atlântica. Lei Nº 11.428, de 22 de Dezembro de 2006.

LEITE, J. Um banco de dados para o levantamento etnoecológico. In GRAMKOW, Márcia Maria (Org.). *Demarcando Terras Indígenas II. Experiências e desafios de um projeto de parceria*. Brasília, Funai/PPTAL/GTZ, 2002. p.251-268.

LÉVI-STRAUSS, C. *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, D.M. e PY-DANIEL, V. Os levantamentos etnoecológicos do PPTAL – A experiência nas áreas indígenas Kanamari do Médio Juruá e Katukina Rio Biá. In GRAMKOW, Márcia Maria (Org.). *Demarcando Terras Indígenas II. Experiências e desafios de um projeto de parceria*. Brasília, Funai/PPTAL/GTZ, 2002. p.207-221.

LITAIFF, A. 1999. *Les fils du soleil: mythes et pratiques des indiens mbya-guarani du littoral du Brésil*. Tese de doutorado em Antropologia Cultural. Montréal/Canadá, Université de Montréal.

_____. 2000. *Kesuita*, uma metáfora mítico-histórica. Texto.

LORENZI, H. & MATOS, F.J.A. *Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas*. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2002.

MACHADO, P.A.L. Regulamentação do Estudo de Impacto Ambiental. In SANTOS, L. A.O. & ANDRADE, L.M.M. de. *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988. p.77-81.

MARENZI, R. C.; FRIGO, F.; ECCEL, R. e SCHIMIDT, A. D. *Unidades de Conservação de Santa Catarina: Base Preliminar de um Diagnóstico de Situação*. III Simpósio de Áreas Protegidas, Pelotas/RS, 2005.

MARTINS, P.S. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. *Estudos Avançados* 19 (53), 2005: 209-220.

MEDEIROS, J.C. de A. *Reestabelecendo um Tekoá pelos índios Guarani Mbyá - Um estudo de caso da aldeia Yakã Porã - Garuva/SC*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (CCA/UFSC), 2006.

MEGGERS, B.J. "Archeological and ethnographic evidence compatible with de model of forest fragmentacion" In PRANCE, G.T. *Biological deversification of the tropics*, N.Y., Columbia University Press, 1982.

MELIÀ, B. S.J. A Terra sem Mal dos Guarani: Economia e Profecia. *Revista de Antropologia*, vol.33, USP, 1990.

_____. *Pueblos indígenas en el Paraguay*. Fernando de la Mora, Paraguay: Secretaria Técnica de Planificación. 1997.

_____. *Palestra proferida no Seminário sobre Territorialidade Guarani. A questão da ocupação tradicional*. In: *SEMINÁRIO sobre territorialidade Guarani. A questão da ocupação tradicional*. Org. CIMI-Sul, MU/UFSC, CAPI. Florianópolis/SC, setembro de 2001. Relatório Final. 92 p. (Transcrição corrigida pelo palestrante). 2001a.

_____. Y marane`□ rekávo. Em busca da água sem males. *Encontros Teológicos*, Florianópolis/SC, 16 (31): 111-115, 2001b.

MELLO, F.C. *Aata tape rupy – Seguindo pela estrada: uma investigação dos deslocamentos territoriais realizados por famílias Mbyá e Chiripá Guarani no Sul do Brasil*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Florianópolis, UFSC, 2001.

_____. *Aetcha Nhanderukuery retará – Xamanismo, Parentesco e Transformação entre os Guarani Mbyá e Chiripá do sul do Brasil*. Tese de doutorado do PPGAS/UFSC, 2006.

MELLO, F.C. de & DARELLA, M.D.P. As comunidades Guarani e o processo de duplicação da BR-101 em Santa Catarina: análise da questão territorial. In LEITE, I.B. (Org.). *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: NUER/ABA, 2005. p.157-170.

MENESES, U.T.B. de. A construção original do território americano. *Revista USP*, São Paulo (12):8-15, dez./jan./fev. 1991-1992.

MINAYO, M.C. de Souza. *Saúde e Meio Ambiente: uma relação necessária*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

MONTEIRO, J.M. Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII. In: CUNHA, M.C. da (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p.475-98.

MONTOYA, A.R. de. *Tesoro de la lengva Gvarani*. Leipzig: B.G. Teubner, 1876 [1639].

_____. *Bocabulario de la lengva Gvarani*. Leipzig: B.G. Teubner, 1876 [1640].

MORGAN, H.L. *A Sociedade Primitiva*. Lisboa: Presença, 1974.

MOURA, A.C. M. *Globalização e Metodologias no uso do Geoprocessamento: estudos de casos de diferentes abordagens de análise espaciais*. Departamento de Cartografia – Instituto de Geociências - UFMG, MG. Trabalho apresentado no Congresso de Cartografia, Rio de Janeiro, 1997.

MUZY, R.C. “Que jamais se acabe.” Povo Guarani resiste na busca da Terra sem Males. *Revista Pobres & Nojentas*, Florianópolis, ano 01, n. 02, jul. 2006, p. 5-7.

NASCIMENTO, J.R. *Meio Ambiente do Trabalho e o uso do Amianto: Banimento ou uso controlado? Uma visão humanística em face da saúde do trabalhador*. Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília - Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento ICPD (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Pós-Graduação Lato Sensu, na área de Direitos Humanos. Brasília, Distrito Federal, 2006. Disponível em: <http://www.abrea.org.br/09bibliografia.htm>. Acesso em: 26.10.08.

NEVES, I.A. *Relatório de Eleição da Terra Indígena Piraí*. Funai. Brasília, 2000.

_____. *Relatório de Eleição da Terra Indígena Pindoty*. Funai. Brasília, 2002a.

_____. *Relatório de Eleição da Terra Indígena Morro Alto*. Funai. Brasília, 2002b.

NIMUENDAJU, C. Apontamentos sobre os Guarani. In *Revista do Museu Paulista*, N. S. VIII, 1954.

NOELLI, F.S. *Sem tekoha não há tekó. Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no Delta do Rio Jacuí-RS*. Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre, PUC-RS, 1993.

_____. La distribución geográfica de las evidencias arqueológicas Guaraní. *Revista de Indias*, Madrid, vol. LXIV (230): 17-34, ene./abr. 2004.

NUER/UFSC. *Laudos Antropológicos: Carta de Ponta das Canas. Textos e Debates* n.9. Florianópolis, 2001.

OIT. *Convenção n° 169 sobre Povos Indígenas e Tribais*. Ratificada pelo Brasil em 2004.

OLIVEIRA, J.P. Uma etnologia dos ‘índios misturados’: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In OLIVEIRA, J.P. de (Org.). *A viagem de volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

_____. Cidadania e globalização: povos indígenas e agências multilaterais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 6 (14):125-41, 2000.

PAC – *Plano de Aceleração do Crescimento 2007 – 2010*, de 22.01.07. Investimentos em Infra-Estrutura para o Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul.

PERONI, N. Agricultura de pescadores. In BEGOSSI, Alpina. (Org.). *Ecologia humana de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*. São Paulo, 2004. p.59-87.

PERRONE-MOISÉS, L. *Vinte Luas. Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503-1505*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, 1996.

PINHEIRO, M.H. de A. *Relatório do Levantamento Prévio da Terra Indígena Tarumã – SC*. Curitiba, Funai, 2003.

- POLLAK, M. Memória, Esquecimento e Silêncio, *In Estudos históricos*, vol.2, n.3, 1979.
- PROUS, A. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Ed. UnB, 1992.
- RADCLIFFE-BROWN, A. *Estrutura e função nas sociedades primitivas*. Lisboa: Edições 70, 1978.
- Rede de ONGs Mata Atlântica, Instituto Socioambiental e Sociedade Nordestina de Ecologia. *Dossiê Mata Atlântica*. 2001.
- REIS, M.J., RADOVICH, J.C. & BALAZOTE, A. (Eds.). *Disputas territoriales y conflictos interétnicos em Brasil y Argentina*. Córdoba, Ferreyra, 2005.
- REIS, M.J. Memória, territorialidade e migração compulsória: a reação dos agricultores à instalação da hidrelétrica Itá (SC/RS). In REIS, M.J., RADOVICH, J.C. e BALAZOTE, A. (Eds.). *Disputas territoriales y conflictos interétnicos em Brasil y Argentina*. Córdoba: Ferreyra, 2005. p.15-33.
- REIS, M.J. & BLOEMER, Neusa Maria Sens. (Orgs.). *Hidrelétricas e Populações Locais*. Florianópolis: Cidade Futura, EdUFSC, 2001.
- REIS, R.R; BARBIERI, M.L.S; LIMA, I.P.; PERACCHI, A.L O que é melhor para manter a riqueza de espécies de morcegos (Mammalia: Chiroptera): um fragmento florestal grande ou vários fragmentos de pequeno tamanho? *Revista Brasileira de Zoologia* 20(2), 225-230, junho 2003.
- RESENDE, P.C.S. *Terra Indígena Tekoa Tarumã (Araquari – SC)*. Relatório Ambiental (Portaria n. 641/PRES/FUNAI de 19/06/98). Brasília, Funai, 2000.
- RESOLUÇÃO CONAMA N° 004, de 04 de maio de 1994. Definir vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica em cumprimento ao disposto no artigo 6° do Decreto 750, de 10 de fevereiro de 1993, na Resolução CONAMA n° 10, de 01 de outubro de 1993, e orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado de Santa Catarina.
- Resolução CONAMA n° 04/96.
- Resolução CONAMA n° 07/87. Estabelece normas para regulamentação do uso do amianto (asbesto), obrigando os fabricantes a imprimir em cada peça dos mesmos, os seguintes dizeres, em características bem visíveis: “Cuidado! Este produto contém fibras de amianto. Evite a geração de poeira. Respirar poeira de amianto pode prejudicar gravemente a saúde. O perigo é maior para os fumantes”. Disponível em: http://www.pm.al.gov.br/bpa/publicacoes/leis_ambientais.pdf. Acesso em: 27.10.08.
- Resolução CONAMA n° 19/96. Define procedimentos operacionais para implicação da Impressão sobre as peças que contém amianto (asbestos). Disponível em: http://www.pm.al.gov.br/bpa/publicacoes/leis_ambientais.pdf. Acesso em: 27.10.08.
- RIBEIRO, D. *Diários Índios. Os Urubu-Kaapor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- RICARDO, B. & RICARDO, F. (Orgs.). *Povos Indígenas no Brasil 2001/2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.
- ROCHA, C.C. *Estudo de Avaliação da Metodologia Utilizada pelo Prapem/Microbacias 2 Junto às Populações Indígenas de Santa Catarina. Relatório Final*. Florianópolis, 2008.
- SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir*. São Paulo: Vértice, 1986a.
- _____. *Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1986b.
- SAHLINS, M. *Ilhas de História*, Jorge Zahar Ed., RJ, 1990.
- SANTA CATARINA. *Constituição do Estado de Santa Catarina* [1989]. Florianópolis: DDSG-ALESC, 2000.
- SANTA CATARINA. *Atenção à Saúde da População Indígena: Uma proposta de integração ao Sistema Único de Saúde em Santa Catarina*. Florianópolis, 2006.
- SANTILLI, M. Natureza e situação da demarcação das terras indígenas no Brasil. In KASBURG, Carola e GRAMKOW, Márcia Maria (Orgs.). *Demarcando Terras Indígenas. Experiências e desafios de um projeto de parceria*. Brasília, Funai/PPTAL/GTZ, 1999. p. 23-44.
- SANTOS, R.V. e COIMBRA Jr., C.E.A. (Orgs.). *Saúde e Povos Indígenas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.
- SANTOS, S. C *Índios e brancos no sul do Brasil*. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1987.
- SANTOS, S.C. dos (Coord.). *Projeto Uruguai. Conseqüências da construção da Barragem Machadinho para os Índios do Posto Indígena Ligeiro (RS)*. Florianópolis, 1980.
- SANTOS, S.C. dos & NACKE, A. (Orgs.). *Hidrelétricas e Povos Indígenas*. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 2003.
- SANTOS, S.C. dos; NACKE, A. & REIS, M.J. (Orgs.). *São Francisco do Sul: muito além da viagem de Gonneville*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.
- SCHADEN, E. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. São Paulo: EDUSP, 1974.
- SECCHI, D. et al. *Diagnóstico Etnoambiental das Terras Indígenas Xerente e Funil*. Relatório Final. Cuiabá, 2000.
- SEEGER, A. & VIVEIROS DE CASTRO, E. Terras e territórios indígenas no Brasil. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Vol. 12. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979, p.101-109
- SEMINÁRIO sobre territorialidade Guarani. A questão da ocupação tradicional*. 2001. Org. CIMI-Sul, MU/UFSC, CAPI. Florianópolis/SC. Relatório Final.

SILVA, A.L. Mitos e cosmologias indígenas no Brasil: breve introdução. In GRUPIONI, L.D.B. (Org.). *Índios no Brasil*. Brasília: MEC, 1994. p.75-82.

SILVA, F. *Biorremoção de nitrogênio, fósforo e metais pesados (Fe, Mn, Cu e Zn) do efluente hidropônico, através da Chorella vulgaris*. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Centro de Ciências Agrárias, UFSC, Santa Catarina, 2006.

SIMINSKI, A. *et al.* Sucessão Florestal Secundária no Município de São Pedro de Alcântara, Litoral de Santa Catarina: Estrutura e Diversidade. *Ciência Florestal*, Santa Maria, v. 14, n. 1, 2001. p. 21-33.

SOBRAL, M.; JARENKOW, J.A.; BRACK, P.; IRGANG, B.; LAROCCA, J.; RODRIGUES, R.S. *Flora arbórea e arborescente do Rio Grande do Sul, Brasil*. São Carlos, RiMA/Novo Ambiente, 2006.

SOUZA LIMA, A.C. de. & BARROSO-HOFFMANN, M. (Orgs.) *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Laced, 2002.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico* (83). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p.13-56.

TEDLOCK, D. A Tradição Analógica e o Surgimento de uma Antropologia Dialógica. *Anuário Antropológico* (85). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985.

_____. Etnography as Introduction: the storyteller, the audience, the fieldworker and the machine. In *The Spoken Word and the work of interpretation*. University of Pennsylvania Press, 1989.

TEIXEIRA, R.F.A. As línguas indígenas no Brasil. In SILVA, A. L. & GRUPIONI, L.B. (Orgs.). *A temática indígena na escola*. Brasília, MEC/Mari/UNESCO, 1995.

TOMMASINO, K. Palestra proferida no Seminário sobre *Territorialidade Guarani. A questão da ocupação tradicional*. In *SEMINÁRIO sobre territorialidade Guarani. A questão da ocupação tradicional*. Relatório Final. Org. CIMI-Sul, MU/UFSC, CAPI. Florianópolis/SC, setembro de 2001. 92 p. (Transcrição revisada pela palestrante).

VEIGA, F.B. (Coord.). *Estudo antropológico sobre as terras e as populações indígenas situadas próximas ao traçado do Gasoduto Cacimbas-Vitória. Relatório Final*. Rio de Janeiro: Biodinâmica Engenharia e Meio Ambiente Ltda., 2004.

_____. *Estudo etnoecológico das TIs do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Biodinâmica Engenharia e Meio Ambiente Ltda., 2005.

VELOSO, H.P., RANGEL FILHO, A.L.R. & LIMA, J.C.A. *Classificação da Vegetação Brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

VELLOZO, C. e FONTOURA, A.A. Yvy Mara Ey – Em busca da Terra Sem Males. A presença dos Guarani Mbya na região nordeste de Santa Catarina (1990-2003). *Caderno de Iniciação à Pesquisa* (Univille / Joinville. Vol.6, Nov. 2004. p.207-10.

VENZON, R.A. Migração e territorialidade Mbyá no Rio Grande do Sul. In: *Expropriação e luta. As terras indígenas no Rio Grande do Sul*. PETI/ANAÍ – RS, 1990-1993, p.169-172.

VIETTA, K. *Mbya: Guarani de verdade*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre, UFRGS, 1992.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ANPOCS, 1986.

_____. *Antropologia do Parentesco: Estudos Ameríndios*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

_____. No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é. In RICARDO, B. & RICARDO, F. (Orgs.). *Povos Indígenas no Brasil 2001/2005*. São Paulo: ISA, 2006. p. 41-49.

WEBER, C. *et al. Mapeamento da situação dos índios Guarani no Estado de Santa Catarina no ano de 1996. Relatório Final*. Florianópolis, UFSC. Texto, 1996.

WERNER, D. Stress psicossocial entre os índios da AI Ibirama. In SANTOS, S.C. (Org.) A Barragem de Ibirama e as populações atingidas na área indígena. *Boletim de Ciências Sociais*, Florianópolis, UFSC (51/52): 55-64, jan./jun. 1991.

WILDE, G. *Imaginarios contrapuestos de la selva misionera. Una exploración por el relato oficial y las representaciones guaraníes sobre el ambiente*. Texto, s/d.

APÉNDICE

MEMÓRIAS DOS ENCONTROS AMPLIADOS

- **Aldeia Tiaraju/Piraí – janeiro de 2008**
- **Aldeia Morro dos Cavalos – abril de 2008**
- **Aldeia Pindoty – maio de 2008**
- **Aldeia Tarumã – junho de 2008**
- **Aldeia Conquista – setembro de 2008**

MEMÓRIA DAS REUNIÕES COM A COMISSÃO INDÍGENA

- **Aldeia Pindoty – junho de 2008**
- **Colégio Agrícola de Araquari – setembro de 2008**
- **Pólo-Base de Araquari – outubro de 2008**
- **Pólo-Base de Araquari – novembro de 2008**

MEMÓRIA DA VIAGEM DE ESTUDOS GUARANI

- **Municípios de Campo Alegre, Botuverá, Guabiruba, Corupá e Jaraguá do Sul – outubro de 2008**

**MEMÓRIA DO ENCONTRO AMPLIADO
OCORRIDO NA ALDEIA TIARAJU/PIRAÍ (ARAQUARI)**

DATA: 29 E 30 DE JANEIRO DE 2008

**Tema: ESTUDO DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL DO PROJETO DE DUPLICAÇÃO
DA RODOVIA BR 280 – COMUNIDADES GUARANI.**

29.01.08:

Onírio Acosta, cacique de Tiaraju, abre a reunião em horário já avançado.
Flávia Cristina de Mello (equipe do EISA) inicia e cumprimenta a todos.

Apresentação dos presentes:

Onírio Acosta (Tiaraju/Pirai)
Osvaldo de Oliveira (Yvy Ju/Reta)
Cecília Brizola (Tiaraju/Pirai)
Nilton de Oliveira (Jabuticabeira – avisa que não é mais liderança e que deveremos procurar Júlio da Silva). Fala que está com problemas no coração e que deverá se retirar no período da tarde para consulta no cardiologista.
Felipe Brizoela (Pindoty)
Silvio Pereira (Tiaraju/Pirai)
Paulo de Oliveira (Yvy Ju/Reta)
Ricardo Ramirez (visitante da aldeia Miracatu, litoral de SP, parente de Felipe Brizoela)
Fernando da Silva (Conquista)
Marcelo Escobar (Conquista)
Maurílio Castro Euzébio (Jabuticabeira)
Domingo Hugo de Oliveira (Jabuticabeira)
Édson Rodrigues (Jabuticabeira)
Joel Ramires (Tiaraju/Pirai)
Marciana Brizola (Tiaraju/Pirai)
Júlio da Silva (Yvapura)
Leonardo da Silva (Yvy Ju/Reta)
Aristides da Silva (Tarumã)
Jurema da Silva Tatatchi (Tarumã)
Arlindo da Silva (Tiaraju/Pirai)
Marta Benite (Tiaraju/Pirai)
Carlos Lima (Tiaraju/Pirai)
Félix Martines ((Tiaraju/Pirai)
Flávia Cristina de Mello (equipe EISA)
Raoni Kriegel Kamayurá(equipe EISA)
Maria Dorothea Post Darella (equipe EISA)

Não houve participação, portanto, de Morro Alto e Yy Akã Porã neste primeiro período. No segundo dia participou Claudiomir Tibes.

Felipe: movimento, trabalho para as lideranças, colaborar. Lembra a reunião na FUNASA. Pindoty a 8 km da BR 280. É diferente do que estar à beira da BR 280, mas deve-se pensar no futuro do Guarani. Flávia e Dorothea: anos de trabalho e conhecimento. Tape: quase que ameaça

de vida. População vai aumentar, manter boa condição [para viver]. Muito jurua com pensamento diferente. Trabalho precisa ser positivo. A visão Guarani é bem sagrada. Auxílio de Nhanderu.

Carlos pergunta como vai ser a indenização.

Nilton: duplicação traz uma série de problemas. Morte de pessoas.

Felipe: Manter vivo o nhandereko. Vida, esperança, saúde. Tape: perigo que está na frente. Experiência BR 101. Água, mata, animais, saúde, terra, vida. Vida e futuro do Guarani não é dinheiro ou ferramenta. Há trabalhos e projetos que não entendem os Guarani. Demarcação de terras.

Flávia: o trabalho está começando, seguirá passo a passo. Deve-se entender bem o que é. O importante é o nhandereko.

Raoni: o dinheiro acaba, a terra e a água boa não. Apresentação do vídeo Karuguá.

Almoço: carne moída cozida junto com arroz e batata inglesa. Salada de repolho com cebola. Refresco.

Continuidade do encontro no período vespertino.

Felipe nos avisa que há problemas internos em algumas aldeias, sendo que Tiaraju é uma delas. Falará que esses problemas internos deverão ser postos de lado nesta reunião.

Felipe: registrar a palavra, entrar em acordo, acompanhar o trabalho, deixar de lado os problemas internos, pensar sobre trabalho para soluções, para frente. Deve haver união com Xokleng e Kaingang quando de necessidades dos povos indígenas no Brasil.

Menciona existirem cacique, liderança, participante e representante. “Sou primo do Adriano e falo bastante.”

Joel: por que voltar ao trabalho da duplicação só agora?

Silvio: o que pode acontecerá no tempo com as crianças?

Cecília: recupera falas do seu pai (Sr. Artêmio, falecido em 2003, em Tiaraju) que ressaltava a importância da terra e da mata para a segurança das crianças. Falava em área com espaço, preservada. Mencionava a importância do espaço do outro lado da BR 280.

Felipe: muita preocupação com a demarcação. Quando cheguei em Pindoty era lugar bonito, tinha quati, mas hoje nem sapo passa mais. População jurua está chegando demais. Passaram 5 anos e o que está acontecendo? Não há respeito do jurua. Depois que acaba bicho, mata, água, vem a demarcação. Acho falta de bicho e mato. Tenho medo que vá acabar.

O que vai acontecer 30 anos adiante? Pagamento não traz solução. Pesquisa: onde vai ser melhor para o Guarani? Procurar áreas.

RS – 1995/1996 – trabalho relacionado à terra. Oito pessoas Guarani, quatro mais velhos e quatro mais jovens. Viajamos. Jurua era só motorista. Buscar pessoas que já têm conhecimento, que fizeram trabalho que deu certo. Eu queria contar como fiz o trabalho no RS. [refere-se ao trabalho do Projeto Mbyá Guarani, das viagens realizadas com Ivori Garlet e Ignácio Kunkel].

Apresentação de arquivo PowerPoint com fotos das décadas de 1980 (vídeo Araquari), 1990 (trabalhos nas aldeias, inclusive BR 101 – trechos norte e sul), elaborado por Dorothea.

Relatórios e trabalhos à disposição dos Guarani na sala, durante os dois dias de reunião.

Felipe: a gente não pode perder a esperança.

Ficou combinado que Sr. Aristides falaria na manhã seguinte.

30.01.08

Onírio abre a reunião.

Flávia faz resumo do dia 29.01 e agradece a presença de Leonardo da Silva Gonçalves (Comissão Indígena Guarani Nhemonguetá, aldeia Morro dos Cavalos) e Clovis Brighenti (CIMI Regional Sul).

Presença de Claudiomir Tibes.

Fala de **Sr. Aristides** em guarani.

Leonardo “traduz” sua fala. Diz que as fotos apresentadas no dia anterior são memória. Memória fica na própria natureza. Memória da natureza. Olhar para a mata, lembrar da cultura. Mais jovens não têm mais essa visão mais ampla. Mais velhos têm esperança de lugar melhor. Aldeias – parentes. Lembrar e rezar para que tenham saúde e vivam bem. Definição de terras. Que Nhanderu ajude que consigamos nosso objetivo. Pede uma explicação quanto à situação da terra.

Leonardo diz que pode ajudar no esclarecimento. Relatórios das TIs Pirai, Tarumã, Pindoty e Morro Alto em análise na Funai. Novos GTs em Santa Catarina: a) Yy Akã Porã e Yvy Ju/Reta; b) Amâncio e Mbiguaçu e c) Cambirela, Massiambu e Marangatu.

Clovis: José Benite não participa desta reunião, por ter ido a uma outra em SP. Quis pegar Timóteo de Oliveira, mas não havia passagem para a aldeia Itanhaem. Muita água.

Claudiomir Tibes pede desculpas por não ter participado no dia anterior.

Onírio fala em Guarani. Preocupação: entendia que a duplicação ia acontecer agora, que as obras iniciariam imediatamente. Expressa preocupação com a terra. Muitas pessoas, pouco espaço, sem lugar para as casas, para as roças. Como usar o outro lado da BR 280?

Cecília: relato da situação da aldeia. Lembrou do pai que sempre teve interesse em morar do outro lado da rodovia. Depois do GT vieram mais cercas, aumentaram as dificuldades. Os jurua estão tirando a mata. Preocupação: todo o material é tirado do outro lado, como lenha, madeira, materiais para artesanato. Alguém lhes fará mal se entrarem? Estão com medo, preocupados, inseguros. D.Marta, sua mãe, também tem essa preocupação com os remédios tradicionais necessários para cuidar das doenças. Importante para os jovens também terem os conhecimentos tradicionais. Rezar e ter fé, pois permanecerão em Tiaraju.

Claudiomir: sentimento, compromisso, nhemonguetá, ter mais força (mbaraete).

Denúncias sobre Pindoty e Tiaraju: jurua entrando, desmatando, cercando, enquanto as terras não são definidas e garantidas para os Guarani.

Felipe: Menciona a centralidade de Nhamandu e da união dos Guarani. Fala da importância de Leonardo estar junto naquele dia. Expressa que Silvio pedira para falar uma preocupação muito grande: a rixa entre grupos familiares em Tiaraju. Preocupação com a possibilidade de presença de Xokleng e Kaingang em curto espaço de tempo.

Onírio afirma: “Os Xokleng e Kaingang não virão para cá.”

Felipe: o trabalho está indo para frente.

Flávia: Como a equipe pode ajudar na demarcação das áreas: áreas em processo e áreas para GTs. Pensar em metodologia de trabalho.

Ainda no período da manhã foi entregue uma ficha para cada um (24 ao todo), na qual dever-se-ia escrever uma palavra que marque o sentido da reunião até aquele momento. Cecília ficou responsável por anotar também as palavras de sua mãe, Sr. Aristides e Jurema. Palavras mencionadas em voz alta posteriormente: Ka’aguy [mata] (3), yvy [terra] (2), mua [plantas medicinais], plantas medicinais, ervas medicinais, confiança, jerovia [confiança], ma’ety’a [plantação], participação dos mais velhos, memória, teko, lugar, rio, colaboração, vida, tekoa porã, preocupação, Nhanderu mate tape omoexara [Eu agradeço muito Nhanderu], reunião, todos unidos.

Esclarecimento sobre a dinâmica da reunião no período da tarde, que contaria com outros convidados externos.

Período vespertino:

Convidados: Comissão Nhemonguetá, CENTRAN (Florianópolis e Joinville), Procuradoria da República em Joinville, CIMI Regional Sul, FUNAI (comunicação do convite efetivado à Funai AER Curitiba em data de 29.01.08).

Onírio abre a reunião, cumprimentando a todos.

Apresentação dos participantes não-indígenas:

Marcos Farias (antropólogo, Procuradoria da República em Joinville)

Eduardo Barragan (procurador, Procuradoria da República em Joinville)

Aldair Nascimento Carvalho (pedagogo, Procuradoria da República em Joinville)

Vinícius e Álisson (Procuradoria da República em Joinville)

Simone Cristina Schultz (Promotora do Ministério Público de Santa Catarina em São Francisco do Sul)

Gildo Coelho Bastos (CENTRAN Fpolis)

Cel. Paulo Ebling (CENTRAN Fpolis)

Cabo Jéfferson da Silva (CENTRAN Fpolis)

Paulo Galarça (CENTRAN Joinville)

Clovis Brighenti (CIMI Regional Sul)

Flávia Cristina de Mello, Raoni Kriegel Kamayurá e Maria Dorothea Post Darella (equipe do EISA).

Maria Dorothea Post Darella: Expõe o objetivo do encontro e uma síntese do andamento do mesmo desde o dia anterior. Acentua a importância da palavra *nhemonguetá* e seu significado: a conversação, o diálogo e as trocas, para que todos tenham mais esclarecimentos e compreensão do processo relacionado ao estudo de impacto socioambiental; do trabalho conjunto entre as aldeias, entre as aldeias e a equipe, entre as aldeias, a equipe e os vários órgãos e instituições, tratando-se de uma tarefa necessária, uma tarefa que tem seu tempo.

Lembra que no transcorrer do encontro foram abordadas pendências da duplicação da BR 101 e a conseqüente necessidade de providências relacionadas a algumas comunidades. Sublinha as falas dos Guarani quanto a sua preocupação com a situação atual e o futuro dos seus filhos e netos, bem como a possibilidade de terem condições para seguir praticando o *nhandereko* (“nossa cultura”). Desta forma, o estudo deverá apresentar aos órgãos envolvidos a visão de mundo dos Guarani e as conjunturas atuais.

Esclarece que a reunião de dois dias na aldeia Tiaraju foi organizada em resposta à reivindicação dos Guarani quando da conversa na FUNASA em 15 e 16.01.08 (Florianópolis/SC). Nessa oportunidade Flávia, Dorothea e Raoni, a convite das lideranças Guarani ali presentes, efetivaram esclarecimentos/atualizações quanto ao andamento do processo relacionado ao estudo de impacto socioambiental. A solicitação das lideranças foi de que tal reunião conjunta deveria ocorrer ainda no mês de janeiro, para informações, reflexões e debates, devido ao longo tempo decorrido sem notícias sobre o andamento do processo de realização do EISA e ao volume de informações inconsistentes que as lideranças colheram em distintas interlocuções sobre o assunto, o que muito os afligiu. A equipe acatou a reivindicação, mesmo não tendo sido efetivada a formalização dos procedimentos administrativos e da contratação de profissionais para a realização do EISA, por entender ser procedente tal solicitação e preocupante o contexto de desinformação que se apresentava.

Menciona a importância da análise do anteprojeto da duplicação da rodovia. Informa que o cacique Onírio explicitara sua preocupação, no período matutino, de que as obras iniciariam imediatamente. Na realidade, esta apreensão se mostrou generalizada entre os Guarani.

Agradece a presença dos convidados, visando a construção de melhores condições de trabalho, ressaltando ser essa a “reunião zero”, que visa tecer alguns princípios para efetivação do estudo, considerando ainda a incompletude da equipe de trabalho. A reunião seguinte, a primeira reunião oficial, ocorrerá de conformidade com o previsto no projeto apresentado pela equipe em dezembro de 2006, ou seja, realizar-se-á em conjunto com a FUNAI e com a presença de todos os técnicos e colaboradores integrantes.

Flávia Cristina de Mello: Ressalta a relevância da tradução das falas, para melhor entendimento dos Guarani, o que ficou a cargo de algumas lideranças com maior fluência na língua portuguesa.

Cel. Paulo Ebling:

Explica que o Centran é o órgão responsável pelo EIA/RIMA, estudo que compreende a primeira etapa da duplicação. Esclarece que o estudo e a construção da estrada são acontecimentos que se dão em tempos diferentes, são etapas distintas. Explicitou existirem de 13 a 15 programas ambientais e que os anseios das comunidades devem constar dos estudos.

Em arquivo PowerPoint apresenta:

- o objetivo e cronograma do Centran, seus responsáveis no Rio de Janeiro e em Florianópolis (Cel. Dias e Cel. Ebling, respectivamente), bem como os profissionais atuantes em Florianópolis e Joinville (Gildo – responsável pelos relatórios e Galarça – responsável pelo apoio das equipes em campo, respectivamente);
- as parcerias do Centran para tal: a) 1ª DL, em Porto Alegre, responsável pelo mapeamento do Sul, pela base cartográfica; b) FURJ/UNIVILLE, em Joinville, responsável por todos os estudos (como arqueologia, corpos hídricos, fauna, flora, meio físico, meio sócio-econômico etc.), com

exceção do da população indígena; c) FAPEU/UFSC, em Florianópolis, responsável pelo estudo sócio-ambiental das terras e comunidades Guarani e d) Centran, responsável pela caracterização do empreendimento.

- o prazo para finalização do EIA/RIMA como sendo agosto de 2008 e posterior efetivação das audiências públicas para apresentação, debate, proposições.

Engenheiro Paulo Galarça:

Igualmente em forma de arquivo PowerPoint, explana sobre dados gerais da rodovia BR 280 como: a rodovia faz parte da malha viária que se comunica com os países do Mercosul, como Paraguai, Argentina e Uruguai; em SC possui 580 km, de São Francisco do Sul a Dionísio Cerqueira; o trecho a ser duplicado primeiramente totaliza 71,5 km, sendo uma das prioridades do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento, do governo federal); a divisão dos projetos em Lote 01, a cargo da Prosul e o Lote 02, a cargo da Iguatemi. Menciona os demais estudos que integram o EIA/RIMA da duplicação da BR 280 e algumas de suas especificidades e interrelações. Trata-se do estudo para obtenção do licenciamento prévio da obra. Esmiúça aspectos sobre as três grandes áreas de estudo: meio físico, meio biótico e meio sócio-econômico.

As informações técnicas e os impactos ambientais serão avaliados, devendo ser apresentados os cenários futuros, considerando tanto a obra quanto a operação da estrada. Essa avaliação resultará na implantação ou não do empreendimento. Caso os níveis de impacto sejam maiores que os benefícios da obra, o empreendimento não se efetivará.

Menciona ser a duplicação de máxima urgência e importância, e que a mesma trará progresso.

Leonardo da Silva Gonçalves:

Representante das comissões Nhemonguetá (estadual) e Yvy Rupa (nacional). “A presença das instituições aqui mostra que há respeito pela comunidade e é um bom começo.” Afirma que os Guarani nunca tiveram intenção de atrapalhar o crescimento do Brasil e que sabem da importância do empreendimento para a sociedade como um todo.

Pondera que a maioria das estradas foi feita em cima de trilhas indígenas e que os mais velhos lembram disso. Menciona caminhos no litoral e do litoral para o interior, o que inclui Paraguai e Argentina.

Em suas palavras: “Com 15, 16 anos eu era muito revoltado. Minha avó dizia: ‘Não fique revoltado, pois os brancos também são seres humanos e existem pessoas boas e ruins. É preciso diferenciar.’”

Segundo Leonardo, os Guarani são iguais a um rio que vai procurando o caminho certo. Os Guarani sobrevivem vendendo artesanato, até mesmo pedindo esmola, mas nunca pensam em roubar e matar. Sempre procuram um caminho melhor. Os mais velhos falam que existiram aldeias no litoral e interior, falam dos nomes dos lugares, no litoral e no interior. Os Guarani contribuíram bastante para a história e a língua falada no Brasil. Há memória sobre isso. Sobre a cultura tem coisas que hoje já não acontecem mais, mas continuam nas cabeças, nunca são esquecidas. [Carlos Lima, ao seu lado, por vezes agrega informações à fala de Leonardo].

Acentua que ainda não há terra suficiente para viver a cultura, fazer os cultivos, diferente de muitos grupos indígenas na Amazônia.

Pondera que antes da Constituição de 1988 os índios eram tutelados pelo governo, pela Funai, até mesmo quando queriam viajar, precisavam de autorização. Hoje há oportunidade de reverter essa situação. Os índios têm muita dificuldade de conhecer os direitos que têm. Daí a importância dos parceiros.

“Por que há mobilidade dos Guarani?” muitos perguntam”. A mobilidade faz parte da cultura do mundo, da humanidade, por variados motivos.

Finaliza dizendo tratar-se de uma reunião com a presença de pessoas responsáveis pelo projeto: “A gente está tendo uma boa conversa, o que é uma forma de respeito. A gente está aqui para contribuir também.”

Eduardo Barragan:

Fala sobre a função do Ministério Público Federal, qual seja a fiscalização do cumprimento da legislação, da Constituição Federal. Empreenderá o acompanhamento e análise dos trabalhos relacionados à duplicação da BR 280, na defesa dos interesses e direitos dos povos indígenas e não-indígenas e para tanto, solicita acesso ao que será redigido. Informa que a Procuradoria da República possui um corpo pericial para as devidas análises.

Caso algo não esteja sendo bem contemplado ou não esteja sendo considerado, será feita manifestação que será dirigida a quem está fazendo o estudo ou ao empreendedor.

Sobre a BR 101 lembra que muitas questões foram mal contempladas ou mal resolvidas, o que não poderá acontecer com a BR 280.

A obra, sem dúvida, é importante, mas a análise para verificação da viabilidade da obra é fundamental e faz-se necessário estudar a forma como a duplicação será feita.

Informa que duas Procuradorias da República estarão atuando. Repassará os devidos informes a Cláudio Cristani, procurador da república em Jaraguá do Sul e Corupá. Há também a atuação e posição do Ministério Público Estadual.

Papel do MPF: se fazer presente, acompanhar, fiscalizar, estar em constante diálogo com os Guarani, a equipe, os empreendedores.

Ressalta a importância da questão social, do patrimônio imaterial, do patrimônio histórico, do conhecimento dos povos tradicionais.

Marcos Farias de Almeida:

Comentário a título de contribuição para o processo de conhecimento: há o mapa do engenheiro, que reproduz uma perspectiva que é a da realização do empreendimento. Há também os mapas etnográficos, que são a representação daquilo que os Guarani ou outros povos da região realizam no lugar. Trata-se de diferentes perspectivas.

O ponto de partida do projeto deveria ser o da população que ali vive. Discutir o Termo de Referência do olhar de quem será afetado. Empreendimento será realizado dentro de um território. E quais serão os impactos? Os estudos são fundamentais para efetivação da avaliação do projeto.

Sítios arqueológicos: qual a visão e interpretação dos Guarani a respeito? Pensar o domínio sobre a territorialidade. O que significa a interrupção desse domínio. Pensar o território tradicional Guarani.

Segundo ele, o empreendimento pode permitir a continuação de processos de ocupação. Os Guarani circulam e correm risco, perigo. Desta forma, deve ser pensada uma proposta que contemple essa prática tradicional de circulação.

Gildo Coelho Bastos:

Menciona a proposição dos estudos de etnobotânica. Termo de Referência precisa de fato ser discutido antes e exemplifica a posição com relação ao Canal do Linguado.

Esclarece que o DNIT é o empreendedor. O Centran é responsável por viabilizar os estudos.

Devem ser percebidos também os impactos positivos, como geração de emprego, aumento de comércio etc. Quem monitora, quem avalia?

Simone Cristina Schultz:

Estará atenta aos trabalhos e tratará do tema junto aos colegas de Jaraguá do Sul e Araquari, que serão informados. Importância de diálogo e busca de consenso durante os trabalhos, visando resguardo dos direitos sociais.

Aldair Nascimento Carvalho:

Cita a localidade de Corveta, em Araquari: com a BR 101 uma comunidade inteira foi dispersada, desmanchada. Também outras comunidades sofreram impactos. Relevância de ouvir os integrantes das comunidades no que tange os projetos.

Clovis Brighenti:

O papel do CIMI é estar junto às comunidades indígenas, apoiar e defender seus direitos, além de contribuir com eles no conhecimento de seus direitos. Há preocupação com o cumulativo na região litoral norte, considerando uma série de empreendimentos para além da duplicação da BR 280, como ferrovia, portos, contorno ferroviário, a estrada Costa do Encanto etc. Entende ser importante ponderar sobre os benefícios desses empreendimentos, seus impactos e como mitigá-los. Todavia, as comunidades indígenas têm preocupação anterior: a de poder viver. A população Guarani se encontra preocupada com a terra, a mata e a água.

Quando se duplicou a BR 101, não se imaginava discutir a duplicação da BR 280. Aponta que a passarela de Tarumã (BR 101) até hoje não foi construída. Outras medidas igualmente não foram concretizadas, o que gera insegurança e stress nas comunidades.

A sociedade é um conjunto, precisa ser pensado o todo, mas os direitos das comunidades precisam ser contemplados. A garantia das terras é o mínimo. Um dos entraves para a demarcação de terras indígenas na região é justamente essa perspectiva de desenvolvimento existente. As comunidades acabam sendo vistas como entrave.

Maria Dorothea Post Darella:

Mostra o cipó imbé e o que ele pode simbolizar neste momento, a partir de seu uso: costura, finalização. Importância do cipó imbé para os Guarani. Importância de um trabalho articulado, com boas costuras, bons diálogos, inclusive interinstitucionais.

Pede que as palavras finais sejam dos Guarani.

Flávia Cristina de Mello:

Agradecimento aos participantes. Reflete que provavelmente expectativas de mais respostas ainda permaneçam, mas haverá o processo de trabalho, no qual as dúvidas serão tratadas.

A presença de parte da equipe se dá por comprometimento e respeito, pois efetivamente ainda não há contratação e tampouco equipe completa. Devido a essa indefinição das formalidades contratuais, não foi possível ainda articulação com as demais equipes do EIA. Avalia como fundamental a presença do CENTRAN na reunião para dissipação de dúvidas dos Guarani, bem como da Procuradoria da República em Joinville, para entendimento da conjuntura e das razões do alongamento do tempo para início dos trabalhos.

Afirma que esta reunião significa avanço na compreensão do processo.

Raoni Kriegel Kamayurá:

Agradecimento aos participantes. Enfatiza a importância da palavra das lideranças Guarani no decorrer e na clausura do encontro.

Nilton de Oliveira:

“Com a duplicação a situação das aldeias vai complicar mais. Não estou aqui pelo dinheiro, mas para defender a comunidade. Tomara que aconteça aquilo que a gente quer.”

Finaliza com o agradecimento.

Saudação e agradecimento à equipe de cozinha, com uma salva de palmas. Igualmente aos que cortaram a lenha.

Felipe Brizoela:

Agradecimento aos presentes. “A luta não surge somente na necessidade. A terra, a água, a mata são sagradas. A gente vive com elas. Não há só vida e interesse pessoal, mas sim de Nhanderu.”

“Contamos com vocês, hoje pedimos força para vocês. Quem conhece o papel são vocês. Consideramos vocês como humanos, como irmãos. Guarani sempre tem essa visão. Guarani tem o coração limpo e um espírito sagrado que jamais vai se acabar.”

“Vamos começar a trabalhar e vamos dar continuidade. A gente coloca na mão de Nhanderu, nosso criador, pedindo que a gente tenha tranquilidade, paz, saúde. Tenho certeza de que vamos achar o caminho certo. Nhanderu vai iluminar nosso caminho”.

Encerramento da reunião.

A seguir foi servido café com pão na cozinha comunitária.

Algumas questões, indagações, esclarecimentos que surgiram no transcorrer desse período vespertino:

Centran: Há dois Termos de Referência que devem ser seguidos, quais sejam do IBAMA e da FUNAI.

MPF: Outras comunidades tradicionais não-indígenas devem ser estudadas, sob responsabilidade de cientistas sociais. Deverá haver articulação entre os estudos arqueológicos e antropológicos quanto à presença guarani pretérita e atual na região do litoral norte catarinense. Qual a razão da duplicação alcançar apenas o trecho São Francisco do Sul – Jaraguá do Sul no momento? Qual a razão do trecho atual ter sido dividido em dois lotes para elaboração do anteprojeto?

Centran: Providências quanto ao Canal do Linguado: estudo de viabilidade iniciou em 2002/2003, sendo entregue projeto, que se encontra em análise judicial. A ponte será licenciada junto com a rodovia, mas o próprio projeto está atrasado, se comparado com o da rodovia. Construir-se-á uma ponte com arco central suficientemente alto para possibilitar navegação futura, se for o caso.

Haverá expansão da malha ferroviária e de retroportos.

Estudos de impacto incidirão em programas ambientais.

O contrato de trabalho entre DEC – FAPEU foi publicado no Diário Oficial da União.

Observações:

Equipe do EISA: Agradecimento ao Centran pelo empréstimo de equipamentos (*laptop* e projetor), bem como disponibilização dos mapas dos anteprojetos, para conhecimento dos Guarani.

Agradecimento à FAPEU no que tange ao adiantamento de recursos para efetivação da denominada “reunião zero” em Tiaraju (parte das despesas como reembolso).

Faz-se necessário o diálogo interinstitucional a respeito do tema.

A equipe de trabalho disponibilizou, para consulta dos Guarani presentes, vários relatórios e pareceres relacionados às comunidades Guarani do litoral de Santa Catarina.

Lideranças Guarani enfatizam a importância da continuidade de repasse de informações, independentemente da efetivação da contratação da equipe e do início oficial dos trabalhos.

A Funai (AER Curitiba) foi informada e convidada para o encontro, embora apenas no dia anterior.

Março de 2008.

Maria Dorothea Post Darella e Flávia Cristina de Mello.





**MEMÓRIA SINTETIZADA DO ENCONTRO OCORRIDO NA
TERRA INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS (PALHOÇA)**

DATA: 24 E 25 DE ABRIL DE 2008

**Tema: PROJETOS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E TERRAS INDÍGENAS
GUARANI NO LITORAL DE SANTA CATARINA E DO
RIO GRANDE DO SUL.**

Organização: Comissão Indígena Guarani Nhemonguetá.

24 de abril de 2008

Marcelo Benite: saudação inicial.

Hiral Moreira: leitura de documentos da Comissão Nacional Terra Guarani Yvy Rupa, Comissão Indígena Guarani Nhemonguetá e Comissão de Terras Guarani do RS, a respeito do prazo dos trabalhos relacionados ao Convênio DNIT/Funai, de 2002. Leitura de documento da Comissão Indígena Guarani Nhemonguetá sobre trabalhos relacionados à região litoral norte de SC e sobre a ação civil pública da PR-SC (processo movido pela Associação de Moradores YYnn Moroti Whera, da Terra Indígena Mbiguaçu, contra a Celesc S.A.).

Apresentação dos presentes em 24.04.08:

Marcelo Benite – cacique de Morro dos Cavalos

Hiral Moreira – cacique de Mbiguaçu, coordenador da Comissão Nhemonguetá

Leonardo da Silva Gonçalves – Morro dos Cavalos, coordenador da Comissão Nhemonguetá

João Paulo Acosta – RS

André Benite – Cacique de Tava´i

Timóteo de Oliveira – cacique de Itanhaen

Adriano Morínico – cacique de Morro Alto

Arminda Ribeiro (cacique da aldeia Conquista)

Santiago Franco – RS

Onírio Acosta – cacique Tiaraju

Édson Rodrigues – Jabuticabeira

Etelvina Fontoura – Cambirela

Agostinho Moreira – Morro dos Cavalos

Horácio Lopes – cacique de Morro Grande

Inácio da Silva – cacique de Marangatu
Felipe S. Brizoela – cacique de Pindoty
Carlos da Silva – Conquista
Inácio de Oliveira – cacique de Jabuticabeira
Maurício da Silva Gonçalves – RS
Vitória de Oliveira – Yvapuru
Claudiomir Tibes – cacique Yy Akã Porã
Aristides da Silva – cacique de Tarumã
Irineu Benite – cacique Massiambu
Marco Jekupé – Morro dos Cavalos
Darci Lino Gimenes – Marangatu
Marcos Farias de Almeida – PR-SC
César Stein – Funai AER Curitiba
Glenio Alvarez – Funai AER Curitiba
Maria Janete Albuquerque de Carvalho – Funai CGPIMA Brasília
Vincenzo Lauriola – Funai CGPIMA Brasília
Analúcia Hartmann – PR-SC
Maria Inês Ladeira – CTI
Flávia Cristina de Mello – equipe EISA duplicação BR 280
Fabiana da Silva – equipe EISA duplicação BR 280
Diogo de Oliveira – equipe EISA duplicação BR 280
Raoni Kriegel Kamayurá – equipe EISA duplicação BR 280
Maria Dorothea Post Darella – equipe EISA duplicação BR 280
Clovis Brighenti – CIMI
Osmarina de Oliveira – CIMI
Claire Cottereau
Orivaldo Nunes Júnior

Memória:

- Preocupação dos Guarani com o prazo do Convênio DNIT/Funai para efetivação das medidas mitigadoras relacionadas à duplicação da BR 101 – trecho sul.
- Preocupação de lideranças da região litoral norte sobre a duplicação da BR 280 no que tange a prazos de trabalhos.
- Informes sobre o Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Guarani (PACIG): necessidade de agilização dos procedimentos para as comunidades afetadas no RS e em SC; pedido para apresentação do cronograma de trabalho no que se refere ao programa fundiário e ao programa sócio-econômico-ambiental; aplicação dos recursos do PACIG no Tesouro Nacional, com rendimentos sobre o valor de R\$ 11 milhões; auditoria realizada pela CGU não apontou problemas com os gastos.
- Informe da PR-SC sobre o processo da Celesc – Mbiguaçu: tramitam duas ações na Justiça Federal (uma da Associação de Moradores Yynn Moroti Whera e a segunda da PR-SC); o advogado da associação solicitou apenas danos morais, mas há necessidade de agenciamento igualmente de indenização por danos materiais; é imperativa a elaboração da perícia antropológica e nova indicação de antropólogo de consenso das partes.

- Necessidade de urgência nos procedimentos de demarcação física da TI Morro dos Cavalos. A portaria declaratória do Ministério da Justiça data de 22.04.08.
- Urgência na composição do grupo técnico de identificação e delimitação de Cambirela (Palhoça) por parte da Funai.

25 de abril de 2008

Presença (para além da registrada no dia anterior):

Cel. Paulo Ebling – Centran

Gildo Bastos – Centran

Cabo Jéfferson da Silva – Centran

Bertoldo – DNIT Brasília

Juliana – DNIT Brasília

César A. Flores dos Santos – DNIT Florianópolis

Lúcio Schwingel – COMIN

Ingret Kaminski – COMIN

Marco Jekupé (vice-cacique de Morro dos Cavalos): saudação inicial.

Memória:

- Informe sobre área em Apiúna/SC, visando possibilidade de aquisição para grupo familiar da TI Morro dos Cavalos.
- Informes sobre: a) Porto Laranjeiras (São Francisco do Sul/SC): parado por força de ação judicial. A Funai não foi chamada a se pronunciar novamente; b) Porto Mar Azul (São Francisco do Sul/SC): análise do EIA está atrasada. CGPIMA entrará em contato com Fatma.
- Segundo CGPIMA, o PACIG é um modelo de execução de medidas mitigadoras.
- Informe sobre Cambirela: ocorrerá a breve construção de casas em Cambirela, com recursos da Funai.
- Convite da CGPIMA a integrantes da Comissão Nhemonguetá para deslocamento a Brasília e visita à Funai, visando diálogo mais estreito sobre os procedimentos e cronograma do PACIG.
- DNIT esclarece estar sendo selecionada empresa que elaborará o projeto dos dois túneis em Morro dos Cavalos, com possibilidade de contrato para julho ou agosto do corrente ano. Os dois túneis deverão possuir extensão de cerca de 1.300m. CGPIMA menciona a necessidade de novos estudos, por conta desse projeto e do tempo transcorrido.

- EISA do projeto de duplicação da rodovia BR 280: aprovação da equipe e reflexões sobre termo de referência por parte das lideranças de aldeias situadas no litoral norte. As lideranças presentes se manifestaram a respeito da equipe e dos trabalhos, sublinhando não aprovarem pessoas e sim o trabalho. “Nós temos responsabilidade pelo nosso povo, vocês pelo trabalho.” Entendem que a aprovação ocorrerá passo a passo, pelo conjunto de lideranças das nove aldeias, conforme o desenvolvimento do trabalho efetivado pela equipe. Serão escolhidos representantes Guarani para acompanhamento dos trabalhos. Foi solicitada modificação do texto do termo de referência da Funai, apontando ser o EISA um estudo para avaliação da viabilidade da obra, para apontamento de medidas mitigadoras. CGPIMA se compromete a proceder a alteração. No EISA deverão ser anotados os passivos ambientais da duplicação da BR 101, relacionados às comunidades Guarani. Foram entregues os termos de compromisso da Funai preenchidos e assinados pelos componentes da equipe do EISA. CGPIMA oficializou a possibilidade de início das pesquisas de campo nas aldeias.

- EISA do sistema de reforço eletroenergético à ilha de Santa Catarina e Litoral Catarinense, de 2006: a Funai possui o entendimento de que o empreendimento é viável, passando à lida das medidas mitigadoras. Lideranças Guarani manifestam a insatisfação quanto ao empreendimento e a essas medidas.

Ilha de Santa Catarina, julho de 2008.

**MEMÓRIA SINTETIZADA DO ENCONTRO AMPLIADO
OCORRIDO NA ALDEIA PINDOTY (ARAQUARI)**

DATA: 23 E 24 DE MAIO DE 2008

**Tema: ESTUDO DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL D DO PROJETO DE
DUPLICAÇÃO DA RODOVIA BR 280 – COMUNIDADES GUARANI.**

Presentes (índios Guarani):

Felipe Brizoela – cacique aldeia Pindoty
Aristides da Silva – cacique aldeia Tarumã
Onírio Acosta – cacique aldeia Tiaraju/Piraí
Inácio de Oliveira – cacique aldeia Jabuticabeira
Claudimir Tibes – cacique Yy Akã Porã (Comissão Nhemonguetá)
Cláudio Morínico Benites – aldeia Yy Akã Porã
Maurício
Hiral Moreira – Coordenador da Comissão Nhemonguetá (cacique aldeia Mbiguaçu)
Celita Antunes – aldeia Mbiguaçu
Osvaldo de Oliveira – cacique aldeia Yvy Ju/Reta
Marcelo Escobar – aldeia Conquista
Arminda Ribeiro – cacique aldeia Conquista
José Benite – Comissão Nhemonguetá (cacique aldeia Kury'i)
Adriano Morínico – cacique aldeia Morro Alto (Comissão Nhemonguetá)
Mário Gimenez – aldeia Pindoty
Joel Ramires – aldeia Tiaraju/Piraí

Presentes (não-índios):

Aparecido Geraldo da Costa (a convite de Felipe Brizoela) – Dentista, Facilitador do Controle Social do Pólo-Base de Araquari. Permanência durante o período matutino de 23.05.08
Orivaldo Nunes Júnior (Comissão Nhemonguetá)
Equipe do EISA.
Saudação inicial de Felipe Brizoela.
Apresentação dos presentes.

Pauta (apontada na lousa da escola, local onde ocorreu o encontro):

1. Cronograma de Trabalho
2. Indicação de nomes equipe Guarani
3. Processo demarcatório TIs da região
4. Análise do TR da Funai
5. Passivos da BR 101 e Gasoduto
6. Outros projetos de crescimento econômico.

1. Cronograma de Trabalho

Firmou-se que o próximo encontro ocorrerá na TI Tarumã, em data a ser definida, uma vez que os Guarani não tinham a confirmação do período do curso de formação de professores. Em 01.06.08 essa data foi agendada para dias 20, 21 e 22 de junho.

A pesquisa de campo igualmente iniciará na TI Tarumã. Indagamos, inclusive, da possibilidade da equipe ter acesso aos quatro relatórios circunstanciados, para estudo.

2. Indicação de nomes equipe Guarani

Os Guarani mencionaram nomes que apoiarão, acompanharão, trabalharão mais amiúde com a equipe do EISA quando da pesquisa de campo, a ser efetivada em cada aldeia. Para além deste aspecto, três Guarani integram a equipe permanente, acompanhando os trabalhos mais estreitamente, quais sejam: Felipe Brizoela (Pindoty), Adriano Morínico (Morro Alto) e Claudiomir Tibes (Yy Akã Porã). (Com eles que foi efetivado o encontro com a equipe em 01 de junho de 2008, na aldeia Pindoty).

Considerando, portanto, atividades nas aldeias como acompanhamento, tradução, informação, que podem ser individuais, mas recorrentemente solicitam o coletivo, o que inclui os anciãos, coloca-se a necessidade de ajuda de custo para os colaboradores indígenas. Este aspecto leva diretamente à questão colocada pelos Guarani na reunião de 04.04.07, na TI Morro Alto e que seria encaminhada pela CGPIMA ao DNIT. Há necessidade e urgência de esclarecimentos a respeito, posto haver a demanda e expectativas por parte dos Guarani. Diante deste contexto, a equipe solicitará à CGPIMA proposições para a solução urgente desta questão.

3. Processo demarcatório TIs da região

Os Guarani afirmaram haver um clima calmo e estarem tranquilos com a publicação das delimitações e resumos no DOU. Sabem que poderão ocorrer posicionamentos contrários mais explicitados nos municípios, mas disseram que a sua postura é de preparação e união para os eventos futuros.

4 e 5. Análise do TR da Funai e Passivos da BR 101 e Gasoduto

Os Guarani solicitaram a inclusão das pendências/passivos da BR 101 norte (Convênio DNER/Funai, de 1997), visando sua efetivação, e de estudos referentes às medidas mitigadoras das comunidades da região quanto ao Gasoduto Bolívia-Brasil (e ramais).

Solicitaram a retirada do Núcleo Operacional de Palhoça do item acompanhamento da Funai.

6. Outros projetos de crescimento econômico

Foram mencionados outros projetos na região (portos, retroportos, ferrovia, contornos ferroviários, parques industriais etc.) e o desafio de refletir a respeito, de forma abrangente e integrada.

Observações:

1. Nesta reunião os participantes receberam pastas contendo a publicação da delimitação das quatro terras indígenas da região (DOU, 12.05.08), o termo de referência da Funai (2006), bloco e caneta.

2. A Funai (CGPIMA e AER Curitiba) foi informada e convidada para o encontro.



**MEMÓRIA SINTETIZADA DO ENCONTRO AMPLIADO
OCORRIDO NA ALDEIA TARUMÃ (ARAQUARI)**

DATA: 21 E 22 DE JUNHO DE 2008

**Tema: ESTUDO DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL DO PROJETO DE DUPLICAÇÃO
DA RODOVIA BR 280 – COMUNIDADES GUARANI.**

Presentes:

Aristides da Silva (cacique da aldeia Tarumã)
Carlos da Silva (aldeia Conquista)
Adriano Morínico (cacique da aldeia Morro Alto) – Comissão Nhemonguetá
Onírio Acosta (cacique da aldeia Tiaraju/Piraí)
Osvaldo de Oliveira (cacique da aldeia Yvy Ju/Reta)
Tiago Timóteo (cacique aldeia Yy Akã Porã)
Arminda Ribeiro (cacique da aldeia Conquista)
Marcelo Escobar (aldeia Conquista)
Cilo Acosta (aldeia Tiaraju/Piraí)
Claudimir Tibes (aldeia Yy Akã Porã) – Comissão Nhemonguetá
Felipe S. Brizoela (cacique da aldeia Pindoty)
Francisco Timóteo (aldeia Tarumã)
Cláudio Ribeiro (aldeia Yvy Ju/Reta)
João Batista da Silva (aldeia Yvy Ju/Reta)
Valderi (aldeia Tiaraju/Piraí)
Juliana Mariano (aldeia Tiaraju/Piraí)
Rosana Escobar (aldeia Tiaraju/Piraí)
Rosalina Rodrigues (aldeia Tiaraju/Piraí)
Germânia Acosta Pereira (aldeia Tiaraju/Piraí)
Roberto da Silva
Silvio Pereira (aldeia Tiaraju/Piraí)
Jurema da Silva (aldeia Tarumã)
Jurema da Silva Tatatchi (aldeia Tarumã)
Sueli da Silva (aldeia Tarumã)
Luiza Ramires (aldeia Tarumã)
Nelson Ramires (aldeia Tarumã)
Silvio Ortega Timóteo
Lucio da Silva (aldeia Yy Akã Porã)

Presença da equipe do EISA, o que inclui a consultora Dra. Maria Inês Ladeira (Centro de Trabalho Indigenista).

Participação da arqueóloga Dra. Dione Bandeira em 22.06.08, a convite da equipe.

Material utilizado/disponibilizado durante o encontro: mapas da região litoral norte de Santa Catarina, elaborados pela Novaterra (através do Centran), com apresentação do traçado da duplicação da BR 280 e da delimitação das terras indígenas Piraí, Tarumã, Pindoty e Morro Alto; mapas e relatórios circunstanciados das terras indígenas delimitadas, provenientes da CGID/Funai Brasília; mapa dos lotes 1 e 2 do projeto de duplicação da rodovia BR 280.

Memória sintetizada:

Saudação inicial: Sr. Aristides da Silva.

Equipe do EISA: Apresentação da disponibilidade de recursos financeiros provenientes do projeto, totalizando R\$ 6.300,00, para pagamento de: a) ajuda de custo/colaboração para as comunidades e b) cozinheiras e serviços gerais quando dos encontros ampliados nas aldeias, o que inclui o de Pindoty.

Destaques:

- a situação atual das terras indígenas e o início do período de contestações, a partir de 18.06.08, inscrito no Decreto 1.775/1996. A atenção dos Guarani quanto aos processo.
- o momento novo na história Guarani, no qual se verifica a atuação de lideranças jovens nas aldeias e a intensificação do processo demarcatório no território tradicional.
- a ocupação ininterrupta de grupos familiares Guarani na região litoral norte de Santa Catarina.
- as caminhadas e ocupações pretéritas na região, a partir de relatos: a história dos Guarani, as experiências, as vivências. “A gente está confirmando a história, a geografia.” “Antes se contava a história na opy. Essa história não está registrada e não está reconhecida.”
- a crescente e contundente ocupação dos não-índios, com a construção de portos, estradas, ferrovias, indústrias e outros projetos de crescimento econômico.
- os pensamentos e conhecimentos dos mais velhos quanto ao mundo, aos cuidados especiais para as coisas.
- a oportunidade de inscrever no EISA o reconhecimento da legitimidade dos direitos dos Guarani, uma vez que a preocupação não é individual, mas de grupos familiares, de comunidades, do povo.
- a existência de muitos trabalhos diferentes na região, realizados por órgãos governamentais e não-governamentais.
- a importância da garantia de espaços com água e mata, visando um futuro melhor para o povo Guarani.
- a missão dos Guarani: avaliar e segurar a mata, as nascentes, a fauna, a vida.
- a recuperação e proteção de ambientes.
- o barulho ininterrupto do movimento da BR 101 na aldeia Tarumã.
- o trabalho da equipe em cada aldeia para melhor compreensão dos impactos das estradas e da duplicação da BR 280.

- a evitação de conflito com os não-índios.
- a importância de dados da arqueologia para fortalecimento do EISA, para conscientização da sociedade quanto à ocupação pretérita, para correção da literatura sobre a região.
- as denúncias dos Guarani quanto à retirada de materiais das áreas, como madeira, palha, samambaia, frutas, palmito etc. por não-índios.
- as acusações quanto à poluição de rios e cursos d'água.
- a preocupação dos mais velhos quanto à redução de espaços e de recursos naturais.
- a importância do cuidado dos Guarani para que não falte água, mata, remédios: “Somos os donos da preservação.”
- a preocupação com a saúde das crianças e dos mais velhos.
- o levantamento de dados (arrolados adiante) a respeito das áreas de uso, durante a oficina ocorrida no período vespertino de 21.06.08.
- a elaboração de expediente para a CGPIMA, visando manifestação quanto a recursos de ajuda de custo às comunidades Guarani durante os trabalhos relacionados ao EISA (conteúdo anotado adiante).
- a breve caminhada dos participantes do encontro pelo espaço da aldeia, atentando para as observações do casal Aristides da Silva e Jurema da Silva.
- a apresentação do ritual com tukumbó, pelo Sr. Aristides da Silva, ao final do encontro.
- a saudação final dos presentes e escolha da aldeia Conquista para o encontro subsequente.

Observações:

Os coordenadores da Comissão Nhemonguetá e a Funai (CGPIMA e AER Curitiba) foram informados e convidados para o encontro.

A chegada dos participantes em Tarumã ocorreu em 20.06.08 e o retorno na tarde e noite de 22.06.08.





Aldeia Tarumã

Produto da oficina efetivada em data de 21 de junho de 2008

Aldeia Yy Akan Porã

- 4 nascentes: rio Crista, Rio Bonito, Três Barras, Rio Cupim.

Kaaguy'ete: macaco, quati, Cutia, Tatu, Paca, Ratão do Banhado, Xivi [onça], Capivara, Coti, Tateto, Cachorro do mato, Jacu, Saracura, Macuco, Tamanduá, Gambá, Nhambu, Tangara, Sapo, Cobra: Canina, Coral, Jararaca, veado, tucano, sabiás, urubu e morcego.

- Tipos de Vegetação: Taquara, Bambu, Cacheta, Leitera, Güembepi, Imbira, Cedro- poucos, palmito, Banana, Caroba, Imbaúba, Jacatirão, Mamica de cadela, Ameixa, guabirava, tangerina.

- História guarani, Aristide, Artemio, Dionísio, Lucia, Caminho do Peabiru.

- Morro Yvyã (serra) - refúgio dos animais.

- Extração de palmito, pedra, caças, BR duplicada - acidentes, maior movimento, crescimento urbano, barulho, sem segurança – tem que atravessar a BR, enchentes, fábrica, poluição.

Aldeia Tiaraju/Piraí

- Pira, Cara, Traíra, Tilápia, Jundia, Robalo, Musun, Capivara, Lontra. Karumbé - Nheũ.

- Kaaguy Karape

- Pindo, Pindoi, Kapi'í, Krupikay, Ambay, Paraparay, Mandarina, Guavira'í, Guavira, Guaçu, Pakuri, Goiaba, Araçaí, Araxiku, Yvapuru, Pitanga, Banana, Jejy.

- Tatu, Xiy, Teju, Akuxi, Aguarai, Xivi, Mbo'i, Ju'i, Bompi, Kaguare, Urukureá, Guaxu, Jaixa, Aperea, Karajaí, Jacu, pirikito, Inambu, Uru'i, tuguaipei, Mymkurẽ, Jate'i, Ei.

- História Guarani: Maria Cristina, Francisco T. / Ribeiro da Silva/ Artemio B.

- Nascimento enterramento - debaixo do arrozal, sítio Arq.

- Arrozeiro, BR duplicação, gado, veneno do arroz, caçador, Palmiteiro, madeireiro extração ilegal

BR - duplicação: acidentes, diminuição da terra indígena, impossível ir para escola indígena, barulho, insegurança, aumento de tráfego de transporte e de pessoas. A comunidade não quer.

Aldeia Tarumã

- Kaagüy Byte:

Tatu, Quati, Caí, Akuti, Capivara, Teju, Gamba, Kaguarei, Jaixa, Nhambu, Macuco, Uruí, Jacu, Aracuan, Tucan, Tucan'guaçu, Aracu, Jacutinga, Urucurea, Taguato, Traira, Jundia, Cara, Lambari, Piquy Pé, Piquy' raí, Karumbé, Rovoí.

- Eiropa, Jateí, Tapejua, Mandori, Eirapua, Eimirí.

- Planta: Cedro, Yvaro, Ambay guaxu, Taquai, Pindo, Pindoi, Jeju, Tucum, Yaqua, Kurupikay, Cangerana, Tarumã, Canela, Araçá, Goiaba, Jabuticaba, Yvyrarapaju, Pitanga, Inga, Guembé, Guaviraguaxu, Pakuri.

- Koqüe:

Argila amarela e branca.

- História Guarani, Rio Bonito, Rio Sete Voltas, Pirai, Corveta 2, Ribeiro da Silva, Dionísio Ramires, Jorge, Aristide, Miguel Veríssimo.

- Problemas: BR - Muito barulho. Precisa entrar mais para dentro (precisa demarcar).

Assusta o barulho (caminhão), a duplicação aumenta extinção de palmito, fábricas, granja, poluição da água, fazenda, enchentes.

Aldeias Morro Alto, Conquista e Reta

Kaaguy - Matas, Rios - Yy, Tymba Kaaguy - Os animais, Pikiy - Peixe, Moã - Plantas, ervas medicinais.

Solo – Yvy: diferentes tipos de solo, Yvy Kuirei - Arenoso, Yvy Nuenkÿ Tchiãgue [Carlos diz que em Conquista é solo arenoso branco, no qual dá bem feijão, mandioca, milho e amendoim. Diz que em Tarumã o solo é mais vermelho. Em Conquista a área é plana, não tem morro e é perto da praia].

Ka'aguy: existe nele: pindo - Jiriva, Jeju - Palmitos, Guembepi - Cipó Imbe, Takuai - Taquara do Mato, Aratchai - Araçá, Yvaporũ - Jabuticabeira, Ei - mel, Tarumã, Yary - Cedro, Kurupikay - Curticeira, Pindoi - Guaricana, Jataí - Butiá (só na Conquista).

Yy – Reta: Rio Boero, Rio Acarai.

Yy - Conquista: Rio Canal do Linguado, Rio Água Branca, Rio Pinheiro, Rio Pernambuco.

Yy - Morro Alto: Ribeirão, Jacutinga.

Timbaka'a Guyi, Os animais: Tuguairantãin, Tatu, Akuxi - Cutia, Jaitcha - Paca, Mÿkunrê - Gambá, Tukã - Tucano, Kai - macaco (só na Reta), Kaguare - Tamanduá, Bope - mão pelada, Pikiy, Nhundia – jundiá, Akara - cará, Pikiyrai, Tarey - Traira, Tchango - Tucunaré.

Ervas Medicinais: Yvaro, Yary - cedro, Paraparay - Caroba, Nhenrumipara, Ipotyjuvae - Marcela, Pindorapo - Raiz do Jerivá, Pipi - Guiné, Anhangapiry - Pitanga, Ytchypo Réãkuã – cipó Mil homem, Oapuavae - Jaurandi.

Adriano fala que é importante que as crianças que morrem sejam enterradas nos tekoa, para que seus espíritos permaneçam ali. Em Morro Alto tem cemitério, no qual estão enterrados seu filho, Denise (mulher de João Batista da Silva), filha de Osvaldo.

Tipos de solos: Yvy Kuirei
Yvy Ankÿreĩ
Nheum
Yvy Rãtan
Yvy Pytã
Yy Apoum Reĩ

(Observação: registro efetivado pelos Guarani em papel Kraft e posteriormente digitado).

Carta para CGPIMA

T. I. Tarumã, 22 de Junho de 2008.

Nos dias 3 e 4 de Abril de 2007, nós Guarani do Litoral Norte de Santa Catarina, reunidos na Aldeia Morro Alto, com CGPIMA, DENIT, foi pedido remuneração para os colaboradores Guarani nos trabalhos de estudo do projeto de duplicação da BR 280.

Novamente solicitamos os recursos para poder trabalhar mais organizados.

Aguardamos solução urgente, no prazo de dez dias.

Atenciosamente assinam os representantes das Aldeias, Tarumã, Yy Akan Porã, Pindoty, Conquista, Pirai, Morro Alto, Reta, Jabuticabeira:

Tiago Timóteo

Adriano Morínico

Marcelo Escobar, aldeia Conquista

Arminda Ribeiro

Felipe S. Brizoela, Pindoty

Francisco Timóteo, Tarumã

Claudiomir Tibes, Yy Akã Porã

Cláudio Ribeiro, Reta Yvy Ju

Carlos da Silva, Conquista

Osvaldo Karai, aldeia Yvy Ju

João da Silva, Aldeia Yvy Ju

Valderi, Tiarajú

Onirio Acosta, Tiarajú

Juliana Mariano, Tiarajú

Rosana Escobar

Rosalina Rodrigues

Germânia Acosta Pereira

Roberto da Silva

Silvio Pereira, Aldeia Tiarajú

Aristides da Silva

Jurema da Silva

Jurema da Silva Tatatchi

Sueli da Silva

Luiza Ramires

Nelson Ramires

Silvio Ortega Timóteo

Lucio da Silva, Aldeia Yy Akã Porã

Observações: Carta escrita/assinada pelos Guarani e posteriormente digitada e repassada via fax em 23.06.08. Original entregue na CGPIMA/Brasília por Adriano Morínico.

**MEMÓRIA SINTETIZADA DO ENCONTRO AMPLIADO
OCORRIDO NA ALDEIA CONQUISTA (BALNEÁRIO BARRA DO SUL)**

DATA: 06 A 08 DE SETEMBRO DE 2008

**Tema: ESTUDO DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL DO PROJETO DE DUPLICAÇÃO
DA RODOVIA BR 280 – COMUNIDADES GUARANI.**

Saudação inicial e coordenação do encontro: Felipe Brizoela e Claudiomir Tibes.¹⁶³

Apresentação dos presentes.

Arminda Ribeiro (cacique da aldeia Conquista)
Marcelo Escobar (aldeia Conquista) – Comissão Nhemonguetá
Fernando da Silva (aldeia Conquista)
Vanderlei da Silva (aldeia Conquista)
Aristides da Silva (cacique da aldeia Tarumã)
Jurema da Silva Tatatchĩ (aldeia Tarumã)
Nelson Ramires (aldeia Tarumã)
Sueli da Silva (aldeia Tarumã)
Adriano Morínico (cacique da aldeia Morro Alto) – Comissão Nhemonguetá
Genésio Gonçalves (aldeia Morro Alto)
Joel Ramires (cacique da aldeia Tiaraju/Piraí)
Marciana Brizola (aldeia Tiaraju/Piraí) e filha Elizabeth
Marta Benite (aldeia Tiaraju/Piraí)
Silvio Pereira (aldeia Tiaraju/Piraí)
Carlos da Silva (aldeia Tiaraju/Piraí)
Osvaldo de Oliveira (cacique da aldeia Yvy Ju/Reta)
Cláudio Oliveira (aldeia Yvy Ju/Reta)
Clarice (aldeia Yvy Ju/Reta) e filho Túlio
Luciana da Silva (aldeia Yvy Ju/Reta)
Leonardo da Silva (aldeia Yvy Ju/Reta)
Natália (aldeia Yvy Ju/Reta)
João Batista da Silva (aldeia Yvy Ju/Reta)
Nélson Ortega (aldeia Yvy Ju/Reta)
Jocimar (aldeia Yvy Ju/Reta)
Júlio da Silva (cacique da aldeia Yvapura) – Comissão Nhemonguetá
Elizandro Acosta (aldeia Yvapura)
Roberto de Oliveira (aldeia Yvapura)
Fábio da Silva (aldeia Yvapura)
Inácio de Oliveira (cacique da aldeia Jabuticabeira)
Domingos Hugo de Oliveira (aldeia Jabuticabeira)

¹⁶³ Adriano Morínico, igualmente integrante da Comissão Guarani, encontrava-se gripado e febril.

Tiago Timóteo (cacique aldeia Yy Akã Porã)
Claudiomir Tibes (aldeia Yy Akã Porã) – Comissão Nhemonguetá
Jovani Gonçalves Brisuela (aldeia Yy Akã Porã)
Felipe S. Brizoela (cacique da aldeia Pindoty)
Mário Gimenez (aldeia Pindoty)
Jorge Rodrigues (ou Cristino da Silva) (aldeia Ilha da Cotinga/PR)
José Fernandes Soares (Kamba Puku) (cacique aldeia Jaraguá/SP)

Presença da equipe do EISA, o que inclui a consultora Dra. Maria Inês Ladeira (Centro de Trabalho Indigenista) e do agrônomo Juan Carlos de Aguirre Neira.

Memória sintetizada:

Seguiram-se pronunciamentos de alguns mais velhos: José Fernandes Soares (*Kamba Puku*), Aristides da Silva, Mário Gimenez, Arminda Ribeiro, Jorge Rodrigues (ou Cristino da Silva), Marta Benite. Posteriormente também se expressaram Felipe Brizoela, Júlio da Silva, Joel Ramires, Vanderlei da Silva, Tiago Timóteo, Domingos Hugo de Oliveira, Inácio de Oliveira, Genésio Gonçalves, Carlos da Silva, Jovani G. Brisuela, Claudiomir Tibes. Todas as falas sucederam em língua guarani.

Felipe ponderou sobre a importância das reuniões serem ao estilo dos Guarani, com sua organização, que tenham a compreensão dos Guarani.

Destaques:

- Avaliação da excursão do dia anterior. Os Guarani ponderaram ter sido positiva a saída, entendendo o valor desta e de outras viagens que propiciem oportunidade de caminhadas e estudos de áreas florestadas consideradas relevantes, sendo essencial que se estendam por um período de tempo mais dilatado.

- Avaliação do trabalho da equipe. Lideranças Guarani percebem que têm mais elementos para refletir sobre o projeto e expressaram credibilidade ao trabalho desenvolvido nas aldeias. A equipe agradeceu pela convivencialidade, o aprendizado, a confiança. Solicitou compreensão e desculpas às comunidades por eventuais falhas ocorridas durante o trabalho.

- Apresentação de questões e proposições colhidas nas aldeias, com base na posição de viabilidade ao projeto de duplicação da BR 280:

* Tarumã: segurança dos Guarani e das terras indígenas. Mudança da aldeia para local florestado, mais distante da BR 101, evitando barulho ininterrupto dela proveniente.

* Pindoty: denúncia de desmatamento, retirada de recursos naturais diversos. Tônica: segurança e saúde da mata. Duplicação de uma rodovia com duas pistas, passando para quatro pistas. Velocidade.

* Jabuticabeira: preocupação com o asfaltamento da Estrada do Inferninho, caso ocorra.

* Yvapuru: perigo da estrada, necessidade de medidas de proteção. Necessidade de terra para boa roça, com mata.

* Conquista: análise da conjunção do projeto de duplicação da BR 280 e Canal do Linguado.

* Yvy Ju: aquisição imediata de área, visando segurança da comunidade, e formação do GT da Funai para identificação e delimitação da TI.

* Morro Alto: alteração do traçado da duplicação por trás do Morro da Palha. Futura redefinição dos limites da TI.

* Tiaraju/Piraí: alteração do traçado da duplicação – BR 101 – BR 280 a oeste do rio Piraí. Aceleração do processo demarcatório da TI, para ocupação do lado sul.

* Yy Akã Porã: formação do GT da Funai para identificação e delimitação da TI.

- Aportes e ênfases de Maria Inês Ladeira quanto a temas aprendidos com os Guarani e estudados, como: a filosofia dos Guarani; a criação da Terra por Nhanderu; as circunstâncias ambientais e sociais em 1.500: muita mata – muitos Guarani, pouco campo – poucos brancos, sendo dadas terras aos brancos (refere-se às capitânicas hereditárias); a formação de uma sociedade desigual desde o início da formação do Brasil e a má distribuição das riquezas até o momento. Diz que aprendeu que tudo tem caminho: o sol, a lua, os bichos, a água, o vento e que os povos indígenas abriram o caminho para os europeus. O caminho do jurua é a BR 101, a BR 280 e outras estradas que levam recursos, riquezas. Os brancos foram aumentando, matando, aprisionando os índios. Hoje há pouca mata, muito campo e indústria, urbanização, concentração de riqueza, ou seja, desordem no mundo. Projetos de crescimento econômico acontecem em todas as regiões do Brasil (RJ – usinas nucleares, RS – duplicação da BR 116, SP – usinas hidrelétricas etc.), mas no sul-sudeste o crescimento é maior. Hoje temos um momento para pensar em conjunto. Os Guarani seguem resistindo bravamente, segurando a mata, dando uma resposta comum. O que o projeto vai estragar? A mata. Haverá mais ocupação, mais perturbação. Se o projeto vai destruir, não adianta dar trator, casa, dinheiro. O retorno se dá em forma de terra, de recuperação florestal. Oportunidade de mostrar um pouco da sabedoria dos Guarani. Como avaliar o projeto? Os Guarani têm direito de exigir proposições, como no caso de Capivari-Monos e Mongaguá, dois casos revertidos, pois foram encontradas outras soluções. Os Guarani precisam argumentar, enfatizando a importância da recuperação das matas, dos projetos de plantação, enfim, projetos que servirão a todos.

- Apontamentos sobre a correlação mata - espaço, recuperação florestal, corredores ecológicos. *Ka'aguyrupa*. Apreensão com os rios.

- A oficina com cartas do IBGE não ocorreu na manhã de 07.09.08, conforme previsto. Esse trabalho deverá ser efetivado nas aldeias, com lideranças mais jovens e professores e não com os mais velhos, pois a divisão dos mapas (municípios, terras indígenas) não espelha o pensamento dos Guarani. Dessa forma o território indígena diminuiu. “Se a gente marcar, a gente vai diminuir. A gente sabe que é importante o mapa, na vida moderna precisa fazer isso, mas nem sempre é adequado para os povos indígenas. A gente não quer perder espaço.” A delimitação é importante, mas a mata é mais importante: o conjunto.

Equipe instigada a trabalhar mapas e imagens com os Guarani, de modo a oferecer argumentação consistente no relatório.

- Caminhada até dois sambaquis existentes na TI Pindoty, Gleba Conquista e realce da história do povo Guarani.

- Decisão quanto a uma viagem de estudos dos Guarani para locais situados em Botuverá, Campo Alegre, Itapoá e no denominado Castelo dos Bugres, em breve, visando apontamento de áreas para constarem como medidas mitigadoras do projeto de duplicação da BR 280, em análise. Desta viagem participarão preferencialmente os mais velhos. Felipe relata sua experiência em viagens desta natureza realizadas no RS em 1996, visando apontamento de áreas florestadas a grupos Guarani.

Avaliação do transcurso dos encontros ampliados: esses eventos, até o momento em número de cinco, contado também o encontro na TI Morro dos Cavalos, em abril de 2008, têm servido à concentração, ao robustecimento de pensamentos, sentimentos e reflexões conjuntas de lideranças das nove comunidades em estudo, no que tange o espaço/região no território tradicional, as oportunidades, a união, os projetos de crescimento econômico em geral e a duplicação da BR 280, em específico. Reforçaram o entendimento da necessidade de reflexão e posicionamento quanto à conjunção das BRs 101 e 280. Favoreceram a exposição de opiniões e saberes dos mais velhos. Revigoraram a disposição e esperança dos Guarani. A percepção é de crescente consolidação de posturas em torno de sua presença na região litoral norte catarinense e da singularidade de sua cosmovisão.

Os Guarani almejam respeito, valorização, reconhecimento ao seu modo de ser na região em análise. Sentem-se mais desafiados a explicitar a possibilidade de outra forma de fazer as coisas, o mundo. Formas que considerem a água, a mata, a terra, as criações das divindades. Fazeres que contribuam para a consolidação do equilíbrio e sustentabilidade ambiental. Lamentam profundamente a poluição dos cursos d'água, a supressão das matas, a extinção de animais. Sublinham sua esperança em um futuro melhor, tendo como substrato sua visão de mundo.

Observações:

A equipe externou convite aos coordenadores da Comissão Nhemonguetá (Leonardo da Silva Gonçalves e Hiral Moreira) e à Funai (CGPIMA e AER Curitiba) para participação do encontro. Envidou igualmente esforços para a participação de Timóteo de Oliveira (cacique de Itanhaen/Biguaçu) e Maurício da Silva Gonçalves (coordenador da Comissão Terra Guarani do RS e da Comissão Yvy Rupa), o que não se efetivou por motivos de força maior.

Material utilizado/disponibilizado durante o encontro: mapas da região litoral norte de Santa Catarina, elaborados pela Novaterra (através do Centran), com apresentação do traçado da duplicação da BR 280 e da delimitação das terras indígenas Piraí, Tarumã, Pindoty e Morro Alto; mapas e relatórios circunstanciados das terras indígenas delimitadas, provenientes da CGID/Funai Brasília; mapa dos lotes 1 e 2 do projeto de duplicação da rodovia BR 280; cartas do IBGE referentes à região de estudo; imagens do Google Earth com as delimitações das quatro terras indígenas; fotografias da pesquisa nas aldeias.







REUNIÕES DA EQUIPE DO EISA COM A COMISSÃO GUARANI

Data: 01 de junho de 2008

Local: Aldeia Pindoty (Araquari)

Presentes:

Comissão Guarani:

Felipe Brizoela (cacique de Pindoty)

Adriano Morínico (cacique de Morro Alto)

Claudiomir Tibes (cacique de Yy Akã Porã)

Equipe do EISA:

Flávia Cristina de Mello

Fabiana da Silva

Raoni Kriegel Kamayurá

Maria Dorothea Post Darella

Nivaldo Peroni

Prosseguimento das reflexões e debates descortinados quando do encontro ampliado na mesma aldeia nos dias 23 e 24 de maio de 2008, de conformidade com combinação efetivada entre a equipe do EISA e as lideranças e representantes Guarani.

Temas tratados:

- Trabalho de campo da equipe do EISA: aldeias, plotagem de pontos importantes (locais ocupados e desocupados, cemitérios, Caminho do Peabiru etc.)

- Estudos sobre as plantas – cultivo, coleta, finalidade/uso/consumo

- Esboço de cronograma de trabalho para o mês de junho (encontro ampliado em Tarumã nos dias 20 a 22.06.08).

Data: 03 de setembro de 2008

Local: Colégio Agrícola de Araquari (UFSC)

Presentes:

Comissão Guarani:

Felipe Brizoela (cacique de Pindoty)

Adriano Morínico (cacique de Morro Alto)

Claudiomir Tibes (Yy Akã Porã)

Equipe do EISA:

Flávia Cristina de Mello

Fabiana da Silva

Maria Dorothea Post Darella

Temas tratados:

- Informes da equipe sobre reunião ocorrida no Centran e expedientes posteriormente redigidos, solicitando: retorno dos dados da equipe de flora, para entrega aos Guarani e recursos para pagamento de ajuda de custo às comunidades Guarani.
- Informe a respeito das mensagens entre CGPIMA e Dorothea, versando sobre a ajuda de custo às comunidades, anteriores ao encontro ampliado em Tarumã.
- Informe quanto à chegada de Maria Inês Ladeira e José Fernandes Soares de São Paulo, no dia seguinte, com possibilidade de acompanhamento parcial no período vespertino.
- Informe do convite à participação da arqueóloga Dione Bandeira na excursão de 05.09.08.
- Reflexões sobre a excursão de 05.09.08, entendida como de grande importância pelos Guarani. Foi explicitado à equipe que seria necessário dar espaço aos mais velhos, consultá-los a respeito da saída e dos procedimentos, considerando tempo e não distância. Sublinharam ser preciso tentar viabilizar seus sonhos para que não fiquem sentidos e fracos. Alertaram para as expectativas dos mais velhos. Mencionaram a importância de haver tempo para caminhar, quando das paradas, para reconhecer trilhas e sinais dos Guarani. Decidiu-se por fazer uma reunião antecedendo a saída do ônibus, para que os mais velhos pudessem ter oportunidade de orientar a todos, o que inclui trajeto.

Data: 02 de outubro de 2008

Local: Pólo-Base de Araquari

Presentes:

Comissão Guarani:

Felipe Brizoela (cacique de Pindoty)

Adriano Morínico (cacique de Morro Alto)

Obs.: Claudiomir Tibes (Yy Akã Porã), impossibilitado de participar da reunião, recebeu a equipe no dia seguinte em sua aldeia, juntamente com Adriano Morínico, oportunidade na qual foi informado e consultado a respeito dos temas tratados.

Equipe do EISA:

Flávia Cristina de Mello

Maria Dorothea Post Darella

Pólo-Base: Aparecido Geraldo da Costa - Dentista, Facilitador do Controle Social do Pólo-Base de Araquari.

Temas tratados:

- Reunião no DNIT em 18.09.08: apresentação dos trabalhos da equipe e indicação das propostas de alteração do traçado atual da rodovia BR 280 – Morro Alto e Pirai. Expediente para CGPIMA a respeito em 22.09.08 (cópia entregue para comissão). Necessidade de existência de documento

assinado pela Comissão Guarani e Joel Ramires, a respeito das proposições (elaboração e assinatura em 02 e 03.10.08). Recusa ao convite do DNIT e Centran para apresentação dos trabalhos da equipe na Associação dos Empresários (Jaraguá do Sul, em 13.10.08). Argumentação: EISA inconcluso, especificidade da temática indígena (duplicação da rodovia - processo demarcatório) e natureza do público: empresários e políticos da região.

- Contestações das quatro TIs: no total de 18, conforme dados da CGID/DAF. Fichas imprimidas e entregues a Adriano e Felipe (no dia 03.10.08, entregues igualmente para Sr. Aristides da Silva e Joel Ramires).

Morro Alto: Celso Westphalen Sobrinho, Helena Anita Eisterer, Agnes Settle Addison Momesso e outros, Maria Angelina Camargo O'Neil Addilson e outros, Associação de Proprietários – ASPI e Estado de Santa Catarina.

Pindoty: Prefeitura Municipal de Araquari, Karsten S.A., Associação de Proprietários – ASPI e Estado de Santa Catarina.

Tarumã: Prefeitura Municipal de Araquari, Karsten S.A., Associação de Proprietários – ASPI e Estado de Santa Catarina.

Piraiá: Franzner Representações e Participações Ltda., Associação de Proprietários – ASPI, Prefeitura Municipal de Araquari e Estado de Santa Catarina.

- Informe sobre trabalhos relacionados a geoprocessamento (mapas e imagens) para o EISA, que passarão a ser de responsabilidade da doutoranda Elaine Zuchiwschi, que compôs equipe do CTI para publicação do livro *Terras Guarani no Litoral*, de 2004.

- Informe sobre a ajuda de custo aos Guarani, no valor de R\$ 10.200,00, solicitado e contemplado pelo Centran, a ser repassado à Comissão no início de novembro de 2008. Reconhecimento ao Cel. Ebling pelo empenho e presteza.

- Viagem de estudos dos Guarani a Botuverá e Campo Alegre entre os dias 06 e 09.10.08. Empresa: Lautur (Joinville), motorista: Evandro, van de 16 lugares. Lista de participantes e operacionalização: recursos financeiros, alimentação, colchonetes, cobertores, lona preta, registro (plotagem de pontos analisados, fotografias, gravações, anotações), equipamentos etc. Diogo acompanhará a viagem. Razão da viagem: estudo, indicação de regiões e áreas de importância aos Guarani. Conjuntura política e fundiária diferenciada entre RS 1996 e SC 2008. Entrega à Comissão de cópia de expediente endereçado aos procuradores da república em Joinville, datado de 06.07.04, versando a respeito da necessidade de “formação de um grupo técnico interdisciplinar para estudos da região nordeste do Estado de Santa Catarina no que concerne a ocupação guarani pretérita e presente, indicando, em conjunto com os Guarani, áreas que deverão ser imediatamente demarcadas garantindo o futuro desta população.” Comunicação da viagem à Funai AER Curitiba (efetivada, via endereço eletrônico, em 03.10.08).

- Denúncias de Felipe sobre o corte e retirada de madeira da TI Pindoty. Diz que: os Guarani observam e querem proteger a área, mas não há respaldo contra as invasões, o que faz crescer a inquietação e insegurança dos Guarani; há movimento intensificado de pessoas entrando com motoserras e caminhão; os Guarani acabam por perder o interesse pela área e perdem a esperança, pois a mata precisa crescer, precisa de mais de 30 anos para se recuperar; precisa haver respeito à ocupação Guarani. Felipe informou a Funai e solicitou providências.

- Os Guarani informaram sobre o período da etapa do curso de formação: 15.10 a 13.11.08, em São Francisco de Paula/RS.

- Geraldo mencionou a formação de comissão para tratar do tema agricultura, composta na última reunião da Comissão Nhemonguetá (Pindoty, julho e agosto de 2008). Informou ter participado de uma reunião na Epagri em Joinville, da qual não participaram índios Guarani. Técnicos da Epagri fariam levantamento nas aldeias. Geraldo questionou, na ocasião, a questão relacionada a espaço de plantio nas aldeias. Reunião marcada para 08.10.08 foi adiada. Os Guarani devem colocar as reais necessidades das comunidades.

- Funasa: nos dias 15 e 16.10.08 ocorrerá reunião na Funasa, em Florianópolis, tendo em vista projeto de lei que visa a extinção do órgão. Preocupação também por parte do contrato entre a Funasa e a conveniada Rondon, que vigora até dezembro de 2008.

Data: 17 de novembro de 2008

Local: Pólo-Base de Araquari

Presentes:

Felipe Brizoela (cacique de Pindoty - Comissão Guarani)

Adriano Morínico (cacique de Morro Alto - Comissão Guarani)

Silvio Pereira (Tiaraju/Pirai)

Obs.: Não houve condição de comunicação com Claudiomir Tibes (Yy Akã Porã).

Equipe do EISA:

Flávia Cristina de Mello

Fabiana da Silva

Pólo-Base: Aparecido Geraldo da Costa - Dentista, Facilitador do Controle Social do Pólo-Base de Araquari.

Temas tratados:

- Organização do Encontro Ampliado Final em data de 23 e 24.11.08.

- Explanação da Flávia sobre a organização do último encontro ampliado (condições, local, participação, logística).

- Geraldo expõe sobre a questão de lugares que podem ser usados pelos Guarani para plantar, locais desmatados e ainda locais nos quais é necessário fazer destoca.

- Pirai, Yy Akã Porã, Reta e Pindoty não possuem lugar para plantar.

- EPAGRI, Funai e Funasa se reuniram para reivindicar a presença da FATMA e do IBAMA. Motivo: entendimento sobre o plantio nas aldeias.

- Geraldo pondera ser Reta um espaço muito reduzido, atualmente sem lugar para tirar palha, pois os vizinhos não mais permitem. Aldeia sitiada sem nenhum lugar para plantar.

- Felipe externa considerações a respeito de Reta e fala da necessidade de uso de área mais adequada.
- Em Pindoty foram impedidos de plantar, pois a Funai constatou que a área proposta para tal fim está fora da área delimitada. Felipe aponta que os não índios fazem suas hortas. Explicita sua indignação referente à falta de apoio da Funai.
- Foi lembrado o apoio do procurador da república, Dr. Eduardo Barragan, às causas Guarani.
- Foi sugerido marcar uma reunião com o Ministério Público Federal, no intuito de aproximar o Dr. Tiago Gutierrez das questões Guarani, através da apresentação do trabalho da equipe responsável pelo estudo dos impactos da duplicação da BR 280 e também das demais demandas indígenas.
- A comunidade indígena entrará em contato com o Dr. Tiago, para comunicar o procurador sobre as questões da EPAGRI e demais situações presentes. Pretende aproximar o mesmo das questões Guarani, para ele ter conhecimento e ir se apropriando das questões para defesa desse povo.
- Marcar uma reunião com Rondon Brasil para coletar os dados sobre os óbitos e concomitantemente, fazer o convite para o último Encontro Ampliado.
- Sobre a duplicação, Geraldo aponta que a segurança é primordial, ressalta sobre as passarelas seguras, ciclovias com cercas etc.
- Falou-se sobre a possível data do Encontro Ampliado, tendo a possibilidade de ser adiada dos dias 23 e 24 de novembro para os dias 30 de novembro e 01 de dezembro. Então foi lembrado o curso dos professores Guarani do dia 24 a 29 de novembro, não sendo uma boa data para ocorrer, então, o último Encontro Ampliado.
- Colocaram que foi marcada a data do curso dos professores sem consultar se os Guarani dispunham de possibilidade ou não.
- Felipe coloca que para ele é mais importante ter a terra garantida, seguido da educação, pois não adianta ser professor e não ter onde morar.
- Geraldo ressalta que se precisa ter mais pessoas capacitadas dentro da Secretaria de Educação e dos demais setores da comunidade não-indígena, para trabalhar com o povo Guarani.
- Definição da pauta para o último Encontro Ampliado nas aldeias, que ficou uma nova data proposta para os dias 01 e 02 de dezembro, na aldeia Pirai/Tiaraju. O vice-cacique Sílvio concordou que fosse então, nesse local.
- Ficou acertado que Geraldo, assim que o novo veículo do Pólo-base chegasse, iria juntamente com Sílvio na aldeia Conquista buscar panelas, bacias, colchonetes e cobertores para levar para a aldeia Pirai/Tiaraju.
- Pauta do último Encontro Ampliado:
Avaliação dos Impactos – Aldeias e geral;
Medidas Mitigadoras;

Avaliação geral dos estudos da equipe do EISA.

- Encaminhamentos: Convidar o Ministério Público para o Encontro Ampliado e ter uma reunião com Dr. Tiago e com o antropólogo Marcos sobre os impactos e medidas mitigadoras antes do encontro.

- Proposição do número de pessoas por aldeia para o Encontro Ampliado (5 pessoas do Morro Alto e duas das demais aldeias).

- Visita às aldeias para conversar sobre o último Encontro Ampliado, de preferência a equipe do EISA conjuntamente com a Comissão Guarani.

- Reunião da Comissão Indígena com o CENTRAN (2 dias).

MEMÓRIA DA VIAGEM DE ESTUDOS GUARANI

DATA: DE 06 A 08 DE OUTUBRO DE 2008

**Tema: ESTUDO DE ÁREAS DE INTERESSE DOS GUARANI PARA POSTERIOR
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO BOJO DO PROJETO DE DUPLICAÇÃO DA
RODOVIA BR 280**

MUNICÍPIOS:

REPRESENTANTES DAS ALDEIAS GUARANI:

- Felipe Brizoela (cacique de Pindoty)
- Mário Gimenez (Pindoty)
- Fernando da Silva (Conquista)
- Osvaldo de Oliveira (cacique Yvy Ju/Reta)
- João Batista da Silva (Yvy Ju/Reta)
- Benito de Oliveira (Yvapuru)
- Marta Benite (Tiaraju/Piraí)
- Ramon Escobar (Tiaraju/Piraí)
- Ronaldo da Silva (Morro Alto)
- Silvia Morínico (Morro Alto)
- Inácio de Oliveira (cacique Jabuticabeira)
- Mário Benite (Yy Akã Porã)

RELATO:

06.10.08

- Recolhimento dos integrantes da equipe nas aldeias Guarani do litoral norte catarinense por Diogo de Oliveira (equipe do EISA) e do motorista da empresa LAUTUR/Joinville.

- Visita ao município de Campo Alegre, na região de rio do Salto. A área foi bastante elogiada pelos Guarani, no entanto existem somente lotes pequenos na região. Foi observada uma propriedade, com mata de araucária nativa, com cerca de 70 ha, de propriedade do senhor Leomar Rudnick. Em conversa com o chacareiro foi informado que o proprietário não tem interesse em vender a área, adquirindo inclusive diversos imóveis na região.

- Visita às margens do rio Negro, no Distrito de Bateias de Baixo, ainda no município de Campo Alegre. De acordo com um morador local foi informada a existência de lotes grandes, com mata nativa, nessa região, próximo aos rios do Meio, Cubatão e Bateias de Cima. Foi advertida a necessidade de um guia local para mostrar as áreas. Os integrantes da equipe se interessaram em conhecer o espaço, o que não foi possível pelo desconhecimento da região e o horário avançado.

- Osvaldo de Oliveira solicitou seu retorno à aldeia, pois no dia seguinte receberia o Procurador da República em Joinville, Tiago Gutierrez, para tratar de assunto referente ao imóvel onde se encontra a aldeia. O aludido proprietário estaria depositando materiais de construção para edificar uma obra na entrada da aldeia e estaria ameaçando expulsar as pessoas de sua comunidade.

- Retorno da equipe à aldeia Tiaraju/Piraí, para janta e pernoite.

07.10.08

- Durante o café da manhã na aldeia Tiaraju/Piraí ocorreu a entrada de um andarilho que pedia dinheiro aos moradores. Ao Sr. Benito de Oliveira pediu cigarros de palha. Como não foi entendido, o andarilho ficou alterado. Em seguida à chegada da van, o andarilho pediu insistentemente carona, pedido negado pelo representante da equipe do EISA, que explicou-lhe que estava em uma área indígena e que não era permitida a circulação e a mendicância na área. Quando a van saiu em viagem o andarilho ainda se encontrava no pátio da aldeia.

- Visita a Guabiruba, na região de Planície Alta, área outrora ocupada pela família extensa do Sr. Benito, Sra. Arminda Ribeiro (Conquista) e de José da Silva (pai de Ronaldo da Silva), nos anos 1991 e 1992. Segundo informado, foram trazidos por um senhor chamado Sérgio. A área é de Mata Atlântica em estado avançado de sucessão, com possíveis áreas de floresta primária e recortada por rios cristalinos. Formou-se uma pequena equipe dos mais novos, que realizaram curta caminhada para reconhecimento da mata. Segundo a equipe Guarani o local é um lugar ideal para a vida do Guarani com áreas de mata, rios e área para roças.

- Na visita ao local exato onde ficava a aldeia, encontramos o pai do atual proprietário da área que roçava a mata para a construção de uma casa. O mesmo informou que o local deve ser integrado ao Parque Nacional do Itajaí-Mirim e indicou a busca por áreas com mata nativa na região de Gaspar Alto.

- O Sr. Benito foi reconhecido por um dos moradores locais que passava na estrada. Indicou-nos um lote à venda. No lote havia uma placa da Imobiliária Júlio Imóveis.

- Trajeto pela rodovia SC 486 em direção ao município de Botuverá. Visitamos a região do Lageado de Baixo, Cachoeira Venzon, recanto turístico de propriedade da Sra. Anair Venzon. O local atualmente é alugado ao senhor Anilton de Sousa que informou do possível interesse da proprietária em vender o imóvel. O local foi considerado ideal ao povo Guarani, necessitando, no entanto, a verificação das dimensões do terreno a fim de observar a disponibilidade de áreas planas propícias ao estabelecimento das roças.

- Após o almoço, a equipe se dirigiu à região de Lageado Alto, alcançando o Recanto Feliz, propriedade do senhor Enio Pavezi. O local é um recanto turístico que, segundo o proprietário, integra em parte o Parque Nacional do Itajaí-Mirim. Os Guarani afirmaram ser este um local

ideal para seu povo, considerando a extensa área de roça disponível na propriedade fora da área aberta à visitação turística. Os mais velhos caminharam para conhecer a mata. O proprietário afirmou que todos os alimentos consumidos por sua família são produzidos ali e de sua disposição em vender a área por valor próximo a R\$ 800.00,00.

- Nesse local armou-se acampamento, preparou-se a janta e pernitoitou-se.

08.10.08

- Desmontado o acampamento, a equipe seguiu em direção ao município de Jaraguá do Sul. Próximo ao bairro João Pessoa foi indicada a casa de um homem chamado Ricardo, que abriga os Guarani quando vêm à cidade vender artesanato, sendo este indicado como um guia para mostrar locais possíveis de serem ocupados na região.

- A equipe seguiu em direção ao município de Corupá, onde visitou a área próxima à cachoeira da Usina. O local foi indicado como sendo ideal para a população Guarani, por apresentar áreas de morros com mata preservada e baixadas passíveis à atividade agrícola. O local foi bastante elogiado pelo Sr. Benito e alguns Guarani sentiram vontade de pescar no rio, afirmando a existência de peixes. A pesca não se sucedeu por falta de anzol.

- Almoço no local para que os Guarani pudessem caminhar na mata.

- A equipe seguiu em direção ao município de São Bento do Sul, passando pela Estrada dos Bugres, que leva ao Castelo dos Bugres, local indicado para visita posterior. Da beira da estrada foram observados alguns locais localizados na Serra do Mar que, segundo os Guarani, devem ser melhor estudados a fim de procurar áreas a serem garantidas.

- Retorno dos integrantes indígenas a suas respectivas aldeias.

Conclusão: Os locais visitados foram muito apreciados pela equipe Guarani, sendo que a principal conclusão coletiva foi a de formação de grupos menores para estudar áreas nessas regiões, visando identificação e garantia de algumas de interesse.

Transcrição do pronunciamento de Tiago Timóteo - Cacique da Aldeia Yy Akã Porã

Dorothea: Então Tiago, hoje é dia 17 de agosto de 2008. Com muita alegria nós estamos aqui em Yy Akã Porã para fazer este trabalho do relatório de estudo de impacto socioambiental da duplicação da BR 280. A gente estava aqui falando sobre tua caminhada e você como uma liderança jovem, importante... eu vou colocar o gravador para você contar para a gente ... Você nasceu em ...

Tiago: É. Eu nasci em Guaraqueçaba. Aí quando eu tinha uns três anos a gente morou ali em Paranaguá. Foi em Guaraqueçaba que o Nelson [Benite, seu pai] e minha mãe [Lidia Timóteo] se casaram e aí quando eu nasci a gente foi para Paranaguá. De lá a gente veio ali em Rio Bonito [Joinville]. A gente morou embaixo da ponte uns três, quatro anos. Depois uma mulher deu um terreno para nós, só que era pequeno. O terreno nem dava para plantar alguma coisa, mas mesmo assim a gente morou ali. Daí eu comecei a estudar ali na escola. De lá, como a mulher ia vender de novo o terreno, a gente decidiu, a gente não tinha dinheiro, família grande e a gente foi a pé, a gente foi caminhando. A minha sobrinha, a Gabriela [filha de Claudiomir e Adriana], tinha uns quatro anos e a gente tinha um carrinho. Daí eu levava ela e colocava alguma coisa, colocava uma madeira embaixo para fazer bichinhos e foi indo. A gente parou primeiro foi lá debaixo da ponte de Tijucas [rio Tijucas]. A gente morou lá. A gente passava muita dificuldade para fazer artesanato, vender, essas coisas, daí de lá a gente decidiu ir procurar uma aldeia que fosse melhor para nós. A gente foi lá para Mbiguaçu, a gente morou lá uns cinco anos. Daí lá nasceu o meu irmão Zezinho. De lá a gente foi lá pro Morro dos Cavalos, a gente morou lá. Lá eu também estudei e de lá a gente voltou para Paranaguá. Eu comecei a estudar. Aí a minha mãe e meu pai vieram ali no Sambaqui [Pontal/PR], vieram morar ali e eu fiquei em Paranaguá, fiquei estudando.

Flávia: Paranaguá que você fala é Cerco Grande, não é?

Tiago: Ilha da Cotinga.

Flávia: Ah lá na ilha...

Dorothea: O mesmo lugar que você fala Paranaguá é o mesmo lugar que você foi pequeno também? É a Ilha da Cotinga?

Tiago: É o mesmo lugar, é a mesma região. Daí eu fiquei estudando, depois fui morar ali no Sambaqui. Quando peguei férias a gente morou mais um ano ali. De lá o Claudiomir [Tibes] e o seu Roque [Timóteo] vieram na terra para cá. Daí eles começaram a morar ali em Três Barras [debaixo da ponte do rio Três Barras – Garuva]. Depois eles falaram que tinham encontrado um lugarzinho. Aí minha mãe e meu pai vieram para cá. Eu fiquei no Sambaqui [PR] ainda. Eles vieram e acharam esse lugar e a gente arrumou as coisas e viemos pra cá.

Dorothea: Então você veio direto da Ilha da Cotinga pra cá?

Tiago: Não, primeiro eu fui pro Sambaqui e depois de lá eu vim pra cá.

Dorothea: Ah, entendi. E Tiago, quando você chegou aqui e o que você sentiu nesse lugar?

Tiago: A primeira coisa que eu senti quando eu cheguei aqui foi que eu nunca tive uma aldeia minha. Daí quando cheguei aqui fiquei muito feliz porque já era a minha aldeia. A primeira aldeia minha e eu fiquei muito contente. O lugar pra mim quase não falta nada, tem rio, tem tudo, tem um monte de pedra, mas dá pra plantar alguma coisa. A gente já teve plantio. Quem é o responsável pelo plantio já é o meu pai [Nelson Benite], ele trabalha muito na roça.

Dorothea: Ele gosta, né?

Tiago: ... é a parte dele isso. Eu quando cheguei aqui daí estudei de novo. Só que eu nunca pensei assim de ser um cacique como hoje eu estou, como um cacique. Mas mesmo assim eu acho que é um dom mesmo. Eu gostava muito de participar das reuniões, eu já ia nas reuniões desde doze, treze anos, mas eu não falava muito assim. Depois quando tinha quatorze, quinze anos já começava a falar alguma coisa, daí fui assim aprendendo com os outros mais velhos, que me ensinam mesmo a falar com os mais velhos, com os jurua [não-índios]. É a minha mãe e o Kirimaco [Francisco Timóteo Kirimaco] que me ensinam. Quando eu vou na casa dele, ele já fala, me aconselha o que eu posso fazer, o que não posso fazer.

Flávia: E como é o seu nome guarani?

Tiago: Meu nome é comprido: Karai, Tupã é trovão e tata é fogo.

Flávia: Quem foi que te deu esse nome, você sabe?

Tiago: Foi o Roque [Timóteo].

Flávia: Faz muitos anos?

Tiago: Faz.

Flávia: E pra além dessas tuas lembranças do caminho, tem alguma coisa que você viveu quando era criança, jovem que marcou bastante sua memória?

Tiago: Qualquer uma?

Flávia: Qualquer uma.

Tiago: Quando a gente morou lá embaixo da ponte, em Tijucas, a minha sobrinha, eu gostava muito da minha sobrinha, eu gostava de empurrar ela no carrinho assim. Daí tinha um rio, só que era bem um morro alto assim, aí eu empurrava, eu não tinha muita força, daí eu deixei ela cair, ela caiu na água e fiquei só olhando, nem gritei nem nada. Só que minha irmã estava lavando roupa, daí ela nem tinha percebido que ela tinha caído. Ela pensou que era só alguma coisa, daí a minha irmã foi lá, olhou e quando viu minha sobrinha colocando a mãozinha, ali ela caiu na água.

Dorothea: Que susto!

Tiago: Quase que teve uma tragédia.

Flávia: E você tinha quantos anos?

Tiago: Eu tinha oito anos.

Flávia: E ela tinha quantos anos?

Tiago: Cinco, seis anos.

Flávia: E nunca você se esqueceu?

Tiago: Não.

Dorothea: É a Graziela?

Tiago: É a Graziela. Mas nessa caminhada que a gente teve nunca aconteceu uma coisa de ruim, nada mesmo, a gente só passava dificuldade mesmo, achar comida era mais difícil, o resto...

Dorothea: E você antes falava em Itapema. Eu lembro que eu falei com Kirimaco [Francisco Timóteo Kirimaco], ele me falou de Itapema, me falava de Camboriú.

Tiago: É. A gente morou em Itapema também. Lá a gente buscava água bem longe, porque a gente queria beber água boa. A gente ia buscar. Aí tive que atravessar a BR [101], era perigoso também.

Dorothea: Muito perigoso. Foi dessa vez que você disse que saíram de Rio Bonito e foram caminhando até Itapema?

Tiago: É, até Itapema.

Dorothea: Foram primeiro em Tijucas você falou? Depois Itapema, tudo caminhando?

Tiago: É, caminhando. Aí de lá a gente foi pra Biguaçu.

Dorothea: E lá em Itapema. Onde era o lugarzinho?

Tiago: Era debaixo da ponte.

Dorothea: E você lembra o nome do rio lá?

Tiago: Não. Ah, lá em Itapema quando a gente morou, tinha um diz que era Kaingang, o pessoal lá perto de Itapema. Eles vieram ali nos visitar, daí eles falaram pra gente que eles iam morar lá porque eles tinham aldeia, era um lugarzinho, aí a gente também foi lá, agora que eu estou me lembrando. A gente também morou lá.

Dorothea: Outro lugarzinho?

Tiago: É outro lugarzinho, tipo uma aldeia. Lá a gente ficou um tempo também. Aí de lá que a gente foi pra Biguaçu.

Dorothea: E assim, Tiago, você vê, um pouco você falava dessa ida, da preocupação de beber água boa mesmo e de ter que atravessar a BR, naquela época a BR não era ainda duplicada, depois ela foi duplicada. Então você tem história de vida que também está ligada à estrada. Veja: você morou embaixo de ponte, caminharam na beira de estrada pra chegar em Itapema, Tijucas, moraram de novo de baixo de ponte na BR 101, depois foram caminhando até Mbiguaçu, depois moraram em baixo de outra ponte. Então eu vejo que é uma vida ligada a este perigo, digamos, e aí eu te pergunto Tiago, fale um pouco tuas palavras: como você sente os Guarani com a estrada, os Guarani em relação à BR 101, os Guarani em relação à BR 280, esses caminhos que os Guarani faziam antigamente e que hoje são estradas e que hoje tem Guarani que faz ainda esse caminho. Conte um pouco como é o teu sentimento em relação a isso que você falava do perigo, da preocupação mesmo.

Tiago: Quando eu ia fazer, eu não pensava em nada, eu era criança e pra mim era tipo um caminhar que a gente fazia pra gente conhecer cada lugar. Cada lugar que a gente parava eu conhecia e pra mim era o que eu pensava quando era criança. Mas agora que eu estou crescendo, eu estou pensando mais, eu estou percebendo que naquele tempo a gente sofria bastante. Essa caminhada com calor, com chuva, com frio, mas agora que eu estou percebendo que a gente passava muita dificuldade, muita mesmo. Agora já eu percebo que a gente passou muita dificuldade e eu acho que foi pior pros antigos ainda, eu não sei, não como que era os antigos,

como que eles faziam a caminhada. Eu acho que era menos perigo talvez para os antigos, porque não tinha BR, não tinha carro, era só estrada de chão mesmo quando eles tão caminhando entre as estradas. Agora está mais perigoso ainda, eu acho. Mas agora, da minha parte, eu nunca mais quero andar na estrada, eu quero morar aqui, casar, ter filhos, nunca mais estrada.

Dorothea: De todo modo, Tiago, a gente vê que têm muitos Guarani que usam bicicleta e que vão de uma aldeia pra outra, eu tenho foto também de Guarani caminhando na BR com cesto, indo pra Joinville vender, sabe? Então as estradas estão sendo usadas, tanto a 101 quanto a 280, e aí as tragédias acontecem, como no caso de Yy Akã Porã, onde aconteceu com o professor Ortega, no dia cinco de julho. E isso de fato é uma tragédia irrecuperável, é uma perda.

Tiago: E a gente não pode trazer de novo.

Dorothea: Nunca mais. E esse perigo que você também está falando, porque aí quando é uma estrada que não está duplicada já é perigoso atravessar, quando está duplicada como que você sente?

Tiago: Duplicada já é, eu acho que já é menos aí, o que eu acho, não sei como que é. Eu não estou entendendo muito bem agora tua pergunta o que é a duplicação. Poderia me explicar melhor? Daí eu posso responder a tua pergunta.

Dorothea: Claro, Tiago. Eu vou explicar: por exemplo, de novo lembrando quando vocês moravam ali em Rio Bonito ou digamos em Tijucas. Ali a BR não era duplicada, hoje vocês estão morando aqui e a BR é duplicada, então pra atravessar a BR, como você mesmo lembra, tinha que atravessar a BR pra ir buscar água, era perigoso, você dizia. Hoje em dia o que acontece: essa mesma BR 101 está duplicada, você tem que atravessar não só uma pista, você tem que atravessar duas pistas e muitas vezes ficar ali no meio e não conseguir passar, então era isso que eu estava te perguntando. Porque jurua está querendo duplicar a 280 e vai ser a mesma coisa que a BR 101 hoje, esse é o projeto, então eu estava perguntando pra você como que você, na tua experiência, no teu sentimento, percebeu a BR 101 não duplicada e percebe hoje a BR duplicada. Era essa a minha pergunta.

Tiago: Eu acho que pros Guarani e mesmo pros jurua é uma coisa que vai dar mais tragédia ainda, muitos acidentes, essas coisas. Quando a gente vai pra cidade, que a gente não tem dinheiro, a gente vai a pé ou de bicicleta, então a gente tem que passar a BR tudo de novo, quando a gente vai ou volta porque muitas vezes a gente se perde e pode ter um acidente. Eu acho que, como eu posso falar mais difícil pra gente, é isso.

Dorothea: Também lá no Rio Pirai, o trabalho que a gente fez lá tinha muita comunidade pensando: como que agora que a terra está delimitada de um lado e de outro. A comunidade está pensando: mas duplicar aqui na frente? E o perigo que é? Então eles estavam pensando em fazer já um projeto, uma idéia de comunidade, por fora da terra indígena, vindo da 101 e emendando depois pra não passar pela terra indígena, pra não ter esse perigo. Esse é um pensamento que a comunidade lá está amadurecendo. Depois no mapa a gente vai poder mostrar melhor qual é esse pensamento. Lá no nosso trabalho eles estavam conversando sobre isso com essa preocupação de ter uma rodovia duplicada na frente de casa, mas ali eles estão pensando muito em mudar pro outro lado, que é um desejo que seu Artêmio [Brizola] já tinha quando estava vivo. Marta [Benite, viúva de Artêmio Brizola] fala isso, Joel [Ramirez, atual cacique] fala isso.

Tiago: É, eles estão pensando em deixar aquela área e mudar pro outro lado?

Dorothea: A maior parte das pessoas sim, mas outra parte das pessoas Joel explicou pra mim vai ficar ali, pouquinhas pessoas ficariam ali, mas a maioria mudaria pra outro lugar que até eles já escolheram. Então, sendo assim, ficam pessoas aqui e faz nova aldeia lá. Vai ter que ter esse cruzamento e que uma passarela pode não resolver. Então a idéia que eles estão amadurecendo é esse pedacinho da BR passar por fora da aldeia e isso vai ser uma coisa que vai ser conversada lá em Conquista na reunião [encontro ampliado ocorrido em 06, 07 e 08.09.08] e como que as outras lideranças vão estar pensando junto com as lá de Pirai. Porque uma coisa é certa Tiago, sempre a duplicação das estradas vai trazer mais indústria, mais fábrica, mais jurua.

Flávia: Mais carro pra passar ali.

Dorothea: Mais derrubada de mata.

Tiago: E isso vai dando mais poluição e aí quem que vai ser afetado? Os guarani, os bichinhos.

Dorothea: E aí nós estamos conversando nas aldeias, entendendo que os Guarani têm um recado, uma mensagem, uma palavra importante pro governo e pro jurua. Qual é essa mensagem? O entendimento que o Guarani tem da mata, o jeito guarani. Quando eu te pergunto o que você sentiu quando chegou aqui em Yy Akã Porã e você dizia: foi a primeira aldeia nossa, o que o jurua pode sentir em relação aos Guarani? Eles podem nos ensinar a cuidar da mata, porque eles têm um pensamento muito importante e que a grande maioria das pessoas não conhece.

Tiago: É verdade.

Dorothea: Então pra essas pessoas o Guarani passa ali na BR, vende ali um cesto, vai ali fazer atendimento e não sabe a riqueza que é o pensamento do Guarani, o jeito de ser do Guarani, a vontade que o Guarani tem de viver com os ensinamentos dos mais velhos.

Tiago: Os jurua pensam que quando a gente não para em algum lugar, a gente vai, volta. Eles pensam que a gente não tem lugar, mas a gente está procurando lugar que seria um lugar bom. Eles pensam que a gente não tem paradeiro, a gente está querendo ter, a gente está lutando pra isso.

Dorothea: Exatamente. E nesse lugar tem que ter o que Tiago? Esse lugar bom?

Tiago: Primeira coisa tem que ter terra boa pra plantar, tem que ter água boa, tem que ter bastante bichinho do mato, palmito essas coisas, ervas medicinais. Quando é o lugar mesmo que os Guarani moram daí já não precisa mais ir na cidade e levar num posto de saúde ou no hospital. A gente já tem um laboratório, tipo um laboratório, a gente já vai no mato, a gente procura, a gente acha. Então isso é um lugar bom pra nós, ótimo pra nós.

Dorothea: E agora que o juiz determinou, no ano passado, que vocês podem continuar aqui e que a FUNAI tem que fazer o grupo técnico pra delimitação dessa área, e você já me dizia hoje de manhã que é para além dessa área que é da prefeitura de Joinville, como é que vocês estão pensando isso Tiago?

Tiago: Como é que a gente está pensando?

Dorothea: É esse trabalho de garantia dessa área para o Guarani?

Tiago: Pode esclarecer melhor a pergunta?

Dorothea: Sim, o ano passado quando juiz federal deu a sentença dizendo que vocês podiam continuar aqui e que a prefeitura não podia tirar vocês daqui, o juiz também determinou que a FUNAI tinha que fazer um grupo técnico. Sempre esse grupo técnico é formado pela FUNAI e quem assina a portaria é o presidente da FUNAI. Esse grupo é o grupo que vai fazer o trabalho que a gente fala da demarcação da terra e aí o juiz determinou que aqui tinha que fazer esse trabalho, a FUNAI tem que fazer. Ainda não tem esse grupo determinado, ou seja, a portaria ainda não está assinada, mas a FUNAI tem um compromisso com essa comunidade de fazer esse grupo técnico pra demarcação dessa área. E aí eu perguntava pra você como é que você sente isso porque agora você é cacique aqui e esse trabalho a gente tem esperança que vai ser feito e você explicava um pouco mais cedo de manhã, que vocês usam pra além dessa área dos hectares da prefeitura que são 36, e isso é muito importante, quer dizer, vocês já estão aqui há alguns anos, já estão conhecendo esse mato, usando como diz você colocando monde, plantando, tirando as ervas medicinais e aí a gente tem esperança de que saia e é isso que eu perguntava pra você: como que você, como cacique, está sentindo esse trabalho que a gente não sabe bem quando vai acontecer, mas a gente acredita que esse trabalho nosso agora pode ajudar pro entendimento do grupo técnico.

Tiago: Bem primeiro, eu sei que a aldeia nunca vai deixar de ser e a comunidade nunca vai ser expulsa daqui, primeira coisa que eu não quero nunca. Eu sei que um dia eu vou ter que lutar pela minha aldeia, que eu estou lutando e eu quero que o grupo técnico faça o trabalho aqui e a gente quer que essa área seja dobrada, seja maior. 36 [hectares] pra nós é um pouquinho. A gente quer 100 hectares mais ou menos, então pra isso a gente tem que lutar junto, se juntar pra ter força. A primeira coisa que eu quero é que os mais velhos me ajudem bastante nesse trabalho, nessa luta, pra essa aldeia não desaparecer. Eu quero que vá continuando essa aldeia até onde for.

Dorothea: E você antes falava da importância da água. Isso a gente vê nas aldeias mesmo e muitos grupos técnicos falam das nascentes, da importância das nascentes. Mas por que os grupos técnicos falam? Porque os Guarani estão falando que as nascentes são tão importantes, pra que ninguém polua, você usou antes a palavra poluição, do ar você falava também, mas também pra não ter poluição da água.

Tiago: Porque sem água não tem vida.

Dorothea: E você já foi até a nascente do rio?

Tiago: Já.

Dorothea: Deve ser lindo.

Tiago: É. É lá pra cima, bem longe

Dorothea: E quanto tempo de caminhada?

Tiago: Três horas, umas três horas, é longe.

Dorothea: E é só subida?

Tiago: É só subida.

Dorothea: Foi você e mais quem?

Tiago: Foi eu, o meu irmão e a piizada tudo. Faz tempo que eu subi. Agora não subi mais.

Dorothea: E outros lugares que você acha importante pra falar pra gente? Hoje de manhã você levou a Flávia nas casas, acompanhou, levou nas roças, você falava da pedreira que estão tirando pedras, a gente viu eles tirando palmito... E eu te pergunto um exemplo: tem bastante taquara aqui?

Tiago: Taquara tem, dá pra fazer uns cestos, cipó também tem bastante. Tem bambu também, tem quase a mesma coisa que a taquara, tem guaricana que é a palha pra fazer a casa, a taquara também é usada pra fazer a casa, tem bastante madeira também, todos os tipos também, eu não sei os nomes, mas eu sei que tem bastante madeira boa pra fazer casa, pra fazer artesanato, palmito também tem bastante, mas os jurua tão tirando muito e aí está acabando a caça. O que tem mais aqui é o quati, o tatu, a gente quase não caça, é difícil, só quando cai no mundéu mesmo, aí a gente já come.

Flávia: E o caçador que sobe lá que tipo de bichinho ele deixa?

Tiago: Ele deixa gambá, ele deixa, mas é um gambá muito magrinho, aí o resto ele leva.

Dorothea: Agora esse caçador que você fala ele respeita esses tempos que o Guarani sempre respeita? Quando os bichinhos entram em acasalamento, a procriação sempre os mais velhos falam que precisa respeitar.

Tiago: Neste mês não pode caçar.

Dorothea: É, mas e o caçador?

Tiago: Ah, o caçador eu acho que já tem um pensamento diferente. Ele caça quando ele quer, parece que ele não sabe, ou mesmo ele sabendo não respeita o bichinho.

Dorothea: E isso já é uma dor pra vocês. Pro Guarani isso é muito importante, não é Tiago? Tem que respeitar esse tempo.

Tiago: É.

Dorothea: E a pesca aqui Tiago?

Tiago: A pesca aqui já é pouca mesmo. Não tem quase nada

Dorothea: Tiago, eu estou me lembrando de uma coisa que a gente falou em ara pyau [tempo novo, ano novo]. É um tempo importante pro ciclo. Você ainda dizia que ara yma [tempo antigo, ano velho] está ficando pra trás agora e o nosso trabalho vai ser entregue em ara pyau. Então aí já parece que é um tempo novo, né?

Tiago: Pra nós em ara pyau parece que a gente nasce de novo. A gente renasce quando tem os pequeninhos que nascem. Em ara pyau os pajés dão os nomes e os mais velhos em cada ara pyau eles nascem de novo. Nascem e crescem de novo. Parece que a gente esquece tudo aquilo que tem de ruim. É como que sabendo alguma coisa, a gente deixa tudo pra trás e pega coisa nova, coisa boa, é assim. Em ara pyau a gente faz nhemongarai [cerimônia de nomeação], que é cerimônia dos Guarani. Todo ano é feito esse nhemongarai.

Dorothea: Aqui também?

Tiago: Aqui também. Esse ano não sei se vamos fazer mais, quem fazia o nhemongarai era o Roque [Timóteo]. Agora como ele não está, não sei se o Kirimaco também faz, esse ano eu não sei se ele vai fazer.

Dorothea: Sabe o que o Kirimaco me falou uma vez? Ele disse que cada ano de novo ele se tornava guri, bem isso que você falou, fica novo de novo e eu nunca mais esqueci, ele disse que fica renovado. Bem o que você está falando e aí ele usou essa expressão: eu me sinto gurizinho de novo.

Tiago: Cada ano a gente, a nossa alma é limpada.

Dorothea: É como se a pessoa se sentisse mais forte de novo.

Tiago: É.

Dorothea: Renovada. Mas e será que o Roque não volta?

Tiago: Eu não sei.

Dorothea: Ele não deu notícia se volta ou não volta?

Tiago: Mas espero que ele volte logo. Foi ele que me ensinou a compreender as coisas, muitas coisas aprendi com ele também. Ele me deu uma vontade que eu nunca esqueci: de lutar contra os jurua que são contra os Guarani. Ele sempre me aconselhou e tudo, eu aprendi muitas coisas com ele.

Dorothea: É, todos dizem que o Roque é uma pessoa de muita força.

Tiago: Esses tempos também eu passei uma dificuldade, mas já estou recuperado agora. Esses tempos a minha mãe não estava muito bem, meio doente e tudo, aí eu também fiquei caído. Mas agora, como a minha mãe já está mais forte, já está mais recuperada, eu também já estou com mais vontade de trabalhar, mostrar o meu trabalho pra minha mãe, o que eu estou fazendo. Então agora eu estou mesmo com vontade de fazer o trabalho, como agente está fazendo agora, que é um trabalho que eu estou fazendo uma experiência, porque hoje está começando meu trabalho mesmo, trabalho como cacique, então eu estou muito feliz. Vocês vindo aqui também tem mostrado esse trabalho que todos os Guarani querem, mas eu sei que esse trabalho nunca vai ser excluído, nunca mesmo, vai sempre além do estudo, mesmo a gente passando dificuldade, a gente vai ter força pra lutar, é isso que eu falo. Eu sei que sou novo, mas mesmo assim eu estou lutando, o que eu tenho vontade mesmo é de lutar pra sempre, eu sei que um dia eu não vou mais poder, mas os meus filhos, os meus netos vão sempre lutando também.

Dorothea: A gente, Tiago, tem que desejar muita força no nosso caminho, a gente acredita.

Flávia: Essa é também a nossa luta.

Dorothea: E Tiago, a gente não está sozinho, pode ter certeza, tem algumas pessoas que estão abraçadas aqui. As pessoas podem se ver pouco inclusive, mas elas estão junto, então a primeira pessoa que eu penso, falando no Juruá, é Maria Inês. Agora ela vem de novo pra cá, pra reunião da Conquista. Desde Tarumã a gente não se vê, mas a gente se escreve a gente se fala e a gente pensa igual e isso que é tão importante. Então você fala que Roque te ensinou muita coisa, Maria Inês me ensinou muita coisa e cada trabalho que a gente faz, cada aldeia que a gente vai, cada reunião que a gente participa, cada livro que a gente lê, cada conversa que a gente tem, a gente vai fazendo um conjunto de entendimento, com esperança de estar fazendo uma boa caminhada. A gente erra também, quem não erra?

Tiago: É verdade.

Dorothea: A gente acha importante inclusive que as pessoas mostrem: olha, você está errando aqui, faça assim que é melhor.

Tiago: A gente na nossa vida todo mundo erra, mas a gente sempre depois concerta, a pessoa fala ou a gente mesmo, a gente percebe que a gente errou e a gente tenta concertar.

MORADORES ALDEIA TIARAJU / PIRAÍ

JULHO/AGOSTO DE 2008

Ordem	NOME	DATA NASC.	LOCAL DE NASCIMENTO	FILIAÇÃO E MORADIA ATUAL FALECIMENTO (††)
01	Marta Benite	01.08.1944	Misiones/Argentina	Júlia Ocampo (Mbiguaçu) e Feliciano Benite (††)
02	Felipe Brizola		TI Laklãnõ (José Boiteux e Vitor Meireles/SC)	Marta Benite e Artêmio Brizola (††)
03	Marciana Brizola	25.06.1974	Misiones/Argentina	Marta Benite e Artêmio Brizola (††)
04	Joel Ramires	13.07.1980	Osório/RS	Sueli da Silva (Tarumã) e Dionísio Ramires (††)
05	César Timóteo	11.05.1996	Morro dos Cavalos (Palhoça/SC)	Marciana Brizola e Francisco Timóteo
06	Kleber Ramires	10.08.1999	Piraí	Marciana Brizola e Joel Ramires
07	Esmeralda Ramires	08.04.2001	Piraí	Marciana Brizola e Joel Ramires
08	Natalino Ramires	25.12.2002	Piraí	Marciana Brizola e Joel Ramires
09	Elizabeth Ramires	14.10.2006	Piraí	Marciana Brizola e Joel Ramires
10	Cecília Brizola	15.09.1983	Misiones/Argentina	Marta Benite e Artêmio Brizola (††)
11	Ilson Euzébio	22.10.1991		
12	Aldemir Tiaraju	10.08.2000	Piraí	Cecília Brizola e Alcides Tiaraju Tatamxi (Pindoty)
13	Diogo Brizola Acosta	22.05.2003	Piraí	Cecília Brizola e Alexandre Acosta
14	Jéferson Brizola Acosta	24.12.2004	Piraí	Cecília Brizola e Alexandre Acosta
15	Antonio Brizola	04.02.1986	Cantagalo/Viamão/RS	Marta Benite e Artêmio Brizola (††)
16	Sonia Ramires	06.10.1987	Piraí	Sueli da Silva (Tarumã) e Dionísio Ramires (††)
17	Diana Brizola	29.05.2004	Piraí	Sonia Ramires e Antonio Brizola
18	Augusto Brizola	10.02.2006	Piraí	Sonia Ramires e Antonio Brizola

19	Suzane Brizola	24.05.2002	Piraí	Sonia Ramires e Antonio Brizola
20	Valdir Brizola	20.02.1990	Espinheirinho (Itajaí/SC)	Marta Benite e Artêmio Brizola (††)
21	Daniela da Silva	18.11.1985	Misiones/Argentina	Roberta Gonçalves Vilhalva
22	Márcio Duarte	06.08.1999		Daniela da Silva e Paulo Duarte
23	Denise da Silva	11.11.2002		Daniela da Silva e Adelino da Silva
24	Geilson da Silva Brizola	17.01.2006	Pindoty/SC	Daniela da Silva e Valdir Brizola
25	Fabrieli da Silva Brizola	15.11.2007	Jabuticabeira/SC	Daniela da Silva e Valdir Brizola
26	Helena Brizola	05.04.1995	Morro dos Cavalos/Palhoça/SC	Marta Benite e Artêmio Brizola (††)
27	Manoel da Silva	06.10.1989		
28	David Brizola da Silva	20.12.2007	Piraí	Helena Brizola e Manoel da Silva
29	Isabela de Oliveira	15.09.1990	Espinheirinho (Itajaí/SC)	Marciana Brizola e João de Oliveira
30	Maurício Martins	01.01.1988	Cantagalo/RS	Marcelina Gonçalves (††) e Rosalino Martins (††)
31	Cleiton de Oliveira Martins	10.01.2006	Piraí	Isabela de Oliveira e Maurício Martins
32	Gustavo de Oliveira Martins	04.08.2007	Piraí	Isabela de Oliveira e Maurício Martins
33	Arlindo da Silva Tatamxi	09.04.1977	Cruz Alta/RS	Jurema da Silva Tatamxi (Tarumã) e Roberto Benite (††)
34	Roberta Gonçalves Vilhalva	15.11.1962	Misiones/Argentina	Rosélia Gonçalves (††) e João Vilhalva (††)
35	Nélson da Silva	01.10.1993	Pacheca/RS	Roberta Gonçalves Vilhalva
36	Juliana da Silva	04.04.1998	Pacheca/RS	Roberta Gonçalves Vilhalva
37	Adriana da Silva	27.10.2000	Pacheca/RS	Roberta Gonçalves Vilhalva
38	Silvio Pereira	29.03.1970	Limeira - TI Xapecó/SC	Francisca Ramos (††) e Rufino Pereira (††)
39	Ilda Oliveira Acosta	26.08.1979		Rosalina de Oliveira e João Acosta (Yy Akã Porã)
40	Mariano Acosta Pereira	01.12.1992	Guaraqueçaba/PR	Ilda Oliveira Acosta e Silvio Pereira
41	Germania Acosta Pereira	07.04.1994	Massiambu (Palhoça/SC)	Ilda Oliveira Acosta e Silvio Pereira
42	Basílio Acosta Pereira	14.06.2000	Misiones/Argentina	Ilda Oliveira Acosta e Silvio Pereira
43	Valeriana Acosta Pereira	05.12.2002	Misiones/Argentina	Ilda Oliveira Acosta e Silvio Pereira
44	Nivaldo Acosta Pereira	12.05.2005	Yy Akã Porã (Garuva/SC)	Ilda Oliveira Acosta e Silvio Pereira
45	Tassiana Acosta Pereira	14.06.2008	Piraí	Ilda Oliveira Acosta e Silvio Pereira

46	Rafael Gonçalves	29.04.1987	TI Laklãnõ/SC	Juliana da Silva Euzébio e Marcílio Gonçalves (Morro Alto)
47	Sueli Bolantim	12.07.1992		
48	Claiton Félix Martines	06.03.1974		Paulo de Oliveira (Yvy Ju/Reta)
49	Maria Escobar	22.07.1976	Misiones/Argentina	Lidia Silveira (††) e Ramon Escobar
50	Diana Escobar Martines	25.08.1991	Misiones/Argentina	Maria Escobar e Claiton Félix Martines
51	Gabriela Escobar Martines	30.06.1993	Misiones/Argentina	Maria Escobar e Claiton Félix Martines
52	Leandro Escolar Martines	03.03.1996	Misiones/Argentina	Maria Escobar e Claiton Félix Martines
53	Gilda Escobar Martines	07.06.1999	Misiones/Argentina	Maria Escobar e Claiton Félix Martines
54	Géssica Escobar Martines	07.08.2001	Misiones/Argentina	Maria Escobar e Claiton Félix Martines
55	Maria Selvina Escobar Martines	28.04.2003	Palmares do Sul/RS	Maria Escobar e Claiton Félix Martines
56	Luiz Marcos Martines	18.03.2007	São Francisco do Sul/SC	Maria Escobar e Claiton Félix Martines
57	Ramon Escobar	31.08.1943	Misiones/Argentina	
58	Savina (Rosana) Escobar	30.06.1989	Misiones/Argentina	Lidia Silveira (††) Ramon Escobar
59	Nanci Silveira Escobar	21.08.1996	Misiones/Argentina	Lidia Silveira (††) e Ramon Escobar
60	Carlos da Silva	12.05.1986	TI Laklãnõ/SC	Arminda Ribeiro (Conquista) e Francisco da Silva (††)
61	Miriam Silveira Escobar	01.01.1990	Misiones/Argentina	Lidia Silveira (††) e Ramon Escobar
62	Carlinhos Escobar da Silva	25.09.2007	Conquista	Miriam Silveira Escobar e Carlos da Silva
63	Faustina Silveira Escobar	15.02.1983	Misiones/Argentina	Lidia Silveira (††) e Ramon Escobar
64	Andréia Escobar Gonçalves	26.05.2003		
65	Luiz Fernando Escobar Veríssimo	25.08.2007		
66	Pedro Timóteo			Vitorina Benite (Itanhaén/SC) e Francisco Timóteo Kirimaco (Yy Akã Porã)
67	Célio Timóteo	11.09.1985		Florinda Timóteo (Sambaqui/PR) e Davi Martins da Silva (Aguapeú/SP)
68	Celso Timóteo		Cantagalo/RS	Ana Morínico e Francisco Timóteo Kirimaco (Yy Akã Porã)
69	Alzira Benite			Marcelina Benite e Maurício Gonçalves
70	Patrícia Timóteo		Curitiba/PR	Alzira Benite e Celso Timóteo

71	Marilda Timóteo		Superagüi/PR	Alzira Benite e Celso Timóteo
72	Camila Timóteo		Superagüi/PR	Alzira Benite e Celso Timóteo
73	Bruno (filho de criação)			Maria e Marcelino
74	Francisco Borges			

Total: 74 moradores

MORADORES ALDEIATARUMÃ**SETEMBRO DE 2008**

Ordem	NOME	DATA NASC.	LOCAL DE NASCIMENTO	FILIAÇÃO E MORADIA ATUAL FALECIMENTO (††)
01	Aristides da Silva	13.08.1934	São Miguel d'Oeste/SC	Florentina (††) e Antonio (††)
02	Jurema da Silva Tatamxi	24.10.1953		Macimiana Almeida (††) e Liberato da Silva (††)
03	Júlio da Silva	02.07.1951		Macimiana Almeida (††) e Liberato da Silva (††)
04	Jurema da Silva	02.11.1972	Guarita/RS	Ana da Silva (††) e Aristides da Silva
05	Adilson da Silva Gonçalves	04.04.95	Rio Pirai (Araquari/SC)	Jurema da Silva e Genésio Gonçalves (Morro Alto)
06	Rodrigo da Silva	22.05.1999	Tarumã	Jurema da Silva e Jovino Gonçalves
07	Antonio da Silva	12.12.2001	Tarumã	Jurema da Silva
08	Fabiana da Silva	21.06.2005	Tarumã	Jurema da Silva
09	Luciano	19.09.2008	Tarumã	Jurema da Silva e
10	Sueli da Silva	21.04.1960		Macimiana Almeida (††) e Liberato da Silva (††)
11	Nélson Ramires	03.04.1989	Corveta 2 (Araquari/SC, atual TI Tarumã)	Sueli da Silva e Dionísio Ramires (††)
12	Luiza Ramires	25.08.1992	Corveta 1 (atual Tarumã)	Sueli da Silva e Dionísio Ramires (††)
13	Fábio Ramires	01.05.1996	Corveta 1 (atual Tarumã)	Sueli da Silva e Dionísio Ramires (††)
14	Fabiano Brizola	08.02.1999	Tarumã	Sueli da Silva e Vicente Brizola (††)
15	Patrícia da Silva	17.12.2002		Sueli da Silva

Total: 15 moradores

MORADORES ALDEIA PINDOTY
JULHO DE 2008

Ordem	NOME	DATA NASC.	LOCAL DE NASCIMENTO	FILIAÇÃO E MORADIA ATUAL FALECIMENTO (††)
01	Felipe Oscar Brizoela	04.11.1969		Maria Célia Cabral e Alberto Brisuela (Riozinho/RS)
02	Bernardina Fernandes Gimenez	20.05.1981		Carmen Gonçalves Fernandes e Mário Acosta Gimenez
03	Maurício Lucas Brizoela	10.05.1997		Bernardina Fernandes Gimenez e Felipe Oscar Brizoela
04	Daniel Brizoela	19.07.1998		Bernardina Fernandes Gimenez e Felipe Oscar Brizoela
05	José Fernando Brizoela	20.08.2001		Bernardina Fernandes Gimenez e Felipe Oscar Brizoela
06	Ariel Brizoela	24.08.2003		Bernardina Fernandes Gimenez e Felipe Oscar Brizoela
07	Mario Acosta Gimenez	23.05.1949		Dominga e Demétrio
08	Carmen Gonçalves Fernandes	08.12.1964		
	Justino Gimenez	14.04.1992		Carmen Gonçalves Fernandes e Mário Acosta Gimenez
09	Joana Gimenez	22.08.1995		Carmen Gonçalves Fernandes e Mário Acosta Gimenez
10	Alexandre Gimenez	15.07.1999		Carmen Gonçalves Fernandes e Mário Acosta Gimenez
11	Sabrina Gimenez	02.07.2003		Carmen Gonçalves Fernandes e Mário Acosta Gimenez
12	Marcelo Gimenez			Carmen Gonçalves Fernandes e Mário Acosta Gimenez
13	Márcia da Silva Benite			Roberta Gonçalves Vilhalva e Augusto (falecido)

14	Fabiano Gimenez			Márcia da Silva Benite e Marcelo Gimenez
15	Alcides Tiaraju Tatamxi	18.06.1978		Jurema da Silva Tatamxi (Tarumã) e Roberto Benite (††)
16	Rosana da Silva	20.08.1975	Osório/RS	Ana da Silva (††) e Aristides da Silva (Tarumã)
17	Roberto da Silva	15.08.1990	Ilha da Cotinga/PR	Rosana da Silva e Nilton de Oliveira (Yvapuru)
18	Rafael da Silva	08.10.1994	Rio Piraí (Araquari/SC)	Rosana da Silva
19	Cristiana da Silva	23.10.1998	Tarumã	Rosana da Silva e Claudemir Brizola (††)
20	Flávia da Silva	12.04.2001	Tarumã	Rosana da Silva
21	Lucas da Silva	09.04.2003	Tarumã	Rosana da Silva
22	Tainá da Silva Tiaraju	27.07.2004	Tarumã	Rosana da Silva e Alcides Tiaraju Tatamxi
23	Camila da Silva Tiaraju	04.09.2005	Tarumã	Rosana da Silva e Alcides Tiaraju Tatamxi
24	Gabriela da Silva Tiaraju	23.11.2006	Tarumã	Rosana da Silva e Alcides Tiaraju Tatamxi

Total: 24 moradores

MORADORES ALDEIA YVY JU / RETA
AGOSTO/SETEMBRO DE 2008

Ordem	NOME	DATA NASC.	LOCAL DE NASCIMENTO	FILIAÇÃO E MORADIA ATUAL FALECIMENTO (††)
01	Oswaldo de Oliveira	25.11.1967		Etelvina Gonçalves e Benito de Oliveira (Yvapuru)
02	Sandra da Silva	22.01.1977	Osório/RS	Luciana da Silva e Jorge de Oliveira
03	Angélica da Silva Oliveira	05.06.1998		Sandra da Silva e Oswaldo de Oliveira
04	Túlio da Silva Oliveira	02.12.2000		Sandra da Silva e Oswaldo de Oliveira
05	Lourdes da Silva Oliveira	23.11.2002		Sandra da Silva e Oswaldo de Oliveira
06	Ricardo da Silva Oliveira	17.11.2004		Sandra da Silva e Oswaldo de Oliveira
07	Zenilson da Silva	10.02.1999		Iracema Mariano (Morro Alto) e Arlindo da Silva Tatamxi (Tiaraju/Pirai)
08	Alana Mariano Silva	18.08.2004		Iracema Mariano e Lauro da Silva (††)
09	João Batista da Silva	24.06.1967		Luciana da Silva e João da Silva
10	Anderson da Silva	31.01.1996		Denise da Silva (††) e João Batista da Silva
11	Josiane da Silva	04.02.1998		Denise da Silva (††)
12	Luciana da Silva	01.01.1958		Macimiana Almeida (††) e Liberato da Silva (††)
13	Leonardo da Silva	29.08.1985	Pirai (Araquari/SC)	Luciana da Silva e Jorge de Oliveira
14	Natália			
15	Cláudio da Silva		Corveta 2 (Araquari/SC)	Luciana da Silva e Jorge de Oliveira
16	Clarice			
17	Túlio da Silva			Clarice e Cláudio da Silva
18	Paulo de Oliveira	20.09.1955		Alicia da Silva (††) e Florêncio de Oliveira (††)
19	Cecília Benite	20.08.1974		Jurema da Silva Tatamxi (Tarumã) e Roberto Benite (††)
20	Adriano Mariano	14.05.2000		Cecília Benite
21	Marciano Benite Mariano	06.04.2002		Cecília Benite

21	Marciano Benite Mariano	06.04.2002		Cecília Benite
22	João Paulo Benite	26.03.2007		Cecília Benite
23	Jocemar da Silva			Etelvina e Olívio da Silva
24	Calixto Gonçalves	20.01.1933	Palmeirinha/PR	Roberta (††) e Miguel Gonçalves (††)
25	Nélson Ortega	10.04.1931	Guarita/RS	Vicenta Ortega (††) e Paulo Ortega
26	Lidia Mariano	15.04.1961	Xanxerê/SC	Vitalina Fernandes e Modesto Mariano
27	Elenilson Mariano Ortega	18.12.1989		Lidia Mariano e Nélson Ortega
28	Jucelino Mariano Ortega	07.08.1993		Lidia Mariano e Nélson Ortega
29	Jucelina Ortega	23.11.1997		Lidia Mariano e Nélson Ortega
30	Juliana Ortega	02.07.1998		Lidia Mariano e Nélson Ortega
31	Adriana Ortega	04.09.2003		Lidia Mariano e Nélson Ortega
32	Rodrigo Ortega	08.09.2005		Lidia Mariano e Nélson Ortega
33	Cláudio Ortega	07.07.2007		Lidia Mariano e Nélson Ortega

Total de moradores: 33

MORADORES ALDEIA YVAPURU
AGOSTO DE 2008

Ordem	NOME	DATA NASC.	LOCAL DE NASCIMENTO	FILIAÇÃO E MORADIA ATUAL FALECIMENTO (††)
01	Benito de Oliveira	10.01.1925	Misiones/Argentina	
02	Etelvina Gonçalves	02.03.1917	Rio das Cobras/PR	Roberta (††) e Miguel Gonçalves (††)
03	Celina de Oliveira	15.01.1942	Misiones/Argentina	Etelvina Gonçalves e Benito de Oliveira
04	Nilton de Oliveira	10.02.1972	Cantagalo/RS	Celina de Oliveira
05	Julinho de Oliveira	16.03.1992	Planície Alta (Guabiruba/SC)	Nilton de Oliveira
06	Antonio de Oliveira	15.01.1956		Etelvina Gonçalves e Benito de Oliveira
07	Irma Benite	29.04.1956		Júlia Ocampo (Mbiguaçu) e Feliciano Benite (††)
08	Nilza de Oliveira	01.05.1992		Irma Benite e Antonio de Oliveira
09	Juliana de Oliveira	19.07.1996		Irma Benite e Antonio de Oliveira
10	Célia de Oliveira	18.08.1997		Irma Benite e Antonio de Oliveira
11	Adão de Oliveira	26.09.1999		Irma Benite e Antonio de Oliveira
12	Cláudio de Oliveira	21.06.2001		Irma Benite e Antonio de Oliveira
13	Orlando de Oliveira	26.01.2004		Irma Benite e Antonio de Oliveira
14	Celso de Oliveira	21.04.1972		Etelvina Gonçalves e Benito de Oliveira
15	Jucelene Rodrigues de Oliveira	26.07.1996		Márcia (PR) e Celso de Oliveira
16	Mariano de Oliveira	11.11.1984		
17	Marina de Souza	14.09.1991		
18	Cristiano de Oliveira	12.01.2007		
19	Cecília de Oliveira	23.04.1979		Irma Benite
20	Alexander Oliveira de Souza	16.12.2000		
21	Bianca Oliveira de Souza	26.08.2002		
22	Luana Oliveira	27.01.2004		
23	Vitória de Oliveira	02.10.1960		Etelvina Gonçalves e Benito de Oliveira

24	Nilza Gimenes	12.02.1973	Osório/RS	Vitória de Oliveira e Darci Gimenes (Marangatu/SC)
25	Júlio da Silva	20.01.1982	Osório/RS	Vitória de Oliveira e Nélon da Silva
26	Elizandro (Cláudio) Acosta	14.08.1989	Osório/RS	Vitória de Oliveira e Cláudio Acosta (Estrela Velha/RS)
27	Rodrigo Mariano	23.12.1994	Cananéia/SP	Vitória de Oliveira e João Paulo Mariano
28	Lúcia Mariano	06.05.1997	Ilha da Cotinga/PR	Vitória de Oliveira e João Paulo Mariano
29	Odair dos Santos			Maurício Gonçalves (††)
30	Josimar Gonçalves			Maurício Gonçalves (††)
31	Flávio da Silva			Milton da Silva (Olho d'Água/ES)

Total: 31 moradores

MORADORES ALDEIA JABUTICABEIRA
JULHO DE 2008

Ordem	NOME	DATA NASC.	LOCAL DE NASCIMENTO	FILIAÇÃO E MORADIA ATUAL FALECIMENTO (††)
01	Nina de Oliveira	28.05.1965	Limeira (TI Xapecó)	Maria (††) e Atanásio de Oliveira (††)
02	Inácio de Oliveira	25.11.1975	RS	Nina de Oliveira e Mário de Oliveira (††)
03	Santina Mariano Rodrigues	02.11.1966	Limeira – TI Xapecó/SC	
04	Rafael Rodrigues de Oliveira	14.02.1995	Ilha da Cotinga/PR	Santina Mariano Rodrigues e Inácio de Oliveira
05	Renata Rodrigues de Oliveira	04.09.1996	Ilha da Cotinga/PR	Santina Mariano Rodrigues e Inácio de Oliveira
06	Rivaldo Rodrigues de Oliveira	05.11.1998		Santina Mariano Rodrigues e Inácio de Oliveira
07	Samuel Rodrigues de Oliveira	16.06.2000		Santina Mariano Rodrigues e Inácio de Oliveira
08	Rubens Rodrigues de Oliveira	20.10.2002		Santina Mariano Rodrigues e Inácio de Oliveira
09	Heder Rodrigues de Oliveira	07.08.2004		Santina Mariano Rodrigues e Inácio de Oliveira
10	Ana Cláudia Mariano	15.02.1990	Ilha da Cotinga/PR	Santina Mariano Rodrigues
11	Claudiane Rodrigues	11.03.2008		Ana Cláudia Mariano e Afonso Cláudio (Karai Tukumbo) (Itanhaém/SC)
12	Azilda de Oliveira	27.11.1982	São Lourenço do Sul/RS	Nina de Oliveira e Mário de Oliveira (††)
13	Ivanilda de Oliveira	26.06.1999	Pindoty	Azilda de Oliveira e André Mariano
14	Maycon da Silva Borges	29.08.2003		Azilda de Oliveira e Rogério da Silva Borges (PR)
15	Marlon da Silva Borges	02.06.2007		Azilda de Oliveira e Rogério da Silva

				Borges
16	Simone de Oliveira	29.03.2001		Azilda de Oliveira e Rogério da Silva Borges
17	Domingo Hugo de Oliveira	08.08.1988	Osório/RS	Nina de Oliveira e Mário de Oliveira (††)
18	Joana Maria de Oliveira	04.08.1992	Ilha das Peças/Paranaguá/PR	Nina de Oliveira e Mário de Oliveira (††)
19	Clebeisom de Oliveira	31.05.1994	Taquari/RS	Nina de Oliveira e Mário de Oliveira (††)
20	Santano Castro de Oliveira	14.07.1998	Tapera, São Francisco do Sul/SC	Nina de Oliveira e Mário de Oliveira (††)
21	Édson Rodrigues	03.08.1985		Santina Mariano Rodrigues e José de Almeida
22	Nilce Ortega	17.01.1982		
23	Ed Bruno Rodrigues Júnior	10.12.2005		Nilce Ortega e Édson Rodrigues
24	Maurílio Castro Euzébio	08.01.1985	Rio Silveira/SP	
25	Berenice Fernandes Euzébio	16.10.1982		
26	Dirlei Euzébio da Silva	24.12.1996		
27	Sabrina Euzébio	06.04.2003		
28	Fabício Fernandes Euzébio	22.02.2005		
29	Fabíola Fernandes Euzébio	27.11.2006		
30	Juciléia Ortega	13.06.1983		Lidia Mariano e Néilson Ortega (Yvy Ju/Reta)
31	Jucelino Ortega	28.01.2002		Juciléia Ortega
32	Célio Ortega	01.04.2004		Juciléia Ortega

Total: 32 moradores

MORADORES ALDEIA CONQUISTA
AGOSTO DE 2008

Ordem	NOME	DATA NASC.	LOCAL DE NASCIMENTO	FILIAÇÃO E MORADIA ATUAL FALECIMENTO (††)
01	Arminda Ribeiro	14.04.1950	TI Manguueirinha (Laranjeiras do Sul/PR)	Maria Isaltina Rodrigues e Francisco Ribeiro (falecidos?)
02	Marcelo (Sabino) Escobar	19.08.1975	Misiones/Argentina	Lidia Silveira (††) e Ramon Escobar (Tiaraju/Pirai)
03	Letícia Escobar	02.12.1999		Arminda Ribeiro e Marcelo (Sabino) Escobar (Conquista)
04	Bruno Escobar	24.05.2002		Arminda Ribeiro e Marcelo (Sabino) Escobar
05	Irma da Silva	01.04.1972	TI Manguueirinha/PR	Arminda Ribeiro e Francisco da Silva (††)
06	Marcelino Borges Gomes	29.03.1964		Laurinda Borges e Turíbio Gomes (Irapuá/RS)
07	Mariléia de Souza	02.10.1993	Itajaí/SC	Irma da Silva
08	Juliana de Souza	01.11.1997	TI Morro dos Cavalos (Palhoça/SC)	Irma da Silva
09	Regina da Silva	10.06.1975	TI Manguueirinha/PR	Arminda Ribeiro e Francisco da Silva (††)
10	Paulinho Brizola	29.11.1987	TI Cantagalo (Viamão/RS)	Marta Benite (Tiaraju/Pirai) e Artêmio Brizola (††)
11	Adilson Acosta	14.08.1993		Regina da Silva (Conquista) e Cilo Acosta (SP)
12	Daniel Acosta	15 anos		Regina da Silva e Cilo Acosta
13	Silvio Acosta	22.11.2004		Regina da Silva e Cilo Acosta
14	Fernando da Silva	23.02.1978	TI Manguueirinha/PR	Arminda Ribeiro e Francisco da Silva (††)
15	Ronaldo da Silva	08.08.1980	TI Manguueirinha/PR	Arminda Ribeiro e Francisco da Silva (††)
16	Juninho da Silva	02.07.1996		Márcia Benite (Massiambu/SC) e Ronaldo da Silva (Conquista)
17	Vanderlei da Silva	12.04.1983	TI Laklãnõ/SC	Arminda Ribeiro e Francisco da Silva (††)
18	Isolda Gonçalves Brisuela	25.05.1989		Maria Helena Brisuela (SP) e Martins Escobar
19	Denilson Brisuela da Silva	02.01.2003		Isolda Gonçalves Brisuela e Vanderlei da Silva

				(Conquista)
20	Sibele Brisuela da Silva	26.11.2004		Isolda Gonçalves Brisuela e Vanderlei da Silva
21	Liliane Brisuela da Silva	24.08.2006		Isolda Gonçalves Brisuela e Vanderlei da Silva
22	Celina da Silva	13.02.1989	TI Laklãnõ/SC	Arminda Ribeiro e Francisco da Silva (††)
23	Vanessa Nicole Gonçalves Brisuela	04.09.2007	Conquista	Celina da Silva (Conquista) e Jovani Gonçalves Brisuela (Yy Akã Porã)
24	João Batista da Silva	24.06.1992	Espinheirinho (Itajaí/SC)	Arminda Ribeiro e Francisco da Silva (††)
25	Marisa da Silva	05.12.1994	Rio do Meio (Itajaí/SC)	Arminda Ribeiro e Francisco da Silva (††)
26	Alzimira Ribeiro Silva			
27	Fábio	15 anos		Alzimira Ribeiro Silva (Conquista)
28	Jorge de Oliveira	12.08.1950		Ramonita de Oliveira e Aparício de Oliveira
29	Júlia Parapoty Gonçalves	25.07.1955		Santa da Silva (††) e Vertico Gonçalves (Guarita/RS)

Total: 29 moradores

MORADORES ALDEIA YY AKÃ PORÃ
AGOSTO DE 2008

Ordem	NOME	DATA NASC.	LOCAL DE NASCIMENTO	FILIAÇÃO E MORADIA ATUAL FALECIMENTO (††)
01	Claudiomir Tibes	22.07.1973	TI Laklãnõ/SC	Tereza Tibes (Marangatu/SC) e Domingo Benite (Sapukai/RJ)
02	Adriana Fernandes	22.02.1979	Pacheca (Camaquã/RS)	Lidia Timóteo (Yy Akã Porã) e Júlio Fernandes (††)
03	Graziela Tibes	27.07.1992		Adriana Fernandes e Claudiomir Tibes
04	Marines Tibes	13.08.1995		Adriana Fernandes e Claudiomir Tibes
05	Daniela Tibes	31.12.1999		Adriana Fernandes e Claudiomir Tibes
06	Jeferson Tibes	03.05.2005	Yy Akã Porã	Adriana Fernandes e Claudiomir Tibes
07	Tiago Timóteo (cacique)	02.05.1991	Guaraqueçaba/PR	Lidia Timóteo e Nelson Benite
08	Lidia Timóteo	15.05.1955		Marcílio Guimarães (Marangatu/SC)
09	Nelson Benite	18.02.1967		Vitorina Benite e Albino Benite (Itanhaén/SC)
10	Tereza da Silva Benite	25.10.1986		Natália e Nelson Benite
11	Zezinho Benite	22.06.1996	Mbiguaçu/SC	Lidia Timóteo e Nelson Benite
12	Verônica Timóteo Benite	19.06.1983	Peperi-guaçu (Misiones/Argentina)	Lidia Timóteo e Carlito Benite
13	Jorge Mariano	adulto		
14	Angela Mariano	29.07.2000		Verônica Timóteo Benite
15	Guilherme Mariano	26.09.2002		Verônica Timóteo Benite
16	Francisco Timóteo Kirimaco (deficiência visual)	29.03.1922	Mangueirinha/PR	Maria Cristina (Sambaqui/PR) e Hortênsio Timóteo
17	Nicanor Ortega Timóteo	02.03.1992		
18	Pauliciano Ortega Timóteo	15.12.2000		Roque Timóteo
19	Silvio Timóteo			
20	Matilde Lima	adulto	Pinhal/PR	

21	Reinaldo Vicente	criança		Matilde Lima e Ginaldo Vicente
22	Elizandro Vicente	criança		Matilde Lima e Ginaldo Vicente
23	Jovani Brisuela	14.04.1984		Catarina Gonçalves Vilhalva e Félix Brisuela (SP)
24	Paulo Oliveira Acosta	22.11.1984		Rosalina Oliveira e João Acosta
25	Cleison Acosta	25.04.2004		Paulo Acosta
26	Cristiano Acosta	27.10.2001		Paulo Acosta
27	Mário Benite	adulto		Florinda da Silva (††) Alvarito Benite
28	Etelvina Morínico	12.04.1976		Ana Morínico e Francisco Timóteo Kirimaco (Yy Akã Porã)
29	Cláudio Benite	24.01.1995		Etelvina Morínico e Mário Benite (Yy Akã Porã)
30	Paulina Benite	15.12.2000		Etelvina Morínico e Mário Benite
31	Rogério Benite	26.09.2002		Etelvina Morínico e Mário Benite
32	Sabrina Benite	05.03.2004		Etelvina Morínico e Mário Benite
33	Alexandre Benite	01.10.2005		Etelvina Morínico e Mário Benite
34	Elaine Benite	21.04.2008		Etelvina Morínico e Mário Benite
35	Onírio Oliveira Acosta	31.05.1982		Rosalina Oliveira e João Acosta
36	Juliana Mariano	05.12.1989		Rosalina Rodrigues e João Mariano
37	Ricardo Mariano Acosta	12.12.2002		Juliana Mariano e Onírio Oliveira Acosta
38	Roseane Mariano Acosta	07.11.2004		Juliana Mariano e Onírio Oliveira Acosta
39	Lidio Acosta	28.05.1988		Rosalina Oliveira e João Acosta
40	Helena da Silva	09.04.1985		
41	Eliana da Silva Acosta	06.10.2004		Helena da Silva e Lidio Acosta
42	Luciano da Silva Acosta	11.06.2007		Helena da Silva e Lidio Acosta
43	Rosalina Rodrigues	26.09.1963		Natália (††) e Jorge Rodrigues (Ilha da Cotinha/PR)
44	Valderi Castro	23.09.1988		
45	Romário Mariano	19.10.1994		Rosalina Rodrigues e João Mariano
46	Ronildo Mariano	26.10.1995		Rosalina Rodrigues e João Mariano
47	Juliano Mariano	20.04.1999		Rosalina Rodrigues e João Mariano
48	Marta Timóteo	25.09.1985		Jurema da Silva

49	Paulo Martim	adulto		Rosalina Oliveira e João Acosta
50	Renato Timóteo Borges	31.08.2005		Marta Timóteo e Francisco Borges (Tiaraju/Pirai)
51	Ana Morínico	03.01.1921		
52	Cilio Benite			Helena da Silva
53	João Mariano	29.03.1963		Tereza Ortega e Márcio Mariano
54	João Acosta	29.03.1951		Maria Cristina
55	Rosalina Oliveira	15.02.1952		Leonora
56	Vitorino Acosta	14.12.1991		Rosalina Oliveira e João Acosta
57	Juliana Ortega	20.02.1971		Adelina Gonçalves e Marciano Ortega
58	Nilo Acosta	16.06.1996		Juliana Ortega e João Acosta
59	Gilberto Acosta	12.07.1998		Juliana Ortega e João Acosta
60	Abilio Acosta	08.04.2001		Juliana Ortega e João Acosta
61	Marcelino Acosta	12.03.2003		Juliana Ortega e João Acosta
62	Liliane Acosta	27.01.2007		Juliana Ortega e João Acosta
63	Lúcio Timóteo	25.03.1992		Jurema e Francisco Timóteo Kirimaco
64	Adilson Benite	09.01.1991		
65	Adilson de Castro Euzébio	10.01.1985		

Total: 65 moradores

MORADORES ALDEIA MORRO ALTO
AGOSTO DE 2008

Ordem	NOME	DATA NASC.	LOCAL DE NASCIMENTO	FILIAÇÃO E MORADIA ATUAL FALECIMENTO (††)
01	Adriano Morínico	02.08.1976	Pacheca - Camaquã/RS	Tereza de Oliveira e Bonifácio Morínico
02	Luana da Silva Gomes	03.11.1984		Tereza da Silva e Marcelino Gomes (Conquista)
03	Jean Morínico	11.03.2004		Luana da Silva Gomes e Adriano Morínico
04	Janaína Morínico	13.07.2007		Luana da Silva Gomes e Adriano Morínico
05	Tereza de Oliveira	25.09.1945	Misiones/Argentina	Etelvina Gonçalves e Benito de Oliveira (Yvapuru)
06	Marcos Morínico	04.03.1998	Mbiguaçu (Biguaçu/SC)	Luciana Moreira (Morro dos Cavalos/SC) e Adriano Morínico
07	Ronaldo da Silva	04.05.1973	RS	Marcelina da Silva e José da Silva (††)
08	Silvia Morínico	30.07.1975	Pacheca - Camaquã/RS	Tereza de Oliveira e Bonifácio Morínico
09	Edinho da Silva	20.04.1994	Itajaí/SC	Silvia Morínico e Ronaldo da Silva
10	Priscila da Silva	08.08.1998	São Francisco do Sul/SC	Silvia Morínico e Ronaldo da Silva
11	Andréia da Silva Gomes	07.02.1998		Tereza da Silva e Marcelino Gomes
12	Cleusa da Silva Benite			Valdomiro Benite
13	Alexandre Acosta	12.09.1984		
14	Nailza da Silva	16.09.1990	Guabiruba/SC	Silvia Morínico e Ronaldo da Silva
15	Naeli da Silva	27.10.2005		Nailza da Silva
16	Douglas Acosta	30.06.2007		Nailza da Silva e Alexandre Acosta
17	Kauã da Silva Acosta	15.06.2008		Nailza da Silva e Alexandre Acosta
18	Adércio Natalino	04.08.1978		Irma Gomes e Luiz Natalício
19	Maria Aparecida Benite	16.09.1986	Osório/RS	Natália Morínico (Mbiguaçu)
20	Taissa Benite Natalino	03.07.2007		Maria Aparecida Benite e Adércio Natalino

21	Dionísio Palácio Garai	01.12.1977		Maria Palácio e José Garai (††)
22	Luciana Domingues Pereira	06.06.1969		Rosa Domingues e Carlito Pereira (Amâncio/SC)
23	Petrolina Gonçalves	12.05.1993		Luciana Domingues Pereira e Augusto Gonçalves
24	Simone Garai			Luciana Domingues Pereira e Dionísio Palácio Garai
25	Maria Pereira Garai	22.05.1997		Luciana Domingues Pereira e Dionísio Palácio Garai
26	Jacira Pereira Garai	28.11.1999		Luciana Domingues Pereira e Dionísio Palácio Garai
27	Elizandro Garai	10.11.2000		Luciana Domingues Pereira e Dionísio Palácio Garai
28	Gelmina Gonçalves	07.04.1994		Luciana Domingues Pereira e Augusto Gonçalves
29	Susana Gonçalves Garai	28.10.2006		Gelmina Gonçalves e Dionísio Palácio Garai
30	Maria Palácio	01.01.1930	Paraguai	
31	Zulma Garai	23.04.1976		Maria Palácio e José Garai (††)
32	Albino Fernandes	13.04.1992		Zulma Garai e Juliano Fernandes
33	Antonia Garai	05.06.1964		Maria Palácio e José Garai (††)
34	Rosalina Garai			Maria Palácio e José Garai (††)
35	Mário Cáceres	26.10.1996		Rosalina Garai e Lino Cáceres (RS)
36	Iracema Cáceres			Rosalina Garai e Lino Cáceres
37	Guilherme Cáceres			Rosalina Garai e Lino Cáceres
38	Roberto Garai	17.01.1968		Maria Palácio e José Garai (††)
39	Cristina Ramires	10.08.1979		Eduardo Ramires
40	Marciel Garai	30.06.1995		Cristina Ramires e Roberto Garai
41	João Garai	05.03.1998		Cristina Ramires e Roberto Garai
42	Soledade Garai	10.10.2000		Cristina Ramires e Roberto Garai
43	Severina Garai	08.01.2004		Cristina Ramires e Roberto Garai
44	Cláudia Garai	15.03.2006		Cristina Ramires e Roberto Garai
45	Cristina Garai	25.12.1980		Maria Palácio e José Garai (††)

46	Inácio Lopes	09.12.1980		Horácio Lopes (Morro Grande/SC)
47	Bráulio Lopes	04.04.2003		Cristina Garai e Inácio Lopes
48	Micheli Lopes	29.05.2005		Cristina Garai e Inácio Lopes
49	Jean Fabrício Lopes	29.06.2007		Cristina Garai e Inácio Lopes
50	Darci Garai	17.09.1992		
51	Elisa Ramires Garai	23.08.2001		
52	Marcílio Gonçalves	18.01.1930	Foz do Iguaçu/PR	Isaura (††) e João Gonçalves (††)
53	Juliana da Silva Euzébio	13.07.1939	Limeira – TI Xapecó/SC	Catarina da Silva e Inácio Euzébio
54	Sérgio Gonçalves dos Santos	31.10.1993	TI Laklãnõ/SC	Lúcia Gonçalves (††) e Jair dos Santos
55	Osmair Gonçalves	20.04.1994	TI Laklãnõ/SC	Santina Gonçalves (††)
56	Josimar Gonçalves dos Santos	01.06.1995	TI Laklãnõ/SC	Lúcia Gonçalves (††) e Jair dos Santos
57	Jéssica Gonçalves dos Santos	21.06.1996	TI Laklãnõ/SC	Lúcia Gonçalves (††) e Jair dos Santos
58	Sidnei Gonçalves	10.09.1997	São José/SC	Santina Gonçalves (††)
59	Genésio Gonçalves		TI Laklãnõ/SC	Juliana da Silva Euzébio e Marcílio Gonçalves
60	Marília Gonçalves	25.02.1981	TI Laklãnõ/SC	Juliana da Silva Euzébio e Marcílio Gonçalves
61	Mário Ribeiro	23.05.1977		
62	Marina Gonçalves da Silva Borges	22.05.1997		Marília Gonçalves e Rogério da Silva Borges (PR)
63	Paulino Gonçalves Ribeiro	12.08.2005		Marília Gonçalves e Mário Ribeiro
64	Mateus Gonçalves Lopes	20.02.2000		
65	Sandro Gonçalves Lopes	23.05.2002		
66	Marinês da Silva	23.09.1980		Santa Moreira (Mbiguaçu) e Vitorino da Silva (††)
67	Valdemar Gonçalves	07.08.1983	TI Laklãnõ/SC	Juliana da Silva Euzébio e Marcílio Gonçalves
68	Tania Gonçalves	24.02.1997		
69	Fabiana da Silva	30.08.1997		
70	Leandro Gonçalves	27.10.2002		
71	Valdinei Gonçalves	08.07.2000		
72	Pablo William Gonçalves	23.02.2005		
73	Marinês Gonçalves	20.01.1986	TI Laklãnõ/SC	Juliana da Silva Euzébio e Marcílio Gonçalves
74	Cláudia Gonçalves	07.07.1991		
75	Cristina Timóteo	20.06.2001		Santina Gonçalves (††) e Pedro Timóteo

				(Tiaraji/Pirai)
76	Gustavo Castro Gonçalves	24.12.2004		
77	Adelar Gonçalves	18.02.1990	Rio dos Cedros/SC	Santina Gonçalves (↑↑)
78	Isaura Martins Euzébio	14.08.1989		
79	Renato Gonçalves	24.02.2005		Isaura Martins Euzébio e Adelar Gonçalves
80	Angela Gonçalves	13.01.2007		Isaura Martins Euzébio e Adelar Gonçalves
81	Levino Euzébio	01.02.1956		
82	Helena Mariano	15.09.1962		
83	Domingo Mariano Euzébio	13.02.1994		
84	Iracema Mariano	05.01.1971		
85	Maurício Benite			
86	Severino Euzébio	28.01.1924		
87	João Armândio	29.12.1953		
88	Izabel Mariano Euzébio	02.11.1986		
89	Pedro Gonçalves Martins	15.07.1978		
90	Luciana Euzébio Martins	02.11.2000		
91	Bruno Euzébio Martins	26.04.2005		
92	Bonifácio Morínico	15.01.1942		
93	Airton Marcelo Martins	30.11.1998		Izabel e Pedro
94	Rufino de Oliveira	01.01.1963		Etelvina Gonçalves e Benito de Oliveira
95	Vilson de Oliveira	26.03.1995		Rufino de Oliveira

Total: 95 moradores

MORADORES CORTICEIRA/GUARAMIRANGA (GUARAMIRIM)
JULHO DE 2008

	NOME	IDADE	LOCAL DE NASCIMENTO	FILIAÇÃO E MORADIA ATUAL FALECIMENTO (††)
01	Natália da Silva	34	RS	Jurema da Silva Tatamxi (Tarumã) e Roberto Benite (††)
02	Valentim (não-índio)			Natália da Silva e Valentim
03	Fernando	19		Natália da Silva e Valentim
04	Rodrigo	17		Natália da Silva e Valentim
05	Miriam	15		Natália da Silva e Valentim
06	Gabriel Francisco	11		Natália da Silva e Valentim

Total: 06 moradores

ANEXOS



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Política do Índio e Meio Ambiente - COPIMA
SEUS: 902903 E.D. LEX Missionários
SALAS: 07, 09, 10 e 11 CEP: 70396-026 - BRASÍLIA
FONE: (01) 3132640

Termo de Referência Estudos Sócio-ambientais das Terras Indígenas e dos Grupos Indígenas situados na área de influência direta e indireta da BR-280/Trecho São Francisco do Sul-Jaraguá

De acordo com o Artigo 231 da Constituição Federal de 1988 e a Lei 6.001/73, as terras indígenas são áreas que também necessitam de proteção, de forma especial e diferenciada, visando assegurar o direito à diferença sócio-cultural indígena e o usufruto exclusivo dos povos indígenas. Nesse sentido e de acordo com o princípio da precaução, as propostas aqui descritas visam apenas atender a Lei vigente.

1 - OBJETIVO

Realizar Estudos Sócio-ambientais nas terras indígenas presentes na área de influência da Rodovia BR-280/Trecho São Francisco do Sul - Jaraguá, visando o levantamento dos impactos sócio-ambientais e culturais decorrentes do empreendimento a partir do registro dos conhecimentos indígenas sobre o meio ambiente e as práticas a ele relacionadas. Este estudo deverá subsidiar ações de mitigação, compensação e indenização para as comunidades indígenas Guarani, inclusive com Programas de Compensação adequados às comunidades atingidas de acordo com sua realidade social e suas necessidades específicas. Deverão ser contempladas nesse estudo as seguintes terras e comunidades Guarani:

- Município de Araquari:
 1. Terra Indígena Pirai (Tiarajú);
 2. Terra Indígena Tarunã;
 3. Terra Indígena Pindoty (Gleba Pindoty);
- Município de Barra do Sul:
 1. Terra Indígena Pindoty (Gleba Conquista)
- Município de São Francisco do Sul:
 1. Terra Indígena Morro Alto (Laranjeiras);
 2. Comunidade de Tapera;
 3. Comunidade Reta

2 - METODOLOGIA

A metodologia de trabalho visa atender a pesquisa e coleta de dados referentes aos impactos para os meios físico e biótico e os impactos de ordem sócio-cultural para os grupos indígenas envolvidos. Nesse sentido, os Estudos deverão ser caracterizados pela interdisciplinaridade, onde deverão ser utilizados elementos das metodologias dos campos das ciências humanas e sociais (antropologia, sociologia, história, economia, geografia) e das ciências exatas e naturais (biologia, engenharia florestal, engenharia civil, agronomia e geologia). Os estudos deverão ser compostos por pesquisa de campo, bibliográfica, documental e cartográfica ressaltando que a participação dos grupos indígenas é imprescindível e fundamental. Ressalta-se que é de suma importância o diálogo deste estudo com os dados coletados na elaboração do EIA/RIMA.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Proteção Indígena e Meio Ambiente - CGPMA
SRTVS 703/903 EPI ILEX, Manaus
SALAS: 07, 08, 10 e 11 CEP: 70310-015 - BRASÍLIA
FONE: (61) 5133540

Deverão ser apresentados nos estudos os seguintes itens, relacionando-os com os possíveis impactos da pavimentação da Rodovia BR-280/Trecho São Francisco do Sul - Jaraguá sobre as terras e grupos indígenas afetados, bem como seu uso pelos Guarani:

a) **Caracterização físico-biótica das terras indígenas:**

- Georeferenciamento e caracterização sumária, por meio de planilhas, de amostras representativas de tipologias ambientais;
- Mapeamento da rede hídrica da terra indígena, caracterizando as microbacias e seus principais pontos de vulnerabilidade;
- Estudos de classificação dos corpos hídricos e da qualidade da água antes da realização do empreendimento. Devem ser priorizados os corpos d'água que sofrerão influência direta do empreendimento e que passam pelas terras indígenas;
- Análise cartográfica da região de uso da etnia, com recursos de sensoramento remoto, visando o reconhecimento e delimitação de tipologias ambientais;
- Análise ecológica da paisagem, com base nos padrões formados pelo arranjo espacial das referidas tipologias;
- Identificação, caracterização e mapeamento das áreas degradadas e de preservação permanente;
- Definição do uso atual da terra e sua aptidão para a prática agrícola tradicional e mecanizada enfocando a vulnerabilidade, sustentabilidade a médio e longo prazo, erodibilidade e fertilidade natural do solo;

b) **Caracterização do modo de vida dos grupos indígenas:**

- Caracterizar a territorialidade, conflitos, problemas ambientais e influência externa na distribuição espacial;
- Identificar critérios internos para definição dos territórios;
- Caracterização do uso da estrada pelos grupos indígenas;
- Caracterização das principais atividades desenvolvidas pelos Guarani (econômicas)
- Caracterização do uso dos recursos naturais levando-se em consideração:
 - As atividades produtivas, tais como caça, pesca, agricultura, coleta e suas utilidades: alimentação, fabricação de habitações, produção artesanal, comercialização, utilização ritual, uso medicinal, relacionando estas informações com os possíveis impactos das Rodovias sobre a rede hídrica, a fauna e a flora, e os conseqüentes impactos tanto para as atividades produtivas como para as atividades sociais e culturais dos grupos afetados;

c) **Relação sócio-política, econômica e cultural dos grupos indígenas e com outros grupos indígenas:**

- Identificação das redes de parentesco do grupo indígena;
- Identificação e caracterização das relações sócio-econômico-culturais com outros grupos indígenas;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente - CGPIMA
SRTVS 102/902, ED. LEX Brasília
SALAS: 01, 02, 10 e 11 CEP: 70390-015 - BRASÍLIA
FONE: (61) 3136-60

- d) Relação sócio-política, econômica e cultural dos grupos indígenas com a sociedade envolvente (não-índios):
- Ocupação do entorno, caracterizando os principais pontos de vulnerabilidade e as atividades modificadoras do meio ambiente;
 - Inserção dos grupos indígenas nas políticas públicas federal, estadual, municipal e outros setores;
 - Identificação dos principais produtos de troca e/ou venda e sua inserção no mercado regional;
 - Caracterização dos possíveis impactos ambientais e sócio-culturais para os grupos indígenas de atividades relacionadas ao empreendimento como o aumento do fluxo de veículos e trabalhadores, instalação de assentamentos do INCRA no entorno, dinamização do mercado de terras, etc.
 - Elaborar um prognóstico considerando a sinergia desta obra com outros empreendimentos, como o Porto de Laranjeiras (próximo à TI Morro Alto), a BR 101 e os projetos de desenvolvimento da região;
- e) Levantamento das condições de atenção à saúde:
- Previsão dos principais impactos com a chegada da população temporária;
 - Assistência odontológica e médico-hospitalar municipal;
 - Uso de práticas de medicina tradicional.
- f) Medidas mitigadoras e compensatórias:
- Formular e apresentar diretrizes para subsidiar medidas mitigadoras e compensatórias para elaboração de Programas que estimulem a sustentabilidade dos grupos indígenas e suas terras.

3. COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DOS ESTUDOS

A equipe básica para a realização dos estudos deve ser composta por, **no mínimo**:

- 02 (dois) pesquisadores com formação em ciências ambientais, sendo um deles especialista em impactos de Rodovias;
- 02 (dois) pesquisadores com formação em ciências humanas e sociais, com a obrigatoriedade de um deles ser antropólogo;
- Representantes indígenas a serem definidos pelas lideranças indígenas de cada TI.

Obs.1: Os pesquisadores escolhidos pelo empreendedor deverão ter a anuência da Funai e dos grupos indígenas para ingressar em suas terras. Para tanto, a lista de técnicos deverá ser encaminhada à CGPIMA/FUNAI para aprovação prévia dos técnicos que irão desenvolver os trabalhos bem como o plano de trabalho;

Obs.2: Os trabalhos da equipe de técnicos/pesquisadores contratados pelo empreendedor deverão ser coordenados por um antropólogo;

Obs.3: Pretende-se que todos os profissionais envolvidos tenham preferencialmente experiência comprovada em trabalho de campo junto aos grupos indígenas em foco, com experiência de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente - CGPIMA
SRTVS 702-902 ED. LEA Mezanino
SALAS: 07, 09, 10 e 11 CEP: 70390-025 - BRASÍLIA
FONE: (61) 3132546

estudos voltados para elaboração de projetos com perspectivas de cinesenvolvimento e transdisciplinaridade;

Obs.: Deverá ser apresentada a equipe técnica multidisciplinar responsável pela elaboração do estudo sócio-ambiental, indicando a área profissional de cada técnico envolvido, e seu número de registro no respectivo Conselho de Classe, quando couber, e no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (anexar cópia referente a cada técnico envolvido e à equipe técnica), conforme a Resolução Conama nº 001/88;

4. ACOMPANHAMENTO DA FUNAI

O trabalho de campo será acompanhado por, pelo menos, um técnico da Funai que será responsável por:

- Intermediar as ações da equipe com as lideranças indígenas e unidades locais da Funai;
- Orientar a equipe em relação a situações de conflito e aspectos de relacionamento político e cultural com os grupos indígenas.
- A responsabilidade pelo acompanhamento e encaminhamento dos estudos é da Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente (CGPIMA), através da Coordenação de Meio Ambiente (CMAM), com o apoio da Administração Executiva Regional de Curitiba e Núcleo de Apoio Operacional de Palhoça, responsáveis pela região.

5. DIREITOS E OBRIGAÇÕES

- Solicitar autorização à Funai e Povos Indígenas para ingresso nas terras indígenas - TI, com o envio dos nomes e currículos dos pesquisadores;
- Realizar reunião na CGPIMA/Funai, com o objetivo de fundamentação prévia e orientações sobre o trabalho;
- Realizar uma reunião na(s) aldeia(s) para explicar o objetivo dos estudos e apresentação dos pesquisadores;
- É vetado aos consultores contratados pelo empreendedor proceder à coleta de qualquer espécie (fauna, flora, recursos minerais) nas terras indígenas;
- É vedada a realização de pesquisa, em qualquer campo, relativa às práticas com conhecimento tradicional associado. Além disso, fotografias, gravações e filmagens, deverão ser realizadas somente com autorização dos índios, sendo sua utilização restrita aos propósitos dos estudos, sendo vedada, portanto, sua utilização para quaisquer outros fins;
- Cada pesquisador componente da equipe que realizará os estudos deve assinar um Termo de Compromisso com a Funai, para assegurar que as exigências do tópico anterior sejam cumpridas (anexo I);
- Os contratados pelo empreendedor deverão observar rigorosamente a legislação que trata dos direitos indígenas (Artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988 e Lei nº.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente - CGPIMA
BRUVS 703/907 TD; LIX Mezzanine
SALAS: 07, 09, 10 e 11 CEP: 70390-025 - BRASÍLIA
FONE: (61) 3133540.

6061/73 - Estatuto do Índio), da proteção dos recursos genéticos e conhecimento tradicional (Convenção de Diversidade Biológica, Decretos nº 4.946/2005, nº 3.945/2001 e a Medida Provisória nº 2.186-16/2001) e dos direitos autorais, Lei n. 9.610/1998;

- Os resultados dos estudos devem ser apresentados aos grupos indígenas, em reunião específica para tal fim;
- O empreendedor deverá apresentar os Estudos Sócio-ambientais de cada terra indígena em meio digital e impresso.
- Os custos das reuniões nas terras indígenas deverão ser de responsabilidade do empreendedor;
- Caso necessário, poderão ser incluídas novas áreas para estudo, sendo a Funai fundamentará qualquer mudança desse tipo;

5.1 - PLANO DE TRABALHO:

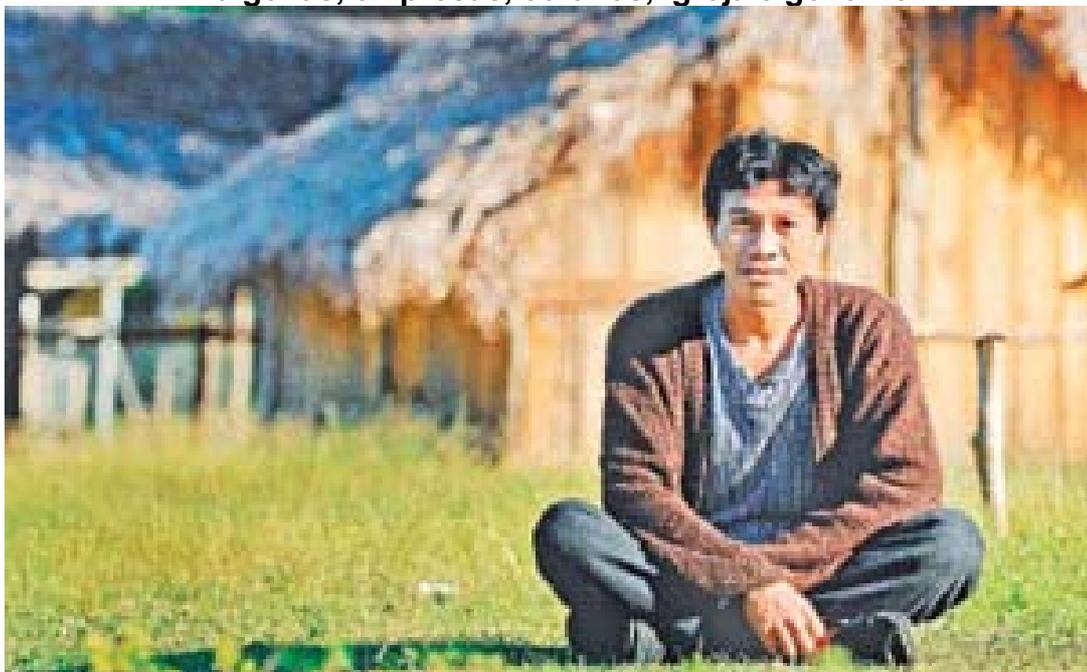
Apresentação da proposta de plano de trabalho que será empregado no desenvolvimento dos estudos para ser submetido à aprovação prévia por parte da FUNAI deve conter no mínimo:

- Introdução;
- Objetivos;
- Equipe técnica (currículo dos pesquisadores);
- Referencial Teórico-metodológico;
- Relação e descrição das atividades técnicas;
- Cronograma de atividades;
- Resultados desejados e produtos;

6 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PRODUTO

- O prazo para apresentação do Relatório Final do Estudo não deve exceder 60 (sessenta) dias após o retorno de campo.

Questão Indígena
Mais terra para os índios
Demarcação de quatro reservas pela Funai no Norte de SC põe em lados opostos
indígenas, empresas, colonos, Igreja e governo



Eles estão lá desde sempre, com seus rostos morenos, suas casas de palha ou madeira, seu artesanato, seu costume de viajar longe para rever parentes, suas línguas, uma fluente (o guarani) e outras, às vezes, nem tanto (o português e o espanhol). Só há alguns anos as nove aldeias indígenas nas cidades de Araquari, Barra do Sul e São Francisco do Sul passaram a ocupar espaço no noticiário e na agenda de prefeitos e associações de moradores.

Mais a partir de 12 de maio, quando um relatório saiu no "Diário Oficial da União". Nele, a Fundação Nacional do Índio (Funai) anunciou a demarcação de quatro reservas indígenas na região.

Até 12 de agosto, prefeituras, empresas e donos de terra preparam sua defesa para reduzir a área das terras indígenas. É o prazo para a entrega da contestação dos atuais donos das terras. A Associação de Proprietários de Imóveis nas Áreas de Reservas Indígenas no Norte (Apis) representa cerca de 200 donos. Entre eles, empresas como Karsten, Tupy e Comfloresta, do grupo Brascan.

"Temos muito a nosso favor, como títulos de propriedade de mais de cem anos", diz o presidente da Apis, Salésio Medeiros. Para as prefeituras, as reservas impedem o desenvolvimento, desestimulam investimentos e jogam no lixo os planos diretores de zoneamento.

Não é de graça que a Funai tenta assegurar aos índios o direito à terra. Em março de 2007, sentença da Justiça Federal obrigou a fundação e a União a demarcarem as

terras dos guaranis do Norte do Estado. A decisão saiu de um processo de 2002, movido pelo Ministério Público Federal. Outras seis cidades são citadas: Barra Velha, Campo Alegre, Garuva, Itapoá, Joinville e São João do Itaperiú. A sentença tem de ser cumprida em dois anos, a partir de quando não couber mais recursos.

"A publicação regulariza as terras. Depois do período de contestação, a Funai vai a campo instalar os marcos delimitadores", afirma o coordenador de identificação e delimitação da Funai, Paulo Santilli. Segundo o antropólogo, nada será feito até agosto.

Se a demarcação prosseguir, os proprietários serão indenizados pelas benfeitorias - pastagens, construções, lavouras ou campo de mineração, mas não pelas terras. "Por isso, as benfeitorias não podem ter sido feitas após a publicação do relatório." A Funai não deve criar um posto administrativo no local. "A fundação passa por reestruturação", diz Santilli.

(camille.cardoso@an.com.br)

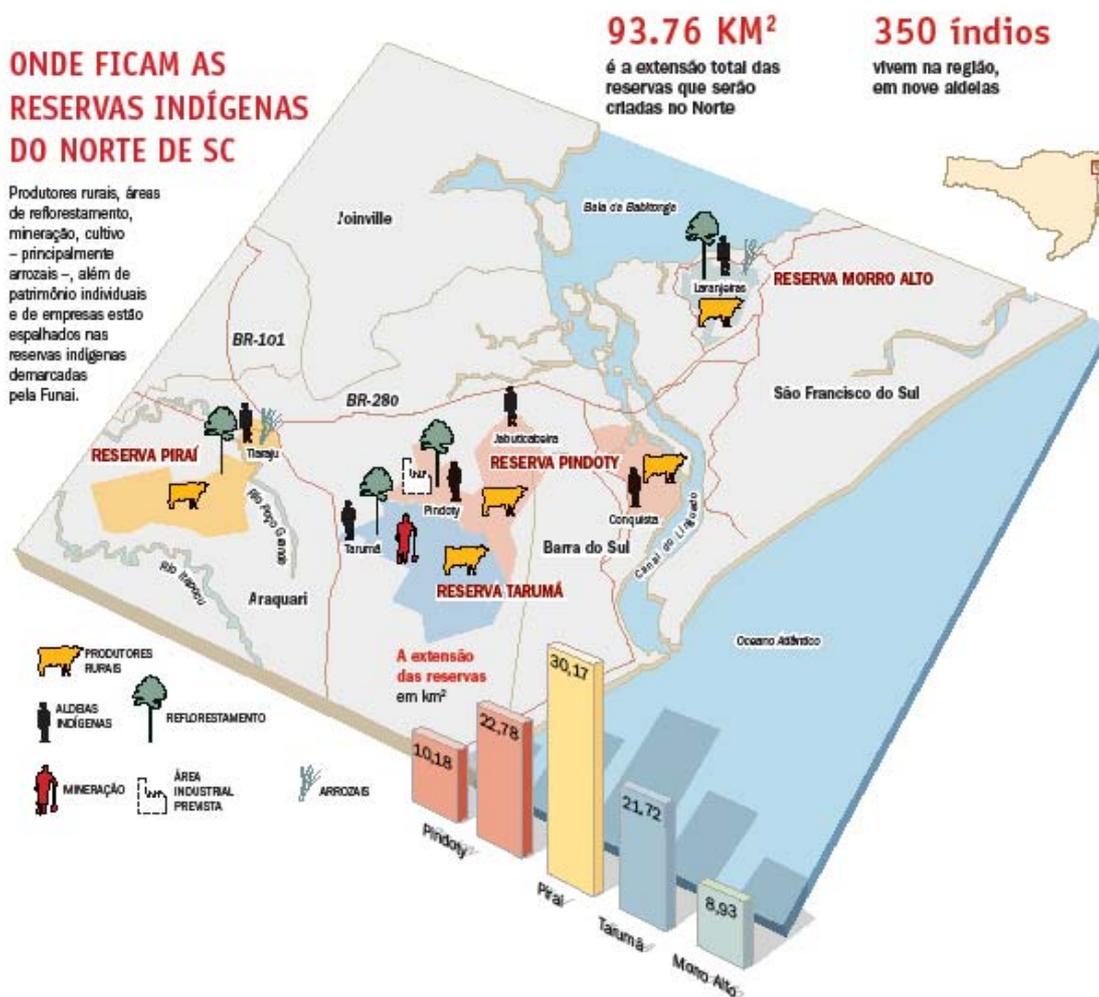
CAMILLE CARDOSO

Saiba mais

EMPRESAS NA DISPUTA

Têm terras na área: WEG, Wetzell, Lepper, Tupy, Comfloresta, Arroz Urbano, Mineração Veiga, Karsten, Oesa e Mineração Nilson.





Críticas ao tamanho e à localização

O administrador aposentado Eraldo de Freitas, 65 anos, dedica-se desde 1993 a estudar a presença dos índios no Norte do Estado. Os estudos de Freitas devem fazer parte da argumentação que será defendida pela associação que representa os donos de terras nas áreas demarcadas pela Funai.

Dono de um sítio na região de Laranjeiras, em São Francisco do Sul, ele avalia a onda de criação de reservas indígenas no Brasil. "Os índios são massa de manobra de organizações ambientais estrangeiras. Pensa-se que a movimentação deles pelo território é espontânea, mas não é", acredita.

Ele questiona o fato de as terras indígenas abrangerem áreas de mineração, reflorestamento ou possíveis alvos de investimentos. Para Freitas, a demarcação da Funai vai destituir comunidades que habitam a região há mais tempo que os índios. Freitas sustenta que o tamanho das reservas é desproporcional ao número de índios.

é ainda problema na localização, perto de BRs. "Permite que bloqueiem esses pontos para realizar movimentos reivindicatórios."

Contestação e preconceito

São muitas as opiniões preconceituosas em relação aos guaranis, diz a antropóloga Maria Janete Albuquerque de Carvalho, da Fundação Nacional do Índio (Funai). O argumento de que os guaranis são novos na região, por exemplo.

"A tribo tem uma estratégia de invisibilidade. Eles vivem em área de mata, são reservados. Só se tornaram visíveis depois que o desmatamento da mata Atlântica reduziu as florestas." Ela coordenou o trabalho da equipe que passou 75 dias entrevistando os índios de Araquari, Balneário Barra do Sul e São Francisco.

A antropóloga lembra que a presença dos guaranis na faixa litorânea que vai da Argentina até São Paulo é anterior à colonização. Por isso, sustenta que os guaranis - não importa o local de nascimento - partilham a mesma história e habitam o mesmo território há mais de cinco séculos. E, apesar de terem uma cultura de constantes migrações, mantêm vivos os laços de parentesco. "A família guarani é grande. Todos os parentes se visitam e o número de moradores das aldeias muda muito", acrescenta.

A Funai se baseou no estudo de campo para definir a área de cada uma das reservas. Segundo a pesquisadora, leis federais - entre elas, a Constituição - dão aos indígenas o direito de apontar o tamanho do território necessário para que possam viver conforme a sua cultura.

Além disso, as comunidades do entorno, a pouca área de mata da região e uma previsão futura de expansão das tribos pesaram no cálculo. "Os próprios índios disseram que não querem conflitos com os seus vizinhos", afirma.



As reservas como garantia

O cacique da aldeia Laranjeiras, Adriano Morinico, 32 anos, vê o mapa com a demarcação proposta pela Funai para a reserva Morro Alto, em São Francisco do Sul, e se decepciona. "É muito pouco. A reserva é o único jeito de garantir o que é nosso.

De tudo que tínhamos, tem de sobrar um pedacinho. Para não ter como ninguém nos mandar embora."

Morinico tem quatro filhos e nasceu nas proximidades de Florianópolis. Tem o olhar desconfiado de nascença, mas também de quem comanda uma aldeia de 90 pessoas, cercada por não-índigenas. Apesar de, na lembrança dele, os dois mundos nunca terem entrado em conflito.

Ele afirma que Laranjeiras tem cerca de 15 anos. O habitante mais velho é o tio-avô dele, de "80 e poucos anos", nascido em Chapecó. Na aldeia, há cultivo principalmente de milho. Um tanque de peixes instalado pela Epagri "não deu certo", conta. O mato tomou conta. Morinico diz que tudo que os índios conseguem é no grito. "Temos que batalhar por saúde, território e educação. Queira ou não, o Estado tem de nos dar o que precisamos." Na aldeia, há uma escola estadual, com aulas em guarani e português.

Irmão do cacique da aldeia Conquista, Vanderlei da Silva, 25 anos, é professor da escola da sua aldeia, em Balneário Barra do Sul. Lá se criam galinhas e patos e vivem 32 pessoas, a maioria crianças. O guarani é a língua do dia-a-dia, até para os meninos jogarem futebol. "Falta casa melhor. O padre nos doa um pouco, mas falta casa para cozinhar", conta.

O cultivo de milho nativo e banana rende pouco. As mulheres vendem artesanato na cidade. Silva é de Ibirama e está há cerca de sete anos em Barra do Sul. Com a reserva, diz que os índios terão mais segurança para cultivar.



Grupo tenta reverter decisão

O governo do Estado vai coordenar um grupo de ajuda às cidades que podem ter uma fatia do seu território transferida aos guaranis. Na segunda-feira, reunião na Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville (SDR) dará a largada para que as prefeituras reúnam documentos para tentar reverter a situação. A idéia é pedir uma área menor para as reservas, em outras regiões.

"O governo questiona a dimensão, a posição e a necessidade de haver quatro reservas. O proprietário é o lado mais frágil da história. Muitas das terras são de produção rural, e as benfeitorias valem muito menos que o terreno onde estão", afirma o gerente de turismo da SDR, Joel Gehlen.

O governo deve encampar uma mobilização política - buscar o apoio de deputados, senadores e ministros para proteger os direitos dos donos. Paralelamente, um laudo técnico e jurídico será elaborado com as prefeituras para rebater o estudo da Funai.

As prefeituras de Araquari, São Francisco do Sul e Balneário Barra do Sul defendem que as reservas vão emperrar o desenvolvimento. "Muitas das áreas são produtivas, com culturas de maracujá, banana e arroz. Uma das terras, ao redor da Estrada do Inferninho, poderia virar uma zona industrial nos próximos dez anos, pelo nosso plano diretor", afirma o vice-prefeito de Araquari, José Paulino Travasso. "O município já é pequeno, tem 110 km². As reservas tomariam quase um terço do território", calcula o secretário de Planejamento de Barra do Sul, Antônio Schiwigel. De acordo com ele, as terras indígenas vão afugentar investidores e destruir as expectativas da cidade com grandes empreendimentos previstos na região.

Segundo Salésio da Rocha Medeiros, presidente da Apis - associação que representa os proprietários - , não parece mais possível reverter o processo, mas há como reduzir a dimensão planejada pela Funai. Nenhuma das empresas contatadas pelo "AN" quis se manifestar individualmente sobre o assunto.

Saiba mais

MAIORES RESERVAS

As reservas que a Funai demarcou no Norte de SC serão as maiores da etnia guarani mbyá no Brasil. O grupo tem terras em SP, RS, PR e ES. Há outras reservas em SC, como a no Morro dos Cavalos. Mas nenhuma ultrapassa 5 km².

PROCESSO É DEMORADO

Metade das áreas indígenas no Estado aguarda regularização pela Funai. O processo é esperado, por exemplo, em Ibirama, no Vale do Itajaí, e em cidades do Oeste. Conflitos pela posse da terra dificultam as ações.



O começo da aldeia Pindoty

Há cerca de 25 anos, um padre abrigou em Joinville um indiozinho guarani com cerca de sete anos que havia sido atropelado e teve as pernas quebradas ao tentar atravessar a BR-101, em Araquari. O menino morava numa casinha de palha à beira da estrada que leva a Guaramirim.

O padre Luiz Fachini teve pena de devolver o menino à tenda improvisada. "Lá entrava muita chuva. Como eu tinha um sítio, deixei a família se mudar para a casa." Assim começou a aldeia Tiaraju. O menino, Alcides Tiaraju Tantixi, hoje mora na aldeia Pindoty e fez 30 anos na última quarta-feira. Durante muito tempo, comunicaram-se por mímica - Alcides não falava português. No dia do aniversário, ele começou a trabalhar como abatedor de frangos em Jaraguá do Sul. Caminhou quase seis km até o asfalto, para encontrar o carro da empresa. "Temos cultivo de milho, batata-doce e aipim. Só disso é difícil viver", diz.

Hoje o padre de 65 anos está à frente da fundação que doa cestas básicas aos índios e tenta implementar um sistema de "oca-cozinha". Diz que não vale a pena ter conflito com os donos atuais. "Deveriam separar para esse fim as terras improdutivas, da União."

an.com.br

O que você acha da demarcação das terras indígenas?

Florianópolis, 06 de julho de 2004.

Ilmos. Srs.

Dr. Cláudio Valentim Cristani

Dr. Davy Lincoln Rocha

DDs. Procuradores da República

Procuradoria da República no Município de Joinville

Joinville - SC

Prezados Procuradores,

Cumprimentando-os respeitosa e cordialmente, tem o presente expediente o objetivo de tratar de aspectos relacionados a índios Guarani, face aos acontecimentos recentemente ocorridos em região de responsabilidade dessa Procuradoria. Para tanto apresentamos os tópicos Histórico, Argumentação e Proposição, visando oferecer contribuição à situação verificada.

Histórico:

- De acordo com o Relatório de Serviço da Polícia Ambiental, de 23.06.04, foi constatada a presença de um grupo de índios Guarani na APA Dona Francisca, em vista do que a Procuradoria da República do Município de Joinville solicitou à Funai Curitiba seu traslado para local apropriado, como verificado no Ofício n. 570/2004, de 25.06.04.
- Em 25.06.04 o jornal A Notícia veiculou matéria intitulada "Montada aldeia na serra Dona Francisca", de autoria de Marco Aurélio Braga, dando notícia de "uma verdadeira aldeia", em local de mata de difícil acesso.
- O grupo foi deslocado à aldeia Pindoty (Araquari) em 29.06.04, após consulta da Funai à liderança Félix Brisuela, recebendo então quatro cestas básicas.
- Em 01.07.04, integrantes do CIMI-Sul (Equipe Palhoça), juntamente com o cacique da aldeia de Morro dos Cavalos, deslocaram-se para Pindoty, onde se concretizou uma reunião para reflexão e debate da situação, bem como definição dos passos que deveriam ser tomados em conjunto. Assim sendo, dirigiram-se posteriormente à PR/Joinville, reunindo-se com o Procurador Dr. Davy Lincoln Rocha, ficando acertada a realização de uma nova reunião, ampliada, com presença da Funai e outras instituições afeitas, na semana seguinte.

Argumentação:

- A região nordeste do Estado de Santa Catarina foi e é palco de índios Guarani quanto a ocupações passadas e atuais. Não se trata de imaginário, mas de

entendimentos e leituras que são feitas através de sua visão de mundo, atualizando a toponímia, formações florísticas, ruínas de pedra, caminhos antigos, dentre outros sinais que lhes evidenciam a passagem dos antigos.

- A inter-relação de estudos arqueológicos, históricos e etnográficos tem sido profícua no entendimento da ocupação indígena pretérita e contemporânea. Em 1990, por exemplo, equipe de arqueologia do Museu Universitário da UFSC, procedeu a estudos de impacto ambiental na Bacia do Rio Cubatão, tendo em vista o projeto UHE Cubatão. Tanto o relatório quanto o mapa elaborados abarcam o registro de evidências arqueológicas (sítios arqueológicos caracterizados como abrigo sob rocha, aterro, estrutura subterrânea, lítico, assim como notícias sobre ponta de flecha, crânio humano, estrutura subterrânea e cerâmica). Nesse documento há ainda episódios relatados por moradores que evidenciam a presença de indígenas na região. Ressalta também a expedição de Álvar Nuñez Cabeza de Vaca, no século XVI, entre o litoral de Santa Catarina e Assunção, utilizando-se do ramal e caminho de Peabiru, conhecido caminho utilizado pelos Guarani e que passa por Campo Alegre, subindo ao Paraná e seguindo em direção oeste. Aqui faz-se necessário acentuar que o caminho era utilizado em razão de uma alastrada rede de ocupação Guarani entre o leste e o oeste, ocupação registrada pelo próprio Cabeza de Vaca. Outros viajantes trilharam pelo Peabiru, mencionando os Guarani, como Aleixo Garcia, João Salazar e integrantes da expedição de Hans Staden.

- As conexões entre as ocupações Guarani de outrora e as atuais devem advir dos próprios Guarani. Há, pois, que lhes ser dada oportunidade de expressar os relatos dos antigos (que não mais vivem), dos mais velhos (que ainda vivem), bem como suas experiências e interpretações a respeito da região em questão.

- Durante as pesquisas para a elaboração do estudo de impacto ambiental do projeto de duplicação da rodovia BR 101, em 1996, muitas famílias Guarani mencionaram Garuva, Joinville, Guaramirim, Araquari, São Francisco do Sul, dentre outros municípios, como de ocupação Guarani. No transcorrer dos trabalhos de campo do Grupo Técnico da Funai no litoral norte no ano de 1998, foram ouvidas narrativas sobre locais na Floresta Atlântica (um dos fundamentos da cultura Guarani).

Proposição:

- Considerando o acima exposto e lembrando ser este o ano do incremento da regularização fundiária relativa aos Guarani, de acordo com o pronunciamento do Presidente da Funai em 2003, as entidades abaixo relacionadas, em consonância com as ponderações dos Guarani, reivindicam a urgente **FORMAÇÃO DE UM GRUPO TÉCNICO INTERDISCIPLINAR PARA ESTUDOS DA REGIÃO NORDESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA NO QUE CONCERNE A OCUPAÇÃO GUARANI PRETÉRITA E PRESENTE**, indicando, em conjunto com os

Guarani, áreas que deverão ser imediatamente demarcadas garantindo o futuro desta população.

Entendendo que os Guarani estão vivificando a história da ocupação na região nordeste de Santa Catarina embasados em sua cosmologia e entendendo igualmente que precisamos consubstanciar cultura em direitos constitucionais, ficamos ao dispor para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente

Setor de Etnologia Indígena/Museu Universitário/UFSC - Contato: 48 - 331-9793/331-9325

Comissão de Apoio aos Povos Indígenas - CAPI - Contato: 48 - 333-0350

Conselho Indigenista Missionário - CIMI-Sul/Equipe Palhoça - Contato: 48 - 242-3389

Informações

Epagri - Escritório Municipal de São Francisco do Sul

Rua Rafael Pardini, nº.264, Centro,

São Francisco do Sul-SC

Fone: (47) 3444-1124

Epagri - Gerência Regional de Joinville

Rua Princesa Izabel, nº.106, Centro,

Joinville-SC

Fone: (47) 3433-8267

Promoção

- Aldeia Morro Alto
- Epagri
- Projeto Microbacias 2

SEMINÁRIO REGIONAL DE COMUNIDADES INDÍGENAS



Tema: Políticas Públicas Para Comunidades Indígenas

10 de Abril de 2008
São Francisco do Sul – SC



Convite

A **Epagri** - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - e o Projeto Microbacias 2, através do Escritório Municipal de São Francisco do Sul, convidam V. Sa. para participar do **Seminário Regional de Comunidades Indígenas com o Tema: Políticas Públicas para Comunidades Indígenas**. O evento acontecerá no dia 10 de Abril de 2008, na Aldeia Morro Alto na Comunidade de Laranjeiras em São Francisco do Sul.

Programa

09:00 hs: Recepção

09:30 hs: Abertura

Momento Espiritual
Aldeia Morro Alto

10:00 hs - Mesa Redonda 1

Mediador: Ana Lúcia Ribeiro - Epagri

Convidados:

- 1 - Glênio Alvarez**
Administrador Regional – FUNAI -
Curitiba - PR
- 2 - Janete Ambrósio**
Chefe do DESEI Sul/Sudeste
FUNASA
- 3 - Jurandi Teodoro Gugel**
Del. Federal - **MDA**

11:30 hs: Debate

12:00 hs: Almoço

14:00 hs: Apresentação Cultural

14:30 hs: Mesa Redonda

Mediador: Ana Lúcia Ribeiro - Epagri

Convidados:

- 1 – Clovis Briguent**
Professor CIMI
- 2 – Representante IBAMA**
- 3 – Marcos Farias de Almeidaq**
Analista Pericial em Antropologia
Ministério Público Federal

16:00 hs: Debate

16:30 hs: Encerramento